

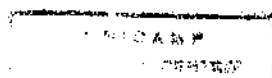
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TERRA, SALÁRIO E FAMÍLIA: *ETHOS* E RACIONALIDADE
PRODUTIVA NO COTIDIANO CAMPONÊS

JOÃO CARLOS TEDESCO

ORIENTADORA: PROF. Dr^a MARIA DE NAZARÉ B.
WANDERLEY

NOVEMBRO DE 1998.



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	36607
PROC.	229/99
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20/02/99
N.º CPD	

CM-00121003-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

T 228 t **Tedesco, João Carlos**
**Terra, salário e família : ethos e racionalidade produtiva no
cotidiano camponês / João Carlos Tedesco . -- Campinas, SP :**
[s.n.], 1998.

Orientador : Maria de Nazaré B. Wanderley.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Família rural. 2. Camponeses. 3. Agroindústria.
4. Sociologia rural. I. Wanderley, Maria de Nazaré Baudel.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, junto ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da professora Dr^a. Maria de Nazaré B. Wanderley.

JOÃO CARLOS TEDESCO

TERRA, SALÁRIO E FAMÍLIA: *ETHOS* E RACIONALIDADE
PRODUTIVA NO COTIDIANO CAMPONÊS

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida
por João Carlos Tedesco, aprovada pela Comissão Julgadora
em ---/---/---.

Prof. (a) Dr. (a).....*Mauro*.....
Prof. (a) Dr. (a).....*Angela S. Ferreira*.....
Prof. (a) Dr. (a).....*Zilda de B. Hebert*.....
Prof. (a) Dr. (a).....*Luiz Carlos*.....
Prof. (a) Dr. (a).....*Al. Benjamim*.....

AGRADECIMENTOS

No instante em que entrego este trabalho para apreciação pública, quero relembrar com carinho a colaboração, incentivo e apoio de diversas pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, fizeram-no acontecer. Tenho a convicção de que não é apenas o cumprimento de uma formalidade, mas, sim, a forma que tenho de expressar o reconhecimento de que não estive sozinho e que o que ora apresento possui uma dimensão acumulativa que vai muito além do plano individual.

Sei que, nesse instante, a memória não reflete a intenção de citar todos a quem eu gostaria de manifestar meu reconhecimento; de qualquer modo, devo a alguns especial agradecimento.

Em primeiro lugar, aos agricultores familiares, objeto-sujeitos de meu trabalho, os quais dedicaram parte de seu tempo para falar de seu vivido, para responder aos meus questionamentos e que, muitas vezes, nos seu silêncio, souberam dizer muita coisa;

À professora Maria de Nazaré, amiga e colega, que sempre manifestou segurança e sabedoria em suas apreciações, estimulando-me em todos os instantes na busca de compreensão de aspectos do cotidiano no meio rural - um grande patrimônio nos estudos sobre a agricultura familiar.

Aos professores do curso de Doutorado em Ciências Sociais com os quais realizei cursos e seminários e que me desafiaram a produzir textos e monografias, me ajudaram na compreensão de processos sociais e na difícil e dignificante tarefa de fazer pesquisa.

Aos colegas do curso bem como aos do mestrado das turmas de 1995/96, com os quais frequentei aulas e bares, alegrias e angústias, dificuldades e superações; de maneira especial, destaco o Diógenes, a Lilian, o Paulo e a Fátima.

À Elizabeth, companheira de sempre que, nas angústias, ansiedades e alegrias de sua pós-graduação, teve a sabedoria e a compreensão suficiente para entender as minhas e criar um clima de convivência e partilha.

Aos colegas professores dos departamentos de Economia e de Estudos Sociais da Universidade de Passo Fundo que assumiram atividades e sempre me apoiaram nesse período de aperfeiçoamento; de modo especial, manifesto minha gratidão ao diretor, prof. Acioly, pelo apoio recebido.

À Universidade de Passo Fundo, pelo apoio financeiro e por um tempo parcial de liberação, os quais permitiram que a pesquisa se concretizasse.

A Capes, pela bolsa via PICD, sem a qual seria impossível viabilizar esse tempo de estudo.

Aos padres e às funcionárias das casas paroquiais que me acolheram e não mediram esforços e atenção, demonstrando simpatia, gentileza e hospitalidade.

Ao estímulo e à confiança de minha família em geral e da minha mãe em particular, que, na sua simplicidade, sempre me questionou se não havia ainda estudado o suficiente *para a vida*.

RESUMO

O presente trabalho é uma análise dos aspectos constitutivos do cotidiano de um grupo de agricultores familiares da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Buscamos enfocar a dinâmica dos processos socioeconômicos que constroem, reproduzem e redefinem relações sociais e o agricultor familiar nesse espaço rural. Privilegiamos a dimensão dos processos sociais que organizam o trabalho do agricultor familiar, suas racionalidades e intencionalidades, que se agrupam em estratégias e formas de ações constitutivas daquilo que chamamos de *ethos de colono*. Partimos da hipótese geral de que as diferentes formas como se organizam o trabalho e o convívio da unidade familiar estão em profundo conflito/tensão com a racionalidade técnico-econômico, sendo partes integrantes de seu próprio movimento, porém fundando-se nas relações sociais e nos convívios que estruturam o vivido no meio rural. Procuramos inventariar e compreender as transformações em curso que perpassam e redimensionam o espaço rural/agrícola, sua dinâmica local, principalmente nas multivariadas relações de trabalho, enquanto *conjunto sistêmico* de relações, estratégias e *racionalidades adaptativas* frente e inseridas no modelo produtivista que o alimenta. A análise busca interligar a esfera familiar agregada ao *sistema de trabalho* e ao fator terra, ambos normatizadores das formas variadas de sobrevivência e das redefinições que se processam. A problemática que perpassa nossa análise gira em torno da possibilidade ou não de um *ethos de colono* centrado na família, enquanto unidade de produção e de convívio. A questão que nos move é se o sistema de objetos técnicos, o direito, em suas formas de contratualização, a agroindustrialização, bem como as formas variadas de trabalho assalariado romperam ou não com o modo de organização de vida familiar. Concluimos demonstrando e dando ênfase aos componentes socioculturais imbricados nas questões econômicas, os quais organizam ações e estruturam os sujeitos sociais e indicam significados definidores de formas de convivência no meio rural com a *sociedade englobante*.

ABSTRACT

This present study is an analysis around constitutive aspects of the daily life of a familiar group of farmers situated in the superior region of the northeast in Rio Grande do Sul. We aimed to focus the dynamic of the social-economical processes that construct, reproduce and redefine the social relations and the familiar farmer within this rural space. We privileged the dimension of social processes that organize the work of the familiar farmers, its rationality and intentions that are linked into strategies and modes of constitutive action of what we call *ethos of the farmer*. We started from the hypothesis that the different ways of how the work is organized and the acquaintance of the familiar unit are in a profound conflict/tension with the technical-economical rationality, being a forming part of its own social movement, however, it is based in the social relations and in the acquaintance that structure the life in the rural area. We tried to collect and comprehend the transformations that are currently happening and which go through and reconstruct the rural space, its local dynamic, mainly in the many ways of work relations, as a systemic set of relations, strategies and adaptive rationality in relation to and inserted in the productive model that maintains it. The analysis aims to link the family sphere aggregated to the work system and to the land factor, both normative of the different ways of surviving and of the redefinitions carried out in the process. The problem that happens in our analysis is connected to the possibility or not of a farmer ethos centered in the family as production unity and acquaintance. The question is to know whether the system of technical objects, the law in its ways of contracting, the agribusiness, as well as the different ways of salary work, break up or not the way of organizing the family life. We conclude by showing and emphasizing the social-cultural components inside economical questions, which organize actions and structure the social subjects and indicate defining meaning of acquaintance ways in the rural area with the global society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I PARTE: A CONSTITUIÇÃO E REDEFINIÇÃO DO <i>ETHOS DE COLONO</i>	47
CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIAS SOCIOECONÔMICAS: ELEMENTOS QUE PRODUZIRAM E REPRODUZIRAM O ESPAÇO E A VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	47
1. 1 - “Imigrar e migrar (...), [ser] proprietário e trabalhar”	47
1. 2 - Novos espaços..., o <i>ethos</i> redefinindo-se em torno da família e do trabalho na terra... 53	
1. 3 - O universo das relações cotidianas: a vida local	66
1. 4 - A centralidade e a memória da família: “ter para comer e progredir”	72
1. 5 - O sagrado e o profano.....	84
CAPÍTULO 2: PERMANECER, TRABALHAR E CONVIVER: RACIONALIDADES EM CONFLITO.....	89
2. 1 - A comunidade como espaço de referência.....	89
2. 1. 1 - Espaço devocional	90
2. 1. 2 - A exteriorização da negatividade: “le besteme”	93
2. 1. 3 - Os representantes internos da fé	94
2. 1. 4 - Espaço da identidade, da afetividade e da sociabilidade	98
2. 2 - A socialização no trabalho e as relações com a terra	101
2. 2. 1 - Os ciclos do trabalho	104
2. 2. 2 - O saber-fazer interno	108
2. 2. 3 - O cuidar de si.....	117
2. 3 - As relações na família e a dinâmica das gerações	121

2. 3. 1 - Herdar.....	122
2. 3. 2 - Os <i>nonos</i> : “varda que se catemo in paradiso”	131
2. 3. 3 - Parentes e compadres: a <i>precisão</i> em questão	134
2. 4 - O “colono-mesmo” na roça.....	138

II PARTE: AS AÇÕES E CONCEPÇÕES DA RACIONALIDADE MODERNA NO COTIDIANO DO COLONO: A DINÂMICA DO SISTEMA DE TRABALHO 143

CAPÍTULO 3: PLANTAR, CULTIVAR E... VENDER..... 143

3. 1 - O entorno regional	144
3. 2 - A base da organização econômica	146
3. 3 - “Cargueiro, carroceiro, caminhão: São Ricardo a São Cristóvão, o fim da solidão” .	149
3. 4 - O vendeiro e o comerciante	153
3. 5 - As dinâmicas econômicas e as variações de produção	157
3. 5. 1 - “Os de muito e os de pouco gasto”	159
3. 6 - Diferenciações internas.....	167
3. 7 - As ações internas de trabalho: parceria, ajuda, trocas de dias, remunerações	172
3. 8 - A estratégia da produção de leite.....	181
3. 9 - As (agro)indústrias caseiras	188
3. 10 - Os colonos do basalto	190

CAPÍTULO 4: ESTRATÉGIAS FAMILIARES E PAPÉIS DIFERENCIADOS 201

4. 1 - A família e sua difícil demarcação conceitual.....	202
4. 2 - A ótica das estratégias	206
4. 3 - Novos processos relacionais e a “mulher de colono”	207
4. 4 - O horizonte da afetividade/sexualidade.....	211
4. 5 - A dimensão do gênero no trabalho	214
4. 6 - O ser da família.....	219
4. 7 - O produzir-se internamente: opções, posições e prioridades	221
4. 8 - O conjunto e as partes: a mulher como elo de ligação	224
4. 9 - “Costuramos bolas, fizemos tênis, sapatos... um pouco na roça, bastante em casa....	227

4. 9. 1 - As redefinições e a multifuncionalidade do trabalho.....	230
4. 9. 2 - As relações internas de trabalho e a <i>identidade</i> feminina.....	236
4. 10 - Os ateliês de calçados	238
4. 10. 1 - As relações de trabalho.....	241
4. 10. 2 - O fortalecimento da família	247
4. 10. 3 - Os vínculos temporais e espaciais.....	250
4. 11 - A “colona mais lá do que aqui (...), da cidade e da roça”	255
4. 11. 1 - A centralidade da mulher	256
4. 11. 2 - As várias faces dos conflitos	260
4. 11. 3 - As expectativas e os projetos de vida.....	263
4. 11. 4 - Os olhares internos	265
4. 11. 5 - Os espaços internos.....	266
4. 11. 6 - Os vários papéis e sua unidade	268
4. 11. 7 - O todo manifesto nas partes.....	270

CAPÍTULO 5: AS CERCANIAS DO COTIDIANO: TÉCNICA E DIREITO 277

5. 1 - Pressupostos epistemológicos do cotidiano.....	277
5. 1. 1 - O resgate dos sujeitos	279
5. 2 - O cotidiano e a técnica.....	281
5. 2. 1 - O imaginário da técnica	283
5. 2. 2 - Concepções sobre a técnica	285
5. 3 - A <i>episteme</i> do processo técnico.....	287
5. 4 - O aspecto micro das técnicas: as da vida cotidiana.....	291
5. 4. 1 - Tempo e domesticidade no cotidiano técnico	292
5. 4. 2 - Técnica como construção social.....	294
5. 5 - Técnicas do cotidiano: o espaço do lar e a modernidade no vivido do colono.....	298
5. 5. 1 - A comida e os ritmos do cotidiano à mesa	302
5. 6 - A técnica, o tempo e o espaço	310
5. 6. 1 - A técnica no espaço produtivo: inserir-se ou não	314
5. 7 - O trator: “aqui ele é tudo”	319
5. 8 - O <i>direito</i> e o cotidiano: o estar <i>com</i> e <i>no</i> contrato.....	327
5. 8. 1 - O <i>direito</i> e a sociabilidade	333

5. 8. 2 - O <i>direito</i> e a moralidade no vivido.....	332
5. 8. 3 - O contrato de produção e as diferenciações internas.....	338
5. 8. 4 - O contrato e o saber-fazer interno	342
5. 8. 5 - Intencionalidades que se cruzam (em conflito).....	346
 SÍNTESES E IMPLICAÇÕES FINAIS	 353
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 373

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da área e da produção dos principais produtos agrícolas do município de Casca, 1990 - 1995

Tabela 2 - Quantidade (t) de uva produzida entre 1991 - 1993

Tabela 3- Evolução da área cultivada (ha) e da produtividade (kg/ha) das culturas de arroz e feijão do município de Marau, 1970 - 1990

Tabela 4 - Mecanização das culturas em Serafina Corrêa, 1996

Tabela 5 - Estabelecimentos rurais por grupo de área total em Serafina Corrêa, em 1996

Tabela 6 - Estabelecimentos rurais por grupo de área total em Serafina Corrêa, em 1996

Tabela 6 - Evolução da produção avícola de corte no município de Nova Araçá, 1981 - 1997

Tabela 7 - Destino da produção (%) do município de Nova Araçá em 1996

Tabela 8 - Evolução da bovinocultura de leite do município de Nova Araçá, 1981 - 1995

INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio rural

O caminho que nos conduz à compreensão de algo é sempre penoso, cheio de encruzilhadas, às vezes sem signos indicativos; porém, se esse caminho for trilhado com paixão, torna-se um exercício agradável e fascinante. O amadurecimento da opção trilhada acontece, muitas vezes, na caminhada, em meio aos deslizos, às controvérsias, às inquietações e perplexidades que o mundo nos apresenta e que o rural dinamiza e induz. Esse processo como um todo não permite que sejamos facilmente absolvíveis de nossos equívocos, nem mesmo que tenhamos a clareza do possível amadurecimento de certas concepções.

Adentrar para o campo da análise sociocultural e econômica do espaço rural é ter a certeza de estar num terreno movediço, inquieto e que quer se firmar em meio a contradições, multiplicidades e fragilidades de problemas/resoluções que o pesquisador apresenta.

É nesse contexto que o interesse em pesquisar o *mundo da vida*¹ do produtor familiar brotou; é fruto de uma paixão, de um envolvimento e de um *habitus cultural* de raízes profundas que nos ligam e nos instigam ao encontro com o passado histórico que *aparentemente* se reconstrói numa outra dimensão (sob o olhar do *sistema técnico* e da *contratualização*).

A intenção em adentrar nos estudos acerca do agricultor familiar também se alimentou da necessidade que sentimos de uma concepção crítica de sociedade, que, ao que

¹ Retiramos a noção de *mundo da vida* de Habermas (1989), ressaltando, obviamente, sua complexidade e a redução conceitual que lhe damos aqui. Habermas busca recuperar o sentido de *mundo da vida* como um horizonte, como o pano de fundo onde a *racionalidade comunicativa* se realiza. É um acervo de padrões de interpretação transmitidos culturalmente e organizados lingüisticamente; linguagem e cultura o constituem; é comunicativamente estruturado; é um *a priori* social inscrito na intersubjetividade do entendimento lingüístico, portanto, dinâmico e alterável, mas que tende a dar confiança, certeza, consenso; que possui uma estrutura de pressupostos inevitáveis, uma espécie da ontologia do consenso prévio. É nessa estrutura de

parece, se alicerça em vínculos mercantis sob o paradigma do mercado. Os elementos e os processos conseqüentes disso para o meio rural são conhecidos: êxodo rural, movimentos sociais, urbanização desenfreada, desemprego, redefinições de vínculos familiares, etc., assim como o (res)surgimento de inúmeras *estratégias*,² de *racionalidades adaptativas (releituras)* e histórias incorporadas em função das *armas disponíveis* e das condições objetivas de enfrentamento e adaptação de que os agricultores dispõem, que intencionam e que, quando podem, realizam.

Esse processo, como um todo que envolve estratégias, trajetórias, formas de capital e estilos de vida, está redefinindo e questionando abordagens dicotômicas, lineares, *essencialistas* (românticas e de forte cunho étnico-culturalista), *estruturalistas* (sob a ótica do movimento e acumulação do capital), dentre outras.

Em termos mais *objetivos*, acreditamos - e queremos contribuir com isso em nosso trabalho - que a agricultura familiar precisa ser dinamizada, incentivada, assistida e reproduzida. Para tanto, é imperativo que se possibilite o conhecimento de alguns aspectos de seu vivido sociocultural, que se manifestem suas inquietações, desejos, conflitos e utopias, ainda que se caminhe por uma trilha/picada considerada por alguns teóricos e por determinadas políticas públicas como *residual*. O enfoque da *funcionalidade*, sob um outro viés e despido de preconceitos da racionalidade econômica, precisa ser retomado e inserido no debate acerca dos processos sociais que compõem nossa conjuntura atual.

Sabemos que, mesmo com a dinâmica intensa dos fatos, os estudos do meio rural - talvez com exceção de algumas abordagens econômicas preocupadas com noções de produtividade, eficiência, maximização de fatores, intersectorização, etc. - padecem por serem preteridos nos nossos centros de ciências humanas e sociais. O campo social na análise do rural reflete os preconceitos, mesmo que em alguns casos paradoxais, acerca do meio rural. Para que estudar o rural se se pode investigar o urbano e ter o rural como

comunicação que o indivíduo tem a base de sua socialização.

² Quando falamos em estratégias, estamos pensando na reprodução, ou seja, como *ação consciente* (não na ótica do *individualismo metodológico*) e racional de disposições que tendem a reproduzir as condições de sua própria reprodução. Estratégias e *habitus* (Bourdieu), localizados historicamente e historicizando processos sociais, são noções que estruturam tendências no sentido de perpetuar identidades, fatores e relações de ordem social e cultural, ou seja, reproduzir as condições de sua própria reprodução. Bourdieu utiliza o conceito de *sistema de estratégias de reprodução* como constitutivos de sistemas e de pressões estruturais que pesam sobre os agentes, os quais, ao mesmo tempo, têm possibilidades de respostas ativas a essas pressões (visão diferente do mecanicismo estruturalista) (Brioschi e Trigo, 1989). Para o nosso caso, além do já exposto, entendemos estratégias como o conjunto de ações ordenadas por indivíduos ou grupos (família) que objetivam, em curto ou médio tempo, reproduzir-se e reproduzir condições de reprodução, tendo sempre presente o estado dos mecanismos de reprodução disponível (o *peso* e a importância da tradição e sua vinculação ao processo

espaço por extensão? O que existe de rural que não passou pelo viés da modernização/modernidade e urbanização?

Aparentemente, estudar o rural (sob o veio cultural e social) é cavar num *não-lugar*, principalmente para os *saudosistas* e *românticos*, como também para o pólo oposto, os *produtivistas*. O mercado não se homogeneizou em seu espaço globalizado? O agricultor não assiste à mesma TV e escuta o mesmo rádio que o cidadão ouve? É a sua relação de proprietário e trabalhador ao mesmo tempo que, segundo alguns teóricos do capitalismo globalizado, é uma irracionalidade econômica? Ou é a racionalidade econômica capitalista que se impõe no seio da produção familiar, fazendo com que essa se adapte e maximize os fatores econômicos a ela direcionados sem deixar de lado seu caráter familiar? As questões são muitas; as respostas, talvez, reduzidas!

A questão da pluriatividade ou da agricultura de tempo parcial³, por exemplo, é algo novo em termos de relações de produção no meio rural, porém é vista muito mais sob a ótica das transformações empresariais e globalizadas do que das redefinições por que passa a família, enquanto unidade de produção, e o meio rural em geral.

O fio condutor do trabalho *localiza-se* na tentativa de apreensão de uma dinâmica sociocultural que interage na concomitância com o trabalho (produzida por esse como ação humana), nos vínculos de convívio e de sociabilidade familiar e espacial.

Acreditamos que o dinamismo dos processos sociais agrários hoje, sua organicidade e importância social são mais desafiadores do que nunca. Os vários campos das ciências sociais, sob a desgraça da tão propalada crise de paradigmas e, algumas vezes, preocupados demais com os macroprocessos, esforçam-se para compreender e correr atrás da dinâmica dos fatos; porém, muitas vezes, esquecem as suas microinstâncias, a sua subjetividade, a *organização da vida* dos sujeitos sociais envolvidos, suas estratégias e *racionalidades internas*,

moderno de [con]viver e produzir).

³ A chamada *farming part-time* e/ou *pluriactivité* é objeto de um grande número de pesquisas desenvolvidas na Europa e em países de estágio de desenvolvimento industrial avançado. Não vamos adentrar aqui na sua discussão (objeto de nosso quarto capítulo), apenas enfatizamos que há vários critérios na conceituação tipológica, bem como uma diversidade contextual e empírica que busca dar conta dessa conceituação. As mudanças que ocorrem no meio rural são multidimensionais e não podem ser vistas só sob o ponto de vista estrito da produção/consumo. No caso brasileiro, essas práticas pluriativas envolvem a família, redefinem a base social da agricultura (formal e informalidade), flexibilidade das tarefas e de jornadas, do nível de mecanização, da redução da área de terra, do problema do patrimônio familiar em relação ao número de filhos, etc. Nos países de desenvolvimento econômico avançado, o agricultor não tem mais somente um estatuto social de produtor agrícola; ele combina atividades rurais com outras atividades dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industrial, quanto nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural (ver Graziano da Silva, 1996; Alentejano, 1997; Schneider, 1994; Carneiro, 1995, dentre outros).

implementadas como *experiências* relacionais de um mundo historicamente vivido. É nesse âmbito que procuramos nos inserir para realizar a análise do tema.

O espaço da investigação empírica

Muito nos questionamos acerca do possível espaço de obtenção de dados e de informações; afinal de contas, o que há de tão próprio no produtor familiar, nos seus espaços locacionais e nos estratos sociais específicos? Os agricultores se movem por tipologias internas e externas em suas relações sociais e econômicas? O produtor familiar, em geral, não obedece a determinados pressupostos e regras na sua ação, os quais lhe são próprios e constituintes?

O grau de generalidade cultural e econômica da agricultura familiar não poderá omitir o fato de que, se não é tão diversa, pelo menos reserva particularidades manifestas. A unidade familiar organiza a produção e a sociabilidade interna e externa ao redor do grupo doméstico e de convivência, enquanto trabalhadora e proprietária, fundada em âmbitos valorativos e tradicionais na sua dinâmica com o social (Chayanov nos forneceu esse saber); portanto, ela também absorve, enfrenta, dinamiza, rompe e redefine processos presentes na *sociedade envolvente*.

Partindo desse pressuposto, o espaço locacional de pesquisa não faria tanta diferença se fosse aqui ou acolá! Então, como resolver a questão? A pre-determinação espacial e seus estratos sociais e culturais presentes não induziriam a uma observação apenas confirmativa dos *a priorismos* definidos? As hipóteses não estariam apenas *oficializando* a realidade? Essas e outras questões nos alertaram para a necessidade de delimitação, de caracterização (espacial e humana), de definição de tópicos e de estruturação de uma problematização que nos colocasse no âmbito do *estranhamento*.

O local é, ainda, um *lugar* hoje? Em meio às determinações da *totalidade* (globalização) as particularidades históricas permanecem? Partimos do lugar/local como ponto de referência, como materialidade espacial, como *totalidade concreta* em articulação com a produção/reprodução das contradições históricas específicas, da articulação entre fenômenos e das contradições que são próprias da dinâmica do real e que se constituem e se manifestam no local/lugar.

Tendo isso presente, a definição e/ou relação *objeto/espço* começou a ser percebida como importante em nosso projeto de pesquisa à medida que concebemos que o genérico

não abafa nem omite especificidades, aliás, o grande desafio está em encontrar o genérico no particular, e vice-versa, numa relação *dialogica*. A diversidade de relações construída e constituída no vivido do que se convencionou chamar de agricultura familiar baseia-se nas relações com o espaço e com as dinâmicas do *sistema de trabalho*, no vínculo *funcional* entre família e seu entorno sociocultural.

Pelo fato de o nosso problema de pesquisa (como veremos mais adiante) girar em torno da dinâmica da racionalidade *moderno-produtivista* em sua aplicabilidade no meio rural, vinculada ao horizonte da família como unidade de produção e de convívio enquanto *organização da vida* do colono, tivemos de localizar um espaço onde alguns critérios desse vínculo pudessem ser mais dinâmicos. O recorte espacial e social se deu em função do objeto e de seus instrumentos conceituais de investigação. Tínhamos presente que precisávamos encontrar um espaço que não se *adaptasse* às *verdades* hipotéticas, previamente definidas, mas que as confrontasse e as desafiasse.

Após andar por várias regiões do Planalto Médio, do Alto Uruguai e da Encosta Superior do Nordeste no Rio Grande do Sul, julgamos que a última (ver mapa em anexo) nos oferecia elementos relacionais, em termos econômicos e culturais, que pudessem confrontar nossas intenções iniciais. Afinal de contas, pensar numa *economia moral* (Woortmann, 1990; Sarti, 1996; Villani, 1989, Thompson, 1981, dentre outros) num espaço de penetração agroindustrial, de trajetória de vínculos mercantis, de relações pluriativas com empresas urbanas, acreditamos, é mais do que desafiar a *episteme* que *a priori* se pensava!

Escolhemos quatro comunidades (três serviram como espaços-base de investigação) em municípios diferentes em razão de especificidades e diferenciações em termos de estratos produtivos, relações de produção e vínculos interétnicos. Os municípios de Paraí, Serafina Corrêa, Nova Araçá e Casca demonstraram-se paradigmáticos para as análises previamente estabelecidas, dentre elas: a presença intensa de agroindústrias modernas; a história incorporada nos colonos, quase que secular, de envolvimento mercantil da produção de suínos, milho, uva, fumo e leite; a profunda relação com a terra (e toda sua *racionalidade prática e simbólica*); a trajetória presente de vínculos comerciais, de agroindústrias caseiras e, acima de tudo - o que iria colocar realmente à *prova/confronto* nossas hipóteses -, a presença de relações pluriativas e de vínculos de trabalho industriais que, aparentemente, não pressupõem diretamente a existência e a importância do fator terra.

O elemento terra (propriedade), o fator herança (patrimônio), o vínculo mercantil

dos produtores, o desequilíbrio ecossistêmico e humano (fator terra e demografia na família), dentre outros, sob a ótica do *bloqueio fundiário* (Souza, 1992) e da precariedade de relações econômico-financeiras foram elementos preponderantes na determinação ocupacional e locacional, envolvendo, obviamente, *razões práticas e simbólicas*⁴.

A topografia extremamente montanhosa, o esforço por transformar espaços produtivos com presença de pedras no solo em *pura terra*⁵, a dimensão simbólica entre ser colono e trabalhador *para* a agroindústria, o ensino generalizado do 2º grau na cidade, a presença da técnica e do direito normatizando relações funcionais e de convivência, a secular cultura do vinho, a valorização da comunidade, a presença de microassociações de produção e de comercialização como estratégias internas de maximizar fatores econômicos, entre inúmeras outras, complementam as variáveis que *a priori* definimos para a análise de relações cotidianas que se processam nesse espaço.

O âmbito do problema

Objetivamos, neste item, caracterizar o tema em estudo, identificando as categorias norteadoras do caminho a ser traçado no trabalho.

O âmbito geral do problema gira em torno de uma relação complexa entre família (*ethos de colono*⁶, *economia moral*, grupo doméstico, de convívio e de trabalho,

⁴ No decorrer do trabalho, em geral, essas noções, baseadas em M SAHLINS, *Cultura e razão prática*, serão enfocadas e servirão de suporte teórico para relações evidenciadas no nosso espaço de pesquisa.

⁵ Essa "é a luta que não pára (...), as pedras dão cria. Luta-se o ano todo contra a presença das pedras na terra de máquina" (nos diz um colono), as quais dificultam a entrada das máquinas para o plantio e colheita, principalmente do milho. Transforma-se o solo pedregoso em "pura terra". Como a presença das máquinas "alivia" o trabalho braçal, a própria concepção de terra e/ou propriedade é diferenciada em seu âmbito econômico e social: "terra, terra mesmo tem pouca, mais é pedra"; ganha conotação prática e simbólica em função do produto a ser produzido, dos meios técnicos para viabilizá-lo e do sistema de trabalho envolvido.

⁶ Quando falamos em *ethos*, estamos falando de representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido e a realidade social na qual o indivíduo está inserido, socializado e que também define seu comportamento (Woortmann, 1995). Na visão de Gaiger (1994, p. 178), o *ethos* diz respeito a uma sabedoria implícita ao domínio das informações sociais e mentais que são operacionais e adquiridas ao longo da experiência da vida "O *ethos* orienta não apenas a gestão da vida cotidiana, mas igualmente a relação frente aos acontecimentos incomuns, às perturbações da rotina que deixam os indivíduos frente à incerteza e à insegurança. (...). Embora não se constitua como sistema explícito e necessariamente unificado, essa disposição possibilita aos indivíduos agir espontaneamente em qualquer situação, de forma que lhes pareça razoável, relativamente coerente e com chances de êxito". Quando falamos de um *ethos de colono*, não estamos querendo apresentar um modo coerente e estanque de uma lógica tradicional e de reprodução local; lançamos mão dessa noção pelo grau de complementariedade entre a noção de uma *reprodução simples* dos meios de produção (produção necessária) com a lógica da esfera mercantil, envolvendo processos sociais, políticos e culturais contraditórios, porém que se *fundam* para formar e redefinir modernização com tradição, tanto no âmbito microlocal quanto em instâncias promotoras do processo econômico. A noção de *ethos de colono* está muito próxima à noção de *campesinidade* (Woortmann, 1990). Ao tematizarmos o *ethos*, então, temos presente as noções de

sociabilidade, rendimento indivisível, hierarquias...) e processos produtivos que tendem a se *fundar* numa racionalidade produtivista, técnico e econômica (empresas, trabalho externo, fator terra, maximização de fatores: salário, localização, natureza...). A respeito desse horizonte relacional, esboçamos algumas questões que nos preocuparam e que guiaram nossas reflexões e análises.

Não objetivamos analisar as agroindústrias nem as indústrias (na região são muitas) que vinculam os produtores familiares; o foco central são as (inter)relações que se produzem a partir das relações (agro)industriais.

Como já dissemos, a região se caracteriza pela presença de agroindústrias, cujas atividades são variadas. A topografia montanhosa, que dificulta atividades mais dinâmicas em termos mecânicos, obriga os agricultores a diversificarem seus produtos. Então, as agroindústrias encontram aí um terreno fértil para se dinamizarem; os produtos são variados, as relações também. Daí advém a primeira questão: quem é o colono⁷? O que significa abandonar ou reduzir o trabalho na roça para se dedicar à exploração de pedras ou à criação de aves e suínos para as agroindústrias ou, então, buscar trabalhos na cidade? A presença das agroindústrias, utilizando variáveis maximizadoras de tempo e espaço, promove transformações no universo econômico e de vida do colono? O fator *terra* é ainda importante para a reprodução do colono da região? Que significados isso tem na construção e reconstrução de imaginários norteadores do cotidiano da família? As fábricas de bolas e de calçados *invadiram* espaços domésticos, em termos físicos e simbólicos, redefinindo concepções, inclusive de sociabilidade. Esse processo, como um todo, representaria apenas a organização externa do processo de produção industrial, ou vem ao encontro também de

incorporação, de sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, estéticas e culturais), quadros de referência e condutas; todas elas em dinamismo/confronto com processos sociais e visões de mundo.

⁷ *Colono* significa viver numa colônia, de preferência, possuir um pedaço de terra suficiente para a sobrevivência, comumente o mínimo equivalente a uma colônia (25 ha). Essa designação é mais presente no Sul do Brasil, espaço de maior influência do colono/imigrante europeu (Seyferth, 1984). Os produtores rurais da região se autodenominam *colonos*: somos colonos porque trabalhamos na colônia". Não basta, para eles, apenas *viver* na colônia; é preciso "*trabalhar* na colônia", portanto, o *ethos* se fundamenta numa *práxis objetiva*: ligação família e roça. Sabemos que os colonos chegaram no Rio Grande do Sul no período em que a atividade exaltada e dominante era a pecuária. A agricultura, e principalmente a familiar, que se constituiu era considerada degradante. Desse modo, *colono*, além de designar os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, no nível das representações, significa, sobretudo, "... pessoa de carência de ambição, de traquejo social, de elegância, de postura corporal e comportamental, de senso de oportunidade e de progresso, de arrojo, de perspicácia, de sagacidade" (Teixeira, 1988). A incorporação negativa dessa representação se manifesta hoje nos jovens urbanizados e/ou semi-urbanizados, nos momentos em que o próprio colono manifesta um não-saber sobre assuntos de conjuntura em geral ou questões referentes aos objetos técnicos, mas mais evidente se apresenta na relação com as agroindústrias.

elementos internos da reorganização social e econômica da família?

A presença intensa das agroindústrias de carne, cereais, fumo e frutas, das empresas de exploração do basalto, de fabricação de bolas, em meio ao espaço de produção e de vida dos colonos da região, manifesta processos históricos mais globais e bem visíveis. Não obstante, reconstrói um cotidiano fragmentado na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc., que se projeta, em conflito, na concomitância ao global. A nossa tentativa é de localizar, analiticamente, a família além de seu aspecto de *força produtiva*; de conceber o espaço, mesmo que fragmentado, hierarquizado e, em alguns momentos, homogeneizado (Lefebvre, 1983), como contínua construção em função de tempos, de lógicas impositivas de comportamentos, de uso, de hierarquias e divisões, nem sempre vistos na ótica da simples ruptura.

A idéia geral é localizar o modelo *produtivista* envolto em relações contratuais e *sistemas técnicos* de trabalho. Implica daí perceber como as novas tecnologias contribuem para mudar as relações da atividade econômica, seja em termos de localização e formas de produção, seja na origem dos objetos de trabalho e nos espaços de sedimentação cultural, de poder e de patrimônio no seio interno da família.

Em realidade, acreditamos que os discursos sobre a técnica e seu conseqüente, o progresso, acompanham o ideal de homem moderno; no entanto, a dimensão que é dada nas suas abordagens é de uma *fatalidade do progresso técnico* numa perspectiva *evolucionista* (Gras, 1989). Não obstante, é bom ter presente também que a técnica é produto e produtor de *história*; ela serve a fins que são tanto sociais quanto técnicos num quadro de relações de conflito e de poder. Os *sistemas técnicos* são também sistemas sociais. Portanto, o homem é capaz de (re)utilizar a técnica em função de procedimentos pessoais e culturais. Quando falamos em *lógicas práticas e simbólicas*, é nesse terreno que nos situamos.

Decorrente desse modo de pensar, o objeto técnico é, antes de tudo, um objeto social, mesmo que seja percebido como objeto fetichizado em toda sua existência, de sua fabricação à sua utilização. Daí a importância de perceber o imaginário coletivo e individual que norteia a técnica e os objetos técnicos no meio rural e do colono; a forma como as tecnologias novas, a simbologia do progresso se incorporam ao horizonte da tradição e dos projetos futuros daqueles.

Nesse quadro, encontra-se o papel do direito racional, que se apresenta, nas últimas décadas - e no bojo do *paradigma modernizante* - com ênfase no espaço rural e, principalmente, no seio da unidade familiar; é expressivo de relações no *universo interno*

que tematizam a estrutura e o funcionamento do patrimônio, dos desejos e das intenções no âmbito da individualidade (estudo, casamento, opções religiosas, valorização do gênero e de papéis diferenciados...), no resguardo da propriedade, na forma de se relacionar com a terra, com o teológico e com a natureza em geral e, fundamentalmente, como normatizador de relações de trabalho entre colonos e desses com o capital agroindustrial, financeiro, comercial e empresas ligadas à exploração da pedra basalto e de fabricação de produtos de couro. Os *diálogos* que se processam são variados, multiintencionais e funcionais. Os códigos lingüísticos do contrato e as interações que os fundamentam se revelaram, para nós, como instrumentais profundamente problematizadores do cotidiano do colono.

Essa forma de olhar e de problematizar a ação do direito também deve levar em conta aspectos envolvidos no *sistema de valores*, nas particularidades das relações sociais que se conjugam (de ambas as partes) em duas lógicas, porém conflituosas, em alguns casos inconciliáveis, mas que lutam por fazer valer *subjetividades englobadas* numa cotidianidade de inovações técnicas.

O nosso interesse maior nessa análise é perceber, além das inúmeras transformações no vivido do colono, a partir da relação de produção legitimada pelo direito, as *intencionalidades subjetivas* que induzem o pequeno produtor familiar a se inserir no *modelo produtivista*. As perguntas básicas são: que suportes simbólicos estão implícitos na unidade familiar de produção e de convívio a partir da relação contratual de produção? Como o indivíduo e a identidade⁸ social de produtor rural se inserem na *sociedade global*? Quais são os processos e os limites da mudança cultural e socioeconômica suscitados por essa decisão?

Implica em levar em conta a noção de mudança, de resistência, de posição da sociedade local (seus atores) em relação à sociedade global, o papel da difusão técnica e de sua expressão frente a um sistema de valores culturais locais; implica compreender o *ato social* do contrato de produção e da inovação técnica em interação-construção em *identidades ideais* (colonos, produtor moderno, integrados, etc.) e de modos de vida em conflito em seu cotidiano material e subjetivo.

Processos gerais justificadores da pesquisa

⁸ Quando falamos em *identidade*, malgrado a complexidade que a noção expressa, não a estamos vendo em sua rigidez, nem na sua imutabilidade, muito menos no seu purismo e/ou ausência de alteridade. No dizer de Santos (1997), identidades culturais são sempre resultados transitórios e fugazes de processos de identificação; escondem negociações de sentido, temporalidades em constante processo de transformação. Identidades são *identificações em processo*, dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções.

Os processos sociais que atravessam, criam, rompem e reestruturam o espaço rural/agrícola atual, principalmente na região elencada, revestem-se de extrema dificuldade em termos de compreensão.

Algumas questões *velhas* permanecem ainda sendo alvo de *novos* entendimentos, como é o caso, por exemplo, da presença, redefinida ou não, da produção de base familiar em meio ao processo de produção capitalista (veremos melhor isso mais adiante, ao discutirmos alguns aspectos teóricos relacionados a esse estrato); outras, mais *novas*, fruto de dinâmicas tanto em nível global (macro-processos socioeconômico-culturais) quanto no âmbito *local*, fazem-se presentes. É o caso da globalização, da expansão dos mercados (suas exigências técnico-econômicas), da mundialização de universos simbólico-culturais e da tecnificação dos espaços produtivos. O Estado também passa por e é indutor de transformações, pendendo, hoje, quase que unilateralmente, para a tendência neoliberal. As biotecnologias imbricadas às tendências de consumo não convencionais, a chamada *desagrarização* e a nova ruralização, a questão do Estado e a agricultura familiar, a redução drástica da população, de trabalhadores e do número de filhos no meio rural, a dinâmica da pluriatividade, etc., tornam-se também lugar nos novos formatos que se apresentam hoje nesse espaço. Tudo isso tem implicações diretas sobre as *velhas* questões, bem como problematiza outras novas.

Essas dinâmicas misturam-se e implicam-se com as de ordem simbólica, cotidianas, de cunho familiar, tais como as relações de trabalho e de reprodução do patrimônio familiar normatizadas pelo direito (produção contratual e de trabalho externo, valorização da individualidade, questões ligadas às relações de gênero, o *status* e o estatuto social de trabalhadora rural e/ou chefe de exploração conferidos à mulher); adicionados a isso estão os movimentos sociais, tematizando questões de cunho econômico, político, cultural, alguns mais estruturados, outros mais fragmentados e localizados.

Exemplos disso pipoqueiam em nosso espaço regional. A renovação do conteúdo da interdependência entre o agrícola e o rural, a dimensão política de ser agricultor familiar, a existência do rural, do tradicional, a dissociação entre propriedade e exploração⁹, o rural no agrícola e a tendência de reduzir o agrícola no rural, a noção de paisagem e de ecologia

⁹ É o caso das centenas de famílias que trabalham em minas de pedra próximas às suas casas. Para viabilizar a exploração dessas minas, muitos colonos as venderam, de forma que, hoje, eles têm de trabalhar de empregados, de arrendatários e/ou meeiros em terras que eram suas.

(principalmente com a exploração da pedra basalto), imbricadas à história local, ao saber-fazer, às tradições e à integração de formas de produzir e de tipos de produtos, fazem desse espaço um *lugar* e um *local* expressivos de uma realidade em construção e de um cotidiano concebido-vivido, porém, pouco percebido. É um cenário problemático (o que não é de agora!), contudo expressivo de um espaço social construído e dinamizado por situações não só localizadas, mas em profundo conflito em nível de *identidade*, de representações e de perspectivas valorativas.

A racionalidade moderna, a globalização que a tematiza, o acervo técnico-mecânico aplicado à produção, os mercados mundiais, os mecanismos espaciais de informação, etc., são referências universais incontestes e que se manifestam no cotidiano do produtor familiar, globalizando o local, materializado pelo lugar, e aprofundando suas contradições.

O modelo produtivista e a racionalidade técnico-econômica que o norteia, inseridos no horizonte problemático da globalização, não são, porém, tão lineares, monolíticos e unidimensionais como querem mostrar seus propagadores. Há implicações profundas no horizonte da tradição e dos valores, os quais não atuam só como escudo, empecilho, atraso e anacronismo, ou seja, são utilizados e acionados tanto pelo produtor familiar quanto pelos quadros econômicos e políticos *externos* como forma de maximizar fatores de sua própria racionalidade.

A relação entre família e técnica é expressão disso. É a complexidade da experiência vivida do produtor familiar, que abarca, entre muitas outras, o aspecto cultural, a concepção de trabalho, a inserção no mundo mercantil e na esfera do conhecimento e do saber cotidiano e sua imbricação aos aspectos humano-genéricos (autonomia, moral, o social...); os mesmos, ao articularem suas atividades produtivas, mergulham num espaço real e imaginário mais amplo e imediato, fundamentado nas ações técnico-mercantis das quais participam. Mesmo que essas relações tenham um caráter heterogêneo, fragmentário e contraditório, acreditamos, expressam um lado vivo e dinâmico, fazendo com que a unidade familiar possa *se situar* e se relacionar *no mundo* e com esse interagir.

Como os processos sociais agrários são múltiplos, múltiplas também são as abordagens. Grande parte dos trabalhos buscam centrar a análise em aspectos que privilegiam produtos, relações de produção preocupadas em elaborar custos de produção, em saber se a agricultura familiar é capitalista, é subordinada formal, real ou parcialmente, se é produção simples ou ampliada de mercadorias, se é explorada ou não pelo capital agroindustrial ou por outras vertentes do capital com ela envolvidas. Trabalhos nesse

sentido se multiplicam; todos são importantes e contribuem para a compreensão do universo de relações que se complexificam no âmbito da agricultura familiar, porém julgamos que a preocupação maior concentra-se nos macroprocessos. Estudos como os de Brandão (1995), Woortmann (1995), Garcia Júnior (1989), Tavares dos Santos (1978 e 1990), Ferreira (1995), entre outros, indicam que é possível avançar por um eixo que tematize, além dos processos econômicos, a construção e o desvelar de imaginários, de espaços e de tempos contínuos e descontínuos, de relações micro com a natureza, com o universo intrafamiliar, resgatando relações objetivas e ocultas de poder, de conflitos, etc., construtores da dimensão do cotidiano.

Problematizar o Cotidiano

É bom que se diga que o cotidiano é um espaço privilegiado para a análise sociológica porque nele perpassam processos reveladores do funcionamento, da transformação e dos conflitos que engendram ações sociais. Também é bom *limpar o terreno* desde logo, esclarecendo que cotidiano não é, automaticamente, sinônimo de *senso comum*. Por mais que a *sociologia da vida cotidiana* não tenha ainda um referencial conceitual preciso¹⁰, coerente, próprio, num objeto unificado, não significa dizer que o apelo à esfera do senso comum lhe dá a vestimenta, muito menos que o conceito só é conceito na medida em que esteja amparado por uma teoria coerentemente estruturada. É, sim, um *lugar* revelador de problemas sociológicos importantes.

A sociologia, diferentemente das ciências da natureza, tem no mundo *pré-interpretado* postulados (*conceitos leigos*, diria Giddens) nos quais a criação e a seqüência dos quadros de significados passam a ser a condição do que se procura entender. Isso implica, sem dúvida, penetrar hermeneuticamente na maneira de viver dos elementos a serem investigados; implica um espaço para entender esses *conceitos leigos* (ou dos *leigos*), que, muitas vezes, são retirados dos vocabulários técnicos das ciências sociais e incorporados à racionalização do seu modo de vida.

Há uma racionalização da ação na vida diária dos indivíduos que, mal ou bem, é aferida como *adequada* a contextos ou convenções aceitas, que monitora a chamada *eficiência técnica* do agir cotidiano. É difícil conceber que as formas mais ordinárias de ação

¹⁰ Como *ciência normal* no sentido que T. KUHN lhe dá. Ver seu polêmico livro *As estruturas das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectiva, 1975.

e comportamento não possam ser qualificadas de intencionais ou *dotadas de propósitos* (como diria Weber), acreditando manifestar um resultado ou uma qualidade particular (Azanha, 1992).

O concebido (discurso articulado que determina o eixo do saber, da razão, da ciência, do direito e da técnica) e o vivido (vivência da subjetividade, do social e do coletivo num contexto específico, local, próximo...) se relacionam dialeticamente, tendo, em alguns momentos, a mediação das representações, as quais podem consolidar ambos, modificá-los, criar negativismos e irracionalismos. O desgaste e as renovações das representações, segundo Lefebvre (1973), acompanham a dinâmica das relações no mundo moderno (Martins, 1996).

Para a análise do colono, que é o que nos interessa, é importante perceber as representações que a técnica desenvolve; a forma como o concebido se confronta com o vivido; que mediações, nessas duas esferas, as representações exercem. Não há dúvida de que o urbano, o rural, a família, a técnica, a escolaridade passam por representações redefinidas de um vivido-concebido em conflito, sob os significados representados pelos signos da sociedade moderna.

Parece-nos claro que o mundo moderno induz a uma canalização dos momentos para o imediato, para o presente, para o efêmero, reduzindo o poder da memória e as exigências da vida cotidiana e tornando-a o reino do repetitivo (Lefebvre, 1981). No entanto, o homem não vive só, isolado, nem só o presente; ele agrupa-se, integra-se, visualiza-se num espaço. Esse processo, mesmo que residual, cria espaços de história, *localiza-se* na memória, cria representações do tempo, articulando-o espacial e localmente (Carlos, 1996). Essa experiência vivida, interiorizada no *vivido*, principalmente no coletivo, aproxima o passado, recorda e torna presente o *quase-ausente* (Lefebvre, 1983). Acreditamos que, por mais que o diacrônico habite o sentido histórico, o passado deixa marcas que não são só virtualidades, mas, sim, utopias, as quais, ainda que não aparentemente visualizadas, promovem conexões e ligações nos atos cotidianos.

A base epistemológica caminha pelo veio do tempo, quer dizer, a temporalidade do cotidiano, como já vimos, é não só o presente e, muito menos, só cíclica. Voltamos a repetir, há uma historicidade do cotidiano¹¹, mesmo nos fatos banais, assim como nos recônditos. Os indivíduos e os fatos (biografias) não podem ser considerados como

¹¹ Ver Franco FERRAROTTI; *Histoire et histoires de vie: la méthode biographie dans les sciences sociales*; Paris. Meridiens, 1983. Ver também, José M. PAIS; Fontes documentais na análise da vida cotidiana; *Análise Social*; v. XX, n. 83, Lisboa, p. 507 -519, 1984.

expressão aleatória (passiva) de um espaço individual e isolado; "são sínteses complexas de elementos sociais" (Ferrarotti, 1983, p. 112); "há muito mais no que se vê do que aquilo que o globo ocular descobre" (Hanson, 1971, apud Pais, 1986, p. 32).

Desse modo, estudar relações e fatos cotidianos implica estabelecer reciprocidades e implicações entre as situações envolvidas. A cotidianidade que se instaura hoje, principalmente no meio rural e na unidade familiar, não pode mais ser concebida desvinculadamente, sem uma relação estreita com as formas de organização e de existência da sociedade. Portanto, há uma história que é social, cultural e economicamente construída e constituída nesse espaço. Resgatá-la sob a ótica das temporalidades que se cruzam, sem hipostaziar o passado, porém também sem julgar que o *determinismo* da sociedade técnico-moderna fecha todos os espaços do universo cultural, é um imperativo que se nos apresenta.

Problematizar o cotidiano é perceber os mecanismos estruturais, suas representações coletivas e significados materiais que condicionam a prática reiterativa e que dificultam a apreensão e o engajamento histórico no movimento histórico ou na realidade que se desenvolve por sucessivas *superações*. É necessário resgatar a *consciência do possível*, do estabelecimento do reencontro e do afrontamento entre o que se eterniza na repetição e o que se tematiza na criação, disseminados não só no econômico-técnico e no direito, mas nos desejos, na ruptura da alienação, no informal e nas *técnicas disseminadas que operam o sistema* (Goffmann, 1982), levando em conta a historicização das relações sociais. Tudo isso, pensamos, precisa estar no horizonte problematizador das análises do cotidiano.

É com essa preocupação que orientamos o estudo do cotidiano do agricultor familiar, enfocando relações *internas* que se aglutinam ao redor de fatos mais amplos, interligados e interligantes à técnica e ao direito, como *fatos sociais novos* e redefinidores de uma cotidianidade em memória, tensão e conflito.

Nossas hipóteses de trabalho

Guiamo-nos pela hipótese de que o *ethos de colono*, por estar dinamizando todo um *sistema de trabalho* (técnica, produtividade, qualidade, eficiência, dinamismo, lucratividade, globalização, Mercosul...), desenvolve seu cotidiano também sob a ótica de uma *racionalidade interna*. Em outras palavras, o *determinismo* de mercado junto à exploração familiar não está isento de rupturas, expressas no patrimônio sociocultural, nas diferentes lógicas internas, no próprio destino do patrimônio fundiário (estratégias de

reprodução/herança), na sua capacidade de inserção no projeto que a sociedade lhe preparou e na valorização da terra (ética que aglutina e se processa *com o ambiente*, sua reconstrução simbólica). Esse processo, como um todo, promove formas estratégicas e/ou *naturais* de racionalidades internas e adaptativas junto à unidade familiar em tensão e conflito com os ditames externos do âmbito econômico.

Assim sendo, nesse horizonte epistemológico, alçamos a idéia (como uma hipótese complementar) de que o processo de ressocialização do produtor familiar induzido pela agroindústria não rompeu, na totalidade, com a concepção de *mundo rural*. Há dimensionamentos do seu cotidiano, num código ambivalente de relações e significações (que abrangem no nosso caso, a técnica e o direito), concepções assimiladas, redefinidas e reconstruídas dialeticamente a partir de sua particularidade, sendo, portanto, elemento de contribuição para redefinições e diferenciações não *a priori*ísticas da unidade familiar.

Claro que há inúmeras transformações em curso que se dão sob a ótica da racionalidade técnico-econômica, portanto externa, tais como modificação na estrutura tradicional do parentesco enquanto elemento de reprodução do patrimônio e do colono; redução do número de filhos; urbanização de valores, das relações afetivas, da dimensão teológica, da educação, do consumo, do estigma de ser herdeiro; relações de produção regidas pela contratualização, formas matrimoniais mescladas culturalmente e diferenciadas entre si; individualismo e individualidade, redefinição do papel da mulher; desruralização e muitíssimas outras.

Nesse horizonte, entendemos a vinculação da unidade familiar à agroindústria, que é talvez o espaço produtivo mais racional no meio rural da região, como forma estratégica de manter valores, espaços tradicionais em meio às relações técnico-econômicas. O resgate de práticas históricas, por mais que hoje estejam revestidas de modernidade, é um meio de sobreviver aos mecanismos de transformação tanto da técnica quanto do direito.

As temporalidades internalizadas (modernas e tradicionais) abarcam planos subjetivos e objetivos, nucleados em torno da terra, da família e do trabalho; ambas se pensam, se complementam e se vinculam. Por mais que existam máquinas, negócios, trocas, vendas, salário, excedente, agroindústria e tempo de trabalho, há pessoas, há mulheres, há heranças, há terra (ética da natureza...), há casamentos, há velhos, há hierarquias, há entreajuda e há usos, os quais, junto com as *leis de mercado*, obedecem a uma *ordem moral* (Woortmann, 1990).

Quando a agroindústria define, seleciona, exclui e adapta, serve-se, precisa e exige do

produtor familiar, não está ela levando em conta projetos individuais de sua racionalidade? A técnica envolvida nessa relação de produção não consegue ser tão linear como alguns apregoam. O perfil de integrado¹² que as agroindústrias da região redefiniram nos seus planos estratégicos para o próximo milênio não se fundamenta unicamente na racionalidade técnico-econômico-industrial.

Nesse sentido é que o direito, enquanto normatizador de relações internas e externas à unidade familiar, está inserido numa dinâmica cultural (em movimento) que transmite significados e representações configuradas no vivido histórico dos colonos. Entendemos, então, que o direito faz parte de um conjunto de estratégias que formam o imaginário subjacente às representações histórico-sociais do estilo de vida do produtor familiar, estando presentes aí relações econômicas, políticas e culturais expressas nos atos de convivência.

Desse modo, entendemos que as diferentes formas como se organiza o trabalho e o convívio da unidade familiar estão em profundo conflito e tensão com o processo da racionalidade técnico-econômica, sendo parte integrante de seu próprio movimento e fundando-se nas relações sociais e de convívio imbricadas em fenômenos da cultura e do *ethos de colono*. Daí a importância de se estudar, de compreender o conteúdo que une, interliga essa relação, com o objetivo de perceber o processo de expansão do capital na unidade familiar: como ela se adapta, reage, o que fica, o que morre, como se desenvolvem os processos, as rupturas e conflitos que daí resultam. Um dos pressupostos epistemológicos para abarcar essas relações objetivas em construção/ destruição/ reconstrução é o de que o produtor familiar não é uma condição; é, sim, um processo em constante reconstrução, sob a ótica do conflito.

Objetivos do trabalho

Nossa intenção é tematizar a agricultura familiar, enfocando a dinâmica da produção social do espaço agrário. O enfoque que objetivamos dimensionar é o da cotidianidade

¹² É bom deixar claro que, quando se fala em integração, está-se referindo às práticas produtivas dos produtores familiares, adaptadas aos moldes modernos de produção e vinculadas especificamente a um produto. No entanto, acredita-se que hoje a agricultura moderna, principalmente no Sul do Brasil, está, de uma forma ou de outra, integrada aos vários ramos da dinâmica mercantil (Tavares dos Santos et alii, 1989). Com isso, não se está querendo dizer que a todos os setores aos quais se associa perdem por completo sua autonomia. É difícil mensurar o nível que tece e que dá consistência a essa relação; o que há é uma convivência sob a ótica do conflito, sem, no entanto, perder de vista a objetividade de determinadas práticas, que se traduzem em racionalidades acionadas pelos colonos; por isso, a importância de estudos que tentem entender o universo sociocultural do produtor familiar no sentido de resgatar intensões e ações que não se explicam aparentemente só pelo viés econômico.

cimentada pela técnica e pelo direito, como construtores de imaginários sociais, sedimentados e reconstruídos junto aos colonos, no âmbito do processo social do trabalho, da dimensão cultural e da família como unidade doméstica¹³ e de convívio.

Numa perspectiva mais ampla, buscaremos analisar o conteúdo que une, embasa, dá sustentação e interliga essa nova relação, com o objetivo de perceber o processo de expansão (e seus limites) do capitalismo na agricultura, as transformações na unidade de produção familiar e as estratégias de sobrevivência, a partir das exigências do moderno, na vida e na produção. Desse modo, o que queremos é contemplar a unidade familiar como um ator social na luta pela sobrevivência, na luta por espaços, no confronto de classes, nas estratégias implementadas, e não apenas como vítima de um processo social.

Nesse sentido, propomos a análise da agroindustrialização e do universo da unidade familiar na dimensão de um *processo social de produção e de convívio do espaço agrário*, envolvendo a (re)organização do imaginário que vem sendo construído, redefinido e sedimentado pela técnica e pelo direito, pela oportunidade de estudar, pela maior valorização do indivíduo, pelo mercado, pelos ganhos, pela desruralização, pelas novas formas e relações de trabalho extensivas e intensivas do processo industrial no meio rural, levando-se em conta variáveis bem mais amplas e imbricadas em horizontes da subjetividade do colono e do próprio capital com ela envolvido.

Partimos de uma análise do cotidiano que busca incorporar as estratégias projetadas pelos produtores familiares tanto na sua especificidade como na recomposição histórica de sua trajetória. No fundo, o que queremos é *perceber como se integram, no horizonte do produtor familiar, os métodos de produção técnico-industrial; perceber as reações, os motivos, as adaptações... no sentido de entender e contribuir para clarear as particularidades do funcionamento desse estrato, bem como os mecanismos de construção, reconstrução de sua*

¹³ Entendemos aqui o *grupo doméstico* como derivação de uma organização econômica e social interna, a qual articula ações e serviços distribuídos entre seus membros, segundo regras constituídas pela unidade familiar. Caracteriza-se por um formato organizativo na geração e na administração dos serviços e dos ganhos, buscando sempre maximizar ações que promovam a distribuição de sua força de trabalho em mercados internos (propriedade familiar) e externos (Almeida, 1985). O modelo de *unidade doméstica* por nós analisado, por mais que sofra abalos em algumas famílias, principalmente de *colonos-operários* (Seyferth, 1987), baseia-se na centralidade do pai como provedor, como gerador de renda; ainda que a mulher, direta ou indiretamente, gere recursos financeiros, os meios de produção são também propriedade do marido, já que é ele que os adquiriu, o que não deixa de funcionar como um sistema de trocas, de reciprocidades e equivalências sob o manto da família. Portanto, é uma unidade familiar que, mesmo redefinida, tende a ser tradicional. A reciprocidade da força de trabalho requer a organização de um grupo doméstico, de preferência que organize as formas não remuneradas, inclusive como forma estratégica de permitir ganhos e a formação de renda em diversos mercados de trabalho (Woortmann, 1984). A ideologia da diferenciação de gênero/sexo propicia essa racionalidade interna, normalmente em benefício do masculino/marido.

subjetividade.

Ao objetivar conhecer a realidade em si mesma (porém não desvinculada de *níveis estruturais*), o que se impõe (e não poderia ser diferente) é o imperativo de se considerar os elementos que lhe dão certa especificidade. Só assim, poderemos apreender a atividade mais objetiva dos agricultores familiares e relacionando-a com as estruturas condicionantes dessa realidade; em outras palavras, perceber o local (o micro) como espaço teórico de apreensão de uma relação mais global.

Pressupostos teóricos

Representações sociais, habitus e experiência

Nesse tópico, lançaremos mão de algumas noções que servirão de guia para nosso trabalho, das quais a de *representação social* é a primeira. Primeiramente, temos que dizer que a noção não é uma construção baseada em opiniões particulares sobre o fato representado; é uma orientação coletiva fundada com base em estruturas de conhecimento que, mesmo com certa autonomia frente ao real, compartilham, refletem e se refletem nele (Jovchelovitch e Guareschi, p. 1994). Como vimos, o cotidiano é o espaço por excelência de percepção das formas, do significado e das redefinições da historicidade e da dinâmica das representações sociais. As tarefas cotidianas são ritualísticas, seu grau de repetibilidade é correspondente ao estágio de conhecimento, aceitação e repercussão ou influência das representações sociais do objeto ou da ação (Rasia, 1995).

Os valores da cultura só podem ser analisados nos signos (sinais) que manifestam esses valores, os quais, normalmente, são refeitos e reinterpretados constantemente. Os valores éticos, estéticos, práticos (do fazer) e técnicos podem estar presentes e agrupados num conjunto de representações que - no nosso caso o colono vivencia cotidianamente em seu plano de exteriorização das experiências (Idem, ibidem, 1995). Fazer o vinho (bom, ruim, “na técnica, como precisa”) implica um comportamento ético e social, uma certa racionalidade (técnica) e estética (“dame um litro de quel bon!”) que não podem ser vistos isoladamente. A releitura desses aspectos da representação mais universalizantes (técnico, ético, estético) é feita no plano da interpretação da existência e da vivência (Lastória, 1994). No conjunto das representações sociais, há um processo de filtragem na ordem do vivido do colono, ou seja, filtra-se o percebido que não afeta (rompe) a ordem cultural do vivido, que ocorre sob a ótica do procedimento. A produção tecnificada de frangos e suínos é um

exemplo dessa *racionalidade do procedimento*.

No universo epistemológico da *representação social*, as experiências humana afetiva, moral e cultural estão presentes; o processo social como um todo não se fundamenta unicamente em causas econômicas. Há experiências diferenciadas nas quais a representação social constitui uma *experiência social* fundada nos costumes, nos processos e nas instituições. Thompson (1981) nos auxilia na medida em que aglutina a vida material e sua estruturação classista com experiências do vivido na constituição do pensamento e dos procedimentos dos atores sociais. Isso não significa dar autonomia nem determinação aos processos histórico-estruturais nem aos indivíduos (Poli, 1995). Há um horizonte de experiências e sentimentos “coordenadas de sua cultura, como normas, obrigações e reciprocidades familiares e de parentesco ou -mediante formas mais elaboradas - como experiências artísticas e religiosas” (Thompson, 1981, p. 263). Valores e razão estão imbricados num campo de lutas¹⁴, de escolhas, de situações e adesões em confronto e/ou conformidade com o patrimônio cultural (*habitus*)¹⁵ e a consciência afetiva e moral dos atores em questão.

As microinstâncias de poder manifestam-se hoje, muito mais do que antigamente, pela coexistência de tendências individualizantes mescladas com arranjos familiares. Disso decorre uma concepção de que a ordem social é continuamente produzida a partir do conflito e da negociação entre diferentes agentes, sem, evidentemente, desconsiderar as determinações e representações sociais que aí recaem (Bilac, 1991). O circuito dialético entre exterioridade e interioridade (Bourdieu, 1972 e Giddens, 1991, este com a noção de *dualidade da estrutura*) não dá ao indivíduo possibilidades absolutas, mas, sim, como agente historicamente situado, as condições externas *interferem* nas suas representações e suas

¹⁴ A noção de *campo* perpassa inúmeros trabalhos de Bourdieu, referindo-se, sinteticamente, ao espaço de disposições dos agentes em lutas e conflitos por posições, recursos, legitimidades, *status*, delimitados por esferas possíveis de ação, nas quais atuam de acordo com os interesses em jogo. O campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança ou de conflito, concorrência ou cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas, com regras de funcionamento próprias (Brioschi e Trigo, 1989). Portanto, é um espaço de disputas de interesses de posições e correlações de classes, reforçador de legitimidade da estrutura social.

¹⁵ O *habitus* é o “sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações (...); ele assegura a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo, sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação tendem, mais seguramente que as regras formais (...) a garantir a conformidade das práticas e sua constância no tempo” (Bourdieu, 1989, p. 91). O *habitus* faz com que se deseje o que é bom para reprodução do todo, instinto social historicamente produzido e que reproduz a ordem social (Woortmann, 1995). Porém, é histórico e movido por agentes sociais também históricos, passíveis de desistoricização.

práticas.

Por mais que as representações da sociedade moderna tendam a focalizar as práticas sociais derivadas da existência primeira dos indivíduos ou do somatório desses, resíduos e imaginações irreduzíveis brotam das próprias relações de poder, as quais, porém, escapam do poder.

Dumont (1985) concebe a sociedade moderna como o *reino do indivíduo* como ser normativo das instituições. O individualismo que daí decorre tende a autonomizar, a fragmentar esferas (político, econômico, família...), a deslocar a representação da totalidade para o indivíduo. São *fronteiras internas* e demarcações que tendem a particularizar o social moderno, fora das posições da família¹⁶ (Brioschi e Trigo, 1989).

A noção de *habitus familiar*, ligada à noção de *experiência* (Thompson, 1981), resgata ações do sujeito como determinado/determinante, não restrito ao universo da classe, mas à esfera da cultura, à consciência social do agente, incluindo aí suas representações, experiências socialmente demarcadas, passadas e presentes, confrontadas, em conflito e tensão com seus limites (Rasia, 1995).

Thompson enfatiza os elementos culturais sobre os de natureza socio-econômica, salientando a importância de se decodificar o comportamento e de se desvendar normas invisíveis de ação, sem esquecer a estrutura das relações de classe. O interesse de Thompson é pelas formas de existência e pelas atitudes, não tanto pela transformação e pela causalidade, postulando a interação dialética entre *experiência* e *consciência social*. Ao tematizar a cultura como mediação entre relações e estrutura social, o autor está convicto de que as *classes inferiores* não são simples fatalidade da história, de processos externos e determinantes, mas, sim, ativas e essenciais na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural (Suzanne, 1995). Demonstrar a motivação racional, autônoma e coerente dos ativistas populares equivale a mostrar, em outra esfera determinante, que os *inferiores* representaram um importante papel na configuração de sua

¹⁶ Neves (1995) nos alerta para a necessidade de uma análise do produtor familiar em que se distinga o caráter de *unidade doméstica* e de *unidade de produção e de trabalho*. A autora coloca que, a partir da pluriatividade e da dupla atividade e de inúmeros outros fatores internos maximizadores de relações de trabalho e de redução de custo, a composição das famílias tem pouco a ver com o tamanho da unidade de produção e de trabalho disponível, ou seja, que as funções familiares vão além das que se fundamentam na produção. A autora insiste na libertação do mito da família camponesa para, a partir daí, levar a sério as diferenças entre unidade de produção e unidades domésticas. Acreditamos que, para o nosso caso, uma não exclui a outra, nem uma fica sob o manto da outra; nem a família reifica o âmbito do trabalho e da domesticidade. Temos a convicção de que a reflexão que prima pelo conflito/tensão, dialetizando fatos e ações, apresenta matizes de diferenciações, porém aglutinadas num horizonte que tende a unificar. É isso que tentamos refletir em nosso trabalho.

própria história,¹⁷ o que, para o nosso caso, significa resgatar os *resíduos históricos* constitutivos de relações em torno da família, configuradores do *ethos de colono*.

A *experiência* aciona e influencia a cultura e os valores, articula ações sobre outras atividades. A *experiência*, para Thompson, é gerada na vida material, localizando o ser no social e formando também sua consciência social, porém a previsibilidade das ações não é totalmente determinada. Bourdieu, Thompson, Dumont, Giddens nos auxiliam na compreensão de alguns processos sociais em construção na sociedade atual, os quais podem ser extensivos aos horizontes relacionais do meio rural da região.

Perspectivas analíticas em torno da agricultura familiar

Primeiramente, é importante frisar que o conceito de *produção familiar* ou de *agricultura familiar* é polêmico¹⁸. Mesmo assim, parte da literatura que contempla a categoria agricultura familiar é quase unânime em afirmar que estão presentes alguns pressupostos comuns para caracterizá-la, dentre os quais: a diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições; a família enquanto proprietária, trabalhadora e produtora. Esses elementos, aglutinados, dão a especificidade da noção, porém essa particularidade não isenta a agricultura familiar de seu

¹⁷ As descrições e análises de Thompson, sobre as rebeliões pela falta de alimentos na Inglaterra do século XVIII, mostram-nos como os aldeões, movidos por uma *economia moral*, impunham a coleta e a venda de grãos conforme a tradicional economia moral, vendendo o grão a *preços justos*, o que fez a pequena nobreza rever seus conceitos sobre o papel do ativismo coletivo, bem como manter alguns aspectos do modelo paternalista. Thompson foi claro ao argumentar que uma concepção comunitária compartilhada, fundada numa economia moral ou do preço justo, induzia à ação e influenciava as formas de comportamento das massas, a luta de classes e a consciência de classes brotando no interior desse processo (Suzanne, 1995). O papel de uma *economia moral* compartilhada torna-se associado a questões de poder, identidade e imbricação aos horizontes da estrutura social, demonstrando, assim, a importância dos fatores culturais e comunitários na motivação dos sujeitos para construir sua própria história.

¹⁸ Existe uma série de categorias, variáveis, conceituações e parâmetros para dar conta da generalidade da definição de *agricultor familiar*, que vão desde a conceituação de produtor simples de mercadoria envolvendo a problemática, da aplicação da força de trabalho própria, da estrutura fundiária, da participação no mercado produtivo, do valor da produção (quantidades de ganhos e excedentes comercializáveis), dos meios de vida, da subordinação indireta e/ou formal do trabalho ao capital agroindustrial, das formas não capitalistas de produção, do grau de mecanização, de parentesco, da possibilidade de captação de determinadas taxas de retorno do capital empregado, etc. Alguns defendem que a produção familiar na agricultura é fruto de uma diferenciação social depurada, purificada, segregada, privilegiada e *darwinizada* pelo modelo de racionalidade técnica. Essa perspectiva evolucionista e funcional encontra seus argumentos no intenso êxodo rural das décadas de 1970 e 1980; concentra seus argumentos em teses marxianas e/ou marxistas e weberianas da intensa racionalização e da mercantilização da vida como processos civilizatórios inevitáveis do capitalismo. Não há dúvidas de que esse processo se faz presente principalmente em meio à globalização, porém é bom vê-lo menos linearmente e também não como explicação para tudo. Esses elementos, na sua totalidade e nas suas especificidades, mostram a dificuldade de entendimento da presença da unidade de produção familiar no modo de produção capitalista. Esse é o nosso grande desafio e nossa grande motivação!

grau de generalidade (Wanderley, 1996), pois reflete profundamente a dinâmica da sociedade moderna, que não apresenta tanta linearidade, nem tanta homogeneidade. A agricultura familiar, como diz Lamarche (1993, apud Wanderley, 1996: 2), "não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda diversidade".

Por outro lado, mais recentemente, parte da literatura que aborda os *novos processos sociais agrários* identifica características de formas de produção camponesa imbricadas ao processo de produção mercantil. O crescimento do emprego industrial, o efeito dos meios de comunicação, a expansão da demanda urbana, a tecnificação e modernização das esferas mercantis, no sentido de homogeneizar espaços socioeconômicos e de vida funcionais, resultaram na reestruturação da vida rural, revitalizando e acelerando a diferenciação interna camponesa (Mendras, 1978). O efeito disso é o fortalecimento, em conflito, do caráter familiar do camponês, porém envolto num processo mercantil técnico-mecânico que fundamenta sua diferenciação.

É em torno da dinâmica terra, família e trabalho que o processo de tecnificação e os colonos organizam seus valores de vida e de (re)produção social. Evidenciam-se estratégias de trabalho, de reprodução, as quais, ainda que inseridas e alimentando os processos citados, levam em conta fatores internos.¹⁹

É possível vislumbrar realidades em que formas de vida (não *residuais* - não no sentido que Pareto lhe dá) de organização camponesa se imbricam aos traços do sistema produtivo mercantil da unidade familiar (estudos nesse sentido, em várias regiões do Brasil, mostram isso até mesmo onde alguns não admitem ter existido campesinato). Acreditamos que o novo não se constrói, necessariamente, destruindo o velho, divorciando-se da sociabilidade existencial dos séculos precedentes (Woortmann, 1990). A construção da modernidade reabre variantes promotoras da tradição, aliás, o *retorno* à tradição pode se constituir numa prática de defesa, como mecanismo de sobrevivência em relação à lógica produtivista (reinterpretar Chayanov nos parece ser um imperativo).

Melhor seria compreender a relação de formas camponesas e/ou não capitalistas de produção numa perspectiva de uma convivência tensa, da existência de heterogêneas e

¹⁹ A identificação de uma *sociedade camponesa* nas várias regiões do Brasil, principalmente durante o período colonial (predominância escravista), foi produto de abordagens e polêmicas entre os *mestres* da história social e agrária do Brasil. A preponderância do *escravismo* e do sistema de *colonato* (suas filiações teóricas e recursos metodológicos) fez com que a historiografia agrária desse pouca importância aos *cultivadores pobres livres*, a grupos étnicos que interferiram na constituição do Estado nacional, na consolidação e ruptura das *plantations* e dos ciclos constitutivos de regiões e períodos da história social brasileira. Lembramos nesse ponto as ricas análises de Guilherme Palácios, de Afrânio Garcia e de Maria Sylvania Carvalho Franco sobre essa temática.

descontínuas formas de organização da produção imediata, do caráter assimétrico, dos *pesos* históricos, da subordinação, dos obstáculos, das diversidades, das trajetórias, com seu caráter inerente, definido historicamente, desigual, contraditório, que esse formato relacional envolve (Wanderley, 1995).

Para dar conta dessa questão, temos que passar pela complexidade conceitual. Como conceituar o produtor familiar? O que significa a noção de família? Se é uma irracionalidade no capitalismo, por que perdura, inclusive, em termos numéricos, relevantes? De que modo passa a ser importante para a racionalidade produtivista?

Existem categorias, variáveis, conceituações, noções, parâmetros que, na sua totalidade e nas suas especificidades, mostram a dificuldade que a agricultura familiar apresenta no modo de produção capitalista.²⁰ As abordagens que buscam dar conta desse universo socioeconômico-cultural advêm de variantes marxistas e neoclássicas e são já por demais conhecidas. Não as abordaremos aqui, o que não significa dizer que perderam sua importância; muito pelo contrário, acreditamos que o grande desafio está em reinterpretar *nossos clássicos* do campesinato com o olhar da contemporaneidade.

De qualquer forma, parece-nos que a idéia de relativizar e de perceber redefinições e continuidades é um bom pressuposto epistemológico. Ao que nos parece, a questão tradicional da diferenciação da unidade familiar deve ser invertida: o problema é, em vez de só ver a subordinação, por que e como o capital a reproduz ao invés de promover sua exclusão? Que relações se tecem aí?

Não há dúvidas de que a dinâmica tecnológica subordina o trabalho familiar ao modo capitalista de produzir; de que também redefiniu o seu formato interno (divisão e formas diferentes de trabalho), afetou o aspecto do trabalho, do consumo e da procriação. Porém, acreditamos, concordando com Wanderley (1990), que há uma recriação não só da unidade de produção, mas de um *ethos* familiar que se relaciona com o anterior, que a técnica (seus prepostos e pressupostos econômicos) reitera o trabalho familiar, potencializa-o e promove a produtividade (importante para o balanço trabalho-consumo), relacionando-se em desconformidade com os moldes tradicionais.

²⁰ No caso em análise, tendo presente essa riqueza de controvérsias, entendemo-la enquanto unidade de convívio no seu processo produtivo, numa relação de parentesco e de vizinhança, exposta a um mercado fragmentário e concorrencial dos produtos e da força de trabalho e que produz excedentes para comercializar. No nosso caso, relações camponesas se confundem e se expressam na exploração familiar do colono. Há uma dinâmica de exclusão/inclusão de relações, atores e processos de interação que constroem o cotidiano dessa

Portanto, precisamos dialetizar ou, pelo menos, relativizar determinadas teorias que julgam abarcar a lógica da *totalidade-real* do mundo do colono.

Orientações metodológicas: os limites da abrangência

Em nossa preocupação no tocante ao *distanciamento*, contempla-nos a idéia de diferença, de surpresa, de estranhamento, de problematicidade na descoberta ou no aparente. No entanto, temos claro que não fazemos parte de um mundo à parte; estamos envolvidos por uma ética e por recortes culturais que buscam ser homogeneizadores, expressos no trabalho, nas relações de família, de direitos, de exigências econômicas, etc. Aí surgem os problemas da introspecção cultural, ou seja, as dificuldades da *não-diferença*.

Uma outra questão fundamental a ser levantada é: como, no amontoado de relações, fatos e situações, dar unidade ou seleção a situações que possibilitem a compreensão do fio condutor revelador da totalidade? Ou, em outras palavras, como compreender a totalidade revelando-se por uma de suas partes? Como fundamentar, teoricamente, uma multiplicidade de situações de episódios que o próprio registro total torna impossível? Uma coisa é certa: para não cair no empirismo, é necessária uma compreensão que permita organizar a trama num fluxo de relações que, aparentemente, são ou estão desconexas (Azanha, 1992, Pais, 1984).

É desse modo que a análise, no âmbito de sua especificidade, obrigou-nos a reconstruir conceitos, dialetizando o próprio real, aliás, construindo o objeto na medida dessa reconstrução do real. A *pesquisa de campo* oferece o diálogo entre o teórico e o empírico, num processo constante de reconstrução (Noronha, 1986). Como estamos privilegiando o espaço do produtor familiar, buscamos realizar um princípio de *etnografia do espaço vivido* por esses sujeitos, no sentido de estarmos mais próximos do objeto-sujeito da pesquisa, para, desse modo, apreendermos seu cotidiano. Dessa forma, descrevendo o espaço cotidiano-relacional (social e produtivo), acreditamos perceber algumas formas pelas quais os pequenos produtores familiares construíram, constroem e reconstroem as suas relações em seu meio.

O trabalho de campo

Para proceder à investigação, servimo-nos de uma série de técnicas e de instrumentos de pesquisa. Buscamos adotar o método de *estudo de caso* como tentativa de *reconstrução sociológica da realidade*, cujo desafio está em perceber a realidade social como totalidade ao ter presente a multiplicidade de suas dimensões num horizonte histórico amplo. Isso significa dizer que o objeto é também construído no momento em que o real (o caso) passa pelo crivo da análise (Noronha, 1986).

Como referimos anteriormente, foi-nos muito difícil delimitar os sujeitos informantes, torná-los *sujeitos preferenciais*. As diferenciações e a sua não-fixidez, enquanto executores de uma atividade (e, sim, de um ramo), dificultaram a contemplação de um estrato delimitado. As nossas visitas a vários locais sem preocupação específica de análise, apenas para *observar, conversar e informar* nossas intenções junto a colonos, representantes comunitários (*fabriqueiros*), nas empresas do basalto, na Emater Municipal, nas prefeituras, na igreja, nas escolas do meio rural, nas associações (cooperativas e sindicatos), etc., muito lentamente foram sendo produtivas. Nossos próprios informantes iam nos ajudando a definir o *público-alvo* - "olha, desses tu encontra lá", "naquela capela tu vai vê tudo o que tu qué", "o bodegueiro aquele te diz tudo", "lá é só pedreira", "pegue o ônibus das mulhé que, daí, sai tudo", e muito mais; outros, porém, indagavam-nos sobre o que queríamos com isso, qual seria a utilidade e a finalidade de "espiculá sobre nós", em outras palavras, o que eles ganhariam com isso? De indagadores, passamos a ser indagados, se não, em alguns casos, a merecer desconfiança!

Não obstante, as informações preliminares que conseguimos ocuparam-nos durante duas semanas do mês de julho de 1996. Nesse primeiro contato, agendamos em nosso caderno de campo encontros com oito *nonos*.²¹ Nesse momento mesmo, já sentimos uma forte empatia, gerada no convívio cotidiano de seu *sistema de trabalho* e de vida familiar com boa parte dos contactantes, o que nos possibilitou ouvir e observar muitos colonos em algumas relações preliminares que se estabelecem no seu cotidiano. Esse primeiro *desvelamento* ajudou-nos a redefinir nosso projeto, bem como a aliar o contexto cultural e econômico dos colonos à busca de compreensão da pesquisa.

²¹ É inevitável que passemos à denominação de *nonos* e *nonas* para os avôs e avós, denominações usadas no meio rural e italiano para os idosos; conserva-se no masculino quando se referem a ambos. *Avôs* e *avós* são considerados "abrasileirados" e urbanos. Como buscamos reescrever o modo lingüístico da oralidade expressa,

Nossa *pesquisa de campo* propriamente dita foi feita em todo o primeiro semestre de 1997. Nesse período, intercalado com atividades acadêmicas na universidade (as quais aterrorizavam nosso cotidiano de estudo por tomarem parte do tempo), o contato cotidiano ligado ao *sistema de trabalho* e à convivência da unidade familiar foi intenso. Fizemos várias entrevistas individuais e coletivas com *nonos*, jovens, mulheres, essas ocupadas em trabalhos específicos (ateliês, trabalhadoras urbanas, “colonas-mesmas” como elas se dizem, [ressalvando que muitas delas são tudo isso ao mesmo tempo]); vimos como os colonos trabalham nas pedreiras (era comum, quando chegávamos, aproveitarem para descansar reunidos em grupos, ou então trabalharem bem “prá tu vê como é”), como articulam estratégias para “arrumar gente” no carregamento dos frangos, as formas de pagamento, de vínculos, de sobredeterminação, de relações de exploração por parte das várias empresas.

Muitas informações eram prestadas “sem problemas”, outras nos eram negadas. Os contatos com técnicos das agroindústrias, com os “atravessadores” das confecções de bolas, com representantes das empresas de extração do basalto, com técnicos da Cooproleite, da Emater, donos de ateliês, secretários da Fazenda e da Agricultura de prefeituras, etc., eram sempre pautados pela desconfiança, hostilidade, medo, disfarces, porém todos sob a roupagem do não-perceptível e do “sem problema”. Com alguns colonos, o processo não foi diferente, talvez nem tanto pela hostilidade e medo, mas, sim, pela desconfiança. Os contatos coletivos foram momentos por excelência para *aparar as arestas*. Nosso vínculo com a universidade (“é o professor”), o fato de também termos passado a infância no meio rural, de falarmos o dialeto vênето, de termos tido uma passagem por mais de uma década vinculada à Igreja, por nos apresentarmos quase sempre após uma missa na capela motivada pelo pároco, com o tempo, aumentou o desvelamento e reduziu a desconfiança.

As entrevistas coletivas foram adotadas como estratégia e tentativa de aumentar a margem de fidedignidade das informações. O “estar-tudo-junto” tem o demérito de homogeneizar em uníssono as respostas, mas, ao mesmo tempo, tem o mérito da não-omissão de dados, pois se produz, interna e circunstancialmente, uma certa pressão entre os sujeitos no sentido de dizerem ou de não deixarem perguntas *em branco*. Os detalhes, as correções, os contrapontos, as divergências e, inclusive alguns conflitos, vinham à tona nesses momentos. Era comum, nos contatos com os idosos, relatarmos algumas coisas que os jovens haviam manifestado e vice-versa; conflitos, contradições, *disses* e *desdisses* se apresentavam e eram provocados. Visitávamos especialmente aqueles colonos junto aos

a denominação de *nono* e *nona* também terá que se fazer presente, pois é sua linguagem cotidiana.

quais sentíamos, por manifestações variadas, algum constrangimento, ou com quem buscávamos alguma informação que não pôde ser complementada em meio ao coletivo.

Algumas vezes, recebíamos visitas inesperadas nos contatos coletivos. Como há os chamados *atravessadores* ligados ao processo de produção de bolas e/ou tênis, que residem nas comunidades, não era surpresa que, sem serem convidados, aparecessem; ou, então, empresários do basalto, colonos-proprietários de pedreiras que assalariavam colonos, extensionistas da Emater, dentre outros, que dificultavam um trabalho *mais livre e espontâneo*, obrigando-nos a modificar alguns aspectos do roteiro de questões para não comprometer algumas pessoas ou criar atritos explícitos, complicando futuros encontros. Muitas vezes, integrados e não-integrados, juntos, atriavam-se em razão de opiniões, de classificações de produto e rendimento, de informações técnicas, etc. Alguns jovens nos disseram que passamos a motivar “algumas conversas em casa e na capela”, principalmente sobre sexualidade.

Era comum sermos interrogados sobre o que estávamos fazendo e sobre o fato de se tornarem públicas nossas conversas; tínhamos a sensação de que alguns vinham para os encontros motivados, talvez, pela oportunidade de serem ouvidos ou na esperança de “vê depois, né”; em outros era perceptível a coerção exercida internamente ou “pelo professor que qué sabê sobre a nossa vida” ou pela comunidade e vizinhança, assim como o é uma reunião do colégio, da cooperativa, da Igreja, etc. Porém, não há dúvida, e acreditamos que não poderia ser diferente, de que o pragmatismo, o aspecto da utilidade do momento e a esperança de um retorno²² se faziam presentes; afinal de contas, estávamos tomando seu tempo, inclusive de algumas mulheres em pleno sábado à tarde, as quais levantavam todos os dias às cinco da manhã, cheias de trabalhos para fazer tanto em casa como em alguns serviços na roça, que o marido deixou “prá aproveitá que temo em casa”. Questionávamos muito sobre isso, porém não conseguimos encontrar outra metodologia. Essa sensação aumentou muito quando do período da pregação das Missões (momento de grande envolvimento comunitário e de vivência religiosa) ao percebermos a dificuldade de participação de membros adultos (pais) da família durante o dia, considerando que nesses momentos havia uma *comunidade de interesses*, uma troca de bens (simbólicos), o que não poderíamos, obviamente, oferecer!

²² Algumas mães nos pediam que disséssemos para seus filhos “que tem que estudá porque senão não vai pra frente”; faziam questão de exteriorizar a importância do estudo, de deixar a TV de lado, os namoros, etc., “pra sê que nem o professor”.

Com os *nonos*, o processo foi bastante diferente: a recíproca (*troca*) era mais objetiva, pois, além de acreditarem que seríamos seus porta-vozes junto aos jovens, sanavam suas dúvidas acerca das novas leis de aposentadoria; gravamos seus depoimentos sobre a realidade vivida “desses anos” (no sentido de tempos atrás).

Juntamos um material valioso pela sua abrangência de questões, porém pouco aproveitado em nosso trabalho. Entregamos parte dele para duas escolas rurais da região, bem como promovemos encontros dos mais *nonos* com alunos das escolas, atividade que foi de uma valiosa contribuição para o acervo da escola. Durante a pregação das Missões, os depoimentos denunciavam que a comunidade estava se esvaziando, que ninguém se preocupava mais com o outro, que as várias atividades diárias eram consideradas mais importantes do que a vida religiosa, etc. Aproveitamos esse *rastro debilitado* e promovemos a fala dos *nonos* como experiência e memória.

Pelo fato de algumas entrevistas coletivas serem dificultadas por várias questões e/ou alguma presença intimidadora, fazíamos muitas visitas às casas, depois do trabalho ou durante o mesmo. Víamos como trabalhavam em várias atividades, tanto de cunho industrial quanto artesanal e na própria roça; também ajudávamos quando as condições o permitiram. Acompanhávamos ciclos de produção, de confecção, alguns trabalhos de tema de casa de estudantes; viajávamos no ônibus que transportava as *colonas-operárias* para sentir suas preocupações, desafios e encantos.

Pelo fato de termos tido oportunidade, por mais de três meses, de conhecer alguma coisa sobre a agricultura francesa num estágio que fizemos na Universidade de Paris X - Nanterre (final de 1996 e início de 97) e, também, por termos ficado no Norte da Itália, região do Vêneto (final de 1997), por dois meses, aproveitamos para reunir colonos, mediados por associações, sindicatos e agentes do poder público municipal, discutindo com eles as dinâmicas atuais da agricultura européia (a pluriatividade, o associativismo, as cotas, a produtividade, relações de trabalho...). Além de nos tornarmos *mais úteis*, esses contatos facilitaram nossa inserção de forma mais transparente na dimensão das indagações, nem que seja sob o argumento da *comparação*.

Os momentos de contato com as mulheres na confecção de bolas também foram riquíssimos; nas pedreiras, nos aviários, nos estábulos e nos ateliês, aprendíamos o processo de trabalho e explorávamos o conhecimento do colono acerca de determinadas funções, a mediação técnica e dos técnicos, os vínculos, os conflitos e as adaptações que daí se processam.

Muitas vezes dormíamos na casa de alguns colonos com quem mais empaticamente nos envolvemos; na grande maioria do tempo, *explorávamos* nosso vínculo passado com a Igreja (como seminarista) e permanecíamos nas casas paroquiais, aproveitando, inclusive, sua infra-estrutura (sala de estudos, bibliografias, livro-tombo, computador, etc.) para realizar anotações, análises e leituras, bem como discutir com o padre acerca da região, dos seus habitantes e de outras questões. Devemos muito a essa solidariedade e acolhida de muitos desses padres.

Montamos vários questionários com roteiro de questões e, mesmo, de entrevistas, flexíveis. O horizonte numérico de entrevistados dependia de suas atividades de maior importância. Não tivemos a preocupação com a representatividade em termos de amostragem; priorizamos o contato cotidiano com o maior número possível e acessível de colonos/colonas em seu *sistema de trabalho* mais genérico e importante. Porém, a diversidade de atividades, de relações de trabalho, a complexa multifuncionalidade de tarefas e de sua divisão não permitiam que fôssemos rígidos na elaboração de questionários, inclusive no horizonte numérico dos colonos. Como não estávamos priorizando um tipo de produto e, sim, o envolvimento da família, nos seus vários formatos, no conjunto das relações de trabalho e de convívio, nossas indagações sistematizadas obedeciam a um horizonte de abrangência multivariado.

Utilizamos muito o gravador e tiramos fotos do que nos permitiam. O uso clandestino do gravador também se fez presente, principalmente quando de entrevistas com representantes técnicos de empresas, quando conseguíamos carona com técnicos agrícolas. Essas gravações, porém, foram pouco aproveitadas devido a sua qualidade técnica precária; mesmo assim, revelaram aspectos de difícil exteriorização em momentos de registro aberto. Tivemos também muitos *empecilhos*, e um, especialmente, foi mais trágico e revelador. Ao visitarmos um tear industrial de pedra basalto, acompanhado por um colono, dono de pedreira e fornecedor de matéria-prima para o referido tear, fomos expulsos pelo capataz sob ameaça de “sair voando”. A razão: não tínhamos licença, nem sabíamos que havia necessidade disso. O colono que nos acompanhava ficou indignado, pois imaginou ser parte integrante do processo industrial de *suas* pedras, o que revelou determinações externas de poder.

A técnica de *história de vida*, por ser um relato feito pelo entrevistado, de suas experiências situacionais, sob a forma autobiográfica ou através de uma série de entrevistas, deu-nos condições de entender alguma coisa sobre a organização do seu cotidiano hoje,

sobre os fatores culturais aí implícitos, a construção de seus imaginários, etc. Os *nonos* foram os *alvos* priorizados e constituíram-se numa riqueza indescritível. Perceber seus dilemas, encantos e desencantos em relação ao progresso, à sua vida, ao espaço rural, etc., fez-nos aprendizes de um modo de compreensão da existência em profunda relação passado/presente, homem/terra, trabalho/família, com seus (re)arranjos e tensões constantes.

A estrutura do trabalho

Estruturamos o trabalho em cinco capítulos. No primeiro, buscamos traçar alguns aspectos da trajetória socioeconômica dos colonos da região de pesquisa, não com o objetivo de reconstituir a história da imigração/migração dos colonos. Sobre isso a literatura é abundante, e daria até para fazer uma outra tese sobre a *filosofia da história* presente em inúmeros livros sobre a questão, principalmente os que centralizam e fazem a apologia da etnia, do trabalho, do acúmulo de capital e do progresso; outros, do sacrifício, do isolamento, etc. Nesse contexto, buscamos resgatar, via memória oral (com os *nonos*), processos de organização familiar, do convívio e de relações de trabalho nos núcleos de descendentes de imigrantes.

Nossa intenção era perceber os elementos internos formadores de um sistema de relações que chamamos de *ethos de colono*. Procuramos traçar brevemente alguns elementos do processo de colonização e das migrações internas apenas para localizar o objeto e o espaço de estudo. Reconhecemos que é algo bastante repetitivo, mas, ao mesmo tempo, necessário para uma análise mais processual, mais *localizada* e que enfatize a construção/reconstrução redefinida do *ethos de colono*.

Nesse capítulo, também não tivemos a preocupação de abordar fatores macrohistóricos e sociológicos da colonização e da conjuntura socioeconômica nela inserida. Fomos diretamente ao espaço interno, ao local, ao sistema de relações de trabalho, à família, à comunidade, à *organização da vida* em geral, com o intuito de construir analiticamente aquilo que denominamos de *ethos de colono*. O objetivo foi perceber a construção de uma *identidade de colono* que se forma e se redefine na inserção com os vínculos mercantis e na valorização da família, como que *preparando o terreno* para compreender as formas redefinidas de trabalho.

O segundo capítulo talvez seja um complemento do primeiro, porém mais

localizado no tempo presente. A preocupação com as *racionalidades internas* ligadas ao patrimônio e ao trabalho dá-se face à tentativa de mostrar como esse *ethos de colono* migra e se desloca sob um viés de conflito/tensão frente às representações sociais do espaço rural (ser colono), do vínculo urbano, do *bloqueio fundiário*, das novas formas de reprodução do patrimônio, das relações com a terra, do trabalho na roça, da concepção de natureza, etc. Para esse capítulo, juntamos um extenso material (via entrevistas e observações assistemáticas do vivido) e de grande valia, porém pouco incorporado ao texto em razão de outras questões que ele aborda, tais como a dos casamentos diferenciados, do celibato masculino, do bloqueio ou repressão dos filhos em relação às viúvas ou *separadas* no tocante a um outro possível casamento dos pais, ou, então, ao reduzido espaço de vida do *ethos de colono* propiciado aos *nonos*,²³ da questão da escolarização no urbano, etc. São questões muito importantes, no entanto, se nelas formos adentrar com mais detalhes, nossos objetivos se alargariam demasiadamente e se tornariam débeis em relação ao núcleo central, que é perceber a constituição e o dinamismo do *ethos de colono* ligados ao trabalho, à terra e à família.

O terceiro capítulo representa mais um panorama da dinâmica socioeconômica da região, o qual, acreditamos, por mais que seja superficial, se faz necessário. A localização do espaço agrícola/agrário é importante para que se faça a ligação umbilical entre a cultura (etnia) e as *culturas* da roça na região, ambos formadores do *ethos de colono*. Os dados foram coletados em grande parte junto às prefeituras, ao Incra e à Emater; via IBGE, obtivemos muito pouco, pois, além de ser difícil sua obtenção, dependíamos de idas a Porto Alegre, o que se tornava muito difícil em razão do trabalho docente.

O capítulo busca resgatar práticas de trabalho e envolvimento com dinâmicas mercantis que estruturam as formas de organização econômicas atuais. Priorizamos uma

²³ Nosso interesse, ao entrevistar os idosos, dirigia-se no sentido de perceber os processos e os *significados totalizantes* do vivido. Sabemos que a temporalidade que veicula a história de vida ou o relato de aspectos pontuais do vivido está relacionada ao momento presente, a um modo de (re)leitura da situação e a um reservatório de material simbólico que é hoje interpretado subjetivamente no seu espaço de vida. Sabemos que a *identidade* é resultado de um processo de apropriação simbólica do real, a qual supõe a presença de um ator singular num universo de significações. A apropriação simbólica faz a projeção sobre o passado da identidade atual, centrada no eu do informante. Os idosos utilizam-se de símbolos, de referenciais morais, como material para reconstituir o vivido, para reconstruir subjetivamente a realidade social e cada experiência individual. A nossa idéia era perceber os *significados totalizantes* na diversidade de acontecimentos e significados. Os elementos família (com sua moralidade, hierarquia, demografia - "fiz tantos filhos", "casei tantos filhos") e trabalho (ótica do sacrifício, do meio para "fazê capital", da dignificação da identidade) nos pareceram ser os fatos sociais totalizantes na (re)construção do *ethos de colono*.

breve análise sobre a produção de leite, de basalto e algum enfoque sobre as agroindústrias caseiras. Cada uma dessas daria uma tese, principalmente as duas últimas, e aqui, foram enfatizadas pela sua importância para o colono, por serem estratégias recentes e por propiciarem a materialização de *racionalidades adaptativas* ligadas ao *habitus de colono* da região. O capítulo busca adentrar no enfoque das estratégias internas de sobrevivência.

O quarto capítulo emenda para o lado mais empírico do trabalho, e nele nossa preocupação é o enfoque da dimensão da família. Para isso, centramos a análise na questão de gênero, passando a mulher (enquanto parte integrante da família) a ser o foco de análise. Buscamos, à luz de alguns autores (Bourdieu, Thompson, Dumont...), localizar a família no horizonte das transformações mais gerais da sociedade e do meio rural. Esse é o capítulo central de nosso trabalho, pois expressa, ainda que de uma forma elementar, mecanismos, processos, redefinições, rupturas, estratégias internas e externas no âmbito do trabalho e do vivido inter e intrafamiliar.

O capítulo busca desmistificar a idéia de que a família não existe mais e de que a maior valorização do indivíduo no seio familiar provocou sua ruptura; de que o rural e o colono pluriativos perderam suas características fundantes, etc. Ao mesmo tempo, buscamos ver como esse rural e esse colono se redefinem e se vinculam às orientações industriais/empresariais em termos de funcionalidade econômica. Focalizamos também alguns tópicos da relação rural/urbano a partir do vínculo do trabalho industrial dos colonos (como assalariados, nos ateliês, no trabalho no basalto e, em parte, com as agroindústrias).

No quinto capítulo, enfatizamos a técnica e o direito como elementos que *cercam*, que estão nos *arredores* (cercanias) do cotidiano dos colonos. Aparentemente, esses parecem estar *de fora*, serem externalidades; no entanto, foram enfocados sob um outro viés: sobre como eles se *avizinham* e são reelaborados no cotidiano e no *ethos de colono*, que, em vez de destruí-los, redefine-os e fortalece-os, mostramos também que tanto o direito quanto a técnica não funcionam unicamente como superestruturas ideológicas, como construtoras de um devir histórico-cultural para o colono, sob a ótica fatalista da ruptura.

É um capítulo que busca teorizar acerca de elementos percebidos e vividos pelos colonos, ou seja, tematiza a técnica não só no viés pragmático, inserindo-a, sim, no cotidiano doméstico, no conhecimento desse cotidiano, na roça e no convívio social-comunitário. É uma espécie de fechamento, onde refletimos sobre algo difícil de se conceber *a prioristicamente*, ou seja, como a técnica e o direito (ênfático na forma de contrato de

produção com as agroindústrias), enquanto expressões fortes de uma racionalidade formal e moderna que tende, pela sua lógica aparente, a fragmentar, a individualizar e excluir pessoas, processos e relações, pode se imbricar com uma dimensão que prima pelo conjunto, pelo trabalho e pelo convívio familiar como estruturadores do cotidiano e do *ethos de colono*.

Enfim, em última análise, o que buscamos foi uma tentativa de: a) *reconstruir* um *ethos de colono* ligado, desde há muito tempo, a uma racionalidade mercantil, adaptado às condições objetivas interna e externamente; b) *mostrar* o vínculo profundo entre estratégias e *racionalidades adaptativas* interligadas no âmbito da família, da terra e do trabalho como elementos fundantes do *ethos de colono*; c) *elencar* aspectos do movimento mercantil e da dinâmica do modelo produtivista na região, enfatizando a inserção do colono, a partir de seu saber, nesse horizonte modernizante; d) *localizar* a mulher no horizonte das estratégias produtivas e dos vínculos familiares do colono da região, visto que a multifuncionalidade das mulheres atesta sua importância e seu papel estratégico nas redefinições no *sistema de trabalho*, bem como no horizonte do patrimônio e na preservação/redefinição de valores familiares e de colono; e) por fim, *refletir* sobre o forte vínculo (não harmônico) entre técnica, direito e *ethos de colono* que se materializa no vivido doméstico e no *sistema de trabalho*; as estratégias, os resgates, as releituras, os interesses, tensões e conflitos que essa imbricação promove no cotidiano do colono. A tentativa é mostrar que, para além do determinismo da técnica e da racionalidade do direito, constroem-se relações e produzem-se processos sociais nem sempre envoltos na mecânica da funcionalidade unilateral.

I - PARTE: *A CONSTITUIÇÃO E REDEFINIÇÃO DO ETHOS DE COLONO*

1 - TRAJETÓRIAS SOCIOECONÔMICAS: elementos que produziram e reproduziram o espaço e a vida do agricultor familiar

1.1 "Imigrar e migrar (...), [ser] proprietário e trabalhar"¹

Os habitantes da região de pesquisa, na sua grande maioria, descendem de imigrantes italianos que há mais de um século habitaram o nordeste do Rio Grande do Sul, área que se caracteriza pela colonização italiana².

As transformações das relações de produção, tanto nas plantações de café em São Paulo quanto na estruturação da pequena propriedade no Sul, permitem referir a questão da complexa e comumente contraditória articulação entre valores culturais e realidade material, na medida em que se congregam o *núcleo familiar*, a divisão social do trabalho, a propriedade e diferentes formas de acumulação de capital (produção, terras...) (Durham, 1983).

Desse empreendimento, tem-se a compreensão da contribuição da família para a reprodução monetária baixa da força de trabalho, bem como das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista dentro da própria família, assim como também das estratégias de acumulação adotadas pelo capital, que têm no núcleo de sociabilidade familiar a razão de sua adoção³.

¹ Letra de uma música folclórica da tradição italiana cantada freqüentemente nas festas comemorativas à imigração na região.

² Buscaremos traçar brevemente aspectos da trajetória da colonização italiana no Rio Grande do Sul com a pretensão de perceber transformações socioeconômicas vivenciadas pelos colonos que, ao passarem pela região de pesquisa, se estruturaram econômica e socialmente. Muito já se escreveu sobre o processo da imigração italiana no Brasil e no Rio Grande do Sul especificamente; queremos apenas, ao tematizar alguns aspectos mais amplos do processo imigratório e migratório, resgatar relações e noções constitutivas daquilo que vai nos guiar em todo nosso trabalho, que é a questão do *ethos de colono*. Nossa preocupação no decorrer do trabalho é perceber *elementos internos* daquilo que chamáremos de *sistema de relações de trabalho* organizador da vida do colono. Esse retorno ao passado, não muito distante, não se dá com o intuito de linearizar a cronologia temporal e, sim, apenas de perceber processos recentes (de redefinições e conservações) do mundo vivido do colono da região. Estaremos apenas *pincelando* aspectos, orientações e intencionalidades do processo geral da imigração, tendo como tópico central os elementos constitutivos da família, do trabalho e da terra. É a partir desses horizontes formadores do *ethos de colono* que a imigração é pensada por nós.

³ A ótica da família no empreendimento colonizador italiano e europeu em geral descortina a importância, ainda hoje, das unidades familiares para a reprodução da força de trabalho; os interesses da burguesia, principalmente industrial na manutenção, definição e reprodução dessa instituição, naturalizando a divisão sexual, os valores morais da sociedade de classes e o casamento. Em alguns momentos, as unidades familiares

Nessa linha da presença e importância da família, já dizia José Vergueiro, fazendeiro, filho do senador Vergueiro, em 1847: “Penso que a colonização pode progredir apenas se levada a cabo por famílias. Estima-se que cada família é composta em média de 5 membros”:

Um outro contemporâneo, mais crítico, dizia:

Os humanistas fazendeiros do Brasil, além do mais, querem não apenas indivíduos, mas famílias inteiras para lhes oferecer esta felicidade (uma renda fácil e abundante) nunca antes imaginada, de maneira que os membros da família ajudar-se-iam uns aos outros no trabalho e aumentariam assim sua fortuna comum. Pessoas solteiras teriam que se unir à família imigrante (apud, Stolcke, 1994: 65).

Outro, ainda, cunhado de fazendeiro, em 1877, observou como a família maximiza os fatores internos nesta idílica e harmônica descrição:

A colonização realmente útil para nós foi a dos alemães e portugueses; o colono alemão é sempre diligente e honesto, e quando tem uma família numerosa ele oferece vantagens incalculáveis. O chefe da família procura demonstrar na prática o provérbio inglês - que tempo é dinheiro -, e com sua família transforma o tempo em sua propriedade de um modo que, mesmo quando eles estão trabalhando no cafezal para o fazendeiro, fazem uso das ervas daninhas para alimentar seus porcos e galinhas, e quando retornam à casa os filhos começam a trabalhar; todos eles vão à escola e quando estão de folga debulham o milho, fazem cercas, cultivam a roça, criam galinhas, porcos e vacas que são a fonte de sua subsistência. A mulher e as filhas preparam o famoso pão de milho que é a base de sua alimentação (Idem, op. cit.: 68).

Por mais que houvesse um contexto de profunda crise na Itália, principalmente no Norte, em razão das guerras e das relações capitalistas nascentes, que geraram profundas contradições e desigualdades econômicas, o fator propriedade, ligado ao elemento trabalho, com toda sua significação, deve ter sido levado em consideração no ato da decisão de emigrar. O fascínio da propriedade, o sonho de ser proprietário era quase que irresistível para o imigrante (“Quá noántri stemo bem, parchê semo sul nostro”)⁴. Não foi só o fato da política de colonização da época, a qual promovia a pequena propriedade rural, mas seu significado

são até ameaçadas pelas formas de acumulação do próprio capital, no entanto são expressões das contradições inerentes ao capitalismo (Durham, 1983).

⁴ Idéia de que estamos bem porque moramos no que é nosso. Esse era um elemento simbólico e ideológico que casava a intencionalidade dos agentes migratórios, principalmente para o Rio Grande do Sul, com a necessidade de ter um pedaço de terra pelo imigrante.

interno⁵ no seio da família, no *ethos* tradicional na construção de imaginários fundadores da cultura do *ser colono* do imigrante.

Petrone (1980) mostra uma *comunidade de interesses* entre a política de imigração e o colono. "... o aceno de acesso à terra depois de um estágio na fazenda fazia dos projetos de criação de pequenas propriedades uma 'isca' para atrair imigrantes" (p. 48), mesmo que, para o pensamento da elite política brasileira, essas devessem se desenvolver ao lado da grande propriedade, auxiliando-a e não concorrendo com ela no mercado de trabalho.

Havia como que um compromisso, uma aliança que unia propriedade⁶ e trabalho nos projetos familiares dos colonos italianos (Santin, 1990). Que significava ser proprietário? Possuía, sem dúvida, um significado além do econômico; vinha ao encontro de um *imaginário social* envolto num sentido de família e de casa; encarnava a figura do patrão, dono do capital e da força de trabalho (idéia do *Signore* italiano), de conquista (significado de *pioneiro* tão evidente em alguns dos relatos de memória genealógica que fizemos com idosos). O significado possessivo de propriedade chegava a ser uma obstinação, uma ética, um ideal e

⁵ C. GINZBURG, em *O queijo e os vermes*, faz uma análise brilhante do cotidiano vivido por um moleiro do século XVI no Norte da Itália, bem como sua perseguição pela Inquisição. Nessa obra, o autor busca refletir sobre a noção de *circularidade cultural*, ou seja, uma relação não meramente de cima para baixo em termos de construção do mundo simbólico e material interclasses. A idéia de *circularidade* entre classes dominantes e classes subalternas enfatiza a questão das influências recíprocas, desnaturaliza a idéia de autonomia e de dominação/subordinação, o que não significa a inexistência de relações de classes. O que o autor quer mostrar é que não dá para analisar mecanicamente o processo de dominação, nem mesmo atribuir completa passividade cultural e ignorância às classes populares. Sob a ótica epistêmica da *história das mentalidades*, o autor analisa uma figura simples, um moleiro-camponês de espírito livre, agressivo e crítico, querendo se localizar no mundo e decidido a acertar contas com os ideólogos da cultura dominante da época. A noção de *circularidade cultural* permite desvendar racionalidades e significações internas no horizonte do colono. A importância da família, do teológico, da terra, do trabalho e do dinheiro, constrói imaginários que se (dis)põem em ação no cotidiano, seja de contraposição e/ou de adaptação.

⁶ Se fôssemos reconstituir a história de vida de idosos da região, constataríamos um *núcleo*, um elemento aglutinador de relações internas e externas: a propriedade da terra. A família e o trabalho a complementam. Mas a propriedade privada da terra faz ressurgir o sentido de autonomia, essa em oposição ao não-proprietário, ao assalariado urbano, ao subordinado a um patrão (ao estilo de muitos de seus antepassados na Itália); faz emergir a garantia de sustento, de transcender a temporalidade presente e projeta perspectivas de segurança para o futuro. O sustento de que falamos é o da família e sua reprodutibilidade histórica. O controle do *sistema de trabalho* (força de trabalho, divisão social do trabalho, técnica, meios, objetos, intensidades, temporalidades...) só é possível, no imaginário do colono, pela propriedade privada da terra. Pela propriedade, o proprietário não se separa das condições de produção; tem a garantia do elemento de transmissão e reprodução dos filhos, o que lhe possibilita estabilidade e visão de uma temporalidade histórica que se projeta. A propriedade da terra e a terra como equivalente de mercadoria (difícil de adquiri-la, hoje, pelo pequeno colono) inserem o colono com mais profundidade e complexidade no universo mercantil (a luta por adquirir sempre mais terra, a prioridade e o trabalho infundável na produção de excedentes).

um apego: "O italiano considerava a propriedade um bem intocável e no maior bem a ser legado aos filhos" (Santin, 1990, p. 456). O ideal, para casar, era ter terra; a imagem familiar se produzia na posse da terra e de casa - "pitosto que n' dar star afito, lé méio nô maridarse". A terra era condição para ascensão econômica e para o nome da família.

Um autor que retrata muito bem essa dimensão é Mottin (1988, p. 35), cuja obra, mesmo sendo uma autobiografia, é repleta de passagens, como "... finalmente, após seis anos de peregrinação, estávamos dormindo em nossa casa (...), aquela terra era nossa". O sentido do *nosso* é muito forte. A literatura folclórica e dialetal, principalmente no livro *Nanetto Pipetta*, é farta de exemplos, de situações, inclusive simbolizando⁷ heroísmo e bravura o fato de ser proprietário. Porém, ser proprietário não basta; a dedicação ao trabalho é também elemento constituinte da imagem de família no horizonte do *ethos de colono*. Ser vagabundo reflete-se numa imagem de família negativa; já pobreza e infortúnio não reduzem a imagem familiar - "i zê povereti, má i lavora". Trabalhar pouco e ser desorganizado no trabalho está ligado ao preconceito racial, principalmente em relação aos negros e caboclos - "i zê mai stá gente de laôro, i zê come i negri" - ou então "i zê come i sigani, vá sol in volta".

A presença do colono foi fruto de um processo global de reestruturação econômica, social e política em ambos os espaços entre Brasil e Norte da Itália; porém, sua vinda, permanência, reprodução e redefinição obedecem também a outras coordenadas e especificidades, contempladas no seu saber, na sua tradição, na sua organização e sociabilidade, naquilo que chamamos de *ethos de colono familiar*, que veio junto e se redefiniu no espaço das colônias, muitas vezes à revelia das intencionalidades do governo imperial,

⁷ Quando falamos em *símbolo*, estamos nos referindo à dimensão do *sensível*. O *signo* se diferencia do *símbolo* pela sua dimensão inteligível e racional. O símbolo, por estar na dimensão do sensível, comporta a esfera da imaginação; ele revela sempre, qualquer que seja o contexto, a unidade fundamental de várias zonas do real; constitui uma representação concreta que serve para designar uma realidade abstrata; é, assim, uma figura (ou uma imagem) com valor representativo de algo material ou da vida espiritual; é uma representação concreta com uma significação socialmente reconhecida e sancionada por um grupo ou sociedade e funciona como unidade de comunicação no interior desses grupos. Os rituais do cotidiano são espaços onde os símbolos e os signos se põem e se dispõem. Como diz Lima (1983), o símbolo gera senso e consenso; é um fator de socialização, de união e de antagonismos; leva o indivíduo a tomar consciência de sua própria situação, ao mesmo tempo em que o conduz nas suas maneiras de pensar e agir, a assimilar-se aos outros e ao outro, a construir uma memória coletiva, a edificar uma mundividência.

provincial e das empresas privadas de colonização⁸, ou dos processos socioeconômicos da conjuntura brasileira.

O *ethos* é a característica, o estilo, a marca, o modo de ser, “a sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado” (Gaiger, 1994, p. 179), que se constroem socialmente em função dos processos, da natureza, da manifestação de seus modos de vida e de seu entorno social. As condições materiais de produção desse modo de vida, associadas ao meio e às relações sociais que se constroem a partir disso, asseguram processos sociais nucleados em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança e do parentesco, do *mundo exterior*, da sua organização social para a sobrevivência, para a sociabilidade⁹, para o domínio da natureza e para a construção da individualidade.

Como vimos argumentando, a política de emigração para o Brasil visava à instalação de famílias; havia, por parte do governo imperial e do bloco hegemônico que o sustentava, a deliberação da vinda de famílias. Segundo Roche (1969), entre 1824 e 1830, 3 788 imigrantes alemães oriundos eram de 815 famílias; outros 1 073 eram *isolados*; de 1844 a 1874, de um total de 5 122 imigrantes, só 274 eram solteiros.

⁸ De 1851 a 1922, tivemos 14 colônias oficiais e 115 privadas. A apropriação de terras por empresas de colonização privada foi uma constante nesse período. Roche (1969) descreve muito bem esse processo da *dívida colonial* dos colonos com as empresas de colonização - processo esse que dificultava a acumulação por parte dos colonos e os impossibilitava de competir com proprietários tradicionais. Outras práticas de assentamento ou de reassentamento de brasileiros e/ou naturalizados, promovendo o *bloqueio fundiário* nas zonas de colonização, foram estratégias também utilizadas para dificultar a expansão econômica de alguns colonos nas colônias, criando, assim, espaços de deslocamentos espontâneos e/ou semidirigidos para outras regiões rurais ou para a vida urbana.

⁹ Quando falamos em *sociabilidade*, queremos tematizar o formato do vínculo social e relacional do indivíduo e da sua família, e esses com grupos sociais no lugar/local e no processo social envolvente. Junto aos colonos da região, essa noção ganha contornos conflituosos devido às racionalidades, individualismos e individualidades subjacentes, bem como se respalda em graus elevados de solidariedades, de interpessoalidades e de aspectos vicinais. As formas de socialização passam pela dinâmica da redefinição das múltiplas interações dos indivíduos. Criam-se, rompem-se e recriam-se formas de sociação, de interação. A sociabilidade é entendida por nós enquanto processo dinâmico de relações de interações constitutivas da comunidade, da vida em família e da rede de vizinhança e parentesco, criando uma esfera específica de existência. Simmel (1983) define as inter-relações como sociabilidades enquanto formas autônomas ou lúdicas da sociação que têm existência própria, sem intenções objetivas, conteúdos e resultados exteriores; é um jogo vazio, a finalidade e a matéria de sua própria existência.

Pensando na capacidade produtiva da família, na *emancipação* do colono pela reprodução da força de trabalho, um fazendeiro, em 1877, regozijava-se de ter recrutado *boas famílias*:

As famílias são verdadeiramente patriarcais, já pelo número, já pela moralidade, união e amor ao trabalho. (...). As famílias de tirolezes ainda são das mais vantajosas ao lavrador pelos muitos membros de que elas se compõem. Esta vantagem é de toda ponderação: o maior número de trabalhadores, além de acelerar a emancipação do colono, o que é um exemplo edificante, proporciona maior garantia ao lavrador, porque a responsabilidade solidária de todos dá certeza do pagamento integral do débito, ainda quando alguns membros sejam remissos às suas obrigações (apud Stolcke, 1994, p. 75).

A *ordem social* do colono se fundava na ligação entre propriedade, família e trabalho, este com sentido *além* do econômico. O trabalho como obrigação, como antívício, como dedicação, como dever moral, como superação, como virtude, como acesso à riqueza e promoção da exaltação do homem, etc., ligado à propriedade, formaria o espaço social e a trajetória sequencial das *estratégias* de reprodução familiar e organização da individualidade do colono.

A literatura clássica sobre o campesinato contempla, pelo menos em parte, a questão das *estratégias familiares*. Chayanov (1974) nos alimenta teoricamente no sentido de mostrar a imbricação profunda entre família e propriedade da terra no meio camponês, formando uma unidade de produção que tende a promover o *equilíbrio entre trabalho e consumo*. O objetivo do trabalho na unidade familiar é garantir as condições de vida familiar: o interesse é a reprodução da família enquanto *unidade de produção e de convívio*. O mercado de trabalho externo é importante para obter a chamada *renda-equilíbrio*. As *forças marginais*, a diferenciação etária, a divisão interna do trabalho e o trabalho “pra fora” são elementos que promovem e dimensionam estratégias internas no núcleo, visando, acima de tudo, assegurar sua sobrevivência e reprodução.

A *parcialidade* de contato com os mercados, com o meio externo *englobante*, o ambiente social restrito, as leis internas na família, a intencionalidade do trabalho, voltada, primeiramente, a atender às necessidades básicas da família, seus códigos de sociabilidade, seu vínculo com o local, entre outros, definem os limites (*parcialidade*), os aspectos fundamentais do *ambiente social* (Abramovay 1992), do horizonte do interconhecimento e das relações sociais formadoras do modo de vida do colono e de seus laços sociais.

O quadro de parcialidade e de *imperfeição* (Ellis, 1988) não é só aquele do universo construtor do *ethos* interno. A questão da infra-estrutura (estradas, comunicação), do mercado, do abastecimento, dos insumos à produção, do espaço de trabalho (assalariamento, parceria, etc.), da utilização da terra, da própria racionalidade econômica da *sociedade envolvente* (competitividade, papel do Estado, nível de industrialização, presença de comerciantes e abundância de terras e de expansão de fronteiras) também contribuem para *formar e conformar* o ambiente socioeconômico constitutivo do *ethos* de colono familiar.

As *estratégias familiares*, como veremos no decorrer de nossa análise, serão implementadas em função das especificidades que se constroem nesse espaço de sociabilidade preponderantemente rural, de reciprocidade, de laços pessoais e de mercados débeis, de uma moral que fundamenta a solidariedade familiar e comunitária e, de certa forma, o econômico. São construções simbólicas no âmbito *objetivo*, e também *ritualístico*, envolvendo laços de matrimônio e contato com a terra nas práticas de trabalho¹⁰.

1. 2 - Novos espaços..., o *ethos* redefinindo-se em torno da família e do trabalho na terra

As migrações internas dos colonos levam consigo um condicionante fundamental na formação do *ethos de colono*¹¹: a propriedade da terra como fonte de reprodução da identidade camponesa.

¹⁰ A noção de *sociedade camponesa* encontra-se, mesmo que com algumas diferenças, em Chayanov (1974), Wolf (1976), Mendras (1978), Redfield (1956). Não adentraremos aqui na discussão, até porque isso já está muito tematizado e, além do mais, é muito difícil acoplar análises de contextos, situações e universos espacial-culturais diferentes. No entanto, algumas noções da conceituação de camponês, em sociedades camponesas, como subsistência consorciada com a venda de alguns produtos para adquirir outros; a importância da família como elemento nucleante; o interconhecimento; o conceito de autonomia em relação à *sociedade envolvente* e os processos produtivos que implementa, entre outros, aglutinam-se e constroem uma certa homogeneidade cultural em meio as diversidades sociais. Com isso, não estamos querendo dicotomizar racionalidades, mas simplesmente dizer que há especificidades, valores e regras que, em meio à racionalidade da *sociedade envolvente*, encontram espaços e aglutinam relações.

¹¹ As condições objetivas e subjetivas do colono o fazem "personificação concreta de um específico processo de trabalho na formação social capitalista. Por um lado, surge, na consciência camponesa, a valorização da propriedade da terra e a autonomia do trabalho. A propriedade privada da terra aparece como possibilidade de controle do processo de trabalho, como configuração dos elementos da produção, que se torna fonte de independência do trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho aparece como o meio fundamental de ganhar a vida, observando-se, contudo, que o camponês metamorfoseia a necessidade objetiva do trabalho em atividade que subjetivamente motiva a admiração e o prazer, reiterando a autonomia de seu trabalho. Ambas as

Tanto o fracionamento da propriedade como sua indivisão conduzem à migração. O primeiro processo torna as parcelas de terra crescentemente insuficientes para a produção e para a reprodução social. A alternativa do uso da força de trabalho em outras atividades, como o artesanato (...) é um expediente temporário, mas não se constitui solução a longo prazo. A proletarianização urbana é outra solução, mas a migração é a solução mais coerente com que se poderia chamar uma identidade camponesa: ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem (Woortmann, 1995, p. 116).

Para o Rio Grande do Sul, o governo imperial "destinou duas zonas de povoamento de terras: as terras devolutas ou despovoadas do Nordeste do Estado e as terras localizadas nas proximidades de Santa Maria, hoje áreas de diversos municípios da Depressão Central e Sul da região do Planalto Médio" (Frozi & Mioranza, 1975, p. 38).

A ideologia do *branqueamento* ou aprimoramento da raça encontrou em terras gaúchas seu respaldo maior¹². Como a colonização se processava concomitantemente à gradual abolição da escravidão, os métodos e práticas dos imigrantes foram ganhando espaço¹³ junto aos *habitantes naturais do país* - sem esquecer que isso não invalida a ideologia governamental e do capital interno de substituir o escravo negro pelo trabalhador branco. Grande papel, nesse sentido, exerceram os imigrantes alemães após 1824, configurando-se ainda mais a partir do início da década de 1870, com a colonização italiana (Roche, 1969).

O primeiro grupo de imigrantes italianos¹⁴ fixou-se nos fundos da Colônia de Nova Palmeira, onde hoje está Nova Milano em 1875. No mesmo ano, criaram-se três núcleos de

representações compõem-se como formas ideológicas, uma vez que o camponês necessita justificar subjetivamente a situação de proprietário autônomo das condições do próprio trabalho no momento em que se efetiva sua subordinação ao modo de produção capitalista" (Tavares dos Santos, 1978, p. 174).

¹² Sobre a ideologia do *branqueamento*, ver FERNANDES, F., *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965. Ver também TRENTO, A., *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

¹³ Esse *ganhando espaço* não os isentou da pesada exploração a que foram submetidos. A própria sistemática da colonização que, a partir de 1854, com a lei complementar da lei 601, autorizava a venda de terras públicas a particulares, propiciou a obrigatoriedade de pagamento de preços altos aos seus lotes. À medida que aumentava a valorização fundiária, o sacrifício dos imigrantes também crescia.

¹⁴ Sabe-se que a presença de italianos no Rio Grande do Sul é bem anterior à data oficial da imigração (1875); estudos demonstram sua presença em várias localidades antes da grande imigração. Estima-se que, entre 1859 até 1875, em torno de 1.400 colonos italianos já estavam na província do Rio Grande do Sul. Vários autores documentam e analisam seus vínculos com outros grupos étnicos: alemães, franceses, austríacos, por exemplo. Ver DE BONI, L. A. e COSTA, R., *Far la Mérica*. Porto Alegre: Riocell, 1991.

colonização italiana: Colônia Caxias, Dona Isabel e Conde D' Eu¹⁵. Cinco anos depois, devido à imigração em massa, iniciou-se o loteamento de terras do além-rio das Antas; estruturando-se as colônias de Antonio Prado, hoje município com o mesmo nome, e Alfredo Chaves (hoje Veranópolis, Nova Bassano e parte de Nova Prata).

Em virtude da existência de conflitos, principalmente com os índios, e por problemas demográficos, começou a haver ocupação espontânea das terras próximas a Encantado, isso já na última década do século XIX. As regiões procuradas foram os atuais municípios de Ilópolis, Arvorezinha, Nova Bréssia e Putinga (Frosi & Mioranza, 1975). Percebendo esse processo de evasão ou migração interna, o governo provincial, por volta de 1892, criou a Colônia de Guaporé (hoje município com o mesmo nome), localizada à margem direita do rio Carreiro.

A agricultura foi o elemento aglutinador e formador do espaço de vida e sociabilidade do imigrante; a pecuária foi sempre secundária, ainda que complementar (Roche, 1969). A derrubada da mata, a rotação de culturas, tanto de subsistência quanto de caráter comercial, a reconstituição da fertilidade do solo, a depredação para constituir a roça (via queimadas, eliminação de ervas daninhas...), o plantio de culturas nativas (mandioca, milho, feijão) associadas às européias (trigo, batata, cevada), etc., produziram, reproduziram e *esgotaram* o espaço previamente delimitado, porém solidificaram, reproduziram e redefiniram um *modo de vida* e uma *estrutura familiar*.

A organização do sistema de economia agrícola na colônia passou a sofrer e explicitar pontos de estrangulamentos que giravam em torno da infra-estrutura de comércio e de transporte precária, da depreciação e baixíssimo valor dos produtos, do esgotamento do solo e da impossibilidade de aquisição de novas áreas próximas. A policultura comercial começou a ceder parte de seu espaço para a produção de suínos e seus derivados, principalmente a banha. Roche (1969) identifica esse mesmo processo na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, em 1907, São Leopoldo produziu 350 toneladas de banha; em 1917, já atingia 377 toneladas, processo que foi ainda mais intenso a partir das estratégias migratórias para novas colônias (Schneider, 1994). O solo fértil e a alta produtividade do

¹⁵ Essas três principais colônias são originárias de vários municípios; a primeira abarca hoje os municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e São Marcos; a segunda representa o município de Bento

milho daí decorrente fizeram da produção de suínos o elemento de convergência de relações de produção e de comercialização embasadas na agricultura familiar do colono da região.

A expansão da ocupação do território definido pela colonização deu-se muito rapidamente, começando pela periferia das antigas colônias, seguindo por toda a margem meridional do planalto, alcançando os Aparados da Serra, o vale do rio Uruguai, estendendo-se pelo Oeste catarinense e paranaense. A região que realmente delimitou as trajetórias de migrações internas foi a direção noroeste.

No dizer de Monfroi:

Esta extraordinária mobilidade do elemento italiano, sempre tentado pela miragem das terras novas, sempre disposto a novas aventuras, contrasta enormemente com o desejo primitivo de tornar-se proprietário de uma terra, onde pudesse, em paz, gozar dos frutos de seu trabalho. Não resta dúvidas de que a fertilidade das terras novas exerceu uma grande atração nos colonos das antigas colônias. O desejo de mudar, o espírito de aventura, foram causas determinantes dessa grande expansão (1987, p. 179).

Acreditamos que esses fatores tenham contribuído para o fato dos colonos se deslocarem de um espaço previamente definido, porém supervalorizam-se a *aventura* e as decisões *subjetivas e individualizantes*, indo muito ao encontro daquilo que a *literatura tradicional* da imigração não cansa de ideologizar: o pioneirismo.

Fatores de ordem estrutural e conjuntural, ligados à família, à terra, à demografia, à herança/matrimônio, ao número elevado de filhos na família original, às promessas não cumpridas dos agentes de imigração/colonização (pública e/ou particular), aos conflitos com os *nativos* e os de sua nacionalidade¹⁶, à diferença em termos regionais e dialetais, à

Gonçalves; a terceira, os municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa.

¹⁶ Ao resgataremos histórias de vida de antigos moradores de comunidades dos, hoje, municípios de Nova Araçá, Paraí, Serafina Corrêa, Marau e Casca, percebemos que os motivos da migração para esses locais "de puro monte e pedra, (...), no meio do mato (...), comendo milho e pinhão (quando os bugios deixavam), abrindo picadas (...), sem padre (...), no lombo de um burro, sem nada", não foi motivada simplesmente pela aventura e atração. A decisão de migrar, de se deslocar da família e do lugar/local, segundo depoimentos, era muito penosa, ia além da *metáfora da viagem*. "O que compensava é que não se ia sozinho". Os relatos têm uma dose muito grande de negatividade. Não obstante, quem conhece a região, sua topografia e seu solo, o isolamento dos centros urbanos e vilas da época, sem dúvida, tenderá a compreender a memória e seu conteúdo simbólico nos relatos. Os conflitos em torno da propriedade foram inúmeros na região de nossa pesquisa. Brigas, mortes, aversão aos negros, aos *brasilianos*, aos bugres, etc., estão estampadas na memória de colonos antigos, em nomes de comunidades, no silêncio, nas pausas e nos cuidados nos relatos de histórias de vida de

heterogeneidade cultural, a sentimentos nacionais (principalmente do país de origem), foram também determinantes; pelo menos, foram também elementos assim referidos pelos nossos informantes: “Ainda a gente se lembra”.

Ao chegarem ao Alto Taquari, os imigrantes e seus descendentes encontraram nesse espaço uma população rarefeita, miscigenada e vagante, vivendo quase que isoladamente, “plantando pra comê e fazendo pra vivê”, como nos diz um *nono*. Os imigrantes e seus descendentes viam com certa hostilidade e desprezo o modo de vida principalmente dos negros e caboclos que habitavam a região.

A imagem de caboclo, diferente da dos “de origem” (muitos *nonos* nos perguntavam quando da primeira visita a suas casas se éramos “de origem”), foi construída pelos descendentes de imigrantes também nos espaços de migração interna, com caráter preconceituoso. A produção agrícola dos caboclos, prioritariamente voltada para o autoconsumo, seu isolamento e não-fixação por muito tempo num local, a forma como produziam - “se vê que é serviço de negro, né! (...). tendo uma faca na bainha e um copo de cachaça se consideram gente” -, a pouca importância dada à apropriação da propriedade privada, dentre outras, como características da organização do desenvolvimento socioeconômico dos caboclos, promoveram *diferenciações* entre os estratos socioculturais no espaço agrícola da região¹⁷.

Junto aos colonos “de origem”, já havia um mercado em franca expansão, o que absorvia e motivava a destinação mercantil dos excedentes produzidos, favorecia a concepção de trabalho e a fixação na terra e a adoção de técnicas produtivas, dentre inúmeros outros fatores (Seyferth, 1987; De Boni e Costa, 1991; Roche, 1969, dentre outros). Por mais que a integração aos mercados e aos processos relacionais capitalistas fosse parcial ou imperfeita, as condições econômicas objetivas propiciaram *diferenciações* entre os “de origem” e os caboclos.

famílias, de troncos que se *romperam*. Emblemática é uma comunidade que, até a década de 1960, se chamava Posse dos Negros; por não possuir mais negros em sua localidade, passou a denominar-se Posse Boa Vista.

¹⁷ Durham (1984), Carvalho Franco (1983), Guilherme Palácios (vários textos), dentre uma bibliografia vastíssima, analisam com profundidade os aspectos econômicos que envolveram os caboclos, os *pobres livres do campo*, a estrutura de mercado incipiente, a produção para o autoconsumo, a exclusão socioeconômica e cultural no período da escravatura e posteriormente como elementos de impossibilidade de participação do processo produtivo.

O reforço em relação à família, à unidade familiar, ao vínculo comunitário, à presença do elemento religioso e do parentesco fez com que houvesse junto aos colonos “de origem”, fortes relações de solidariedade vicinais e de convívio, o que os levou a permanecer também mais tempo num lugar. O *ethos de colono se projeta* nos vínculos entre a identidade e as perspectivas a realizar, entre razão e moral. O *ethos*, funcionando como mediação, orienta as opções, os meios; delimita e discerne as ações e as condições sociais que são criadas. As ações individuais não são desprovidas de uma estratégia. O processo social é profundamente diverso e inacabado, o que faz com que o *ethos* passe por momentos contraditórios e ambíguos (Gaiger, 1994).

Em meio a tudo isso, não temos dúvida (tanto pela literatura que aborda o *ethos* da cultura italiana numa forma mais crítica, quanto pelos depoimentos de *nonos*) de que o patrimônio da propriedade privada e a possibilidade de mercantilizar os frutos do trabalho foram os elementos fundamentais que dificultaram a dispersão das famílias e das unidades domésticas. A coesão grupal, a organização comunitária, os compromissos pessoais (parentes, vizinhos, patricentralidade, vínculo religioso...), a fragilidade de organização política frente aos processos de extração de sobretrabalho capitalista (comerciantes, industriais, Estado) são manifestações também de estratégias e confrontos adaptativos envolvidos no horizonte da propriedade e do trabalho.

Os conflitos não se apresentavam só em relação aos caboclos, mas também entre os “de origem”, fossem eles por motivos de demarcação de terras, de concorrência por colocação de produtos nos mercados locais, de lideranças ou indiferenças em relação aos assuntos comunitários, etc. Os relatos de “causos” são infundáveis. Os *nonos* os relatam demonstrando que a idéia de vínculo comunitário não era tão harmônica como alguns que descrevem a história de municípios da região tendem a fazer entender. A idéia de que o caboclo era valente, ou de que “briga por qualquer coisa”, “tá sempre com a faca na cinta”, “eram perigosos” não isenta os “de origem” de o serem também.

Os valores e representações do grupo dos “de origem”, construídos pelos grupos dominantes, perpassaram espacialmente pela sua hegemonia, como modelos universalizantes

de modos de ser adaptados às expectativas e processos relacionais do meio rural e da sociedade brasileira, seja ela pelo estilo de produção agrícola, pela ética do trabalho (inserida na ideologia do *branqueamento*) e pelo desejo de fazer progredir a região, associado à produção mercantil e, portanto, de riqueza.

O *formato* da organização dos colonos da região desencadeou processos de deslocamentos em conformidade com estruturas de parentesco, com afinidades étnicas e locais, com sistemas de herança como solução *estrutural interna* que objetivava a reprodução de um *ethos familiar de colono*. Isso não significa que o processo de deslocamento tenha sido feito a partir de uma *determinação superestrutural*, deliberada e/ou objetiva (Woortmann, 1995). Houve redefinições na lógica de reprodução social, bem como deslocamentos de membros isolados das famílias ou, inclusive, em algumas situações, o próprio processo migratório promoveu redefinição da relação simbólica de parentesco.

Vários depoimentos de pessoas idosas (os *nonos* e as *nonas*) foram expressivos de rompimentos, deslocamentos, individuações e espontaneísmos, tomadas “de outros rumos”, “que tinham febre pra saí (...) e nunca tavam contentes”. Não concordamos com a tese de alguns *fazedores da história regional*, principalmente nos municípios por nós estudados, de que havia no colono italiano uma espécie de *mobilidade estrutural*, *febre de emigrar*, do *sempre pioneiro*, como seus ancestrais, e do *espírito empreendedor*. É claro que existem fatores estruturais, fatores de *estagnação*, de *mudança*, de *atração*, de *expulsão* (Singer, 1968), fatores internos de difícil delimitação analítica. O ato de sair tem implicações e vinculações/relações com o *lugar* de origem e de destino; muitas vezes alguns saem para *fortalecer os que ficam*; constrói-se a fragmentação para *fortalecer a unidade* (Woortmann, 1995).

A saída de pessoas (filhos) isoladas e ou de núcleos de famílias recém-formados para os novos espaços viabilizava a não-divisão do patrimônio da casa no espaço-mãe (Woortmann, 1995). O matrimônio, a migração e a propriedade eram partes de um mesmo modelo de *organização interna*. Alguns tomaram “outros rumos” para que o “rumo de até então” se reproduzisse e se solidificasse. A interpretação do *espírito insatisfeito*, justificando e ideologizando etnicamente espaços de desenvolvimento econômico de algumas regiões, encobre a construção de um conjunto de relações fundadas na família e que não são

perceptíveis sem a ruptura do discurso racional e objetivo (Weber nos ensina isso muito bem!).

Os processos de dispersão populacional para novas fronteiras objetivavam reproduzir sempre “o que se tinha lá, né”, fazendo com que o que se *processa aqui* seja viabilizador da continuidade do *lá*, assim como de outras novas colônias. A consequência de uma poderia se tornar causa de outra; é o que aconteceu na região Norte do estado do Rio Grande do Sul e no meio-oeste e Extremo- Oeste catarinense com os colonos do Sul, nas décadas de 1950 e 1960. É claro que transformações e redinições vão surgindo em sua contextualidade espacial e histórica. Os projetos de reprodução social e de patrimônio passam por vieses não mais aglutinadores da *colônia-mãe*; os grupos vão formando identidades redefinidas, e os graus de parentesco vão se tornando mais tênues (Woortmann, 1995).

Não obstante, é difícil determinar com precisão as intencionalidades causadoras das mobilidades espaciais; é inegável que havia *gargalos* no sistema de produção agrícola nas *antigas colônias*, os quais podem ser expressos nas condições objetivas, tais como na fragilidade das técnicas agrícolas (queimadas, esgotamento dos solos sem renovação), no reduzido tamanho do núcleo espacial para o plantio e para a reprodução patrimonial no seio da fragmentação familiar (herança, partilha, nucleação), na pouca dinâmica comercial e técnica das atividades artesanais (vinho, queijo, grapa, cachaça, farinha de milho, açúcar mascavo, ferrarias, sapatarias, marcenarias, alfaiatarias, etc.) (Roche, 1969)¹⁸.

Tais elementos, elencados em depoimentos e relatos de histórias de vida de *nonos* em nosso espaço de pesquisa, dão a tônica da complexidade que envolve o deslocamento, seja da família, seja de elementos individualmente. Por mais que a estratégia dos que migraram tenha sido de estruturar-se em grupos, mesmo com diferenças étnicas e regionais, o isolamento e o abandono obrigaram-nos a dimensionarem certa solidariedade e vínculo vicinal. A busca de formação de grupos permitiu que, mesmo traumatizada pela imigração/migração, certa homogeneidade cultural no interior das colônias se consolidasse, preservando, assim, certo

¹⁸ Num texto sobre a mobilidade do trabalho e a inovação tecnológica na fazenda camponesa, Montresor (1988) analisa a trajetória, diríamos *tradição*, de práticas artesanais do colono italiano da região vêneta na Itália desde o século XVIII. A autora mostra que as práticas pluriativas (tanto do *part-time* quanto do *full-time*) no meio rural, ligadas ao artesanato, sempre estiveram presentes na vida do agricultor dessa região.

patrimônio cultural e social como parte integrante daquilo que chamamos de *ethos de colono*¹⁹.

Essa migração *espontânea* interna deu-se também via êxodo rural, ou seja, grande contingente de migrantes, sem as mínimas condições de adquirirem um pedaço de terra, abandonados que estavam e pela presença de conflitos em seu cotidiano, etc., migraram para os centros urbanos²⁰. A *literatura oficial* sobre migração não admitia conflitos de terras nem a existência de lutas de classes. Assis Brasil, político e intelectual gaúcho das primeiras décadas deste século, apesar de representar a oposição política no estado, escreveu:

Não há no Brasil questão social, no sentido que esta expressão se dá na Europa. E não há porque nada pode existir sem as duas condições essenciais. As condições essenciais da questão social são: abundância de trabalhadores e falta de trabalho. (...) Ora, no Brasil, sobra trabalho e faltam trabalhadores. Superabundam as riquezas a explorar. Não temos pauperismos nem proletariado, e só por inconsciente amor à imitação européia tais palavras vibram nos lábios de algum homem político" (apud, Klieman, 1988, p. 53).

Inúmeras pessoas nos relataram histórias de conflitos por questões de terras. A não-vigilância do Estado, a constituição irregular da propriedade, a exploração de alguns e, mesmo, a existência já de proprietários foram elementos promotores de conflitos internos.

¹⁹ Ao tentarmos resgatar e identificar ações, relações, motivações e imaginários que constituíram e que, de certa forma e em certos aspectos, ainda permanecem, redefinidos ou não, do *ethos de colono*, não estamos dimensionando uma cultura e/ou subcultura, ou então, *cultura do colono* e do *meio rural* em comparação ao espaço urbano ou outras atividades, bem como em comparação ao fazendeiro, granjeiro ("colono forte"), latifundiário da região. Queremos, sim, dinamizar um comportamento de um estrato sociocultural que se manifesta em *ações adaptativas estratégicas e situacionais* em função de um vínculo com o contexto socioeconômico e social que, de certa forma, os inseriu no horizonte da precariedade. Os colonos da região, ao construírem, redefinirem e dinamizarem seu modo de ser, não se sentem, nem se pensam objetivamente separados da sociedade. O espírito do *fazer a América*, sob um viés diferenciado, talvez como idealização, permanece (o que não se diferencia muito dos estratos e classes envolvidas no capital econômico) em construção redefinida ainda hoje; é uma forma adaptativa em interação com as condições materiais e com o plano de seus valores ideais.

²⁰ O interessante aqui é observar que, desde a colônia Caxias até a Guaporé, havia uma tentativa de reprodução do colono-camponês; posteriormente, com as migrações internas, o mundo urbano começou a fazer parte no processo de reprodução do mesmo. Obtivemos dois relatos de antigos moradores que nos disseram que tinham "experimentado trabalhá na cidade" (*nel paese* de Bento Gonçalves), porém viram que aí o espaço de sobrevivência era difícil, então, "seguimos em frente pró interior de Serafina Corrêa". A industrialização, em franco desenvolvimento em Porto Alegre e nas regiões de colonização antiga, italiana e alemã, passou a fazer parte também das trajetórias dos colonos. Muitas colônias serviram de *viveiro de força de trabalho* para o espaço urbano industrial, algo muito presente ainda hoje.

Pelos relatos de colonos, o lugar - natureza perigosa (mata, bichos...) ²¹ -, *trabalhado* pelo trabalho e legitimado pelo direito de posse da terra, garantiria a perpetuidade de sua reprodução e do social. A partir do lugar íngreme (matas e morros), o colono construiu casa, constituiu o fundamento de *sua* sociedade: a família. O trabalho e a família são categorias que se imbricam no conjunto das representações dos colonos. No plano simbólico do *ethos de colono* da região, terra, trabalho e família, aliados à propriedade, ao patrimônio e à herança, formam o imaginário coletivo de experiências passadas e presentes, fundantes de um modelo de referência que permite aos colonos situarem-se no espaço local. Esses elementos delineiam pressupostos de *ordem moral* que marcam imaginários de colono, mesmo em meio ao processo de relações mercantis movidas pela industrialização de mecanismos de trabalho no meio rural. As idéias de “não ter patrão” nem horário, o trabalho pesado, o domínio técnico tradicional e moderno, amor à terra, etc., funcionam como pressupostos da ordem moral camponesa, misturados à construção da identidade de pioneiro ²², da forma de a propriedade ser gerida, da família, da policultura e do trabalho. São os suportes fundamentais da construção da *identidade de colono*.

A memória distribui-se em vários planos e esferas do cotidiano: na família (no sentido de geração em geração), nos grupos étnicos, de vizinhança, na comunidade, nos atos que mais marcam (morte, herança, substituição radical de objetos e utensílios de trabalho e/ou objetos de uso na casa e na vida doméstica). Esse processo, em seu conjunto, constrói a *reprodução*

²¹ Ainda hoje, o mato é visto como local perigoso, *natureza não trabalhada* (Brandão, 1995). Estrada que passa pelo meio do mato é evitada à noite para quem anda a pé; é um empecilho, principalmente para mulheres, que têm medo de assombração, de *visage*, de cobra. Esta última é parte integrante do imaginário de perigo dos colonos mais antigos. A prática de rezar “todo o dia quando levanta um Pai-Nosso pra São Paulo” manifesta a necessidade de se proteger contra cobras. O mato é ainda um mistério não desvelado pelo trabalho humano e não destruído pelo fogo (Woortmann & Woortmann, 1997). Pelo fato de hoje em dia ser extremamente proibido derrubar mato, voltam também as crenças, bem como a esperança de que retornem as espécies de bichos comestíveis. No mato, pode haver animais peçonhentos como também os desejosos de vê-los na panela!

²² A idéia de *pioneiro* na região é resgatada do discurso dos pais e/ou avós da região de colonização; reforça as virtudes do trabalho laborioso, de “lutar muito” (a palavra *luta* está muito presente nas histórias de vida de antigos colonos: “aqui se luta”, “oh! se lutô muito”, “sem um pouco de luta não se consegue nada”, “tenho 72 anos e ainda luto bastante”, “esses souberam o que é lutá”...). A idéia de luta está referida ao trabalho árduo, dedicado nos morros; hoje é na roça, nas pedreiras - “se luta muito ainda aqui hoje”. A identidade de colono construída sob a égide do pioneiro não carrega atributos de aventureiro - “não era aventura, não queriam aventura”; carrega atributos de família, aliada à policultura “pro gasto e pra vendê”. A propriedade da terra formava o imperativo de sobrevivência e a justificativa da prosperidade passada e presente do colono em relação a *i brisiliani* (caboclos) e à *diferenciação interna* entre categorias de colonos.

social (habitus) e serve de *matéria-prima* (Woortmann, 1994) para (re)construir e atualizar práticas e interações cotidianas.

Esse *envelope de memória* (imaginário) compreende o indivíduo que se confunde com o tempo, com uma ordem geral: a família. Essa *contenção do passado no presente* (Woortmann, 1995), principalmente pelos relatos de novos pioneiros da região, objetiva restabelecer uma continuidade/redefinição no tempo e, ao mesmo tempo, apreender seu passado pessoal. É como se eles se movessem por uma memória atemporal, na qual relações vão sendo esquecidas, e a memória vai sendo refeita com base em representações atuais. O *ethos* se reconstitui por essa dimensão. Exemplos disso estão no fascínio pela propriedade da terra, na concepção de trabalho enquanto razão de viver, segredo de progresso; nessa vontade de trabalhar para provar que o insucesso em outros espaços ia além de sua vontade; não obstante, fetichizou e encobriu as relações de produção que promoviam o acúmulo de capital ao comerciante e outros grupos às custas da extração de sobretrabalho do colono imigrante²³.

Concordamos com Halbwachs (1990) quando diz que uma vez o passado construído de um espaço, de um tempo social, é a afetividade do momento presente que se destaca e que se investe no cenário como memória de um tempo vivido num grupo. Os *nonos* não tematizam, na totalidade, a anomia de memória dos “tempos (dos) de hoje”. Os tempos objetivos de longa duração (dimensão weberiana de Halbwachs) permitem que se fortaleça uma legitimação coletiva de longa data. Mesmo que a memória não seja, no todo, o suporte coletivo do grupo (dos colonos), ela busca ser dinâmica; busca racionalizar e significar o vivido dos mesmos. A *corrente de memória*, seja na ótica da nostalgia, seja da dimensão

²³ Revisamos histórias de vida de empresários e trajetórias históricas de empresas localizadas no espaço urbano hoje da região. Percebemos que os empresários buscavam valorizar o saber econômico do colono ligado ao milho, a suínos e uva; montaram firmas, principalmente pequenos matadouros e, posteriormente, frigoríficos em parceria, via quota capital, com colonos migrados. Após alguns anos de funcionamento, alguns frigoríficos *faliram* ou foram *transferidos* para o Oeste catarinense; outros foram vendidos posteriormente às empresas maiores, as quais foram ou estão sendo adquiridas por grandes grupos como Perdigão, Sadia e outros. Ao redor desses pequenos frigoríficos, surgiram comunidades que se transformaram-se em distritos e municípios posteriormente; alguns, porém, decaíram demográfica e economicamente. Um dono de bodega, com 54 anos de ofício, disse-nos que éramos espertos “em fotografar e filmar isso antes que tudo desapareça”. Os *nonos* lastimam muito que seu espaço social e comunitário tenha ficado muitos anos preterido pelos industriais da época. O interessante é que hoje esses grupos retornam, porém com práticas de trabalho e com uma racionalidade mercantil mais funcional.

religiosa, do sacrifício, etc., contribui para engajar um *ethos* no agir social e cotidiano presente, bem como para redefinir e cristalizar laços sociais internos e externos.

Nessa *corrente de memória*, a noção de luta é significativa. A idéia de “luta”²⁴, além de expressar o sacrifício e as dificuldades de sobrevivência, manifesta debilidade econômica de alguns (“se obriguemo”); é uma expressão clara de redenção moral/religiosa, de uma grandeza moral, própria do colono, exteriorização de um processo de trabalho estigmatizado, desvalorizado, onde “se tem que se virá, se desdobrá, prá tê alguma coisa e, olha lá!”. É aquilo que Seyferth (1992) chama de *contradições da liberdade*, quer dizer que o tempo dos colonos não é só do relógio, porém eles não têm tempo livre - “aqui se trabalha que nem um condenado”. Para assegurar sua independência, esses precisam trabalhar mais e mais; são livres, porém não decidem sobre os preços e o valor de seu trabalho; estão a todo o momento envolvidos com os comerciantes, especuladores, técnicos de agroindústrias, os “tubarões” do basalto e de ateliês; podem tomar decisões (em oposição aos assalariados), porém são *decisões internas*, muitas vezes condicionadas por fatores externos; valorizam a terra, no entanto, alguns se sentem desprivilegiados por serem *herdeiros de terra*, dentre muitas outras.

São contradições/ambiguidades, fruto de redefinições e processos em movimento de uma identidade social construída historicamente e que luta para encontrar estratégias de reprodução. O *ethos* se reconstrói, juntando-se ao surgimento de injunções sociais reconstituídas pelas novas dinâmicas. Porém, trabalho e vida familiar são centralidades que, mesmo redefinidas, permanecem como símbolo social e como racionalizações de estratégias ético-morais e econômicas.

Compreender o *feixe de relações* que se aglutinam e se anulam num processo de migração e localização num determinado lugar não é tarefa fácil. Apenas queremos enfatizar que os colonos não vinham buscar uma vida tranqüila como alguns analisam quase que de uma forma épica, vocacional e linear em termos de progresso (não são poucos que dizem “que bastava passar os italianos por aí que o progresso não tardaria”!). Vieram, sim, enfrentar

²⁴ Relatos de alguns *nonos* contam as “brute robe” que passaram seus pais. Diziam que, ao chegar, iam diretamente para seus lotes, onde ramos de árvores serviam de cobertor, em meio aos bichos (tigres, cobras..., indios!), sujeitos às intempéries, sem amigos e parentes. Diziam que só Deus havia para os reconfortar a começar a vida com esperança e resignação.

novos e velhos sacrifícios; envolver-se ainda mais com o mercado capitalista e se firmar, para alguns, paradoxalmente, como agricultores familiares.

É comum ver nas fontes documentais (principalmente nos livros-tombo das paróquias) e em livros e escritos outros que narram a história dos municípios da região, uma visão evolutiva, não menos linear, do processo histórico e econômico. O ponto nodal do desenvolvimento e do acúmulo econômico e de capital deu-se a partir da chegada dos primeiros imigrantes/migrantes. A relação homem/natureza foi resolvida pelo domínio daquele sobre esta (a idéia de *desbravar*, de *pioneiro*, de *derrubar*, de *mexer com a terra*, de *construir*, perpassa muitos desses textos). As relações sociais na produção são pouco ou nada inseridas, ou até desconsideradas, ou então vistas só sobre o prisma da produção, do econômico e/ou do cultural. O social se apresenta sob o olhar dos grupos que se sobressairam, que cresceram, que assumiram o poder político, ao mesmo tempo como exemplos de moralidade e de vida em família. Não são poucos os que misturam essas questões com a dimensão da poupança, do trabalho penoso, do desejo de fazer capital ou futuro, como dimensões geradoras da riqueza para alguns. O tempo histórico é mitificado e mistificado pela presença, em determinadas regiões, de uma cultura *imbuída de espírito empreendedor*²⁵.

Enfim, a construção de uma espaço de colônia deu-se sob o signo da propriedade da terra, localizando, desde o início, nesse espaço, o imigrante vinculado ao mundo da mercadoria. A atração e o envolvimento do colono como possibilidade de tornar-se pequeno proprietário promoveram um movimento de reprodução capitalista no meio rural, mesmo que esse processo tenha se baseado em *formas não puramente capitalistas de produção* (Martins, 1983)²⁶.

²⁵ Alguns livros são expressões máximas disso. Ver, ADAMI, J. S. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1963; BUSATTA, F. *Um pioneiro em novas colônias italianas*. Porto Alegre: EST, 1976; BERNARDI, F. *História de Marau: uma comunidade laboriosa*. Marau: Prefeitura Municipal de Marau, 1992; ZAMBENEDETTI, D. *Serafina Corrêa: história e estórias*. Serafina Corrêa: D.C. Luzzato ed. 1988; FONTANA, A. *História de minha vida*. Petrópolis: Vozes, 1983, entre outros.

²⁶ No formato do *ethos de colono*, configuram-se e combinam-se práticas produtivas de meios de vida - o *fundo de consumo* (Marx, 1975) e a produção de mercadorias. No espaço de trabalho do colono, não se configuram todas as condições sociais das relações de produção capitalistas. Porém, o espaço *não capitalista* do vivido de trabalho do colono não é sinônimo de estranhamento, muito menos de especificidade; é, sim, um horizonte histórico produzido pelo modo de produção capitalista, como perspectiva mercantil que envolve reprodução, remuneração da força de trabalho, do excedente e do núcleo mercantilizável (Soares, 1981). As formas *não*

É nesse sentido que o local da colônia nova, pelo veio da migração, tematiza-se e ganha significação transcendente. O *local* e o *global* se objetivam pragmaticamente na vida do *lugar*, no cotidiano de uma cultura relacionada ao econômico e à vida familiar.

1.3 - O universo das relações cotidianas: a vida local

"Quando meu pai veio prá cá, em 1903, era puro mato²⁷. Havia muito bicho, porco espinho, anta, veado, peixe nos rios de dá com paul!"

- Tinha alguém morando aqui?

"Tinha uns negro sim. Perto do Carreiro (rio) tinha muito negro. Onde o mato era grande tinha negro, já tinha picadabatida, significava que tinha gente aí, né. O pai contava que os morros, os matos e os negros é que o fizeram ir pra frente (migrar). Depois foi indo, acostumaram e acharam bom. (...) No início tudo era difícil. O moinho ficava longe, depois de Guaporé. Ia num dia e voltava no outro, algumas vezes até a pé com saco nas costas. Não

capitalistas de produção (produção de *meios de vida* e de relações internas à família) passam a ser importantes para a *reprodução ampliada do capital* e para a absorção do sobretrabalho pelos agentes com ele envolvidos (agroindústria, bancos, comerciantes, etc.). Portanto, não são irrationalidades econômicas, nem mesmo fatores de acomodação e/ou de trabalhos gratuitos à sociedade; são, sim, relações econômicas e culturais que, independentemente de processos sociais e econômicos mais amplos, articulam espaços de trabalho promotores de lógicas internas históricas (idem, ibidem).

²⁷ Voltemos à questão do mato. Para nós a questão do mato foi uma *tecla* que insistimos muito, pois dele advém uma concepção de natureza, de terra, do econômico da terra, da autonomia sobre a terra, de sua recomposição e/ou destruição. O mato é sempre o ponto de partida da construção do espaço de roça; a idéia do "puro mato" expressa, nesse caso, a necessidade e a presença do braço humano, do machado e da foice; manifesta, também, sacrifício, labuta e perigo (Woortmann & Woortmann, 1997). O mato não é produto do trabalho humano; é da natureza; é o desafio do homem. Se é privação, pelo medo, pelo não conhecido, é, ao mesmo tempo, fonte de alimentação, de equilíbrio ecológico (a respeito da presença da lagarta na soja e a broca no milho, muitos colonos disseram: "também você vê ainda mato por lá?"), de fornecimento de lenha e madeira de lei. Hoje, para alguns colonos, a presença do mato também constitui um desprivilégio para quem quer vender a terra: "O mato vale pouco, tu não pode valorizá porque não dá pra tirá nada de lá, se descombrem é cadeia, sem fiança". Existe o mato *sujo* e o mato *limpo*: o *sujo* é aquele quase intransponível e de difícil conhecimento, ruim para a caça, ruim para derrubar ou tirar alguma madeira de lei dentro; mato também, para o colono, é sinônimo de "inso" (ervas que crescem naturalmente no meio dos cultivos e que precisam ser retiradas; portanto, ganha conotação negativa e possui ligação imediata e simbólica com a roça, "terra insada também vale pouco"). O mato é sinônimo de esconderijo - "se aparecê algum bandido é fácil se escondê no mato", serve para fazer também as necessidades fisiológicas, significa também proteção contra algumas invasões de fora. Alguns *nonos*, sobre a Revolução de 30, contaram-nos que esconderam os animais, banha, carne e, inclusive, as filhas no mato para que ficassem protegidas: "No mato ninguém acha, ninguém procura". Mato e roça possuem significados diferentes, porém se complementam, se separam e se unem. Os bichos também são identificados como *manso* e *do mato*. "Bicho do mato é que não foi amansado, é que não se sabe sua origem e seu paradeiro". Portanto, o mato possui significados diversos, é mítico, ao mesmo tempo, é prático, é perigo, incerteza, sobrenatural; ao mesmo tempo, é familiar, seguro e íntimo ("se faz muita coisa no

tinha cavalo, não tinha médico, não tinha igreja, tinha só o capitel onde se rezava o terço e se acendia alguma vela, não tinha escola, diversão era a mora (jogo), tomavam vinho com os parentes, os vizinhos e os da mesma capela (...). (..) não tinha política, só depois em 20, 20 e poucos não sei, a revolução dos assisistas e borgistas aí pegou fogo, alguns combatiam, outros se escondiam no mato pra não ir no combate (...), trouxeram a discórdia na comunidade. A política trouxe barulho. Teve quanta gente que foi embora daqui por isso. Nossa família, por parte de pai, eram em seis, dois foram embora por causa de briga política, um outro deixô da roça e foi trabalhá de carroceiro pros Bodanese até Muçum. Penduravam lenço vermelho nas casa, nos palanques de cerca pra provocá. (...) Tinha gente que escondia os lenços tanto branco quanto vermelho, ainda de vinte ou trinta anos atrás. Os padres convenceram o pessoal que tinha outros *pensieri* pra levá em frente do que política. Eles aproveitavam as construções das capelas pra se amansá. (...). Transportavam tudo em carroça de até nove mulas. Em muçum, estrela ou Lajeado, conforme estava o rio, né, chegavam as "gasolina" (pequenos barcos) e levava tudo a Porto Alegre. Depois com os caminhão aí não, aí era tudo fácil. (...). Os padres é que salvaram nós aqui, fizeram o hospital, o clube paroquial, escola, igreja, as capela por todo o interior, fizeram as pessoas ficá, né. Na emancipação em (1960) já tinha gente sobrando. (...). O pai montou uma fábrica de salame na linha Emília (Guaporé), em 31 nós fomos pra lá, mas logo depois chegou o Ideal (indústria de derivados de suínos e frigorífico, hoje Perdigão) e aí não deu mais, né. Aí só o pai foi pra Vila Oeste. (...). Mais tarde voltamos todos a Serafina (Serafina Corrêa)".

- O que mais marcou na vida do Senhor nesses primeiros anos nessa região?

"Ah! tem tanta coisa. Abriam as estradas a facão, vê esse asfalto hoje, isso foi feito com facão, picareta e pólvora há oitenta ou noventa anos. *Gbe gera solque um trodeto pien de spim* (tinha só uma estradinha cheia de espinho) (...). Contavam que quando pegavam um *bresilian* (negro ou caboclo) pra trabalhá, davam um prato de comida pra vê se comia ligeiro, daí era bom. (...). Os sofrimentos dos carroceiros! O Amélio Scortegagna, meu tio, dizia que na subida da *nona* (linha 9) os animais empacavam, dele e dele chicote e não adiantava, pra descê disparavam e atolavam as carroças (...) dormir no meio do pasto (...). O sacrifício que

mato, bem escondidinho!"). Sobre o significado cognitivo e simbólico do mato, ver Woortmann (1997), bem como Brandão (1995).

passavam ninguém acredita hoje. Na linha 8 fizeram um capitelzinho (em 1925) prá São Ricardo. A quantidade de gente que veio na festa dá idéia do quanto era importante (o ofício de carroceiro e não o Santo Padroeiro!). Depois veio o caminhão e aí a carroça se foi".

- E a vida social, na comunidade....?

"Ah!, sim. Quando se tinha um pouco de gente morando, se construiu uma capela. Se caprichava, éh. Hoje! A comunidade era o lugar de batê prosa, jogá carta. (...). A vida social era aí. Nascia um filho era uma alegria que só. (...) Ainda mais se o nono tivesse vivo, porque um dos nomes era o dele se fosse homem (...) ²⁸. Respeitava-se os domingo, se rezava o terço, aquele grande (...), se ia no filó também, tomavam brodo e vinho (...), jogo de bocha, bailes, as moças sempre acompanhadas dos pai (...), corrida de cavalo ou a pé. Se divertia aquela época é! (entrevista direta com seu Giusepe, 84 anos) ²⁹.

Esse relato é muito sugestivo e ilustrativo de algumas relações, fatos e concepções que organizavam o cotidiano como espaço de vida dos colonos nos primeiros anos de sua chegada a região. Ao chegarem, os colonos encontraram uma paisagem não trabalhada para o cultivo - "era puro mato"-, construindo-a racionalmente para atender às necessidades socioeconômicas e infra-estruturais, abrindo picadas, derrubando matas, quebrando pedras e desbravando o solo. Na visão ideologizada do informante, a região antes era cheia de matas virgens, animais, peixes e... alguns negros. Tudo isso foi, sem exceção, *domesticado* pelo esforço, sacrifício do civilizador italiano! A paisagem e sua interpretação foram elaboradas como *uma peça* adaptada ao processo em construção e/ou preservação de um estilo de vida, de uma identidade econômico e social e do contexto socioeconômico da época.

²⁸ Woortmann (1995) analisa a relação entre nominação e compadrio, ambos se organizando em torno de princípios de parentesco, de diferença entre sexos, subordinada ao viés patrilinear. O nome manifesta transcendência, homenagem à tradição, solidifica a honra do grupo e o tronco paterno. Os nomes, o apadrinhamento, o compadrio e a dimensão patrilinear do parentesco manifestam aliança, descendência e obrigação em meio aos colonos da região. Hoje, os nomes não obedecem tanto ao vínculo do tronco paterno e ao sistema de parentesco envolvendo propriedade, mas revigoram-se em meio *aos estrangeirismos*, bem como relacionam-se à vizinhança nessa dinâmica de compadrio.

²⁹ Os momentos de grande aproveitamento, em termos de compreensão da formação do espaço regional vinculado aos sujeitos culturais e à dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro, davam-se nos contatos coletivos com os idosos reunidos no salão da capela ou na capela mesma. Alguns *nonos* tomavam a palavra e "não largavam mais", como disse uma depoente idosa relatando essa experiência por ocasião de uma missa na capela, sobre a importância de ouvir os velhos. Para o objetivo do presente trabalho, que não é fazer um estudo de história local, pouco do muito gravado foi aproveitado. As dezessete fitas gravadas nesses momentos

Adorno já dizia que o desenvolvimento das forças produtivas, o ato do espírito dominador da natureza têm afinidade com a dominação violenta da natureza. A questão das relações entre homens e animais, a justificação da exploração sistemática do mundo animal se baseiam nessa intenção³⁰.

O relato expressa as dificuldades de comunicação e a centralização do universo relacional e cotidiano na esfera da família, deixando claro que o vínculo de parentesco, de aproximação de sociedades de capelas e de vizinhos constituía o nível de relação solidária e recíproca, como forma viabilizadora da vida social e da assimilação e ajustamento aos distintos formatos de integração cultural da sociedade *adotiva*³¹.

A paisagem, mais precisamente as matas, os morros, os rios, as parcas planícies ("as canhadas") ganham sentido na lembrança dos nonos porque foram tocadas pelo trabalho do colono. Morros, matas, planícies, etc., não se dividem; são locais visíveis *de* trabalho e *para* o trabalho; são locais de pessoas em que se pode morar, se pode fazer roça, lugares da realização da vida e da cultura do colono. Não obstante, tudo isso é fruto do trabalho árduo - "o sacrifício que passavam ninguém acredita hoje" - (esse ninguém refere-se aos jovens). "O pai montou uma fábrica de salame". A grandiosidade de ser o pioneiro, o sentido simbólico disso, a transcrição oral da natureza rude e íngreme transferem para o homem uma realização do rudimentar ao domínio do natural pelo trabalho - "tinha só uma estradinha cheia de espinho"-; a dimensão do nada cede lugar à forma, ao formato, à adaptação - "faziam à facão e picarreta"-.

A fisionomia econômica da paisagem só se formou com a presença de um espírito mais aberto, mais afeito ao progresso da agricultura; um modo de vida em conformidade ao

coletivos, acreditamos, dariam muito bem para fazer um bom trabalho etnográfico de resgate da história regional sob a ótica do sujeito cultural e do vivido cotidiano também local.

³⁰ Adorno e Horkheimer na "Psicologia animal", descrevem a situação de um cão que se encontra às margens de uma rodovia. Por sua ingenuidade quanto à espécie humana, que o leva a atravessar a pista de alta velocidade, ele paga com sua própria vida, aliás, com um semblante pacífico, o qual inexistia naqueles que o atropelam. Ver Rodrigo DUARTE, Natureza e técnica em Theodor Adorno. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas: Unicamp, Série 3, v. 6, n. 2, p. 139 - 169, jul. -dez. 1996.

³¹ Desse modo, corroboramos a questão do *ethos de colono* que se constrói e se redefine não homogeneamente, mas em fricção aos formatos de vida, culturas e lógicas distintas. O *ethos de colono* da região não é sinônimo de um padrão próprio de sociabilidade e de normas sociais e econômicas, mas, sim, produto e produtor de formas sucessivas de dispersões e aglutinações espacial-culturais que se alteram, alternam e atuam ainda hoje como estratégia de racionalidade interna frente ao modelo produtivista de difícil permanência.

espírito refratário ao exterior, respeitador dos valores religiosos e da tradição paterna - "havia a moral, né".

A idéia de espaço anterior à chegada dos imigrantes é transposta para um *vazio social* - "tinha muito negro, tinha picada batida". O ideário de pioneiro ignora a temporalidade anterior ou minimiza o papel e a importância, pelo menos econômica, dos instalados anteriormente a sua chegada. A memória das picadas³² e dos travessões *memoriza* a espacialidade e define os limites do espaço *vazio* e do *ocupado*. A forma de pensar o tempo está baseada na agricultura, no progresso, na *sua* participação no espaço.

O que nos chamou atenção nas *conversas* coletivas com os *nonos* é que nada ou quase *nada sabem* sobre seus antepassados (pais, avós) na Itália, nem sobre o local de procedência de seus pais - poucos sabem. Parece que a história da imigração e sua descendência se define no Brasil a partir *deles*; parece que o tempo encobriu os antepassados da memória, como se estivessem "embaixo da terra" e, por estarem *aí*, perderam-se no tempo. Um *nono* nos disse, em italiano vênето, ao ser indagado sobre a região da qual seu pai viera e suas condições econômicas na Itália, que "a memória não alcança essa distância". Ele sabia só de Guaporé para cá, "tão longe assim, não". A distância, para esse sujeito, abarca temporalidade e espacialidade.

³² *Picada* é pouco conhecida em meio aos italianos; é mais comum ouvir falar em *linha* e/ou *travessão*; é uma espécie de "trodeto com a sola dos pés", uma espécie de caminho vicinal, no qual se construíam casas, bodegas, povoados, capelas e *sociedade de capelas*. A picada, por ser um espaço desbravado, propiciava certa organicidade, certo vínculo vicinal e de interconhecimento espacial, humano e social (Seyferth, 1982). Muitas das picadas da região são hoje rodovias ou estradas, espaços esses promotores de germinação econômica e habitacional. A construção funcional do *espaço de vida* do colono (roça, casa, capela, escola, venda, cemitério, bodega, etc.) tem seu nascedouro social nas picadas. Acreditamos que parte da preservação de formas de sociabilidade, de crenças, mitos e rituais cotidianos, definidores da vida cultural e social dos colonos de hoje, é devedora da forma de organização e ocupação do espaço social ao redor das picadas. Andando hoje pelas estradas vicinais intercomunitárias, percebe-se a proximidade das casas entre si e com a estrada, formando um espaço coeso e, ao mesmo tempo, disperso de ambiente social tendo em vista as várias formas de relações de trabalho, de sentimento de localidade ("tem também os que só dormem aqui") e de pertencimento que o constituem. Não obstante, essa forma de organização do espaço de vida local não deixa de apresentar um processo de *interconhecimento* (Mendras, 1978), homogeneidade e autonomia na história de cada colono e sua família, no seu processo de trabalho e de seu vínculo local.

A forma de pensar o tempo que os colonos (os *nonos*) exteriorizam pelo veio da memória, presentifica, ideologicamente, uma dimensão da tradição que os legitima como heróis, como exemplares; normalmente, são considerados os de sexo masculino³³.

Os laços de parentesco, simbolizados por uma *árvore* (Woortmann, 1994), ligam-se às sementes (boa e ruim, forte e fraca), estruturam troncos, membros (inferiores e superiores), raízes, o cerne, o podre, os brotos, etc., em função da importância, da temporalidade (pouco falam da Itália, *lembram-se* mais dos desbravamentos das matas, dos enfrentamentos e lutas...), da genealogia (masculina de preferência), dos parentes que se quer memorizar, do sangue (confundido com sua dimensão genético-corporal, não sociocultural), do silêncio, enfim, dos aspectos construtores da tradição³⁴.

Sobre a questão do silêncio (que também faz parte de uma seleção de memória), da amnésia e da ausência de referenciais presentes (fotos, quadros, ligações de parentes...), enfim, de situações que a terra encobriu e que o tempo fez esquecer, o padre vigário, há várias décadas naquela paróquia, diz: “O que menos se falava na família era sobre a vida na Itália. A imagem negativa da Itália e de sua situação histórica os fez esquecedores de seu passado (...). O que importa é *sua* presença, é ter o que dizer deles, é não ter vergonha de falar deles; os outros que durmam em paz”. Um *nono* nos disse que “havia outros *pensieri* ao redor”.

O que nos pareceu, pelos relatos, é que a relação consanguínea, a diferenciação social e cultural, o envolvimento não pacífico, porém de extrema utilidade, com os comerciantes,

³³ *Infiltramos-nos*, durante nosso tempo de pesquisa de campo, em duas *festas de famílias* (uma da família Girardi - em torno de 450 pessoas -, outra da família Costela - mais de 600 participantes) e constatamos o *peso* e a importância da reprodução da memória masculina. Os que eram lembrados, as bases (tronco) da constituição da família, a importância do parentesco patrilinear, os elementos simbólicos (terra, número de filhos, agrupamentos familiares, patrimônio econômico, cenários de labuta e sacrifício, a missa em dialeto vênето com um padre vindo especialmente de Pádova (Norte da Itália), os cantos e a oralidade dialetal, etc., dão a tônica de um complexo relacional de memória e de tradição que se renova/redefine no presente sob o veio ritualístico da preponderância masculina. O encanto se reveste de uma simbologia tão profunda que só escutávamos, nas despedidas, a manifestação de prazer, de compromisso e expectativa positiva do próximo encontro (ver em Woortmann, 1994, uma brilhante reflexão sobre a simbologia das festas de família).

³⁴ Durante um jantar de comemoração da Semana Italiana num dos municípios da região de pesquisa foi constituído uma espécie de “museo dos antigos” como eles diziam. Quem se encarregou em juntar o material foram os alunos dos colégios das comunidades rurais. Damos a nossa contribuição através da insistência junto aos *nonos* e famílias em geral para que liberassem fotos, brasões, utensílios domésticos e de trabalho, de vestimentas, instrumentos de caça, das oficinas e artesanatos, etc. A quantidade de objetos foi tanta que não coube no espaço previamente reservado no salão da comunidade; parte teve de ser colocado na capela. O que nos chamou a atenção foi que os alunos eram os informantes, os guias culturais; os mesmos se sentiam os transmissores do passado no presente.

os elementos em torno da propriedade (meios de trabalho, o que produzir, derrubar o mato, etc.), a visita de parentes, a *sociedade da capela*, etc., são conjuntos de relações e processos resgatados que se articulam entre si e formam a *paisagem* e o lugar *da* e *na* memória dos velhos. A casa, o lugar da casa, a disposição das coisas na casa, a hierarquia, a coesão e ordem moral, segundo eles, “se dá em casa”.

1. 4 - A centralidade e a memória da família: “ter para comer e progredir”

Nossa reflexão, até aqui, pautou-se pela idéia de que o colono sempre viu na terra, principalmente na propriedade da terra, a possibilidade de reconstrução do núcleo familiar. As migrações para a região dos informantes justificam-se em grande parte por isso. Normalmente as famílias eram nucleares e extensas; o homem era o chefe do lar, portanto de conotação patriarcal. O pai mandava sobre a mulher, os filhos e a propriedade; a mulher perdia seu sobrenome de família, tomando o do esposo. A mulher era caracterizada pelo seu significado de esposa e de mãe, elementos indispensáveis para a reprodução, não se descuidando da capacidade física, habilidade e diligência no trabalho. Iniciativas e potenciais para gerar (não gerir) recursos, responsabilidade e, fundamentalmente, honradez “pra podê honrá depois, né”, associadas à religiosidade, eram critérios de alguém que “é feita para o casamento”. Uma idosa, a mais *nona*, acrescentou: “é, se tinha herança também ia bem, melhor ainda, né”.

É como nos diz Weber (1977, p. 386): “na dominação familiar é a submissão pessoal ao senhor que garante como legítimas as normas precedentes dele”. Mesmo que, como as *nonas* dizem, as mulheres trabalhassem bastante, “onde dava dinheiro era o homem que fazia, boa parte dos trabalhos na roça como em casa (...). Tava errado, mas se aceitava e pronto. *Che alegria gavemo de far? Deghe la sapa e fela sapor* (Para não dar aborrecimento? Dê-lhe uma enchada e faça-a carpir. Versão próxima à da idéia de que a “ociosidade é a mãe de todos os vícios”).

Ao revisarmos algumas análises da vida camponesa da região do Vêneto italiano do final do século XIX³⁵, percebemos que é comum encontrar passagens que enfatizam a *patricentralidade* da família, a divisão de saberes entre homem e mulher.

L'associazione della dona con la cura del pollaio investe anche il piano del simbolico e non a caso; nei proverbi la gallina é associata alla donna, mentre l'uomo é identificato con il galo. Questa identificazione se inserisce all'interno di una più generale concezione del mondo, secondo la quale, uno stesso ordine si applica all'ambiente umano e naturale. La divisione dei ruoli tra l'uomo e la donna si identifica con la divisione dei compitiche sembra esistire all'interno della specie animale (Papa, 1985, p. 166).

A ligação mulher-galinha homem-galo refere-se ao *caráter* de poder, autoridade e comando, dimensões essas que se expressam nessa passagem de um canto ainda presente nas rodas de vinho nas *bodegas* da região: “La casa ha poca pace se la gallina canta e il gallo tace”.

O canto equivale ao direito da palavra, manifestado mais objetivamente nas decisões da unidade de produção. Indagamos colonos antigos sobre essa relação simbólica com o galinheiro, tendo alguns confirmado a identificação no espaço conjugal, no espaço do trabalho, da casa, da sexualidade (é comum ligar as mulheres mais *liberadas* com galinha, e os homens *ativos*, com galos), no âmbito da procriação e de ser fecundada, dentre outras; inclusive, houve um comentário identificando o *brodo* da galinha ao leite da mulher. Mas a tônica da identificação simbólica se dá no espaço do trabalho e do saber/poder. “Vattene, tu va a governá le galline. Tu non capisci gnente de queste cose qui”, ou então, “quando la gallina canta, la padrona manca”. As relações de poder poderiam tornar-se problemáticas num universo coerente do ponto de vista simbólico se a galinha cantar! É o que se apresenta hoje, como veremos no quarto capítulo, com a inserção de um grupo de mulheres no campo de trabalho industrial e no espaço urbano.

A estrutura familiar era centrada na autoridade paterna e direcionada para as lides da terra. A *ignorância* da mulher em relação à terra, ou outros horizontes da vida do trabalho *fora* não eram preocupantes; desde que o marido conhecesse, estava bem. Uma *nona* nos disse: “que não pensa que quando nascia mulher era uma benção, não! A menina era um

³⁵ Ver R. MICELA, *Opressione della donna e ricerca antropologica: immaginario e realtà nella subordinazione femminile*. Milano: Mazzotta, 1982. Ver também M. DOUGLAS, *Purezza e Pericolo*. Bologna: Il Mulino, 1975. M. BARBAGLI, *Sotto lo stesso tetto*. Mutamenti della famiglia in Itália dal XV al XX Secolo. Bologna: Il Mulino, 1984.

castigo, um prejuízo na família, o que esperavam era sempre homem. A roça era o que dizia”.

O sexo era o estigma que rotulava a mulher ao nascer. O grupo doméstico e a sua hierarquização, fortalecida pela Igreja Católica, encarregavam-se de inculcar, nos filhos, e principalmente nas filhas, o espaço da submissão, as ordens da família patriarcal e autoritária.

A representação social da dominação masculina era reforçada na medida em que o grupo doméstico tinha um papel fundamental na constituição e manutenção econômica e moral.

Em todos os sentidos, as mulheres crêem firmemente, conforme nos diz Perrot (1991)³⁶, que todos devem se submeter ao grupo familiar, uma vez que o todo é superior às partes. Assim, o projeto global é o que deve prevalecer, apenas com a ressalva de que o global está assentado sobre o grupo masculino, sobre a importância do *pater*, o pai de família, para que a figura paterna possa representar a autoridade.

O trabalho dentro da estrutura de vida familiar assegurava ao grupo sua sobrevivência; a cooperação familiar aparecia como fundamental para formação de capital. Para isso, dependia do grau de intensificação do trabalho, da redução do consumo àquilo de que realmente necessitavam; a solidariedade e a combinação dos esforços de todos os membros da família e um bom casamento³⁷ eram os elementos centrais que fundavam a lógica da herança em função do sexo, da idade, dos tipos, quantidades e importância dos bens.

A situação de carência, as dificuldades na obtenção de recursos para realizar os trabalhos e comercializar os produtos, entre outros, dimensionavam uma *ética familiar* de autodependência, solidariedade e submissão de alguns membros, bem como sua

³⁶ M. PERROT no ensaio: Figuras de papéis. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, George. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 4, fornece-nos instrumentos para analisar a relação entre ficção e as formas de como se governam as representações na história e no cotidiano de famílias migrantes.

³⁷ Como coloca Woortmann (1995), analisando o sistema de parentesco entre alemães e luso-brasileiros, o casamento é um acordo entre duas famílias; é um assunto muito sério para ser deixado só ao critério dos filhos. “De uma união bem arranjada poderá depender o futuro do patrimônio familiar. (...), os noivos não são propriamente agentes ativos no processo de construção de um casamento; são mais autores que desempenham um papel, num texto que foi escrito pela comunidade como um todo e sob a direção dos pais das respectivas famílias, reunidos nessa ‘co-produção’ (...), pois o que está em jogo é a aliança entre duas famílias (...) (Woortmann, 1995, p 164 - 166).

transcendência no horizonte do vínculo de parentesco, vicinal e de compadrio³⁸. Todo o processo cultural, econômico e religioso se realizava a partir das determinações da autoridade familiar, centrada no âmbito paterno.

Ter a própria casa, a própria terra, a comida para a família estaria dentro das primeiras necessidades da família. Com as safras e a venda dos produtos, o progresso não tardaria. A família, então, funcionava como base das relações de procriação e produção.

"A gente tinha sempre a família pra pensá (...). mandava os dois, mas na roça era sempre ele (...), os filhos era com a mãe, né". Fossem quais fossem as formas de trabalho, era sempre o chefe da família que determinava a extensão, os tipos de plantação. O cuidado dos filhos, especialmente filhas, ficava a cargo da mãe; no entanto, era o pai que propunha as normas a serem seguidas, o cumprimento dos preceitos religiosos, etc. Alguns informantes idosos nos relataram, ajudados em alguns casos por esposas ou noras, concepções sugestivas:

- "Dove se ara co le vache, comanda le fémene" (onde se lavra com as vacas, mandam as mulheres);

- "Done de finestra, no val na minestra" (mulher à janela, pouco vale);

- Braghe che sia mèio de nia" (um marido qualquer, antes de nada).

Os provérbios populares contribuíram enquanto representação de imaginários³⁹ definidores do papel da mulher na sociedade e na família. A idéia de subordinação legitimada pela fragilidade, pela capacidade de dirigir o lar, não importando a beleza, a importância de casar, e de preferência não velha, seu poder afetivo e sentimental, entre outras, foram formando, constituindo e sedimentando a forte mística familiar como elemento de

³⁸ Segundo informação de idosos entrevistados, a escolha dos padrinhos "antigamente, no nosso tempo, né, era com os parentes, mais por parte de pai". A informação unânime foi de que a escolha de um irmão do pai e de uma irmã da mãe não significa possível casamento. A escolha entre parentes visava apenas reconhecer a ligação de consanguinidade, sem replicar padrão matrimonial; hoje, a relação de parentesco "cedeu lugar aos vizinhos". Há uma opção preferencial pela reciprocidade vicinal. A entreajuda, a relação de amizade, a consideração por favores, empréstimos, confiança, necessidades constantes e potenciais de solidariedade e prestação são racionalizações práticas que fazem do vizinho, mais do que o parente e/ou tronco, um elemento de construção de *redes de vínculo* entre famílias geograficamente situadas.

³⁹ Quando falamos em imaginários, temos em mente a lembrança, mas não *qualquer* lembrança; uma lembrança de olhares vividos que *vêem à luz*, que é possível enxergar, que vêm acompanhados de imagens materiais e que dão ao pensar a sua materialidade, o seu objeto. Os idosos falam sobre o passado pensando o presente, fazendo uma interpretação presente, pessoal, como um ato de história e contexto do momento vivido. Lembrar é carregar uma subjetividade, revisitada quando redita, de profunda sensibilidade e afetos

progressiva normatização na vida social, econômica e religiosa. Era também parte integrante da concepção de família dos descendentes de imigrantes manter os vínculos entre as gerações, com destaque para os laços afetivos, parentais e vicinais, preservar a memória e a história da própria família (Woortmann, 1995).

Nesse horizonte da preservação da história e da memória da família, é importante que se diga que, no relato de grande parte dos *nonos*, o que é reflexo e expresso como constitutivo da conservação da árvore é o lado masculino do parentesco. Há um *ser* e um *estar* que se disseminam, se constituem com o casamento e se diferenciam entre os sexos. Muitas vezes, independentemente do sexo, os atos de se deslocar do rural ao urbano (e seu individualismo e aburguesamento), de “misturar a raça” (“de gente boa”), de alguém que descarrilha (precisa ser cortado antes que estrague todo o tronco), de determinadas qualidades imprescindíveis, etc., também vão silenciando, manifestando, louvando, idealizando, privando e publicando a memória nas interações presentes. Esses processos, no seu conjunto, e somados a outros, contribuem para a formação e desenvolvimento de uma *economia moral* (Woortmann, 1994).

A literatura sobre o campesinato vêneto italiano no século XIX e das primeiras décadas desse, até a Primeira Guerra Mundial, dá ênfase à característica de uma *economia moral* do camponês baseada na solidariedade vicinal e, ao mesmo tempo, autocentrada na família.

In quei rapporti affondava le sue radici l' 'economia morale', un quasi giusnaturalistico diritto alla vita, garantito dalla organizzazione e dalla solidarietà della comunità rurale, da una relazione di reciprocità che riconosceva l'equilibrio politico-sociale esistente e legittimava la distinzione di ricchi e poveri, ciascuno con i propri obblighi (...). I rapporti sociali all'interno del villaggio dovevano esser regolati in modo assicurare a tutti la sussistenza e la socializzazione dei rischi: una concezione del mondo che è agli antipodi rispetto all'etica del lavoro e del profitto dei colonizzatori capitalisti (Villani, 1989, p. 213).

O mesmo autor defende que essa *economia moral* “dei contadini” foi de fundamental importância nas revoltas e manifestações do fim do século XIX⁴⁰ na Itália, as

vividos (Brandão, s/d). Alguns idosos, reunidos nos salões das apelas, estavam sempre querendo lembrar, querendo reconstituir para si mesmos e para os outros o vivido personificado ou não.

⁴⁰ Uma análise que relaciona *economia moral* com revolta camponesa e consciência de classe se encontra em J. C. SCOTT, *I Contadini tra sopravvivenza e rivolta*, Napoli: Liguori, 1981.

quais contribuíram para solidificar a reunificação e a reestruturação do meio agrícola-fundiário do Norte daquele país. Não obstante, o autor ontologiza a economia moral camponesa como “una visione del mondo”, como uma “strutura mentale” (p. 381); parece-nos que essa visão, no nível normativo de uma cultura ou subcultura de classe, amarra os “contadini” a uma racionalidade interna. Acreditamos que esse veio heurístico não dá conta da explicação de determinados comportamentos, os quais se adequam a “i patroni”, aos valores dos ricos, ao “far la Mérica”, “la cucagna”, etc. A *estratégia adaptativa* em relação a um estilo de vida baseado numa *economia moral* do camponês, pelo que podemos entender, para o nosso caso, fundamenta-se num estilo de vida familiar-comunitário e vicinal, baseado na precariedade dos recursos a ele disponíveis. A organização, o sistema e o espírito do trabalho do *ethos de colono* se baseiam nessa dimensão da precariedade e da carência.

A dedicação ao trabalho tem ligação imediata com a própria sobrevivência dos seus antepassados e de seus descendentes. A aspiração de serem proprietários, de produzirem, de constituírem família, de progredirem e de serem donos de capital os fez enveredarem pelo comércio, por pequenas indústrias, por práticas de trabalho coletivo na forma de auxílio-mútuo, no âmbito familiar e comunitário. Na região, resgatam-se inúmeras experiências dessa forma de *representação social* no âmbito do trabalho e da organização familiar. A representação do trabalho e do progresso, como valores, faz a imagem social da família; constitui, hoje ainda, importante critério de avaliação, de reconhecimento social e apreciação das pessoas na comunidade; desenvolveu uma *representação social* não ligada somente a questões biológico-culturais e sociais, mas à falta de patriotismo, de desejo de progresso para o país.

Seyferth encontrou a mesma *representação social* junto a teuto-brasileiros do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, “... de um lado se encontram os maus cidadãos, maus patriotas (porque não são bons trabalhadores) e (...) de outro lado estão os bons cidadãos, bons ao país e patriotas honrados, porque têm uma capacidade de trabalho superior que lhes é dada pela condição étnica” (Seyferth, 1982, p. 14).

Essa *representação social* demarcou fronteiras étnico-culturais, bem como constituiu valores inspirados no trabalho, no progresso, na tradição, na religião católica, nas concepções

de morte⁴¹, enaltecendo, em meio ao sacrifício e sofrimento, a bravura, a coragem, o mito de pioneiro, a diferença em relação a outros grupos. A morte permanece com um sentido de passagem para outra existência, onde se terá o retorno do que se fez. Há uma idéia de eternidade e, ao mesmo tempo, de limite, o que implica uma vivência de dedicação, de trabalho, de sacrifícios e aproveitamento no tempo presente. Ser colono é cimentar-se com a natureza (dominá-la para si) e envolver-se com ela pelo trabalho. Se Weber dizia que o mundo moderno esgota e cansa a vida, não significa dizer que os homens estão plenos dela. Ao que nos pareceu, a dimensão do trabalho, para a constituição do *ethos de colono*, adquire também essa dimensão do sacrifício, do esgotamento: “hoje se tem todos os confortos (máquinas, químicos, etc) e trabalham mais do que antes, não param mais, é domingo, é de noite (...)”. Ser colono é saber converter o tempo disponível de forma a tirar dele *algo de valor*. Ao que nos pareceu, é essa vitalidade do passado que se renova e se redefine.

É comum, nos relatos, tanto de história oral quanto biográfica ou de empresários da região, a lembrança de serem austeros no trabalho e de serem membros promotores do progresso da região: “...em 12 anos já tínhamos conseguido botar fábrica de salame e de erva mate”. Outro, “...fizemos em *un par de ani* (em pouco tempo) germinar a modernização aqui”.

É claro que essa forma de pensar e a força dessa *representação social* foram bastante heterogêneas em termos de repercussão econômica e também de reforço à identidade étnica.

⁴¹ Na constituição de imaginários dos colonos-idosos entrevistados, a morte não constitui propriamente ruptura. A memória, alimentando imaginários, dá continuidade, na ruptura entre vivos e mortos pelo ato da morte. Mortos e vivos se relacionam; há *presentificação do morto* quando um idoso, exagerando um pouco, fala dos parreirais que “estão se indo”, “dos animais que o falecido sempre tinha”, “das benfeitorias se estragando que os de hoje não têm capricho de guardá”, “de botá fora tudo, né”. Há relações, limites, coesões, separações, solidariedades, reconhecimentos, obediências em relação à representação simbólica do morto/morte e do valor material de objetos, de trabalhos, de sacrifícios, de resguardo ao patrimônio que as temporalidades evitam de se cruzar. A autoridade simbólica dos antepassados não se apresenta só no Dia de Finados, quando todos vão ao cemitério para lembrar e venerar seus “ente queridos”; ela é cotidiana e é vivida; expressa-se na família (preservação moral, coesão, respeito...), na comunidade (exemplo, solidariedade, entre-ajuda, idoneidade...) - “se o finado tivesse vivo!” - como que num reconhecimento póstumo, porém atual, de antepassado. Todos os colonos entrevistados acreditam na ressurreição da alma após a morte corporal, no purgatório, no céu e no inferno. É desse modo que o falecido não desaparece da família; seus conselhos, sua memória, seu exemplo continuam na tradição familiar. Relatos de história de mortos que aparecem, que vêm cumprir promessas em vida, etc., fazem parte da memória e do imaginário de alguns colonos da região. Histórias de medo - “quando moro, vegno ciaparte pa e gambe” - “i ciarêti” (luzes noturnas) - são mantidas como elementos cimentadores do culto aos mortos, da vida moral e religiosa, mas, acima de tudo, como elementos *pedagógicos* de coerção dos laços sociais.

Os grupos sociais, os contextos sociais e históricos, a influência dos mercados consumidores e urbanos, a força do papel religioso e da Igreja Católica, etc., imprimiram diferenciações na construção da identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos na região. As fricções, adaptações, subordinações e concorrência interétnica foram uma constante no processo tenso e conflituoso na formação, desenvolvimento e consolidação do espaço social da região que investigamos.

O fato de se tornar proprietário confere ao colono um *status* elevado na hierarquia social; a propriedade marca o acesso à independência, à segurança no aspecto econômico e à sua transmissão às gerações seguintes. O casamento, ressaltando suas especificidades, tinha sentidos equivalentes: além do *status*, era promotor da reprodução do gênero, da tradição e do patrimônio, transferindo sentido social aos pares. A endogamia foi a marca registrada de grande parte dos rituais de alianças entre famílias diferentes; hoje não é mais regra, e há inúmeros casamentos mistos. O isolamento no espaço e no trabalho, somado ao rígido sistema de vigilância mantido na família, entre outras, acabava por determinar a redução de oportunidades de encontro e de escolhas. O *mercado matrimonial* tornava-se restrito aos limites da propriedade e das comunidades, onde os contatos pessoais eram facilitados.

Fundados num regime de trabalho de base familiar, com patrimônio a zelar, preservar e ampliar, a continuidade e o sucesso da unidade familiar eram condicionados a uma postura de escolha no casamento. O casamento era uma boa oportunidade para unir duas *potencialidades de trabalho* (Woortmann, 1995). A idéia ou o conceito de *boa família*, que nada mais era do que *gente trabalhadora*, *gente conhecida* (origem étnica, vizinhança, amizade...), ligada às normas de herança, sistemas culturais e valores trazidos por seus familiares (imigrantes), ajudava nas escolhas matrimoniais entre amigos e vizinhos.

Nas histórias de municípios da região, há transcrições de redes familiares de casamento entre parentes no seio de apenas duas famílias, ou de várias famílias casando seus filhos entre si; o espaço regional era o limite espacial do *público-alvo*. No entanto, documentos de uniões civis nas antigas colônias atestam a pouca frequência de casamentos consanguíneos; a *origem comum* era o elemento de regra. Por mais que tenha havido misturas étnicas, uniões entre urbanos e rurais do mesmo grupo étnico ou não, não há

dúvida de que os imigrantes e, posteriormente, os migrantes buscavam manter uma homogamia étnica.

A pressão familiar e social na escolha dos cônjuges é um fato irrefutável. Ouvimos anedotas manifestando o desejo da mãe de que o filho ou a filha se casasse com fulano de tal, contrariando o pai, que queria outro. Alguém era escolhido não pela beleza, mas pela sua condição econômica, ou, então, por favor devido a alguma das famílias. A representação pessoal e familiar, normalmente tendo como parâmetro a moral e o trabalho, eram critérios obedecidos.

Essa tendência, com o tempo, acabou por se redefinir. Outras regras, outros fatores interferiram e interferem hoje nas escolhas entre os cônjuges, talvez com mais intensidade que as anteriores. Não obstante, a tradição da propriedade da terra, os sistemas familiares, o valor família como unidade de trabalho, de convívio e de consumo regulam, pelo menos em parte, a organização social e de vida do colono⁴². Duas informantes confirmaram que foram escolhidas pelos pais; outros não o admitiram abertamente, dizendo que tomaram a iniciativa e só tiveram o aceite dos pais de ambos, porém relataram vários casos em que o "casamento por amor" não estava em primeiro lugar. A "preocupação pra vida do lar", "ocuidado com os nonos", "ser trabalhadeira e caprichosa"; "que não fique só esfregando e esfregando", "que não tenha conhecido homem", "tenha experiência na vida e seguiu o homem na roça", "não fosse muito conversadeira nem passeadeira" eram critérios, além dos já expostos, para ser esposa. Parece-nos que os critérios definidores pesavam mais para as mulheres; dos homens, além de "tê capital e sê responsável pelo sustento", pouco ou nada era exigido; mas de preferência, que não se deixassem mandar pela mulher. Sintetizando o que uma informante nos disse: "As mulher tinham que trabalhá, criá filho, obedecê e fazê de conta que tavam bem".

Nos encontros com *nonos*, sentimos a importância da memória coletiva, da família no sentido de tentarem encontrar espaços *funcionais* de centralização da transmissão de valores e de formas de "organizar a vida" do colono. O papel da família na transmissão cultural intergeracional é muito importante; não inclui apenas a memória da família, mas da

linguagem (do rural, do vêneto...), da moradia, da posição social, da religião, dos valores e aspirações sociais, do fazer doméstico, da roça, dos modos de comportamento, etc. São aspectos que, condensados em práticas e experiências de grupos sociais particulares, no nosso caso os colonos, formam aquilo que Bourdieu chamou de *habitus*.

As histórias de família expressam uma forma coletiva, na qual dimensões sociais econômicas e psicológicas acham-se interligadas.

A idéia de *transmissão* perpassa os relatos de memória. Para transmitir a propriedade, “passar adiante” o conhecimento entre gerações, deveria, segundo os *nonos*, haver regras, ordens definidas, uma família sólida que estruturasse relações interpessoais, mantendo pressupostos do passado (fidelidade com a família, com a tradição, o todo acima das partes, “sabê que o que é bom pra família é bom prá todos”).

Halbwachs (1968) enfatiza os *pontos de referência* que estruturam nossa memória e que formam uma *memória coletiva*, o sentimento de pertencimento, delimitando as fronteiras socioculturais. Na esteira durkheiminiana, Halbwachs, mesmo sem ver a memória coletiva como coerção ou dominação, enfatiza a coesão social, a adesão afetiva ao grupo (*comunidade afetiva*)⁴³ como *fenômeno social*. O autor defende o caráter social da memória como também o caráter social da linguagem, no sentido da convenção, da compreensão comum de símbolos, significações, noções, etc. O indivíduo também tem um papel

⁴² Ainda se percebem casamentos determinados temporalmente pela sazonalidade do trabalho, do calendário agrícola (colheitas, disponibilidade de dinheiro fora de safra...) e litúrgico (evitar a Quaresma; alguns o Advento).

⁴³ Segundo Michael POLLAK (1989), há várias *funções* da memória: ela funciona como denúncia, como “não-dito” - silêncio, como enquadramento, como coesão, como *guardiã da verdade*, como construção, desconstrução e reconstrução do passado, como história de vida (redefinindo a construção de si mesmo para definir seu lugar social e suas relações com os outros) e como organização social da vida; enfim, a memória tende a perenizar a realidade, alimentando-se de referenciais culturais, religiosos e morais, processos esses que buscam dar um sentido também à identidade individual e do grupo. Os idosos reunidos em entrevistas buscavam fortalecer os vínculos associativos (comunidade, família, vizinhança e vida religiosa), mas ao mesmo tempo controlavam sua imagem e a de sua família com orgulho espacial (pioneiro, sobrenome ligado a um evento, a uma obra, ou a apropriações econômicas). Porém, os silêncios, amargados por negatividades, por “coisa malfeita que nem é bom lembrá”, brigas e injustiças cometidas contra alguém, perdas financeiras, negócios malfeitos, etc., também se *expressavam*. Quando as idosas falavam de seus traumas, da subordinação aos maridos, ao sogro e à sogra, do papel da mulher no seio familiar e no meio social, havia mais silêncio do que manifestação da linguagem oral. “A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor” (Pollak, 1989, p. 8).

importante enquanto ser social, que tem seu ponto de vista, como ponto de vista da memória coletiva de acordo com seu lugar social. “Tanto pode parecer evidente que há, em todo ato de memória, um elemento específico que é a existência mesma de consciência individual capaz de se bastar” (Halbwachs, 1968, p. 46).

Halbwachs reforça o caráter social da reconstrução das lembranças, realçando também o aspecto individual da memória que, segundo ele, encerra um sentimento próprio e particular⁴⁴.

Sem dúvida, a família é um espaço de memória. Os *nonos*, mesmo que sejam pouco reconhecidos, ou não à altura do que desejariam, são a representação, a lembrança e a trajetória dessa reconstrução do passado.

Halbwachs nos alerta para levar em conta a posição social, o contexto presente, os lugares de onde o presente (re)elabora o passado, a imagem do tempo alterado e as visões de mundo. As reminiscências, os desejos de reconstruir os modelos (de família, de infância, de trabalho, de gerador/geradora de filhos, de *colocação* de ambos, do “que nós tínhamos”, de mostrar os retratos antigos nas paredes, mostrando os patriarcas, a união familiar, as crianças na frente simbolizando presença e futuro/continuidade), os bens simbólicos (poder patriarcal, a força moral, as hierarquias sociais) - “mandava e deu, né, dizia uma vez e pronto”, o aprendizado da vida - “a gente tem vivência e experiência que poucos valorizam”, os sofrimentos e as transformações são *cristalizações de memória* muito presentes na vida, nos espaços e nos relatos dos colonos idosos.

As fotos, as marcas no corpo, os instrumentos de trabalho “que não botaram fora”, os “apetrechos de domingo” são testemunhos de transformações e mudanças, são os *olhos apagados* da modernização da sociedade. Os *nonos* querem ser os mediadores entre gerações na transmissão de valores sociais atribuídos à família. Alguns nos disseram que não compreendem as alterações “dos de hoje” na família, a qual é o ponto nevrálgico das redefinições não aceitas. “O jeito dos casamentos (referindo-se às misturas étnicas e à

⁴⁴ O autor, além de inserir a memória individual na memória coletiva, mudando um pouco essa trajetória de análise, segundo alguns de seus comentadores, nos seus últimos escritos, diferencia também memória de história. A história estaria fora dos grupos, vendo-os de fora; a memória é inserção na consciência coletiva. A história tem ressalvas em relação à tradição; a memória não. A história vê períodos históricos; a memória vê o processo. A história busca os fatos, a memória, o vivido, dentre outras diferenças. Deixa claro, porém, que é a *história vivida* a formadora da memória coletiva.

indiferença religiosa) (...), não se sabe quem fica ou qué ficá (herdeiro) (...)”. Pretensamente *guardiães da memória*, os idosos falam de uma época - “na minha época” - em que não estavam deslocados; reclamam dos netos e dos filhos também no sentido de não lhes darem ouvidos, de não quererem saber da importância de conservar os bens simbólicos e materiais de antigamente. A família já não tem no idoso a figura social do *guardião da memória* do grupo familiar; apenas em situações pragmáticas, quando os netos e/ou filhos, vizinhos e pessoas da comunidade em geral não sabem como fazer, decidir, enfrentar alguma situação, recorrem aos idosos.

Já vieram me pedi prá vê a medição de terra lá no Monte Bérico, prá vê se eu lembrava onde tava o marco. Não faz muito tempo deu uma discussão por caso da estrada lá na 12 (Linha), vieram prá vê o que eu achava da questão, quem era mesmo que mandava na estrada e se podia ou não mudá de lugar. Fomos nós que fizemos a picareta aquilo lá, viu, cramento quanto laoro!. (...) Quando querem vendê alguma coisa que sabem que não seria deles, vêm me perguntá. Eles (seus netos) venderam uma bote (pipa para armazenar vinho) que, se o falecido (seu marido) tivesse vivo! (...). A horta, a mulher do Toni (seu neto) que tá em casa não me deixa nem pisá. (...). Já fiz mais de 100 partos, se fazia parto, não que nem agora que é só com operação. Orientação prá tê um bom parto. Hoje até isso esqueceram. Esses dias a professora me chamô prá falá prôs aluno uma coisa e outra. O interesse é pouco, oh! pouca graça falá agora, viu. Dizem que vão convidá tudo os que eu fiz nascê prá uma festa. Quero vê, né se fica só na promessa!

A linguagem dos sentimentos e emoções centraliza-se no núcleo familiar; as fotos da família reunida são um resgate de um fragmento de tempo, de uma história, de um instante que quer e deseja ser eterno, mesmo concebendo as alterações sociais e familiares.

A recriação de representações simbólicas e práticas sociais de um passado de trabalho penoso proporciona significados e valorizações às suas vidas. Ao resgatarem e reinventarem seu passado imediato no presente, ao conceberem duplicidades entre ambos em seu cotidiano e na comunidade, entre idosos e jovens; esses idosos (homens e mulheres), adaptam-se, resistem à imersão em universos da modernização e da racionalidade individual no seio familiar. Ao mesmo tempo, sabem que a possibilidade de entendimento e de (re)construção de seu *ethos de colono* está justamente na junção de suas experiências com as inovações de hoje.

Os *nonos* reconhecem-se como participantes da sociedade local e das representações compartilhadas na sua trajetória histórica. O ato de internalizar representações/significações nos “de agora” significa, para os *nonos*, tornarem-se humanos, “ser gente ainda”.

Materializando representações, os *nonos* designam finalidades nas ações (o que deve e o que não deve ser feito, principalmente nos parreirais, no trato técnico-empírico com animais, no “acerto de contas” e intrigas comunitárias, etc.) e, acima de tudo, estabelecem tipos de afetos.

As representações que a sociabilidade moderna produz e reproduz no social, dando destaque à divisão, aos ritmos e às garantias da quantidade do tempo empregado, acabam por redefinir o aproveitamento do que deu certo da experiência passada.

A absolutização do agora, do ganhar tempo, da adequação individual ao tempo como imperativo social penetra no cotidiano da vida social e do colono. O acento utilitarista, linear e quantitativo do tempo centrado na eficiência dicotomiza passado e presente, relegando àquele certo estigma de extemporâneo e atrasado. O papel dos idosos e a (re) construção do *ethos de colono* vivenciam e integram esse processo, o que não significa que tudo morreu e que os *nonos* são social e familiarmente mortos/vivos. Buscamos expressar suas angústias e tensões como expressivas de uma trajetória de adaptação íntima entre o homem e o seu meio, mediado pela terra, pela família, pelo trabalho, pelo saber camponês. Os processos hoje em redefinição são expressivos de trajetórias temporais (localizadas e contextualizadas), mas que não omitem o resgate. O cotidiano do colono é um complexo inter-relacional de temporalidades e de significados em conflito.

1. 5 - O sagrado e o profano

Mergulhar no passado cultural não significa resgatar fatos, situações, coisas inertes, mortas ou superadas, mas é a apreensão e a aprendizagem das bases, raízes que, de certa forma, dão suporte a muitos fatos e confrontações da realidade presentes na vida cotidiana de hoje.

A morte, por exemplo, como já falamos, está presente no convívio social e familiar. O *eu coletivo* ou a *coletividade do eu* (materializada na família/local e no lugar/comunidade) não se diluem com a morte. A morte, por si só, já possui um ritual público -corpo presente - de reconhecimento, veneração, respeito no universo familiar e comunitário. Morrer bem, morrer em casa, a concepção de sofrimento na vida e na morte, a morte súbita, a morte esperada, a trágica, o espaço físico da morte, a partilha dos bens antes e depois da morte, a

religação parental no ritual da morte⁴⁵, a solidariedade comunitária e familiar a partir da morte, a correspondência entre a forma de viver e a forma de morrer (morte merecida ou não), a consciência da morte e seus reflexos no universo cotidiano, dentre outras, são vínculos simbólicos e materiais que constituem a ligação, reflexiva ou não, da continuidade/ruptura entre vida e morte em meio aos colonos (Rasia, et alii, 1995).

É claro que, para muitos *nonos*, a vida se desencantou; para alguns, se não há muito sentido para a vida, também não o há para a morte. Afugentá-la ou negá-la como fator de não-aproximação não é tão importante. À medida que é anulada a vivência da singularidade e do pertencimento, a morte não aparece como momento temido, muito menos grandioso. Na modernidade, mesmo com os avanços e progressos da medicina, com a elevação do nível de higiene, com o aparente maior controle sobre a vida e seu prolongamento, a morte se retira para o silêncio dos hospitais, como momento solitário e vergonhoso (Oliva - Augusto, 1994). A morte parece que se tornou equivalente ao modo pelo qual a vida é vivida. Os *nonos*, ao advogarem o *ethos de colono ideal e adaptativo*, querem instaurar uma relação nova com a tradição, não no sentido puro e simples do tradicional, e, sim, no sentido de uma referência crítica que reconheça valores perdidos e que são compreendidos como fundantes de um outro futuro.

Sabemos, com Durkheim, que o mundo profano e o mundo sagrado, ainda que com a aparência de separados, estabelecem comunicações um com o outro. As coisas sagradas são associadas a apresentações (mitos, dogmas, valores, etc.), a obrigações (moralidades) e a práticas (ritos); são aspectos que revelam as ambivalências do sagrado; de um lado, sua dimensão transcendente (poder superior ou exterior ao indivíduo - o destino, a morte [“era

⁴⁵ Freud descreve o trabalho de luto dizendo que “não me parece forçado apresentá-lo da forma que se segue. O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. (...). Normalmente prevalece o respeito pela realidade ainda que suas ordens não possam ser obedecidas de imediato. São executadas pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e de energia catexial, prolongando-se psiquicamente, nesse meio tempo a existência do objeto perdido. Cada uma das lembranças e expectativas isoladas através das quais a libido está vinculada ao objeto, é evocada e hiper catexizada e o desligamento da libido se realiza em relação a cada uma delas. Por que essa transigência, pela qual o domínio da realidade se faz fragmentariamente, deve ser tão extraordinariamente penosa, de forma alguma é fácil de explicar em termos de economia (da dor). É notável que esse penoso desprazer seja aceito por nós como algo natural. Contudo, o fato é que quando o trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido” (Freud, 1917, apud Rasia et alii, 1995, p. 106).

o dia, não adianta”] -); de outro, o aspecto da transgressão, da ordem, dos valores (castigo, intempéries - “o bicharedo nos produtos”-). A morte, para os nossos informantes mais idosos, constitui-se numa afirmação do sagrado e do religioso, bem como numa afirmação pragmática do vivido - “já fiz minha parte” -, como fator de reequilíbrio no convívio dos seus, - não precisam mais cuidá, nem se envolvê, né”. Há uma *razão instrumental* e uma *ação objetiva* sobre o mundo vivido que também racionaliza o ato de morrer.

Num aspecto mais objetivo, a idéia de que “os de agora” estão “botando fora” ou, então, como ouvimos em algumas famílias, comentários de que precisam se reunir (os filhos dispersos) para decidir o que fazer com determinados objetos (pipas de vinho, casa antiga, alambique de graspa, moinho desativado, construção de um túmulo novo ou jazigo, benfeitorias, derrubada de determinadas árvores frutíferas ou de madeira-de-lei...) - “pra depois não dizerem que fizemos o que o finado não queria” - ou, então, “isso tudo foi ele que fez, custô sacrifício isso viu!”; são expressões da presença do *ausente* que se processa enquanto negação do presente (“botar fora”) ou, então, enquanto permanência do *não-mais-existente*, como é o caso do trabalho de fazer graspa, de algum tipo de artesanato caseiro (selas, calçados “pra roça” [tamanco]...).

A ligação entre morto e vivo, na consciência do colono, por mais que seja contraditória ou, no limite, conflitual, estabelece e evoca relações morais, de patrimônio e simbólicas, formadoras do cotidiano *do* e *no* meio social e familiar rural (Rasia et alii, 1995).

O mergulho no imaginário social e individual, como elementos constitutivos de representações sociais coletivas e públicas, talvez nos faça entender situações e estratégias de busca de construção e preservação de uma nova ou tradicional identidade social e cultural, em nível pessoal e coletivo dos colonos por nós analisados.

O passado cultural é importante para definir espaços, auto-estima, reafirmação social tanto no espaço regional quanto no local, não com a intencionalidade de restauração sociocultural, o que seria cair numa alteridade unidimensional ou numa homogeneidade sem conceber a diversidade e a multiplicidade de elementos intervenientes, mas de reencontrar valores que promoveram atitudes, projetos de vida, integrações, configurando padrões de vida, traumatismos culturais frutos de mudanças significativas no grupo, alterando o *mundo da vida* e a ordem dos valores existentes.

O romantismo, o saudosismo, a indignação frente às redefinições no patrimônio sociocultural, os exageros nos sacrifícios ligados ao trabalho quando novos, "os resultado agora (...), tudo o que fizemos vão pros médicos", nas formas de subordinação da mulher, da educação familiar e sexual rígida, expressam universos relacionais, objetivos ideológico-morais (principalmente de instituições políticas e religiosas) e econômicos de uma ordem cultural que visava à integração ao contexto e ao mundo da vida familiar e social. Isso não significa dizer que só agora as dificuldades de integração ou conflitos de valores culturais se apresentam. O que queremos dizer é que havia uma coesão e uma *aceitação* maior. Os relatos negativistas, enfocando sofrimento e dificuldades de sobrevivência; as migrações como aventura no sentido da pouca esperança em resultados positivos (*arrivederci in paradiso*), as doenças e suas formas de tratamentos; os ataques e mortes de tristeza, entre outras, justificam a necessidade de solidariedade, do agarrar-se a si mesmos, individual e coletivamente, buscando reproduzir seu universo cultural, adaptar-se e construir um ambiente para *seu universo espacial* e vital. Talvez o *diálogo* cotidiano com o banco, a cooperativa, as agroindústrias, os técnicos, etc., tenha redefinido processos de mediação interna.

Daí advêm *racionalidades adaptativas*. A espacialidade, para o colono, condiciona e se condiciona em função das condições estruturais do cotidiano. A casa, segundo nossos informantes idosos, era precária, com poucas comodidades, normalmente, os filhos dormiam coletivamente nos quartos, pois esses não eram individualizados; o fogão era à lenha para aquecer e fazer comida; havia lanternas para iluminar a casa e o poço d'água perto da casa, normalmente aos fundo; hoje as rodas d'água e as bombas elétricas facilitaram muito. Uma *nona* nos conta que, no verão, "era sempre um sacrifício (...) carregava latas de água até dois quilômetros (...), pros bichos foi sempre uma folia, faltava água". O sol e a lua eram os critérios básicos na determinação da forma, do que e do período das plantações, da criação e matança de animais, principalmente do porco, com a determinação da lua para fazer o salame e conservá-lo. A horta era uma extensão do lar, funcionando como auxílio à cozinha. O parreiral (ainda hoje existente em praticamente todas as propriedades, mesmo carecendo de cuidados) perto de casa - "prá veder *i ladroni*", a infra-estrutura de armazenamento do vinho no porão; os poteiros perto de casa para "podê tratá e lidá com os bicho à noite, depois da

roça"; os pomares com grande variedade de árvores frutíferas, etc., formavam o referencial geográfico-interacional das atividades domésticas cotidianas.

O saber referencial dos informantes idosos, em termos espaciais, reconstrói logicamente fatos, histórias, passagens, com precisão e destreza. O *pequeno* mundo da vida que envolve seu espaço de propriedade e de vizinhança (o lugar) ou, para alguns, incluindo algumas cidades perto, forma o mapa mental do cotidiano vivido e pensado; estrutura os espaços e os imaginários, em alguns momentos recortados, em outros momentos, ganhando dimensões físicas próximas, porém distantes para a memória que relembra (imagem de televisão, por exemplo, de uma cidade qualquer).

Os santos fazem parte do cotidiano não só religioso; estão também ligados à morte, às plantações, às curas, aos castigos, às benesses, à vida afetiva e social; enfim, marcam presença no vivido do colono e da comunidade social, bem como repercutem na coesão e na normatividade familiar.

O espaço vital é indispensável aos homens e aos animais, dele dependendo o equilíbrio em termos de sobrevivência econômica e em termos de valores culturais (sistema de valores). O aspecto climático, biológico e físico, a paisagem, a natureza em si (aproveitar-se das chuvas para plantar na roça, na horta; a existência de gatos e cachorros "pra mantê afastados bichos brabos e caçá"; o cuidado com as fontes d'água; o equilíbrio florestal e biológico na derrubada de matas; deixar as terras em pousio quando da fertilidade baixa...) faziam parte do universo de atuação do colono, de seu saber e do saber local sobre o seu *cenário* (seja próximo ou *distante*), sobre seu domínio, identificados como constitutivos do cotidiano daquilo que chamamos de *organização da vida* do rural.

Portanto, esses espaços, da forma como os percebemos pelas colocações dos idosos, foram sempre crivados de tensões em profunda relação com a cultura e a natureza, pessoas e animais, o distante e o próximo, o familiar e o desconhecido ou imaginado distante, formando, no seu conjunto, uma lógica de vida cotidiana baseada em critérios e representações sociais, estabelecendo *eixos culturais* que tentam, hoje, perpassar ou serem resgatados, com novas interpretações e/ou com racionalidades adaptativas e estratégias *funcionais* também em torno da família, da terra e do trabalho. É o que será tematizado no segundo capítulo.

2 - PERMANECER, TRABALHAR E CONVIVER: RACIONALIDADES EM CONFLITO

Objetivamos, neste capítulo, tematizar relações internas constitutivas e dinamizadoras (em conflito/tensão) do *ethos* de colono. A idéia aqui é pensar o colono já migrado, localizado no *local*, convivendo. Pensamos que não basta constatar que há processos profundos se alterando; o desafio é apreendê-los e analisá-los inseridos num conjunto interacional que reflete e se (re)produz internamente.

A idéia específica que norteia a análise é que as relações e os processos interacionais do campo de trabalho, no seio familiar, na comunidade e na vizinhança, vão se (re)construindo sempre em tensão em relação ao passado e às pressões dos vínculos modernos da *sociedade englobante*. É esse processo, no seu todo, que vai redefinindo o *ethos de colono*.

2. 1 - A comunidade¹ como espaço de referência

Ao pensarmos numa perspectiva teórica a identificação espontânea da *particularidade* (Heller, 1972), como com os elementos do *humano genérico* (Lukács), veremos que a comunidade é a mediação que o indivíduo precisa para se apropriar e viver em seu meio social.

A *integração* é expressão máxima do humano-genérico (dá-se em pequenas instâncias, principalmente em comunidades). A comunidade torna-se uma categoria da estrutura social de integração, com valores, de uma certa forma, homogêneos. A relação indivíduo-comunidade não é meramente uma relação entre indivíduo e grupo baseada numa função de causalidade. Há hierarquias de grupos, os quais dependem dos

¹ Compõem a noção de *comunidade rural* a organização e o tamanho do povoamento, a forma de ocupação do espaço, as relações com a cidade, o tipo de relações constitutivas de seu espaço. A forma como a colonização promoveu a formação do espaço, a dispersão espacial de agrupamentos humanos em fileiras, em lotes distribuídos e agrupados em travessões que *cortavam* morros e planícies, a identificação da colônia como função de organização da vida vicinal e residencial são expressões de um *formato espacial* organizativo de um grupo social com história partilhada. A idéia de comunidade rural enfatiza tipos de relações caracterizadas por ligações afetivas estreitas, profundas e duráveis, um engajamento de natureza moral, adesões comuns, grupos de interesses tendo em comum um território. Porém, não se pode perder de vista especificidades de ocupações, apropriação do solo, explorações do solo, relações de força, resistência e coesões, grupos de pressão que também a estruturam (ver discussões sobre isso em Seyferth, 1992; Brandão -vários livros; Woortmann - também em várias publicações; Roche, 1969; De Boni, 1984,

interesses, objetivos, atividades e representações que tivermos ou assumirmos.

A comunidade é uma integração fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento do homem; ela tende a promover a consciência em relação aos outros, desenvolvendo-se e operando em concomitância com a consciência individualista. Mesmo que, no capitalismo, o homem deixe de ser comunitário por nascimento para ser um *cidadão livre*, que as comunidades só se constituam por escolha, que os homens possam *passar* por essa vida sem pertencer a comunidade alguma, segundo Heller (1972), há sempre um grau de afetividade em relação ao outro.

Em síntese, a comunidade expressa a simultaneidade presente no homem, qual seja, sua dimensão particular, singular e, ao mesmo tempo, humano-genérica².

2.1. 1 - Espaço devocional

Num aspecto menos teórico, ou seja, no vivido do colono, o espaço social por excelência é a comunidade³ e/ou a *sociedade da capela*. É nessa que a lógica das ligações sociais se processa, que a compreensão e difusão da também lógica do espaço relacional e suas significações se viabilizam. As vestimentas, as festas, os *causos*, os *de dentro*, os *de fora*, os *de mais fora*, os *da cidade*, o sentimento de localidade, de convivência, ajuda-mútua, participação, religiosidade, individualidade/individualismos, etc., vão delineando a configuração dos lugares mais acessíveis, menos confortantes e de obrigatoriedades. A sede da comunidade sempre serviu de espaço de convergência, de manifestação do sagrado, do lúdico, de fuga da solidão, da transmissão e intercâmbio da saudade, das notícias, da vida social, etc. O silêncio, o trabalho, a solidão, a rudeza dos atos de convivência familiar, o fechamento sobre si mesmo e indiretamente sobre a família, sangue e tronco, encontram, no domingo, seu antagonismo: a institucionalidade do

dentre muitos outros).

² No dizer de Marx (1987, p. 220), "só quando o homem real, individual assume a sua vida empírica, o seu trabalho individual, as suas relações sociais, tem chegado a ser ente genérico; só quando o homem tem reconhecido e organizado suas *próprias forças* como forças sociais, e por ele já não separa de si a força social na figura da força política, somente então se terá cumprido a emancipação humana".

³ Alguns estudiosos do catolicismo praticado pelos colonos das Antigas Colônias do Sul como nas fazendas de café no Sudeste, admitem que a capela, talvez, tenha sido uma forma institucional própria da cultura dos imigrantes europeus. A sua forma de organização foi diferenciada em termos de região. Em São Paulo, nos cafezais, ela nasceu mais de cima para baixo como forma de legitimar os latifundiários; no Sul foi mais um processo mais interno, próprio, porém, de forte interferência institucional-religiosa, bem como em função de vínculos, fricções e conflitos interétnicos (ver Beozzo, 1993; De Boni e Costa, 1984).

encontro e da reconstrução do mundo cultural (De Boni, e Costa, 1984).

Na memória dos colonos idosos, o local da capela, sua escolha, era sinal de prestígio, pois em torno dela formava-se um pequeno conglomerado de casas, também a escola, o cemitério, a *bodega*, a casa de comércio, a igreja, etc. A solução para muitas ordens de problemas do cotidiano e do imprevisível ainda está nas rezas. De outro modo, é comum ouvir de várias pessoas, num tom, em algumas circunstâncias de extrema seriedade, que o excesso de chuva ou seu contrário, bem como pragas na lavoura, são fruto de falta de reza⁴.

Algumas ações, mesmo que reguladas por um certo *habitus* religioso definidor de dogmas, da doutrina e das formas litúrgicas e culturais, podem, em certo sentido, revestir-se de distintos significados nas suas modulações locais; são os antigos ritos de expressão comunitária ou individual, de certa forma, com a cumplicidade de párocos de origens camponesas e/ou de prolongado convívio e inserção no meio.

A presença do padre-leigo (veremos isso posteriormente), para alguns o sacristão, dava uma dinâmica própria ao isolamento físico e cultural e à regulação da religiosidade interna do tipo popular, incorporando, inclusive crenças do catolicismo luso-brasileiro de cunho agrário (os benzimentos, as curas, os feitiços, simpatias - “che fáccia il segno de la salute”) (ver Oliveira, 1985). Esse vínculo não permitia fazer muitas distinções entre o sagrado e o profano, pois o que não era considerado muito sacral pela institucionalidade religiosa (católica), fazia parte das normas e valores adquiridos e/ou adaptados contextualmente como parte integrante do vivido social e inter-cultural.

A cosmovisão sacral de forte raízes agrárias do colono engendra, em seu interior, normas que regulam e legitimam o agir individual e social. O catolicismo universalizado projetou significados ordenadores desse genérico ao mundo do colono. O ritualismo, os sacramentos (como únicos mediadores da salvação), o pecado, os santos, a conversão, o movimento no espaço e no tempo -as peregrinações, romarias, procissões, as palavras sagradas em latim, os componentes mímicos e gestuais, o contato com os mortos, etc., - são todas expressões e identificações em grande parte ainda presentes como valores religiosos e a sua normatividade no local/lugar do vivido do colono.

⁴ Vários informantes (nonos e nonas) nos mostraram seus livros de oração nos momentos de *necessidade* de bençãos divinas. Entre eles, os mais repetidos (alguns, talvez, com mais de cem anos de manuseio) são *El Fioretto* (uma interpretação vulgar da Bíblia do tempo em que o cidadão comum não tinha acesso a ela) e o *Rosario della Gloriosa Vergine Maria*.

De Boni e Costa (1984) deixam bem claro que o catolicismo popular e agrário que tentou se implantar tinha (e isso os *nonos* expressam bem) uma tendência de legitimar os valores, a desigualdade social, o lazer, a produção agrícola, os fenômenos naturais, o culto as almas, etc., pela religião; uma espécie de (re)leitura interna (concebido religioso) de um vivido sob o manto da precariedade econômica e dos limites sociais e religiosos, de escasso conteúdo litúrgico e sacramental, porém de forte ligação com o cotidiano do trabalho e de piedade popular (aspecto *percebido* ainda hoje).

É nesse contexto que antigas heranças de isolamento e de não-presença de padres fizeram de determinadas comunidades espaços de uma certa religiosidade imbuída de superstições e consolações.

Quer os ritos do trabalho, quer os de toda a vida cotidiana rural, estão subordinados aos desígnios das forças naturais - ao sol, e à chuva, ao dia e à noite, ao calor e ao frio, à sucessão cíclica, mas sempre diversa das estações -, desígnios tanto mais insondáveis e incontroláveis quanto menores forem os recursos tecnológicos disponíveis. Radicadas nessa experiência vivida, as ideologias práticas camponesas tendem a encontrar uma harmonização, ou mesmo uma homologia estrutural, com todas as propostas susceptíveis de identificar e devolver preeminência a poderes sobrenaturais, à capacidade organizadora duma providência divina. Por outro lado, a própria imprevisibilidade de resultados à 'idolatria da natureza' (Marx) e à necessidade de técnicas propiciatórias para lidar com ela, como responsável direta e imanente de êxitos e insucessos (Almeida, 1987, p. 232).

A objetividade das necessidades e dificuldades cotidianas do colono tendem a orientar e a justificar uma *racionalidade adaptativa e de caráter instrumental* (Wolf, 1976) através de interferência de benzedeiros, de sujeitos com poderes demoníacos⁵, curandeiros e feiticeiras. Não queremos dizer que a dimensão do cotidiano do colono estrutura uma religiosidade própria, nem que os recursos e as formas de manipulação

⁵ Um dos momentos de nossa pesquisa coincidiu com um fato que marcou o cotidiano das pessoas de uma comunidade onde muitos dos nossos informantes residem. Trata-se do suicídio de um pai de família na forma de enforcamento ("se picô") com uma corda num pé de laranjeira, fato que abalou a família e os moradores da comunidade. Todos comentavam e não conseguiam entender como "um homem bom", "com saúde", "nunca se ouviu falar nada dele" (de algo negativo), "com família e tudo", tomara uma atitude dessas; a viúva, no momento dos rituais do velório, tentava dar respostas a si própria e a todos dizendo que "foi o demônio"; resignava-se às forças do demônio, mesmo sendo seu esposo "um homem de fé," e dizia que "ela tava meio esquisito de uns dias pra cá", quase que tentando dizer que já havia uma certa previsibilidade do ato e que o demônio ataca e destrói. Alguns dias depois, não obstante a interferência negativa de um ser sobrenatural, a opinião da vizinhança ganhou uma *materialidade* social e objetiva, ou seja, o falecido havia sido demitido do trabalho dez dias antes (ele trabalhava de assalariado permanente num sítio de um *doutor* próximo de casa); além disso, comenta-se que não conseguia "arrumar serviço e a mulher só cobrando". Descobriu-se também que sua filha de 16 anos engravidara e que "em vez de estudá, vagabundiava na cidade", além das fortes suspeitas de infidelidade por parte da mulher. Assim, o demônio passou a adquirir uma *roupagem* diferente. Devido a essas explicações e suspeitas, a comunidade prestou em tímido auxílio solidário em termos de prestação de serviços e de consolo à viúva.

dos ritos, orações, sacrifícios, dentre outros, sejam desvinculados das formas legitimadas oficialmente de mediação. Não raras vezes, a busca da medicina oficial se dá em concomitância a longas caminhadas em romarias ou, então, “mandá benzê as bixas”, fazendo, depois, um exame para confirmá-las! Salvação e cotidiano, para o colono, são concebidos como *temporalidades diferenciadas, porém fazendo parte do mesmo vivido*. O cotidiano, mesmo que sob a mediação oficial da Igreja Católica, tende a dimensionar uma temporalidade concreta e imediata.

Os santos exercem papel importante na religiosidade cotidiana do colono; a livre-iniciativa do crente, as devoções individuais (muitas vezes produto consensual da família, de grupos de vizinhos, padroeiros, grupos de oração, relação com determinados males e/ou benefícios, etc.), acredita-se, parecem ser responsáveis pela personalização das relações com o sagrado; são vertentes de religiosidade que brotam da necessidade de achar soluções para as dificuldades do vivido, muitas vezes não adaptadas aos *recursos técnicos* do domínio sagrado-legítimo e não tendo a preocupação de uma objetividade imediata, puramente religiosa, da busca da salvação.

A comunidade é esse centro onde convivem, mesmo sob o *monopólio sacerdotal da administração da graça* (Almeida, 1987), especialistas legítimos, o que nem sempre significa um convívio harmônico, como veremos mais adiante. No entanto, o compromisso é coletivo, por isso, a necessidade do vínculo *da* e *com* a capela e da moralidade católica vivida em sociedade, como manifestação pública, como olhar, desejo e convicção coletiva. “Tem muitos que diz, ‘on! rezo em casa, vale mesma coisa’. Eu já digo que não, porque tem capela pra quê?”

2.1.2 - A exteriorização da negatividade: “le besteme”

No *locus* da pesquisa, o que nos chamou atenção é a intensa *cultura da blasfêmia* em meio aos pedidos em direção à divindade. A blasfêmia, ao que nos chega à compreensão, é uma espécie de *descarga* emotiva e psicológica em direção ao universo da providência divina ou, então, demoníaca; tem em si, paradoxalmente, um caráter religioso no sentido de desafio, de resposta à externalidade de poderes, como apelo, como atitude mágica frente à insatisfação (Azevedo, 1975).

É algo que realmente espanta ver o quanto essa prática é constituinte das

relações vividas no trabalho (arando com bois, é algo parecido como uma canção, com melodia, continuidade e, muitas vezes, rima), no lazer, nos jogos de cartas (quadrilho), de bocha, etc. “Bestemá” é prática mais presente no linguajar masculino, sendo radicalmente condenada pelos padres⁶. Nos folhetos de catecismo, é considerada pecado, porém, no conhecimento cotidiano da dimensão religiosa, não o é.

Indagados sobre o motivo de tantas blasfêmias, os colonos respondiam que “é hábito”, “não tem maldade”, “é comum, sai sem querê”, dentre outros. Dois nos disseram que não blasfemavam, sofrendo, por isso, repressão e zombaria por parte dos outros participantes da *roda* de conversa; ao replicarem a ironia dos outros, um deles terminou uma frase-resposta com uma blasfêmia!

A blasfêmia não deixa de ser um fenômeno do acervo lingüístico do *ethos do colono* italiano carregado também pelo descendente. Percebemos que, nas atividades mais penosas (arar com animais, roçar capoeira, tirar pedra da roça para “deixar a terra pura terra”, capinar, etc.), as quais são mais propensas a machucaduras e a sacrifícios que implicam desempenho físico mais intenso, a blasfêmia é lugar-comum⁷. Ela é normalmente exteriorizada em dialeto vênето, envolvendo animais (cachorro, cobra e outros peçonhentos), demônios, ladrões, negros, feitiços, santos, etc. É mais comum em meio aos idosos; os jovens, por não falarem quase mais o dialeto, raramente têm a blasfêmia no seu contexto lingüístico.

Sem dúvida, a blasfêmia é parte constituinte de um fenômeno lingüístico cultural que caracteriza o universo dialetal dos espaços de tradição da cultura na colônia italiana: “revela a crença de que a natureza reflete a vontade dos entes sobrenaturais e que as suas perturbações podem ser conjuradas por apelos dramáticos, em forma de desafios à divindade” (Azevedo, 1975. p. 196)..

⁶ “Cada um faz o seu dever; tem quem ara, quem cava e eu faço o meu, blasfemar” (o herege Menocchio afirmando que blasfemar não é pecado, em *O queijo e os vermes*, de Ginzburg, 1987, p. 44).

⁷ Ficamos durante catorze minutos com um gravador ligado no bolso, sem sermos notados, acompanhando um colono (62 anos) que arava com bois, “vergando a terra” para plantar milho, e registramos oito situações em que a blasfêmia se fez presente. Sua esposa (59 anos) vinha logo atrás colocando o adubo na “verga” e duas das oito situações foram direcionadas a ela: uma porque estava colocando muito adubo (“porco sacramento, le massa”), outra porque não conseguia acompanhá-lo ao chegar no fim da “verga”, o que o obrigava a esperá-la.

2.1.3 - Os representates internos da fé

A condenação dos padres não se dá só na repressão à blasfêmia, mas também aos que “têm fé demais”: as “benzedadeiras”⁸. Nos primórdios da colonização, o papel das benzedadeiras, ainda que inferior ao do padre, era de extrema importância. A crença de que, com as rezas e ações, os vermes⁹, os “cobreiros”, o lumbago, as verrugas e problemas relacionados com temporais eram solucionados é ainda hoje presença.

A permanência mais constante do padre no meio, além de desmotivar as práticas e os praticantes em relação aos benzimentos, reduziu a crença e as ações das benzedadeiras¹⁰. No entanto, no espaço das migrações internas - e, hoje, mesmo que em sigilo - as benzedadeiras se fazem presentes. A importância atribuída à bênção em meio aos colonos italianos é algo irrefutável. É comum hoje não entrar em casa nova “sem ser benzida”; benzer para ter saúde; benzer os ramos de oliveira para evitar as pragas; ter água benta em casa, etc., bênçãos essas feitas pelo padre, mas também, em alguns momentos e para alguns dos objetos e intenções, pela benzedeira.

Não há uma divisão nítida em termos de legitimidade e crença entre padre e benzedeira, porém não há dúvida de que a última perdeu espaços e *funções* na comunidade. Normalmente, as *bênçãos menores*, como dor de cabeça (“el gá el sol t’a testa”), vermes, a ciática (reumatismo), o sal para os animais e pessoas, o cobreiro, etc., ficam a cargo das benzedadeiras, o que expressa, mesmo sem a *autorização* e legitimidade dos especialistas (padres), possuírem aceitação junto a colonos para ligar o cotidiano ao sobrenatural. Um colono, referindo-se a questões de saúde, disse-nos que os médicos reduziram não só a ação das benzedadeiras, mas dos padres também.

Os padres, além de seu *status* superior e legítimo, não apenas em matéria de fé

⁸ Fomos à casa de duas delas que nos receberam muito bem; não paravam de nos contar *dos feitos*, porém mostraram não gostar de ser consideradas nem chamadas de *benzedadeiras*, dizendo que não fazem benzimentos e, sim, *simpatias*. Não conseguimos avançar mais sobre o significado da simpatia, o porquê da mudança de *status* social (?) ou religioso (?). Acreditamos que haja uma implicação com a reprovação dos padres, o estigma e o mistério que envolvem o *dom* do ofício. Querendo saber qual era a prática de benzer e fazer cair as verugas, o máximo que conseguimos é que “cada um tem um poder, a gente non sabe o poder que a gente tem”.

⁹ Quando as crianças manifestam inquietações, as mães dizem que elas têm vermes ou o demônio.

¹⁰ “Os padres nos querem debaixo de seus pés e fazem de tudo para nos manter quietos, mas eles ficam sempre bem” (comentário de Menocchio em Ginzburg, já cit., p. 41, referindo a *privatização* do conhecimento ao poder especializado do padre e a ignorância atribuída pelo mesmo aos não letrados, principalmente os camponeses).

e dos recursos que essa possui na objetividade cotidiana do colono, são suscetíveis de revelar dimensões ideológicas e comportamentais, bem como das condições sociais da existência. Como nos diz Almeida (1987, p. 236) analisando um espaço rural em Portugal, “estar de bem ou de mal com a religião, demonstrar conformismo, indiferença ou revolta, depende, para os vizinhos, com frequência, do modo como avaliam o procedimento do pároco que de momento lhes cabe”.

Não há dúvida de que a presença da benzedeira (que não benze e, sim, faz *simpatia*) manifesta uma dimensão de conflito internamente no espaço da *sociedade da capela*. Além de serem estigmatizadas pelo padre, pela racionalidade moderna, pelo ascetismo secular, pelas informações científicas dos mediadores técnicos e pelos meios de comunicação presentes no universo referencial do vivido do colono, as benzedeadas sentem-se acuadas; seu trabalho, quando é assumido abertamente, é feito com certa reserva, o que, sem dúvida, também colabora para sua descrença pública e sua pouca *institucionalidade*.

Não obstante, “o colono, *colono-mesmo*, procura abençoá as coisa, as ferramenta, pegá água da chuva e mandá benzê, uns ainda hoje benze bicheira de animal, quando capa (castra) um cachaco, um toro, faz oração ou manda benzê (por telefone!) e dá certo viu, vela benta não falta aqui em casa. Tem que acreditá, né, tê fé”.

Costa (1979) nos esclarece dizendo que,

diante da devoção cósmica do imigrante italiano e em grande parte dos descendentes que vivem e trabalham no meio rural, cabe uma reflexão. Para o homem moderno, rezar a Deus para que afaste as intempéries é incorrer ao risco de ser taxado de ingênuo e ignorante, o que não acontece com aquele que vive em contato direto com a terra, onde Deus lhe transparece pela própria natureza. Para o agricultor, desprovido das seguranças técnico-científicas, era racional e razoável rezar pelas plantações, para pedir chuva, etc. Isso poderia parecer pedir a Deus a incoerência. Mas, orar não será acima de tudo sair da própria coerência, orar e esperar além do próprio alcance, transcender-se e transcender o mundo, para o ágape da união com Deus? (...). A confiança plena em Deus é a base da religião vivida pela natureza da alma dos imigrantes italianos (apud Merlotti, 1979, p. 74).

Hoje existem os *ministros-leigos* que auxiliam na manifestação pública e comunitária da vida religiosa dos colonos, cujos *poderes* são limitados à reprodução de ações, ritos, mensagens, adorações e afazeres que a paróquia lhes atribui. As deliberações de sua alçada são claras e delimitadas; suas exigências são explicitadas no universo da

moralidade, da espiritualidade, idoneidade e, de certa forma, da capacidade intelectual (saber falar, ler corretamente, se “distrinchá” como uma nos disse); não necessariamente esses precisam ser líderes natos da comunidade e normalmente são mulheres. Um colono nos disse que “os padres não querem homem porque deu briga antigamente com o padre-leigo e as mulheres são mais dada na religião”¹¹.

A dificuldade de encontrar pessoas dispostas a assumir funções de auxílio ao padre, hoje, talvez se deva a esse processo de deslegitimação de algo que se cristalizava no interior da comunidade. Os ministros extraordinários da Eucaristia não nascem mais espontaneamente; são escolhidos e preparados por intermédio de cursos, definindo-se o grau de aptidão para a função. Claro que há critérios na ordem da moralidade e da devoção, porém são aspectos implícitos e legitimados pela paróquia e não tanto pela comunidade.

Não podemos esquecer a forte *romanização* do catolicismo no Brasil após a metade desse século. A autoridade (papa - bispo - padre - leigo) no centro do poder eclesiástico (clericalização), a sacramentalização (tirando o poder das práticas religiosas tradicionais) como mediação da salvação, a figura centralizadora e mais presente do vigário (autoridade local, segundo Mendras), o culto dos santos romanizados, dentre outros, fazem do apostolado e das representações religiosas institucionais (agentes do aparelho religioso) o centro da legitimidade religiosa incorporada à consciência dos

¹¹ Nos primórdios da colonização e mesmo nos espaços de migrações internas, até há bem pouco tempo, devido à falta de padres e de infra-estrutura que possibilitasse aos colonos se encontrarem em capelas ou paróquias, a devoção em efervescência fez com que começasse a aparecer a categoria do padre-leigo (“préti di scapoera”). Eram colonos, líderes espirituais de determinados espaços vicinais, pessoas que sabiam ler, que tinham trazido da Itália ou de espaços de colonização antiga alguns livros de oração, de cantos e de santos da Igreja; pessoas que, em meio à quase-totalidade de analfabetos, encontravam nas páginas escritas orações e histórias de santos, os quais se inseriam na cultura dos colonos e na dimensão oral de seus feitos (lutas, sacrifícios, dificuldades, sonhos, alegrias, etc.), no seio comunitário e na cabeça do padre-leigo, uma mística explosiva de fé, doação e devoção. Nada mais que isso. Eram aceitas pelos padres, quando de suas raras visitas, por manterem aceso o sentimento religioso do colono, desde que não fossem muito além de puxar o terço e rezar as ladainhas em latim. No entanto, com o surgimento das capelas, os padres-leigos passaram a não se diferenciar muito do padre, promovendo batizados, missas, fazendo ofícios de defunto, catequese, etc. Os conflitos, porém, não demoraram a se fazer aparecer. Há relatos de informantes idosos de que era comum um padre chegar à capela e jogar fora a água benzida pelos leigos, dizendo ainda que “da próxima vez jogaria a bacia junto”. Os limites dos poderes do padre leigo passaram a ser bem definidos e reduzidos. O Concílio Vaticano II e a presença mais constante de padres, a ausência de novos líderes religiosos nas capelas, a falta de legitimidade para determinadas atuações descreditaram o padre-leigo em seu espaço religioso, o qual passou a ser visto com certa jocosidade e ironia pelo fato de não ser ordenado e de nem sempre contar com o consenso entre os colonos. Tornaram-se, simplesmente, sacristães ou abandonaram de vez o ofício.

colonos e em suas práticas sociais (ver Oliveira, 1985).

Não obstante essas questões, a importância do padre, enquanto líder religioso, social, condutor de seus paroquianos, bem como controlador, apaziguador; sua sacralidade, autoridade, carisma, muitas vezes sua racionalidade e orientação técnica e política tornam-no o centro da vida comunitária, o que não significa dizer que seja um mito¹², nem que haja ausência de conflitos, desinteresses e descrenças relacionadas à sua ação, ao seu perfil religioso e à sua ação moral e política.

Esses processos, enquanto concebidos e vividos em seu conjunto, faziam e se fazem presente, mesmo que redefinidos, no universo da comunidade; cimentam-se, expressam-se e simbolizam-se na *sociedade da capela*.

2.1.4 - Espaço da identidade, da afetividade e da sociabilidade

A capela é o espaço, lugar e local em que as noções de rico, pobre, trabalhador, vagabundo, honesto, temente a Deus, solidário, confiável, entre outros, recebem conotação material; ali, essas são concretas, é claro que imbricadas e referenciadas a noções e sujeitos próximos (mortos e vivos), distantes e imaginados, porém criterizados e identificados localmente.

Honra, terra, moral, afetividade, disposição para o trabalho são requisitos sociais, vividos e concebidos individualmente, porém legitimados no âmbito comunitário. O termômetro é a comunidade; ela é o olhar social e vigilante que *publica* a identidade individual e que criteriza os agentes afetivos (Brandão, 1995).

Segundo alguns *nonos* e também pais de famílias recentemente constituídas, o namoro “era mais simples e puro há um tempo atrás”. A vigilância dos pais, o comportamento social dos jovens, a pouca importância à beleza física (a não explícita erotização pública do corpo), a valorização da identidade de trabalhadora(or), etc., normatizavam e criterizavam os futuros cônjuges, questões essa solidificadas no convívio comunitário. Outros critérios mais objetivos(!) também eram comuns. Uma senhora nos declarou que, quando foi pedida em casamento, seu pai perguntou ao seu marido (hoje falecido) se ele tinha terra. Ao responder que seu pai não lhe tinha passado a herança, o

¹² Sobre a idéia do padre como um mito entre os descendentes de italianos, ver Merlotti (1979). Reflexões

pai da moça respondera: "Prima, vá comprarte un toco de terra e fate sú a caza e dopo vien quá tore a me toza. Se te vui a zê cossita, sinó vá drio la to strada".

Compromissos, identidades, *status* e personalidades se solidificam e se legitimam na comunidade. Ser eleito *fabriqueiro* é assumir publicamente uma responsabilidade que implica critérios morais e de sociabilidade e capacidade de gerenciamento da unidade econômica familiar.

Noções abrangentes e bastante generalizáveis socialmente recebem significações no campo das relações entre os grupos sociais que compõem o contexto gerador da identidade de colono enraizado no espaço local.

Galeski (1972) tematiza a importância da comunidade, bem como do todo família (*workteam*) na configuração do indivíduo familiar e social. Dessa configuração, surgem alianças, subordinações, hierarquias, obrigações e valores morais que localizam a família no seio da comunidade. Comunidade e família, para Galeski, possuem relações estreitas, mesmo que a primeira, de certa forma, exerça um controle social e padronize valores em relação à segunda, da mesma maneira que o indivíduo é condicionado pela família¹³.

A relação com a posse e o uso da terra, as formas e os contatos mecânicos e/ou "à mão" nas relações e processos de produção, os tipos de produtos (mais convencionais, modernos e/ou tradicionais), a procedência étnica, a quantidade do volume de produção, a apropriação do solo e sua topografia, a aquisição de bens de consumo doméstico, social e cotidianos, as formas diferenciadas das condições sociais de produção e de vida, entre outras, compartilhadas, prática e simbolicamente, tonalizam a diversidade, a desigualdade e os equivalentes do vivido no lugar/local da capela.

Como vimos, as comunidades foram surgindo de iniciativa dos próprios colonos, como fruto *de* e *para* sua organização e desenvolvimento religioso e de

sobre os padres-leigos, os atuais ministros da Eucaristia podem ser encontradas em Battistel (1981).

¹³ Outros autores clássicos do campesinato, como, por exemplo, Chayanov, Tepicht, não enfatizam muito a comunidade/ou aldeia como determinantes no formato família. A família é um dado, é um *ethos* do meio rural, com sua moralidade, coletivismo, reciprocidade interna. O individualismo externo é fruto do seu envolvimento com o mercado, com o modelo produtivista, com a substituição da família pelo grupo doméstico. Para Wolf (1976), o indivíduo é portador de uma cultura comunitária, porém não passiva. O autor analisa as comunidades abertas e fechadas, discutindo a questão da relação indivíduo/comunidade, a qual, segundo ele, mantém certa reprodutibilidade temporal. Vista de fora, a comunidade, como um todo, desenvolve uma série de atividades e mantém certas representações coletivas; vista a partir de dentro, ela define os direitos e deveres de seus membros e prescreve amplos segmentos de seu comportamento. Wolf insiste na internalização de valores de comportamento por parte do indivíduo na família e na comunidade, com o intuito de manter a estabilidade de ambas.

sociabilidade. A presença do padre, mesmo que esporádica, motivava a agregação de famílias de colonos, de vizinhos e de outros ligados a negócios locais. O espaço da sede da comunidade foi sendo ocupado por colonos, proprietários de terras próximas, por bodegueiros, comerciantes, idosos pouco capacitados ao trabalho. Não há dúvida de que a necessidade de manifestar-se religiosamente (a festa do padroeiro), o lazer social e coletivo estruturaram a vida funcional da comunidade; com o tempo, a escola passou a fazer parte do conjunto constitutivo da comunidade. Os *fabriqueiros* coordenavam, lideravam e administravam, temporariamente, a infra-estrutura e a vida funcional e moral da comunidade.

Não obstante, a comunidade sempre funcionou como construção de uma reciprocidade social¹⁴, familiar e de vida religiosa, "um lugar de encontro", uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individuações cotidianas.

Percebemos que há uma *representação social* dos espaços, vistos do ponto de vista feminino e masculino como produto dos fundamentos do pensamento e da organização social. Os espaços diferenciados expressam-se na casa, no estábulo, no jardim, na cozinha, na estrada e/ou rua, em companhia ou não, em casa - sozinha ou acompanhada -, na janela ou na porta, na roça (*ajuda*), no público, nas reuniões, no urbano, na facilidade em visitar, em ir às bodegas, pescar ou caçar, a outras *sociedades de capela*, no espaço da comunidade como um todo (espaço de lazer, das decisões...), nos lugares sociais de categorias sociais, etc. Esses aspectos todos obedecem a uma lógica que interage com a predefinição e a construção presente do conhecimento cotidiano.

Não estamos, com isso, dizendo que o espaço do vivido familiar e comunitário seja decomposto pela clivagem espacial pura e simples dos sexos; implica, sim, dizer que

¹⁴ A reciprocidade é algo que sempre marcou a ligação entre família e comunidade em meio aos colonos da região. Se o parentesco não foi tão disseminado, as obrigações da sociabilidade o foram. As migrações constantes e as dificuldades da topografia montanhosa e da "organização da vida" em geral desenvolveram estratégias de troca principalmente entre vizinhos e parentes (se não de mulheres [Levi-Strauss] e de alianças [Bourdieu], mas de tempo, de retribuição de serviços, de alimentos, de informações técnicas e do saber e dos conhecimentos cotidianos, de obrigações e de mercadorias). A reciprocidade, em meio aos colonos, é uma obrigação moral que, não obstante, como vimos, tem implicações materiais; é um *esforço-investido* com a certeza da retribuição. O que dá essa certeza é o grau de moralidade e o reconhecimento de relações com iguais (Woortmann, 1995). Uma certa horizontalidade econômica favorece o princípio da reciprocidade. "Os tubarões das pedreiras não têm precisão". Os favores devem ser considerados e reconhecidos. Ajudar a criar um filho alheio em momentos de penúria econômica, evitar que alguém contraia dívidas e se desestruture, como, por exemplo, em situações de doença ou outra desgraça qualquer são também expressões de atos recíprocos. A reciprocidade, bem como as redes de vizinhança e de parentesco, objetivam localizar e reforçar a família em seu papel de unidade de reprodução social (Brandão, 1995; Woortmann, 1985).

o deslocamento e a mobilidade espacial e física são possibilitados pelas relações de poder hierarquizadas entre os sexos na sociedade onde o grupo doméstico tem uma importância fundamental, como é o caso do meio rural.

As diferenciações espaciais expressam-se e fundam-se em comportamentos e níveis cognitivos, os quais manifestam regras de segregação sexual. Por exemplo, a assimilação dos chamados *valores urbanos* redifine ações e visões espaciais *na e da* capela. As músicas, as danças, a escolha individual em termos de opções na presença dos ritos religioso, a depreciação da cultura agrícola e do trabalho manual,¹⁵ etc., redefinem espaços de envolvimento e participação, bem como de afastamento e indiferença; passam a ser expressão de intensidades de conflitos, tensões, simbologias e imaginários.

Como já falamos, a comunidade está no seio das tramas e teias do trabalho e dos formatos de vida dos que são “daqui” e dos que são “de fora” (de outra comunidade ou da cidade - o sentido de “mais fora” é desse último), do espontaneísmo e altruísmo, do mútuo compromisso, do conviver e participar (com significações diferenciadas entre ambas), da cumplicidade dos tempos (dos mortos) e da moral, dentre outras; é, sem dúvida, um espaço de aglutinação cultural e social extremamente sensível às transformações sociais (Brandão, 1995).

A comunidade é um local de multissignificados e funções; é o espaço do jogo de trocas que, através de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, etc., enfim, um espaço cultural e social, mais do que econômico, que cristaliza uma cotidianidade do colono e do meio rural.

Portanto, a moral *na e da* vida cotidiana é tão heterogênea como a própria vida cotidiana; serve para dinamizar formas recíprocas e/ou de represália frente à incorporação e ação dos valores imersos na cotidianidade e constitutivos, também, da sociabilidade comunitária presente no *mundo da vida* do colono da região.

¹⁵ Como veremos mais adiante, há na região uma intensa demanda por trabalhos urbanos. Informantes idosos, ao desaprovarem tal opção, dizem que aquilo que seus pais amaldiçoavam - *i signôri* -, seus netos/ou filhos fazem, empregando-se. Aquilo que, na sua memória, era detestado no meio rural, seus descendentes e netos buscam nas cidades.

2. 2 - A socialização no trabalho e as relações com a terra

"Aqui todo mundo trabalha. Vai fazê o quê? Tem que trabalha pra vivê. Pouca terra se tem (...).A gente tem que se *organizá na vida*, né, se tem que fazê futuro, capital, entende! Os filho ajuda, ma não é que nem a gente. Tem que pensá pra eles né. (...). Eu disse que botava o aviário desde que se virassem".

O adolescente já é, pragmaticamente, inserido e socializado no mundo adulto (Tavares dos Santos, 1978). Encontramos em várias famílias, apesar da relutância dos mesmos e dos discursos negativos dos pais, adolescentes trabalhando em serviços pesados, como arar nos terrenos montanhosos, moldar e carregar pedras nas minas, nos aviários, em ateliês. Os pais utilizam o argumento de que, no passado, quando tinham a idade de seus filhos, faziam muito mais, conseguindo, com isso, cimentar essa nova realidade. Essa *destinação* socialmente constituída é absorvida pelo adolescente enquanto *eu imaginário*, transcendente, que dá o *salto qualitativo* capaz de antecipar, de atrair o futuro no presente¹⁶. Esse é um *rito de passagem* da antiga identidade (adolescente) para uma nova (a de *adulta*), que é legitimada pelo grupo adulto.

Os adolescentes, em nível geral, são influenciados pela força das regras do sistema de trabalho, de participação *na, com e para* a família; aprendem logo a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias e deveres, a normatizar os princípios do trabalho voluntário ("ver as coisas desde cedo") em direção a uma *razão prática e simbólica* também, pois, pela lógica do trabalho e da produção, há um processo de inserção social, familiar, que consolida a identidade adaptada ao lugar cultural.

Os atos de dirigir um trator, no entanto, ou mesmo de trabalhar em serviços "mais leve" (sistema integrado, por exemplo), são incentivados como alternativas de

¹⁶ O *processo de socialização* do adolescente (Berger e Luckmann, 1985) se dá na família e no meio comunitário e social mais amplos. Ambos se confundem no horizonte do trabalho (divisão social, *status* de adulto, necessidade do trabalho, meio de ganhar a vida e tornar-se "gente"). O exercício de tarefas de adultos, após os 13 e 14 anos, lidando com bois, ajudando nas pedreiras, nos aviários, costurando bolas, mas principalmente na roça, socializa o adolescente na vida de adulto e da comunidade; ele adquire os conhecimentos necessários e adaptados ao universo das relações mercantis. É nesse período que o conflito se instala. O estudo na cidade? Ficar ou estudar? Ser agricultor ou aprender uma profissão não agrícola? O que significa estudar? Ao mesmo tempo, deseja-se que permaneça porque é parte integrante da força de trabalho da família; é perspectiva de permanência de colono, dele e de seus pais, de reprodução social do processo de trabalho do colono. De par com isso, aparece hoje com mais intensidade a valorização do estudo - "até nas pedreiras é importante que se estude; pra tirá carteira de motorista, prá tudo hoje, né", porém é sinônimo de uma possível alternativa de trabalho fora do espaço rural para o jovem, da família e da trajetória social do *ser colono*.

reação à roça. Elogios internos (na família) ou nos encontros sociais são externados, tais como "piá de futuro" - "esse vai dá bom" -, - "vontade de trabalhá ele tem". Quanto mais motivado pelos elementos externos, mais ele se *liga* à nova identidade funcional, abstraindo situações próprias de sua faixa etária em favor de práticas que transcendem sua temporalidade (Tavares dos Santos, 1978).

Essa crença e a representação que a fundamenta atribuem critérios de realização (dirigir o trator, levar o pai e a mãe às festas ou até o asfalto para tomarem o ônibus para a cidade, trabalhar na lavoura, a aproximação dos adultos, etc.) e sentimentos de *pertencimento* (propriedades subjetivas). Porém, para os pais, a disposição, a participação e a convivência *no e para* o trabalho familiar do adolescente e jovem (de ambos os sexos) se complementam ou se inserem em pautas de conduta cujos significados é aquele que o próprio trabalho lhe dá. O "fazer a vida" ou "organizar a vida", como alguns dizem, passa pelo desenvolvimento subjetivo do "amor ao serviço", ou pela sua negatividade.

A freqüência à escola, hoje, é quase generalizada na região. Na microrregião de pesquisa, não há escola de 1º grau completo; assim, a grande maioria termina o 1º e o 2º graus nas cidades. Os estudantes vão de lotação todas as manhãs; à tarde, teoricamente, deveriam auxiliar os pais na lavoura, no entanto alguns se envolvem mais com atividades escolares.

O estudo passa a ser a preparação para o trabalho urbano, sendo para eles, sinônimo de 2º grau e, no limite, de faculdade; é visto por alguns pais como possibilidade e esperança de uma melhor remuneração da força de trabalho de seus filhos, inclusive como confiança de que poderão ser amparados por esses em sua velhice, talvez até na cidade. O estudo, para alguns colonos, principalmente os de maior dificuldade econômica, é pensado como uma *estratégia de ressocialização*, preparando o adolescente para o engajamento como força de trabalho assalariada no meio urbano. Alguns colonos parecem que têm consciência de que o mercado de trabalho urbano exige cada vez mais o aspecto cognitivo (a valorização do saber e a extração do sobre-saber).

Percebe-se nitidamente uma diferença entre as jovens urbanizadas e as ruralizadas. As primeiras, ao retornarem aos domingos para o local de origem, procuram disseminar valores e práticas urbanas através da forma de se vestir, de conceber o mundo e, principalmente, de encarar a relação com o homem; estigmatizam

ainda mais as do rural e acabam colaborando para aumentar o número de candidatas à vida urbana.

As relações com o espaço urbano, além de ressocializarem e/ou mudarem a identidade, transferem aos colonos uma adaptabilidade ao universal, pois *é a sociedade que categoriza seus membros*: eles são o *dentro*; os que estão no campo são o *fora*, são *de fora*, moram *pra fora*. Keith Thomas, no seu livro *O homem e o mundo natural*, diz que, desde a época da Renascença, "a cidade fora sinônimo de civilidade; o campo, de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los. (...), um fidalgo criado na cidade seria mais 'civilizado' do que um educado no campo. A cidade era o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Era a arena da satisfação do homem" (p. 290).

2.2.1 - Os ciclos do trabalho

Os colonos levantam cedo; o pai, normalmente, é o primeiro e tem a incumbência de tratar os animais. Se for produtor integrado, vai para o aviário; se não o for, vai para o chiqueiro tratar os porcos ou se prepara para ir à pedreira; quem tem vaca vai ordenhá-las. Se, com sol, não se dorme, também não se fica em casa; como o trabalho valorizado é o da roça, portanto, lá é que devem estar.

O ciclo agrícola aparece como modelo, como sucessão ininterrupta de trabalhos a fazer em função das estações e do desenvolvimento dos produtos (Woortmann, 1995). Era comum ouvirmos de informantes idosos e de meia-idade que, no verão, iriam fazer tal coisa; no inverno, outra; depois da safra, aquilo; em tal período, "tirá pedra"; ir "prôs galpões no inverno", "só férias é que não!". As variáveis dependentes e condicionantes, mesmo na relação solo/cultura, são complexas e nem sempre baseadas na racionalidade agrônômica. Inovação, escolarização, conhecimento acumulado por gerações precedentes, membros familiares e de vizinhança, introdução de variedades, dentre outras, (re)estruturam ações (não só naturais/biológicas) cotidianamente associadas àquilo que Bourdieu chamou de *ciência prática*.

Com isso estamos querendo dizer que a natureza do ciclo de trabalho agrícola, bem como os meios colocados em prática (sua duração, penosidade, pressões de mercado, etc.), associam-se ao modo de vida do colono, o qual oscila entre

normatividade e adaptação e entre técnica e tradição. O que está em jogo aí é a capacidade de interpretar os *sinais dos tempos* em função de *experiências* acumuladas e variáveis aleatórias, muitas dessas pouco compreendidas pelos colonos. Quando falamos que há jovens que vão para a cidade para trabalhar e morar; que há outros que moram na colônia junto com os pais e que vão trabalhar todos os dias na cidade e que há outros, ainda, que relutam em ajudar, principalmente os que estudam, isso não significa dizer que não há mais os que trabalham na roça. O que há são conflitos e diversidades locacionais e intencionais que não podem passar despercebidos até porque criam dificuldades de socialização nos trabalhos agrícolas, principalmente nos “mais pesados”, e porque há uma convivência familiar com estatutos sociais diferenciados entre seus membros.

Parece-nos que há uma convivência carregada de significações e símbolos, os quais, por si só, obedecem a uma racionalidade *espontânea*, interessada na experiência do trabalho produtivo e na convivência, sobretudo nas famílias que se caracterizam como “colonos-mesmos”. As atividades braçais e mecânicas, na lavoura e na casa, na horta ou nas pedreiras, no estábulo ou no jardim, obedecem, na sua organicidade, a uma obrigação de família no sentido “de se organizar na vida”.

O dia de trabalho do colono na roça varia em torno de oito a dez horas, isso sem contar os trabalhos considerados “de casa”, tais como consertar objetos nos paióis, chiqueiros ou aviários; em períodos de trabalho mais intenso, como plantar e colher, trabalha-se até aos domingos. A vivência histórica e secular com a terra, a simbologia da reprodução, o *novo* que sai do cotidiano, do velho, o encanto da esperança do amanhã fazem renascer uma dimensão simbólica que transcende o sentimento de perda. É claro que a mercadoria, o lucro o reificam, mas parece-nos que isso não é o meio: é o fim.

Os colonos buscam adaptar a técnica ao controle da natureza. O espaço é construído pelo esforço, pelo sacrifício e não sem conflitos, formando uma totalidade social que norteia as relações sociais e de produção dos colonos da região.

A pouca disponibilidade de força de trabalho no meio rural da região, o seu alto custo, aliado às exigências das leis trabalhistas, à falta de confiança que o “peão” inspira ao proprietário, entre outras, fazem com que esse intensifique a força de trabalho da própria unidade familiar (mulheres e crianças) evitando contratar um trabalhador com tempo integral na sua propriedade. Mesmo que o valor da força de

trabalho medido pelo salário urbano seja baixo, é inviável economicamente para o agricultor familiar manter um trabalhador assalariado.

Nos discursos dos que buscam trabalhos “pra fora”, a tônica é da obrigação/precisão; o trabalho assalariado serve para completar a renda das famílias de colono. Sempre que se fala em *obrigados a sair*, o pano de fundo é a terra, é o *bloqueio fundiário*, a incapacidade de comprar “a não ser que seja morro”. Conservar a propriedade e utilizar um sistema de transmissão que possibilite evitar o parcelamento são as regras normatizadoras da “organização da vida” do colono da região.

Os aviários e chiqueiros, produtos da venda de pedaços de terra, ou de quase toda por alguns “mais fracos”; a exploração própria ou arrendada de pedreiras ou, até mesmo, a venda dela para montagem de um ateliê ou aviário, ou compra de um pedaço de terra, ou, então, para construir uma casa na cidade para um filho, etc., são manifestações de uma diferenciação e mobilidade interna e econômica em franco dinamismo na região. Mesmo assim, o colono “mais forte” é aquele que tem condições de

especulá mais terra boa, que os filhos e as mulheres não têm que se obrigá a ir prá fábricas; vão, mas vão se qué, prá fugi da roça ou das pedreiras, conseguem dá terra prós filhos, têm máquinas, aviário de cem metros, bastante criadeiras, têm algumas máquinas prá lidá nas pedras, têm colono que trabalha prá eles, fazem inseminação, vendem bastante leite, ordenham e resfiam o leite, alguns levam até o leite na cooperativa, plantam de tudo, têm boi confinado, matam nas festas, vendem prós frigoríficos, uns até arrendam capoeira prá outros roçá, plantá milho, trigo, né. (...). Não é que têm muita terra, muitos têm até menos que outros (os “mais fracos”), mas é terra de máquina, né, terra de varge, nas canbadas, morros é pouco. Aí os filhos se motivam, se influem em plantá, a família pega junto, daí vai prá frente, né (depoimento de colono “mais fraco”).

Na prática e nas ações e idealizações do colono, essa materialidade simbólica não é tão mecânica assim hoje na região. Não basta apenas ser proprietário; há uma série de implicações internas e externas que não se condensam só no presente. A propriedade tem também significações de patrimônio e de reprodução; patrimônio é sinônimo de descendência, porém não destacado da propriedade individual mercantil. Essa *razão cultural* da propriedade da terra, além de objeto de trabalho, manifesta o valor família, hierarquia, casamento, cidadania - “ganhei terra, sim” -, descendência (- “terra da família há 86 anos”-), casa (mais do que indivíduo), etc. Ser proprietário de terras objetiva construir patrimônio, o qual é obra *da* e *para* a família - “ficar na família”-. As leis internas de herança a fundamentam e são legitimadas por ela; no

entanto, mercadoria e patrimônio se confundem. O herdeiro não herda só a terra; herda um compromisso, uma *moralidade da terra*, expressa na relutância de vender as coisas antigas - “dopo i dize que botemo via tuto”¹⁷.

A idéia de que “se é uma família”, como eles dizem, cimenta uma idéia de aproximação que potencializa o trabalho para todos e, ao mesmo tempo, para ninguém. Essa ideologia da família ou do vínculo do parentesco legitima a configuração do próprio trabalho familiar enquanto relação de família. Nem todas as famílias conseguem se reproduzir enquanto tal; alguns filhos, ao se casarem, buscam outras alternativas, deixando grande parte dos frutos de seu trabalho para os outros membros da família.

Os colonos conhecem em detalhes as variações da terra no seu interior: sua umidade, fertilidade, se é *magra* (pouco fértil) ou *gorda*, que tipo de produto e de “inso” dá nela. A adaptação da vegetação e do cereal se dá em função da terra, e a terra também é (dis)posta em correlação a determinados produtos (Woortmann & Woortmann, 1997). Os horizontes mercantil e doméstico (de subsistência) são acionados e acionadores da variável espacial terra. Essa classificação e conhecimento obedecem a uma série de noções, critérios e sentidos próprios dos colonos, também mesclados por conhecimentos técnicos externos.

Derrubar mato (esse ainda em abundância na região), “capoeirão” ou capoeira, segundo os colonos, “hoje não dá mais, a fiscalização tá em cima, te denunciam” (segundo alguns, os colonos mesmos fazem denúncias). Então, aproveitam a terra que está já “amansada”, procurando torná-la “pura terra” pela retirada das pedras. Em função desse *manejo técnico* para a inserção do acervo técnico-mecânico e/ou químico se dá o tipo de cultivo. A máquina (trator, plantadeira de plantio direto, bem como o pulverizador de dessecante) e os braços se alteram, se alternam e se combinam na organização da produção e de suas exigências.

O fato de não poder derrubar árvores para fazer roça limita o espaço para a plantação. O mato passa a ser malvisto, inclusive colaborando para reduzir o valor da

¹⁷ “Depois vão dizer que botamos fora tudo”. Essa é uma frase paradigmática em meio aos colonos. Pode-se vender, comprar, enfim, transacionar terra, instrumentos, produtos, etc., mas não os que são considerados simbólica e materialmente de descendência. A idéia de “coisa da tradição, né” - *traditio* - [que se transmite], mesmo que “fique abandonado, pros carunchos”, expressa-se numa *pessoa moral*, impessoalizada pelo *nós-colônia*, família e ancestralidade. Percebemos inúmeras reclamações/críticas dos *nonos* em relação aos “de agora”, pelo fato de destruírem ou valorizarem pouco o sacrifício e as

terra na propriedade - “é puro mato, ninguém compra, (...), não dá pra derrubá”. A terra de mato é considerada forte (*gorda*), por não necessitar de adubação: “pro milho é a melhor que tem. É plantá e deu, né. Nós sempre roçava um pedaço de mato por ano, plantava milho, dava pra plantá uns cinco anos sem adubo. Quando nós via que a terra enfraquecia botava adubo, se colhia um milho que *guai a Dio!* (...). Agora é muito custo. Mato e até capoeira de cinco o seis anos não deixam derrubá”.

Como está explícito, o *bloqueio fundiário* se estende também na perspectiva da impossibilidade da derrubada da mata, prática que inviabiliza certa extensividade e diversificação de cultivos. “A terra que se trabalha é bastante fraca, *magra*; é muitos anos sempre em cima, né”; se desse pra derrubá capoeira até que dava. Desse jeito não”.

A preparação da terra segue uma temporalidade que vai desde o produto que está na terra até aquele que vai ser plantado; obedece a uma combinação complexa de fatores, dentre os já citados, a compactação do solo, sua fertilidade (se é terra magra, espera-se que a cobertura vegetal fique mais tempo e cresça mais para adubar, o que implica retardar um pouco os futuros plantios), sua umidade, as variedades dos produtos (precoces ou não), o equilíbrio da temperatura (a terra não pode estar muito seca [quente] nem muito fria [úmida]), seu nivelamento em função de períodos *a priori* considerados mais chuvosos ou não, etc. Esses processos *internos* são movidos também por determinações externas (mercado, tecnologia), que manifestam uma *estrutura de saber* do colono (Salmona, 1994).

O pai de família e/ou alguns filhos mais dados às lides mecânicas e dotados de conhecimento agrônômico é que tomam a iniciativa dos trabalhos de preparação do solo e dos produtos a serem plantados, assumindo os riscos do não-saber e do desconhecido (forças da natureza, não-domínio científico das exigências e normas técnicas).

2. 2. 2 - O *saber-fazer interno*

Há inúmeros elementos que estão imbricados num conhecimento fundado na relação dinâmica e conflituosa entre certeza/incerteza, entre a ação do homem e a ordem natural: “se torce para que chova e pra que faça sol, nem um nem o outro falte.

Plantá, plantemo; agora se chove ou não depende lá de cima, né”.

A busca do equilíbrio entre chuva e sol, retenção de umidade e exposição ao sol, entre terra seca e terra gorda (boa), entre trabalho braçal e mecânico, entre trabalho assalariado, entreajuda e ajuda familiar; entre solo quente e frio; entre culturas que exigem terra forte e terra fraca (a mandioca, o amendoim, a batata não podem ser plantadas em terra gorda - “só viçam [crescem] e não fazem [produzem] nada”), etc., são fatores próprios à terra e ao *ethos de colono* e aos processos mercantis; são elementos que dependem e independem da vontade do colono. Isso tudo exige um equilíbrio complexo. A noção de *equilíbrio*, para o colono, obedece também a certa artificialidade do tipo de cultura e da exigência mercantil (qualidade, fertilidade, produtividade, maturação). A natureza fala; porém a força e a técnica humana se acoplam, se defendem e se complementam (Woortmann e Woortmann, 1997).

O fato de não poder contar com o mato e a capoeira para promover um equilíbrio interno entre qualidades produzíveis e consumíveis (qualidade dos produtos e do pedaço de roça) e de não poder tirar nada do mato também (pássaros, animais comestíveis, lenha “em metro” para vender ou para madeira de tábuas) obriga o colono a reorganizar fatores, momentos e detalhes técnicos da técnica e do saber interno; faz interagir temporalidades científicas e empíricas (lua, tempo de maturação, variedades), resgatar saberes e combinações naturais (vegetais e animais, pragas, doenças) com base em modelos de conhecimentos da natureza - *conhecimento do concreto* (Woortmann & Woortmann, 1997) e da articulação *natural* dos fatores internos à família.

Percebemos que o trabalho na terra, por mais que obedeça a exigências das culturas mercantis envolvidas, não está desvinculado das relações sociais que estruturam a família e sua ação *na, com e para* a natureza. Saber organizar o processo de trabalho, seus instrumentos, seu saber empírico e técnico, saber compreender o dinamismo da natureza sob a ótica do equilíbrio, etc., são combinações *a priori* construídas no *ethos de colono*, porém que se atualizam, se renovam e se governam no próprio fazer. O saber/fazer, enquanto dinâmica construtiva, material e simbólica, atualiza-se e transmite-se envolvendo valores e diferenciações de papéis e de hierarquias

As tipologias de terras (de “pura terra”, de “pedra”, que “dá só carapicho e barba de bode”, que precisa adubo e as que não), adaptadas aos tipos de produtos (apesar de um colono nos dizer que “hoje se amansa a terra do jeito que se qué”), a

terra braba, a terra mansa (no sentido do esforço físico em seu manuseio), a terra “empestiada” e a terra “limpa”, terra seca e terra úmida, etc¹⁸, sua simbologia (atmosférica, técnico-mecânico, tipos de produtos) refletem a organização dos formatos de trabalho nela, dos encadeamentos técnicos e rituais do saber/fazer-que-se-faz prático e simbólico do colono.

A transformação, em confronto/consonância com o saber externo (da técnica, do técnico, do produto mercantil, das *legislações* em torno da natureza física e de relações de trabalho), a legitimidade do saber nos processos de trabalho na terra se dão quando da *releitura do colono* (muitas vezes velada e não apreendida imediatamente) no seu *horizonte de colono*. O *erotismo* (abrir, colocar, plantar, colher, produzir), a afetividade, a agressividade (química, topográfica), o amor (água, sol, sombra), a classificação (facilidade de trabalhar, umidade, fertilidade, cor, empedrada ou não, terra boa), dentre outras *taxinomias internas*, formam-se e dinamizam-se (mudam) no corpo-a-corpo cotidiano com a terra, o qual permite compreendê-la (Woortmann & Woortmann, 1997). A razão prática e simbólica que a *move* se movimenta nas dimensões corporais do trabalho, na sua utilização, no seu tratamento e transformação (idem, ibidem).

Existe uma *linguagem interna*, não representada cientificamente, que classifica temporalmente, etapiza e instrumentaliza o agir no *sistema de trabalho* com a terra. Usar o arado mais fundo ou não, não mexer a terra, apenas vergar e deixar o “inso” junto ou tirá-lo, abrir covas mais fundas ou não, a divisão de gênero e de idade em determinadas culturas, usar ou não herbicida, capinar apenas o que é “inso” (“rampiguina, botão, picão, mata-brasil, guachumba, berdoega, caruru”), capinar só o “inso de folha estreita e deixá o de folha larga que o veneno mata”, o que é peste e o que não é, o que serve de adubo e o que impede o desenvolvimento normal da planta e tem implicações na produtividade, quando e como capinar, etc., são todos elementos constitutivos do *sistema de trabalho*, de um saber/fazer que se atualiza e se *traduz* constantemente.

¹⁸ Uma reflexão aprofundada sobre o significado prático e simbólico do quente e do frio, do forte e do fraco, relacionados à terra, às plantas, ao gênero, ao corpo, aos alimentos, à natureza em geral, constitutivos da cultura camponesa, de uma lógica cosmológica que a dinamiza, está em Ellen WOORTMANN e Klass WOORTMANN, *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997. Um outro livro muito rico e que tematiza também essas questões é o de Carlos Rodrigues BRANDÃO, *A partilha da vida*, São Paulo: Cabral Editora, 1995.

O colono por nós analisado não tem na objetivação (generalização) da construção da *representação científica* do trabalho um inimigo a evitar. Parece-nos que há processos que se conjugam ao sistema de classificação das ações locais, porém que não estão privados de reflexões do sistema local, muitas vezes não para ignorá-las, mas também para enriquecê-las.

Um colono produtor de leite, refletindo sobre as constantes manifestações de produtores exigindo aumento de cr\$ 17,00 para cr\$ 22,00 o litro de leite, nos dizia que “pouco adianta aumentá preço, eles (empresa) repassam pro consumidor, ali vem leite do Uruguai e da Argentina aí deu, né. Precisemo é de técnica pra produzi melhor. Nós sabemo produzi, mas não aproveitamos tudo. Na técnica (com um *sistema técnico*) se reduz o custeio, se produz mais”. Esse enriquecimento do saber pela demanda técnica, bem como o complemento tradicional na técnica promovem também o equilíbrio de fatores que permitem aglutinar saberes internos e externos complexificados e classificados na vida do colono.

Esse processo é evidente em vários ramos do *sistema de trabalho* da unidade familiar. As agroindústrias de carnes, por exemplo, servem-se também do saber empírico do colono secularmente desenvolvido; nas de fumo, a dinâmica é a mesma. No espaço de pesquisa, há colonos que plantam fumo “por conta” há mais de cinquenta anos; esses conhecem o período de plantio, as manifestações climáticas, tipos de solo, folheação, classificação, etc., o que é, sem dúvida, importante para as agroindústrias.

Há uma relação profunda do colono com a terra como elemento constitutivo de seu processo de trabalho. Há um intercâmbio homem-terra e trabalho extremamente complexo, que não se resume à produção mercantil e/ou a satisfazer necessidades. O sol, a chuva, as estações, a noite, o dia, os incentivos, etc., são horizontes sociais e culturais que se aglutinam na relação terra/colono. O controle técnico dos meios de produção e do processo de trabalho e da natureza faz parte de um saber, de uma *tecnologia do colono* (que preferimos chamar de *racionalidades adaptativas*) que norteiam ações, funções e estratégias.

(...) sabemos também que o processo de ‘modernização’ implica na aquisição pelo camponês de um outro saber. Mas nos parece claro que o campesinato é portador de um saber próprio. Saber esse que não apenas orienta a prática ‘rotineira’, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas; de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança, pois não se trata de um saber fragmentado, mas de

uma matriz de conhecimento e de um sistema cognitivo capaz de redefinir em seus próprios termos tais inovações (...) (Suares, 1983, p. 152).

Nesse *sistema cognitivo*, entra a tecnologia referenciada no sistema de relações aplicadas ao trabalho e ao produto, relações essas que, em que pese a sobredeterminação do capital e da racionalidade técnico-econômica e moderna, implicam um saber socialmente produzido e transmitido, formando também um *complexo tecnológico*.

Os técnicos das agroindústrias que contactamos não relutam em dizer que os integrados percebem certos tipos de sinais, riscos de acidentes; fazem experimentos, estimulações, identificações, espaçamentos, diagnósticos e prognósticos, isto é, conhecem o trabalho com os animais. Para muitos integrados de aves, não há necessidade de olhar o termômetro para saber qual é a temperatura no aviário; eles conhecem isso sentindo seu próprio corpo. A projeção e a identificação são dois mecanismos que, *ajudados* pela assessoria técnica, qualificam o processo de trabalho com a agroindústria.

No ramo do basalto, o processo é o mesmo. Muitos colonos foram, são atualmente, ou tiveram na família alguém pedreiro ou carpinteiro. A prática em cortar, descobrir, empilhar e aproveitar resíduos de pedras é importante para a produtividade dos envolvidos no ramo. O *habitus* familiar no ramo desenvolve uma dimensão mais afetiva com o processo de trabalho que a atividade envolve.

As agroindústrias caseiras dinamizam também conhecimentos e práticas que, como alguns colonos dizem, “eles (comerciantes e consumidores diretos) preferem da colônia porque é mais puro, mais bem-feito e com gosto”. Nos ateliês de costura, o processo não é diferente; o aprendizado, “o jeito prá coisa” como nos disse um intermediário do setor, a experiência e a socialização desse saber social materializado nas questões de gênero na família dão a legitimidade ao processo de trabalho. Há uma *tecnologia interna* que ordena e maximiza relações sociais e de produção a qual a *modernização tecnológica*, promovida de fora para dentro, não consegue (talvez não queira!) omitir e anular completamente.

O consorciamento de culturas, bem como os espaços de roça disponíveis num mesmo ano agrícola funcionam como condicionantes da lógica da produção daquele ano, daquela safra. O milho é a prioridade, é o produto que articula um *sistema de*

relações sociais e de trabalho; ele pode ser reduzido em função da pastagem (essa poderá supri-lo em parte, na alimentação bovina [vacas]; num grau bem inferior, aos porcos), da quantidade de animais na unidade (vínculo ou não às agroindústrias), do preço de mercado, etc. Há uma relação mais profunda entre produção e consumo produtivo desse produto na unidade. Estar com o paiol cheio de milho possui um significado além do econômico e simbólico; significa segurança alimentar (animais e família), significa expressão de trabalho. A compra de milho só ocorre se passar pela dimensão da racionalidade mercantil em termos de preço, ou seja, se realmente o preço do momento for extremamente compensador para comprar (muito baixo) ou para vender (muito alto). As técnicas modernas de conservação contra “carrunchos”, ratos, umidade, ventilação, etc., são acionadas não com o objetivo de “pegá preço”, mas de ter o produto disponível para o consumo durante mais tempo.

A roça e sua produção envolvem cálculos, e essa calculabilidade se dá em razão de inúmeros fatores internos e externos. Roça de milho, roça de trigo e roça de soja são denominações hierárquicas em termos de importância dos produtos e o do envolvimento técnico e econômico que exigem.

O espaçamento e os cuidados com o desenvolvimento de ambas as culturas, a limpeza (capina), a aplicação de herbicida de folha larga, dentre outras questões, fazem parte do horizonte do conhecimento técnico e próprio sobre os produtos. Plantam-se melancia e melão no meio do arroz, porém a presença desses produtos implica que a limpeza se faça na forma de capina; com a abóbora no meio do milho ocorre o mesmo; raramente vimos cultivos “solteiros”. A pouca terra de roça - de “pura terra” - faz com que várias culturas, vários cuidados, vários tempos e espaçamentos, inclusive obedecendo a padrões alimentares da unidade familiar, sejam implementados. A importância hierárquica do produto não se dá pelo seu critério mercantil, mas pelo consumo produtivo na unidade. Há um produto-referência, porém todos obedecem às regras do consorciamento; o milho “que tem feijão, no meio é mais ralo. É pra dá eles tudo”.

A soja teve um breve período de pico, no entanto raramente era plantada “solteira”; normalmente era consorciada ao milho. Inúmeros fatores fizeram com que essa cultura fosse reduzida somente ao consumo produtivo da unidade. Poder-se-ia ter reduzido o milho também, tendo em vista que, em termos de custo, ambos, soja e

milho, são em boa parte proporcionais, no entanto aí entra a importância alimentar do produto no consumo interno: “Pra soja teve uns tempo que as terras aqui eram muito gorda, terra muito boa não qué soja. (...). Daí prejudicava o milho, vinha um milho amarelo, só quase restoio (...). Só que plantando soja no meio do milho não dava prá plantá abóbora, nem melancia, nem as outras miudezas. A soja é um produto brabo. Teria que sê sozinha. Se ela viça muito, carrega pouco. (...). Pra colhê se enlia no milho; fazê cime (pasto de folhas seca, retirado da parte de cima da espiga, serve para o inverno), né, com a soja não dava mais porque se enliava toda nos pés (...)”.

A dobra do milho possibilita que ele fique mais tempo na roça, que possa ser colhido no inverno; segundo os informantes, “estraga menos na roça que no paiol”. Com a presença do leite comercializado, há a necessidade de pastagens; com a cerca elétrica, é possível largar o gado após a retirada do produto, o que faz com que a técnica tradicional de dobrar o milho, fazer o palheiro (monte de folhas de milho socadas) e deixá-lo na roça não seja mais uma prática tão comum em meio aos colonos. “Plantar sozinha” também não é o costume, “só se tivesse bastante terra”.

Consortiar significa racionalizar e maximizar fatores espaciais, temporais, técnicos e químicos (o “adubo e a uréia de um serve pro outro”); significa promover ciclos de desenvolvimento, trajetórias sociais de elementos da família, variedades e princípios que governam e que especificam os produtos (Woortmann & woortmann, 1997).

O milho serve de “hospedeiro pro feijão preto, pro feijão de vagem (comido verde) e pra ervilha (produto dinâmico de duas agroindústrias caseira da região de pesquisa), pras batateiras, pro arroz pra não cair, pras abóbora também”. Essa otimização da ocupação do espaço (pelas características das plantas e pelo momento da colheita - “o milho no meio da mandioca é colhido antes, se não acho que ele é o último” - , a redução e maximização de atividades - quando da limpa do milho, limpa-se tudo -, da relação tempo e espaço no solo, de cooperação, competição entre plantas, etc., tudo isso é próprio do *sistema de trabalho* do colono. Há um saber interno que *sabe equilibrar* (Woortmann & woortmann, 1997); que, sem auxílio técnico externo, maximiza e intensifica a ocupação do espaço, tornando-o funcional a seus frutos, bem como adaptando-os ao montante espacial (de roça) e de fertilidade daquele.

O pouco que conseguimos analisar já permite perceber que, no seu conjunto,

o colono observa, calcula, pensa no que é melhor. É melhor limpar bem o solo ou deixar a *pastagem natural* para o gado? A redução da produtividade no milho é compensada pela alimentação do gado, pelo adubo orgânico no solo, pelo fortalecimento dos poteiros na ausência de parte do plantel, pelo aumento e qualidade dos animais, pela redução de custos de insumos industriais, pela engorda e venda do gado? Há algumas ressalvas quanto à presença exagerada do gado na roça de pastagem visto que ele “pisoteia a terra” e torna o solo muito compactado e “duro” para a aração. Essa dificuldade, em parte, é compensada pelo desseccante, que propicia o plantio direto.

Falamos em observação, que acreditamos ser uma prática, um fenômeno muito presente, mesmo em meio ao acervo técnico-mecânico que normalmente chega em pacote. Observar é um estágio da aprendizagem que renova e fortalece o saber (Salmona, 1994). A faculdade da observação é importante no trabalho com os animais (prática comum dos colonos reconhecida pelos técnicos agrícolas) e fortalece a atenção concentrada em pontos precisos.

Todos os informantes foram unânimes em dizer que hoje há uma incidência e uma receptividade maior de epidemias, micróbios, doenças nos animais, na lavoura, nos cereais e nos homens também. Quanto mais moderna a produção e os processos de trabalho nela envolvidos, bem como a interação artificial (química) com a natureza, mais sensíveis e expostos estão o produto e a vida humana. Os idosos justificam sua longevidade e saúde em função dos alimentos mais fortes, do vinho e da “pouca química”; os de meia-idade não acreditam que viverão como seus nonos e/ou pais. A reclamação no tocante às inúmeras pragas e doenças nos produtos é comum: “É difícil produzi alguma coisa hoje sem veneno, Se invenenemo também”. Atribuem isso à moderna tecnologia, à preguiça de “trabalhá com os braços” e à vingança da natureza: o “desequilíbrio é grande”.

A idéia de que “antigamente se ganhava, hoje se qué lucrá” reflete o dinamismo dos meios e a influência da racionalidade técnica sobre as relações que envolvem o intercâmbio mercantil e as exigências de consumo e de gerenciamento cotidiano do trabalho em geral. Como já falamos, trabalho, terra (roça) e natureza formam uma *totalidade* que liga o homem ao teológico e a uma *teleologia*, passando pela natureza, pela ação do homem, pelo trabalho e pelas perspectivas futuras. A ótica

da agressão, do trabalho desmedido (domingos e dias-santos) e do lucro por meios pouco honestos (não sob a ótica do suor, do esforço e sacrifício) é expressão de desequilíbrio, que pode ser entendido como físico (natural), teológico (na esfera do simbólico) e também familiar/vicinal - "botam muito na ponta do lápis!" -.

É nesse horizonte que a vigilância, a observação mais contundente, mais *fina*, mais preocupante se faz acontecer, tanto na produção material quanto nos meios de produção simbólica. Os instrumentos de trabalho, os produtos químicos, o ciclo da vida dos meios de produção e das plantas, sua renovação, inovação e conservação, etc., são todos processos presentes silenciados, meditados, qualificados e expressos em alguns momentos e em alguns graus no cotidiano do colono.

O conhecimento adquirido e as regras memorizadas pela socialização do conhecimento não são suficientes para cobrir o campo dos cuidados do saber/fazer no trato com animais e plantas. A divisão do trabalho na vida doméstica promove a mediação de condutas e ações necessárias aos cuidados do *sistema de trabalho*. O saber/fazer com as máquinas e os produtos químicos no *sistema de trabalho* está a cargo do homem. Porém, há qualificações e observâncias de aspectos ligados à personalidade (sem reificar as diferenças de gênero) que colocam em evidência as qualidades afetivas e as capacidades racionais das mulheres para assumirem trabalhos com animais (vacas, bezerros), nas agroindústrias caseiras.

Essa predisposição de saber "feito dom" é fruto de uma transmissão no corpo físico, na vida familiar e social (comunitária como espaço por excelência), das condições de nascimento e da empatia com os objetos (no caso, os animais, os produtos da roça, as pipas de vinho, com o salame dependurado em pousio no porão); são *capitais afetivos* que, na dimensão temporal, se revestem de capacidades, qualidades, realizações, processos educativos e ganhos econômicos e/ou domésticos (Salmona, 1994).

Além do afetivo na aprendizagem e na materialização do sistema de trabalho, o psicológico é importante. Os mais velhos dizem que os jovens não têm amor, que têm que ter amor para fazer as coisas. Na visão de informantes, muitos trabalhos são feitos sem amor (na "parreira, plantá palanque de cerca, carpi, tirá milho à mão, tirá pedra da roça), com pouca paciência, perseverança e tolerância, ou seja, falta estabilidade emocional, "querem vê resultado logo".

Não obstante, não significa que a atenção, o diagnóstico e a vigilância no todo do *sistema de trabalho* não estejam presentes. A divisão do saber entre os sexos, expressa em atividades não só entre roça e lar, reflete o grau da participação, as condutas afetivas e intelectuais (mãe, pai, mulher, esposa, chefe de exploração...), o grau da regularidade, a repetitividade do trabalho (fazer comida, lavar e lavar de novo a roupa e a louça...), de precisão e meticulosidade (dirigir um trator, fazer inseminação, tarefas sanitárias...), de paciência, aceitação, frustração e culpa ligadas a certas situações do *sistema de trabalho*.

2. 2.3 - O cuidar de si

No conjunto das relações que envolvem a família, o trabalho e a terra, está a *externalidade* do corpo. O corpo, na sua globalidade, é pensado enquanto força e instrumento de trabalho, como adaptado ao ofício de produzir; o corpo manifesta, além do aspecto estético-sensualístico, a (dis)posição para o trabalho, ao mesmo tempo em que exterioriza o vínculo com o mesmo (Woortmann, 1985). “Judiado”, “poupada”, “mole”, “firme”, “mãos calejadas”, aparência “de velho” formam noções expressivas de interação ou não a trabalhos e suas diferenciações de atividades e localizações (cidade, roça, pedreira, ateliê...).

O corpo marca a individualidade; as manifestações corpóreas (físicas e externas) manipulam identificações: “aquele é da roça”, “é aquele altão, lá, fortão, né”, “baita de um gringão. Pra dá adeus tu tens que botá as duas mãos, porque a tua se some, tem umas mãozonas que guai!”

A socialização dos meninos e jovens no trabalho não se dá tanto pelo dado cronológico e, sim, pelo tamanho - “com esse tamanho aí, se quisesse ajudaria já, sim”.

Vimos poucos colonos obesos na região de pesquisa; aparentemente, parece haver mais mulheres obesas que homens. Malgrado os poucos cuidados com a alimentação gordurosa e o excesso de amido (polenta, arroz, massas cotidianamente), os colonos dizem que o trabalho árduo é que faz emagrecer. Meninos e jovens obesos são vistos como “molengões”, expressando pouca vontade e destreza para o trabalho - “boa vida”, “descansidão”. O corpo “judiado” indica inserção no trabalho, dedicação à roça, aos deveres do ofício, ao subordinar os desejos de preguiça, de “se arrumá”; é,

acima de tudo, uma virtude por ser e/ou ter sido um verdadeiro “destrinchado”, de “não sobrá tempo” para o culto individual e público do corpo. São ainda critérios que envolvem muitas mulheres-moças.

Não é hábito tomar banho todos os dias, “só mesmo quando a sujeira da roça ou dos chiqueirões é demais”; escovar os dentes não é hábito comum nem junto aos jovens, muito menos com os adultos - “só quando sai”. Consideram isso um “relaxamento”, porém acham que “se fosse olhá tudo!”, ou seja, teriam muita coisa para cuidar: não trabalhar “no molhado”, não levantar de madrugada nem “saí no sereno”, a “poeira nos aviários e aquela coisa química (ração) que deixa a mãos e os braços, quando sua, azul”, o “pó das pedras”, o problema “das vistas” nas costuras de bolas e de tênis, etc.

A idéia que perpassa é que o corpo está sujeito às precariedades do trabalho, aos *infortúnios da natureza* (Woortmann & Woortmann, 1997); o fato de ser colono, estigmatizado por não falar correto, pelo sotaque carregado, por “não saber que nem os da cidade”, de ter de trabalhar no “pesado”, etc., conduz e adapta o corpo nesse horizonte de relações. Aliás, mesmo que haja, por parte de muitos jovens que estudam na cidade e de mulheres que também trabalham “pra fora”, um certo cuidado maior com o corpo, com as vestes, com o estético de uma forma geral; por mais que as influências do urbano e da televisão em termos de moda, hábitos relacionais, expressões orais, etc., influenciem e se façam presentes, o “exagero” dos cuidados com o corpo, o “querê se poupá”, se vestir bem, mesmo que as condições financeiras lhe propiciem, não é bem visto principalmente para transitar dentro do espaço social-comunidade e, mesmo se for para ir à cidade, também é considerado desvirtuoso, próprio de alguém “que qué sê diferente”, “cheiona”.

O cuidado com o corpo na relação saúde-higiene, se for exagerado, “não é bem visto”, como nos disse um senhor “de idade”: limpo e sadio, sim, porém vaidoso demais, “ajeitado demais”, já não é bem visto, é sinônimo de “peste na roça” (não carpe) e de que uma hora ou outra vai para trás. Limpeza, beleza, higiene, cuidados, modas, as “bem vestidas”, não são condenadas de todo desde que coordenem o corpo com outras virtudes éticas ligadas ao trabalho, ao fato de ser colono, de criar filhos, de se “envolvê com o sustento”.

A condução do processo *identifica o colono* (é por isso que as *colonas-operárias*

e moças que saíram e só retornam nos finais de semana são criticadas por “ter tempo de olhá as vitrines”, “por serem gastadeiras”, por “querê se mostrá mais do que são”); essa identificação relaciona-se ao trabalho, não só com o trabalho em-si, mas com a sua rudeza e exigências. “Estragá o corpo” é próprio do ser colono; parece-nos que é uma consequência do ser mãe, é uma marca do fato de estar no meio rural. Muitas moças migradas, ao retornarem nos finais de semana, expõem e se expõem corporalmente (mãos, cabelos, vestes, pinturas, formas de oralidade, contatos corporais selecionados e afetivos), influenciando, com isso, uma visão dicotômica e *adaptada*, espacialmente, do corpo, de sua aceitação-depreciação, principalmente as jovens.

No caso das “colonas-mesmo”, o tempo dedicado aos trabalhos da casa, do quintal e da horta não “judia muito” o corpo; o “brabo é o sol”, o pesado na roça, o “encardume” das mãos e dos pés. Os ateliês de bola e/ou tênis tendem a redefinir essas relações, até porque algumas colonas “pagam uma menina” para fazer alguns serviços de casa quando da “precisão”. “Alguns trabalhos brabos a gente paga uns caboclos que tem aí pra fazê. Roçá capoeira que é brabo, né, juntá pedra, carregá caminhão na pedreira, tirá milho nos perau que é brabo, né (...), botá eles (...)”; o que demanda uma relação entre corpo e sacrifício. Alguns conseguem fazer isso, porém a grande maioria não tem outra forma senão “se virá”.

O ter saúde, o cuidar-se, o alimentar bem o corpo (mesa farta!), descansar quando possível (hoje cada vez menos, mesmo com algumas máquinas), trabalhar decentemente, ou seja, honestamente e com as forças e suor de seu corpo, estar com a alma limpa, expressam beleza (o “bom é tê saúde, né”) e virtudes humanas ligadas à terra, sem dúvida, constitutivas do *ethos de colono*.

O prazer, a alegria do lazer e do trabalho, da sociabilidade comunitária e católica, jogos diversos e o contato cotidiano com a bodega, todos são dinamizados, o que expressa que há um conjunto de fatores que propiciam a integração intensa de momentos de prazer corporal. A constante orientação aos filhos sobre o estudo e opções de trabalho diferentes, a dificuldade que os pais têm de motivar todos os filhos para o trabalho pesado na roça, a busca de trabalhos “pra fora” por parte de algumas mulheres e, esporadicamente, de alguns homens, dentre outros, reduzem “os braços em casa”, fazendo aumentar a intensidade do envolvimento com atividades, que reduzem o tempo de lazer, principalmente dos cônjuges.

Muitos freqüentam assiduamente a bodega ou vão à cidade talvez mais do que o necessário ou, então, sem a preocupação de maximizar o tempo e racionalizar as atividades no meio urbano; esses são não bem vistos, “porque alguma coisa na roça fica pra trás”. Os “mais bem colocados” dos colonos (alguns deles) adotaram uma prática de, “após as limpas”, passar uma semana na praia, normalmente no Litoral-Sul de Santa Catarina. Chamou-nos a atenção como essa prática vem tomando forma: “Comecei eu em 1992 junto com o meu irmão que tá na cidade. Disse ah! que vá pra p... o serviço também!. (...). Gostei. Comecei convidá um e outro. (...). Hoje tem uns sete ou oito dessa comunidade que vai. Um ano vai um ou dois da família, outro ano vai outros (...)”. Há, em algumas famílias, um rodízio de “descanso” do corpo; a praia, mesmo distante, passou a ser incorporada por alguns como um acervo a mais de lazer. Claro que, no início, isso não foi bem aceito na comunidade. O mesmo depoente acima nos disse que “começaram as conversa que agora eu era fino (em oposição ao grosso, mão grossa, ao rude e bruto da roça), que deixava as peste na roça pra ir pra praia”.

A influência urbana e de alguns desse meio foi e é fundamental para que essa prática se evidencie. Há jovens trabalhadores urbanos que articulam suas férias com o “alívio das carpidas” de seus pais e/ou irmãos para levar alguém de sua família à praia. Há inúmeras articulações internas na família; há olhares, concepções e condições diversas, formas de trabalho, cuidados com os animais, com a casa e com atividades vinculadas às agroindústrias; no seu conjunto, eles implementam estratégias para viabilizar o lazer na praia.

Ao falarmos sobre o corpo, relacionamo-lo ao trabalho; suas características interagem com o meio, com as condições do meio. A rusticidade das coisas, dos objetos, dos galpões, da casa, do porão, dos morros, das pedras nas estradas e na roça, dos bichos (com exceção de alguns plantéis de gado leiteiro, porcos e aves integrados) e de muitos instrumentos de trabalho (enxada e arado principalmente) interage com o “jeito de colono”; ambos são auto-sinais, expressam-se no convívio e na interação cotidiana.

Há uma consciência de que o trabalho da roça deixa o corpo “estropiado”, porém faz parte de uma complexa interação que envolve obrigações e identificações, resultados de uma convivência histórica e de um *ethos* que, talvez, era bem menos dicotomizado em relação a si mesmo (ao seu corpo) e a seu espaço (em relação ao

urbano).

As marcas e os sinais da natureza, do estilo de trabalho e da cultura identificam o corpo; o qual, ainda que seja o espelho e a manifestação da individualidade, constrói-se no que faz, no trabalho. Envelhecer, todos envelhecem; *gastar*, nem todos. Os colonos se julgam os que mais se judiam e mais *gastam* precocemente o corpo; a intensidade desse *gasto* se dá pela dinâmica e pelo impulso no trabalho e em suas variações. A busca de trabalho leve se dá em função também do *gasto* do corpo, nem sempre unicamente pela variável remuneração. A ação do tempo, nesse *gasto*, tende a ser intensificada pela ação do trabalho, e do trabalho rude. O lado visível disso é o parâmetro que eles fazem com os da cidade, com os “vagabundos” da roça e com as mulheres que, ao casarem, “ficam só em casa” (raras são essas no espaço de pesquisa). Cuidado, trato, gasto, marcas, vestimentas, o andar, o movimentar e descansar, o se expor, as manifestações *externas* do corpo, etc., expressam também tensões e vínculos, intensos ou não, com o trabalho da roça; porém, orientam-se, nos horizontes da gestualidade, intenções, decências, exhibições, rudeza (machismo), desejos e razões, recatos, posturas, invejas, tramas, desejo narcísico, demonstrações (“aparecer”), espacialização de gênero, modernização/tradição, o que vêm do coração, do erotismo, o que é de (e da) família, etc. (Woortmann & Woortmann, 1997). Enfim, são processos de significados múltiplos e complexos que interagem no campo da identidade espacial e cultural do colono e que se imbricam com a família, com a terra e com o trabalho na intensa vinculação às dinâmicas da *sociedade envolvente*.

2. 3 - As relações na família e a dinâmica das gerações

Mesmo com as inovações, evoluções e novas sociabilidades em relação ao local, ao lugar comunitário e à cidade, a família, como (re)produtora dos meios sociais e culturais, tende a se preservar, contudo, preservar não significa ausência de alteração, muito menos purismo; organiza-se num outro patamar, levando em conta o passado, porém alterado pelas condições sociais presentes. O envolvimento dos filhos jovens na escola urbana, o espaço da fábrica de bolas em casa ou, mesmo, a ida de várias mulheres e/ou esposos e jovens para o trabalho assalariado urbano, ou para as minas de basalto, tendem a intensificar as condições para um estilo de produção agrícola que envolva o

conjunto da família.

Novas formas de sociabilidade se processam quando do trabalho externo de um dos cônjuges. A questão da remuneração da mulher, por exemplo, produz relações entre os cônjuges no todo da família, expresso na repartição das tarefas domésticas, nas relações hierárquicas e nas decisões de consumo. Coabitam na mesma unidade doméstica colono e operário de fábrica urbana, confeccionista de bola ou de tênis, arrendatário, assalariado e/ou proprietário de pedreiras de basalto, estudantes (jovens) e os que “só trabalham e não estudam”.

Já vimos que ser herdeiro não é mais objeto de grande satisfação. A introdução de máquinas nos processos e formas de produção, as alternativas dos ateliês, o *envio* dos velhos para a cidade, a coabitação próxima de famílias do mesmo núcleo, o desejo da individualização principalmente da nora ou dos filhos jovens, etc., promovem redefinições na forma de viver e de se relacionar internamente (redefinições de laços sociais, hierarquias e poder), o que não é sinônimo de ruptura da estrutura familiar como unidade de produção e de convívio.

Liberdade, exclusão, individualização, sobrevivência, valorização do ofício e profissionalização social, valores modernos, racionalidade econômica e tradição são as grandes questões expressas nos relatos dos cônjuges.

Na tradição do colono, o modo de vida das relações de trabalho *sempre se pautou pela convivência*, pelo trabalho em família, pela visita, pelo mutirão, pela companhia (por mais que fosse selecionada). Era comum ouvirmos expressões, tais como: “.... coitado, mas também trabalha sozinho”; “poro can, el ze lu e Dio”, ou, então, um pai ou filho que “se vira sozinho” na roça. A falta de auxílio da família na roça é vista com comiseração, com pena, pois “um sozinho vai fazê o que! Faz por um só e tem vez que desacorçoa, mas fazê o quê, né, daí vamos comprá tudo”! São situações-problemas vivenciados no cotidiano, o que não nos autoriza a dizer que há tendência de constituição de uma *agricultura individual* ou de “ficá só os velhos”.

2.3.1- Herdar...

O fator herança também tem implicações com o corpo, com o *gasto* do corpo. Não foram poucos os colonos que nos disseram que vão fazer o que é possível, ou seja,

não vão se desgastar muito, se sacrificar, “pra depois deixá pra quem? Essa tendência de dificuldade de construção e projeção da identidade de herdeiro, como veremos a seguir, acaba por interferir na intensidade ou não de envolvimento com determinados tipos de trabalho e de solos, o que tem implicações com o corpo, com o “se judiá pra quê?”

As formas internas de aplicação da força de trabalho na roça são uma *decisão coletiva*. Se houver desistência por parte dos filhos da participação do trabalho na unidade familiar, no sentido de buscarem alternativas de assalariamento urbano, são dificultadas as possibilidades de herança. “Se eles se derem bem, daí não se divide, mas senão fazê o quê, né. (...). Já se foram pra vê se podiam se virá, né. Vão tentá a vida lá, né. Do jeito que tá indo as coisa, acho que tá meio difícil na cidade também viu” (pai de família, referindo-se aos dois filhos que foram *tentar a vida* numa churrascaria em Bebedouro, SP).

Daí advém a necessidade de serem encontradas formas internas de ocupar a força de trabalho na unidade. O direito de decisão sobre a partilha da herança é atribuição exclusiva do esposo; a propriedade da terra na unidade familiar é individualizada pelo esposo. Só tem o direito à herança quem realmente faz parte da rede de relações familiares que envolva trabalho, pois ela é fruto do vínculo direto do parentesco. O filho homem conserva algumas vantagens na partilha, mas é também o que carrega a obrigação de constituir um “capital” por conta para ter condições de constituir uma nova família. No universo de produtores analisados, percebemos que a responsabilidade de ter uma quantidade de meios de produção que possibilitem a constituição de uma propriedade individualizada nova fica a cargo do homem, aliás, passa a ser a causa da tomada de decisão.

Segundo os *nonos*, na colônia-mãe, e “aqui no início também”, vigorava o *minorato* (ultimogenitura). A questão da avaliação e da construção do herdeiro passa por decisões de difícil normatização.

As classificações de “caprichoso”, “se dá bem na roça”, “gosta de trabalhá”, “gosta de estudá”, “só qué sabê de lidá com máquina”, dentre outras, repercutem e influenciam, mas não determinam. O estudo e o trabalho no espaço urbano, a *obrigatoriedade* da partilha igualitária entre os filhos, a já pouca terra existente, a baixa remuneração do trabalho agrícola, o estigma de ser colono e de trabalhar nos morros, a difícil convivência patrilocal, entre outras questões, transmitem, no cotidiano vivido,

uma questão problemática a resolver.

Com isso, não estamos querendo dizer que a terra e a legitimidade sobre ela não sejam mais um recurso para a sobrevivência e reprodução social; o que entendemos é que há elementos, entre os interesses coletivos, que são os *projetos individuais* e que se manifestam, às vezes, conflitualmente e que, em outras situações, servem de acomodação.

Na memória dos *nonos*, a questão da sucessão é fundamental; a transmissão do patrimônio, para eles, tematiza uma vinculação com a consangüinidade, com a proximidade física, parentesco, pertencimento, como resposta e materialização a um processo de adaptação de interesses econômicos (integridade do patrimônio familiar) e de gerenciamento da tradição e da família.

As famílias buscam utilizar mecanismos, até com resquícios de tradição, para melhor adaptar seus interesses aos projetos individuais. O casamento *obedece* ainda a avaliações que, se já não são cuidadosas e obedecendo a uma lógica de parentesco e consangüinidade, desinteressadas é que não são (Woortmann, 1995). A ida da nora para a casa do sogro ou do marido e seu dote, estipulado num pedaço de terra ou no valor monetário desse (o que vai ser apropriado pelo marido); a tentativa de fazer permanecer um único filho nas terras da família, fazendo com que as dos outros sejam adquiridas pelo herdeiro, inclusive com a ajuda dos pais; a liberação de membros para outras atividades e para o estudo; as *dribladas* nas partilhas em relação às mulheres (lote na cidade, estudo de 2º grau, parte em dinheiro...)¹⁹, dentre outros, são princípios de manutenção da unidade da terra cultivável e da perpetuação do patrimônio, os quais definem estratégias de partilha.

Nas primeiras décadas deste século, as colônias novas exerciam a *descarga de tensões* no seio da família quando essa questão vinha à tona. Inúmeros espaços de fronteira agrícola pós-década de 1950 também foram determinantes para definir trajetórias individuais aglutinadas em interesses coletivos (Woortmann, 1995).

Hoje, o espaço urbano e o estudo (capital cultural não partilhável ou herdável) preenchem *obrigações internas*, porém não têm a terra como fator de reprodução. Essa é a questão complicada. Sem a terra e com o deslocamento para o

¹⁹ Descobrimos um caso em que três filhas ganharam, juntas, um lote. Ao casar uma delas, venderam-no e repartiram o dinheiro, o que serviu para complementar o enxoval de uma, por sinal a mais velha.

urbano, redefine-se a normatividade material e simbólica de relações que envolvem consangüinidade, etnia, afiliação religiosa; corre-se o risco de esvaziar o significado da contratação matrimonial, estigmatizando ainda mais “quem têm que ficá nas grotas”; acirra a desigualdade entre irmãos - “se ganhassem todos um pedaço de terra, o que recebeu menos [difícil igualá tudo] é ajudado depois; se emprestam máquina, ferramenta, se ajudam a iniciá a vida, fazê chiquerão (...). Se vão pra cidade! Fica como?”.

A redução da natalidade é uma das estratégias presentes mais elencadas pelos informantes para amenizar a situação de *bloqueio fundiário* e precariedade de opções no meio rural do colono. O celibato e a opção pelo clero não são tão evidentes na região como estratégia de não-fragmentação do patrimônio, apesar de ser a região um dos maiores celeiros de vocação do Brasil. Inclusive, um dos padres, hoje falecido, vigário por várias décadas na região, é santificado pela população, e sua obra de destaque está na promoção vocacional. O celibato masculino parece não ser uma estratégia tão evidente, porém, ao que nos pareceu por inúmeros informantes, ele está posto quase que como uma condição, uma imposição não da família, mas do meio social comunitário, ou seja, o número de moças reduziu-se muito nos últimos anos. O interesse em se casar com um filho de colono, por parte das moças que estão na cidade, não é mais tão visível.

A fragmentação do patrimônio nem sempre é feita em vida, o que, para alguns, é errado, pois “se soubessem (os pais) a engasgação que dá depois!”, justamente para evitar que, com sua morte, deixem de vigorar os *acordos*, e o direito formal fale mais forte. Ouvimos relatos de vários casos de brigas entre irmãos por causa de problemas de divisão de herança.

A pior coisa que pode havê é isso. É brigá por um pedaço de terra. Quase se quebramos os cornos. (...) É pior resolvê uma coisa entre irmão do que com qualquer outro" (agricultor que se considera injustiçado pela partilha dos bens pós-morte do pai). Um outro aspecto, no tocante à herança, é a preocupação dos pais devido a inexistência de filhos homens. O fato da mulher herdar significa a entrada de uma pessoa estranha (genro) no processo de herança. "É, de repente se trabalha a vida inteira e se dá prá qualquer uns lacaio aí, né. Eu mesmo tô com terreno na cidade, vô vendê prá compra qualquer coisa. É herança minha. Se deixamos prá um qualquer, vamos ganhá (usufruir) o quê com ele?

Até há bem pouco tempo, as famílias eram numerosas por necessidade de mão-de-obra; hoje, com a mudança da base técnica e mecânica da produção agrícola,

com o controle da natalidade e com a redefinição do papel da mulher, esse processo ganha novos contornos. Mas essas não são as causas primeiras da redução de filhos, é, sim, o problema da propriedade e de sua real fragmentação. Sem propriedade, não há condições de reprodução da vida.

O casamento era o ritual cimentador da *razão instrumental* que tornava produtivo o patrimônio (Woortmann, 1995). O não-casamento também passava pelo cálculo racional interno, como *racionalidade adaptativa*, produto, como já falamos, de circunstâncias objetivas desfavoráveis. Ao mesmo tempo em que unificava, desagregava sendo unificação/desagregação processos contínuos da condição de colonos. O desagregar para constituir-se nas colônias-filhas fortalece a colônia-mãe; a indivisão, obrigatoriamente, provoca *expulsão*. É uma dinâmica entre exclusão/inclusão, excluir para incluir, permanecer e reproduzir. “O deserddado é o indivíduo produzido pela totalidade interna para viver no mundo externo. O expulso é necessário para que a totalidade se reproduza, e para que se reproduza o não-indivíduo no interior da ordem hierárquica” (Woortmann, 1995, p. 314).

As práticas de herança são pensadas com o sentido de evitar a fragmentação das unidades de produção. O *direito costumeiro* e as várias formas do sistema de partilha, quando há, são acionadas para determinar as regras de herança (idem ibidem, 1995).

O problema da escassez de terra e da pouca perspectiva de ter na terra possibilidade de reprodução econômica, principalmente em espaços reduzidos e montanhosos, o não-financiamento do Estado para a aquisição da mesma, a não-disposição de venda de terras na região para que a desestruturação de alguns (em termos de identidade de colono) pudesse fortalecer a presença de outros; a existência, hoje, de um mercado de trabalho fora da agricultura, em atividades que não requerem tanta qualificação profissional, facilitaram os arranjos e estão tornando menos problemática a concorrência interna pelas fatias de terra no âmbito das famílias.

Com isso, não estamos querendo dizer que se rompeu o sentido de colônia, de grupo doméstico como unidade de produção e consumo; a família e a propriedade continuam a ser extremamente valorizadas; a simbiose colônia/família, sua exploração racional continuam sendo o horizonte integrador da identificação social dos colonos. As formas de herança *impartível* e/ou *compartilhada*, as práticas de co-residência estão

relacionadas com a disponibilidade de terra, o que demonstra a importância da propriedade da terra nas formas de partilha familiar.

A autoridade do pai, sendo parte da tradição, é que configura a deliberação sobre a transmissão do patrimônio. Esse processo, hoje, na opinião de pais e idosos, está sendo enfraquecido pelas circunstâncias de *bloqueio fundiário* e pela atração urbana. É difícil escolher quem permanecerá com os pais após o casamento; como também, a realidade de hoje apresenta várias determinações de estratégias sucessórias (doações, dotes, estudos, dinheiro, exclusão de alguns -das moças preferencialmente-, trabalhar fora, intensificar as atividades internas que não demandam o fator terra, como, por exemplo, aviários, pedreiras, ateliês, agroindústrias caseiras...), o que, de certa forma, permite arranjos internos e garante o controle paterno da herança.

O inventário, em alguns casos, é visto como ausência da autoridade paterna; sendo prática frequente na região. É visto negativamente por expressar a interferência de estranhos que não têm interesses nos elementos da tradição, mesmo porque será difícil manter intacta a unidade econômica pela concordância entre os herdeiros. O inventário, como produto de uma morte súbita, trágica e inesperada, é concebível, sendo possível até que, nessas circunstâncias, acordos possam se viabilizar. O *inventário consciente*, isto é, aquele propositado, é normalmente fruto de conflitos familiares e que “não tem outro jeito senão com os advogados”.

Galeski (1972) demonstrou claramente que os membros da família camponesa são também produtores sujeitos à autoridade do pai, afinal de contas, ele é proprietário e administrador. Os filhos, caricaturando um pouco, são trabalhadores e herdeiros de seu pai.

Para o nosso caso em análise, percebermos que a autoridade existe, porém é bastante relativizada pelas circunstâncias-limites. A decisão sobre o casamento está também em relação embrionária e funcional com a herança²⁰ e a propriedade, fugindo, em grande parte, às deliberações paternas. A ideologia patricentral é ainda hegemônica e legitimada na região apesar dos já inúmeros vieses críticos por que passa

²⁰ Marcel MAUSS, no texto *Essai sur le don*. In: *Sociologie et anthropologie*, Paris: PUF, p. 145 - 279, 1987, reflete sobre a ligação entre práticas sucessórias e familiares, economia doméstica, estratégias matrimoniais, estruturas sociais, etc. Esse estudo levou a considerar a transmissão do patrimônio como um “fenômeno social total”. A transmissão do patrimônio constitui, para o autor, um ângulo propício para tomar, em sua globalidade, os diferentes princípios e formas de organização social das sociedades camponesas.

a família, principalmente daquelas em que as mulheres são *colonas-operárias*.

As condições de produção, a variável demográfica e de gênero, o nível de influência do direito formal, em contraposição aos *arranjos internos*, entre outros, vão definindo momentos, decisões e lógicas atuais do processo de transmissão do patrimônio.

“Nessa situação que eu tô não é vantajoso. Eles (os pais) não dividem. Falá! Pelo amor de Deus! Vão achá que temo pedindo ou dando um coice na bunda deles, né. (...). Temo aqui! Tenho vontade de construí alguma coisa, fazê um açude, mas nem sei se aqui vai ser meu”. A preocupação dos filhos e/ou do possível herdeiro com o retardamento, o desejo dos pais em preservar a autoridade (na posição de proprietário), a falta de *diálogo interno* sobre isso, a impensada e indesejada (interna e comunitariamente) apelação para o direito formal ou a contraposição aberta à desigualdade, etc., são conflitos e preocupações (re)veladas pelos colonos atingidos. Muitas vezes, a não-partilha em vida torna-se um bloqueio para investimentos em infra-estrutura e na própria lavoura, fazendo aumentar ainda mais o conflito e desenvolvendo desconfianças entre irmãos.

É claro que a crescente individualização do processo de trabalho e, conseqüentemente, da força de trabalho, o estilo empresarial de produção agrícola, exigindo pouca terra (como é o caso das agroindústrias), redefinindo, de certa forma, o grau de moralidade atribuído à família, dentre outras, fazem com que o nível de solidariedade - *o nós* - seja menos tenaz, aparecendo, com isso, conflitos mais acirrados.

O envolvimento com a técnica no processo de produção, a necessidade de conhecer os mecanismos financeiros e de mercados ligados ao ramo da produção da unidade também contribuem, em alguns casos, para que os “pais soltem mais cedo”. As necessidades de tomar decisões, de maximizar fatores de produção, principalmente os ligados às agroindústrias, *apressam* tomadas de decisões.

Com isso, percebemos que as soluções encontradas são várias e variáveis, contingenciais e pouco normativas; dependem de inúmeros fatores, inclusive da conjuntura scioeconômica, das condições objetivas (econômicas) e simbólicas possíveis e disponíveis nas unidades familiares; é possível dizer, com toda a firmeza, que fazem parte das *racionalidades adaptativas* em função das condições objetivas existentes.

O que nos ficou evidente enquanto normatização é que os pais têm

dificuldades de socializar, de responsabilizar alguém para assegurar a reprodução social do grupo doméstico. Uma outra constatação é de que não é privilégio “do jeito que estamos aqui na roça” ser herdeiro. Para os herdeiros, a igualdade na partilha os prejudicou: “Passei oito anos pra consegui comprá pedaços de terra dos outros (irmãos e irmãs), cuidava dos pais, pagava arrendamento no pedaço de terra deles. Tive que fazê uma casa, que nem os outros (seus pais não aceitaram a coabitação com a nora por questões de conflito cultural. É cabocla), e daí, qual é a vantagem?”

Uma outra constatação é a preocupação, mesmo em meio à insegurança de continuidade do patrimônio, em relação à presença de um filho homem. “Se der mulher, se tenta até que sai homem”. De três famílias que conhecemos, em duas delas, o filho homem foi o sexto filho; na outra, foi o quarto, algo atípico para uma região onde, atualmente, a média de filhos não ultrapassa a três.

Uma outra questão constatada é que as estratégias educativas (capital cultural), o sucesso profissional - “Oh! ele tá na Perdigão agora, faz faculdade. Ela (a empresa) ajuda (...). Vai querê o que da terra aqui?”-, o fracasso de alguns na colônia ou em outra atividade própria ou assalariada, dentre outras, normatizam o volume, as diferenciações e as igualdades no processo da partilha.

O cenário de tensão se complexifica quando da presença e participação das mulheres nas decisões. Receber menos? Vender para o irmão-sucessor? Ajudou ou não “construí o que se tem?” O enxoval é suficiente? Não ganhar nada não dificulta na procura do cônjuge hoje? Para quem não tem a obrigação de constituir patrimônio ao casar, é necessário que tire de quem disse precisa? “Quantas que só ficam em casa, pra roça não vão depois que casam. O outro (o marido) é que vai usufruí, botá fora de repente”. - Aqui se dá, como nos diz Woortmann (1995), a circulação da terra entre homens; a mulher apenas a intermedeia, é o elemento do cálculo, transformando o casamento como que num ritual de acesso do marido à terra da mulher. Se trabalharam pouco - “ficavam sempre em casa” - têm direito à terra? E se ela casa com alguém da cidade, ou alguém “que tem terra de sobra”? A herança, para a mulher, é uma questão de autonomia, de cidadania, de co-participante no núcleo doméstico e de convivência, independente do ato de casar ou não? É possível que uma mulher seja chefe de exploração, “tomá conta aqui da roça?” Para quem tem a obrigação de lidar com a casa, seria justo fraccionar ainda mais a pouca terra que existe? A exclusão das mulheres

ou a inclusão marginalizada na herança não seria uma estratégia de “ficá tudo aqui”, de preservar o patrimônio? Ou seja, sua exclusão não possibilitaria a reprodução social do grupo?

Questões e mais questões! São indagações discutidas com os informantes aleatoriamente (*nonos*, pais, mulheres especificamente e recém-herdeiros), questões que normalmente não são explicitadas, porém estão presentes e tendem a redefinir a lógica racional dos costumes e também da funcionalidade econômica que a fundamenta. É nessa ligação e nesse hiato que as tensões e os conflitos são permanentes.

A herança da mulher, assim como a dos homens, não obedece a uma normatização explícita, porém não omite ou exclui a objetividade dos interesses coletivos (o *nós-família*) e as condições materiais e simbólicas presentes. Uma mulher chegou a nos dizer que “é a família que faz e pensa na herança”. Posteriormente, a mesma informante nos disse que “irmãos (homens) se unem e tiram das moças. Eu mesma tive um irmão que influenciou o pai e os outros pra não me passá nada (...). Hoje estão eles bem, e eu ouvi nas orelha por muitos anos (de seu marido) que casei pelada”.

Percebemos que, em determinadas circunstâncias, é sua condição de esposa, não por si mesma, que lhe possibilita receber terra, nem que seja incorporada à do marido ou do irmão (comumente sucessor). No entanto, mesmo sendo *objeto de troca*, a mulher é *contemplada* por estratégias de herança em meio aos colonos da região. A tendência patrilocal - fazendo com que a mulher circule, se incorpore no universo fixo do marido - permite a imobilidade da terra (Woortmann, 1995). É muito comum na região, segundo depoimento inclusive do padre que há décadas atende a *sociedade da capela*, que as mulheres “vão com o dinheiro da terra que, segundo a família, lhe cabe. É pouca terra e é pouco o dinheiro também (...). Graças a Deus, casam (...), se contentam e se viram assim mesmo! (...). Algumas levam vacas, galinhas, coisas de dentro de casa, casa mobiliada, até freezer, batedeira, essas coisas. No somatório, como ninguém tem muito para distribuir, buscam se igualar” (aos irmãos).

Se casamento, migração e herança eram práticas que se conjugavam, não significa que eram harmônicas e/ou igualitárias. Atualmente, pensa-se em novas estratégias, novos contornos e novas redefinições, crivadas de temporalidades cotidianas em conflito/tensão. Não obstante, mesmo que o horizonte da satisfação não

seja pleno, que trajetórias individuais, conscientes ou induzidas, se façam presentes, que as agroindústrias promovam a unidade doméstica sob a ótica empresarial, etc., o patrimônio da família, redefinido espacial-temporal e subjetivamente, continua sendo o elemento fundante. A terra não é só uma mera mercadoria. Há um *habitus* que *acopla* a totalidade e que imprime estratégias, adaptações, alianças, privilégios e prioridades na partilha. Há uma *historicidade dialogal* que se emancipa nos contextos e que outorga/concede atribuições aos atores (sejam os pais, os filhos em seu conjunto ou isolados), que resiste a uma certa tendência individualizante a qual se manifesta na prática cotidiana dos colonos da região.

Enfim, a reprodução social do colono está intimamente relacionada à produção e à reprodução das unidades domésticas e à reprodução dos indivíduos nelas, mediante estratificações individuais e cooperativas, o que implica certa tensão interna. As leis e os costumes sobre a herança, diferenciados em termos de lugares, apresentam-se como imperativos sociais e econômicos que interferem na conduta familiar (Contreras, 1991).

Hoje, porém, assim como as estratégias matrimoniais, os processos de herança são *flexíveis*, o que não necessariamente quer dizer que seguem normas costumeiras e, muito menos, do sistema jurídico. Os vários tipos, modelos e desvios de herança (indivisa, igualitária, divisível, diversidade de bens, etc.) não possuem normas claras; são adaptações de estratégias familiares num jogo em que se combinam elementos internos e externos.

2.3. 2 - Os *nonos*: “varda que se catemo in paradiso!”

A aposentadoria é esperada e felicitada quando de sua chegada. Aposentadoria, para o colono, aos sessenta anos e, para a colona, aos 55 não é sinônimo de abandono de trabalho, da terra e dos animais. Há, na região, certa tendência de “mandá os velhos pra cidade”, o que os obriga a “largá da roça”, mas, acima de tudo, a definir os espaços de herança para os filhos, de preferência os homens. Há cinco casos desses numa comunidade, três em outra e nenhum numa terceira daquelas por nós pesquisadas; nos oito casos, os filhos, ou a família, construíram para eles uma casa na cidade, que “foram descansá, sem se preocupá mais”, porém nem todos resolveram o problema da herança!

Os que ficam continuam trabalhando na roça ou deslocam-se para outras atividades específicas: cuidar das parreiras, da horta, das fruteiras, das vimes para as parreiras, fazer cestos, cuidar dos porcos que não são integrados; porém, não perdem o contato com as realidades da roça e continuam sugerindo, fiscalizando e trabalhando.

As alterações nos processos de trabalho (técnicas biológicas e químicas, meios mecânicos) redefinem psicologicamente a visão dos aposentados/idosos sobre o trabalho agrícola. É difícil, para muitos deles, a adaptação aos novos processos de contato com a terra e com os animais (suínos, aves e vacas “de raça”).

Alguns casais ou viúvos(as) idosos moram em casas separadas dos filhos, não coabitam mais com eles, embora as casas fiquem próximas à(s) do(s) filho(s), de preferência do sucessor. Pelas informações que obtivemos, não há nenhum idoso abandonado nas três comunidades, nem vivendo sem vínculo próximo com alguém da família; mesmo os que estão na cidade são visitados semanalmente e abastecidos de mantimentos (“vien i mantimenti”). Entrevistamos três dos idosos que estão na cidade por ocasião de uma festa na comunidade, cuja opinião unânime é de que “na cidade não se descansa, não é vida não”. Um reclama uma casinha, se não junto, próximo à do filho; os outros acham que, já que abriram mão da terra para liberar os filhos (herdeiros), que possam, pelo menos, ter um contato aleatório com a terra, com a família (um vai mais além, gostaria de poder fazer interferências sobre “o que fazem hoje”), conservar a tradição, ser os *guardiães da memória*.

O trabalho foi sempre a marca da vida para eles, os valores da terra, as raízes culturais e da família, a fé religiosa, as práticas com significações profundas no horizonte da história e do passado, etc. Não obstante tudo isso, acreditam no meio rural, considerando que é o único espaço onde a solidariedade e a co-presença é possível; percebem a família como unidade de produção (Brandão, 1995).

As representações simbólicas e as práticas associadas ao passado não podem ser interpretadas como mera nostalgia - não é por nada que a maioria dos idosos que permanecem na colônia preferem se “envolver nas parreiras”. São *camadas múltiplas* de tempo e espaço que supõem significados e valores culturais em conflitos, representações dinâmicas percebidas e confrontadas com as formas do vivido e concebido, expressas nas condições de existência atuais.

É como diz Thompson:

É lugar-comum (...) que o que somos e o que nos tornamos, tanto socialmente quanto pessoalmente, está arraigado em nossas famílias e, contudo, também para alguns mais decisivamente e para outros menos decisivamente - distinto das mesmas (...). Mitos familiares, modelos e contradições, transmitidos em um sistema familiar, proporcionam à maioria das pessoas o contexto a partir do qual escolhas cruciais de vida precisam ser feitas, impulsionando-as em suas próprias trajetórias de vida individual. (1994, p. 25).

É nesse sentido que alguns idosos compreendem as transformações e redefinições recentes, bem como sua tendência de isolamento físico e de importância cultural; compreendem, mesmo que não aceitem, determinadas decisões de filhos (herdeiros) que preferem tê-los “longe”.

Voltando à reflexão do estar-sozinho, não basta residir perto; é necessário coabitar, estar-junto. A família, os parentes, os vizinhos constituíram um feixe de relações que não aceita hoje facilmente a ruptura; por isso, a idéia de *coitado*, para alguns idosos, refere-se à solidão, ao não-estar em contato com os outros. É como nos diz Brandão (1995, p. 129), “a solidão é vivida e imaginada como um trânsito entre situações de presenças. É um estágio passageiro daquilo de que a convivência é um estado e, por mediar presenças, afirma em si o desejo do outro”.

A família do colono da região sempre construiu seu universo relacional no horizonte da troca, da reciprocidade com os *conhecidos*, de estar sempre com alguém quando isso for possível. A fragmentação, o isolamento de alguns, a opção por sair de casa, principalmente por parte de filhos jovens, entre outros, constroem em casa um espaço da saudade, quando não da solidão. Ao nos mostrarem a casa, algumas mulheres nos informavam, pesarosamente, que tal quarto era de um filho seu que está na cidade - “a casa era grande porque tinha gente, né. Agora ficou grande mesmo”. Estar com alguém significa segurança e ajuda, significa troca de informações ou negócio, dinamiza o diálogo e a convivência. É por isso que os chamados *solteirões* ou as *solteironas* (mais essas que aqueles) são vistos com certa comiseração quando não com reprovação (talvez esse preconceito mude em vista das dificuldades para se realizarem casamentos novos pela redução significativa de moças nas comunidades rurais da região).

As questões da solidão e do desleixo de algumas práticas produtivas e de relações familiares não se evidenciam em todas as famílias de informantes, porém enfocamo-las para sinalizar redefinições e tensões vividas no seio de algumas, nas quais os cônjuges se sentem só tanto no trabalho quanto no espaço da convivência. Fatores de

ordem socioeconômica e de poder tematizam relações redefinidas no sentido de família enquanto *locus* de convivência.

Na sua grande maioria, as famílias de colonos primam e fazem um grande esforço pela boa convivência, inclusive no trabalho. A inserção e socialização dos filhos no trabalho, a dimensão da honra, dos direitos e deveres, das hierarquias, dos convívios, princípios e trocas de socialização, fidelidades sociais e familiares, afetos, unidades de convivências, submissões, proteções, etc., são construídas, sedimentadas e reproduzidas na família.

Existe *algo mais* que cimenta as relações e as decisões que muitas vezes *parecem* ser isoladas de algum membro ou inteiramente motivadas por fatores externos. Esse *algo mais* é a reiteração à família, à ordem da família, seja na ótica do afeto, do econômico, da submissão, do universo da convivência e da fidelidade. Não é por nada que muitos jovens que estão na cidade, ao retornarem para casa nos finais de semana, dizem que "a casa dos pais é a casa dos pais!" A casa dos pais é acolhida, segurança, confiança, estabilidade, afeto, mesmo em situação de conflito e tensão entre universos culturais em desacordo. É o caso também do fato de grande parte dos jovens e/ou adolescentes que trabalham na cidade entregarem o dinheiro do mês para a mãe, ou então, em menor proporção, para o pai (para a mãe, é para prover o alimento; para o pai, para guardar ou ajudar na lavoura). Os jovens que trabalham em pedreiras "nem vê o dinheiro, é o pai que recebe".

2.3.3 - *Parentes e compadres: a precisão em questão*

O vínculo de parentesco, por exemplo, tende a funcionar, em graus diferenciados, como elemento que vincula ações sociais e familiares; possui mais seu lado simbólico do *sangue* do que propriamente seu caráter pragmático e funcional no âmbito da solidariedade e *precisão* (Woortamnn, 1995).

Há parentes "de longe"; há os mais "de perto"; há os desejados e os "que se tem até vergonha de dizê que semo parente", como é o caso de um primo-irmão de um colono que é "brigão", o que poderia deixar transparecer socialmente que "tá no sangue, né" e vinculá-lo, daí, a esse estigma social. Presenciamos uma situação que revela bem a não-vinculação mais estreita com determinados parentes, principalmente

com os de “mais longe”²¹. Uma senhora que reside em Francisco Beltrão (PR) veio visitar seus primos numa das comunidade pesquisadas, mas só foi à casa de um dos primos - “o que tem mais (é “colono-forte”), pedindo, por telefone, que, se os outros quisessem vê-la, fossem até lá. Uma prima concebeu isso como uma ofensa, pois “só porque somos pobres nem mais aqui pode vir”. O argumento da prima *visitante* é que a estrada era ruim para seu tipo de carro, expressando, com isso, que há “parente e parente”!

Relação de parentesco, ao que nos pareceu, funciona mais como dimensão de consideração, obrigação e reconhecimento e/ou “conhecido” do que pelo lado da amizade, coleguismo e solidariedade; é um reconhecimento de sangue. Uma mulher que participou de um encontro de parentes de sua família nos disse que sentiu “uma alegria que só pra vê, a gente vê um monte de gente que de um jeito ou de outro é parente, gente que nem se conhecia”. No entanto, fez questão de dizer que “se conhecemo e pronto, né, (...) o ano que vem, quem sabe, ainda, né”.

A idéia de sangue ganha significados simbólicos e práticos (Woortmann & Woortmann, 1997). O critério de bom ou ruim é algo identificado com sangue. Há uma transmissão *da identidade* pelo sangue. Honra (“lavar o nome”) e identidade moral e social tendem a ser ligadas ao sangue; unem parentes e aumentam o referencial de atores e do *problema*.

No momento em que estávamos transcrevendo fitas sobre a questão dos papéis sexuais e da importância do parentesco, recebemos uma visita de um ex-colono-eletricista que há pouco havia se mudado para uma das cidades da região, o qual conhecemos no nosso espaço de pesquisa por ocasião de prestação de serviços elétricos a colonos. Esse passou a vizinhar conosco e nos relatou que “pegou” sua mulher “no flagra”, “enquanto eu trabalhava, ela vivia *dando*, até que descobri. (...). Depois daí uns quantos me disseram que já sabiam, só que o último a sabê é sempre você, né”. Relatou-nos que “veio embora de lá” para não cometer um assassinato duplo, porém estaria sendo malvisto por não ter se vingado. A vingança, segundo ele, seria financeira, deixá-la “na mingua”; a maior preocupação é que possui duas filhas: uma “graças a Deus se juntô (vive em regime de concubinato), essa então saiu já, né. A outra é brabo, puxô

²¹ Uma reflexão muito interessante sobre a ligação entre espaço físico-cultural e a concepção de parente encontra-se em Brandão (1995)

pra ela (ex-esposa), sai com deus e todo o mundo. Esses dias num baile meu irmão me disse que viu ela lá pra fora daquele jeito sabe (!), inclusive falô com ela, né, má!”

O relato expressa o espírito e a ideologia do sangue, de uma transmissão - “corre nas veias”, de sua *materialidade simbólica*, bem como do vínculo do parentesco, ou seja, da transmissão, obrigação e consideração. Não há dúvida de que os fortes vínculos de sangue recaem no âmbito masculino, bem como seu horizonte da vingança. Não que as mulheres sejam apenas vítimas e passivas, porém a “obrigação” da honra recai menos sobre elas, passando a ser incorporada pelo seus irmãos e/ou pai.

Há graus de variabilidade e intensidade de parentes. O grau de consangüinidade, muitas vezes, não é o critério para definir a aproximação e/ou distância da relação de parentesco (Woortmann, 1995). As combinações, preferências, intensidades, variações e importâncias são diversas, estão na ótica do *possível* e das *circunstâncias*. Parente “da cidade”, por exemplo, principalmente se for rico, é considerado distante para efeitos de aproximação e pragmaticidade, porém, em termos de *status*, não - “sô parente do prefeito” (apesar de não terem nem votado para ele e/ou de não se visitarem há muito tempo).

Podemos dizer com firmeza que *parente*, mesmo, são os vizinhos e alguns próximos, mesmo que sejam parentes “de longe” (nem todos os mais próximos porque “tem uns que nem parece que são primo-irmão”). A *comunidade de sangue* (Brandão, 1995) se faz pelo lado pragmático, que envolve obrigação, honra, visita, de preferência de igualdade econômica e social - “tem uns da cidade que são cheião”.

Como já vimos, os colonos não relutam em nos afirmar que os vizinhos é que externalizam o grau de sociabilidade familiar. Quando os integrados precisam fazer o carregamento dos frangos, necessitam de quinze a vinte pessoas, e normalmente quem “aparece pra ajudá são os vizinho aqui, né”. Quatro nos disseram que os parentes “é que mais cobram”. Ao que nos pareceu, os vizinhos se distinguem dos parentes pela ótica da solidariedade em contraposição à obrigação. A consangüinidade dos *afins* não carrega consigo a dimensão da solidariedade, de algo próximo “como uma obrigação, né”.

A solidariedade também não é algo natural e gratuito. Há princípios de solidariedade que se fundam na auto-ajuda, na prestação de serviços, na troca de bens e/ou mercadorias, no empréstimo de produtos no momento de carência, bem como de

dias de serviços, etc. No entanto, a solidariedade precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de solidariedade e o *crédito* futuro.

A relação entre compadres vizinhos tende a garantir essa solidariedade. Indagamos vários pais de família sobre quem eram os padrinhos de batismo e/ou do crisma de seus filhos, e a grande maioria nos informou que, até há bem pouco tempo, costumavam “dá pro irmão da parte de um e outro, agora não, é mais os vizinhos”. Um chefe de família nos disse que “é um jeito de valorizá melhor o vizinho”. Essa estratégia de otimização da vizinhança tende a se fortalecer em função do grau de afrouxamento da solidariedade vicinal. Com a presença das agroindústrias, com o acervo técnico-mecânico, a individualização de tarefas, a urbanização acentuada de valores no meio rural, etc., o grau de solidariedade ficou muito aquém do que era. O compadrio entre vizinhos passou a ser, então, uma *estratégia adaptativa* em função da pragmaticidade funcional entre ambos; é uma forma de otimizar solidariedade e obrigação, ao mesmo tempo, como apoio recíproco e como garantia desse apoio. Não deixa de ser um elemento de preservação e de contraposição aos conflitos e redefinições existentes (Woortmann, 1995 e Brandão, 1995, em contextos diferentes, viram muito bem isso).

Não existe, no nosso meio de pesquisa, a prática de recrutar pessoas abastadas para “dá prá batizá”; não há esse hábito do *compadrio vertical*, objetivando paternalismo e/ou clientelismo, como o evidenciado em algumas regiões do Brasil²².

Portanto, as formas e as maneiras pelas quais o significado do parentesco e do compadrio e sua operacionalidade na estrutura da solidariedade e reciprocidade se apresentam variam, em última instância, conforme a “precisão”. É comum ver vizinhas “se ajudando nas bolas” quando, por algum motivo externo, alguma delas ficou distanciada da cota exigida para entrega. As mulheres acionam mais o grau de

²² Ressalvando a dimensão das condições econômicas, de certa forma, *pervertemos* essa não-regra ao sermos convidados “pra batizá” uma filha de um colono do espaço de pesquisa. Alguns amigos mais chegados faziam troça dizendo que isso tinha como intuito que “amanhã, depois, íamos arrumá a faculdade pra ela”. No fundo, constatamos que o pai já havia “dado” outros filhos para vizinhos batizarem, bem como recebido afilhados. Talvez, então, o *mercado de compadrio* já estivesse esgotado! Já havia uma relação de compadrio assegurada entre vizinhos. Acreditamos também que essa relação de *compadrio externa* que nos envolveu tenha-se dado como forma de reconhecimento (pagamento) pela orientação e encaminhamento que demos a uma questão jurídica da família. No entanto, as *conversas laterais*, dando ênfase ao fato de sermos professor, como há uma valorização do estudo como capital cultural que serve de herança, manifestaram, mesmo num sentido de brincadeira, um lado pragmático, “futurível”, mediado objetivamente no momento do vínculo de compadrio pelo rito sacramental do Batismo.

obrigação e de precisão, principalmente as “colonas-mesmo” e as “meio-colonas” que fazem bolas. A rede de vizinhança, a valorização e o contato com os parentes são mais dinâmicos junto às mulheres; é comum também, junto àquelas que têm algum tipo de agroindústria caseira, levar “um pouco” do produto para os vizinhos e parentes próximos, inclusive para alguns da cidade. Há uma interação maior envolvendo as mulheres e uma diferenciação da noção de precisão e solidariedade entre *estratos sociais e econômicos* internos.

2. 4 - O “colono-mesmo” na roça

No tocante às relações de trabalho, como foi colocado anteriormente, é a unidade familiar que se envolve toda, organizando uma espécie de trabalho cooperativo.

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a constante conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (Tavares dos Santos, 1978, p. 33-34).

Na prática da avicultura, o processo é um pouco diferente. Não são todos os membros da unidade familiar que, especificamente, se envolvem na produção; normalmente são os filhos que trabalham nessa cultura. O espírito empreendedor dos filhos, o maior contato com o urbano, a facilidade de assimilação das orientações das empresas através do técnico agrícola oportunizaram-lhes uma dedicação maior ao produto. Aliás, não percebemos essa *prioridade* dada aos jovens só pelas agroindústrias; os ateliês de costura também se vinculam mais aos jovens, *trabalha-se* mais com eles, principalmente no tocante à aprendizagem e às inovações. Os *velhos*, além de sua difícil inserção no espaço de trabalho urbano, estão sendo preteridos pelos expoentes do capital inseridos no espaço rural. Alguns pais não vêem isso com preocupação, pois “se viram (envolvem) na roça, né”, percebendo isso como possibilidade da presença/permanência do(s) filho(s) em seu núcleo familiar.

Um outro aspecto por nós constatado, referente às relações de trabalho, é que

o baixo assalariamento temporário ou, mesmo, a inexistência do permanente se deve ao fato de que “as mulheres tão por tudo”. Apenas a aração do solo é feita normalmente pelo homem; no restante - plantar, capinar, colher -, há participação do trabalho das mulheres, inclusive das *colonas-operárias*. Principalmente na capina, elas estão presentes, ainda que seja uma prática que não exige muito tempo devido ao uso de herbicidas, os quais combatem as ervas daninhas, dispensando o trabalho manual. A presença constante dos ateliês no meio rural veio a redefinir esse processo.

Percebe-se, nessa análise sobre as relações de trabalho, que há uma dessemelhança interna do trabalho na unidade familiar de produção, em alguns casos até, com relações de troca e remuneração monetária entre membros, que pode ser entre irmãos ou entre pais e filhos, como é o caso do trabalho na “terra dos pai” para filho(s) que reside(m) na mesma casa. O ser unidade familiar, doméstica e de produção, o viver numa comunidade e vicinalmente não significa que tudo seja harmonia nem que o *todo* (família/comunidade) seja o ponto de ancoragem aglutinador de todas as *partes*.

Precisamos entender que o colono é proprietário, dono dos meios de produção e trabalhador, a família é o personagem central. Por mais que haja diferenciações e trajetórias individuais, é ainda um *trabalhador coletivo*. Essas são características da *ambiguidade* de sua presença no processo social de produção na sociedade capitalista. O trabalho é condição única de sobrevivência. Não é possível encontrar, no *ethos de colono*, outra forma social de sobrevivência que não seja pelo trabalho. A ética do trabalho, a cooperação familiar, a reprodução da força de trabalho familiar e as condições objetivas do mesmo (normalmente sob o signo do sacrifício, da constância e extensividade, de ser contumaz e de muito esforço) dão conformidade a um espírito mercantil do trabalho na ótica da precisão. Mercantilização e precisão envolvem conflitos e exclusões, o que não significa que se excluam mutuamente.

Há um desejo interno e uma determinação estrutural (mercantil) que se combinam, não sem contradições, dando objetividade ao trabalho e às condições específicas de existência. O fato de ser proprietário, de ser dono dos meios de produção e de, constantemente, idealizar a autonomia - “se queremos pará, paramos”, “trabalhamos o quanto queremos”, “se quero descansá, descanso”; “não tenho patrão me mandando”, “se perdê um dia também não tem importância -” não se expressa, na

prática, na fronteira demarcatória entre os limites de ser “autônomo” e ser “mandado”.

A *liberdade* do colono é demarcada, em grande parte, pelo formato de organização mercantil da unidade de produção e ao estilo da produção material (Seyferth, 1992). O envolvimento do colono no horizonte da *produção simples de mercadorias*²³ (Lovisolo, 1989) não o isenta de determinações e exigências do modo de produção capitalista. Os ciclos de produção, as exigências de mercado, os preços baixos, o modelo produtivista a ele estendido e o *imaginário ideal* do *ser colono* fazem da constância do trabalho os seus pressupostos, circunscritos ao modo efetivo das injunções capitalistas. Nessa dimensão, pagar arrendamento ao pai é fruto de uma relação de trabalho que tem o conjunto da família como referente, mesmo que seus membros, na totalidade, não estejam presentes no todo da ação. “Tem que pagá porque senão todos teriam direito. Não é justo eu tirá da terra que é ainda de todos, né!”

A divisão do trabalho, a igualdade de oportunidades, o poder, a submissão e outras tantas relações da sociedade global capitalista estão presentes em meio às relações de trabalho e de herança, bases da ética familiar.

As suas formas de se relacionarem com o trabalho são produtos da estrutura mais ampla da sociedade, criados e recriados em função dos desejos e de aspectos *internos* e *externos*. Nesse sentido, como coloca Martins (1989), há uma recriação constante de formas de relações sociais, materializadas pela dinâmica de formas sociais mais modernizadas. Deduz-se daí que o ser-colono não é uma condição e, sim, um processo que se recria, atualiza, redefine e engendra formas de adaptação às práticas utilitárias da racionalidade sistêmica e, ao mesmo tempo, que formula processos, ações envoltas no horizonte do núcleo familiar. Ambas não se excluem; conservam, sim, intencionalidades comuns e específicas, relacionadas e reorientadas por *estratégias*

²³ Sem querer importar, hipostaziar ou acoplar conceitos de contextos, temporalidades e objetos, se não diferentes, não tão idênticos, é possível identificar processos de produção que envolvem o colono como personificação da noção de simples produtor de mercadoria. Em Marx (1968), encontramos alguns elementos que nos *auxiliam* nessa compreensão. Nessa noção, o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção (no nosso caso, a terra e os instrumentos de trabalho) e trabalha com eles. A venda e produção direta de seus produtos para adquirir outros que não consegue produzir (M-D-M), para satisfazer necessidades de consumo ou como instrumentos de trabalho, também expressa essa noção. Desse modo, a combinação de produção de meios de vida com mercadorias promove a aglutinação de valores de uso com valores de troca. Por mais que haja e que se objetiva a produção de excedentes, ela não visa, imediatamente, à acumulação de capital e, sim, à sobrevivência e reprodução das mínimas condições de existência da família (ver em Lovisolo, 1989 e em Soares, 1981, brilhantes discussões sobre isso).

adaptativas.

É essa dinâmica que forma, talvez, uma outra *racionalidade incompleta, flexível, parcial, alternativa*, porém que dá conta da contemplação da solidariedade dos laços (inter)pessoais, morais e religiosos com o *mercado*, com a racionalidade técnico-econômica e instrumental. Não chamaria isso de uma *outra* ou de *nova* racionalidade, mas, sim, de um *ethos de colono* que, no cotidiano, atribui, recebe e implementa significações, muitas vezes imbuído de uma profunda instrumentalidade funcional de relações.

O movimento socioeconômico da região expressa e reproduz formas de agir e de *se identificar* com aspectos globais. O processo de relações mercantis que organiza o trabalho e a produção interage e medeia problemas gerais (globalização, mercado/produtividade, maquinismo, etc.) e imediatos (cotidianos - comer, herdar, reproduzir, encontrar trabalho, ter dinheiro, etc.-), vincula a nação, a região e o local. É nesse *espírito* que os colonos se ajustam às dificuldades do vivido, e é isso que tentaremos desenvolver nos capítulos seguintes da segunda parte.

**II - PARTE: AS AÇÕES E CONCEPÇÕES DA RACIONALIDADE
MODERNA NO COTIDIANO DO COLONO: A
DINÂMICA DO SISTEMA DE TRABALHO**

3 - PLANTAR, CULTIVAR E VENDER

Objetivamos, neste item, localizar e/ou mapear alguns tópicos da dinâmica socioeconômica da região. O enfoque sintético e *locacional* se dá em função de que, no decorrer da análise geral, informações, dados e processos socioeconômicos que envolvem a região, a família do colono e suas relações de produção, serão tematizados.

O nosso interesse aqui é analisar o papel do espaço agrícola na região colonial, mais precisamente na área do Alto Taquari; queremos resgatar fatos, situações, memórias e processos em geral a partir de relatos e de tópicos que envolvam os sujeitos ainda presentes hoje, vistos a partir dos colonos.

Acima de tudo, o que buscamos é refletir sobre o processo econômico regional ligado à terra e a outras atividades a ela relacionadas, no sentido de perceber como o *ethos de colono* se reestrutura ao redor de algumas práticas produtivas - algumas mais especializadas, outras menos -, tendo a dimensão da incorporação histórica do envolvimento mercantil com os produtos como base para as relações de trabalho atuais.

A ênfase nos resgates de práticas e agentes mercantis (vendedor, caminhoneiro, agroindústrias, cooperativas...) se justifica no sentido de se perceberem trajetórias e racionalidades que hoje se redefinem com mais dinamismo, o que não significa dizer que os colonos passaram meramente do estágio *já previsto* de *camponês* para o de *agricultores profissionais*, ou de uma *economia camponesa* para uma *agricultura especializada*; passam, sim, para uma agricultura mais modernizada acompanhando em alguns aspectos, quando as condições propiciam, os processos da *sociedade envolvente*, o que não significa nenhum *continuum* nem *evolucionismo* ou, então, rupturas de um *habitus* construído secularmente.

A idéia central do capítulo é de que o colono da região tenta, a partir das formas que lhe são possíveis, assumir os ditames de uma agricultura moderna; porém, a tensão entre tradição e modernidade permanece. O *ethos de colono* não é eliminado; refaz-se e redefine-se em meio à lógicas externas (agroindústrias, basalto, ateliês...); as dissemelhanças socioeconômicas criam estratégias e *racionalidades adaptativas* próprias para *enfrentar o mundo* e, dele e com ele, extrair a sobrevivência mercantil, preservando a família como unidade de convívio e de produção, mesmo com trajetórias e

individações variadas.

3.1 - O entorno regional

O Rio Grande do Sul vem cada vez mais se caracterizando pela distribuição desigual, em termos espaciais, no seu desenvolvimento econômico. Inúmeras peculiaridades locais fazem também do espaço agrícola do Rio Grande do Sul um espaço profundamente *heterogêneo*.

Desse modo, mesmo com *áreas de transição*, é possível delimitar três grandes regiões sob a ótica da *predominância*: a primeira é a Sul, onde predomina a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz; a segunda é a Norte, com preponderância também agrícola, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades. A heterogeneidade é marca característica dessa região; de espaços de culturas diversificadas, passa a se caracterizar, principalmente pós-década de 1970, por lavouras mecanizadas de trigo e soja. A terceira região é a Nordeste, área predominante de concentração urbana de pequenas propriedades e de pequenas indústrias (formando o eixo mais dinâmico hoje em termos de desenvolvimento econômico denominado Porto Alegre/ Caxias do Sul) (Alonso e Bandeira, 1990).

Inúmeros fatores contribuíram para que houvesse no Rio Grande do Sul regiões tão diferenciadas, os quais vão desde a estruturação da propriedade da terra no início da ocupação portuguesa até os incentivos industriais e regionais hoje.

As regiões Norte e Nordeste do estado, que são as que nos interessam aqui, eram as mais atrasadas economicamente, caracterizadas por grandes florestas virgens, pinhais, ervateiras e uma incipiente pecuária; organizava sua economia mesclando extrativismo, madeira, pecuária e agricultura de baixo volume de produção (Alonso e Bandeira, 1990).

Com a colonização européia, primeiramente de alemães para São Leopoldo, posteriormente reforçada pelos imigrantes italianos na região da Serra gaúcha, o Norte e Nordeste do estado passaram a ser espaços mais dinâmicos em termos econômicos. Aproveitando-se da rede fluvial que percorre a primeira, os colonos abasteciam os centros atacadistas de produtos de origem agropecuária, tais como banha, cereais e vinho (Roche, 1969).

O processo de migração interna, principalmente de deslocamento de descendentes dos primeiros imigrantes em busca de novas terras, fez do Norte e Nordeste do estado, pós-primeiras décadas deste século, uma região de completa ocupação das terras. Mesmo coabitando com espaços de pecuária típica do Sul e da região fronteiriça com outros países do Prata, a região de imigração caracterizou-se pela pequena propriedade, mesclada a uma agricultura diversificada.

A estruturação da propriedade pela determinação da legislação, pelas condições econômicas dos colonos-migrantes, pelo seu caráter tradicional de relação com a terra e com determinados tipos de produtos, pela topografia em grande parte muito montanhosa¹, pela expansão e facilidades naturais e infra-estruturais (rios, estradas), etc., sem dicotomizar e/ou *reificar* a chamada *vocação empresarial*, fez da região colonial um espaço de economia dinâmica.

É claro que, como diz Singer (1968), não foi um crescimento automático. A produção de excedentes comercializáveis passou por fases em que a *economia de subsistência* superou a importação de produtos manufaturados, dando margem a uma produção de excedentes comercializáveis e compensando a aquisição de alguns produtos manufaturados ou não necessários ao consumo dos colonos. A agricultura especializada e, conseqüentemente, comercial só se consolidou com a ampliação do mercado consumidor de produtos coloniais seja para Porto Alegre ou, então, para o centro do país (Orlando, 1994).

Na região de colonização, a característica básica da economia é uma policultura fortalecida pelas atividades vitivinicultora e suinocultora, agregadas ao

¹ Há, segundo os colonos, três tipos de terras na região de pesquisa. A mais presente é a de *solo pedregoso*; é um tipo de solo com terras altamente férteis, normalmente cobertas por matas, onde a foice, a enxada e o arado a boi são os instrumentos ainda hoje por excelência, acrescidos de meios químicos, como o dessecante e os herbicidas de "folha larga". O segundo tipo é a *coxilha*: é um terreno ondulado com grandes elevações, uma mistura de terra com pedra, mais aquela do que essa; é um espaço de terras férteis também, onde se pode plantar e colher "com máquina, dependendo se tem pedra ou não", é nesse espaço que os colonos passam semanas "tirando pedra" nos momentos de pousio de entressafra. Esse tipo de solo é bastante disputado na região por possuir "um preço alternativo. A presença ou não de pedras e a possibilidade "de destocá" é que fazem a diferencialidade da terra e sua valorização. O terceiro tipo de solo é a *"várzea"*, a "canhada". Terra plana; raríssima na região, normalmente forma o contorno espacial "da morada" (casa, galpões, chiqueiros, horta...). Nesses espaços, os produtos são, *a priori*, planejados para vender; dificilmente ocupam-se as várzeas para miudezas. Há um consenso interno na família de que é um espaço por excelência de orientação econômica e mercantil. Essa estratificação existente entre solos, nos últimos anos, está redefinindo a presença de pessoas no espaço agrícola, o vínculo do trabalho familiar, a utilização de meios tradicionais e modernos na produção (químicos e mercantis) e a orientação comercial e de autoconsumo. É um elemento que diz respeito à formação do patrimônio fundiário, à dinâmica do papel da produção na unidade familiar, entre muitos outros.

desenvolvimento de ramos industriais e agroindustriais, cooperativas e frigoríficos² que já estavam nascendo (Schneider, 1994).

3. 2 - A base da organização econômica: "trabalhá (...), e pronto, né!"

Os migrantes que chegaram às regiões Norte e Nordeste (no caso específico aqui a Encosta Superior do Nordeste - Alto Taquari) já desenvolviam a agricultura comercial³, portanto, esse fator não passou, na totalidade, pelo crivo da *ressocialização*. Eles já tinham assimilado o processo de relações de produção mercantil; assim, apenas o adaptaram na nova terra.

O trabalho artesanal na confecção de tecidos, na produção de inúmeros produtos *coloniais*, os moinhos, as atividades artesanais *profissionais* (Roche, 1969), mesmo sendo de âmbito local, serviam como complemento de renda para o colono, como recurso de subsistência, como fonte alimentar e como suprimento de instrumentos domésticos e/ou domiciliares (Schneider, 1994). Essas atividades e esses domínios técnicos emigraram com os colonos até as Colônias Velhas e, dessas, para os novos espaços de deslocamento; apenas se adaptaram às condições espaciais e objetivas das colônias. Esse

² Alguns autores discordam da tese de que na região de colonização, os colonos tenham passado pela economia de subsistência. Para Tavares dos Santos (1978), os colonos responderam imediatamente à dinâmica do comércio já existente no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do século XIX. Acreditamos, sim, que não existia nem um nem outro na sua forma acabada; entendemos que havia, assim como há ainda hoje, relações puramente mercantis, vínculos comerciais acoplados e racionalizados em horizontes de autoconsumo, de subsistência e vice-versa.

³ Quando destacamos agricultura *comercial*, partimos da idéia de que existe uma outra, não comercial, de autoconsumo. É bom ter claro essas duas variáveis numa perspectiva não dicotômica. O autoconsumo é fruto de uma orientação econômica que objetiva direcionar o produto para dentro, ou seja, para a alimentação da família ou dos animais. Nesse processo, estão envolvidas expectativas de consumo interno, os solos, os fatores de produção disponíveis (terra, força de trabalho, meios outros), preços, etc. Porém, não significa que os produtos *a priori* definidos como de autoconsumo não poderão ser comercializados (ver Garcia Júnior, 1989) ou, então, que os de autoconsumo são sinônimos de improdutivos. Tudo vai depender de fatores ligados a preços, perecibilidade, necessidade monetária, quantidade produzida, capacidade de consumo interno, compensação da debilidade de ganhos de produtos comerciais, etc. Os produtos comerciais são fruto de mercado, preços, utilização dos solos, etc.; no entanto, também passam pelo crivo das *decisões internas*. É comum ouvir na região que "já faz tempo que só plantamos trigo pra farinha", ou "plantamos milho pra engordá os porcos, pras vacas de leite e galinhas". Portanto, as formas de autoconsumo (produtivo e improdutivo) e de direções comerciais não obedecem, exclusivamente, à lógica de mercado; imbricam-se fatores bem mais complexos, interligados e supridores de carências. Porém, não há dúvida de que inúmeras (re)orientações internas advêm do elemento preço (normalmente baixo dos produtos), da sabedoria (do cálculo racional) do colono em correlação com atividades e processos objetivadores de alguma forma de ganho, normalmente em conformidade com o grau de autonomia e de dependência frente aos agentes mercantis (comerciantes, bancos, agroindústrias...).

processo aglutinava as *forças plenas* da família, bem como as *marginais*⁴; tudo dependia da disponibilidade de terra, de trabalho, dos ganhos auferidos, do processo de variação, expansão e multiplicação do comércio (idem, 1994).

A divisão social do trabalho na família levou em conta também as *especializações internas*. É como nos diz uma informante (considerada a mais *nona* da comunidade, acreditamos que a figura mais notável após o padre e, talvez, a professora antiga que reside lá) que “quem tinha que fazê tudo na roça era eu (...), depois os filhos daí ajudaram. Ele (o marido) saía fazê moinho, casa, paiol. Quando não tinha isso, daí fazia sela, ia pra ferraria do Plínio e fazia arrado, foice, balancim (...). Se fosse dependê mesmo dele se compraria tudo”.

A propriedade, ainda que dividida, promoveu o desenvolvimento do artesanato. Seu Fiorindo nos diz que “sempre fiz bote (recipiente para armazenar o vinho e o vinagre) (...), aprendi quando piá junto com o pai. Uns iam pra roça e ele queria sempre que ficasse vendo e apreendendo, né. (...). Oh!, não sei quantas pipas, *botezele*, barrica já fiz”. O espaço restrito para plantar e o *bloqueio fundiário* (Souza, 1992) na região e nas Colônias Velhas favoreceram, como nos diz Roche (1969), o desenvolvimento do artesanato comercial.

O artesanato promovia a otimização dos fatores de produção disponíveis na família, bem como resgatava aprendizados e domínios técnicos trazidos da Itália. Esse processo foi importante na produção e na reprodução das condições de produção do *ethos de colono* na região.

Ao visitarmos os porões das casas mais antigas, dos colonos também mais antigos, esses faziam questão de nos mostrar as pipas de vinho, a estrutura de sustentação de casa, de pedra ou de madeira - “vai vê as de hoje! (...), isso aqui dá prá desdobrá e fazê umas quantas”, demonstrando um saber, uma especialização e um ofício que hoje

⁴ Tepicht (1973) acopla o esforço teórico chayanoviano a uma perspectiva neomarxista. O autor coloca a família no centro do empreendimento econômico, enquanto grupo doméstico, com um *coletivismo interno* e um certo *egoísmo externo*. São duas dimensões (aliança e egoísmo) de um mesmo processo que interagem com fatores de produção, remuneração, mercado, etc. Para Tepicht, o mercado tende a aguçar ainda mais o *individualismo externo* (em contraposição ao *nós* - família), complicando o patrimônio familiar (Schneider, 1994). Não obstante, a renda da família, o caráter impessoal do trabalho, os valores culturais que presidem o *nós* comportam a lógica interna da *family farm* (Woortmann, 1995). A articulação entre *forças plenas* (homens adultos) e *forças marginais* (crianças, velhos e mulheres), indivisibilizando renda e trabalho, viabilizam a economia camponesa pelo seu custo de oportunidade reduzido. A produção de atividades de reprodução do grupo doméstico é expressiva do papel social atribuído à mulher no seio da sociedade camponesa (Woortmann, 1995). Sobre isso trataremos melhor mais adiante.

“ainda se sabe”.

Os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro e marceneiro são os que ainda, significativamente, se fazem presentes na região. O trabalho artesanal com pedras, as construções (casas, galpões, chiqueiros, estábulos, etc.), quase todas de pedra, atestam um ofício que perdura e encontra espaço no tempo atual nas minas de basalto.

Quem sai de Lagoa Vermelha, Carazinho ou Passo Fundo (maiores cidades do *entorno regional*) rumo a Porto Alegre, ao passar pela região, possivelmente, deterá sua atenção no espaço que compreende os municípios de Casca, Paraí, Serafina Corrêa, Nova Araçá, Nova Bassano, Dois Lajeados, Muçum, Guaporé, Garibaldi e outros, onde inúmeros depósitos e minas de pedra basalto se amontoam à beira da rodovia; são pedras de todos os tipos, tamanhos, formatos: pedras polidas, brutas e naturais. As montanhas, as matas e capoeirões, as roças de milho nos morros, os aviários e chiqueirões (em todas as estradas vicinais e, mesmo no asfalto, é uma constante encontrar placas informando o nome dos colonos integrados às firmas agroindustriais)⁵ e as curvas cercando ou invadindo os morros (esses demonstrando, em consonância aos índios⁶ e caboclos que aí moravam, coragem em *enfrentá-los*) são elementos *naturais* e também contruídos pelo homem, os quais formam uma primeira visão da paisagem e do espaço econômico regional.

Ao indagarmos sobre o surgimento econômico e espacial desse lugar, vários informantes nos apontavam os carroceiros (ou para alguns, carreteiros) como os primeiros indutores de relações econômicas e de construção do espaço social. Interessados na questão, resolvemos investigar a antigos moradores, ex-carroceiros, antigos donos de casa de pasto, atuais (porém antigos) proprietários de postos de combustível, até junto a um padre que, há várias décadas, é vigário de uma paróquia da região, para obtermos informações sobre essa categoria social promotora "do que tem aqui hoje. (...), ainda pouco se reconhece", acrescentaríamos, conhece-se. A

⁵ Há uma certa *concorrência*, em termos estéticos, logísticos e espaciais, quanto à forma e ao local de colocação das placas entre firmas e colonos. Em certas entradas de estradas vicinais - *picadas* - as placas "se amontoam; é da Perdigon, Sadia, Frangosul, Ceval, Minuano, de Cooperativa, etc., é um montão. Tem que pará pra conseguir ler".

⁶ "Descrevei-me a terra e dir-vos-ei o povo que nela habita". Segundo a história das Missões do Uruguai, os padres jesuítas fizeram incursões por aqui, pelos rios Taquari, Guaporé e Antas, pelo ano de 1633, encontraram muitos índios comandados pelo cacique Nacê. Em sua carta, referindo-se a essa região, os jesuítas escreveram: "... não convinha instalar qualquer redução porque a terra é fragosíssima, seus caminhos infernais, não há campo onde ter 4 vacas" (citações retiradas de Zambenedetti e Cofcewicz,

literatura sobre a economia do Rio Grande do Sul pouco aborda os carroceiros e quase nada sobre a região das migrações para o Alto Taquari, voltando-se mais para a região de fronteira do estado e a da pecuária.

3.3 - “Cargueiro, carroceiro, caminhão: de São Ricardo a São Cristóvão, o fim da solidão”⁷

Na região de pesquisa, até final da década de 1930, não se tem memória da presença de algum carro ou caminhão⁸; a circulação de mercadorias fazia-se por intermédio de carretas ou carroças⁹. Parte da malha rodoviária atual da Serra gaúcha e da Encosta Superior do Nordeste, principalmente no Alto Taquari, é fruto da travessia dos carroceiros, atividade essa cheia de estórias, de sonhos, sofrimentos, blasfêmias e aventuras.

Os carreteiros levavam o progresso e a cultura aos mais diversos núcleos e comunidades. Por muitos anos, ouviu-se o passo lento do cargueiro subindo as encostas, o assovio e o canto do homem feliz e alegre, encarregado de transportar alguma mudança, milho e o trigo até os moinhos coloniais, os produtos dos colonos aos centros urbanos. Enfim, os carreteiros carregavam a riqueza, ajudavam no progresso e faziam a integração sócio-cultural das nossas comunidades (Gelatti, 1985, p. 169).

Concomitantemente ao processo socioeconômico dos carroceiros, formou-se uma *rede social e econômica* que vai desde a construção de estradas (seus conflitos e ganhos monetários constituintes),¹⁰ surgimento de ferrarias, fábricas de carretas, construção

1988, p 15).

⁷ Retirado de um folheto de celebração litúrgica numa festa dos motoristas da região. Autor não definido.

⁸ No livro-tombo de uma das paróquias da região, registram-se, em 1939 e 1942, mortes de pessoas que “desceram perau abaixo”, presumindo-se que fossem carroceiros.

⁹ Há polêmica na utilização da expressão *carroceiro* para definir o homem que trabalhava na condução de carroças (ou carretas) no transporte de mercadorias puxadas por pares e ternos de mulas, cavalos ou bois. Segundo estudiosos da cultura italiana, é o termo que mais se adapta pelo seu aportuguesamento; *carreteiro* seria mais designativo de origem luso-espanhola. A carroça era composta por caixão grande, caixão pequeno, balanceira, balancinho, sepos, faca, guaica, varão, chapa de ferro, coberta, raios, testa, busina, arruela, capeloto, tesouras, braçadeiras, brocha, retrans, badame, ligeira, chicote, comacio, sela, cincerro, dentre outros. A indumentária mais comum do carroceiro consistia numa calça larga não bem identificada com a bombacha, chapéu de aba larga, capote de feltro grosso, bota, casaco e capa. O que mais resiste e perpassa as inovações do tempo social é o “capote de feltro (...) esse é pro inverno”. A quantidade de animais variava conforme a distância e o peso da carga, normalmente estavam presentes de seis a nove animais. Ver algo sobre o tema em BARBOSA, F. *Semblantes de pioneiros*. Porto Alegre: Sulina, 1961.

¹⁰ Para alguns colonos, o trabalho na abertura de estradas possibilitou o pagamento da *colônia* e a fixação como colono-proprietário. O trabalho “pra fora”, como afirmação da *identidade de colono*, é uma

de pousadas (hoje parte dessas transformaram-se em estabelecimentos que comercializam combustível),¹¹ produção de alfafa e milho para os animais e a divisão social e familiar do trabalho (Merlon, 1990).

Em todas as falas que tivemos,¹² sentimos que a memória do sofrimento, da rudeza, dos atoleiros, dos roubos, da coragem, das matas, do frio é o que mais tem sentido nos relatos; alegrias, vantagens econômicas e investimentos, muito pouco - o que se mostra meio estranho para quem antes justificava "o que tá aí" como fruto dessa categoria socioeconômica!

A dimensão da racionalidade e da ética do trabalho que a alimenta e, ao mesmo tempo promove o acúmulo de capital, fez-nos entender também que, na concepção dos sujeitos da pesquisa, progresso não se faz sem sacrifício, aliás, sacrifício e progresso, para a *ética do colono*, são dimensões complementares: o sacrifício é promotor do progresso; com sacrifício, o progresso vem *naturalmente*. É como se fosse uma *sina*, uma *determinação* sociorreligiosa naturalizada.

É evidente que aí estão presentes alguns códigos ligados à *disposição* para o trabalho: o trabalho como um valor moral, obrigação; como sacrifício, como provedor da família, definidor de uma identidade; como compromisso, reconhecimento, legitimidade, dignidade e honra, elementos complexificados na noção de família. Se não levarmos em conta isso, não entenderemos o discurso do sacrifício como legitimador "do que está aí", da honra e da moral familiar produzidas também pelo trabalho, fruto da herança dos antepassados.

A literatura da imigração italiana e da *formação* dos espaços regionais enfatiza a

prática histórica dos colonos da região.

¹¹ Registramos doze estabelecimentos na região tanto na área hoteleira quanto do comércio de combustível, hoje fruto de relações envolvendo a dinâmica dos carroceiros, fossem elas hospedarias, casas de pasto ou armazéns para estocar produtos. Esse material foi utilizado numa festa de comemoração de cinquenta anos de existência da paróquia num distrito da região, aliás, sugerimos o levantamento de materiais a alunos de uma escola de 1º grau completo, com os quais acabamos fazendo um parceria. O qual levantamos como resultado foi uma das grandes atrações na festa e para a comunidade, pois foi um resgate da história regional e local em sala de aula.

¹² Gravamos oito fitas com esse informante, buscando captar informações sobre a organização das famílias, a ocupação e o trabalho no espaço agrícola, os conflitos entre carroceiros e caminhoneiros, etc., um material riquíssimo que muito pouco foi aproveitado para o nosso objetivo. Nossa relação alcançou um horizonte afetivo muito intenso, tanto que ao passarmos pela comunidade, se não o visitávamos, ele nos repreendia. Dizia ele: "que tinha me lembrado de outras coisa daquele tempo" e que tinha que me dizer quando da nossa passagem próximo de sua casa. Ao ser presenteado por alguma foto tirada durante o período de entrevista, o informante ficava muito emocionado, dizendo que não acreditar que, "no fim da vida", podia "sê de valia pro professor".

vida do carroceiro na dimensão da aventura, do sacrifício, como uma epopéia promotora do progresso da região. Algumas passagens são expressivas:

Engolindo distância sobre as velhas estradas reais, estradas de chão batido levantando pó nas soalheiras do verão, ou na dança sobre a lama trêmula e insegura das invernias ásperas e chuvosas, a carreta vai deixando os rastros sinuosos dos sulcos - as conhecidas marcas de impressões fortes que são o registro de uma cruzada que mostra a nobreza do trabalho -, carregando os frutos da terra na heróica batalha da produção mesmo em práticas empíricas e primitivas (Barbosa, 1961, p. 11).

O mesmo autor é ainda mais poético noutra passagem:

A encosta das montanhas escutou, por mais de dois decênios, o passo lento do cargueiro, na picada da barrenta mata. Nos primeiros anos, o ombro forte do imigrante transportando o saco de milho ou de farinha. Penosas caminhadas que duravam dias e semanas, rumbeando para o moinho, voltando para casa. Depois apareceu o cavalo, o cargueiro, a tropa. Ah! a trágica história do tropeiro é mais um canto do poema sem par, escrito a sangue, ao longo do estreito pique sem fim, no cairel do abismo, na sinistra tocaia do bandido e da fera bravia, aos chicotados, dilacerantes do minuano, na tristeza imensa dos dias de inverno sob a chuva enregalada, com os passos cheios, na negra desolação do caminho encharcado, curtindo fome, frio, calor, em extenuantes jornadas intermináveis (...) (Idem, p. 50).

Por mais que as citações sejam feitas na forma poética e apologética, a dimensão do sacrifício, da mercantilização da produção e do vínculo comercial fazia parte do horizonte de vida do colono, o que a instalação de matadouros e frigoríficos atesta. Na região de pesquisa, após o fechamento de dois pequenos frigoríficos no final da década de 1920,¹³ a categoria dos carroceiros aumentou ainda mais.

O transporte da madeira (tábuas) dos engenhos até o rio Carreiro e/ ou das Antas, de onde seguiam para Porto Alegre por meio de balsas, está presente nos relatos de três ex-carroceiros. As carpintarias, as ferrarias e as casas de pasto estão na memória e na construção do imaginário econômico e social dos colonos antigos. Um dono de posto de combustível (seu pai foi proprietário de casa de pasto) diz que "davam alimentação e pouso aos carroceiros e aos animais (...), tinham um salão grande, tinha bodega nele, de outro lado um salão para dormir, muitos dormiam nas carroças, traziam pelegos, cobertas (...), pra não gastar! (...). Lá pelas quatro da madrugada, tinham que ser acordados para reunir e dar comida aos animais, ficar pronto. (...). O caminhão

¹³ Poderíamos dividir em períodos a evolução dos transportes na região da seguinte forma: até 1877, a pé; de 1877 a 1890, tropeiro/tropa; de 1890 a 1935, carroceiro/carroça e trem (esse a partir de 1910); de

terminou com tudo. Terminou não é bem. Recomeçou diferente".

O mesmo informante relatou brigas, promessas de morte entre motoristas/proprietários ou não de caminhões e carroceiros: "Queriam ver o diabo na frente, mas não um caminhão. (...) tem cada história! Tem nome de capela que vem disso aí. (...). Andavam armados que só pra ver".¹⁴ Com o fim da mediação econômica dos carroceiros e o advento do caminhão, muitos dos transportadores e/ou comerciantes passaram a trabalhar com os caminhões ou voltaram para a roça.¹⁵

Hoje, a carroça e os carroceiros estão na lembrança como um tempo pouco reconhecido, suprimido pela mecanização técnica e pelos resultados econômicos imediatos que a inovação permite (Merlon, 1990). No entanto, não há dúvidas de que foi um tempo em que a memória, fundada na ética do trabalho e centrada na família, o legitimou, mesmo que seja pouco reconhecido pelos "de agora" e, acrescentaríamos, pelos pesquisadores de questões regionais!

O importante aqui, para nós, é perceber que, apesar de em algumas famílias ter havido a profissão de carroceiro - "com as carroças emplacada, carteira de habilitação e tudo, né", como alguns fizeram questão de nos mostrar -, a identidade de colono não sofreu abalos: "colono sempre fomos. O negociante não deixava de ser colono, mesmo que fossem os filhos e a mulher que se viravam, produziam, né. (...). Dava mais ser carroceiro (...), mas servia pra roça, pra casa, até pra comprá terra. (...). Poucos dos carroceiro puderam comprá caminhão, alguns foram motorista, mas aqui praticamente voltaram pra roça" (colono-ex-carroceiro, 79 anos).

É evidente que o processo de desenvolvimento do espaço agrícola não foi linear, nem mecânico e muito menos simultâneo. A infra-estrutura para o escoamento e comercialização, o ritmo dos *nichos de mercado*, a disponibilidade monetária do colono,

1935 em diante, caminhoneiro/caminhão (ver Merlon, 1990).

¹⁴ Em LORENZONI, J. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975, encontramos transcrições de situações de conflito vividas pelos carroceiros com a gradual e sistemática substituição da carroça pelo caminhão.

¹⁵ Histórias de empresas de transportes de médio e grande porte na região têm seu nascedouro nessa substituição. A empresa Michelin (uma das maiores do Sul do Brasil) faz questão, em sua história, de enfatizar a marca dos carroceiros. A região de estudo é caracterizada pela presença de inúmeras empresas de transportes rodoviários. As festas de caminhoneiros são constantes e atraem grandes concentrações de população nos municípios. Estivemos numa delas e pudemos constatar, na pregação do padre/caminhoneiro (da Pastoral da Estrada), a tentativa de resgatar a memória e o papel dos carroceiros na região. Ver MERLON, F. O significado dos carroceiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A., (org.). *A presença italiana no Brasil*. v. II, Porto Alegre: EST, p. 503 - 539, 1990.

o papel do Estado em termos de garantia do mínimo de sobrevivência em alguns períodos e em outros não, as dívidas - fosse pela compra de terras, fosse pelo adiantamento em meios de produção e de subsistência ou, então, pela demanda do Estado em fazer os colonos trabalharem na montagem da infra-estrutura regional (construção de estradas, pontes e linhas de comunicação) - levaram a que o espaço intra-regional também apresentasse dinâmicas econômicas heterogêneas em termos de atividade e temporalidade.

3. 4 - *O vendeiro e o comerciante*

A necessidade de dinheiro para trabalhar a terra, para produzir e consumir fez com que houvesse uma conexão mais precisa do colono com os produtos de maior aceitação comercial (Alonso e Bandeira, 1990). Aos poucos, a agricultura de pouca dinâmica comercial e o artesanato foram sendo dinamizados pelo vínculo mercantil mais intenso, o qual já vinha se processando nas colônias alemães vinculado e mediado pelos comerciantes (cargueiros, carroceiros e caminhoneiros, grandes agroindústrias...), aprofundando e complexificando relações entre o colono e ramos do capital comercial e/ou industrial (Roche, 1969).

O comerciante podia ser um colono mesmo ou, então, um representante de comércio ou da indústria nos mercados urbanos da região; ele passou a ser o único intermediário na captação monetária dos colonos do Alto Taquari, tendo uma importância muito grande na orientação da produção agrícola, na viabilização do mercado interno da região com o centro do país, induzindo a níveis de exportação a se elevarem (Schneider, 1994). Como diz Frantz (1988, p. 25), "as casas comerciais nos mais longínquos rincões das picadas coloniais não estavam isoladas, mas faziam parte de uma rede que as ligava aos atacadistas, e através deles aos exportadores e importadores industriais".

A produção comercial, promovendo a circulação de mercadorias e de pessoas, provocou fricções e/ou estreitamentos interétnico entre zonas coloniais econômica e etnicamente distintas, propiciando, assim, informações, trocas, orientações, intermediações, conflitos,¹⁶ novidades, etc., o que deu maior ênfase e agilidade à

¹⁶ Ver PICCOLO, H. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no

montagem da infra-estrutura, à busca de novas terras, à vendas, à ruptura do isolamento físico e cultural, à amenização das dificuldades de comercialização pela via dos meios fluviais junto aos maiores centros de consumo. O porto fluvial do município de Muçum foi paradigmático em relação a essa questão.

O espaço da intermediação mercantil e financeira na colônia era a *venda*: espaço de sociabilidade, de negócios, de conchavos políticos, de discussões; também espaço de lazer, de jogos nos finais de tarde e aos sábados. Na *venda*, constituía-se uma rede de intermediação de produtos locais, regionais, nacionais e importados (Schneider, 1994).

A venda otimizava a organização do espaço, assim como organizava e dinamizava espacialidades sociais e econômicas; era o testemunho, a materialidade da vida econômica (troca, sinais de trabalho, direitos, reciprocidade, confiança, -"aqui se sabia do bolso alheio e ainda hoje viu", diz-nos um bodegueiro há 52 anos no ramo no mesmo local e na mesma casa comercial).¹⁷ A venda expressa a destreza, os níveis potenciais para o negócio, os limites, as vantagens da reciprocidade e do parentesco, lugar da presença do estranho ("de fora"), onde também "os daqui (de dentro) se estranham de vez em quando", de ocupação do lugar - "aqui na bodega é como se estivesse em casa".

A comunidade se constituía e se constitui *na* e *ao* redor da venda, atribuía papel de estar e de ser presente nela: "Aqui vinha gente de todo lugar (...). Era como os *nosso*. Arrumavam mulher". O sentido de dentro e de fora, na venda, não possuía tanta noção física, de limite comunitário ou étnico.

O comerciante necessitava manter uma relação de *amizade* para receber o pagamento (já que contrato formal não existia), ao mesmo tempo em que intencionava

século XIX. In: DE BONI, L., (org.). *A presença italiana no Brasil*, v. II, Porto Alegre: EST, p. 557 - 594, 1990. Ver também GERTZ, R. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. In: DE BONI, L. *A presença italiana no Brasil*; v. III, Porto Alegre: EST, p. 126 - 132, 1996.

¹⁷ Talvez essa seja a figura mais folclórica de uma comunidade por nós pesquisada: "esse tem de tudo e pra tudo. É ainda mulherengo. Tem história de mulher aqui que gostava de ir na bodega dele. Conseguiram fiado e outras coisas! Tinha mulher que o marido proibia de passar por lá também. Mulher da zona. Já foi dono de uma zona no fundo da bodega, denunciaram pro padre e fechô daí. Fazia mistura de bebida, cachaça boa com outras que não prestavam. Sobre a vida alheia vai lá que tu tem a tua pesquisa(!). Não tem um na cidade da região que não conhece o Piereto ou ele que não conheça. (...). Precisou de dinheiro, ele te diz na hora quem vendeu o não os porcos, daí não pode dizê que não tem, né, de solução pruma coisa ou outra, de mulher, arrumá namorado, fofoca, de um vinho bom (...), é com ele. De noite aqui tem mais de vinte que vão jogá, bebê, contar e ouvir casos (...). Política não, nunca política, dá briga na certa. Como se faz amizade se faz as encrencas. Aqui todos sabem quem é de quem (partido e eleitor). Se tu qué saber quem votou pra quem é só pedir 'como é que estão as estradas'

manter o colono sempre devendo, para que continuasse lhe fornecendo produtos (Roche, 1969).¹⁸ A relação entre comerciante e colono estruturou a formação de categorias empresariais ligadas às agroindústrias, às cooperativas, frigoríficos, monopólios de comércio de determinados produtos regionais, dinâmica essa que vem sendo abocanhada pela presença de grandes agroindústrias de vários ramos da produção agrícola, agora, sim, especializando mais as atividades produtivas e o sistema de trabalho do colono (Schneider, 1994).

As questões da determinação do preço, do monopólio comercial, das relações assimétricas (autonomia, dependência, subordinação, barganha...), da impossibilidade de vender livremente a massa de excedentes agrícolas, do fornecimento dos bens e utensílios para a família, etc., fizeram do comerciante, atacadista ou varejista, ou simples intermediário, uma categoria-chave no universo vivido dos colonos da região de colonização e de migração interna, o que, de certa forma, nos auxilia na compreensão do papel das agroindústrias, bem como na apreensão e visão do colono frente às relações que se cimentam no horizonte da produção e comercialização envoltas na dinâmica mercantil atual.

Foi nesse contexto propiciado pelo crescimento urbano, pela expansão da economia gaúcha, pela introdução de novas tecnologias e de relações capitalistas de produção mais definidas, que determinados expoentes da indústria do espaço de colonização se evidenciaram (Orlando, 1994).

Explicações ideologizadas em torno de um *ethos* cultural mostram a evolução econômica de algumas famílias/empresa; buscando, no entanto, reificar e mitologizar a cultura e a sua expressão, por exemplo, no universo do trabalho;¹⁹ esquecem, desse

que, conforme a resposta, tu já sabes!"

¹⁸ Fomos, aos poucos, descobrindo que cinco dos maiores supermercados das cidades da região eram de descendentes de vendedores ou tinham casas de comércio nas capelas nas primeiras décadas deste século. Em Passo Fundo, por exemplo, o Supermercado Gre-Nal, um dos maiores do município, foi originado de uma grande casa de comércio de uma capela de um outro município.

¹⁹ Histórias de empresas, como a Eberle, a Perdigão, a Sadia, a Michelin, entre outras, são expressivas e fazem parte ainda hoje do simbólico e do imaginário econômico de muitas famílias de colonos, principalmente dos que alimentam uma ética do trabalho baseado no contumaz sacrifício e no desejo histórico de *fazer capital*. Na nossa dissertação de mestrado (Tedesco, 1992), fizemos uma análise do livro *Retrato de um homem*, o qual conta a história da família Brandalise, donos e fundadores do complexo Perdigão. Paródias de orações católicas são feitas à família, a Saul Brandalise, seu patriarca e fundador, sobre o qual recai a figura ideológica do italiano pobre que pediu dinheiro emprestado e pagou, casou na igreja, fez filhos e batizou-os; com sacrifício no meio dos morros, montou uma pequena venda e trabalhou sem medir esforços, transformando-se, aos poucos, num empresário empreendedor. A importância desse *exemplo* para os colonos hoje integrados é indubitável, exercendo um poder

modo, o contexto socioeconômico, as formas como o capital se relaciona com o trabalho e os mecanismos que são adotados para viabilizar e gerar riquezas.

O crescimento urbano e a formação de uma rede urbana influenciaram, sobremaneira, a determinação do comércio na região de colonização. Em 1940, como diz Roche (1969), o Rio Grande do Sul não possuía mais áreas despovoadas, tendo sido ocupadas as últimas porções vazias do seu espaço nas primeiras décadas deste século, por meio do processo de *enxamagem* de descendentes dos imigrantes que haviam ocupado as áreas coloniais mais antigas. Mesmo nesses espaços de ocupação mais recente, já havia sido estruturada uma hierarquia de centros urbanos, na qual serviços de infra-estrutura (energia, comunicações...) e de comércio já se processavam. Da acumulação de capitais nas mãos de alguns comerciantes, em algumas situações em parceria com colonos, surgiram as primeiras agromanufaturas, como matadouros, destilaria de banha e de aguardente, cantinas e moinhos (Schneider, 1994).

Esse processo, em alguns momentos, provocou a pulverização de recursos entre colonos; em outros, foi indutor de pequenas indústrias subsidiárias, desenvolvidas a partir de atividades artesanais. As oficinas, as ferrarias, as carpintarias, as pequenas destilarias, as pequenas indústrias têxteis, as serrarias, as celarias, etc., são expressões regionais do formato econômico industrial *interno* no local.²⁰ As manufaturas e as facilidades de importação de mercadorias, tais como tecidos, ferramentas leves, louças,

simbólico sobre eles; modeliza relações, esforços e decisões em função de interesses de inserção e acumulação de capital por parte da empresa. Mais recentemente, encontramos mais um livro que se intitula *Perdigão: uma trajetória para o futuro*, no qual estão delineados os planos estratégicos da empresa para o novo milênio, sua modernização tecnológica, mercados, etc. Porém, esse não exclui aquilo que chamam de *raízes de um grande empreendimento*, onde não só a figura do Saul está centrada, mas a da família. A ótica da família, do exemplo do pai para os filhos, da união e dos objetivos comuns, dão a tônica ideológica. O elemento família, paradoxalmente, é visto como fonte de progresso; família e exploração econômica já não são mais problemas para o capitalismo, para o capital e nem para a modernização(!). Aliás, seu quadro empresarial todo é considerado uma família - "Venha fazer parte da Família Perdigão" - é o chamamento e o apelo feito nos folhetins do *Manual de Integração* que os colonos sistematicamente recebem. É sintomática essa dimensão, na medida em que ela vem ao encontro de nossa hipótese no decorrer do trabalho, ou seja, da vinculação entre um *ethos de colono* centrado na família e a dimensão econômica da *sociedade englobante* que o tem como *parceiro*.

²⁰ Tanto Singer (1968), quanto Roche (1969) e Pesavento (1983) são unânimes em afirmar que o processo de industrialização no Rio Grande do Sul está vinculado à colonização; porém, a industrialização no período colonial, a monetarização das relações econômicas no âmbito global e o aniquilamento do artesanato local pelas importações e manufaturas abrirem espaços para que a indústria gaúcha se consolidasse. O papel da base econômica e do mercado consumidor da região de colonização foi importante, contudo é bom não esquecer que muitas indústrias da região de colonização e das migrações internas, como é o caso do Alto Taquari, eram filiais ou subsidiárias do parque industrial de Porto Alegre, o que, talvez, explique em parte, o grande dinamismo industrial hoje do eixo Porto Alegre/Caxias do Sul, passando pela região de colonização alemã.

querosene, linhas, pregos, etc., promoveram a decadência da produção artesanal local (Singer, 1968; Orlando, 1994)).

Como dissemos, a concorrência com a indústria estrangeira inviabilizou a produção artesanal; e a rede de comércio criada a partir daí foi mais complexa em termos de racionalização das forças produtivas. Um historiador da região de pesquisa, relatando o processo econômico dos migrantes do então município de Casca, faz um relato expressivo do apologismo cultural e do *ethos de colono*:

...aqui plantavam a semente do progresso regada com a boa vontade, trabalho, coragem e fé. A adaptação nesta terra foi bastante facilitada por causa da bagagem de experiências que possuíam. Estavam acostumados a desbravar matas e nelas fazer clareiras para implantar as lavouras. Além disso, as famílias entre-ajudavam-se para fazer suas casas e as primeiras plantações. Habitados ao clima, à vida modesta e cheia de dificuldades, às lides da derrubada, da queima, trazendo na montaria: machado, enxada, facão, serrote, martelo, metiam-se sem perda de tempo a construir suas moradias e suas roças, sem ajuda do governo. Carregando na mente a vontade de evoluir e nos braços a força física para manejar as ferramentas primitivas mas utilíssimas, com a persistência dos homens de têmpera, arrancaram do seio da terra-mãe o sustento de suas famílias e abriram o caminho para o desenvolvimento. (...). No princípio, os agricultores faziam suas roçadas com facão e foice, suas lavouras com enxadas, todavia, alguns anos após a sua fixação, os ferreiros começavam a fabricar os arados de tração animal (...), o vestuário era feito pelas donas de casa. (...), desde cedo surgiram as celarias. (...). O lugar teve grande impulso com a instalação de um matadouro, um engenho de erva-mate e fábrica de queijo. Os agricultores, além de cultivarem suas lavouras mais importantes da época: milho, trigo e feijão, passaram a criar suínos em boa escala. (...). Em 1939, a tristeza se abateu (...), o frigorífico fechou, a oficina incendiou, a madeireira (...) foi incendiada (...), como consequência houve desemprego em massa e redução significativa do potencial econômico" (Gelati, 1985, p. 21, 154, 155).

No relato exposto, há o dinamismo da ética do trabalho e do sacrifício, não muito diferente da visão linear de progresso de muitos autores da historiografia tradicional da imigração e da história de alguns municípios da região de imigração, ou sej, enfoca-se a decadência de espaços econômicos próprios, ainda que sob a forma de falência - os quais refletem uma racionalidade econômica da indústria nascente, pulverizada em ramos e espaços e com perfil regional, atingindo a zona de colonização italiana.

3. 5 - As dinâmicas econômicas e as variações de produção

No começo do século, já havia na região um intenso abastecimento de produtos importados (tecidos, bebidas, instrumentos de trabalho, máquinas para as indústrias

locais, etc.). As indústrias transformadoras de produtos regionais, fundamentalmente da produção colonial, sofreram profunda concorrência a partir da década de 1950, interferindo na forma e na organização do processo produtivo (Roche, 1969).

As primeiras cooperativas na região datam de 1911, sendo as responsáveis pelos sistemas de créditos e de capitais que possibilitaram parte do acervo técnico na produção rural e na própria indústria local. Como diz Pesavento (1983, p. 85), "a eliminação dos intermediários e a renovação tecnológica pretendida entravam em choque com os interesses daqueles setores da burguesia que acumulavam capital às custas da produção colonial". O cooperativismo, então, foi utilizado pelo poder estatal como estratégia para dinamizar o setor rural, apresentando-se como uma das formas de intervenção estatal na agricultura, até porque as análises teóricas hegemônicas vinham enfatizando o caráter de atraso, de obstáculo ao desenvolvimento inserido no modelo desenvolvimentista (Orlando, 1994).

Muitas cooperativas da região transformaram-se em grandes agroindústrias, diversificando e imobilizando capitais para investimentos, incorporando inúmeros agricultores, vinculando-os pela intermediação, estocagem, industrialização e comercialização de seus produtos e quotas-capital; desse modo, não se diferencia muito das outras indústrias de capital privado da região (Orlando, 1994). O papel importante das cooperativas começou a se esvaír a partir do final da década de 1970, com o processo de abertura ao capital estrangeiro para o meio rural, via multinacionais, e conseqüente constituição dos complexos agroindustriais (idem, *ibidem*, 1994).

A partir de meados da década de 1960, com a mecanização mais intensa, a soja passou a ser a esperança dos agricultores da região, sendo plantada em todos os solos, inclusive nos morros onde a mecanização é dificultada. No entanto, a policultura nunca deixou de se fazer presente. Foi dessa cultura da soja que decorreram a ampliação das oportunidades de investimento econômico; a valorização da terra; o alto índice de consumo de máquinas, implementos, insumos; aquisições de bens de uso doméstico, como os eletrodomésticos, carros; o envolvimento freqüente e assíduo com o espaço urbano, via comércio, bancos, cooperativas, agências de fomento, planejamento, assessoramento técnico, etc. (Frantz, 1988)

De outro modo, a mecanização, os insumos, a tecnologia, a topografia montanhosa, a redução da força de trabalho da unidade familiar, a manipulação

genética, os herbicidas, o baixo preço do produto, a falta de tradição em relação a essa cultura, entre outras questões, fizeram com que as culturas empresariais, principalmente trigo e soja, fossem reduzidas e, em alguns locais, até banidas do espaço de produção do colono da região.

Reabriu-se, então, um caminho para as agroindústrias, para a continuidade da policultura; redefiniu-se o processo de produção, agora ligado mais à racionalidade moderna, porém consorciando-se, em alguns processos, à dimensão da produção tradicional das formas de organização e de estratégias da agricultura familiar (Orlando, 1994).

3. 5. 1 - “Os de muito e os de pouco gasto”

As culturas menos dinâmicas, consideradas mais como *meios de vida* do que como produtos excedentes (o que não significa que não possam ser vendidos, como, por exemplo, a batata inglesa, o alho, a cebola, o arroz e a mandioca), envolvem de modo mais intenso a força de trabalho feminina num pequeno pedaço de roça perto de casa, ou até mesmo na horta, ou nas terras não “nobres”. Os porcos se beneficiam também com a produção desses alimentos, seja *in natura*, seja misturados com outros alimentos, constituindo aquilo que chamam de *lavagem* e/ou polenta para os animais.

Esse tipo de produção, somado às culturas comerciais, é que dá a caracterização da trajetória de produção do colono. A compra de “miudezas” (feijão, cebola, batata, mandioca, amendoim...) é deplorável: “O ‘colono-mesmo’ não pode comprá isso. Se comprá até isso vai sobrá o quê?”

O excedente de mão-de-obra, a presença de máquinas ou do referencial químico (passar dessecante nas ervas para não arar ou capinar ou, então, passar um tipo de herbicida que mata a folha larga e não afeta o milho, o trigo, o arroz e a mandioca) permitem um maior aproveitamento do tempo e da força de trabalho para o plantio das “miudezas”. São formas de organização econômica e de variação agrícola com “pouco gasto” e que servem também de retorno financeiro direto ou indireto para a unidade familiar. As *novas* variações de produção, como vassouras, kiwi, pipocas, hortigranjeiros e frutas, são expressões de formas que os “colonos-mesmo” encontraram para consumir como alimento próprio, vender ou fornecer aos animais.

As variações de produção, “mais de hoje, sem muito gasto”, obedecem também a uma demanda de mercado e a um interesse interno dos “colonos-mesmo” de seguirem com as formas tradicionais de produzir e de contato com a terra.

Se tivesse mais gente eu teria coragem de me botá só com boi e enxada. Com máquina se trabalha mesma coisa até mais e não sobra nada. Se sobra, tem de refazê a máquina, aparece uma outra, aí troca, e vai. Adianta o quê? Mas se fosse produzir galinha caipira em vez daquelas lá (apontando para um aviário próximo), coelho, rã, porco mesmo (os da Perdigão são considerados ruins pela excesso de produto químico, rapidez de engorda e carne de pouca consistência, “estraga o salame logo”), vassoura, fruta, figo - olha quando é época de figo não venço os pedidos de chimia, figada como se diz (...) . Teria meio. Claro que teria. Precisa gente, precisa vontade, amor, né. Gente que qué trabalhá. Daria muito mais do que agora só lidá com veneno. (...). Se teria mais decisão nos preços. Nós é que botaríamos preço. (...). Má senhor! Temo que vê que é por aí. Não tem outro modo na colônia.

As várias formas de variação da produção dos colonos da região são expressões também das condições econômicas diferenciadas entre ambos, dos tipos de solos, da disponibilidade de mão-de-obra e do acervo técnico disponível, da própria dinâmica e interação entre as unidades familiares, do mercado de insumo e subsídios técnicos para a agricultura, da disponibilidade do adubo orgânico, do saber aplicar técnicas e recursos internos, etc. São estratégias internas, fruto também de processos externos (preços, subsídios, mercados...), que objetivam propiciar condições econômicas; em última instância, consumir e “fazer capital”. As variações “com gasto” ou “com pouco gasto” são processos dependentes do nível de capitalização (em meios de produção, do acervo técnico e da disponibilidade de terras) que atingiram as unidades.

Em alguns momentos, os “com pouco gasto” cobrem as perdas dos “com gasto”; os preços compensadores (que cobrem os custos de produção, do solo, do financiamento, da força de trabalho e de outros elementos) possibilitam reproduzir a família e suprir suas necessidades sociais e internas (Lovisol, 1989).

Não obstante esses fatores, as agruras do solo, associadas às limitadas condições econômicas, foram formando a estrutura produtiva do colono da região. Todos sabem que, sem dinheiro, não se faz capital. A terra, por sua vez, implica dinheiro (renda territorial capitalizada). Assim, há uma certa concomitância entre terra, força de trabalho e produção.

Na memória dos colonos, a precariedade dos meios de produção, levou a que

se reorganizassem e redefiniram espacial e vicinalmente²¹ em torno de alguns produtos. Como vimos, a principal cultura da região²² é ainda o milho, abrangendo área superior a 75% do total, grande parte dele consumido na própria propriedade. Como as tabelas em sequência demonstram, na região, a cultura do milho se manteve entre a estagnação e a ascensão.

Tabela 1 - Evolução da área e da produção dos principais produtos agrícolas do município de Casca, 1990 - 1995

Ano		Milho	Soja	Fumo	Trigo	Arroz	Feijão
1990	área (ha)	9.000	500	150	200	70	250
	prod. (t)	34.500	1.050	330	280	105	250
1991	área (ha)	9.000	500	250	280	70	240
	prod. (t)	8.100	1.080	500	420	140	192
1992	área (ha)	9.000	500	280	500	70	250
	prod.(t)	35.100	1.150	606	750	168	375
1993	área (ha)	9.000	580	210	650	75	100
	prod. (t)	35.000	1.044	378	975	150	150
1995	área (ha)	8.900	400	300	630	-	80
	prod. (t)	35.800	870	480	950	-	100

Fonte: Dados brutos Emater municipal, Casca, 1996.

Percebe-se que, nos últimos anos, para o município em questão, não houve grandes alterações.

O fumo, há décadas, vem sendo produzido na região. Os solos férteis - "de capoeira" - e a presença de agroindústrias do ramo na região fizeram desse produto uma alternativa para o produtor, porém é uma alternativa com "bastante gasto". A tradição do colono em cultivar seu fumo para o seu consumo interno, na forma artesanal, de certa forma, habilitou-o e deu-lhe uma motivação para sequenciar o produto, mesmo como cultura marginal, em períodos de flexibilidade de força de trabalho e preços.

O trigo apresenta um processo crescente tanto em volume de produção quanto em produtividade; além do preço, que normalmente no período de plantio é

²¹ Essa prática de ajuda mútua está sofrendo abalos e redefinições, o que não significa dizer que não existe mais; muito pelo contrário, dizem eles que "o trator substituiu o puxerão e os frangos fizeram a gente pensá mais pra si, mas na precisão se ajudamos, sim, oh! ainda sim!". É como diz Mauss, o dom servia para manter o sistema num estado de incerteza estrutural a fim de permitir que a confiança se manifestasse. É necessário que se produza alguma coisa de não previsto naquilo que é obrigatório ou, então, que o obrigatório não seja percebido como tal. As normas de entreajuda e sua reciprocidade são acionadas frente a uma situação de dívida, porém, com o sentido simbólico da dívida, colocam em ação regras diferentes e mais complexas daquelas de justiça.

²² Localizaremos nesse item alguns dados do movimento econômico e da estruturação produtiva de alguns municípios, expressivos do formato da agricultura do Alto Taquari, espaço de nossa pesquisa.

motivador, o colono utiliza o produto como ração animal. O trigo funciona como mecanismo de substituição, como regulador do estoque de milho e vice-versa; quem tem pouco milho, inevitavelmente, planta trigo ou aveia. A aveia é mais difícil de colher manualmente, por isso é pouco acionada para atingir esse objetivo, sendo plantada para ser consumida verde, como pasto, tanto pelo gado quanto pelos porcos. Trigo e milho passam pela racionalidade interna da *alternatividade* (Garcia Júnior, 1989; Soares, 1981); as variáveis dependentes são custos, preços e alimento interno; são dois produtos que, interligados, obedecem a duplas determinações. Na opinião de informantes, a mão-de-obra disponível no período de ciclo da produção do trigo, bem como determinados incentivos públicos, a possibilidade de transformá-lo em ração e os baixos custos de produção foram os elementos justificadores de sua presença.

As terras mecanizáveis são utilizadas para produtos comerciais. Nesses espaços, a composição química e orgânica do capital (máquinas, inseticidas, fungicidas, adubos...) pode atuar melhor, fazendo com que o produto, já que é destinado à comercialização, tenha um nível de produtividade compatível com a média referenciada nos preços dos respectivos produtos.

Mais recentemente, a produção de leite para a venda *in natura* e de queijo (exigindo terra para pastagens), a presença das agroindústrias e a criação de suínos e aves, a topografia montanhosa e a tradição determinaram que a produção do milho continuasse a ser a cultura por excelência entre os colonos.

O “colono-mesmo” da região procura aproveitar bem a pouca extensão de terra por ele possuída, principalmente o solo de “pura terra”; o solo produtivo praticamente nunca fica parado. O colono busca fazer apenas uma colheita de cada produto por ano, apesar de alguns “arriscá” cultivar duas safras de milho. Quando não há produto comercializável, plantam-se pastagens e solta-se o gado nelas; o feijão, segundo informações de um agricultor, poderia ser plantado duas vezes ao ano, contudo, como o segundo ciclo normalmente é menos rentável, torna-se mais vantajoso plantar pastagens.

A decisão correta sobre o período em que o solo deve ser trabalhado condiciona os fatores de aproveitamento do solo após a colheita. Nesse sentido, observamos na região uma certa homogeneidade temporal no tocante ao plantio e colheita dos principais produtos. “Ah!, aqui um faz o outro, né. (...). O negócio é fazer

o mesmo pedaço de terra produzir mais; a terra a gente corrige. (...) Dá (melhor produtividade) mais cedo. Sempre no cedo, né. Nós já estamos adiantando tanto o milho como o trigo uns trinta dias de diferença de tempo atrás. Se não der geada, quanto mais cedo plantá, melhor".

Percebe-se nos chefes de família e nos *nonos* um desejo de, pelo menos, manterem o parreiral; já, para os filhos, "lidá com isso, além de dá um monte de trabalho, não rende nada. O senhor viu o ano passado,²³ se é pra dá de graça o vinho prôs outros, eu é que não me envolvo mais". Tanto o parreiral quanto as matas não alimentam a racionalidade mercantil. É a produção de mercadorias mercantilizáveis e que possam maximizar o fator trabalho que é importante. As práticas de trabalho produtivo devem, então, ser canalizadas com esse objetivo.

Tabela 2 - Quantidade (t) produzida de uva entre 1991 - 1993

Municípios	Anos					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Nova Araçá	420	420	504	421	421	380
Paraí	870	880	900	880	860	720
Serafina Corrêa	840	900	920	902	876	821

Fonte: Dados brutos Emater dos municípios pesquisados

Nessa dimensão, a exterioridade expressa no ato do trabalho passa a ser um meio e uma realidade objetiva, enquanto necessidade. O homem objetiva-se e se mistura no mundo da mercadoria. Essa instrumentalização vivificada pela dimensão econômica cria um poder estranho, alienante; é uma forma de pensar que adquire na consciência do agricultor um *status natural*, absoluto, normal, dando sentido à existência.

O universo do consumo e das *comodidades* entra nesse dinamismo. O colono se adequa às incursões do consumo, dos instrumentos técnicos e dos recursos que o espaço urbano oferta. No dinamismo social e existencial do dinheiro, o solo, o trabalho

²³ O preço do vinho, segundo os colonos, está muito aquém do devido. Isso se deve em grande parte ao fato de quase todos nessa região produzirem-no, portanto, há bastante oferta; deve-se levar em conta outros fatores, como a produção artesanal e a debilidade de infra-estrutura técnica e química de conservação e armazenamento; o abastecimento do mercado urbano de vinhos provenientes de regiões essencialmente produtoras, tais como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e outros, a preços mais acessíveis ao consumidor e, também, a importação do produto liberada pelo governo, principalmente o argentino, cujo produto é de boa qualidade e que chega ao Brasil a um custo de produção inferior.

e os produtos são racionalizados pragmaticamente no horizonte das prioridades. Em contrapartida, as culturas do arroz e do feijão estão em processo de decadência.

Tabela 3- Evolução da área cultivada (ha) e da produtividade (kg/ha) das culturas de arroz e feijão do município de Marau, 1970 - 1990

Anos	Arroz		Feijão	
	Produtos			
	(ha)	(kg/ha)	(ha)	(kg/ha)
1970	512	720	295	898
1975	530	1 360	321	678
1980	540	2 037	470	370
1985	580	2 013	190	800
1986	580	1 531	700	471
1987	330	1 630	500	1 000
1988	280	1 357	600	856
1989	210	1 928	406	1 036
1990	210	1 928	406	1 037

Fonte: *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1970 e 1980. *Produção Agrícola Municipal de Marau*, 1985 - 1990.

Tanto o arroz como o feijão dificilmente são cultivados para comercializar; são culturas que, dependendo de fatores internos e externos, fazem parte da subsistência da unidade familiar.

Nos municípios da região em que a topografia é mais montanhosa a presença da tração animal e manual é relevante.

Tabela 4 - Mecanização das culturas em Serafina Corrêa, 1996

Formas utilizadas	Motomecanizável	Animal	Manual	Total
Preparo do solo	45	55	-	100
Plantio/semearura	18	-	82	100
Capina	-	40	60	100
Colheita	5	-	95	100

Fonte: Emater Municipal, Prefeitura de Serafina Corrêa, 1997.

Como já mencionamos, o acervo técnico-mecânico não reduziu o tempo de trabalho dos colonos, principalmente das mulheres. Muitas máquinas ficam ociosas durante grande parte do ano, visto que sua capacidade de trabalho vai além do que são

utilizadas; por isso, o aluguel desses equipamentos é uma modalidade bastante evidente na região. Nesse processo, normalmente, não ocorre circulação monetária; apresenta-se, sim, com uma calculabilidade de tempo, normalmente barganhada e manipulada em seu favor pelo proprietário, em troca de dias de serviço braçal pelos que não as possuem. Trocam-se horas de máquina, não do operador, por horas de trabalho braçal (tirar milho, tirar pedra da roça, roçar capoeira...).

A mecanização, para alguns, possibilitou o envolvimento com variações de produtos. Os que alugam máquinas para arar, plantar, capinar (com capinadeiras ou passando herbicidas) e colher, ou parte desses processos, também liberam tempo e força de trabalho para atividades variadas no espaço agrícola existente ou, então, exercem influência sobre o espaço do trabalho assalariado nas pedreiras, na cidade ou na costura de bolas e tênis, o que demonstra a dificuldade de analisar processos isolados presentes na unidade familiar do espaço agrícola.

O relevo acidentado da região favoreceu a presença de minifúndios. “É difícil que a família toda saia. Alguns vendem, mas daí não vende a moradia ou toda a terra, vendem um pedaço, um pedaço bom que dê pra plantá. (...) vendem mais pra botá um aviário, um chiquerão, abrir uma pedreira, até pra botá ateliê, pra pagá estudo (...). (...) quem tem dinheiro compra, compra com produto, paga em tanto tempo. (...). Antes se vendia uma coisa prá comprá terra, agora se vende terra pra botá outra coisa. Vê como é que são as coisas, né! Uns comprem prá sitiá, fazê sitio, gente da cidade, médico, advogado, esses, né. Falam em fazê tipo hotel pra passeio (...)”.

Tabela 5 - Estabelecimentos rurais por grupo de área total em Serafina Corrêa, em 1996

Área (ha)	N.º de imóveis	% dos imóveis	% da área	Área média (ha)
0 - 10	62	18,6	5,5	5,7
11 - 20	96	28,8	20,9	13,9
21 - 50	157	47,2	54,2	22,1
51 - 100	17	5,1	17,4	65,5
Mais de 100	1	0,3	2,0	130,0

Fonte: Emater Municipal, Serafina Corrêa, 1997.

A escassez de terras, pela sua mercantilização, fragmentação e demografia, não correspondendo às necessidades das famílias, dificulta a reprodução das unidades. As formas de variação de produção e de atividades poderão compensar (agroindústrias,

pedreiras, ateliês...), porém não solucionam o problema do limite da reprodução; ao contrário, em alguns casos, vendem-se *pedaços* de terra para montar infra-estrutura de atividades não ligadas à terra. É claro que não há uma *força estruturante* que obrigue todo o filho que casa, a sair ou ter de ficar na agricultura, ou constituir novas unidades de produção. Porém, há uma *tendência* para a reprodução da unidade originária; há o desejo de ser colono. Se nem todos podem, há uma *indicação* de que, pelo menos, algum(s) se fortaleça(m).

As representações do direito, do herdeiro, da herança são variadas e (de)limitam o tamanho do grupo que pode produzir e sobreviver. O estudo, o “querê trabalhá na sombra”, o vínculo agroindustrial e com a indústria urbana atestam fronteiras, seleções, translados, trajetórias que catalisam o processo normatizador da estrutura fundiária e de relações de produção que se processam na região.

Tabela 6 - Estabelecimentos rurais por grupo de área total em Serafina Corrêa, em 1996

Tipos	Quantidade	Porcentagem
Proprietários	304	91,3
Arrendatários	02	0,6
Parceiros	17	5,1
Ocupantes	10	3,0
Total	333	100

Fonte: Dados brutos Emater municipal, Serafina Corrêa, 1997.

A propriedade individualizada tematiza a terra como mercadoria, tornando o acesso a ela cada vez mais difícil. Em alguns casos, há *sociedades entre irmãos* para evitar o parcelamento, num processo que não é visto com grandes perspectivas de continuidade pelos pais, pois “os filhos não têm esse espírito. Um qué uma coisa, outro qué outra, um qué fazê faculdade. Quem é que vai pagá? Outro quer ir pra cidade, construi casa (...). O dinheiro da faculdade não retorna pra sociedade, pra terra mesmo. E daí?”

A determinação de liderança, da organização do trabalho, do espírito de família (partilha nos ganhos, interdependência, esforço comum...), o trabalho implicando relações sociais entre irmãos e, ao mesmo tempo, com meios de produção,

com universos de parentesco, etc., são questões do cotidiano da relação nem sempre fáceis de equacionar.

Há uma tendência *natural* à fragmentação e à individualização da propriedade após o vínculo matrimonial; uma espécie de *ética do individualismo possessivo* que justifica todo o tempo anterior de convivência *na, com e para* a família, mas que não legitima a continuidade após o casamento.

O trabalho “em súa” é uma espécie de (re)arranjo interno em função do *bloqueio fundiário* da unidade e de seus fatores materiais de herança. Por mais que todas as famílias de colonos da região vivenciem situações-limite de reprodução, a prática da “súa” é quase que irrelevante, de frequência mínima.

3. 6 - *Diferenciações internas*

Há, na região, algumas *dissemelhanças* em termos de formas de envolvimento na produção. Primeiramente, há os “colonos-mesmo” (muitos informantes assim se denominam para se diferenciar de outros e expressar uma autovalorização), em que toda a família se envolve na produção (mulheres, filhos menores também), independentemente das variações de culturas e das atividades no tempo do ciclo das culturas, inclusive nos momentos de pousio do solo (tirar pedra, roçar capoeira - “nas beiradas de roça”, lidar com as parreiras, cercas de potreiro, etc.). Como nos diz um colono, “trabalho sempre se acha, o colono que é colono-mesmo não pára nunca”.

Desses “colonos-mesmo”, forma-se um *subgrupo* de famílias que não têm o acervo mecânico completo para determinadas produções, concentrando mais atividades com o *todo* da família. Muitos até nos disseram que não compram determinados instrumentos técnicos de trabalho, de moagem de milho, de retirada de pedras da roça - “plaina” -, etc., porque há um referencial de oferta de mão-de-obra significativo. A necessidade de mais braços articula, unifica e aglutina o referencial família, inclusive em trabalhos externos.

Esse processo passa hoje, em algumas famílias, por uma tensão/redefinição muito grande, pois é desse núcleo que os deslocamentos para a cidade e os trabalhos com bola (ateliês) começam agora a se fazer presentes. Esse estrato de produção, mesmo com alguns elementos da família buscando atividades fora, é o que se esforça

mais para integrar-se ao horizonte da produção agrícola, pois, como não consegue colocar aviário ou outra forma de produção que envolva grandes investimentos, volta-se para dentro com todas as forças possíveis de que dispõe. A roça é seu núcleo central e promotor de racionalidades internas em termos de mobilidade de força de trabalho e de aquisição de instrumentos modernos para auxiliar o trabalho. Esse grupo não consegue responder totalmente aos critérios de política agrícola oficial; alguns não se arriscam, outros, objetivamente, não têm condições. Os seus ganhos com a agricultura permitem-lhe satisfazer as necessidades econômicas da família, porém há dificuldades em repor e realizar novas produções. Assim, o novo que surge dessas famílias, em termos de produção, não pode implicar diversificação econômica de alto valor.

O outro *subgrupo* desses “colonos-mesmo” é constituído por explorações mais modernizadas; possuem força de trabalho suficiente; acompanharam o desenvolvimento tecnológico - mesmo desconfiando do governo e, em alguns momentos, apresentando-se resignados frente à mudança, pois exige muito desembolso e acompanhamento; buscam financiamentos bancários; se organizam em condomínios e associações para aquisição de infra-estrutura técnico-mecânica; diversificam a produção e acompanham, “com um pé atrás”, as diretrizes das políticas agrícolas (preços, financiamentos, tipos de produtos...).

No fundo, como vimos, esse “pé atrás” não é no sentido de relutância em fazer financiamento, mas, sim, de realmente aplicar esse dinheiro na roça; normalmente serve de *segurança*, “pelo menos capital não se perde, né”, aplicado no sistema financeiro²⁴. São agricultores que buscam articular-se às agroindústrias e que, ao mesmo tempo, querem valorizar seu modo de vida. Ser colono, para eles, é reproduzir uma trajetória cultural, é se localizar no mundo, é mais que um ofício ou uma escolha; articulam sua produção para mercantilizar e integrar-se em vários ramos da sociedade mercantil.

²⁴ Escutamos diálogos em que o conteúdo girava em torno da preocupação em relação ao melhor investimento num prazo de três meses no mercado de capitais. Grande parte dessa facção de colonos demanda o que eles chamam de Pronaf-rápido que é de até R\$ 5.000,00, sendo de pouca exigência burocrática, fiscalização e, é suficiente para investimento e/ou custeio da safra dos colonos. Poucos afirmam desviar o dinheiro, pois têm medo de serem “endeadados”. A insegurança do ramo agrícola em termos de preço, intempéries, pragas, etc., a atração em relação ao mercado de capitais promovida por altas taxas de juros e pelos juros baixos do financiamento, a falta de uma fiscalização mais ostensiva das agências de fomento e assistência técnica, a possibilidade de “injetar dinheiro de outros produtos” para promover os pressupostos da produção financiada, fazem com que se produza uma *racionalidade interna* maximizadora do fator recurso externo.

Malgrado suas tensões internas, é um *subgrupo* que busca “se valorizá”; é desse que nascem as maiores críticas em relação às *colonas-operárias*, ao fato de muitas comprarem o leite e o queijo consumido internamente (não obstante, são seus fornecedores!) e ao fato de muitos procurarem outras coisas por “não ter vontade de trabalhá”. As formas de organização interna, local, para adquirir instrumentos técnicos, ao mesmo tempo os fortalece como colonos, pois servem de parâmetros para os mediadores técnicos e as políticas agrícolas e associativas (cooperativas e sindicatos).²⁵ Seus valores, ainda que inseridos em processos modernos de produzir, são em grande parte referenciados no passado; buscam valorizar-se coletiva e comunitariamente enquanto colonos e reproduzir conhecimentos do meio natural e da vida de colono.

O acesso aos instrumentos técnicos de trabalho não rompeu com inúmeras formas de trabalho tradicionais. O *ethos de colono* é mais completo e mais determinado nesse grupo, o qual, talvez, seja o que se sente com maior responsabilidade cultural, pois revela-se pertencente a uma tradição e a um sistema de valores que luta por se preservar. A média da estrutura fundiária desse subgrupo é de 40 ha, o que, segundo seus componentes, diversificando, lhes dá possibilidade de prover, pelo menos, o mínimo das necessidades da família e “do que a roça precisa”.

Um outro modo de as famílias se apresentarem é aquele em que apenas o pai, a mulher e/ou algum filho trabalha todo o tempo ou parcialmente na roça. Esse formato é evidente quando do consorciamento entre trabalhos em pedreiras e na roça; nele, já não são os “colonos-mesmo”, ou seja, ou é só pedreiro, ou só lida com aves e/ou porcos, ou há um deslocamento rumo a outras atividades, principalmente as urbanas.

Esse universo de produtores tem dificuldades de envolver a família toda no

²⁵ O que nos chamou a atenção é que numa das reuniões que participamos, juntamente com representantes de prefeituras locais, as quais discutiam a possível implantação de agroindústrias cooperativadas, a presença do padre-vigário se fazia presente, o que demonstra a importância da mediação religiosa na tomada de decisão/segurança por parte do colono. As referidas agroindústrias são uma readaptação de uma experiência desenvolvida no Norte da Itália e que foi implantada no Paraná sob a orientação do ex-ministro da saúde Alceni Guerra. Esse processo, na região, está em fase de discussão e de convencimento junto aos colonos. Essas agroindústrias buscam valorizar formas de produção tradicionais bem como encontrar *nichos* de mercado para as mesmas, aproveitando-se de uma “vocação interna na família”, bem como de financiamentos do Pronaf, Proger e outros. “O que se quer é que o agricultor volte 30 anos atrás. Quando se entrava no porão, lá tinha queijo, vinho, salame, graspa, mel, cachaça, banha, pão no cesto, vassoura, rapadura, melado, chimia (...). O projeto (das agroindústrias cooperativadas) quer fazer retomar isso, saí desse modelo que só tá levando o colono prá cidade” (coordenador do projeto na região).

ramo agrícola e, conseqüentemente, de elevar o montante produtivo, o que não o diferencia muito do *subgrupo* mais débil dos “colonos-mesmo”. Desse estrato também saem muitos membros da família, aliás, saem de todos os estratos diferenciados, porém com variações em termos de intensidade numérica. É um estrato que adota estratégias variadas, desde o assalariamento fabril, do trabalho nas pedreiras, nas agroindústrias caseiras, etc. O grupo perdeu grande parte de seu papel, de seu lugar e de sua utilidade na agricultura, apesar de exteriorizar esperança de permanecer e de tentar “alguma coisa na roça”. Ao mesmo tempo em que é atraído pelas atividades que envolvem o urbano, é o grupo que mais difunde valores urbanos no cotidiano social e comunitário; não obstante, sente sua miséria cultural, pois não é nem colono, nem totalmente operário e urbano, ou seja, oscila entre espaços de identificação.

Esse estrato se sente “meio-nada” como uma mulher nos disse; quer ser colono, mas já “perdeu quase tudo” - dos filhos -, tem pouca terra e pouca gente. É um grupo extremamente saudosista, relembra sua total vinculação com a terra; não aceita suas atuais atividades externas como constitutivas do futuro; não quer que seus filhos os sucedam no futuro como é o caso dos trabalhadores em minas; apostam no estudo dos filhos e numa boa remuneração em restaurantes.

Esse estrato tem inúmeras dificuldades de inovar e atualizar o acervo mecânico dos poucos ramos de produção com ele envolvidos; o ramo agrícola normalmente é subsidiado por atividades externas de assalariamento. O assalariamento, além de subsidiar a produção agrícola, representa uma alternativa de melhoria das condições de vida. O número de consumidores e de trabalhadores não é harmônico. A restrição às atividades agrícolas representa uma impossibilidade de prosperidade econômica e de um equilíbrio entre oferta e necessidade de recursos internos. É comum ouvir de pais que têm filhos em restaurantes que “se dê certo, logo vamo tê um pedaço de terra mais”, ou, então, que “ele nos leva junto”; depositam esperanças econômicas mais urgentes nos filhos e principalmente nos que “ganham bem mais em São Paulo”.

Um outro grupo de colonos é aquele dos que venderam quase toda a terra - “ficaram só com os poteiros e ao redor de casa” - para colocar um aviário, chiqueiro ou para abrir pedreira. Esses são os “menos-colono”, ao contrário dos “colonos-mesmo”, porém talvez os mais “bem colocados”. Por terem ganhos mais sistemáticos, esses não dependem tanto de bancos, mantendo um comércio garantido da produção,

principalmente agroindustrial. Mesmo sendo os mais vinculados às agroindústrias, não são os que essas privilegiam e aceitam devido, justamente, ao seu pouco acervo fundiário. Parte desses venderam pedaços de terra para construir a infra-estrutura de produção integrada.

Nesse estrato, há também um *subgrupo* que praticamente não se envolve mais com o ramo agrícola, produzindo apenas um pouco de leite para comercializar; de resto, sua produção varia muito pouco por falta de terra e de força de trabalho. Há o emprego de elementos da família (mulher e filhos[as]) nas fábricas e/ou em outro trabalho urbano; estratégia essa que propicia entrada de dinheiro na unidade familiar. São desse *subgrupo* os colonos que praticamente não têm mais terras, a não ser um lote de moradia e um potreiro para a criação de alguma vaca para o leite e o queijo; eles as venderam para empresas de extração de basalto ou para “colocar os filhos na cidade”. Com isso, o emprego urbano faz parte do projeto de vida dessas famílias. Em três comunidades pesquisadas, encontramos treze famílias nesse segmento (8% do total). O trabalho nas indústrias e/ou ateliês fez com que não deixassem a colônia; caso contrário, como oito nos contaram, não havia mais condições de ficar na terra. Das treze unidades, a que mais possui terras tem 3,5 ha, os quais envolvem potreiro, horta e um matinho para lenha. A falta de terra para trabalhar e produzir culturas comerciais não os impossibilitou de tirarem dela boa parte da alimentação familiar, com isso reduzindo o dispêndio financeiro.

Alguns desses procuram terras para arrendar, e muitos recebem, sem cobrança, alguns “cantinhos” para produzir miudezas. Paradoxalmente, não cansam de atribuir importância à terra, revelando que, se a tivessem suficientemente, “sobrava mais do que trabalhar na cidade”.

Enfim, tornou-se muito difícil, para nós, fazermos uma análise das *dissemelhanças* e das *variações* dos estratos de produção na região. Relutamos até em tipologizar e/ou diferenciar as unidades familiares e produtivas da região de pesquisa, visto que o *encaixe* nem sempre reflete a homogeneidade, nem as heterogeneidades; o que pode ser dito é que há *aproximações e graus de semelhanças*, bem como níveis heterogêneos.

Os grupos se apresentam com dinâmicas variadas, porém circunstanciais e

mescladas a fatores que os perpassam. Inúmeras relações se apresentam e nem todas têm na redução da estrutura fundiária uma explicação eficiente. Não é porque os “colonos-mesmo” absorvem sua força de trabalho na roça que alguns membros, ou as mulheres, não podem se deslocar para outros trabalhos; isso está evidente; o que se pode diferenciar são as intensidades variadas, sempre ressaltando seu dinamismo e suas constantes alterações. Os limites fundiários, de ganhos, de equilíbrio entre trabalho e consumo, de perspectivas de herança, de fortalecimento à família como unidade de produção, etc., fazem aparecer estratégias e articulações de difícil *encaixe* em termos de estratos diferenciados.

Tipologizar ou não, não é a questão; o problema está em perceber o feixe de relações que se cruzam, as intencionalidades em movimento, os múltiplos sentidos em processo. Isso que é o difícil. Vender parte da terra para colocar um aviário não significa ser menos colono. Talvez, para a conjuntura atual e para as condições dos colonos na região, essa prática visa fortalecê-los amanhã. Ganhar no aviário para produzir melhor na terra e ter uma esperança de poder comprar um pedaço melhor amanhã. Ser integrado, não significa não ser colono; é entendido como “menos-colono” para ser “colono-mesmo”. Muitos dos que já não são mais colonos pensam em sê-lo pelo auxílio financeiro dos que já não o são mais. Portanto, há um horizonte relacional que integra passado-presente e futuro; ambas dimensões temporais e sociais se interpenetram; presença e ausência se combinam e se anulam, se aproximam e se afastam. Mexer com a questão das tipologias implica adentrar para a complexidade que envolve a *identidade*, o que nem sempre os aspectos econômicos, objetivos, do presente e do eu (enquanto tipo) dão conta.

3. 7 - *As ações internas de trabalho: parcerias, ajudas, trocas de dias, remunerações monetárias...*

As formas de parceria e os acordos de arrendamento, por exemplo, são variados não apenas em função das condições financeiras e demográficas das unidades que arrendam; dependem do acervo de máquinas, da força de trabalho disponível pelos parceiros, da aplicação ou não de meios químicos, do tipo de produto, do solo, da disponibilidade da força de trabalho de fora, da ajuda de vizinhos, etc.

Constatamos situações de arrendamento ou até de parceria articuladas para a produção de produtos de consumo improdutivo e produtivo (neste caso, o milho).

Agricultores que têm porções de terras montanhosas, muitas vezes, arrendam ou trabalham em parceria, objetivando produzir os produtos e liberar as terras planas para as máquinas. Nesses casos, são derrubadas capoeiras (“meio tentiado do Ibama!”) para o plantio do milho, as quais, por serem terras *novas* (no sentido econômico), não exigem composições químicas para a produção. Nessas, o trabalho maior é a derrubada da capoeira; a limpeza é feita com herbicidas que secam as folhas largas, permitindo o desenvolvimento normal do milho.

Essas estratégias na forma de adquirir determinados produtos colaboram para a continuidade da produção comercial nas terras planas (“nas canhadas” e nas várzeas) e impedem possíveis fragmentações de espaços produtivos particularizados nas unidades específicas de produção, isto é, promovem uma espécie de associação familiar para obter um mesmo produto. A parceria só acontece, realmente, em razão da *insuficiência de terra entre os agricultores da região* (ver Loureiro, 1977). A unidade de produção familiar continua operando tendo como base o trabalho próprio.

Algumas unidades de produção familiar orientam estratégias para “fazer capital”, o que expressa a necessidade que essas possuem de se adaptar aos patamares médios de lucro e produtividade. Para tanto, buscam, constantemente, adaptar-se aos padrões técnicos exigidos nos determinados produtos. Destarte, as unidades recorrem, em determinadas situações, a organismos externos (vinculados a elas), buscando formas mais elásticas em relação aos limites expressos na própria unidade ou até para maximizar seus lucros em situações conjunturais de favorecimento (Lovisoló).

Na realidade, por causa dos preços baixos e da baixa produtividade, o produtor não tem condições de repor os custos; por consequência, a necessidade do banco é impreterível. O comportamento econômico do produtor leva muito em conta o problema do *risco*, assim como foi afirmado por Schultz (1965). A ausência de retorno econômico de um ciclo produtivo frustrado ou de um lucro abaixo da média só pode ser reposta pelo crédito financeiro (Lovisoló, 1989).

Os “colonos-mesmo” que se arriscam a plantar “por conta” contam unicamente com a produção para repor os elementos necessários à continuidade do processo produtivo posterior. Por uma lado, eles não têm preocupação com dívidas bancárias, porém, por outro, se não ocorrer uma safra boa, não têm a quem recorrer.²⁶

²⁶ “O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre

Atualmente, o produtor familiar tem outras opções de crédito para financiamento da safra, que são as cooperativas e o Pronaf, mais recentemente o Pronaf-especial; ambos são sistemas de crédito que, em essência, não se diferenciam muito dos até então existentes. As cooperativas, via Banco Sicredi, vêm, a cada ano, estruturando seu sistema de crédito a fim de ampliarem o número e o montante monetário disponíveis de financiamento ao produtor.

Mesmo que exista um nível de mecanização elevado para as condições da região, grande parte do preparo do solo é feita manualmente e com o auxílio da tração animal. A colheita, igualmente, é muito pouca mecanizável, sendo prática comum na região a troca de dias, ou seja, trocam-se dias, pessoas e práticas de trabalho (ajuda-se tirar milho em troca de auxílio para matar um porco; carregar caminhão de pedra, de frango; colher milho na época das safras para, no período de entressafras, ser favorecido no auxílio na confecção de bolas, tênis, em roçadas de poteiros, etc.). A sistemática de troca de dias obedece a uma racionalidade interna baseada no horizonte da *precisão*.

Os vínculos de vizinhança, honestidade e reciprocidade, contribuição *espontânea*, bem como uma contabilidade do tempo não muito racional e formal, são alguns dos requisitos que materializam essa prática histórica em meio aos colonos. A entreajuda situa-se numa dimensão bilateralmente acordada em função de várias questões. A proximidade familiar e física, a precisão e a solidariedade tradicional, como elementos constituintes do *ethos de colono*, criam formas de decisão.

A ajuda entre colonos é um fenômeno social e econômico; é um formato de ação social que objetiva dinamizar o econômico. Esse, porém, não se objetiva sem a objetividade de certo nível de coesão social grupal (Brandão, 1995). É um grau de normatividade moral que, sob o âmbito de mercado, resgata e expressa, articula e forma, na sua especificidade, sentido econômico (Sarti, 1996). São anéis articulados de duplos sentidos, que, mesmo sendo funcionais, engendram práticas de raízes dos

endividado com o banco(...). Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco, anualmente, o juro dos empréstimos que fez, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra sem ser o proprietário dela(...). Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital em que além de ser o trabalhador é também de fato arrendatário. Como sua terra de trabalho não é terra utilizada como instrumento de exploração de força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista; o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura do tipo camponês" (Martins, 1983, p. 176).

colonos e da sociedade local.

Na opinião de alguns colonos, no entanto, as relações de entreaajuda e de intra-ajuda sofrem abalos. “Tem alguns que levam muito na ponta do lápis. Os que têm máquinas não usam sempre da honestidade”. A (pre)disposição para a troca de dias existe e é, acreditamos, impossível ou de difícil argumentação em termos de negação por parte dos colonos. A negação dessa prática por parte de alguns é vista, comunitariamente, como atitude de desprestígio e orgulho - “esses são os bons!”, arrogância e auto-suficiência (essa vista negativamente). O rompimento com um laço que uniu historicamente a vida, sociabilizou famílias e permitiu, *desinteressadamente*, que a propriedade perdurasse, é entendido como um objeto estranho e um valor que vem *de fora*, ou seja, não é dali o que tende a individualizar. No fundo, são as novas práticas de envolvimento econômico, são as pedreiras, é a produção agroindustrial, são os ateliês, que, como não são sazonais (aliás, só estão aí por não serem sazonais e por se alimentarem da sazonalidade da produção agrícola), não liberam força de trabalho em períodos de pico na agricultura. Alguns preferem plantar menos milho, arrendar em vez de pagar “peão”, aí “não se encomoda e pronto”.

Por mais que o uso de mão-de-obra na região seja intenso no processo produtivo, num grupo de 54 colonos entrevistados (entre 10 e 50 ha), apenas 2,5% utilizam herbicida na área cultivada, contra 62% que usam fungicida; 78% usam adubação orgânica (aviários, estábulos, chiqueirões, minhocários), 62% não utilizam assistência técnica; 32% não participam do associativismo e 95% comercializam seus produtos diretamente da lavoura para a cooperativa. O mesmo percentual utiliza crédito da cooperativa (Sicredi) ou do Banco do Brasil. No tocante ao assalariamento, em 1996, 91% não utilizaram força de trabalho “de fora”.

A metade dos entrevistados (52%) possui ordenhadeira mecânica: “Com a Cooproleite agora é uma febre disso. O Pronaf financia em seis anos pra pagá, É melhor, né. Antes que não tinha máquina eram as mulheres que tiravam, agora somos nós também. É mais rápido, o brabo é quando falta luz, as vacas não dão nada, pois se acostumaram com a máquina, né”. As atividades modernas da unidade de produção familiar bem como as variações produtivas tradicionais, econômicas e/ou agrícolas implicam um saber próprio e um domínio tecnológico.

A conjuntura de preços baixos dos suínos faz da produção variada, “com

pouco gasto”, uma dinâmica por excelência. Quando o preço do suíno ou do leite está em alta, os colonos utilizam mais ração e produtos químicos para promover a produtividade do setor. Ou, então, quando o preço do trigo, soja, sorgo, aveia, pipoca compensam no mercado, o colono “trabalha melhor daí, né, prá vendê, apesar disso só quando se tem previsão, quando quebra uma safra na América (EUA), na Argentina, né”.

A unidade familiar pode controlar o equilíbrio na variação de sua produção, mas não pode controlar preços e outros fatores que transcendem a unidade (Marques, 1992). Essa insegurança, como vimos, leva os menos capazes e outros mais capitalizados também a demandarem auxílios creditícios, a *driblarem* os recursos em direção ao mercado de capitais ou a outras atividades e a encontrarem formas de “aproveitá o produto aqui mesmo, né”, mesmo sabendo que serão necessários recursos posteriores para saldar o crédito e os juros incorporados no financiamento.

No tocante à produção de variações econômicas e agrícolas, a produção de cebola, numa parte da região por nós pesquisada, é atípica em relação ao espaço em geral. É um produto, para alguns, considerado exclusivamente de consumo interno; para outros, que têm mão-de-obra disponível, é um fator importante no período de entressafra.

A cebola é um produto de limitada duração em condições de aceitabilidade: ou ela é vendida recém-colhida, ou terá de ser classificada sob a forma de réstia. Abre-se aí uma brecha para a atuação do comerciante. Três são as formas de venda do produto: diretamente ao consumidor, ao comerciante dono do varejo e ao comerciante atravessador, que pode ser produtor ou não. Em todos os casos, o poder de barganha do produtor é muito reduzido, visto que a perecibilidade e a importação, principalmente da Argentina, passam a ser trunfos nas mãos dos comerciantes.

Com exceção, em parte, talvez só da cebola, produtos comerciais (produção limitada ao mercado) e de autoconsumo (produtivo e improdutivo) são de difícil demarcação. O leite, os suínos e aves integrados, parte do milho, dentre outros, são produtos cujo consumo total pelas famílias torna-se impossível. Porém, queremos sublinhar que os fatores quantidade, qualidade, variação dos produtos dependem de fatores externos (preços, financiamentos) e internos (autoconsumo, subsidiários), autonomia nas decisões, na determinação da orientação de sua alocação.

Não é o aumento de preços do mercado que faz o produtor reduzir sua produção (conforme o modelo chayanoviano); pelo contrário, uma significativa alteração dos preços para cima faz com que o produtor dinamize variações de produção em consonância com tal fator externo. A respeito, um colono nos disse:

enchi a roça de vassoura o ano anterior. Tinha um dono de supermercado que me prometeu de comprá e pagá bem. Quando vi, a promessa dele mais gente sabia. O cara não sustentô a proposta. Acabei moendo tudo com milho e tratei os bichos". Um outro também nos relatou dizendo que "feijão plantei valendo um ano, há três anos atrás. Deu uma quebra em Santa Catarina e o preço do feijão subiu. Tava um preço alto. Diziam que era por aí esse ano. Taquei na terra semente. Quando tava quase maduro, trouxeram de fora feijão. O preço caiu lá embaixo. Pra não tê que pagá pra arrancá e malhá, levá secá e depois levá pra cidade e dá de graça, de raiva virei tudo embaixo, pelo menos adubei a terra, deu milho melhor depois, né.

Esse relato é expressivo de formas variadas de produção "com pouco gasto", ou seja, sem indviduamento do colono. Para alguns colonos - até mesmo alguns que se consideram "colonos-mesmo" -, o auxílio financeiro das mulheres que trabalham nos ateliês e como *colonas-operárias* (como veremos mais adiante) passa a ser fundamental quando a lógica que determinou a produção da variação de produtos foi prejudicada, principalmente por conjunturas de preços baixos ou de quebras de safras por fatores naturais, ou até pela ausência de insumização decorrente de solos pouco férteis, de ataques de pragas ou de baixos investimentos em adubação.

É desse modo que inúmeros colonos, mesmo lutando, enfrentando desafios, contrapondo-se e inserindo-se no modelo produtivista - alguns buscando formas artesanais para produzir, etc. - vêem no assalariamento urbano (redefinição do vínculo com a terra) de elementos da família (mulher e/ou filhas[os]) - já que comprar terras na região ou em outras é muito difícil - uma das estratégias para repor elementos no âmbito do ciclo produtivo como um todo.

São as relações de trabalho urbano que, para alguns, promovem a redução da produção pela diminuição "dos braços na roça"; no entanto, ao mesmo tempo, estabelecem uma tendência no sentido de continuidade do empreendimento agrícola, mesmo quando a produção se efetua com retornos baixos ao produtor.²⁷

²⁷ Não há dúvida de que, mesmo em meio à precariedade e inúmeros bloqueios (funditários, creditício, produtividade, preços, etc.), alguns colonos conseguem acumular valores que se capitalizam e/ou fatores de produção (terras, meios mecânicos, infra-estrutura). A valorização das terras - "as de várzea" e a infra-estrutura da propriedade (galpões, chiqueiros, máquinas, estábulo, luz elétrica, telefone, poço artesiano, pomares, água abundante, etc.), das pedreiras, dentre outras, atuam como elementos valorativos incorporados ao patrimônio de muitos colonos da região. Para tanto, o papel do Estado, como vimos,

Para o caso da avicultura, houve um processo intenso de alteração. A avicultura surgiu no final da década de 1980 na região, tornando-se uma das principais fontes de renda para os colonos e para a região como um todo.

Tabela 6 - Evolução da produção avícola de corte no município de Nova Araçá, 1981 - 1997

Denominação	Ano	1981	1985	1990	1991	1997
Nº criadores		7	28	77	83	98
Nº aviários		8	37	99	112	122
Produção anual (cab)		240 000	1 513 000	3 539 250	3 650 000	3 841 000

Fonte: Emater municipal, Nova Araçá, 1997

No tocante à mão-de-obra, houve sensível tendência à sua liberação da agricultura para outros setores. Em 1960, a área rural do município de Marau, por exemplo, contava com uma população de 84,4% do total, índice que decresceu para 81,7% em 1970; 64% em 1980 e 57% em 1990.

A década de 1970, com a inserção dos meios mecânicos na lavoura, marcou o início da urbanização na região. O mesmo processo se evidenciou assustadoramente na década de 1980, ou seja, de uma taxa de 16,50% em 1960, saltou para 36,02 em 1980 e para 42,07 em 1990. Esse elevado índice se deveu, em grande parte, às ofertas de emprego propiciadas pelas agroindústrias estabelecidas no período. Mais recentemente (pós-85), com a entrada da agroindústria Perdigão, o índice de urbanização está crescendo assustadoramente,²⁸ tendo ocorrido migrações de trabalhadores de cidades

num determinado período, foi fundamental (política de crédito, preços, assistência técnica...), aglutinado aos fatores internos, ao *ethos de colono*, aos (re)arranjos com espaço de trabalho e formas variadas de produzir, etc. Porém, isso implicou inserção mais profunda no estilo produtivista da racionalidade técnico-econômico-agronômica, subtraindo espaços de autonomia e de decisões por parte do produtor. Se é difícil para o produtor familiar comprar terra, isso ocorre porque ela foi valorizada; incorporaram-se fatores diferenciais (localização, produtividade, tipos de solo, mecanização ou não...) ao solo da região, propiciando a capitalização de alguns e maiores dificuldades a outros. No entanto, é impossível encontrar na região um colono que não sofra os limites dos processos que conduzem à reprodução de seu patrimônio.

Uma discussão sobre a noção de acumulação, sobre se o camponês pode ou não acumular, discussão essa fundamentada em Chayanov e Marx, encontra-se em Lovisoló (1989).

²⁸ Há várias discussões sobre se existe ou não o rural, se há uma urbanização completa do rural, se o campo é cidade; sobre o que é urbano, tipologias para que seja considerado urbano; se é o número de habitantes ou o quadro da vida social e cultural que o criteriza, etc. Concordamos com Wanderley (1997), quando questiona se a variável população não seria genérica demais e não esconderia um processo diversificado de relações sociais e culturais à medida que homogeneiza formas de vida sociais. As diversidades regionais, urbanas, de acesso ao horizontes dos bens e serviços urbanos; a mobilidade espacial/deslocamento entre moradia e trabalho, entre outras, são passíveis de serem incorporadas num único horizonte conceitual: urbano/rural? Wanderley (1997), preocupada em não homogeneizar e, sim, em resgatar a diversidade como constitutiva do espaço social, elenca tipos de relações que se tematizam

vizinhas em busca de emprego na região, além, é claro, do próprio êxodo rural evidenciado.

Já vimos que a estratégia modernizante da agricultura brasileira, por ter sido um processo induzido de fora para dentro, fruto da caracterizada dependência econômica brasileira, estruturou todo um aparato industrial, comercial e cooperativo que, em função da mesma, se articulou. O comércio é parte integrante disso tudo. O avanço das cooperativas, dos supermercados, das grandes redes de lojas comerciais dificulta a permanência de pequenos comerciantes e atacadistas. As cooperativas, por exemplo, atuam na industrialização de cereais, produzem óleo e farela de soja, rações e concentrados, sal mineral; mantêm engenhos de arroz, supermercados; vendem insumos para a lavoura, produtos veterinários, eletrodomésticos, etc. O colono possui um acervo de opções de venda para seus produtos, o que, entretanto, nem sempre significa obtenção de vantagens.

Tabela 7 - Destino da produção (%) do município de Nova Araçá em 1996

Produtos\Setores	Cooperat	Indústria	Intermediários	Consumo domést.	Outros	Total
Milho	-	05	15	75	05	100
Suínos	05	90	-	05	-	100
Leite	25	55	-	15	05	100
Avicultura corte	-	100	-	-	-	100
Ovos	-	-	80	10	10	100
Olericultura	-	-	90	05	05	100
Feijão	-	-	80	20	-	100
Bovinos	-	10	40	40	10	100

Fonte: IBGE e Emater Municipal

entre o *rural* e o *urbano*, dizendo que a vida no campo corresponde a um modo de vida que se diferencia do urbano, mas que o incorpora. Estudos de casos demonstram que o *rural* e o *urbano*, hoje, estão passando por transformações nas relações sociais. Representações sociais estão sendo construídas a partir de realidades em que a *racionalidade urbana* não hipostazia a orientação conceitual do espaço. Processos, como a *pluriatividade* (rural/urbana), lazer (turismo rural), a chamada cultura *country*, formas de resgate do local e sua relação com o englobante, a recontextualização da tradição (não como retorno saudosista do passado), atividades não agrícolas no rural, preservação de *racionalidades camponesas* em meio ao modelo urbano-industrial, etc., são universos simbólicos redefinidos que formam uma *rede de sociabilidade*, perpassada por processos que não podem mais ser vistos sob a ótica da oposição (rural em oposição ao urbano), do *continuum* e da fronteira, o que não significa dizer que, pelo fato de haver relações diferenciadas internamente em cada um dos horizontes, ambos não existem mais. Acreditamos que há processos em curso de decomposição/recomposição de formas e de vidas sociais como fruto de estratégias e jogos de interesses e de relações de forças entre agentes sociais *no* e *em* ambos os espaços (Carneiro, 1997). Discussões férteis estão em andamento, resgatando teses das décadas de 1960 e 1970, constitutivas de representações sociais sobre os espaços em questão, confrontando-as com processos concretos diferenciadores das noções de até então, bem como do horizonte apologético da globalização.

O agricultor passa a ter um contato mais constante com as cooperativas e outras casas comerciais, dinamizando esses setores da economia urbana. Uma agricultora, exteriorizando essa realidade, nos disse: " ... se tu qué vê colono é só ir no Banco do Brasil. É só gente de chapéu, chinelo de dedo e pastinha embaixo do braço (...). Os colonos hoje em dia trabalham tudo com cheque.²⁹ Vem um comprá alguma coisa aqui, pagam com cheque daí, tem que ir pra cidade trocá, daí, né".

Esse processo globalizante da modernização da agricultura articulou o espaço agrário regional, dando-lhe uma atribuição maior de valor. O capital mercantil (aplicado às atividades agrícolas, comerciais e de serviços) define formas específicas de valorização do espaço. Cada vez mais, as grandes empresas se utilizam de determinadas variações estratégicas da produção agrícola. Também o capital, sob a forma de meios de comércio em geral, interfere na forma de valorização do espaço econômico regional. Outras estratégias de produção na região são expressivas disso.

Analisaremos a produção de leite, as indústrias caseiras e a extração do basalto por serem muito dinâmicas em toda a região de pesquisa e por serem expressivas de *estratégias adaptativas* ao sistema de trabalho e do *ethos de colono*. Ambas foram escolhidas porque, interligadas com as culturas tradicionais já sinteticamente vistas, (con)formam as trajetórias redefinidas de envolvimento mercantil do colono; dão a tônica do grau de especialização e do conhecimento tradicional, ao mesmo tempo em que aglutinam a família como unidade envolvida. Essas formas de produção não são aqui especificadas como divisor de águas, nem como produto de descontinuidades de saber e de ação de trabalho

Já vimos refletindo sobre a produção e o trabalho relacionado a vários

²⁹ Um dos momentos de nossa pesquisa coincidiu com dois fatos negativos, quase que simultâneos, de relações comerciais (compra e venda) com pagamento efetuado por meio de cheques e/ou notas em espécie falsas. Num deles, um colono *vendeu* inúmeros produtos (vinho, vinagre, queijo, cachaça, grapa, mel, galinha, ovos, pimentão, e outras "miudezas") que totalizaram quase mil reais. "Fizemos até mais barato porque levavam bastante, né, aí foi mais produto, né. Não pediam nem o preço. (...). Não conhecia não, mas tem gente a qui que sabe; se disconfia sim, pareciam gente boa, eram gente *branca e tudo*, de jeito de cidade, com uma baita caminhonete, bem vestidos (...)". Três dias após a venda, ao trocar o cheque no Banco do Brasil, o produtor foi surpreendido com a informação de que a conta não existia mais há meses e que a assinatura não correspondia à do titular da conta. "Se tivesse pelo menos anotado o número da placa, a identidade, né. Pareciam gente boa, oferecemos até almoço (...)". Um outro fato, um tanto tragicômico, foi a venda de cachorros em três comunidades. Ofereciam R\$ 30,00 cada. Muitos colonos "se viram aliviados de empurá os guaipecas, os comedores de galinha, cachorro velho e tudo (...)". Os compradores efetuavam o pagamento com notas de R\$ 100,00, recebendo o troco em dinheiro. A descoberta da falsidade das notas aconteceu ao entardecer quando do retorno de todos os cachorros. Mais de trinta deles foram *comercializados*. Alguns, tendo o cachorro de volta, negavam que

produtos, porém daremos prioridade analítica a essas três atividades pelo fato de nossos informantes sempre as terem indicado, em sua relação com a terra, como “organizadoras da vida” dos colonos da região.

3. 8 - A estratégia da produção do leite

A produção de leite desenvolveu-se intensamente após 1985, ano em que se instalou uma empresa estatal de armazenamento e industrialização do produto na região. O leite, que servia até então exclusivamente para o consumo interno e produção de derivados mais tradicionais, como o queijo, a manteiga, o requeijão, o soro para animais, tornou-se, nos últimos anos, uma grande alternativa para a reprodução da agricultura familiar: “Mesmo que o preço esteja baixo (17 a 19 centavos de real por litro), é uma fonte de entrada de dinheiro mensal. Ajuda”.

O caráter de renda complementar proveniente do leite é importante no período de entressafras, é relevante na obtenção de produtos de manutenção (*fundos de manutenção*, diria Wolf - 1976), de promoção do equilíbrio entre as necessidades alimentares da família e de certos confortos sem a necessidade de venda de milho ou porco. Foram inúmeras as colocações, tanto de homens quanto de mulheres, reveladoras dos *fundos do leite* como dinamizador de consumo de eletrodomésticos, benfeitorias, pinturas e arrumação de casa. O leite justifica o consumo de produtos dificilmente adquiridos com dinheiro de safras.

O processo de divisão do trabalho na família e na propriedade se expressa com bastante nitidez em torno desse produto. O domínio técnico e a sociabilização da atividade são atributos femininos - “sempre nós; até bem pouco tempo nunca se ouvia falá de homem tirando leite, de tê que saí da bodega no fim do dia (domingo) pra tirá leite”. Para a mulher, funciona como se fosse um pré-requisito para casar, um rito de passagem para a maturidade e para a aceitação comunitária e confiança familiar - “já tira leite”.

A diferenciação de gênero e, de certa forma, *demográfica* (Chayanov, 1981), depende do equivalente de capacidade de trabalho na família; determina o número do plantel, o investimento em infra-estrutura e também os fatores organizativos. Esse

processo mudou um pouco com a utilização da ordenhadeira, aliás, agora se fala em ordenhar, antes era “tirá leite”. Nas famílias que não possuem ordenhadeira, a expressão “tirá leite” ainda é comum. Antes, falava-se em “dinheirinho”, uma espécie de remuneração concedida pelo marido à esposa para complementar as necessidades subsidiárias da alimentação e as incipientes vaidades do mundo feminino da colônia, o que não deixava de ser um processo de organização e decisão envolvendo a família. Hoje, no entanto, as articulações obedecem a uma racionalidade mais formal e instrumental, menos subjetivo-individual; dá-se uma funcionalidade mais precisa ao rendimento, o que não significa que a família não esteja aí racionalizada.

Além de redefinir relações internas à família e ao trabalho, o espaço agrícola também passa por alterações em função do leite. “Poucos plantam trigo agora, né. Não que não plantam, diminuíram, plantam pastagens prá vacas, lidam com leite daí, né”. As pastagens cobrem os solos em pousio (os mais planos principalmente) no inverno, bem como em períodos do ciclo das culturas tradicionais. Uma parte dos solos produtivos é canalizada para “plantá pasto também”.

As cercas tradicionais estão sendo, aos poucos, substituídas pela cerca móvel, elétrica. A infra-estrutura (refrigeradores, aumento do potencial de energia elétrica, locais para estoque de alimentos, medicamentos, etc.), a higiene (cuidados com a assepsia dos estábulos, com a água, com o manuseio do leite...), o tipo de raças (“essas cabritas crioula são só prá nós mesmos, pra leite mesmo dá pouco. [...], são mais resistentes”), dentre outras, redefinem-se e passam a influenciar um conjunto de fatores internos que vão da casa até a roça, transcendendo-se para a cidade, flexionam-se internamente na família, na convivência, na organização do espaço do saber, no acervo técnico, no trabalho, na concepção valorativa e discriminatória em relação aos tipos de animais (os “produtivos” e os “improdutivos”, os que “pegam doença e os resistentes”, os que “compensam” ou não, os que servem para fazer queijo e os que são para vender). O próprio queijo passa a ser feito “quando o preço tá bom, senão se vende o leite (...), tem vez que comprá queijo aqui na bodega é mais barato do que fazê, se contá o serviço e tudo *guai a dio* (...)!”

Tabela 8 - Evolução da bovinocultura de leite do município de Nova Araçá, 1981 - 1995

Ano \ Produção	1981	1985	1990	1991	1995
Rebanho (cab)	3987	4154	4209	4215	7826
Produção de leite (1000 l)	1180	1250	1284	1271	4282
Vacas leiteiras	710	750	730	735	3816

Fonte: Dados brutos Emater municipal.

A estratégia da produção de leite como valor mercantil e comercial redefiniu o tempo, a possibilidade, a necessidade e a racionalidade funcional e econômica da fabricação do queijo, bem como o conhecimento do tipo de leite que serve para tornar o queijo comestível. “Das vacas tratadas só à ração sai um queijo com cheiro de ração e dura menos, estraga; não sei, se a gente vai vendê reclamam, já te pedem se é com leite das holandesas, das uruguaias ou daquelas crioulas (*cabritas*). Se bota na mesa aqui, os nosso refugam”.

De certa forma, o colono, com a produção de leite, aguça mais sua racionalidade econômica, estabelece cálculos empíricos ou não de rendimento econômico relacionado ao consumo e disponibilidade de trabalho familiar, entre vender ou consumir, entre produzir agora ou mais tarde entre vender agora e comprar depois, entre necessidades internas de consumo e/ou de dinheiro. São estratégias racionais e adaptativas, mecanismos internos, disposições de fatores de produção, de subsistência, de rendimentos que movem ações adequadas às circunstâncias temporais, no nível de autonomia do colono, de seus elementos internos e de conhecimento de mercado.

Essa *flexibilidade interna*, não é sinônimo de liberdade ou autodeterminação plena. Reflete-se, sim, num nível relativo desses fatores, numa capacidade de estabelecer um cálculo empresarial e, ao mesmo, tempo familiar num momento específico. O processo não se dá só com o leite; o milho e derivados do porco (salame, banha, etc.), em alguns momentos, são perpassados por essa *decisão interna de alternar compra e venda*. Não obstante, esses processos todos que estamos analisando não podem ser vistos desvinculadamente das lógicas e estratégias empresariais dos envolvidos externamente com o produto.

Os “leiteiros” (transportadores diários do produto da casa para as empresas particulares ou cooperativas) passam pelo crivo da desconfiança dos produtores.

Agora alguns têm caminhão-tanque, então não é mais em taro. O leite sai refrigerado daqui e medido. Ainda tem alguns que puxam com as caminhonetes, no

sol, balanceiam tudo, derrubam, desviam leite, tiram de uns, botam pra outros, pra eles mesmos (...). Claro que tem colono que também bota água no leite. (...). O pessoal se inerva porque volta o leite que tinha saído são, igual aos outros dias que tava bom. Ninguém sabe por que. Alguns chegam até desistir, vira só em serviço e prejuízo.(...). Os leiteiros, puro eles que fazem isso. E ganham! Ganham mais do que o produtor. (...). Agora com os tanques tem mais confiança.

O cultivo das pastagens, a existência do milho na propriedade, as condições favoráveis de financiamento da infra-estrutura e dos aparelhos, somados à reprodução de bezerros, ao adubo orgânico e à trajetória de produção artesanal dos derivados do leite, dentre outros, transmitem uma certa racionalização contábil e maximizadora de fatores internos produzidos e/ou naturais, além de alguns ganhos reais sazonais, de necessidade de permanência com o *ramo de produção*.

O produtor de leite instrumentalizou-se, montou uma infra-estrutura em termos de meios de trabalho; tornou-se um proprietário de seu produto, porém não pode se recusar a vendê-lo sob determinadas condições, nem pode escolher seu comprador; seu produto não é mais *um produto final*, como o era na produção artesanal de seus derivados ou na venda local, direta do produto *in natura*; é agora um produto *intermediário*, manufaturado, de caráter perecível, não estocável facilmente, o que só empresarialmente se faz. O preço pago pelas empresas normalmente é fruto de conchavos (cartelizações), de combinações em espaços regionais, envolvendo cooperativas também, impedindo, por consequência, os processos concorrenciais e também a opção de inserção/abandono por parte dos colonos produtores. Segundo esses, as empresas “estão sempre reclamando, um dia porque o leite vai pouco resfriado, outro dia porque não foi bem coado, outro porque a cota tá baixa ou então tá alta (...) e, assim vai”.

As empresas controlam o nível técnico de todo o ciclo de produção, mesmo que não haja um processo vertical de integração, em função da qualidade e da produtividade do produto. A organização do trabalho obedece ao acervo técnico disponível. “As vacas com ordenhadeiras têm hora certa, passou da hora não dão e não dão mais leite. (...). temos que saí da roça, sabê quanto e que tipo de pasto dá pra dá, o clima, as estações (...)”. Além do acervo técnico, há a aquisição do saber técnico sobre as novas normas referentes à qualidade bacteriológica, aos aspectos da refrigeração, da estocagem, das instalações, das atualizações e especializações, o que demanda investimentos e modernizações constantes (alguns colonos conseguem *driblar* algumas

exigências).

Como vimos, os colonos da região sempre tiveram “umas vaquinhas”; a produção de leite, como variação agrícola não puramente econômica, sempre se fez presente na trajetória dos produtos e trabalhos ligados à economia familiar. Por isso, há um saber incorporado e historicizado em função das adaptabilidades temporais e econômicas, sobretudo mais recentemente, quando essa atividade passou a ser uma variação bem mais econômica do que agrícola. No entanto, os dados científicos e técnicos também servem para enriquecer os processos imediatos da realidade cotidiana que normatizam a atividade leiteira.

A confrontação cotidiana com situações que demandam e exigem diagnósticos precisos favorece a tomada de operações intelectuais (de saber a priorístico). Com a produção da variação econômica do leite (vinculada a cooperativas e empresas privadas), surge uma diversidade de problemas que exigem operações mais *academizadas*. Observação, vigilância, perseverança, tolerância, frustração, estabilidade, atenção, repetitividade de tarefas, etc., não são de hoje, porém são mais acionadas em virtude de exigências, investimentos e exposição aos mecanismos de mercado (Salmona, 1994).

As *situações de emergência* fazem acionar o técnico ou o veterinário da cooperativa ou da Emater; o limite do conhecimento do colono é o recurso ao saber especializado. Para não enfrentar riscos, o colono apela para o conhecimento profissional (baseado na escolaridade e no conhecimento subjetivo), diferenciando-se em termos de potencial cognitivo, o que não significa dizer que é apenas um executor de tarefas.

As exigências de qualidade e produtividade, o fato de haver técnicos e veterinários disponíveis - “é só chamar”-, de lidar com vidas, principalmente quando se refere a partos e doenças, de ter as “vacas de raça” compondo o plantel, o que significa custos elevados e fragilidade orgânica, etc., (de)limita o conhecimento do colono-produtor. Contudo, assim mesmo, o colono descobre e *aciona* macetes adquiridos, interferindo no processo em questão. Distribuir comida, diagnosticar o calor, possíveis tipos de doenças, período de cio, inseminação, esterilidade, aspectos gerais ligados à reprodução, à famosa “mamite” que, segundo vários depoentes, é “a praga nessas vacas boas”, etc., compõem e dispõem o trabalho do colono nessa parcela de seu ramo

econômico e agrícola.

A divisão sexual do trabalho, organizada na esfera do trato, do contato externo, das decisões e solicitações de técnicos e veterinários, das operacionalizações práticas, das condutas afetivas e intelectuais, da aceitação da repetitividade do trabalho e das aprendizagens e dos caminhos que objetivam evitar riscos, racionalizam a dinâmica sistemática entre gêneros e elementos do todo da unidade familiar nessa atividade.

Esses processos e reclames apontam com clareza as implicações hierárquicas do conhecimento e sua aplicação na atividade (Salmona, 1994). É o homem que participa de encontros sobre tecnologias e novos processos de produção do leite. O conhecimento novo é motivador, reduz o risco e vivências de práticas de sacrifício e tensões. O hábito, por exemplo, de fazer silagens para o alimento de inverno, a pastagem verde na lavoura e o possível plantio direto sem remover o solo compactado são expressões desse novo conhecimento técnico interligado com processos relacionais de especificidade agrícola.

As *estratégias defensivas* para dominar, prática e simbolicamente, o risco e as perdas estão no âmbito do conhecimento, porém os colonos não cansam de dizer que, quanto mais melhoram geneticamente o plantel, mais sutilezas, mais debilidades e cuidados aparecem; a vigilância e o saber empírico-técnico precisam ser mais intensos e rapidamente acionados.

O ganho ou rendimento do colono não pode ser considerado só pela ótica mercantil, o que, segundo os próprios colonos, praticamente inexistente; deve, sim, ser visto como um rendimento da propriedade, do conjunto do ramo agrícola, da inserção do produtor em *seu complexo econômico*.³⁰

O nível dos preços é fixado em função de dados objetivos, por mecanismos que levam em conta o modo de existência (aquilo que chamaríamos de “organização de vida”) do colono. As empresas tiram benefício disso; o Estado não atua como intermediador para corrigir desequilíbrios e a intensa inserção dos colonos nessa parte do conjunto do ramo de suas produções. O que acontece é uma intensificação da especialização/eliminação de alguns, o aumento da produção para evitar perdas

³⁰ Nessa ótica, tem-se que a fixação do preço dos produtos faz-se sobre um mercado na qual os ofertadores, em concorrência, são pequenos produtores que têm sua racionalidade particular. O critério regulador dessa produção não é a *taxa média de lucro*, mas o mínimo para que os pequenos produtores possam se reproduzir enquanto tais. É ao longo desse nível de segurança, dessa exigência que se fixará,

maiores, o que, sem dúvida, faz crescer o volume da produção regional e, conseqüentemente, a redução sistemática do preço pago ao colono. Esse *efeito-rendimento* determina situações essenciais de implicação dos capitais industriais em relação à agricultura.

A condição de colono, de unidade familiar de produção, a especificidade dos processos que se constituem espacial-culturalmente não são a origem de seu processo de dominação. Isso significaria lhe atribuir um fatalismo em meio ao processo de produção mercantil e capitalista ou, então, *culpar a vítima*. Porém, não há dúvidas de que a debilidade de representação estatal, coletiva e sindical dos produtores, somada ao modo de existência familiar, facilita a redução do preço pago aos produtos agrícolas, com a conseqüente extração do sobretrabalho pelas redes externas envolvidas na compra do produto.³¹

O processo econômico e relacional da produção do leite transcende a unidade produtiva. Há uma rede de relações econômicas entre colonos, transportadores (internos e os das empresas), empresas privadas e associações de produtores, agentes comerciais (ração, animais, farelos, nutrientes, medicamentos, mecanização, genética...), agentes financeiros, cooperativas, comerciantes, etc., o que nem sempre se materializa de forma harmônica. A vulnerabilidade e a dependência dos produtores em relação aos vários ramos da cadeia setorial revelam-se preocupantes na região. O problema central gira em torno do preço, das exigências sanitárias, o que demanda gastos vultuosos para as condições dos colonos; o alto preço dos insumos industriais, a pouca terra disponível

em linhas gerais, o preço dos produtos (Evrard, et alii, 1976).

³¹ Num dos períodos da nossa pesquisa de campo, houve uma grande mobilização estadual de produtores de leite em nível estadual. Os produtores reivindicavam aumento de preços do leite (cr\$ 0,17 para cr\$ 0,24). A luta mobilizou os produtores da região da pesquisa: idas a Porto Alegre, manifestações em frente às empresas, não-entrega do leite, passeatas nas cidades, concentrações urbanas de produtores, dentre outras táticas, foram formas de manifestar o descontentamento dos produtores. A reivindicação básica (o aumento dos preços) não foi atendida em sua plenitude; as empresas (em unanimidade) argumentavam que teriam de repassar o aumento para os preços de mercado, o que dificultaria o consumo e abriria margens de consumo aos leites importados, recaindo em perdas também para os produtores. O movimento como um todo acirrou debates junto aos nossos informantes: alguns falavam em desistir “depois que se vão as pastagens, porque se é pra tratá no cocho (ração), é dá dinheiro pros outros”; outros diziam que teriam de investir mais (no plantel), “botá dinheiro da roça, né, porque perdê tudo isso agora (infra-estrutura) não dá”. Alguns, mais conscientes dos mecanismos de mercado, da política agrícola do governo e das facilidades de importação de produtos, diziam que “temos que insistir na técnica”, apelavam pela luta por assistência técnica para reduzir custos. As empresas privadas, bem como as cooperativas do ramo, desativaram quase que por completo seu setor de assistência técnica por achar que haveria uma oferta de produtores e de produto compatível com a capacidade de armazenamento na região e por achar também que as inovações e reduções de custo se fariam pela “difusão interna” na comunidade.

para as pastagens e a compactação do solo “onde as vacas pisoteiam” preocupam também. A tecnificação constante dos processos, o custo da manutenção de determinadas raças do plantel (“querem raças produtivas, mas são vil que *guai!*”), as exigências alimentares (silagens, “milho à vontade”) e a falta de mão-de-obra disponível e liberada no momento certo da ordenha (de madrugada e a noitinha - “levantamos quatro e meia ou cinco, inverno e tudo, porque o caminhão passa cedo aqui, pois tem que fazê a redondeza toda”) - tornam o cotidiano do colono envolvido nisso uma esfera de domínios instáveis.

Enfim, são processos que, somados e inseridos em vários outros, estruturam o *sistema de trabalho* do colono; são *estratégias adaptativas* que envolvem a produção e reprodução das relações de produção e de vida (“organização da vida”), que colaboram para a sobrevivência direta ou indiretamente, porém que complexificam relações internas em termos de divisão sexual do trabalho e em relação às demais práticas do trabalho agrícola.

3. 9 - As (agro)indústrias caseiras: “esperá só da roça é que não dá”

Um dos elementos que nos chamou a atenção, ao visitarmos, inicialmente, as comunidades para a escolha do espaço de pesquisa, foi justamente as formas internas de organização do trabalho e de receita monetária fruto de alternativas industriais ou semi-industriais na unidade familiar.

A quantidade, variedade, dissemelhança, formas e vínculos ligados ao modo de organizar tarefas e tipos de produtos são tantos que é muito difícil elencá-los e analisá-los separadamente. Elencamos vinte e seis atividades consideradas como (agro)indústrias caseiras em 47 famílias, cujos produtos mais comuns são queijo, vinho, bolachas, farinha de milho (fubá), sucos, “chimias”, figadas, “mandolates”, pastéis, bolos, “rapadurinhas”, cachaça, graspa, frutas, hortigranjeiros (moranguinho...), salame, ovo caipira, açúcar mascavo, capeleti, coelhos, rãs, peixes, etc. Produtos ligados ao ramo têxtil, como bordados, panos de pratos, cobertores, acolchoados, blusas, roupas íntimas, bicho-da-seda (seda) costura em geral, dentre outros, também são comuns. São processos de trabalho que alimentam uma *filosofia prática* e própria do *ethos de colono* da região, fundada na concepção de que a produção familiar só se viabiliza com

agregação de valores aos grãos e a outros produtos genuinamente comerciais. O conhecimento e a preservação do *ethos de colono* só se concretizam na criatividade, como forma de ampliar a receita da família e, com isso, de permanecer no meio rural. É por esse canal que muitos depoimentos caminham, bem como o discurso de técnicos da Emater e do Senar que dão assistência técnica aos colonos em suas agroindústrias.

Algumas mulheres encontraram na diversificação, na forma de (agro)indústrias caseiras, uma alternativa para evitar o assalariamento urbano. É uma atividade aleatória, sazonal e circunstancial que depende de inúmeros fatores interligados e/ou não, tais como preço de mercado, mercado consumidor, infra-estrutura, força de trabalho, ganhos, tempo disponível, ajudas internas e externas, fiscalização ou liberação, dinheiro disponível para investir (diversificação com um “pouco de capital”).

“Não se tinha retorno, agora se ganha alguma coisa. É mais um dinheirinho. Nem sempre, né, porque tem vezes que dá, outras vezes não. Esperá só da roça onde já se viu, nunca se vai tê nada! Problema tem aos monte: fiscalização, liberação de dinheiro do Pronaf, gente pra trabalhá, colocá o produto (mercado e concorrência) também, né (...).”

Os horários, ganhos, qualidades e quantidades são variados; são variáveis dependentes da organização interna, do desejo dos consumidores, dos retornos evidentes e possíveis. No entanto, obedecem a uma *racionalidade interna*; estão revestidos de um grau de *autonomia* e de *liberdade* em relação a possíveis determinações de preços (por mais que o parâmetro de mercado esteja presente), de tempo de trabalho, além, é evidente, de resgatarem, dinamizarem, inovarem e desenvolverem saberes internos, incorporados aos *novos* padrões alimentares da sociedade, mais voltados aos produtos *orgânicos*.

As formas de vinculação ao mercado consumidor são também variadas: diretamente com os consumidores, em suas casas ou na casa do produtor; nos supermercados pequenos ou médios, em feiras e na rua. Uma fabricante de bolacha disse que “se fosse vendê o trigo hoje estaria em onze reais o saco, nas bolachas vale setenta e cinco reais o saco. O leite se fosse vendê separado vale pouco mais de dezessete centavo, dá prá ganhá mais de que sete reais o litro agora, tem que pensá nisso, né”. Uma outra colona diz: “é uma corrente que no final dá um lucro. Temos que pegá os produtos da agricultura e transformá em produto aqui mesmo. Como eu

disse, é uma corrente que se junta as peça e daí no final tem valor. Esperá só da roça é que não dá”.

A forma integrada de produtos, processos, tempos, saberes e força de trabalho agrega valores de uma atividade e de um produto a outro, o que faz o resultado global - “a corrente” - ser, em alguns momentos, positivo. Essas práticas junto aos colonos da região não são novas, porém, mais intensas agora, especialmente em razão de processos técnico-mecânicos e agronômicos (como é o caso do plantio direto, por exemplo), que liberam mão-de-obra da lavoura, da debilidade econômica e de capitalização do agricultor familiar da região. “Se tudo mundo pensá em saí, saí, vira o que isso! O colono precisa inová, ele sabe fazê, tem que tê coragem de dizê junto, ‘olha, vamos fazê isso, aquilo, vamos tentiá’. De repente dá certo, né. Agora, vê a cidade como solução não dá não”.

Há carências de financiamentos para infra-estrutura, não há garantias de mercado, nem de preços compensadores; a organização interna da família (em termos *demográficos*, de tempo, de capacidade de inovação...) é muito tênue e passa por vieses nem sempre bem estruturados e duradouros. Em alguns ramos, a fiscalização e as exigências tributárias e fitossanitárias (salame, carnes em geral) dificultam a continuidade e os ganhos da atividade. A organização oligopsônica do mercado regional pressiona preços para baixo, induz fechamento de espaços para os colonos. A falta de assistência técnica da Emater e de outros órgãos de assistência creditícia e técnica, bem como de um processo organizativo interno entre famílias e ramos produtivos, dentre outros, *identifica*, caracteriza o *formato* das (agro)indústrias caseiras como processos “pouco seguro”.

Não obstante, são articulações agregadas, integradas, subordinadas /ou não ao conjunto de fatores e estratégias adaptativas de que os colonos dispõem e com os quais se aventuram em função de necessidades, carências, processos globais, acumulações, presentes e ausentes, formadoras e reprodutoras do *ethos de colono* e da sua “organização da vida” econômica e familiar.

3. 10 - Os colonos do basalto: “*aqui sim se move montanha sem muita fé!*”

A exploração das jazidas de basalto dá-se na região desde a década de 1970. O basalto é um tipo de rocha que se caracteriza pela formação de pedras em camadas

("bancadas"), sendo muito presente nas margens do rio Carreiro, na região do Alto Taquari.

As pedras de basalto encontram-se em jazidas em camadas de várias espessuras, de onde são extraídas pedras de vários tamanhos, cujos cortes variam de 50 x 50 cm; de 50 x 40 cm; 30 x 30 cm e 25 x 25 cm.

Começamos há 40 anos (...). Já sabíamos dos nonos que faziam meio de tudo com as pedras. Abriamos com picão, marreta e cunha até encontrá as bancadas, até 12 metros em alguns casos. (...). Hoje os tubarões se fazem (enriquecem). Os colonos vendem ou alugam as minas. Quem aluga ganha uns 20% da produção. (...) Eu mesmo trabalhei 30 anos, hoje não dá mais. As leis de exploração, detone, entulho, meio tudo hoje dificulta prós proprietários daqui. As indústria Klaus, Paludo, Techio e outras tomaram conta aqui. Se tivesse eu que botá as máquinas seria impossível sozinho fazê a exploração. As indústrias estão organizadas entre elas pra fazê o desmonte, o detone, inclusive prá pagá os que trabalham.

Na região de pesquisa, existem cadastradas e em funcionamento em torno de oitenta jazidas de extração de basalto, das quais a maior parte localiza-se no município de Paraí. Cada jazida emprega, em média, 15 trabalhadores, o que representa o envolvimento de aproximadamente mil colonos no setor. O município de Casca também é expoente nesse setor, bem como o novo município de São Domingos do Sul. Não obstante sua importância e quantidade, o basalto representa pouco (2,82%) em termos de Valor Adicional Fiscal dos municípios.

O processo global da extração de pedras de forma artesanal deu-se até a década de 1970. O mercado urbano era e é ainda o espaço que demanda o produto usado para fazer passeios públicos (ruas, calçadas), casas, chiqueirões, galpões, etc.

Mais recentemente, com os teares, abriu-se a possibilidade de trabalhar melhor a pedra (polida e lixada), com o que o mercado se ampliou, passando a ser usado como revestimento externo de prédios, paredes de casas, pisos, etc. A demanda, segundo os empresários, é cada vez maior e o mercado externo (Itália e Holanda) também é dinâmico. "Não produzimos mais porque não temos gente."³² O máximo dos colonos

³² O atual governador Antônio Britto, por várias vezes, já fez referências à região do basalto em seu programa político da reeleição como sendo um espaço de grande oferta de trabalho. Várias reportagens foram produzidas com o intuito de mostrar que não falta trabalho no Estado e essa região é apresentada como dinâmica na absorção de mão-de-obra bem como de sua baixa oferta. Os empresários do setor afirmam estar produzindo abaixo da demanda em função da falta de trabalhadores. O problema é que ninguém (nem Governo, nem empresas) tematiza as condições de trabalho que aí se (re)produzem, nem sempre agradáveis aos trabalhadores: jornada de doze horas, trabalho extremamente pesado e braçal, insalubre e altamente perigosos, a necessidade de envolvimento de familiares (esposa e filhos menores), etc., em função das exigências de produtividade. Em decorrência desse desequilíbrio entre oferta e

que qué trabalhá está aqui. Nas pedras precisa uma mão-de-obra especializada. Perde-se muito material e machuca-se muito, o que pode ser prejuízo. Quando alguém assume um bancada quer trabalhar sozinho, até porque trabalhar muito perto não dá. Incentivamos o auxílio das mulheres e filhos nos cortes menos perigosos e mais leves, liberando o homem para desmontar a bancada e as pedras mais trabalhadas” (Proprietário/arrendatário, dono de 16 pedreiras na região, com aproximadamente 250 trabalhadores, praticamente nenhum com carteira assinada ou outra espécie de vínculo empregatício).

De 1990 em diante, houve um avanço técnico, começando a aparecer a pedra serrada. As máquinas (tratores, britadeiras, explosivos, serras e lixadeiras, guindastes, etc.) estão liberando, paulatinamente, os colonos do processo de extração.

Essa é uma das preocupações dos colonos, pois, além do baixo rendimento, os colonos do basalto se preocupam com a continuidade e utilidade de seu trabalho. “Os guindastes e os tratores arrancam blocos de toneladas, bancadas inteiras, levam tudo pros teares e sai uma pedra de primeira. Água e eletrecidade têm de sobra aqui. (...). Se tu diz que ganhamos pouco, eles te dizem que é pra ficá bem quieto e dá graças a Deus que ainda estão aqui (...). Tão logo acho que não vai acabá. (...). Desperdiçam muita pedra. Fazê o que nós fizemos, máquina nenhuma faz”. Os empresários, ao mesmo tempo que dizem que tem oferta de trabalho superior a demanda, amedrontam os trabalhadores envolvidos, argumentando que o referencial técnico está cada vez mais dinâmico e inovador, exigindo produtividade, menos desperdício, melhor qualidade e envolvimento quase que inevitável de menores e esposas. Realmente os teares revolucionaram o trabalho e a exploração do basalto. A utilização dessa pedra para fazer a base da camada asfáltica está dando um dinamismo muito grande ao setor bem como obrigando os proprietários a inserir referenciais técnicos/mecânicos e explosivos cada vez mais em grande escala.

O processo de fiscalização, mesmo sendo ostensivo, é deficiente. Em consequência, muitos entulhos são largados no leito do rio, outros ficam jogados próximo a ele, não respeitando os cem metros de distância exigidos. Além disso, nem

demanda de força de trabalho, expoentes do capital industrial regional e do setor público não cansam de manifestar, citando a questão do basalto, que o problema do desemprego é fruto da falta de vontade de trabalhar e “de querê ficá só na moleza, na sombra e sem compromisso” como é caso dos (as) que preferem ir para a cidade; mesmo que, por ironia, isso se relacione também aos descendentes de imigrantes italianos.

todos os donos de pedreiras têm paiol especial para armazenar explosivos, deixando-os em galpões e/ou chiqueirões junto a outros produtos e animais. Praticamente ninguém cobre os montes de entulho com terra, nem é feito reflorestamento como recomendam os órgãos de fiscalização; apesar de os montes de entulho não poderem ter mais de 3 m de altura, há alguns que atingem mais de 50 metros.

Algumas pedreiras foram temporariamente interditadas devido a problemas ambientais e infra-estruturais. Poucos têm condições de contratar especialistas para fazer a detonação. “Tem que mandá vir de Porto Alegre, antigamente a prefeitura ajudava, hoje não mais. Só os tubarões é que podem pagá. É arriscado (..) vimos bem como eles fazem e daí tocamos, né (...). Morreu já uns quantos aqui na região. O delegado deu uma ajeitada! (...). É muito perigoso, sim, mas se tu paga tudo, depois paga o trator, paga o caminhão pra carregá, é melhor deixá parado. Então, onde dá pra fazê se faz”.

Outra questão à qual os fiscais “fazem vista grossa” refere-se às pedras não explodidas que ficam semifixadas no perau. “A gente trabalha sempre nervoso, ansioso, com medo que despenque pedra de lá. De manhã quando chegamos, tem pedra caída no chão. A umidade da noite torna a pedra mais pesada, as que estão meio soltas despencam. Trabalhamos praticamente embaixo. Tu sai de casa e não sabe se volta(!)”.

A autorização do Ministério do Exército, da Fepam e do Ibama é concedida com facilidade “para os tubarões. Pra nós eles exigem muito, daí não dá, né. Explorá o basalto precisa tê dinheiro”.

Os trabalhadores não-proprietários não mantêm vínculo empregatício apesar de chamarem os donos de empresas de “patrão”; sua remuneração comumente é feita por produção e/ou por cota. O pagamento faz-se no final de semana, com base na soma dos produtos entregues. Muitas mulheres e crianças ajudam sistematicamente ou em períodos que servem como compensação em relação à baixa intensidade de trabalho na roça.

O auxílio das mulheres e filhos pequenos “não registrados como trabalhadores” maximiza o trabalho do colono, eleva o rendimento monetário, fazendo sobressair o volume de produção em relação aos outros; porém, essa prática de *ajuda* de algumas mulheres, aleatória e/ou constantemente (em horários de não muito frio, nem muito quente), não é bem vista por outras (*colonas-operárias*, “colonas-mesmo”, colonas

dos ateliês e bolas) e, mesmo, por muitos homens. “Trabalho de pedreira não é pra mulher. Além de ficá no meio dos homens, é perigoso. Se cortam, se batem nos dedos e machucam os olhos (...). É feio vê uma mulher na pedreira. Mulher não foi feita pra lidá aí”. Há um conflito manifesto entre ter “de ajudá” e “ficá feio”; identidades (homem/mulher), moralidades, necessidades econômicas, exigências *patronais*, envolvimento ou não com a roça, etc., se entoam e se relacionam nesse trabalho.

A idéia de que “é feio vê uma mulher na pedreira” não significa que a mulher não tenha habilidade, capacidade ou importância tanto para o marido quanto para o patrão; simboliza, sim, a negatividade da situação, ou seja, ela é o atestado de uma situação de extrema dificuldade e carência por parte do colono. Ter que “botá também a mulher na pedreira” é expressão de debilidade financeira, bem como da diluição de fronteiras de gênero provocada pelas relações de trabalho temporário e/ou parcial, de último recurso de uma estratégia dentre as poucas existentes, apesar de algumas mulheres (“colonas-mesmo”) dizerem que preferem trabalhar nas pedreiras do que carpir e roçar capoeira, ou até ter de “se virá meio sozinha na roça (...). É uma pena que é perigoso”.

É comum, na região, os colonos-trabalhadores, não proprietários de pedreiras, deslocarem alguns membros da família para as minas e outros permanecerem na agricultura. A pedreira e a agricultura funcionam sazonalmente como ganhos suplementares. Raros são os colonos que são proprietários de pedreiras na região; os que o são e exploram-nas “por conta” e também se utilizam de trabalhadores. A forma de pagamento varia de pedreira a pedreira, sendo feita, normalmente, por produção. A relação, em sua essência, malgrado a proximidade vicinal e o grau de afetividade entre ambos (*patrão* e trabalhadores), não se diferencia da implementada pelos “tubarões”.

Em termos de remuneração, há vários fatores implicados nesse processo, que depende da qualidade da *bancada*, do tempo que é possível trabalhar nela, do auxílio “externo” (mulheres e crianças), da limpeza da *bancada*, do tempo meteorológico, da prática (saber) de trabalho, dentre outros. A média de remuneração não vai muito além de três salários-mínimos.

Trabalhá na roça aqui precisaria tê uma colônia e meia, tê máquina. Aí daria mais do que nas pedras. O problema é que se trabalhamos só nas pedras, o dinheiro das pedras vira em comida (...). A laje ganhamos três reais por metro, eles vendem por 28 só ocupando o telefone. O paralelepípedo recebemos cinco centavos cada um; o retalho ganhamos menos, alguma vez a gente faz, eles nem querem, ou levam de

graça. (...). Se fosse trabalhá mesmo normal daria pra tirá uns 20 por dia (...). Quem é solteiro sobra, mas quem é casado! Dá prá vivê meio apertado, mas dá prá vivê.

Alguns trabalhadores vêm de outras regiões, até de outros estados, além do espaço regional. As empresas têm casas ou alojamentos na comunidade para esses; descontam o aluguel, fornecem a comida (cesta-básica), etc., o que mantém muitos desses trabalhadores permanentemente endividados. Além dessa questão, “vêm pessoas de fora na comunidade. Não se sabe quem são, de onde vieram, o que querem. Trabalhá, trabalham, mas gastam tudo na bodega; vão pra zona, tem casa de mulher escondida no meio dos morros aqui. Tem muito dinheiro das pedras que vai pará lá. As empresas e os donos de tear, né, é que favorecem isso. Estão sempre pelados daí, né. Trabalham mais, depois oh, pra lá direto! Aquilo é vício, pelam o dinheiro e vão de novo”.

Numa comunidade, encontramos oito jovens que são de fora, dos quais as informações obtidas revelaram serem três de Santa Catarina (Quilombo); um, de Nova Prata (RS) e quatro, do Paraná (Francisco Beltrão). Dois desses do Paraná são casados e trouxeram suas esposas para cá, as quais, contudo, já voltaram, pois “não se acostumaram”.

Há, segundo informantes da comunidade, um rodízio de pessoas “de fora”. “Sempre tem gente nova na comunidade, um ou outro aparece”.³³

A tradição e a familiaridade são elementos que sustentam a confiança. Alguns rituais comunitários, como ir à bodega, participar das conversas, fazer-se presente na igreja, dar referências sobre onde morava juntamente com parentes, sobrenome, etc., são elementos que demarcam o mundo familiar em que a coletividade comunitária se identifica.

A ligação com os “patrões” é muito intensa na comunidade em razão das relações orgânicas de trabalho nas jazidas de basalto. Há competições esportivas entre trabalhadores de pedreiras, financiadas e incentivadas pelos empresários: as estradas e comunidades onde as minas são exploradas são conservadas pelos empresários em

³³ O “de fora”, o estranho, é, como diz Giddens (1997), o que vem e permanece amanhã. Não é apenas alguém que pertence ao mundo desconhecido, mas uma pessoa que, por permanecer, obriga os habitantes locais a tomarem uma posição. *Estranho* é alguém que “não pertence ao mundo existencial ‘inicialmente’, ‘originalmente’, ‘desde o início’, ‘desde tempos imemoriais’, e por isso questiona a extemporalidade do mundo existencial, coloca em destaque a ‘mera historicidade’ da existência” (Baumun, 1991, apud, Giddens, 1997, p. 102).

parceria com a prefeitura; a infra-estrutura na sede da capela (calçamento, iluminação pública, pintura do salão da igreja, colocação de postes, redutores de velocidade, o prédio da igreja, etc.) é mantida também pelos empresários. Numa comunidade, na última etapa de nossa pesquisa, estava sendo construída uma creche com doação financeira dos donos das minas de basalto. Liberar a mulher, evitar o êxodo da família, promover a prole e a força de trabalho futura não são mais apenas deliberações unicamente da família. Aliás, no tocante as creches, é importante informar, como veremos depois, que é também um desejo manifesto das *colonas-operárias*.

É notável a diferença em termos de infra-estrutura material entre comunidades que têm e as que não têm “os tubarões”, assim como entre as comunidades que têm mais ou menos vínculos com as agroindústrias em termos de estradas, de cuidados com a moradia, qualidade dos galpões, etc. O que percebemos é que o vínculo com a indústria urbana nos processos de trabalho rural redefine inúmeros espaços (*habitat* interno, espaço da sociedade da capela e a família). As conversas, as discussões, as preocupações, os conflitos, as alegrias e os vínculos se diferenciam, se não em sua essência, nas suas especificidades.³⁴

O vínculo dos trabalhadores com os “patrões”, em termos de obrigatoriedade trabalhista, é completamente nulo; o espaço de trabalho é profundamente insalubre e perigoso, e as empresas não se comprometem com isso. Segundo o diretor de uma das maiores empresas do ramo na região,

³⁴ Como já informamos, um dos momentos de pesquisa coincidiu com o período das Missões nas comunidades rurais da região. As Missões, pregadas por padres Capuchinhos são um período de profunda expressão de vida religiosa dos católicos no meio rural; acontecem a cada 20, 30 anos e provocam um envolvimento intenso e integral dos colonos, sendo aguardadas com expectativas e preparadas com muito zelo e dedicação. Conversando com um dos missionários, esse se mostrava preocupado com as alterações que estão acontecendo na comunidade e nas famílias (o trabalho feminino fora, o estudo urbano, casamentos e famílias descaracterizadas em relação aos preceitos cristãos/católicos). Fomos convidados em três oportunidades para almoçar com um dos missionários em casa de colonos, “daí vocês papeiam, né”. O colono se sente “meio sem tê o que conversá com o padre”, disse-nos a ministra da Eucaristia de uma comunidade. O trabalho na cidade por parte de algumas mulheres, a necessidade de ganho e as pressões dos empresários no trabalho nas pedreiras, na produção integrada, nos ateliês, cota das bolas, etc., esvaziavam o salão de algumas comunidades na parte do dia; à noite, a participação era maior, porém o cansaço do trabalho do dia, aliado à dimensão negativa da pregação em relação às formas do vivido se apresentarem, fazia do espaço/tempo religioso das Missões um certo desencanto em relação às expectativas. Dialogando com mulheres e/ou homens, sentimos que algumas expectativas foram frustradas; a negatividade da pregação, fazendo recair a “culpa em nós”, fez com que muitos “esperassem outra coisa”. “É fácil prá eles vim e falá, criticá, dizê que a família da qui se separa, se foi, sei lá. Mas vem lidá aqui pra vê. Eles vêem, botam fogo e depois se vão, né”.

...quem quer assinar carteira, assinamos, só que as obrigações serão outras. O trabalho é mais completo e o salário vai ser menor do que eles ganham agora. Em nenhum lugar, na região, o colono, veja que são colonos! (sem instrução), vai ganhar 400, 500 por mês. Eles têm que ver isso. Só nós é que pagamos isso. (...). Claro que tem perigo. Pode cair uma pedra na cabeça, cortar, esmagar, quebrar um dedo, uma mão, furar um olho. Tudo é possível. Nós pagamos mais e não assumimos riscos. Eles sabem disso. Os mais experientes não têm problema. Os mais novos é que é brabo. (...). Eles (os colonos em geral) entram como parceiros. Ganham um percentual sobre o que fazem. Não controlamos as horas. Trabalham se quiserem. (...). Sindicato eles não têm, nem pode ter. Vão brigar com quem? Empregados eles não são. Se não são empregados não têm patrão. Parceiro não é patrão.

O relato nos parece extremamente revelador da relação: expressa abertamente processos, coações, debilidades do colono, poder dos empresários, estratégias de não-vínculo entre capital e trabalho, etc. Ouvindo e vendo tudo isso, é-nos difícil não dizer que os colonos vivem o cotidiano sob a ótica da luta, do sacrifício (como os *nonos* não cansavam de exteriorizar), da dominação velada e/ou extensiva; porém, há processos, espaços, confrontos que não se encerram unilateralmente. E a resposta que sempre obtivemos quando indagávamos sobre essas condições de trabalho era de que “onde é que tá bom hoje pro pequeno?”

Os períodos de trabalho mais insalubres são tanto o verão quanto o inverno. A pedra fria ou quente, o vento, as dores de coluna e os dedos “todos estropiados”, como eles dizem, unhas esmagadas, dentre outras, são as queixas e a expressão de negatividade das condições de trabalho, aliadas, é evidente, à baixa remuneração.

A inexistência completa de qualquer organização e a possibilidade de vínculos coletivos de organização dos trabalhadores abre margem ao enfraquecimento ainda maior do poder de barganha dos colonos.

Os patrões precisam de nós (...). Sabemos que os teares estão aí. (...) Eles sim. Eles têm o Sindicato dos Extratores de Basalto em Nova Prata. Eles não deixam fazê sindicato. Esses tempos veio o Foschiera de São Domingos aqui para organizá os pobres que trabalham no basalto, teve que saí corrido pelos colonos mesmo. Os caras do martelo de um pedreira dos Klaus botaram a corrê. (...). Essa tabela que estamos recebendo é desde o Real (Plano). Prometeram que se aumentasse o salário aumentariam também, em vez! Os únicos que não fazem greve somos nós. (...). Chegam a pagá três pilas por metro de laje e vendem a 28 só por telefone e frio (sem nota fiscal) ainda. Pra eles é fácil. A pedra vale depois que tá no caminhão. (...). Não é fácil praá se organizar. Tem um que vai, outro não vai. Se o pessoal se organizasse e parasse, melhoraria. Só aqui dessas três pedreiras aqui que tu vê, têm mais de 50 colonos trabalhando. Se a gente quisesse, pelo amor de Deus, daqui a duas horas estamos todos na bodega na capela, não seria difícil de se falá. Não adianta. (...). A pedreira tá sendo a salvação aqui, daí têm medo, né. (...) . O tear também amedronta.

Esse é outro relato, agora de trabalhador, que também dá o perfil do *desenho social e relacional* do trabalho nas pedras. A longa citação desse trabalhador que diz “que se criou na pedreira” é expressiva de um contexto de precariedade, de esperança, de exploração, de interesses comuns, de descompromisso, de consciência crítica, de necessidades, etc.; manifesta os vínculos construtores de uma relação que não se esgota no trabalho nas minas de basalto; *funda-se* nessa relação, porém repercute no horizonte da família (suas opções, decisões, negações/afirmações...), para a família (remuneração, organização do trabalho) e na comunidade. É fruto também de processos de *flexibilização* do trabalho, da exclusão social e da *crise do trabalho*.

Todos os pais entrevistados que trabalham em pedreiras foram unânimes em dizer que não querem que seus filhos os substituam nelas:

Não quero que meus filhos trabalhem nas pedras pra fazê futuro. Se dá pra pegá um ramo melhor, que vá, porque aqui não é bom não. Aqui não tem o ‘salame pendurado’ como os patrões dizem. Aqui se move montanha sem muita fé! (...) Pedra é serviço brabo (...). Claro que as pedreira estão salvando nós aqui, mas é porque a roça e a pouca terra não dá nada. Nós não temos estudo, só sabemo mexê na terra. (...), comprá terra é difícil. Aqui o que ganhamos é limpo. Má quem tá aqui é porque não têm outra alternativa. Mexê com marrão, marreta, cunha, martelo, alebanca, escafilador, talhadeira, é só pra braço e mão calejada já. Aqui e a roça a diferença é poca. Virá pedra aqui e virá na roça é tudo pedra. (...). Quando acabá (as minas) de certo os filhos vão tê alguma coisa.

A noção de *bloqueio fundiário* (Souza, 1992) que vimos referindo no decorrer do texto expressa-se claramente no relato anterior. Limites e necessidades são dois horizontes do cotidiano do colono da região, manifestando e explicando os *possíveis* que perpassam a vida desse estrato cultural, econômico e social.

A concepção de trabalho, como vimos, ganha conotação de *peso*: trabalho nas pedreiras é pesado. No entanto, é, ainda, o que rende mais em relação a outras atividades possíveis. Se o aprendizado nas pedras é fruto de uma trajetória, de um saber, de uma história de vínculos artesanais dos colonos, a forma industrial da pedra afastou a possibilidade de continuidade de gerações novas e futuras.

A prática do trabalho nas minas de basalto é mais uma das *estratégias adaptativas* e das *racionalidades internas* das *ações e opções de trabalho* que objetivam a sobrevivência econômica e a reprodução da família no meio rural. É uma relação que conserva especificidades, mas que se complexifica no *ramo* de atividade do colono; é

um espaço objetivador de rendimentos monetários, vinculados às instâncias de saber e de trabalho imbricadas com a “organização da vida” e de reprodução familiar.

Enfim, acreditamos ter levantado alguns elementos que demonstram que a região não esteve deslocada do processo transformador de relações de produção do meio rural. Analisamos vários produtos, vários envolvimento do sistema de trabalho do colono, sendo muito difícil aglutiná-los, mesmo que se saiba que fazem parte de um complexo relacional interligado em torno da terra e da família. Necessário se fez analisá-los separadamente, mesmo que sucintamente, pois inúmeras relações e processo guardam especificidades.

Vimos que houve e continua havendo uma reestruturação de meios infra-estruturais, mecânicos e técnicos visando adaptar o colono ao horizonte da *racionalidade moderna* no processo de trabalho. O capital urbano e rural criou espaços produtivos e os valorizou, priorizando espaços de produção enquanto criação social de circulação de investimentos maximizadores de fatores econômicos para si. O capital industrial e agroindustrial, não só local, articulou e articula o espaço agrário/agrícola visando aos produtos que esse estruturou *no* e *com* o mercado.

Há, a partir do processo modernizante da agricultura, uma gama de variáveis dinâmicas que intervêm no processo produtivo sob o princípio das *decisões racionais* e fundamentadas no modelo produtivista. A unidade de produção familiar se *vê obrigada* a articular movimentos e relações com o intuito de sobreviver; *é obrigada* a redefinir, espacial-temporalmente, até o vínculo natural no contato com a terra para se inserir num processo produtivo altamente moderno e quimificado ou, então, insalubre como é o caso das pedreiras, ou a assalariar-se no espaço urbano. Porém, isso tudo não se dá gratuitamente; há processos envoltos que não são lineares. A relação com a agroindústria, com as minas de basalto e com os ateliês é expressiva desse novo dinamismo que se apresenta entre o capital urbano e a unidade de produção familiar.

O caráter mercadológico que assumem as relações de produção é intensificado com o aprofundamento da relação da unidade familiar com instituições representativas diretamente do capital em vários níveis e espaços de influências, principalmente, agora, daqueles horizontes que dispensam, pelo menos para a prática produtiva, o vínculo com a terra e a propriedade dessa, como é o caso dos ateliês.

Tanto a produção de leite quanto as agroindústrias caseiras e a “lida nas pedras” reproduzem uma experiência, um *habitus* que perpassa no tempo enquanto *estratégia adaptativa* no cotidiano econômico e familiar do colono.

A noção de *experiência* resgata a subjetividade nos processos sociais. Os aspectos estruturantes e históricos estão presentes, porém as pessoas reagem, adaptam, fazem a *sua leitura* da situação (experiência) por meio da consciência afetiva, moral e do meio (Poli, 1995). Os colonos constroem e reconstroem passados e presentes; experimentam ações em função de necessidades e antagonismos; (re)elaboram, na consciência, experiências fundadas na cultura e nos processos sociohistóricos de seu meio local e global.

Nossa análise, neste capítulo, pautou-se pela ótica da continuidade com redefinição. Não compreendemos os processos de trabalhos do tradicional para o moderno excluindo-se, ou seja, ; as inovações fundam-se e readaptam-se no horizonte da *organização da vida* do colono.

Não obstante, os dinamismos de uma sociedade em profunda mutação tendem a redefinir papéis, funções e estruturas (patricentralidade, unidade familiar e unidade de produção, colono e assalariado urbano, etc.), denominações que são (re)incorporadas e (re)interpretadas na experiência do vivido do colono. É disso que os capítulos subseqüentes tentarão dar conta.

4 - ESTRATÉGIAS FAMILIARES E PAPÉIS DIFERENCIADOS

Este tópico da investigação visa entender as condições de organização doméstica e as atividades produtivas que permitem a participação feminina no conjunto da unidade familiar. A análise de práticas de trabalho e de vida das mulheres no seio da família se dá com o intuito de perceber a *raiz social*, o coletivamente representado e a inscrição no contexto social organizador e (re)definidor da *representação* que conduz suas práticas cotidianas.

Decorrente de nossas hipóteses gerais, a idéia central a ser trabalhada aqui é de que as unidades domésticas do meio rural da região, sua organização da produção, a utilização dos recursos e da força de trabalho familiar (sobretudo e estrategicamente, a feminina) *formam um conjunto de relações de produção, circulação, distribuição e (con)vivências que lhe dão um perfil social de família do colono*, ainda que haja trajetórias diferenciadas entre seus membros. Nessa dimensão, temos de recuperar a noção de *ação*, a qual resgata o agente social em sua dimensão dinâmica, agente esse limitado em suas possibilidades, em suas condições objetivas e em seus sistemas de interação (Bilac, 1991).

Buscamos ver se das práticas sociais brotam *opções possíveis* (estratégias) não só como eleição consciente e individual (racional), mas no âmbito *da família para a família*. As *estratégias* mantêm vínculos estreitos com o *habitus* gerado pelas *estruturas objetivas* promotoras de práticas individuais que constituem o âmbito familiar. A família, como instância de representação social, absorve e define os papéis, as demarcações, as lutas, os reconhecimentos, os espaços possíveis circunscritos como um *campo* (Almeida, 1985).

Acreditamos que a busca do trabalho urbano ou outras estratégias internas *objetivam fortalecer a condição de família de colono*. O trabalho urbano das *colonas-operárias* ou nos ateliês aparece nos relatos *ambiguamente* - expressando certa consonância com a noção de *identidade de colono* -, como “necessidade”, “obrigação”, “desgraça”, “inevitável”, como “bom”, como “só por falta de terra”, como “melhora”, “leve”, etc. Intentamos saber se esses processos de trabalho externo são manifestações de *contradição de identidade de colono - colona-operária* - ou de reafirmações/redefinições e descontinuidades de interesses do *ethos de colono* e das

investidas do capital industrial e de suas representações de identidades (operários/citadinos, colonos/operários, os dos integrados...).

A noção de *trajetórias* e de *estratégias* permite-nos objetivar as experiências desses agentes em um sistema de relações no espaço e no campo familiar; pode nos dar condições de interpretar as formas de reprodução de relações de produção e de convivência, articulando diversos planos inseridos e *funcionais* com níveis estruturais e individuais.

Quando falamos em *estruturas*, não as estamos desvinculando de percepções, interdependências, julgamentos e comportamentos, ou seja, da construção de um sistema de relações (Brioschi e Trigo, 1989). Como já vimos, no universo das *representações*,¹ o individual e o social agrupam-se, depositam-se, inscrevem-se e sedimentam-se simultânea e indissociavelmente, fazendo com que as representações individuais manifestem uma forma de vida, um meio e uma posição social definidas nas *estruturas normativas* de poder² (ver Bourdieu, 1974, Jovchelovitch, 1994, Rasia, 1995, dentre outros).

4. 1 - A família e sua difícil demarcação conceitual

Fala-se muito hoje que o padrão de família chamada *nuclear* se diluiu, que

¹ Reforçando e complementando o que já dissemos na Introdução, as *representações* significam orientação de uma visão de mundo dos indivíduos consigo mesmos e com a natureza, envolta em classificação, imagem e símbolos. Bourdieu (1990, p. 88) chama as *representações* de “esquemas de pensamento impensados que (...), sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposições (alto, baixo, grande, pequeno, etc.), funcionando como categorias de percepção, constroem as relações de poder justamente do ponto de vista daqueles que assim afirmam sua dominação, fazendo-as parecer naturais”. As representações, mesmo que organizem a percepção do indivíduo, objetivam-se na forma institucional, simbólica e objetual (homem forte, protetor; mulher frágil, deve ser protegida; defesa da virgindade para as meninas e o do direito de exercício da sexualidade ao filho homem, etc.).

² Habermas (1989), Sahlins (1979) e outros nos ajudam em nosso intuito de tentar fundamentar que os processos sociais vividos pelos colonos e pelos espaços sociais de grande mutação (como está o meio rural/agrícola e a família) não podem ser explicados unicamente no horizonte dos níveis alcançados pelas forças produtivas e de sua determinação nas relações de produção. Há uma dinâmica intersubjetiva no agir social que não se funda unicamente na *razão objetivadora de fins* (interesse técnico). O horizonte da *intersubjetividade comunicativa* envolve *imagens de mundo* no espaço do vivido, formando *estruturas normativas* de ação e interação, bem como processos de aprendizagens no âmbito do entendimento, dos valores e crenças morais na regulamentação consensual dos conflitos. Os indivíduos, para agirem socialmente no plano individual, precisam incorporar as informações (*representações do e no vivido ou mundo da vida*), a fim de que sejam explicitadas como respostas aos processos sociais e às condições históricas na sua mútua influência (Poli, 1995). Essa mútua influência permite aos colonos (re)interpretar e (re) elaborar a consciência das experiências vividas (anteriores) no vivido presente e no âmbito do patrimônio cultural, afetivo e moral.

novos *formatos* se fazem presentes, mais heterogêneos, *plurais e flexíveis* (Vaistman, 1994), instáveis, etc., ou seja, fala-se que inexistiu um modelo dominante, seja em termos *práticos*, seja enquanto *discurso normatizador de práticas*.

Algumas teses tentam mostrar que a modernização da família está ligada ao processo de industrialização que retirou a mulher do mundo considerado privado, que alterou a dicotomia entre papéis instrumentais de gênero em direção a uma coexistência de características diferentes, porém interdependentes (Vaitsman, 1994). Acreditamos, realmente, que o processo de modernização/urbanização das sociedades, no caso brasileiro, pós-década de 1960, intensificado nas de 1970 e 1980, provoque profundas redefinições na organização técnica, econômica e política do processo social como um todo,³ o que tem implicações no seio da instituição família.

A noção e a representação de *indivíduo* (Dumont, 1985), com o pensamento moderno, redefiniram, em grande parte com a *reificação da hierarquia*, com representações tradicionais que vão desde a propriedade (fruto do trabalho, do corpo do indivíduo), as posições sociais, de sexo (mesmo que a mulher esteja num grau de emancipação inferior ao homem). A idéia de indivíduo passou a ser centrada no mercado, no trabalho livre e na capacidade de inserir-se no horizonte do trabalho remunerado (Brioschi e Trigo, 1989).

Se as características que fundamentam as transformações estão na ótica da fragmentação, da descontinuidade e da heterogeneidade, isso não significa que se perdeu a visão de totalidade, que os valores universalizantes dos processos sociais, que as macroestruturas sociais que institucionalizam processos sociais de legitimação - as transformações macrohistóricas- estejam desvinculadas ou não permitam análise, como querem os *pós-modernos*.⁴

Ora, sabemos que hoje, mais do que nunca, noções de *descontinuidades*, de *não-linearidade* e *heterogeneidades* constroem *padrões* familiares distintos e multifuncionais (Vaitsman, 1994)⁵. A família está inserida nesse horizonte. A questão

³ Teses, como capitalismo *desorganizado*, especialização e *acumulação flexível* (Harvey, 1989), *capitalismo multinacional*, sociedade *pós-industrial*, *sobrevivencialismo*, *alta e baixa modernidade* (Giddens, 1990), *pós-modernidade*, dentre outras, encontram espaços de reflexão na interpretação dos processos em curso.

⁴ Ver Lyotard (1979) e Maffesoli (1987), dentre outros.

⁵ Não há dúvidas de que os convívios e as configurações na família, principalmente nos grandes centros urbanos, perderam as características de fato homogêneo; há concepções, conjugalidades e liames sociais distintos: a sexualidade ganhou determinações fora da família; o trabalho externo das mulheres é mais

da reprodução social, da reprodução da força de trabalho (cotidianos e geracionais), a divisão sexual do trabalho, das relações de gênero em sua articulação com as classes sociais, a articulação entre *relações de reprodução e relações de produção* (Lefebvre, 1973) e com as demais instâncias do social (a política, a jurídica, a ideológica...), a simultaneidade da presença de uniões do mesmo sexo, entre outras, são *cadeias de mediações* que estruturam *formatos possíveis* de famílias com *lógicas* diferenciadas.

As altas taxas de divórcio e separações, a redução dos casamentos, a autoridade dos pais e da família na esfera da reprodução são indicações, também, não de uma *crise da família* ou de esvaziamento da instituição família como alguns apregoam; são indicações de uma crise e de um esvaziamento de um tipo ideologizado e idealizado de família que não tem mais condições de se sedimentar na sociedade (Sarti, 1995). O estilo fordista de separação entre família como unidade de reprodução social e família como unidade de produção, agora com as novas estratégias de envolvimento da mulher no mercado de trabalho, está posto no sentido de fazer convergir nessa as funções de produção e reprodução não mais só no meio rural.

...o problema fundamental do espaço-tempo doméstico em condições da crescente globalização da economia reside em que, por um lado, a entrada no mercado permite às mulheres transcender a dominação patriarcal do espaço-tempo doméstico, por outro lado, esta dominação transborda deste espaço para o espaço-tempo da produção e, por essa via, reproduz, se não mesmo amplia, a discriminação sexual contra as mulheres (Santos, 1997, p. 305).

Relações de parentesco, residências isoladas, migrações de parcelas da família nucleada (mobilidade espacial), separações e recasamentos, entre muitíssimos outros, resultam em lógicas diferenciadas de articulação das relações familiares tanto dos papéis quanto das trajetórias de vidas individuais de seus membros. O discurso do vivido e do

evidente. Há uma maior reificação do corpo, um maior predomínio de relações informais e de proximidades pessoais, culturais e sociais, banalização do divórcio, valorização do presente, etc. A difusão da idéia de fim da família e/ou de crise, na concepção geral, tende a acentuar a crise, pois os fenômenos sociais têm uma relação de circularidade. "O conhecimento da alta taxa de divórcio pode afetar a própria decisão de casar" (Giddens, 1991, p. 33). "As mudanças nos padrões de valores não são independentes das inovações de orientação cognitiva provocadas por mudanças nas perspectivas sobre o mundo social" (Fernandes, 1994, p. 1155). As práticas e representações se inter-relacionam de forma circular. Fala-se hoje em *bom divórcio*, significando que esse possui um caráter estigmatizante e estigmatizado; há uma maior racionalização do casamento com vistas à obtenção da realização pessoal, de procriação, ao invés de forma *normal* de satisfação sexual. Acreditamos que, em vez do fim da *comunidade doméstica* (Weber), o que se apresenta são representações, valores e padrões de conduta que estão em xeque, mas que, ao mesmo tempo, refletem o desgaste de *instituições normativas* da vida humana. Separar-se, não significa fim da conjugalidade; sucedem-se recasamentos. *A família é uma instituição social como qualquer outra, sujeita a uma dinâmica de continuidade e mudança* (Fernandes, 1994).

ideologizado de família perpassa dimensões e pressupostos sob a ótica da *proposta*, do *duradouro* (não sinônimo de definitivo), das emoções, compromissos, possibilidades, diferenças complementares, vizinhança, individualidade, escolhas, intimidade, emancipação (autonomia), etc. Esse processo demonstra que os relacionamentos são construídos e *negociados* permanentemente (Bilac, 1991).

Não há dúvidas de que hoje há uma convivência não dicotômica entre universos relacionais emancipatórios e dominadores. Os novos processos sociais dinamizados pelo direito, pela informação, pela técnica, pelas novas relações de trabalho, pelas questões demográficas e de controle social e de natalidade, pelas dificultadas formas de acesso a um nível de vida compatível com as necessidades vitais para o viver familiar e social, recriam, redefinem e redimensionam relações que complexificam a escala conceitual e de vida de família, sendo o meio urbano mais sensível a esse processo (Sarti, 1996). Entretanto, isso não significa dizer que a família acabou, ou o seu contrário ou, então, que deixou de ser o centro (o *todo*) aglutinador das partes, que deixou de construir papéis, escolhas e socializações.

Desse modo, não podemos perder de vista processos e mecanismos latentes e inseridos (induzidos e indutores) nos ciclos de desenvolvimento do capitalismo moderno, os quais envolvem acumulação (que seja *flexível* ou não!), relações de trabalho,⁶ mercados de trabalho, padrões de consumo, mercados e atividade informais, sistema financeiro autônomo em relação à produção real (como o vivido agora com a queda mundial das aplicações em bolsas de valores), flexibilidade geográfica e temporal da acumulação do capital, novas tecnologias, planejamento e administração, etc. Essas redefinições indicam, sem dúvida, incerteza, fragmentos, instabilidade, alterando condições básicas da modernidade.

É claro que, como argumenta Harvey (1989), a aceleração, no tempo, do movimento mercantil e do capital; a flexibilização das práticas de trabalho centradas mais no individualismo; a volatilidade e a efemeridade da moda, da técnica, das idéias, dos valores, do estabelecido; a ótica do móvel, do contingente, do fugidío na esfera dos valores, comportamentos, no regime de acumulação, etc., influenciaram sobremaneira a forma *pós-moderna* de pensar. O grau de universalidade dessas práticas dá a tônica das

⁶ Contratos de trabalho em tempo parcial, temporários, subcontratação, autônomos, etc., são *arranjos flexíveis*, expectativas individuais e coletivas que delimitam formas organizacionais contemporâneas, tão ao gosto *presentista* dos *pós-modernos*.

novas organizações do capitalismo/globalizado e de tendências neoliberalizantes, desterritorializado na sua forma de organização socioeconômica e cultural.

É aí que entra nossa questão específica: o meio rural da região é sensível a isso tudo? A sensibilidade é tanta a ponto de acontecerem práticas de reação, adaptação, releituras e redefinições? O trabalho fora de casa de inúmeras mulheres e jovens que, com isso, reduzem a *determinação patriarcal*, a não-responsabilidade única das mulheres na educação dos filhos, o direito à herança não apenas pelo sexo masculino, etc., são elementos, dentre outros, que expressam esse redefinir social e cultural por que passa a família no meio rural em geral? Há um grau de homogeneidade e universalidade hierárquicas em termos de repercussão? A família é apenas *um* dado no processo *estruturante* do social?

4. 2 - A ótica das estratégias

Frente a esse contexto relacional mais abrangente das famílias, movemo-nos pela noção de *estratégias* como produto de um sentido *prático e simbólico* (Sahlins, 1979),⁷ como sentido de jogo, de *racionalidade adaptativa*, de jogo social particular (Bourdieu, 1972), como prática social dos grupos e elementos domésticos que têm a família como pressuposto. Os integrantes da unidade doméstica e de convivência no meio rural (re)definem uma determinada organização de seus processos de trabalho e de relações estabelecendo *acordos básicos* relacionados com a composição da família, com necessidades econômicas, distribuição da força de trabalho, da variável demográfica e etária (Chayanov, 1981). Isso implica esquemas de percepção, de pensamento, de organização de tarefas, de uso do tempo e de recursos referidos à continuidade e à reprodução do grupo familiar.

A diversidade de relações, fruto de camadas sociais, culturais, econômicas, étnicas e espaciais (rural/urbano), resulta no rearranjo *instrumental e prático* (Sahlins, 1979), como também simbólico, de que foi revestida a organização social e vivencial da

⁷ Sahlins (1979) fala de *signos em ação* como sendo categorias e valores mobilizados de acordo com a situação; fala também de *estrutura da conjuntura*, como sendo um conjunto de relações históricas que, ao mesmo tempo, reproduzem as categorias culturais tradicionais e lhes dão novos valores a partir de um cenário específico e pragmático. Se as *estruturas do presente* são o passado modificado por uma ação localizada, circunstancialmente motivada (*estruturação da conjuntura*), então *estrutura* e *fato* entram em relação dialética, uma dialética de articulação entre um sistema local e o contexto em que o mesmo se

família. As *trajetórias individuais* (Bilac, 1991) também condicionam relações na família. É o que veremos com mais ênfase na análise realizada sobre as trajetórias e relações de trabalho da família no meio rural.

4.3 - *Novos processos relacionais e a "mulher de colono"*

A família, no espaço rural da região, entendida também enquanto grupo de convivência e de relações transcendentais em direção ao espaço parental (Woortmann, 1995), de amizade e vizinhança, é atravessada por uma dinâmica intensa que faz seus integrantes pensarem e repensarem a situação atual, as perspectivas futuras, o que os obriga a (re)organizarem continuamente suas estratégias e a (re)lerem seu meio social e seu cotidiano sob a ótica do não-harmônico. O forte vínculo que existia entre produção, consumo, comercialização, trabalho e família, renda e número de filhos reorienta-se com as transformações na vida doméstica com o crescente envolvimento da mulher na força de trabalho não especificamente agrícola.

O formato econômico dominante da família dos colonos da região, como já vimos, sempre esteve assentado na articulação entre produção, consumo interno e comercialização. As relações sociais de gênero, a organização patriarcal, a hierarquia em termos de idade, os espaços de trabalho, do público, do lar, etc., sempre marcaram e definiram a conduta e o contato do agir cotidiano dos indivíduos na família e nas ações sociais como um todo, por mais que suas intensidades e repercussões tenham sido variadas.

No meio rural, sempre esteve presente a divisão espacial em termos de casa e de "fora", relacionada à alimentação, educação, limpeza, reprodução dos princípios inerentes à família do colono e à cultura camponesa e do meio rural em geral. A idéia de "pra fora" relaciona-se ao público e a suas inter-relações com o espaço de trabalho, excluindo a horta, o quintal, os espaços de plantação de pastos, de produtos de consumo interno, os estábulos, etc. (Brandão, 1995). Isso não exclui o trabalho complementar e diário da mulher no espaço da roça, reorientando, ao mesmo tempo, a espacialidade dos sexos e de seus aspectos funcionais.

"Roçar capoeira, plantar milho, colher, fazer queijo, aprontar pasto, cuidar

dos bichos, arrumar a horta e a casa, fazer comida, lavar roupa, cuidar das crianças, plantar as miudezas e colher, né, ver o que falta pra casa (...), ajudar a carregar saco, porco, frango, (...)" formam a experiência vivida das atividades e da identidade de gênero no meio familiar do colono. O trabalho nos ateliês e em casa mesmo insere-se nesse processo. As escolhas afetivas enquadram-se nesse espaço estratégico e instrumental. Arrumar, limpar, lavar, remendar; também comprar, preparar e conservar comida, governar a casa, receber, gastar, poupar, distribuir entre os filhos, contrair dívidas, enfrentar credores e devedores, orientar com perícia o trabalho das crianças e adolescentes, cuidar da sua saúde, etc., expressam a dispersão e um leque variado de atividades da mulher dentro e fora de casa, o que manifesta a interligação profunda entre família e trabalho.

É na família, organizada em estratégias e não ao redor do indivíduo em fuga solitária, que a mulher toma parte ativa, emprestando-lhe sua dinâmica e fornecendo-lhe seu suporte (Almeida, 1985). A profunda interação entre família, terra e trabalho sempre definiu e define ainda hoje as obrigações, os espaços, o poder, a submissão, os investimentos, a prole, a saída e a permanência de elementos no núcleo familiar.

A reprodução, a fragmentação e ampliação do patrimônio, das responsabilidades, etc., constroem o imaginário das representações sociais definidoras dos papéis, sejam esses de submissão ou de *complementaridade hierarquizada* (Bilac, 1991) entre seus membros, o que não quer dizer que não haja tensões, conflitos, aceitações, normatividades, visibilidades e invisibilidades de importância, incorporadas ou ideologicamente expressas em convivências de afirmação de autoridade e de poder.

Houve, durante o trabalho de campo, momentos em que várias mulheres fizeram questão de nos dizer que "agora com as bolas temos o nosso dinheiro (...), decidimos o que fazer (enquanto família e individualmente). Compramos de tudo". Já em outros, os homens nos diziam que são eles que guardam o dinheiro, que são eles os proprietários, mesmo de terras herdadas pela mulher (perante a esposa, porém, expressavam: "a terra dela").

Enquanto representação social de gênero, não há dúvida de que, até bem há pouco tempo, talvez até com mais atraso no meio rural (pelas especificidades políticas, culturais, econômicas...), as tarefas femininas situavam-se na ótica do secundário, da incapacidade, sendo elas responsabilizadas mais por fracassos do que pelo sucesso tanto

do marido quanto da família. A submissão ou o conflito com a sogra e seus universos de relações espaciais (dentro de casa, no quintal, na horta, na sistemática do trato com animais...), na educação dos filhos, na constante vigilância e autovigilância de uma *identidade de trabalhadora* - honesta, não gastadeira e caprichosa - implicam a sujeição de interesses, desejos e necessidades.

A tônica da posição de marginalidade está presente mesmo nas que se dizem provenientes de famílias "de nome", ou que tinham alguma escolaridade ou dotes especiais em termos de força física, de saúde, de capacidade de dirigir trator, etc. Ao mesmo tempo, visualizamos redefinições de papéis e a experiência da liberdade/autonomia e dominação nas que "vão tentá a vida na cidade", as *colonas-operárias*.

A família constrói-se como *relações familiares de produção*. As relações de trabalho, de idade, de sexo; os seus conflitos no trabalho, no meio doméstico, entre as diferentes gerações que a família abarca; seus valores, aspectos econômicos; seus contornos jurídicos internos, sistemática de reprodução do patrimônio etc., são reveladores do grau de heterogeneidade interna e, ao mesmo tempo, de sua especificidade e de suas estratégias frente ao processo social mais global (Jelin, 1976).

A idéia de família ou de que "se é uma família" legitima ações, acordos, perdas individuais ou coletivas e ganhos patrimoniais, porém não significa que ela seja uma instância cultural, social e econômica pura, desvinculada dos processos sociais (Barthez, 1982). A idéia de que a agricultura é uma *atividade da família*, não uma atividade individual, está bem presente nas famílias de colonos entrevistados por mais que alguns de seus membros estejam realizando atividades em que o fator terra não lhe seja relacionado diretamente.

A administração, a propriedade e a representação da exploração, mesmo que em praticamente todas as unidades esteja centrada no homem-marido, não inviabilizam a co-participação da mulher em decisões, na elaboração de sugestões, de iniciativas de acompanhamento, as quais dão conformidade à relação hierárquica entre os cônjuges (Woortmann, 1985). Não obstante, algumas mulheres reclamam de que "os maridos falam pouco, fazem meio por conta", significando, com isso, que, se, na prática, não acontece a democratização das decisões, em nível de consciência, ela deveria estar. Existe consciência disso, e grande parte das mulheres adotam táticas no sentido de

participarem, de serem ouvidas e de realmente decidirem em família.

As mulheres que trabalham fora (*colonas-operárias*) ou as que se assalariam nas pedreiras acabam interferindo na imagem de autodeterminação dos maridos. “Tê que se assalariá” é expressão de uma *representação social* de incapacidade dos maridos de gerar renda na terra - de “fazê dá dinheiro na terra”.

A *práxis cotidiana* funda-se na carência (Woortmann, 1985), na necessidade; no entanto, no modelo idealizado, os papéis deveriam ser bem definidos: a mulher deveria ajudar na roça e deveria haver um caixa só, administrado pelo marido. Pelas informações que obtivemos e no limite de nossa compreensão, os homens perdem certo prestígio pelo fato de as mulheres receberem salário externo: na pedreira, é porque ela está “no meio dos homem, e é pesado, né”; na cidade, porque os homens não têm o controle das atividades e do indivíduo em seu genérico-social. No entanto, há uma racionalização, fruto de *estratégias adaptativas*, que dá prioridade às atividades geradoras de renda em relação às demais. Além disso, o fato de trabalharem fora não significa que grande parte do todo doméstico, em termos de atividades, não recaia sobre as mulheres - “os homens ajudam”.

- Não obstante, ficou claro que, apesar de ganharem certa autonomia e de provocarem redefinições hierárquicas, as *colonas-operárias*, ao mesmo tempo, perdem um pouco o espaço do lar; são criticadas pelas “colonas-mesmas” por isso e por outras coisas mais. Algumas desistiram do trabalho externo, outras iniciam e reiniciam; as primeiras deixam claro que agora podem “tomar mais conta” da casa, mesmo que seu retorno não seja para envolver-se especificamente na roça e, sim, em aviários e/ou ateliês. O que percebemos é que as “colonas-mesmas” ganham maiores determinações em espaços abrangentes e de identidades sociais, porém reduzem-no em seu âmbito preciso.

Na tentativa de apreender aspectos que denotam autodeterminação, adentramos no campo da afetividade e da sexualidade, nas quais as relações se tornam mais complexas e de difícil apreensão analítica sem um acompanhamento detalhado e com metodologias que possibilitem a participação ativa e livre da mulher nos depoimentos. Não obstante, alguns elementos nos foram fornecidos, o que nos possibilita tecer algumas considerações.

4. 4 - O horizonte da afetividade/sexualidade

Primeiramente, é bom que se diga que, até há pouco tempo neste século, a tradição cristã, no âmbito sexual, foi marcada por uma percepção negativa da sexualidade humana. A condenação do desejo e do prazer sexuais, a ligação íntima entre sexualidade e procriação, a inferiorização da mulher em relação ao homem, por se atribuir-lhe o papel apenas procriativo, isso sem falar na separação da esfera do corpo com a dimensão da alma que, de certa forma, embasou as concepções anteriores, dentre outras, marcam ainda a experiência e as representações sociais das mulheres que pesquisamos, ressaltando diferenciações internas entre agentes de espaços de trabalho específicos.

Santo Agostinho, Thomas de Aquino, dentre outros, embasam a filosofia da condenação do prazer de caráter instintivo; a procriação ou a reprodução humana são a justificativa para a sexualidade. O tratamento desigual em relação aos parceiros sexuais, relegando a mulher a um estágio inferior e justificando sua presença pela maternidade, é algo que contribuiu em muito para a representação social de mulher (Jelin, 1995). Esses elementos, historicamente, formaram o horizonte da compreensão da educação sexual desenvolvida no seio da família dos colonos.

Quando abordamos o assunto em nossos encontros coletivos com idosos, ao mesmo tempo em que esses criticavam a dimensão da moralidade de hoje - "desmoralização" - "vergonhoso" - "ninguém tem mais respeito"- "a televisão virou a cabeça dos jovens"- , diziam que antigamente (até mais ou menos a década de 1960) "não se pensava nessas coisas": - "não era a mais importante", "era assim mesmo e deu, né" - "fazê filho e pronto, mas se tinha respeito". O processo de institucionalização e consciência moral, ainda que legitimasse desigualdades, expressando conflitos latentes, inseria a sexualidade na dimensão dos valores e da experiência de vida.⁸

A falta de orientação sexual não era só demérito de tempos atrás: "Não se fala

⁸ Um excelente estudo sobre as bases da educação e da história da família italiana na Idade Média, os critérios femininos, as mutações cristãs, os costumes dos jovens, a questão da reprodução, a homossexualidade, o desejo orientado, enfim elementos condutores da família, encontram-se em Aline Rousselle, Gestos e sinais da família no Império Romano. In: BURGUIÈRE, A. *História da família*, v I. Lisboa: Terramar, p. 203 -236, 1996. Um excelente texto analítico sobre a relação família e as mulheres na agricultura italiana recente está em Elisa MONTRESSOR, Azienda-famiglia e donne in agricoltura;

nada nem hoje nas família. Aprendem fora, na TV, nos bailes, na zona, aqui onde tu qué tem zona. Na nossa época era pecado falá no sexo viu, hoje se fala menos ainda. Se faz mais!”. Diz-nos o padre vigário de uma comunidade que “os pais não foram preparados para educar e educar-se sexualmente. Os agricultores daqui, grande parte dos mais velhos freqüentou a escola até saber ler, escrever e fazer conta (...)”.

É à escola que é dada a atribuição de transmitir as informações básicas sobre menstruação, masturbação, relações sexuais, contracepção, homossexualismo, etc. Os pais se sentem constrangidos, além de alguns deles conservarem uma dimensão negativa da sexualidade. Em nossos encontros com jovens após as missas e/ou cultos, era comum a idéia de que os pais são os que menos informam, “censuram em vez”. Porém, também percebemos que os jovens do sexo masculino não exteriorizam ou revelam grandes dúvidas, desejo de saber mais ou, então, insatisfações sexuais ou com o tratamento dado à sexualidade como um todo; praticamente todos assumem a não-importância da virgindade e da abstenção de relações sexuais antes do casamento. Há uma concepção e uma avaliação positiva da sexualidade no casamento, porém há a preocupação, principalmente de parte das moças, no tocante à infidelidade dos homens. As moças admitem também que haja ainda hoje, nas famílias, na comunidade e na sociedade em geral, um maior controle sobre a sexualidade feminina e uma certa aceitação/tolerância e/ou normalidade em relação à dificuldade de os homens permanecerem inocentes - “tu não vê ainda pai solteiro”- “prostituto também não” - “trepam prá fora e ainda por cima contam prá todo mundo” -.

As preocupações com a promiscuidade, com a Aids, a gravidez, outras doenças, etc., são tensões vivenciadas por eles, o que acaba determinando também ações, cuidados, reflexões prévias, busca de orientação e troca de informações entre ambos, definindo a construção da representação social do trabalho e da mulher na sociedade e na família no meio rural. Não há dúvida, porém, de que os jovens procuram realizar e maximizar seus interesses no campo emocional e no da sexualidade, ainda que os controles interpessoais (característica da comunidade rural) permaneçam.

Planejamento familiar, aborto, métodos artificiais e naturais de controle da natalidade, esterilização, moralidade “mais aberta” como um jovem nos disse, são

preliminarmente discutidos na escola de 2º grau na cidade. Dessa forma, os jovens que estudam acabam servindo como mediadores informais de tais questões, fazendo, evidentemente, *sua leitura* a partir de julgamentos morais, sobretudo quando falam da infidelidade, da camisinha, da noção de “trepar”, da homossexualidade, da mãe solteira, do sentimento de culpa, etc. Porém, são todos unânimes em dizer que, mesmo com os perigos, incertezas e tensões, a dimensão do prazer, a valorização do corpo são conquistas vividas por eles e consideradas fundamentais em seu cotidiano.

A saída de mulheres para o campo de trabalho assalariado (*colonas-operárias*) depende também do ciclo de desenvolvimento dos filhos no grupo doméstico como um todo (Woortmann, 1985). Mulheres com crianças pequenas têm dificuldades ocupacionais externas, o que é relatado por muitas delas, as quais nos contaram que as deixavam para sogras, pagavam a vizinha para cuidarem-nas, levavam-nas a creches na cidade, etc. Mãe e filha acabam racionalizando a saída e a não-saída em função do padrão doméstico e demográfico e também do nível ideológico, que atribui papéis sexuais às atividades, o que demonstra a fragilidade que imprimem em seu espaço do lar.

Jamais, no entanto, vimos um pai cuidando de crianças; essa combinação de papéis não é possível, até porque não seria permitida pelas mulheres, que consideram a casa como seu espaço de poder (Woortmann, 1985). Trabalhando duplamente e sendo remuneradas, as *colonas-operárias* organizam a vida doméstica de modo a concentrarem/conquistarem maior atribuição funcional e de poder em si mesmas. A ajuda masculina - “esquentá a comida”, “lavá a louça”, “varê a cozinha”, etc.- é acionada em função da organização do tempo no contexto das relações internas, porém, apesar de balançar alguns pilares hierárquicos no seio da família, essa prática não perverte por completo o sistema de representação dominante. Se há uma dificuldade em trabalhar fora havendo filhos pequenos, isso não significa que, por causa disso, tenha havido uma redução da prole. Não obtivemos nenhuma resposta junto a doze *colonas-operárias* e também a “colonas-mesmo” no sentido de que não trabalham “pra fora” em virtude de existência de um certo número de filhos, o que impediria a inserção em espaços de trabalho. As “colonas-mesmo” foram as mais contundentes: “hoje ainda se ganha salário aquele da maternidade (...). Mas sempre quando precisô levamos eles na roça também, ficam lá dentro de um cestinho”. Assim, pelo que se percebeu, filho nunca

impediu o acesso de trabalho fora e “pra fora”. Ambas as categorias de colonas afirmaram que o ideal de mulher “não é ficar em casa enquanto o marido tá pauliando lá. Hoje tem as que casam e não vão na roça, se encarregam com as miudezas. Eu acho que tem que pegá junto. A hora que tu precisa tê o dinheirinho, tu também tem direito”.

Os homens nos disseram que a “casa é com a mulher” e que não ficam nela à vontade; assim, quando podem, vão à *bodega*; já os que têm ateliê de bola e/ou tênis reduzem seu espaço/tempo na bodega. “Pra fora” é uma categoria de papéis de gênero, além de fazer parte do modelo ideológico de sexo na família. É como se, dentro da bodega, os homens compensassem seu domínio restrito dentro de casa.

4. 5 - A dimensão do gênero no trabalho

Na esfera do lazer em geral, o processo não é muito diferente, havendo uma segregação nítida em termos de gênero. Os homens não priorizam seu lazer com as mulheres e a família, buscando a *bodega* e o salão comunitário como seus espaços. O espaço da casa, da igreja, das visitas a parentes são atribuídos à mulher, que reforça seu horizonte de poder na esfera do lar. Sair muito junto com a mulher é expressão de muito romantismo e muita igualdade; ficar “dando bola” para conversas de mulher é perder um pouco seu espaço público no grupo doméstico (Woortmann, 1985).

Era comum, em nossos contatos com informantes aos domingos, a presença em casa só da mulher, inclusive “fazendo sala pra visita”. Raramente, os maridos eram chamados, via telefone, para retornarem das bodegas ou de festejos comunitários em função de alguma visita. O *habitus* de independência do marido e da mulher se fortalece pelas presenças espaciais em locais que congregam a ideologia da diferenciação de papéis (Woortmann, 1985); o homem que fica muito em casa é considerado “caseiro”, pouco sociável. Como a maioria dos colonos têm antena parabólica, alguns aproveitam o sábado à noite e/ou domingo “pra vê televisão”, no entanto essa é considerada uma atitude negativa, a não ser que seja jogo de futebol.

Ficar muito em casa significa estar muito tempo num espaço de pouca determinação, até porque, nela, as mulheres participam ativamente nas conversas, inclusive, em alguns momentos, monopolizando e contrapondo argumentos - “têm

assunto". Era comum, por exemplo, no momento em que estávamos entrevistando um marido ou um *nono*, as mulheres se aproximarem e darem sua opinião sobre determinado assunto, inclusive com maior determinação do que os próprios entrevistados; eram também as que mais nos questionavam e nos *entrevistavam* sobre opiniões pessoais.

Em contraposição, o que nos chamou atenção é que a maioria dos jovens (rapazes) não preferem um modelo de mulher dedicada ao lar; as moças preferem atividades autônomas. "É por isso que é difícil vê alguém namorando alguém daqui. Esses tempo atrás nos bailes, nas festa e nos torneio o que se via de namorado!. Hoje não se encherça, ou se escondem(!), ou não tem, ou vão pra cidade", nos diz uma mãe quando informada sobre a opção dos jovens.⁹

Acreditamos que o problema não seja só o levantado e, sim, que há hoje poucas moças nas comunidades, visto que muitos passaram a trabalhar na cidade, tornando-se passageiras na *sociedade da capela*. Essas, mesmo não exteriorizando a opção de namorado e esposo quando dos encontros coletivos, deixavam claro em outras ocasiões particularizadas e/ou pelas informações das mães que "não querem namorar gente daqui porque têm que voltá pra roça". A dificuldade de encontrar parceiros não significa que não haja relações de afetividade e de namoro ou então casamentos; essas existem, entretanto, reduziram-se em vista do contingente de opções externas.

Em torno de 70% dos jovens das comunidades pesquisadas estudam na cidade durante meio turno e grande parte deles acredita que a cidade é melhor que a colônia, mesmo na atual conjuntura de desemprego.¹⁰ Alguns jovens, inclusive os mais

⁹ Quando fazíamos reuniões com grupos de faixa etária diferentes (jovens, *nonos*, casais de meia-idade), comentávamos o que os outros tinham falado para perceber as formas de reações, as concepções, o conflito de gerações, processos de mudança e de redefinição. Foram *diálogos intergeracionais* muito importantes, nos quais havia situações de réplica. Algumas pessoas nos disseram posteriormente que havíamos motivado discussões sobre tais problemas nas famílias. O Grupo de Jovens de uma comunidade sistematizou algumas conclusões desses encontros para discutir num Encontro de Jovens posterior junto com outras comunidades.

¹⁰ Sedimentou-se uma idéia de que na região não há desemprego, inclusive o prefeito de uma das cidades da região declarou publicamente que a sua cidade era algo inédito no Brasil, pois tinha de buscar gente de fora para trabalhar nela, ou seja, faltam trabalhadores, não empregos. As agroindústrias e seus parques industriais dinamizaram o espaço de trabalho com turnos de trabalho de 24 horas, salários compensadores em relação aos trabalhos no campo, cesta básica, auxílio-faculdade, cursos em geral, etc., são todos fatores reconhecidamente atrativos para os jovens e adultos colonos. No entanto, numa das nossas últimas visitas àquela cidade, constatamos uma preocupação geral nesse tocante, pois a maior empresa da cidade anunciara que iria transferir todo seu processo industrial (aves e suínos) para uma

periurbanos,¹¹ vivem o espírito da cidade (maneiras de ser, opiniões....), o que não significa que não exteriorizem serem diferentes “dos da cidade”. Para a grande maioria dos rapazes e moças, não é tão importante a relação (oposição) rural/urbano na maneira de se definir, mesmo que seus trabalhos e cotidianos sejam diferentes.

Mesmo exteriorizando certa opção e modo de ser urbano, a dimensão da ruralidade, como modo de se expressar, como constitutiva do horizonte do *mundo da vida* e como *identidade cultural*, ainda é muito marcante. Há certo sentimento de localidade e de região, na medida em que os jovens buscam manifestar práticas de lazer de seu universo locacional; se os namoros não conservam seu estilo tradicional, grande parte dos casamentos, sim.

Percebemos, no entanto, que os jovens não formam um grupo homogêneo: há os que estudam, os que trabalham na cidade, os que trabalham na roça e não estudam, há os que trabalham em pedreiras e/ou aviários e não na roça, os que se envolvem exclusivamente nos ateliês, etc. Porém, com exceção da variável estudo e trabalho na cidade, essas diferenciações no âmbito do trabalho não são a grande questão. Há o horizonte da família, da afetividade, da localização (periurbanos, “das grota”...), etc., aspectos que, somados, fragmentados e diferenciados, formam, pelo menos pelo que conseguimos entender, a *visão de mundo* dos jovens do meio rural da região, bem como, em função dessa visão, ações e interações são adotadas pelos mesmos no interior da família.

Com o avanço técnico na agricultura, percebemos que certas atividades, para muitos colonos -“colonos-mesmo”, tornaram-se mecanizadas. Por exemplo: debulhar milho já não é uma tarefa manual, “só pra polenta”, assim como ordenhar vacas e alimentar as aves nos aviários; na roça, “passemos desseccante”; no potreiro, “quase não se faz mais cerca de palanque, né, botamos cerca elétrica e deu”. Isso, somado aos

outra cidade da região onde esse processo já existe. A dependência do mercado de trabalho da população em relação a essa empresa é tanta que as opiniões eram unânimes no sentido de que “se foi a cidade”, “vai morrer tudo”, “quero vê onde catá serviço”. A reorganização funcional do processo empresarial (na caso da agroindústria em questão) rompe com inúmeros processos econômicos e sociais locais; a ótica do capital concentra-se nos seus atributos internos, voltados à maximização de vantagens comparativas dos fatores de produção e comercialização. A promessa de retirada das atividades da empresa na cidade serviu, como veremos no decorrer da análise, para justificar reduções de salários e fazer com que muitos “colonos-mesmo” e *colonas-operárias* repensassem seu vínculo com a terra e/ou com o urbano.

¹¹ Uma análise sobre a *cultura dos periurbanos* encontra-se em LAMBERT, Ives, Les jeunes ruraux entre ville et campagne. In: *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*. Paris: Inra, p. 44 - 73, 2º semestre de 1993.

instrumentos técnicos cotidianos do lar, o que, de certa forma, redefine espaços, tempos, canaliza capitais, novas aprendizagens, influencia nas negociações das necessidades, nos desejos de melhoramentos na esfera doméstica e nos trabalhos "da roça".

Com a evolução tecnológica de algumas tarefas na agricultura, assistimos a um enfrentamento maior das mulheres com as atividades tradicionais e braçais. Quem passa o dessecante são os homens, porém quem lavra no meio do milho já crescido, como amenização e antecipação da capina, são quase sempre as mulheres (esposa e/ou filha). Esse processo nos remete à percepção da importância e da natureza das atividades que são atribuídas à mulher e sobre seu lugar na hierarquia das funções e das responsabilidades na exploração agrícola e na representação material de unidade familiar.

Ao que nos pareceu, as maiores facilidades no âmbito do lugar transferem-se e revelam-se mais intensas no âmbito da roça. O congelador permite armazenar o pão e as sobras de comida, preparar alimentos em maiores quantidades e diversidades; a venda direta do leite, para muitas famílias, retira da mulher a necessidade de fazer o queijo e seus derivados; o fogão a gás intensifica e reduz o tempo de elaboração dos alimentos, apesar de, em muitas famílias visitadas, esse só ser acionado em momentos de "precisão", ou seja, quando as mulheres chegam em casa tarde da roça, ou quando fazem alguma comida que exige maior tempo de cozimento (veremos isso no capítulo posterior).

Tudo isso são aspectos que, somados, fazem da co-presença da força de trabalho da mulher na unidade uma constante mais intensa. Atividades que, até então, recebiam características únicas são agora substituídas e transferidas para o setor de produção, normalmente menos moderno. Ao perceber o processo que envolve as relações socioeconômicas da extração do basalto, vimos que, em determinadas tarefas, como as de fazer o desmonte ou limpar a bancada e cortar pedra, a presença de mulheres também se faz sentir.

O trabalho delas é parte integrante da família, mesmo sendo pouco valorizado e quantificado; a demanda de um reconhecimento social de agricultora não é muito pensada e politizada na região.¹² Talvez seja o trabalho da mulher o mais importante

¹² Numa das etapas de nossa pesquisa de campo, houve uma grande manifestação em Porto Alegre de

para a família, porém isso não significa que suas preocupações sobre a dinâmica inovadora do trabalho, o estudo dos filhos-jovens na cidade, a atração que as empresas agroindustriais exercem sobre os mesmos passem despercebidas no cotidiano vivido das relações de gênero. São questões vividas, fruto de *representações e concebidos socioculturais* que reestruturam simbólica e materialmente a família, o espaço rural e o local de vida; que contribuem para modificar o olhar das mulheres sobre seu lugar e o seu papel no mundo agrícola e na reprodução do patrimônio. Muitas delas são unânimes em dizer que, com o avanço da modernização técnico-mecânica, aumentaram as responsabilidades no aspecto econômico (melhoramentos em infra-estrutura, casa, máquinas, contabilidade, gestão, mercado...), no âmbito cultural (educação dos filhos "em meio ao que está aí", *namoros modernos*, saída de filhos para a cidade ou outros lugares distantes...) e na esfera do social (o que significa ser colono hoje? "Que futuro o vivido presente projeta para seus filhos? "Quem é que vai tomar conta e tocá isso?"). Algumas mulheres nos disseram que, "se dependesse dos filhos, já estariam na cidade (...)".

As mudanças que estão ocorrendo no meio social e na agricultura em particular produzem tensões e contradições na unidade familiar como unidade doméstica, na exploração como unidade de produção, entre trabalhadores familiares, revelando um certo caráter precário dessa organização social de trabalho, sobretudo em relação à desigualdade de estatuto social, de gênero e de direitos entre membros. Isso é bem mais evidente nas famílias de *colonas-operárias*, as quais, pelo seu trabalho fora, têm redefinido algumas relações sociais no coletivo da família.

colonas que lutavam para manter os direitos trabalhistas, pela manutenção dos direitos e benefícios da aposentadoria e do salário-maternidade. Segundo o jornal *Zero Hora* (13/08/97, p. 30), relatando informações do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), metade do contingente de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul é formado por mulheres; desse total, outras tantas não têm nenhum tipo de documentação que comprove o trabalho no campo. As produtoras não têm direito a benefício algum das leis trabalhistas se não têm o nome na escritura das terras, no talão de pagamentos realizados ao Incra, no contrato de arrendamento, na carteira de identificação de contribuinte, na declaração anual de vendas e na carteira do sindicato ou, pelo menos, no talão do produtor (uma espécie de talonário de notas fiscais que comprova a venda de mercadorias e a contribuição paga). O movimento luta por igualar as condições entre os homens e as mulheres do campo. Até a Constituição de 1988, a *profissão* de trabalhadora rural não era reconhecida, e as mulheres não tinham o direito a benefício algum, a não ser os proporcionados pelo marido; depois disso, aquelas registradas, com todos os documentos ou, pelo menos, com o talão de produto, passaram a receber salário-maternidade, auxílio acidente de trabalho e de doença e aposentadoria. O movimento referido de início objetivava agilizar a tramitação de documentos e conscientizar as mulheres da necessidade de saberem seus direitos. Na região de pesquisa, houve a participação de três mulheres, que foram a Porto Alegre. Ao retornarem, motivamos uma reunião para discutir e informar as colonas sobre a questão; não foram poucas as que

Percebemos, no entanto, que mesmo as inúmeras formas modernas de produzir, a presença de filhos "estudados" no seio familiar não significam rompimento com formas expressivas de dominação. Tradição e dominação não são dicotomias, nem se anulam; direito e tradição também não são excludentes, porém não *se significam*. Autonomia, liberdade de gênero e individualidade não podem ser analisadas por uma ou outra situação no espaço de trabalho, na casa ou na sociedade do lugar. Elementos novos, novas formas de dependência e novas relações de dominação um tanto veladas (como é o caso dos ateliês a domicílio) revelam a indeterminação da natureza das relações sociais, sejam elas entre os membros da família, entre suas tarefas ou com a *sociedade englobante*.

4. 6 - O ser da família

Como já vimos, o vivido no espaço da família cria uma estrutura afetiva de relações, experiências e trocas de difícil ruptura e que insiste em se reproduzir (Carneiro, 1995).¹³ O ir à bodega todas as noites, o retornar à casa no final de semana por parte de filhos, a presença nas missas e cultos dominicais, nos bailes e festas comunitárias, os torneios de baralhos, de bochas, de bola, de mentiras¹⁴, etc., são manifestações do *querer estar junto*, da simpatia pelo local, da integração, da generosidade, de afinidades, da coesão social, elementos esses (sem refutar as concorrências e as racionalidades que se tematizam individualmente e os critérios econômicos de posse e utilidade...) que denotam uma *construção social incorporada* e reproduzida dinamicamente e historicamente, sedimentando a vida social e familiar do colono (Brandão, 1995).

As redefinições mais evidentes processam-se no desejo dos filhos em se desligarem da família; trabalhar de assalariados nas pedreiras e permanecer residindo

exteriorizaram a necessidade "de vê isso", de se colocar ao par dos documentos exigidos.

¹³ A *família redefinida* (Barthez, 1982) é aquela em "que todos ajudam trabalhar", entre os quais estão os assalariados, cujos salários percebidos funcionam como pertencentes ao grupo, a não ser que a mobilidade geográfica e social produza distanciamentos e diferenciações sociais, como é o caso de alguns ex-garçons de churrascarias que "já montaram ou são sócios de restaurantes". A família continua sendo o ponto de ancoragem, porém não mais especificamente como unidade de produção agrícola.

¹⁴ Existe uma cidade na região que se chama Nova Bréscia (nome derivado da província de Bréscia na região da Lombardia na Itália, da qual grande parte dos moradores são descendentes), que é famosa pelos concursos de mentira. Todo o ano é realizado um concurso que movimenta a cidade e a imprensa

com os pais é problemático. A tendência à individualização da força de trabalho de alguns membros das unidades familiares, direcionada ao espaço de permanência na cidade, justifica-se pela baixa renda obtida no trabalho agrícola em relação ao mercado de trabalho urbano e, muitas vezes, legitimado pelos pais devido à impossibilidade desses em lhes garantir um patrimônio reproduzível. Porém, esses sabem que “alguém tem que ficá na terra”, que o trabalho agrícola é imprescindível para o abastecimento alimentar e para dar segurança e garantia de que nem tudo está perdido “quando chegá de ir pra rua”. É como nos diz uma mãe corroborando a idéia de que a roça é insubstituível: “(...) se ganha pouco, mas se ganha. O que precisa comprá prá comê não é muito. Na colônia se planta de tudo. (...). Pouco, mas tem. Quando se quer matá um bicho se mata, uma galinha, um gado, todo mundo tem freezer e sempre cheio. (...). Se é de pegá o dinheiro todo o mês e comprar isso, não sobra nada. É que hoje quase ninguém mais faz, mas eu me lembro que se ia no asfalto a pé pegá o ônibus com uma sacola cheia de queijo, manteiga, fruta, se vendia melão, melancia, ovo, de tudo, pó. Aí todo o mês tinha o dinheirinho. Agora se espera só da roça, entra o dinheiro duas, três vez por ano só”.

Na continuação do relato dessa mulher, ela diz que “não se pode se desfazê da terra”, pois ela é da família; não é porque um filho “quer saí, que temo que vendê a terra”; a terra, assim, continua sendo um elemento indispensável para a sobrevivência da família. Para o jovem que vai para a cidade todo o dia trabalhar, se não tivesse a casa da família para residir, “se tivesse que pagá comida”, se não tivesse o “encosto em casa”, seria difícil manter-se no espaço urbano. Porém, ficar na roça com pouca terra “é só pra se estorvar e que futuro vou ter aí? Tem que procurá outros recursos. Se tivesse terra mesmo, hoje pra vivê dá. Na cidade é sempre inseguro, ainda mais agora que a Perdigão se vai da cidade”.

A procura de recursos fora da propriedade ou de realização de algo que não seja trabalho agrícola, como se viu, não é novidade junto aos colonos da região. A questão é que hoje as relações que se tecem são regidas por processos e vieses diferenciados, ou seja, as intencionalidades das *estratégias adaptativas* não são totalmente as mesmas. De qualquer modo, o trabalho fora é considerado uma ajuda, um suplemento, ainda que, na prática, para alguns casos, o salário urbano ou nas

pedreiras seja a maior remuneração da unidade, indo além do que podem auferir com a agricultura. Não há dúvida de que o salário subsidia o consumo e também propicia “fazê futuro” para alguns, bem como melhora o sistema de trabalho agrícola pela aquisição de máquinas, de um pedaço de terra a mais, de insumos químicos e de uma infra-estrutura para a produção.

Nessas redefinições e circunstâncias, a lógica presente é *a da família*: se alguém sai, outro deve permanecer *ajudando* os pais ou o pai; alguém precisa envolver-se *com* a família e a terra. A dupla atividade (nas pedreiras, na roça, fabricar bolas/pedreira/roça, carpintaria/roça, fábrica/ teares, na cidade/na roça) objetiva aumentar a renda familiar, apoderar-se de *benefícios sociais* (para a família). Nessa dimensão, que envolve a incorporação de membros no universo do trabalho, não há uma demolição pura e simples das relações que dão suporte às identidades e às representações sociais tanto de gênero, quanto de vínculo social e familiar, como alguns apregoam no sentido de que um assalariado urbano ou rural no seio da família significaria que essa não existe mais.

4. 7 - O produzir-se internamente: opções, posições e prioridades

Dimensão econômica e dimensão doméstica, se não são a mesma coisa, complementam-se. É o que tentaremos enfatizar neste item sobre a pluriatividade das mulheres nos ateliês¹⁵ domésticos, fabricando bolas e tênis. O fato de as mulheres

¹⁵ Os ateliês são espaços de realização de partes de processo de produção (Schneider, 1994); no nosso caso, são microempresas que realizam parcelas do ato completo de produzir tênis e sapatos, sendo gerenciados por colonos, funcionários ou ex-funcionários de empresas do ramo. O ateliê promove produtos semi-acabados, os quais são concluídos (avaliados e comercializados) na empresa-mãe; há ateliês de costura, de enfiador, de forração de palmilhas, de caixas de embalagens, etc. Existem vários tamanhos e estilos de ateliês, dependendo do montante do investimento, das práticas de trabalho, do espaço de localização (se for na casa-domicílio, se for uma microempresa em outro local ou se for uma empresa urbana ou até mesmo no meio rural). No entanto, todos são repassadores de peças, que vêm “brutas” das empresas e a elas retornam semitrabalhadas. As relações internas de trabalho são mediatizadas por *atravessadores*, alguns até da comunidade, ou por monitores confiáveis que conhecem a região, obtêm autoridade, cimentam umbilicalmente o empregador, os empregados menores e os trabalhadores associados ou assalariados. Alguns ateliês, dependendo do que fazem, priorizam a distinção sexual do trabalho (Schneider, 1994). Mesmo tendo um vínculo estrutural com fatores externos, a lógica econômica do ateliê se fundamenta em *racionalidades de pequenas esferas*, aloca-se com dimensões e *estratificações locais* de disponibilidade quantitativa, qualitativa e temporal de trabalho; está ligada às formas locais de vida, de relações de reprodução social, aos fatores e transformações estruturais e conjunturais da “organização da vida” local do colono (ver Carneiro, 1996; Cavazzani, 1982; Anjos, 1995; Montresor, 1988 e 1994, dentre outros).

tornarem-se produtoras de rendimentos e colaboradoras na formação do orçamento monetário familiar produz redefinições nos vínculos familiares, na divisão sexual do trabalho, passando o esposo e filhos a realizarem atividades antes exclusivas da mulher. Esse processo é evidente na região em estudo, nas famílias em que as mulheres trabalham em indústrias na cidade.

Já vimos que há inúmeras *diferenciações internas* no grupo familiar que tem membros trabalhando fora: há os que praticamente não têm mais nada de terra a não ser o lote na sede da comunidade; os que só têm pedreira; os que têm só aviário e que podem dispensar parte da força de trabalho interna; os que possuem terra, porém não suficiente para reproduzir para a família toda; os que se obrigam a arrendar ou trabalhar de parceria sazonalmente; os que têm terra, aviário e pedreira, porém têm excesso de força de trabalho; os que já se proletarizaram, contudo permanecem residindo ali porque “aqui dá pra criá uns bichos, não paga água, já temo terreno e casa, né”.

Em meio a essas *diversidades*, das quais não se pode dar conta analiticamente em suas especificidades e intencionalidades, há um aspecto que os identifica: são, foram ou “fazem de conta” que são colonos, como um nos disse; residem todos na comunidade rural. Na sua experiência de vida e de representação social, há raízes de colono; ao seu formato familiar corresponde uma identidade envolvida com a terra. Não foram poucos os que nos disseram que se tivesse “como lidá melhor na terra, mesmo sendo pesado, seria melhor; uma chacinha nem que seja, né, alguma coisa, né”. É claro que a diferença de ocupação diz muito: desidealiza o passado, rompe com uma trajetória de contato com a terra, temporaliza o trabalho, sazonaliza atividades, redefine partilhas do patrimônio e reduz o potencial de investimento no setor agrícola - “ficamos com um pé atrás outro na frente”.

Disse-nos um homem (o mesmo tem a esposa e uma filha como *colonas-operárias*) que “um diz que é melhor abandoná tudo, outro diz de pegá o Pronaf, né. Eu já me fio que na agricultura não tá bom, mas se com trabalho unido, né, de repente seria melhor. Elas dizem que se melhorá na agricultura, nos preços, né, se arrendá e plantá miudeza, daria mais do que na cidade, mas eu acho que não querem mais não, (...). Quando vão um tempinho que dá na roça, refugam, se vê que não querem mais o serviço pesado. Tá na sombra é melhor do que pegá no arado ou na enxada”.

A idéia de retorno, de sombra, de calor, de “patrão”, de “trabalhá junto com o pai”, de “fazer as duas coisas” (roça, indústria e/ou pedreira), etc., carrega significados mais complexos. A opinião de um colono, pai de duas filhas que trabalham na cidade (uma doméstica e outra “cuida criança de um tubarão”), é antológica: “(...) nem perguntam como tá na roça, ajudam alguma coisa de certo porque passam vergonha de vê a mãe e a nona pauliando direto no sol, daí de vez enquanto vão. (...). Mandá pouco adianta. Não se misturam com os rapazes daqui (...). Se chegá de perdê o emprego, aí quero vê!”

A idéia de que “tá na sombra” é sinônimo de *leve*, mesmo sob vigilância do patrão e em condições de trabalho nem sempre das melhores, como é o caso do setor químico nos calçados, da poeira nos teares de pedra, nas pedreiras mesmo, etc. Há outros elementos de contraposição que são a autoridade e centralidade do pai, a falta de dinheiro e a dificuldade de dispor do mesmo, o trabalho *duro* e difícil (sol) na roça e, o que é ainda pior, nos morros. Para compensar a contrapartida, há também a idéia de que “fazê as duas coisas se tem comida e sempre um dinheirinho, trabalhando mais também, né”. Se o trabalho na cidade é *leve*, é preciso cumprir horário, talvez trabalhando mais horas do que na roça e, além do mais, há o fantasma cotidiano do desemprego, do salário baixo - “sem estudo, só boa vontade não aumenta salário”.

A idéia do *leve* vem em contraposição à idéia de sacrifício, de luta que, como vimos, sempre marcou a vida dos colonos da região. O relato dos *nonos* é imbuído da noção de *peso*, apesar de atribuírem leveza também ao sistema de trabalho “de agora”. Os “de agora” acham que o trabalho na cidade é mais *leve* do das pedreiras e da roça, porém dizem que em todos os lugares “tem que trabalhá igual não adianta, ficá sem fazer nada ninguém vive. É ainda preciso trabalhá pra comê!” Não obstante essa significação, podemos dizer com toda a firmeza que a ruptura dos laços com a terra não é tão simples e fácil. A idéia de segurança que a terra representa, a luta para consegui-la, o baixo salário urbano, o fator segurança alimentar, dentre outros aspectos, (re)constroem as *racionalidades adaptativas* no âmbito da família e redefinem o modelo de “economia familiar”, bem como a reprodução do colono na região.

4. 8 - O conjunto e as partes: a mulher como elo de ligação

Para entendermos melhor esses elementos em mutação, procuramos obter informações através de uma metodologia que propiciasse o contato coletivo com mulheres (assalariadas ou não) e homens (pais de família), prática essa que nos ajudou a perceber alguns desses vieses. Em outros momentos, fazíamos entrevistas só com *colonas-operárias*, aos sábados à tarde, no salão da capela. Várias vezes durante esses encontros, houve narrativas de ocorrência de casos, fatos ou situações de mudanças nas relações e atividades em algumas famílias. Relatos como "cheguei e a comida estava feita", "passam pano na sala"; "se é de deixar fazem sim, fazem queijo (...), lavam roupa se querem também", situações que concorrem para redefinir o conjunto de relações afetivas nos vínculos, nas rotinas, nos espaços entre público e privado, nas tarefas com elas até então relacionadas.

As alterações nas formas e processos de produção na região, a partir da inserção maciça das agroindústrias de suínos, aves, fumo, frutas e das indústrias de derivados de couro (bolas e tênis), dimensionam alterações no processo de divisão de tarefas. Algumas mulheres continuam ainda como agricultoras definidas, trabalhando na roça diariamente, roçando capoeiras, plantando milho, capinando, colhendo,- "até lavrar já lavrei nesses perau aí"; ainda, fazem as inúmeras atividades do lar, fazem queijo, lidam com a horta, com o quintal, com a casa, plantam "miudezas", são responsáveis diretas pela educação dos filhos, etc. São as que se autodenominam "colonas-mesmo".

O princípio de autodeterminação e autonomia financeira presente nas mulheres, *colonas-operárias* reveste-se, em parte, de instrumento de poder e autoridade. A legitimidade da identidade de provedora materializada no cotidiano exerce uma força simbólica de autoridade, de competência e de utilidade, redefinindo experiências hierárquicas estabelecidas histórica e tradicionalmente (Woortmann, 1985).

É claro que o elemento legitimador e de autoridade concretiza-se na família, não em oposição ao papel do pai como poder e autoridade legitimada socialmente em termos de *representação social*, mas como conjugação entre mãe, esposa e dona de casa, atributos esses que permanecem, porém agregados a um elemento no jogo das relações de forças internas à família, que é a remuneração (*idem, ibidem*). A dimensão da

subordinação da autoridade de esposa, no jogo das relações de força e de poder internas, permanece; não obstante, novas negociações, novos vínculos se processam. "Eles ajudam, sim, se querem eles fazem sim", referindo-se ao auxílio do marido e dos filhos homens no conjunto das atividades do lar, principalmente fazer comida, lavar, passar e arrumar a casa. Mas o elemento trabalho dentro de casa não é o representativo do processo de alteração; é, sim, a importância econômica que a mulher assume no conjunto da unidade como co-provedora. Essa *razão prática e simbólica* (Sahlins, 1979) redefine a subalternidade feminina e, constatamos claramente, *estremece* na mesma intensidade a autoridade masculina.

No caso das "colonas-mesmo", a especialização da produção, seja pela via das minas de basalto, seja pela produção agroindustrial integrada, ou pela continuidade da policultura e prioridade na cultura do milho, não as afastou das atividades econômicas reduzidas ao espaço da casa e da horta, à esfera de esposa e mãe. "Em casa pouco se fica (...), de manhã mais, até liberar o queijo ou o leite, os serviço de casa (...); pra roça é sempre (...). No aviário vão eles (...), só mesmo se precisam. No carregá aí sim, oh! precisa gente, né, vizinho, as mulher, também, sim. É, é o marido que dita, né".

As mudanças na subjetividade não ocorrem no mesmo ritmo das do plano objetivo, concreto, das formas e meios de produção, porém não se têm dúvidas de que o conteúdo relacionado com o desenvolvimento da família, ainda que obedeça a critérios capitalistas de organização funcional das tarefas, perdura. As atividades, apesar de serem realizadas pelo conjunto da família, recebem conotações diferenciadas em termos de finalidade e participação. Entretanto, isso não significa que não sejam exteriorizadas, até, talvez, por ser visível o envolvimento das mulheres no trabalho, seja na roça, seja na empresa urbana ou nos ateliês e pedreiras. Em todo e qualquer lugar e atividade na família, aspectos provedores de rendas mercantis têm a parcela de contribuição do envolvimento feminino.

As condições difíceis de existência e dos vários espaços de trabalho, os mecanismos de pressão (preços baixos, gastos domésticos acrescidos com o acervo eletrônico, com o estudo dos filhos, etc.), somados a sua identidade social de colona e, na família, de mãe e esposa (na ótica da ajuda), entre outras, não interferem profundamente na representação de sua identidade de trabalhadora. Talvez a debilidade de organização e representação coletiva, a educação feminina e a construção da

identidade de gênero no seio familiar, o trabalho "pra fora" como legitimador de autoridade (não de poder) nas relações familiares, o acervo moral a ela atribuída, o trabalho como compromisso de troca moral, dentre outras, exponham referências diversas em relação aos *sistemas simbólicos* dos valores capitalistas.

A forma como as mulheres, "colonas-mesmo" e a família como um todo avaliam o trabalho, por mais que esse seja árduo, desqualificado e intenso, é envolta numa relação de *troca moral* com a família (Woortmann, 1984; Sarti, 1996). A mulher "colona mesmo" desgosta-se que seja só o marido que guarda o dinheiro, porém não encara isso como problemático; ela sabe que sua participação enquanto família está contemplada nas relações mercantis. Os papéis familiares não visam ou não são só orientados por formas de agir pragmáticas; as orientações do viver ou, no caso, do sobreviver da família revestem-se de obrigações mútuas (mesmo que seja em níveis hierarquizados), de *valores morais* (Sarti, 1996).

Trabalhar é trabalhar para a família. Se o filho que sai "ganha seu dinheirinho", não colabora financeiramente com a família, ou melhor, colabora indiretamente, pois a família o liberou para tanto, e sua não-herança contribuiu para não fragmentar ainda mais o patrimônio; "damos o estudo daí, né" nos diz um pai que *permitiu* que dois de seus cinco filhos fossem trabalhar na Perdigão.

Seguindo nosso raciocínio, entendemos que a mulher "colona-mesmo" não delimita muito seus espaços de mudança e que é a família que está em jogo; é ela que *impõe* as novas exigências, principalmente de trabalho intenso. Por mais que a individualidade, que as *partes inferiores* no universo familiar estejam mais enfáticas, mais individualizadas e dispersas, há uma organização conflituosa que cimenta o agir familiar.

As mulheres em geral, no meio rural, foram educadas e compreendem que é através do trabalho, do esforço e do sacrifício que sua identidade encontra *lugar* no mundo social. O trabalho aparece como fundador de relações econômicas, mas, acima de tudo, é concebido no horizonte de uma lógica de obrigações na família. Se um filho estuda, todos têm (teoricamente) de estudar. Encontramos, entretanto, famílias em que alguns filhos não foram além da quarta série primária, e um ou outro fez ou faz faculdade. A resposta dos pais a essa situação foi unânime: "se deixo um, pelo certo todos teriam direito". Esse é um dos horizontes da *moral familiar* (Woortmann, 1985,

Sarti, 1996), no entanto, em meio às inúmeras transformações hoje, fica difícil para os pais levarem à risca essa dimensão relacional interna. O que nos pareceu bem evidente é que se o filho (s) "se deu bem, não damos nada daí, né", como é o caso de vários jovens que foram trabalhar como garçons em São Paulo ou Curitiba - "... botam dinheiro pra dentro de casa também".

As *estratégias adaptativas* internas, por mais que pareçam ou tendam a se individualizar, encontram sentido no *compromisso* e nas categorias de responsabilidade, obrigação, honra e honestidade que qualificam a família. O trabalho da mulher é parte fundamental nessa construção da *razão simbólica e prática* que envolve a família. As idéias de "precisão", de "pesado", de "leve", de "serviço doméstico", de trabalhá "pra fora" são *conjuntos significativos* equivalentes a trabalhar para a família, na qual sua participação é fundamental e, hoje, ainda mais imprescindível para a produção e reprodução da força de trabalho do grupo familiar; fazem parte de uma rede, de uma cadeia que liga casa - "ao redor da casa"- à roça. Para poder dar conta, como elas mesmas dizem, só trabalhando, ou melhor, elevando o grau de intensidade do trabalho. Por mais que, na roça, seu trabalho seja marcado pela descontinuidade dos ciclos produtivos, sua participação é *compensada* nos períodos de pousio do solo em atividades, como "arrumar cerca, fazer lenha em metro e pro fogão, roça capoeira, potreiro, plantá miudezas, ajudá nos galpões (...)".

A força de trabalho do produtor familiar "colono-mesmo" reproduz-se em nível familiar, não individual. Assim, a combinação do trabalho feminino com o masculino reduz custos familiares na contratação de mão-de-obra "de fora", redefine as relações locais de trabalho, desorganiza e (re)organiza a divisão familiar do trabalho e os processos de entre-ajuda (puxerão e troca de dias) entre famílias vizinhas e/ou parentes, alterando a distribuição das tarefas e o significado do papel que compete a cada um dos membros desempenhar (Wootmann, 1984). Desse modo, os espaços individualizados de cada um se interpenetram em certos pontos, como veremos agora mais especificamente ao tematizarmos tarefas não agrícolas realizadas comumente por mulheres.

4. 9 - "Costuramos bolas, fizemos tênis, sapatos...: um pouco na roça, bastante em casa"

A prática de costurar bolas a domicílio na região começou no final da década de 1970, influenciada pela empresa Dall'Ponte da cidade de Veranópolis e, posteriormente, pela empresa Alpargatas de São Paulo, mais recentemente pela empresa Kalita.

O objetivo inicial era criar emprego pros estudantes que estudavam à noite no segundo grau. Foi procurado a Dall'Ponte (...), a Igreja ofereceu o salão da capela. Começamos já com mais de 100, entre estudantes, moças rapazes, filhos de colonos que não tinham terra na vila. Se empregavam. (...) Aconteceu aqui porque a comunidade fez a tratativa de mais de um ano. A empresa estudou o projeto e achou viável porque não pagava aluguel, segundo porque era um pessoal sério, trabalhador, que de fato queriam trabalhar. Outras cidades um pouco distantes daqui não deu certo porque não houve o anseio da comunidade. A comunidade se organizou, esse foi o elemento motivador. (...). O fato de não produzir muito ou de envolver muita mão-de-obra é decorrente do avanço tecnológico e da propaganda que vai dizer, né, nós temos que produzir tanto, né, com tantas horas de trabalho. Se eles fazem a conta, com tantas horas de trabalho eles não têm a produtividade esperada nas culturas tradicionais. Com esse avanço tecnológico eles também começam a fazer o cálculo, com orientação dos monitores. (...). A coisa tem que ser hoje em dia administrada como uma empresa, o agricultor precisa ser um pequeno empresário, então o agricultor começa a botar na ponta do lápis. (...). Tem curso de treinamento da parte administrativa (...). Se a produção de milho é melhor comprá, prá sustentá sua criação, ele tem que plantar outra coisa. Os ateliê, as bolas foi assim, descobriram que tinham que ter outra alternativa prá ser mais produtivo com o mesmo tempo de serviço. (...). O trabalho na agricultura continua da mesma forma, as criações continuaram, milho, trigo. Não houve decréscimo da produção agrícola. Havia sim excesso de força de trabalho na família, então esse rendimento a mais veio fortalecer ainda mais a propriedade agrícola. O trabalho industrial subsidiou a agricultura sem precisar sair de casa. (...). A juventude pensava assim, o estudo e o trabalho na roça nem sempre fecha bem. Então eles queriam trabalhar diferente. O jovem precisa de trabalho e precisa estudar. (...) A moça busca independência econômica. - 'Isso não dá pra comprá porque o pai não quer'. Então a moça vai guardar esse dinheirinho prá comprá o enxoval, então o pai não precisa puxá todos os meses aquele dinheirinho prá ir guardando o enxoval da moça. Quer ir num baile, vai gastar, daí tem o dinheiro, né. Muitos vendedores de enxoval vivem em cima disso, criou uma rede de vendedores de enxoval no interior, coisa do Paraguai, né. (...). Não têm carteira assinada. Paga um salário para costurar cinco bolas por dia, paga a proporção do 13º. A maioria das famílias não quer carteira assinada, não quer o compromisso de fazer cinco bolas por dia. É um driblada na legislação. As que assinam são "operárias de ateliês". (...) Para pagar um salário é necessário um nível de produção. (...) Os atravessadores estão conscientes da legislação. É a legislação que vai impedir a continuidade do trabalho. Apesar de que não se tem notícias de ações trabalhistas. Eles (colonos) precisam ganhar nessa atividade e, sua conduta cultural não permite. (...) O Bordignão é claro. Ele diz - 'eu vou entregar as bolas, nós vamos fazer uma parceria. Vocês precisam de trabalho e eu preciso do trabalho de vocês. Cada um na sua. Vocês precisam ganhar, então vamos dividir o bolo'. É uma questão de princípio do colono que aquilo que ele faz, ganha dinheiro no que faz, ele

não vai procurar outra coisa. Na colônia nunca teve carteira assinada. Essa parte da questão trabalhista é uma coisa complexa. (...), menores também, mas o Conselho Tutelar conhece a realidade do interior. (...). A família continua com seus valores. - tu faz esse trabalho e eu faço esse -. Existe a união da família pra produzir. (...). As bolas dão a garantia da família e a empresa Bordignão garante o quarto lugar de arrecadação no município (...).

A fala transcrita é reveladora de uma interligação de fatores internos e externos, de uma *comunidade de interesses*, bem como de potencialidades que se cristalizam em relações mercantis em razão de um conjunto de redefinições que delimitam um ato produtivo inserido no *ramo* da agricultura.

4. 9. 1 - As redefinições e a multifuncionalidade do trabalho

A força de trabalho no seio família passa a ter na *pluriatividade*¹⁶ um de seus canais redefinidores da “organização da vida” do colono familiar, passando a família a reorientar a posição, o papel interno e o estatuto social de alguns de seus membros de acordo com a ocupação interna e externa. Foram inúmeros os que nos disseram que “pararam e acalmaram a febre de sair, de ir pra cidade, então, né”.

Essa dinâmica dos ramos empresariais de caráter terceirizado, de prestação de serviços ao processo de produção industrial é fruto de uma evidente prática de deslocamento/interiorização e descentralização de matrizes e filiais industriais de vários ramos com o objetivo de racionalizar e maximizar fatores econômicos, criando vantagens comparativas (Schneider, 1994; Anjos, 1996; Alentejano, 1997; Carneiro, 1997).

Com a crise do *sistema fordista* de produção e o surgimento de um *paradigma flexível* demandando novas *formas institucionais* (Lipietz, 1988) aos problemas

¹⁶ *Pluriatividade*, como já dissemos na introdução, é expressão de inúmeras formas de trabalho, sobretudo combinações entre trabalhos agrícolas com outros do ramo industrial fora ou dentro da propriedade. O contato com a agricultura e a expressão da *identidade de colono* obedecem a uma outra norma, a uma outra fonte de renda, o que implica mobilidade, desempenho de outras tarefas que não as agrícolas, combinações de desenho familiar com a dinâmica espacial-temporal e funcional da lógica econômica e produtiva industrial; implica em (dis)posições de fatores internos (força de trabalho, contabilidade em termos de produtividade, alteração de práticas e paridades com outras categorias sociais e espaciais de trabalho), etc. Esse formato recente que assume a unidade familiar recebe a caracterização de agricultura de tempo parcial (*Part-time farming*) (ver em Schneider, 1994; Anjos, 1996; Alentejano, 1997; Carneiro, 1996, 1997, reflexões sobre a conceituação desses processos).

É bom que se diga que a noção de *pluriatividade* é muito controversa. Há dicotomias e diferenciações entre *full-time* e *part-time*, noções aplicadas em alguns contextos e países e que nem sempre podem ser incorporadas em todos os lugares. Há discussões sobre vantagens e desvantagens dessas noções, sobre a dimensão econômica e política que as mesmas abarcam, seus graus de transitoriedade e sua expressão

estruturais de rentabilidade, as forças, os sistemas de produção, a concepção de trabalho e o papel do trabalhador, a importância da experiência e do saber, o espaço e o tempo econômico ganham uma dinamicidade e complexidade diferentes.

Inserida na ótica da globalização e nos padrões de internacionalização do capital, a flexibilização reestrutura processos de trabalho e gestão, métodos de organização industrial; terceiriza parcelas da cadeia em geral (produção, serviços, transportes, informação...). A maximização de fatores se dá na busca do rebaixamento dos custos de mão-de-obra, na busca de favorecimentos públicos - "a Igreja ofereceu o salão da capela", "a empresa achou viável porque não pagava aluguel" - (políticas públicas, isenções, infra-estrutura...) e nos interesses dos espaços locais, pela flexibilização das formas organizacionais e coletivas de trabalho (informalidade, terceirização, tarefas parcelares, trabalho a domicílio, inexistência de aparatos político-sindicais...). A intencionalidade consiste em deslocar-se, mobilizar capitais, interiorizar matrizes, ramos de produção em espaços eficientes em termos de promoção de acúmulo de capital. Em muitos casos, a transferência de capitais e de processos de produção mobiliza consigo fontes de abastecimento, conhecimentos técnicos, equipamentos, zonas de montagem e/ou acabamento, parcelizando a produção em espaços distantes e diferenciados (Schneider, 1994).

A deslocalização, entrando para o meio rural ou no *entorno urbano* (Schneider, 1994), principalmente dos centros maiores, rompe com o processo *rígido* de organização do trabalho, evitando, com isso, a organização coletiva dos trabalhadores, pressionados pela demanda por trabalho (desemprego), pelo mercado consumidor cada vez mais exigente e competitivo e pelo caráter (diríamos aparente) fiscalizador e repressor das relações de trabalho informais e ilegais dos elementos institucionais do fisco.

As formas de trabalho e de reorganização empresarial que daí surgem estão ligadas aos fenômenos de descentralização industrial. Como dizem Eizner e Hervieu (1979), o trabalho industrial implica outros modelos de relações que não sejam só os ligados à autoridade e à transformação de relações hierárquicas na indústria. Há necessidade de uma coletividade submissa às mesmas leis, o que não significa que todos necessitam estar expropriados completamente.

A descentralização industrial ou *facção industrial* busca transferir partes da produção industrial para unidades distribuídas espacial-geograficamente (Schneider, 1994). O espaço rural e/ou a absorção de trabalhadores do meio rural tornaram-se variáveis importantes, somadas à canalização de subsídios, isenções e interesses públicos municipais e regionais, bem como à submissão, ao controle de qualidade e aos aumentos de produtividade garantidos.

No meio rural da região, a crise da soja, no final da década de 1970, a entrada maciça das agroindústrias de vários ramos, a queda linear da renda agrícola, a difícil sobrevivência do colono pequeno produtor, as redefinições internas do núcleo familiar (herança, em teoria, igual para todos, contemplada pelo direito formal, saída de jovens atraídos ou não pelo espaço urbano, escolarização média facilitada para os do meio rural, dentre outras), somadas às redefinições do processo de produção industrial, fazem desse espaço, assim como de outros, um *locus* fértil de *acomodação* de fatores para investidas de setores da indústria urbana, o que mostra que não há só um vetor. Há um complexo relacional que envolve fatores externos e internos, espaços e demandas, talvez diferenciados em termos de intencionalidades finais, porém que se agrupam e se sedimentam localmente.

A qualidade da mão-de-obra pouco exigente e “facilmente trabalhável” (como nos disse um “intermediário” das bolas), a facilidade de adaptação ao processo de trabalho, o apego, tendência, obrigação e necessidade de trabalhar, a remuneração baixa não exclusiva para “organizar a vida”, correspondências sazonais e flexibilidade de horários, o emprego quase total de mulheres, auxiliadas por jovens e crianças,¹⁷ “liberando alguém para a roça”, pressões sobre a municipalidade e o poder público em termos de geração de emprego, retorno fiscal e barganhas de trabalhos ilegais, montagem de infra-estrutura, espaço de pouca reivindicação política, simplificação do conjunto de operações administrativas e do processo global de produção, etc., transformam, formam e formulam noções, espaços e dinâmicas redefinidas no

¹⁷ Segundo o jornal *Correio do Povo* (29/09/97, p. 8), o Rio Grande do Sul é um dos estados líderes na utilização de mão-de-obra infantil e adolescente no país. Segundo o Censo do IBGE, em 1993, cerca de 600 mil menores trabalhavam no estado. São 523.703 menores de 10 a 17 anos inseridos no mercado de trabalho, o que representa a espantosa taxa de atividade de 36,20% e um total de 10% da força de trabalho. O Censo também mostrou que 25% das crianças gaúchas de 10 a 14 anos participam da população economicamente ativa; 61.900 crianças na faixa de 5 a 9 anos já trabalham em atividades variadas tanto no meio rural quanto, e principalmente, no urbano. A exploração do basalto e os ateliês no meio rural são espaços férteis de trabalho de menores (como pudemos constatar na região de

cotidiano do colono da região.

Os ateliês de calçados são uma sistemática mais completa desses elementos todos. É por via desses que a interiorização das fábricas se funda na subcontratação e informalização das relações de trabalho (Schneider, 1994). As formas de rendimento por peças, a inexistência de um comportamento de classe e a existência de diferenciações sociais internas, o baixo índice de absenteísmo, o *enraizamento* do trabalhador-colono, seu meio de vida racional, facilitam a adoção de uma organização do trabalho, da introdução brutal de novos sistemas de produção e do controle, objetivadores da extração de rentabilidade por parte do capital industrial e de seus interligados.¹⁸

A entrada das empresas e a prática da confecção de bolas fizeram-se presentes na região sob um cenário de necessidade de alternativas de trabalho para as mulheres-colonas e jovens. O poder municipal de vários municípios da região possibilitou a infra-estrutura. Em 1990, a empresa Alpargatas Paulista ativou um processo de terceirização, iniciando o corte de peças para bolas. As peças cortadas são repassadas a microempresas ou a “atravessadores” (normalmente antigos e/ou atuais funcionários deslocados das empresas-mãe), os quais, por sua vez, distribuem-nas às “costureiras da roça”.

A forma de remuneração “varia conforme a política de quem entrega o couro, né, e da quantia de tempo e de gente aqui”, podendo ser por cota de produção ou por um salário-mínimo. O valor recebido pela colona costureira varia em torno de um real por bola. A média de remuneração por família gira em torno de 80% do salário a um salário e meio.

Há diferenciações entre as unidades, que vão desde as “padrão” até as “menos parceiras”. Essas últimas são as que “pegam o produto aleatoriamente quando têm

pesquisa).

¹⁸ Existem trabalhos acadêmicos extremamente qualificados sobre práticas pluriativas e mecanismos empresariais no meio rural envolvendo o trabalho camponês, tematizando vieses kautskyanos, chayanovianos e leninistas. As análises caminham ou sobre a ótica do estágio avançado do desenvolvimento capitalista na agricultura, ou sobre o dilema rural-agrícola, principalmente fruto do debate europeu recente ou, então, na ótica da diferenciação social e étnica dos atores do meio rural, vista como estratégia de representação social da família, da etnicidade e do espaço agrícola de colono, resgatando formas artesanais e um conhecimento adquirido histórico que se renova em novos formatos. É esse sistema pluriativo que melhor atesta hoje a importância, a sensibilidade, o reflexo, a *funcionalidade* e a determinação do meio rural inserido na reorganização global das formas de produzir e gerir o universo mercantil capitalista.

menos serviço na roça, ou quando eu passo por lá. Essas servem pra cobrir furo. Eu mesmo pago. Elas não podem cobrir as cotas porque a lida na roça deixa pouco tempo. (...). É um bico” (*atravessador*).¹⁹ Segundo informações dos “atravessadores”, em torno de 80% dos colonos da região de pesquisa estão envolvidos com essa prática (em torno de 2.070 famílias, mais de três mil pessoas); desses, apenas em torno de 3% possuem carteira assinada, alguns trabalham em forma de parceria em termos de infra-estrutura, aparelhagem e aprendizagem.

Não é nosso objetivo neste trabalho resgatar a trajetória de práticas artesanais e manufatureiras dos colonos-imigrantes/migrantes dessa região. No entanto, é bom que se diga que sempre foi *lugar-comum* no seio da família desses colonos “fazê coisa em casa”, ligada ou não ao aspecto agrícola, ainda que, evidentemente, os fatores da pluriatividade de antigamente tenham sido outros, visto que não havia pelo menos uma tendência de a força de trabalho individualizar-se no seio do grupo familiar; não havia o significado da identidade operário-camponês. Não foram poucos os *nonos* e *nonas* que nos disseram que faziam seus próprios tamancos, suas botas de couro, seus instrumentos de montaria, de trabalho e de vestimenta, etc. É claro que esse processo não se revestia de uma organização industrial, muito menos teve sequência linear normal; sua concepção era outra, mesmo que houvesse circulação mercantil no seu interior. As formas de desarticulação, pelo menos em parte, desse processo artesanal são conhecidas e independem só de fatores internos. A economia regional, gaúcha e nacional, a modernização da agricultura, o mercado urbano e importador, as tecnologias de informação, o acesso aos mercados regionais, as mobilidades espaciais, dentre outras, inserem-se numa reprodução econômica e social com a agricultura.

¹⁹ Em várias oportunidades, pegamos caronas com esses quando faziam visitas às casas, identificando-nos como professor que estava fazendo um estudo sobre o desenvolvimento econômico regional e que queria resgatar práticas de trabalho inovadoras e alternativas para “manter o colono no campo”. Essa afirmação legitimava nossa ação e, de certa forma, agradava esses agentes, que se sentiam promotores desse processo moral e econômico; também amenizava a desconfiança, o temor, a possível vigilância em torno das relações e processos que as práticas de trabalho e o papel dos intermediários exerciam. Com os técnicos agrícolas das agroindústrias essa prática da “carona” também se materializava, se bem que a complexidade e a cumplicidade fossem maiores, tendo em vista sua relação empregatícia junto às empresas, o processo complicado de concorrência entre esses e as mesmas, as informações ocultas, a dominação, repressão e vigilância exercidas sobre os integrados, etc. No entanto, não há dúvida de que, em ambos os casos, a nossa presença não era agradável para os *visitantes dos colonos*, porém era aceita como expressão de *normalidade*, de “não ter problema nenhum”, “tu vai ver como a coisa é simples”. Não obstante a “simplicidade”, em duas situações, ficamos sem a “carona” prometida; tendo nos deixado esperando, inclusive uma vez na estrada e passando por outro caminho para nos desviar, o que expressava que as coisas não eram tão normais assim, pois havia uma *vigilância acadêmica* junto aos

Desse modo, não podemos agora encontrar explicações para o *retorno* às atividades pluriativas internamente, porém também não há como ignorá-las. Há uma articulação de fatores num ambiente social recheado de peculiaridades históricas, sociais, econômicas e culturais (Schneider, 1994), de difícil determinação unidimensional.

Faço de vinte a trinta bolas por semana. Dá pra tirá uns 100 reais por mês (...). Faço na sala, na cozinha, quando é sol na área. De manhã sobra pouco tempo, mais é de tarde e de noite. (...), ajudo comprá comida, pago a luz, roupa pras crianças, pra tudo, prá mim também. Por enquanto tá bom assim. Eu me sinto bem, feliz, não dependo só do dinheiro que ele ganha. (...) se sobrasse eu ia guardando. (...) A bola é serviço sempre. (...). Eles deixam há cada oito dia o coro, paga todo dia cinco. Eu não assinei a carteira porque não sei se consigo produzir na cota que eles querem. (...). Se fosse somar tudo mesmo dá umas doze a treze horas por dia (...), assisto à novela e fico fazendo. (...). Se fizer malfeito eles descontam. Descontos eles mesmo achavam no início; no início eles dizem que tem defeito (não pode ficar duas peças pequenas juntas, tem que formar um S depois de pronta). (...). Eu me sinto ainda colona. Eu vou fora carpir, também, sim.

Há uma heterogeneidade de tempos e práticas nesse ramo informal e pluriativo, porém reagrupados em *redes*, em ramos ou em quadros de articulação entre atividades, o que representa, no limite, uma estratégia de abandono parcial da agricultura.

A prática da costura de bolas não é apenas mais uma atividade remunerada intrínseca à “organização da vida” do colono; ela está inserida e imbricada no somatório das inúmeras atividades que estruturam socioeconomicamente o cotidiano do colono, pois, acima de tudo, ocasiona e é ocasionada por uma *agricultura de tempo parcial*, por uma (re)divisão de gênero, idade, demografia e ciclos agrícolas. A *pluriatividade* e a *part-time farming*, associadas, descortinam uma representação social em construção da identidade de “meio-colona, meio-operária”. A busca de rendas externas na unidade, assalariadas ou não, na forma não agrícola, expressa a personificação de uma *identidade flexível* e descentralizada em relação ao fator terra, ao fator trabalho agrícola e, ao mesmo tempo, aproxima e complexifica relações com agentes do espaço urbano e de dimensões puramente mercantis. Porém, essa *nova identidade* não descarrila da trajetória histórica da busca de estratégias de produção e de reprodução de indivíduos e famílias no meio rural e do colono, bem como das empresas, no sentido de ampliar a acumulação capitalista, sob relações informais e

terceirizadas (Alentejano, 1997; Schneider, 1994; Anjos, 1996).

Alguns teóricos vêem essa nova relação como expressão do atraso e da precariedade técnica e econômica. Acreditamos, sim, que o viés da estratégia de reprodução econômica e social, esteja em que estágio de desenvolvimento estiver, é um *veio heurístico* que nos possibilita ver os processos que aí e daí (de)correm. Colonos, empresários e *atravessadores* lançam mão de formas estratégicas, de acordo com os recursos, pressões e conchavos, interesses possíveis para garantir sobrevivência e reprodução, ganhos e acúmulo de capital; para evitar perdas e migrar; para flexibilizar a produção e manter a policultura, etc.; juntos, personificam as formas de o capitalismo se expressar. Tradicional/moderno, rural/urbano, subsistência/mercantilização não são dicotomias puras e simples; são processos (re)alimentados dinamicamente pela singularidade de *seu ser em si*; ainda que um se tematize *a partir do* outro e *com o* outro. Ser pluriativo não significa deixar de ser colono; costurar bola na cozinha, na sala, no porão não significa que a casa deixou de ser o núcleo da domesticidade *da e para* a família; as empresas no meio rural não deixaram de ser industriais e urbanas por adotarem práticas informais; os trabalhadores não deixaram de estar vinculados à empresa.

Não vamos aqui analisar com detalhes e em profundidade a questão da pluriatividade. O nosso interesse aqui é perceber as tensões no universo simbólico, conceitual e material da família, provocadas pelos processos de redefinição da reprodução da força de trabalho no meio rural. Sabemos que os aspectos culturais, sistemas de valores, hierarquias nos estratos econômicos familiares, ambições futuras, transmissão do patrimônio sociocultural, a integração à racionalidade moderna, etc., estão presentes no universo interno da família e nos limites de sua sociabilidade e convivência no ato de desenvolver atividades industriais mescladas à vida doméstica e familiar e, sobretudo, de cunho informal.

Passa-se agora a conviver não mais com o trabalho informal, mas com a *economia informal*.²⁰ Questiona-se profundamente a legitimação da regulamentação no

²⁰ São difíceis as descrições sobre as atividades que fazem parte do chamado setor *informal*. A dificuldade de delimitar precisamente as atividades formais e informais impede sua visibilidade. Bruschini (1995) diz, por exemplo, que o trabalho subcontratado é uma atividade autônoma ou por conta própria, estando nele incluídos os artesãos, ambulantes, trabalhadores do setor de consertos, etc. A heterogeneidade das práticas informais limita a precisão das análises. Parece que há um consenso de que o movimento informal é fruto de uma dinâmica econômica realizada pelo formal, estando

âmbito da produção e comercialização das atividades econômicas, processo intenso de informalização que, nos últimos anos, influencia as formas de vida do conjunto do contingente de trabalhadores, alterando o *estatuto social* dos membros envolvidos nessas atividades.

As contratações irregulares (sem carteira, compra e venda de mercadoria e de força de trabalho sem proteção legal), os processos de terceirização, nos quais a empresa-mãe se desincumbe de responsabilidades trabalhistas e de parcelas de processos produtivos; as burlas de controles fiscais, etc., chegam a níveis assustadores. A informalidade se constitui como síntese dos conflitos de legitimidade dos quadros institucionais, das formas de como a centralidade do trabalho tomou corpo, dos processos de acumulação do capital e das políticas e projetos econômicos de exclusão e marginalidade social assumidos e vivenciados na cotidianidade social hoje.

4. 9. 2 - *As relações internas de trabalho e a identidade feminina*

Como vimos, a mulher é que mais trabalha na confecção de bolas; ela governa a casa junto com uma atividade geradora de renda e como produtora direta. A produção de valores de uso, ligados à reprodução da família complexifica-se com o trabalho remunerado. Percebemos que as mulheres sentem-se dispostas e se entregam às atividades que geram renda; cresce sua moral na família, *mexendo* com os fundamentos econômicos da autoridade paterna. Parece-nos que elas encontram no setor informal o que não conseguem encontrar no trabalho da roça: certo poder de barganha na unidade familiar, bem como “tê um dinheirinho no bolso, pensá também na família, né”.

A descontinuidade do trabalho nas bolas permite à mulher trabalhar “para

subordinado às formas de organização da produção em geral. Nesse horizonte, contempla-se a divisão sexual do trabalho, a posição da família, da idade, escolaridade, etc., não muito diferente do setor formal. Entre as inúmeras características do chamado *setor informal*, está a baixa intensidade de capital, a heterogeneidade dos processos produtivos, os tamanhos reduzidos das unidades de produção, facilidade de acesso ao *métier*, origens locais, utilização de mão-de-obra, qualificações adquiridas pela aprendizagem, baixa produtividade e minimização dos custos de produção, fraca monetização das atividades, sistema de comercialização adaptado à demanda, acesso ao trabalho feito por relações sociais no seio de quadros de parentes e amigos, idéia de pequena produção, etc. Expressa também uma multiplicidade de situações de pequenas atividades integradas, complementares ou subordinadas às atividades capitalistas urbanas, relações íntimas entre taxa de desemprego, de subemprego e taxa de crescimento do setor informal, instabilidade, desqualificação dos trabalhadores, relações residuais e/ou conjunturais, dentre outras. Não obstante isso tudo, o setor informal não deixa de ser uma resposta aos problemas de subsistência da população, da falta de alternativas econômicas. As discussões e os analistas dessas questões são inúmeros. Ver, dentre outros, Cacciarnali (1983) e Cordonnier (1987).

fora” e “fora”, contudo o lar não fica subordinado aos dois, como é o caso das *colonas-operárias*, que se dedicam às tarefas domésticas no tempo que têm de sobra, ou seja, após o trabalho na cidade e na roça.

A organização do consumo familiar ganha prioridade nos trabalhos informais no *locus* doméstico; são dotes domésticos prolongados ao universo de relações remuneradas. Há um conhecimento prévio sobre costura, remendos, como parte da *ideologia da domesticidade* que reveste a moça antes de casar. Encontramos em várias famílias mães e filhas trabalhando juntas, revezando-se nas atividades do consumo da família.

Os descontos, remunerações baixas, as cotas altas, a vigilância, a “ajuda” de menores, dos maridos, etc., expressam empenhos e envolvimento (subordinações) da família, da reprodução da família com a reprodução do capital. “O chamado ‘setor informal’ estabelece uma mediação entre a lógica do capital e a lógica da família; não só contribui para reproduzir a força de trabalho, mas também para reproduzir a família. É por sua via que a família do trabalhador se torna *família trabalhadora* sem deixar de ser família, enquanto construção ideológica” (Woortmann, 1984, p. 77).

O envolvimento de outros membros da família depende do ciclo de produção agrícola, do tempo disponível dos filhos em relação aos estudos, da necessidade premente e contemporânea do dinheiro. Em função desse último, normalmente há uma redistribuição das tarefas no interior do grupo doméstico, apesar de alguns homens declararem com ênfase que “é na roça primeiro ou na pedreira, as bolas que esperem”. Há uma alternância temporal em função de atividades importantes e imprescindíveis, como é a roça, e em função da carência monetária para gerir o consumo doméstico.

Para o homem, é a roça; para a mulher, é a cozinha, ainda que os intercâmbios existam. Para a mulher, a cozinha é revestida de uma representação e experiência social incontestes; o domínio da cozinha significa autoridade da casa, de dona de casa. Ganhar dinheiro para aplicar na cozinha, para ascender seu prestígio de mãe de família, de provedora, é extremamente importante, mesmo que isso implique sobretrabalho; representa poder de iniciativa, adaptação racional ao espaço do lar (passivo, subserviente ao de fora), aos universos da dinâmica mercantil no horizonte das estratégias de sobrevivência.

Parece-nos que há, nesse ramo específico de trabalho, certa identidade entre papéis domésticos e atividades produtivas, o que não se pode dizer das *colonas-operárias*, assim como a inserção socializadora de alguns membros da família, normalmente adolescentes/moças, na acumulação de um capital doméstico ou no orçamento familiar.

Fizemos um levantamento em três comunidades rurais e constatamos que a grande maioria dos envolvidos na atividade de costura de bolas têm essa atividade como de extrema importância, envolvendo mãe e filhos (mais mulheres que homens). O processo organizativo é muito simples: as empresas estão localizadas nas cidades de Casca, Nova Prata, Veranópolis, Farroupilha e outras, mantendo vínculo empregatício com alguns intermediários localizados na própria comunidade, os quais fornecem a matéria-prima (couro, linha e agulha para as bolas), controlam a produção, remuneram os confeccionistas a domicílio, mantêm a ligação umbilical entre os trabalhadores e a empresa. Os ateliês de calçados, com algumas diferenças em relação às bolas, complexificam mais as relações que aí se tecem.

4. 10 - Os ateliês de calçados

Como vimos, as indústrias do ramo de calçados e couro na região são fruto da reorganização espacial e de processos de trabalho a partir de suas células-mães da região do Vale do Taquari, mais precisamente as cidades de Novo Hamburgo e Dois Irmãos. As indústrias de Veranópolis, Farroupilha e Nova Prata também penetraram na região pós-década de 1980 e, mais recentemente, no início da de 1990.

Vimos que os processos de desconcentração espacial de fatores e ramos empresariais são fruto de uma série de fatores econômicos, geopolíticos, de relações de trabalho e de vínculo com os poderes públicos locais. A ótica é maximizar fatores promotores de acumulação do capital por parte das empresas. As práticas de difundir filiais,²¹ setores, subsidiárias, parcelas ou fases de produção, de terceirizar, informalizar,

²¹ A noção de *industrialização difusa* (Reis, 1985 e Schneider, 1994) carrega consigo uma reorganização do processo espacial e de relações de trabalho, principalmente no que tange à concentração/centralização de matrizes industriais, grandes unidades produtivas e o conglomerado urbano que as cercam. São as chamadas *deseconomias de aglomeração*, muito em voga nas discussões econômicas sobre globalização. É uma noção que surgiu no sul da Europa para explicar o deslocamento de inúmeras indústrias em direção a pequenas cidades e até no meio rural, fragmentando a produção,

etc., combinam-se com uma multiplicidade de fatores regionais em que esses processos se inserem.

No nosso caso, vimos que há uma agricultura que tentou se modernizar, conservando, porém, inúmeras atividades tradicionais, com aplicação intensa de mão-de-obra; uma produção artesanal e mercantil envolvendo membros pluriativos da família, uma ética do trabalho norteadora do *habitus* de colono, etc., processos esses somados a redefinições no seio familiar do colono e da sociedade em geral (individualização, especialização e profissionalização, estudo generalizado, bem como da precariedade e bloqueios no âmbito da propriedade da terra, da fertilidade, de financiamentos e de trabalho em outros setores). Portanto, são fatores somados, hierarquizados e não homogeneizados, que se contrapõem num ato constitutivo do sistema de relações de trabalho e do colono.

Para o caso específico da região, a participação da Igreja (que queria ver os jovens “permanecerem na família”) e das prefeituras (que queriam estancar o êxodo e reduzir o desemprego na cidade, bem como gerar empregos e receitas) foi fundamental. Ambas as instituições foram mediadoras, expressando aspectos simbólicos (*ethos de trabalho*, vínculo familiar, sociabilidade, idoneidade do colono, bem como avalizando seu poder e interferência no cotidiano sociocultural do mesmo) e econômicos (financiamento, isenções fiscais, infra-estrutura, acompanhamento gerencial e organizativo em termos funcionais). A mediação política e econômica das prefeituras talvez tenha sido e continue sendo a força expressiva para consolidação dessas relações de trabalho na região.

Segundo um dos mentores do processo de interiorização das empresas na região,

a idéia de se criar um centro de terceirização da área de costura calçadista aconteceu em 1992, em uma reunião em Dois Irmãos, município vizinho de Porto Alegre e em Nova Prata. O pessoal (representantes da prefeitura e da Igreja) foi pra lá com uma proposta, a empresa analisou e não deu. Porém foi

contratando força de trabalho em tempos e a custos reduzidos, de forma flexível, sem vínculo sindical, etc.

Um caso que nos chamou a atenção no Norte da Itália, na província de Belluno, mais precisamente no *paese* de Cirvoi (espaço agrícola característico de produção de milho, uva e leite), foi a quantidade de representantes de pequenas e médias indústrias do ramo de produção de lentes e óculos localizadas praticamente no meio rural. Esse processo, nessa região, deu-se pós-década de 1970, quando da crise agrícola no Norte da Itália e na Europa Ocidental. Encontramos inúmeras famílias de *contadini* que tinham membros (esposa, filhos ou até os esposos) envolvidos, sobretudo no inverno, nesses trabalhos industriais. Nessa época, o trabalho se reduz ao espaço da *stalla*, havendo uma liberação de força de trabalho da unidade familiar, que é absorvida pelos ramos industriais.

amadurecendo, novas propostas foram aparecendo, até que um belo dia fizeram um seminário e convidaram os secretários dos prefeitos da região e pessoas desempregadas, colonos e o povo em geral interessado. Houve a exposição da Kalita de Nova Prata. Qual era o problema, por que terceirizar? (...). A idéia era de criar uma cooperativa em Casca e trabalhar em cima disso. O problema é o que é uma cooperativa? (...) As pessoas começaram a saltar fora do grupo dos interessados. (...). 'Vocês sabem a parte mais preciosa que é costurar', agora como construir uma microempresa (um ateliê), como lidar com os empregados, tem de estar em dia com o SPC, trabalhar em grupo (...)'. Havia muita resistência, 'sabiam a fulana de tal já era profissional de costura'. O pessoal começou a procurar os escritórios de contabilidade pra se registrar. (...). Tivemos problemas de máquinas, de empregados (...). Grande parte do empregados e dos gerentes eram funcionários da Alpargatas ou da Kalita (...). O dono de empresa disse que queria terceirizar porque o mercado é inseguro e competitivo e porque o custo é elevado. (...) São empresas independentes que prestam serviços. (...). O importante é uma política de boa vizinhança entre os ateliês.

A terceirização talvez seja o processo mais evidente de inovação das relações e formas de produzir, comercializar e gerenciar o fator econômico. O alto grau de competitividade, a recessão econômica atual têm (re)direcionado atividades, gestões, informações e encargos, como expressão da modernidade em relação à conjuntura atual; modernidade em teoria, pois, como veremos na prática dos ateliês, as empresas querem mais é resolver seus problemas empresariais do que modernizar processos e relações (Schneider, 1994). O âmbito da precariedade do trabalho, do trabalho de menores, o desamparo legal, a pressão moral e baixa remuneração são uma constante no nosso caso de pesquisa, não sendo nada mais do que uma forma de acumulação e garantia de presença no mercado, um fim que racionaliza meios não muito modernos. A interiorização das empresas calçadistas para a região não significa adoção de modernas técnicas de produção, mas, sim, adoção de eficientes processos e relações de trabalho, os quais, na indústria urbana, no espaço da fábrica, não eram tão facilmente materializados. As empresas deslocam apenas partes ou fases de seu todo produtivo, reduzindo custos em vários âmbitos e, fundamentalmente, terceirizando atividades (idem, 1994).

Para o nosso caso, fatores, como programação, planejamento, administração, recursos humanos, modelagem, finalização, marketing, etc., setores que exigem mão-de-obra mais qualificada e cuidados com a matéria-prima permanecem na empresa-mãe normalmente em Veranópolis e/ou em no Vale dos Sinos. A prática de terceirização pelas empresas-mãe problematiza a articulação espacial entre o rural e o urbano. A

população é atraída para o trabalho no estilo urbano; o local (comunidade/família) extrapola para universos distantes, via rodoviária ou informação por telefone. “Temo sempre um contato com Três Irmãos, São Leopoldo, Veranópolis, Nova Prata, vamos vê de máquina, né, as técnicas novas, fazê curso (...). O engraçado é que ultimamente o monitor convida mais a gurizada (...), ou porque são mais vivo ou porque eles querem mostrá que dá futuro”.

Há um recrutamento intenso das chamadas *forças marginais* (Tepicht, 1973), jovens de 13 ou 14 anos acima, num indício de que se projeta a continuidade da reprodução social da família, da constituição interna de novos formatos familiares sem precisar “ter tanta terra agora, né” para herdar. Esse indício de projeção do que ainda não está constituído (fragmentação familiar via casamento ou êxodos isolados) é interessante para a empresa-mãe garantindo mão-de-obra presente/futura, bem como motivando pais e chefes de ateliês a perceberem a possibilidade de terem os seus junto a si, hoje e amanhã também; também é um atestado, uma expressão de um possível acerto, já que “na agricultura se tem hoje pouco futuro”.

4. 10. 1 - As relações de trabalho

O ateliê existe porque há pessoas disponíveis e disposição para trabalhar, sejam mulheres ou não; o ateliê existe porque há a fábrica-mãe, e essa existe porque há o ateliê. É essa *retroalimentação* que é importante.

O sistema de subcontratação de trabalhadores a domicílio²² ou na forma de ateliês reduz custos graças às formas de vulnerabilidade a que estão expostas as relações de trabalho. O sistema descentralizado e subcontratado procura espaços carentes de oportunidades de trabalho e de rendimento econômico, sejam eles em função de trabalhadores, municípios e regiões. Esse espaço de expansão fronteiriça possibilita barganhar vantagens, impor normas e padrões de exigências empresariais e mercantis.

²² *Trabalho a domicílio* constitui relações de emprego que envolvem um espaço domiciliar e o espaço de trabalho, havendo um empregador ou intermediário e um trabalhador, envolvido no núcleo familiar; é um espaço fora do controle do empregador - “a casa é da gente” -, e a forma de pagamento do trabalho é comumente feita por peça. Diferencia-se do trabalho autônomo, uma vez que o empregador impõe o tipo de produto a ser feito, atribuindo padrões de qualidade e fornecendo matéria-prima. Por sua vez, a infra-estrutura é de propriedade do trabalhador; em alguns casos, porém, o empréstimo, a parceria, o aluguel das máquinas podem se fazer presentes. É uma situação de trabalho que transita entre a autonomia e o assalariamento (ver em Bruschini, 1995, discussões sobre a noção de trabalho domiciliar).

É como nos diz um *atravessador*:

Depois de muito contactar, negociar, discutir, ver que realmente precisavam e era importante a empresa aqui e trabalhar nesse ramo, é que viemos. Mostrando as vantagens, mesmo que os colonos se endividassem, não haveria problema porque a fábrica é grande, tem mercado, garante o investimento. E eles precisavam entrá só com o trabalho e a boa vontade. É só se enquadrar nas exigências e trabalhar. (...). Mostramos que deslocar pessoas e montar filiais no interior é muito mais eficiente, pega-se mão-de-obra fácil de treinar. O agricultor quer, precisa, ele tem responsabilidade. A vida foi sempre trabalho. Podem não terem prática, mas têm vontade. Ensina e aprende fácil; deixá de ser vagabundo e só pensá em direito, direito é que é mais difícil. Eles não têm problema.

Uma *monitora*, representante da empresa, revelou: “Eu controlo e solto a produção pra esse pessoal poder realizar a operação no processo de costura. O ponto, a quantidade de pares por dia e se o pessoal tá produzindo bem, é isso que eu vejo. Vou soltando até liberar, então. Eu acompanho toda a qualidade da produção, se tem de errado, pego o pessoal lá mesmo e não tenho medo de mandar recado -ou vocês melhoram ou então tiro vocês da produção, pronto daí pára-. (...). Não é que a empresa solta o produto e pronto. Não existe um vínculo umbilical como você pediu. Cada grupo é independente, *têm trabalhadores assalariados e nada a ver com a empresa.* (...). As máquinas são quase sempre repassadas pela empresa do ramo.

Os dois relatos de representantes das empresas e personificação “dos patrões” são sugestivos, expressando as intencionalidades e ideologizações do processo empresarial, bem como a importância do *ethos de colono*, sua aparência apolítica e sua ética do trabalho. No último relato, aparece a figura da vigilância, de alguém que *ensina* com métodos repressivos e barganha qualidade e eficiência, soltando o material ou não ou, então, na forma de remuneração. Claro está, mesmo que os dois relatos não o expressem, que os trabalhadores não são agentes passivos, muito menos que não sabem fazer uma (re)leitura do processo em questão a partir de seu universo vivencial. Essa releitura pode se manifestar nos vínculos familiares ligados à autonomia/liberdade, na carência financeira, na patricentralidade, na herança, nos projetos individuais, nos projetos coletivos, na forma de ganhar dinheiro para investir na agricultura ou no *capital cultural* dos filhos, preparando-se para a vida de assalariados ou para projetos de individualização da força de trabalho no interior das famílias, nas estratégias de conservação do patrimônio familiar e de dar-lhe eficácia técnico-mecânico e econômica.

São todas ações, reações que precisam ganhar uma dinâmica direta na relação

capital e trabalho, até porque essa não é bem explícita. Há mecanismos e processos de trabalho via intermediação de membros da própria comunidade (parentes inclusive), do poder público municipal, etc., o que, estrategicamente, dificulta uma relação de confronto ostensivo, apesar de esses existir em latência. Não obstante, é importante perceber, como vimos, na costura de bolas e tênis, que há também intencionalidades subjacentes que se movem na esfera cotidiana, no vivido do colono da região. No relato de um *atravessador*, os trabalhadores

recebem 80 centavos de real por par, destes têm que deduzir a linha que é empregada, a cola e as agulhas (em termos de 5%) é fornecido pela empresa, mas é descontado. Além de todo o material oferecido pela empresa. Eles recolhem os encargos sociais, descontando tudo, ganhado em torno de 180 reais é mais do que bom. O imposto é recolhido pelo processo simples. (...). 11.500 reais custam as máquinas. O banco financia dez mil pelo RS-Emprego, pagos em seis parcelas. A empresa-mãe está livre de todo e qualquer dispêndio em termos de infraestrutura. (...). Precisam fazer em torno de 1.700 pares para cobrir os custos. Em 20 dias produzem dois mil pares. Eles vão ganhar mais de 150 reais por mês em 12 horas de serviço por dia considerando sábado. (...). Pelas qualidades das máquinas e o dimensionamento dos ateliês, é baixa. O baixo investimento não inviabiliza, mas limita a produção, daí as pessoas se sobrecarregam, as pessoas têm que trabalhar mais. Precisam de mais máquinas de duas agulhas para que o processo possa fluir. Quem tem empregado vai ter uma diferenciação. O empregado trabalha só as horas que é legal, daí perde. (...). Costureiro, preparador, colador são as principais categorias de trabalho interno.

A produtividade conseguida pela prática de trabalho a domicílio, segundo donos de microempresas e *atravessadores* de grandes empresas na região, é indiscutível. É como disse um dono de ateliê, expressando eficiência, utilidade e inovação: “Quem diria, aqui no meio dos morros, que até bem pouco tempo não davam um centavo pras terra nem pros daqui, né, tá desse jeito. (...). As fabriquetas deram vida pra isso aqui, viu”. Essa espécie de *comunidade de interesses* encontrou na prática de trabalho a domicílio um espaço de realização de intencionalidades, mesmo que diferenciadas em termos de resultados e funções, mas que conservam objetivos próximos.

A ótica da carência, da eficiência, da maximização de fatores, da problemática da identidade em ramos diferentes e a busca de ganhos e de manutenção em espaços próprios são comuns em ambos os lados, conservando, é evidente, especificidades, poder de barganha e dominação. Mas esse não é o elemento fundamental. O importante é compreender e explicar os processos, as relações que se criam e se recriam, que se constituem e se redefinem, em que níveis do

confronto/submissão/harmonia e conflito se processam, mas também, e acima de tudo, não ficar só no aspecto objetivo das relações de trabalho.

O recurso a empregos e atividades extra-agrícolas por alguns membros da unidade familiar objetiva ampliar os ganhos da família. A busca pela atividade de fazer bola não objetiva a profissionalização da mulher do colono, nem satisfazer interesses meramente pessoais de *status* ou em paridade com as formas de vida urbana. Não está em jogo o estilo de vida urbana, nem o estão as negatividades do meio rural no âmbito estigmatizado do *ethos de colono* ou de "trabalhá nos montes e virá pedra" (elas se autodenominam ainda colonas), nem a precariedade ou o atraso dos fatores modernizantes do processo de trabalho, nem, muito menos, expressão de negação da especialização e do modelo produtivista inerente.

O trabalho a domicílio contemporâneo caracteriza-se por ser uma atividade preponderantemente feminina.²³ A ideologia da domesticidade é reforçada nesse tipo de trabalho.

Trabalhando isoladamente, sem colegas, comunicando-se intermitentemente e esporadicamente com o empregador, sem possibilidade de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados, não é de estranhar que essas mulheres encontrem grandes dificuldades para diferenciar a sua identidade profissional daquela de mãe e esposa. (...), conservam um delicado equilíbrio entre a necessidade de realizar um trabalho que gere renda e a manutenção de seu papel tradicional de mãe e esposa no interior do grupo familiar. O trabalho industrial a domicílio, por suas características intrínsecas, parece oferecer condições particularmente propícias para a manutenção desse equilíbrio. (...). Essas características são muito vantajosas do ponto de vista dos empregadores, os quais se beneficiam dos imperativos dos grupos domésticos, que mantêm as trabalhadoras em casa e as transformam em uma força de trabalho disciplinada e estável (Abreu, 1995, p. 38).

A própria colona que se insere nos ateliês, por mais que diga que é ainda colona, sofre redefinições em seu estatuto social; é a idéia de que "é mais viável pagá alguém pra lavrá, plantá, carpir e colher, ou alguma dessas, do que largá das bola ou dos tênis" não é estranha no local. A sua ligação com a terra passa a ser problemática, bem como sua diferenciação em relação aos demais "colonos mesmos" da comunidade. Normalmente, são vistas como alguém que *optou* por trabalhar na sombra, ou seja,

²³ A feminização do trabalho a domicílio está assim representada: 90% na Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália e Holanda; 84% na França, 75% na Espanha; e 70% na Grã-Bretanha. No Japão, em 1988, 93,5% dos trabalhadores a domicílio eram mulheres e, na Rússia, atingiam 86%. Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, essa tendência é ainda maior, e os poucos dados estatísticos disponíveis apontam que, nesses, mais de 90% são mulheres (Bruschini, 1995).

renegou a roça, o sol e está rompendo com um *peso* histórico de ser da terra e da roça; está envolta numa representação de vagabunda, de que pouca utilidade tem, ou de que quer ganhar dinheiro para gastar. O seu ambiente social e econômico, fundado na propriedade, no trabalho da roça e na família rural, sofre redefinições. É como diz Seyferth:

... indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos mas são trabalhadores da indústria -eis a realidade. (...), eles não se consideram membros da classe operária, embora sua condição de industriário tenha reduzido bastante sua atividade agrícola. O que os distingue dos operários é que possuem outra ocupação - a lavoura -, pertencem a famílias que têm a propriedade das terras que cultivam (...) e não residem na área urbana. Paradoxalmente são ao mesmo tempo assalariados por um lado e proprietários dos meios de produção por outro (1987, p. 107).

Grande parte dos agricultores familiares da região são pequenos produtores estabelecidos numa região extremamente montanhosa, com precariedade de infraestrutura técnico-mecânico, reduzido acesso ao crédito, baixa produtividade e que, conseqüentemente, obtêm baixa remuneração por seus produtos vinculados ou não às agroindústrias. São colonos com histórica tradição no meio rural e com alguns tipos de produto, como milho, trigo e criação de suínos, imbricando profundamente a família com o espaço de trabalho e de produção.

A disposição de fatores internos de produção em relação à obtenção de ganhos não agrícolas, sejam temporários ou não, advém dessa situação de precariedade em termos de rendimento, de organização do trabalho na lavoura, da impossibilidade de promover investimentos e obter financiamento público, do processo de redefinição pela via da informalidade e da contratação a domicílio das empresas do ramo na região, o que não significa que sejam formas residuais de um tipo de agricultor que, com as modificações das formas capitalistas de produzir, não demorará muito a se tornar um proletário ou, então, a aburguesar-se.

O espaço rural, para a família do colono, permanece sendo um espaço em que o *ethos de colono* se materializa. Valores simbólicos (no âmbito religioso e social), práticas culturais, relações de interconhecimento, relações sociais comunitárias, de vizinhança, dentre outras, continuam sendo os elementos constitutivos do espaço social da vida colonial. Não são as relações e formas de produzir diferenciadas, sob a ótica e determinação industrial, na casa do colono que vão promover a ruptura completa, nem

os próprios promotores externos das novas relações o querem; o que cimenta e solidifica formas modernas de produzir é o acervo histórico-tradicional, envolvendo a família e o espaço do colono.

O colono, pelo trabalho a domicílio para os empresários de fora, desgasta-se para se fortalecer, redefinindo-se enquanto colono para permanecer colono. O local é crivado por dimensões próprias e externas, é uma localização que se *desloca*. Ninguém duvida hoje de que a cotidianidade dos processos socioeconômicos e culturais no espaço agrícola tornou-se multidimensional, com trajetórias específicas e diferenciadas, porém reforçadoras de uma dinâmica histórica (passíveis de alterações) da *campesinidade*. É possível vislumbrar formas de vida (não residuais) do colono imbricadas aos traços do sistema produtivo mercantil. O *novo*, repetimos, não se constrói, necessariamente, divorciando-se de uma sociabilidade do *velho*. Concordamos com Woortmann (1989) quando diz que a tradição não é apenas o passado que sobrevive no presente (dimensão fatalista), mas é o passado que, no presente, encontra possibilidade de se fazer no futuro, enquanto possibilidade de futuro.

É claro que essa dimensão epistemológica não omite nem refuta práticas e situações em choque, em conflito com o que se apresenta hoje. O estudo no urbano, o vínculo de pertencimento do jovem à comunidade, a atração do trabalho urbano principalmente nas agroindústrias, sobre filhos de integrados - “a gente conhece o pessoal, fica mais fácil pra conseguir trabalho” -, a vida social na cidade, a tendência de desligamento da mulher e das filhas das trabalhos da roça e até de parte dos da casa e seu entorno, dentre outros, formam e disseminam tensões cotidianas no local comunitário e na família. Isso é inegável.

Tendo presente as relações familiares, a gestão e a intencionalidade em conjunto das rendas obtidas, o novo sentido da coabitação, do universo da profissionalização e das trajetórias individuais e variadas que convergem em torno dos interesses comuns à família, é possível localizar a estratégia do deslocamento de parte do tempo do trabalho, que até então era agrícola, para alguma atividade que se confunde espacial-relacionalmente entre moradia e trabalho. Concordamos com Barthez (1987) quando diz que a tendência à autonomia e às estratégias individuais que se entrecruzam na família, é, em muitas situações, condicionada e mediatizada pela estratégia familiar de distribuição de seus recursos de trabalho como um todo.

Mesmo assim, os ateliês não deixaram de constituir uma alternativa de sobrevivência, sendo, para alguns, e em alguns momentos, a principal fonte de renda da família. A localização da indústria no local permite isso, só sendo possível onde há disponibilidade de fazer acontecer o processo de trabalho a domicílio, o que, segundo depoimentos, a solidez da infra-estrutura e do envolvimento dos agentes promotores tende a consolidar como processo, pelo menos a curto prazo, irreversível. Alguns até, elencando inúmeras vantagens, não cansam de dizer que isso está estancando o êxodo das famílias rurais, resolvendo problemas sociais de desemprego, marginalidade, etc. Não é raro que recursos públicos sejam canalizados para favorecer grupos de repercussão, principalmente como fatores de acomodação de conjunturas de crises.

Se analisarmos a família e o colono, como já vimos, ambos também passam por conjunturas de dificuldades e de crise; crise que não é só econômica, mas que se liga ao poder patriarcal, na hierarquia e importância de gênero, de divisão social e sexual do trabalho; crise do direito consuetudinário em relação ao racional formal; crise na dimensão dos *rendimentos indivisíveis* (Galesky, 1977) administrados pelo pai-esposo, à medida que alguns filhos saem para trabalhar como assalariados urbanos nas indústrias e/ ou churrascarias e passam a subsidiar membros isolados da família, moças principalmente, ou a família mesmo; crise de dominação e determinação dos pais em relação aos filhos jovens que estudam.

4. 10. 2 - O fortalecimento da família

Não seria o espaço simbólico e material da crise o indutor de ações, de caminhos para *estratégias adaptativas* de ambos os horizontes, tanto empresarial quanto familiar? A causalidade unilateral ou unidimensional, na ótica da determinação e do poder do movimento do capital exclusivamente, não faria perder de vista processos, relações, inventividades, organizações? O que dizer quando a renda externa torna-se principal fator de reprodução do núcleo familiar do colono e faz melhorar a infra-estrutura da roça, das coisas da roça?

É claro que, quando falamos em família, estamos falando de um *ator coletivo*, de uma instituição sociocultural e econômica que interage no todo social (Sarti, 1995). Não a concebemos num purismo cultural, nem como mundo encantado; desde sempre,

sabemos que elementos conflituosos a perpassam, seja no universo da hierarquia, da divisão, do poder, seja da heterogeneidade, das discontinuidades legais (separações, divórcios, paternidades...), da alteridade.

Por ser uma categoria histórica e concreta, a família, como já vimos, é permeada pelos conflitos e contradições sociais. Porém, isso não significa que, com uma certa tendência à reprodução individual de formas e de relações de trabalho, imaginários coletivos comuns não possam se concretizar; que algum tipo de alteridade seja hoje impossível. Não podemos cair no debate reducionista do fim da família; ou o que tem de familiar ainda na medida em que os seus membros apenas coabitam o mesmo teto; ou, então, porque se fala em caráter familiar, pensa-se que o conceito esconde uma diversidade de relações sociais.

Tomar o argumento do fim da família do colono na perspectiva crítica não nos parece um bom caminho, pois, além de ser uma concepção conservadora e defensiva, insiste na continuidade entre passado e presente de uma forma romântica (Woortmann, 1984). Não acreditamos que a família tenha se esvaziado; acreditamos, sim, que a perpassam novas configurações, que a *preenchem*, que a articulam, a dilatam, a abrangem, a tornam menos homeogênea, menos localizada, mais mediada e mais processual.

Há limites econômicos, culturais e sociais que manifestam implicações históricas particulares, mas que não se diluem; há conjunções e disjunções de espaços e temporalidades que se cruzam, nem sempre pelo veio da autenticidade (Sarti, 1995). A idéia de que, se não for autêntico, não é mais, em nosso ver, não é a mais apropriada. Acreditamos que as noções de *temporalidades que se cruzam* (Lefebvre, 1983), de acomodações e conflitos colaboram para que se entendam os interesses que recortam a unidade familiar no meio rural como espaço de tensão da sociabilidade em geral.

O exemplo dos ateliês, vistos mais de longe, permite-nos compreender que existem convergências de estratégias de origens não comuns, mas que se afunilam em momentos do processo. O trabalho domiciliar como subcontratação e terceirização visa garantir a reprodução do capital e a reprodução do núcleo familiar. Mas como que podem acontecer duas reproduções ao mesmo tempo? Parece que a lógica da racionalidade mercantil não abarca isso!

Será, porém, que o colono tem na família unicamente o âmbito econômico?

Será que os universos simbólicos e os imaginários que se constroem no espaço do local/família e no lugar/rural-agrícola se baseiam apenas na funcionalidade do lucro objetivo, palpável, pragmático e imediato? Ao questionarmos isso, não significa que estejamos amenizando, omitindo a relação que o capital industrial estabelece, de extração do sobretrabalho do colono e da mais-valia das *colonas-operárias*, formas minguidadas de modernidade que, em nome dela, aí se apresentam e se constituem (Schneider, 1994).

Essas formas limitadas de modernidade expressam-se no trabalho de menores,²⁴ na rigidez das regras, de falta de domínio (não obstante, a aparente autonomia do ateliê) e de definição de preços, cotas, intermitência do trabalho; nas estratégias que inviabilizam a organização sindical, utilizando-se de variáveis, como espacialidade e diversidade de práticas diferentes; no poder dos atravessadores e dos monitores; na vulnerabilidade em relação ao mercado e à decisão da empresa -mãe, do controle do ritmo do trabalho, nas explorações e diferenciações internas em termos de remuneração aos assalariados e de práticas e de trabalho diferenciadas nos mesmos ateliês, dentre outras (Schneider, 1994).

A cotidianidade que se constrói no meio comunitário e na família não é sinônimo de banalidade, nem de mesmismo, muito menos de passividade. Processos, identidades em conflito, autonomias relativas se constroem em seu interior; situações

²⁴ Como a remuneração a domicílio e, mesmo, nos ateliês se dá pelo produto produzido (por peças), a ajuda de membros da família é bem-vinda, principalmente de crianças. A estratégia da família mais uma vez entra aí. Os cálculos de rentabilidade máxima de cada indivíduo se fundam no cômputo-família; a *flexibilidade* de trabalho nos ateliês e nas bolas, ligados aos afazeres domésticos, dá-se em função disso e é preenchida temporalmente pela presença de crianças e/ou adolescentes. Os mercados em espaços e processos flexíveis permitem a presença de *forças marginais*, nem que seja como ajuda: alcançando linha, preparando a agulha, limpando os retalhos, colocando as peças em ordem, contando, etc., ou então fazendo atividades domésticas para liberar a mãe ou irmã para os trabalhos remuneradores. Assim como a unidade doméstica estrutura uma divisão de trabalho, ela pode também organizar um (re)arranjo da força de trabalho doméstica, reproduzindo saberes e funções, produtivas ou não, que eram reservadas em termos de *diferenciações de gênero*. É o caso do menino que aprende a fazer o feijão, a costurar, a ficar dentro de casa trabalhando, dando chance para a mãe (re)definir seu papel na família, produzindo e sendo remunerada, bem como (re)localizando-se na esfera hierárquica e no horizonte do poder. Essa *funcionalidade* adaptativa entre mães e crianças só é possível no horizonte da informalidade. Os ateliês e espaços de costura de bolas e tênis propiciam essa relação de oportunidade como cálculo maximizante. "A cada mudança de faixa etária os filhos são realocados na divisão do trabalho para posições onde podem ser mais produtivos, no contexto de rearranjos globais no grupo doméstico" (Woortmann, 1984, p. 83). A presença da criança, direta ou indiretamente, no espaço de trabalho remunerado, além de promover a sobrevivência, poderá oportunizar projetos de investimentos na agricultura, bem como de ganhos econômicos ao grupo doméstico; além de tudo, paradoxalmente, permite um vínculo, não dicotômico, na relação rural/urbano não só em nível de relações de trabalho, mas como reprodução da família.

de classe, diferenciações de papéis, sentidos ocultos ou explícitos da produção de valores-de-uso e de valores -de-troca a perpassam. É como diz Woortmann (1984: 71), “a família trabalhadora supõe então um grupo doméstico como unidade de consumo planejado e como organização voltada para a otimização do emprego de seus recursos de força de trabalho. Distribuir essa força de trabalho através, tanto do mercado de trabalho assalariado como de mercado de serviços, ou alocá-los à produção doméstica de mercadorias, é um dos aspectos centrais dessas estratégias”.

O cotidiano tradicional da concepção e das atividades de trabalho está passando por transformações, obrigando a reflexões sobre a categoria trabalho na unidade familiar. O uso do trabalho assalariado nos momentos de pico da agricultura e na absorção temporária ou permanente de parte da força de trabalho rural por setores urbano-industriais, a parte do espaço rural não mais agrícola, a ruptura dicotômica entre rural e urbano (tão disseminadas na região pelos contatos e interações via lazer, estudo, negócios, trabalho, comércio), as técnicas de *industrialização difusa* (Schneider, 1994), incluindo terceirização e subcontratação a domicílio, etc., são transversalidades, patamares, integrações (que também desintegram) que perpassam espaços descontínuos, mas que se servem da continuidade ou, pelo menos, não objetivam romper por completo com universos de escala patrimonial no âmbito do saber, da relação com a natureza, com a ética da sociabilidade comunitária.

4. 10. 3 - Os vínculos temporais e espaciais

O trabalho a domicílio, por exemplo, aglutina, em certos espaços de tempo, a família, seja à noite -“depois que volta da bodega”- ou então, - “enquanto se cuida a comida”. O trabalho domiciliar é um trabalho que se caracteriza pela aplicação da própria força de trabalho aliada à dos membros da família; é o indivíduo que trabalha sem nenhum vínculo empregatício, não entrando no cômputo de seus custos o valor do espaço doméstico, a depreciação de utensílios usados, nem o trabalho não remunerado de membros circunstanciais da família.²⁵ Esse processo ajuda a reduzir o custo do

²⁵ Além da circunstancialidade de membros da família, presenciamos situações em que mulheres ou jovens visitavam, durante o “descanso” do meio-dia, suas vizinhas e, enquanto tomavam chimarrão e conversavam, aprendiam ou ajudavam a costurar bolas: “Aqui se conversa e se trabalha, aproveitamos os *peões* que, de vez enquanto, vêm”.

produto e aumenta a aceitação no mercado consumidor. Somado a isso, o trabalhador a domicílio que ganha por cota de fabricação tem em suas mãos os instrumentos de trabalho, participando diretamente das atividades produtivas, com ou sem ajuda da família, tendo conhecimento e controle do processo de trabalho, do uso do capital proveniente da venda dos serviços ou das mercadorias, da descontinuidade e da intermitência do fluxo da produção.

Não há dúvida de que o papel atribuído à mulher nas relações de gênero e de sexo repercute no seu espaço de trabalho, na esfera do lar, privilegiando a idéia de família e trabalho ou reprodução e produção (Bilac, 1991). Acreditamos que um bom veio heurístico é analisar as relações de subcontratação de trabalhos a domicílio direcionados à mulher, identificando mecanismos e situações expressivas do âmbito sociocultural a que pertence, sem cair no reducionismo da *feminização da produção*, nem no ilimitado processo de *sobrecarga de trabalho da mulher* (Carneiro, 1995 e 1996).

O trabalhador a domicílio é possuidor da infra-estrutura (que, no fundo, é o espaço da cozinha, ou da sala da casa, ou do porão) e da qualificação para o fazer; participa da produção engajando familiares (não encontramos, além da ajuda de vizinhos e conhecidos, nenhum empregado), conjugando seu trabalho com a produção e gestão. O aspecto burocrático se dá no controle do trabalho na sua forma extensa, ou seja, na fragmentação das tarefas, dos tempos, nos cálculos dos ganhos, no excedente da cota, na conferência da matéria-prima, etc.

Para o caso das bolas, as trabalhadoras conhecem a globalidade do processo que origina o produto - "eu sei fazê de início ao fim (...), só não sei jogá!" (algumas vangloriam-se por estar fazendo a bola Túlio e/ou Topper; ficam lisongeadas quando assistem a jogos na TV e *identificam* - pela marca - a bola que fazem!). As intermitências e descontinuidades no processo de produção são constantes. Em consonância com as próprias características do trabalho e do espaço de trabalho, as relações vicinais, os desejos e as preferências pessoais se misturam com práticas de trabalho - "enquanto se conversa, se trabalha". O tempo tem ritmos diferenciados, dimensiona-se conjuntamente com elementos tradicionais, morais, de vizinhança, em função das necessidades dos outros trabalhadores familiares. Panelas, mesas, cadernos, agulhas, máquinas de costura, bolas, roupas, tênis, couro, etc., misturam-se. A orientação à domesticidade de suas atividades está bem presente (cuidar, ensinar, limpar, costurar

e... trabalhar), conciliando uma atividade geradora de renda com as exigências da dinâmica do e no lar. As *obrigações domésticas*, além de estarem introjetadas culturalmente na mulher, reproduzem-se contraditoriamente nos homens (maridos). Ao que parece, essa ligação entre trabalho feminino a domicílio e papéis femininos no conjunto das representações sociais desenvolve-se no meio rural e na família; é fruto de um processo de socialização no qual a *funcionalidade* feminina se objetiva no momento da aquisição de um saber que intenciona reproduzir a unidade doméstica.

Costurar não constitui um aprendizado para a profissionalização (para o espaço de trabalho remunerado), mas para o papel de mãe, para reduzir os custos domésticos, para prover as suas necessidades e as da família. A família está espelhada e espalhada, porém, ao mesmo tempo, unida nesse horizonte de socialização de papéis. Quando casada, a mulher, além de dever obrigações ao marido, como ajudá-lo na lavoura, assume a responsabilidade por determinados saberes imprescindíveis ainda hoje, tais como saber cozinhar, plantar hortaliças, passar e costurar.

Ser agricultora, como nos diz Carneiro (1996), não é uma profissão, mas *estado matrimonial*, ou seja, seu estatuto é de mulher, portanto, responsável também pela casa e por todos os que dela, internamente, dependem. "A simbiose entre mulher e família, acrescida da valorização do homem como provedor e responsável pela respeitabilidade dos membros do seu grupo doméstico, transforma a renda do trabalho feminino em ajuda, e sustenta, ainda hoje, a subordinação à esfera masculina" (Carneiro; 1996, p. 353). Não é por acaso que as respostas que mais apareciam, quando interrogamos mulheres sobre causas da inserção nesse processo mercantil e a canalização financeira dos ganhos, eram -"ter dinheiro prá fazê alguma coisa também, né"; "pra não tê que pedi toda hora quando se qué (...)" ; "pro enxoval dela (sua filha) e pra casa"; "ajuda em tudo, na lavoura, em casa, mantimentos (...), alguma coisa sempre se ganha". As respostas giravam em torno da questão da autonomia financeira, da independência, liberdade e autodeterminação; mesmo que num grau incipiente, as respostas passavam pela questão econômica. Por mais que algumas respostas enfatizem a individualidade, preponderam os interesses coletivos da família, personificados em alguns membros e no patrimônio familiar (em infra-estrutura, bens móveis, eletrodomésticos, subsídios à lavoura, herança, etc.).

Já refletimos que o trabalho domiciliar na confecção de bolas e de tênis não

chega a oferecer uma contraposição à construção sociocultural que define as esferas de atividades específicas, espaciais e temporais da mulher, porém propicia um (re)arranjo cotidiano adaptado ao processo doméstico. Já deixamos claro que o trabalho feminino é parte integrante de uma intencionalidade (simbólica, mas real) que as envolve na família, no universo da reprodução social da concepção que define seu papel e sua renda como secundários e complementares. Seu trabalho é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família; é expressivo do esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais no núcleo familiar, aumentando, sem dúvida, sua carga de trabalho, complexificando seu vínculo com o espaço doméstico, ainda que, agora, envolto também na dimensão mercantil.

Concordamos com Little (1991, citado por Schneider, 1994: 122), quando diz que "a participação da mulher no mercado de trabalho deve ser interpretada não apenas em relação às demandas de capital, mas também pela distribuição desigual do poder entre homem e mulher e a construção social da sexualidade como base deste poder". Assim, a questão entre patriarcado e capitalismo possui ligação estreita.

A relação espaço-tempo e sua flexibilização no espaço de trabalho não são tão flexíveis assim. "Pegamos de manhã e paramos quando cansamos (...), não tem hora, toda a hora dá, né (...). É na sombra (...) quanto mais se faz, mais se ganha. (...). Somos *autônomas*, né (...), que carteira coisa nenhuma!. Mas é melhor assim, né". A possibilidade de uma certa autonomia no tempo de trabalho está ligada ao tempo doméstico, ambos superpostos. A *flexibilidade* de horários, a elasticidade do tempo fazem da atividade remunerada uma parte integrante do cotidiano da dinâmica da casa. O critério que delimita o tempo de trabalho remunerado e sua intensidade é a vida familiar e a "precisão" de ajuda do marido na roça, até nas pedreiras a gente vai quando precisa". As cotações fazem "a gente se envolver meio que direto".

Falamos em trabalho remunerado na família como contraponto exclusivamente em relação aos cuidados dos filhos, da casa, do preparo das refeições, da horta, do galinheiro e um bocado de outras atividades que, além de pouco reconhecidas, invisíveis cultural e economicamente, não transferem imediatamente rendimentos monetários à família.

Assim como é difícil delimitar o tempo de trabalho remunerado, o tempo de lazer sofre alterações temporais. Aos domingos, percebemos a presença reduzida de

mulheres no culto comunitário e no salão da capela pela parte da manhã; à tarde, praticamente só apareciam homens. É claro que a sede das comunidades tem muito pouco a oferecer às mulheres e às jovens, no entanto, segundo informações que obtivemos nas reuniões com idosos e com pessoas aleatoriamente, "antes das bolas, apareciam, sim". Esse processo nos favoreceu na obtenção de informações, pois visitamos às casas onde funcionava a costura de bolas para conversarmos com as mulheres. A não-presença do marido e/ou filhos jovens e a presença de vizinhas e amigas (pois "não pega bem se se tá sozinha") passavam a ser um fator por excelência para compreender a questão. Algumas mulheres, indagadas sobre o tempo de lazer, diziam que "fazer isso não pesa é (...), a gente faz e conversa, passa o tempo enquanto, né (...) fazê o quê também no salão!"

Como sempre vimos dizendo, o cotidiano da família está imbricado por atividades econômicas, domésticas, de lazer e de vida familiar agrupadas em temporalidades e espacialidades de determinação interna e externa. O trabalho absorve tempos sociais e tempos da família; sua intermitência e flexibilidade dão-se em função do clima, da sazonalidade da produção. Com o trabalho a domicílio, outras variáveis acrescentam relações, redefinem modalidades tradicionais, criam e recriam estruturas espacial-temporais internas ao universo produtivo e familiar. Desse modo, torna-se difícil delimitar tempos de conotação e significações diferenciadas.

A renda também passa pelo mesmo crivo do tempo e do espaço, pois também está vinculada a outras atividades. Os rendimentos variam em relação ao tempo dispendido, à quantidade de gente envolvida, a outras atividades no lar e na lavoura. "Umas cem bolas por mês dá pra fazê em duas pessoas, depende tudo de outros serviços".

O foco das relações de trabalho, das estratégias de produção e reprodução do capital e da força de trabalho, enquanto relações sociais e culturais, além do econômico, permitiu-nos visualizar o trabalho informal a domicílio não só como uma alternativa da mulher colona à situação socioeconômica difícil que se expressa no meio rural hoje, e particularmente na agricultura familiar, mas também pode ser visto como um espaço de adequação às formas próprias de organização, de inventividade, de afrontamentos; enfim, uma complexa articulação de atividades econômicas e domésticas, que permite desvendar relações da esfera do trabalho com as dimensões da vida familiar, do

contexto social e da vida local, relações essas viabilizadoras de estratégias das empresas e da unidade familiar também.

Com isso, não queremos dizer que todos saem ganhando. Articular estratégias é ter algo como um parâmetro (Barbagli, 1984), e parâmetros é que não faltam no seio da unidade familiar. O árduo trabalho agrícola braçal nos morros, a baixa remuneração do mesmo, a falta de perspectivas de reprodução e ampliação do patrimônio, elementos ligados à herança, ao papel da mulher, a representação social de ser colono, entre outros, pelo lado do produtor rural, fortificam a inserção nesse horizonte de redefinições empresariais. Com isso, também não queremos dizer que todo tipo de exploração é pouco, que está relacionado ao sofrimento e às injustiças no cenário agrícola e rural convencional. As formas mais diversas de exploração, utilizando-se de intermediários da própria comunidade (vizinho ou parente), não são algo novo para os colonos da região. Os antigos comerciantes, carroceiros, ou as agroindústrias, hoje, não fazem muito diferente; o que estão presentes são estratégias adaptativas que envolvem relações internas, ligadas à família, e externas, ligadas ao processo de desenvolvimento da economia e seus mecanismos industriais, os quais, acreditamos, apresentam-se cada vez mais dinamicamente no meio rural.

4. 11 - A “colona mais lá do que aqui (..), da cidade e da roça”²⁶

A pedreira e a roça três ou quatro anos pra cá começou a dar pra trás. Esperar só o dinheirinho do marido não dá. O dinheirinho dele também é pouco. Terra pra

²⁶ Acompanhamos 22 colonas-operárias de duas comunidades, às quais entregamos questionários; acompanhamos algumas aleatoriamente, fizemos três reuniões com elas em sábados à tarde na sala do Clube de Mães na *sociedade da capela*. Nas três oportunidades, a participação foi intensa, falavam muito. Na segunda e na terceira reunião, havia, explicitamente, opiniões divergentes sobre as questões em pauta. A contraposição, a liberdade de falar - “se soltemos mais daí, né” -, a vontade de falar e de se ouvir pelo gravador, as fotos tiradas de todas juntas, que acabaram em pôsteres para algumas, o gosto “por trocá idéia”, etc., foram elementos construtores desses encontros. A desconfiança, principalmente na primeira vez, por parte de algumas, de que nós seríamos mandados pelo missionário (era período de pregação missionária na região), ou pelo “patrão” ou pra vê quem das “mulher desconta Funrural” para efeito de aposentadoria ou, então, “pra espicular”, entre outros não revelados, também se fizeram presentes. O terceiro encontro foi mais uma confraternização, quando espontaneamente e - “mais solta” - pudemos obter informações e dados sobre a concepção de trabalho, de ajuda, necessidade de trabalho, relações de trabalho na empresa, etc. Houve, inclusive, sugestões por parte delas de “se encontrar de novo”, o que, de fato, aconteceu, porém apenas elas. Reuniam-se várias vezes, fizeram amigo secreto, discutiram sobre o preço do ônibus, horários de saída, salário, envolvimento com a comunidade, possibilidade de montar uma sala-creche para atender aos filhos pequenos e na comunidade, etc., o que configura um espaço de princípio de sociabilidade e de organização, diferenciando-as, pela sua especificidade, das “colonas-mesmo”.

trabalhá tem pouca. Não dá nada. Muita pedra. (...). Agora é mais serviço. A maioria vai pras fábrica de tênis e de cama, de empregada doméstica também. Homens e jovens vão também, mas são poucos, vão mais fazer calçamento, trabalhá com pedra nos tear. Só daqui tem mais de 30 mulheres e umas gurias solteira. A renda é o mínimo. Nem todas assinam carteira (...). Nos fins de semana, feriado, nas férias, no horário de verão²⁷ trabalham na horta, na roça, jardim, né. No horário de verão vão direto pra roça. Quando é meia tarde estão em casa, daí vão com a família pra pedreira ou prá roça. O marido ajuda a mulher. O marido adianta o almoço ou esquentam aquilo que a mulher preparou de noite ou até de madrugada (levantam cinco, cinco e pouco). No final de semana organizam os pátios, o lar prá semana. (...). As que têm filho pequeno levam pra creche da cidade. Outras pagam uma mulher aqui que cuida de várias crianças juntas, ou a sogra, ou uma vizinha cuida junto com o seu. Tem umas mulheres aqui que ganham um pouco cuidando de criança (...).

Numa comunidade pesquisada, o contingente de mulheres que trabalham na roça, no lar e que, circunstancialmente, *ajudam* nas pedreiras representa 22% das investigadas; as que trabalham nas confecções a domicílio com bolas ou tênis representam 57% e as que vão para a cidade trabalhar nas indústrias como assalariadas são 21%. Esses percentuais precisam ser relativizados, pois não há uma determinação muito precisa dos espaços de trabalho das mulheres por nós pesquisadas. Não significa que, pelo fato de confeccionarem bolas, não possam ir para roça e/ou pedreira, ou aviário, etc. Há uma multifuncionalidade de atividades que envolvem a mulher; os dados dão apenas um indicativo de um envolvimento maior, mais específico, que permite diferenciar atividades mais específicas.²⁸ Todas elas são mulheres habituadas à vida produtiva; 98% delas são provenientes de famílias do meio rural, com tradição de colonos. Grande parte delas (82%) foram unânimes em afirmar que trabalham e sempre trabalharam de igual para igual com os homens, com exceção dos períodos em que os filhos pequenos demandavam cuidados específicos.

²⁷ Para os colonos, o *horário do governo* pouco interfere em seu cotidiano - "só quando tem de sair, né". Para quem tem filho que estuda à noite "é uma vergonha mudá o horário do sol, quando estão começando a ajudá, têm de sai", nos diz um pai. A mesma concepção não se dá em relação à *ajuda* quase que cotidiana da mulher "que chega cedo".

²⁸ Aliás, nosso trabalho todo peca, além de muitas outras questões, pela falta de percentuais, de dados, tão comuns nas nossas análises do meio rural. A questão é que analisar o *sistema de relações de trabalho*, por ser multivariado e multifuncional, ao mesmo tempo, integra-se em relações parciais e/ou complementares, daí se tornar difícil *fechar* um dado quantitativo que indique níveis estatísticos de ação.

4. 11. 1 - A centralidade da mulher

Nas propriedades onde a estrutura fundiária e o acervo técnico-mecânico são menores, a participação da mulher na roça é ainda maior (88%). A necessidade de mão-de-obra e a importância das miudezas exigem uma contribuição mais efetiva da mulher (em 97% das unidades entrevistadas, são só as mulheres que fazem isso). Nas famílias de "colonos-mesmo", nas quais há filhos, ou algum filho(a) que estuda na cidade, o trabalho feminino na roça é uma obrigação sistemática (nessas, praticamente 100% das famílias têm a participação da mulher em atividades da roça). Na opinião de uma "colona-mesmo", "(...) pelo menos estudam, né. A gente não teve oportunidade (..), se livram pelo menos de ficá aqui derrubando capoeira que nem aqui, né. Eu sempre digo, ou estudam e levam a sério ou vem pra casa (para a roça) então, né".

Onde a mecanização é mais presente (27%), a participação da mulher fica mais reduzida, diríamos melhor, é desviada para outras atividades, como lidar com vacas - "aumentamos as vacas, daí vendemos o leite ou queijo, dependendo do preço e da precisão"-, ajudar os filhos em algumas atividades no aviário ou até, em alguns momentos, "lidá com bola, mas não tanto". Há uma *variação de atividades*, de contatos e participação em função de vários condicionantes e aspectos, o que demonstra certa heterogeneidade relacional.

O cotidiano das *colonas-operárias* obedece a uma sistemática quase que repetitiva e constante durante a semana, atravessado por situações de identidades múltiplas (colona, esposa, operária, mãe, meio rural/agrícola, etc.).

Vamos de ônibus da prefeitura. A prefeitura paga uma parte e o resto nós. O pessoal aqui tem pouco espaço pra vivê. Muita terra não pode comprá. A fábrica é bom daí, né. (...). O transporte facilitô. Sem transporte eu acho que não tinha trabalhador. A prefeitura favoreceu então. O ônibus sai cheio daqui. No sábado vão de carro, kombi, lotação, a pé, porque têm de fazê hora-extra e a prefeitura não trabalha no sábado. (...). Quantas deixaram de costurar bolas e foram trabalhar em fábrica ou de empregada doméstica. (...). Aqui as mulheres ou vão pra roça, ou vão prá fábrica, ou fazem tênis e bola, a maioria faz tudo isso quando dá. Quase todas fazem as rocinhas, até as que vão pra cidade. Plantam arroz, feijão, batatinha, aipim. (...). Melhorou. O marido reconhece que tem que ajudá. Alguns têm que comprá meio tudo porque têm pouco tempo pra fazê as rocinhas e criá os bixos.

A presença do trabalho fora é recente (desde 1993). Não foram sentidas ainda alterações ou interferências em sua vida reprodutiva: "(...) não tem problema não, se pára daí, né (...). Já criei os meus (...)".

- O fato de trabalhar fora não dificulta o planejamento familiar em termos de número de filhos?

" (...) trabalhá sempre se trabalhou. Acho que quando se tem que fazê se faz e pronto, né. (...), agora está até melhor (...). Antes não se ganhava nada. É quatro mês que se ganha e ajuda em casa daí, né". Outra, "até quatro mês tudo bem. Depois vou ter que dá prá alguém cuidar. Pagá alguém né. A creche só pega depois dos dois anos".

Não obstante, 92% das informantes que trabalham como assalariadas não expressaram dificuldades nessa questão da vida reprodutiva, a qual, aliás, é pouco discutida (24% colocaram que conversam sobre isso apenas em casa com os maridos). Porém, percebemos ser uma questão preocupante para as que "não têm filhos criados", pois o envolvimento com os filhos dificultará o retorno e o acesso ao trabalho fora, por mais que "a sogra ou os outros depois se viram".

As mulheres "colonas-mesmo" parecem ter menos relutância e preocupação com a reprodução, apesar da "falta de futuro aqui, né faz de pensá. (...). Não pense que eles vão ficá aqui, tocá pra frente isso, não (...). Eu já disse várias vezes pro Alcide (marido), fizemos o que dá e pronto, se quebrá (se sacrificar) que nem uma vez, mas nunca! (...), idéia essa de fazê filho pra ajudá os pais, oh! espere sentado. Isso era uma época. Agora!" A dupla jornada de trabalho delas é entendida como "precisão".

O fato de trabalhar fora não expressa ruptura moral, nem suspeita ou preocupação dos maridos em relação à mulher. Os homens-maridos não manifestaram desconfiança em relação a possíveis *investidas* de outros homens e/ou possível *fragilidade* de suas esposas. Essa é uma questão pouco *objetiva* para se analisar academicamente. No entanto, ao que nos pareceu, a questão da esfera reprodutiva da mulher é um pouco deixada de lado em função da sua indispensável participação em trabalhos remunerados, no nosso caso, fora de casa. Porém, é evidente, os homens expressam preocupação em relação "à moral de hoje em dia".

A preocupação que nos moveu ao adentrarmos nessa questão é no tocante ao fato de que a mulher passa a ser, se não a provedora, contribuinte ativa na renda familiar. Esse processo tende, em teoria, a redefinir uma das fontes da autoridade paterna na família, o que implicaria, material e subjetivamente, mudanças sociais. No entanto, o exteriorizado é que não há perdas significativas da identidade social dos homens; não há um sentimento profundo de insegurança, ou de redução de auto-

estima; pelo contrário, aumentou a confiança (92% deles dizem nada ter mudado a “não ser um braço a menos junto”).

O explícito envolvimento financeiro da mulher na família colabora para o somatório de *forças materiais e ideológicas* na constituição da família. A preocupação dos maridos não é com suas mulheres e, sim, com os filhos e, particularmente, com as filhas. Mas aí o processo é outro, pois envolve situações que transcendem o vínculo da afetividade conjugal e familiar.

É claro que o trabalho das *colonas-operárias*, como vimos, afeta e complexifica a divisão sexual do trabalho, o que, para os homens entrevistados, dá mais “compromisso em conjunto”. As mulheres não vão trabalhar fora para fugir da família, ou para mudar o estágio do ciclo da vida fora, para mudar sua definição cultural de mulher, para barganhar poder ou alterar o imperativo cultural que diz que deve ser o homem a manter a família. Tudo isso pode estar consciente ou inconscientemente presente. E, de fato, está. São uma realidade e uma nova *experiência* que se constroem, não como consequência, mas como relação, como construção no interior da ação e dos *esquemas normativos* cotidianos de trabalho e de convivência social e familiar. No entanto, as condições econômicas da família e os bloqueios e precariedades do seu cotidiano econômico e de representação social, expressos em suas práticas efetivas, obriga-as a adotarem a mobilidade espacial como referência de sobrevivência.

O trabalho fora não as isentou de sua identidade cultural enquanto mulheres; significou, sim, aumento de encargos, ressentimentos, por não poderem se “envolver mais de perto com a família e a casa; nos finais de semana ainda dá”. Elas sentem as transformações na relação mútua na família e com o marido; sabem que a situação de precariedade econômica não é culpa ou fracasso dos maridos (praticamente 100% das respostas não localizaram o marido frente à negatividade da situação vivida); têm consciência (97%) de que o suprimento das necessidades e expectativas da família incorpora a sua participação, assalariada ou não, no processo. Sabem também que o trabalho fora afeta e afetará a qualidade das relações conjugais, o número de filhos, as tarefas correlatas e a materialização de sua personalidade social: mãe e dona de casa. Portanto, privar-se ou reduzir seus atributos essenciais de definição de identidade, de aglutinador da família, é particularmente difícil para as *colonas-operárias*.

Se a sua saída do núcleo físico da família e da casa é complicado, mais

complicado ainda é “dar esse exemplo para os filhos. Se nós estamos saindo, quem segura os que vêm vindo?” A mudança social, quando vem ocasionada por forças externas, as quais obrigam a *decisões internas*, de contraponto ou aceitação, produz conflitos e novas realidades sociais, materiais e simbólicas, que podem repercutir diferentemente entre membros da família (Woortmann, 1985). Há valores culturais antecedentes aos que são implementados; não há um *vazio penetrado* ou preenchido como alguns dizem, atribuindo um papel passivo aos que *absorvem* o processo.

As novas condições são condicionadas por valores já cristalizados (*habitus*). A sobrecarga de trabalho da mulher, apesar de maior participação do marido, a hierarquia e o sistema de dominação familiar, a relutância em liberar seus filhos para trabalhos externos no urbano, dentre outros, justificam-se por essa dimensão da *anterioridade*. Os colonos-maridos foram mais afetados em sua dimensão social, no entanto, suas *atribuições internas*, as relações de dominação e dependência emocional entre os membros (as *explorações* subjacentes) constituem relações pessoais no âmbito do conflito, de tensões e contradições de difícil resolução no cotidiano do colono.

A mobilidade demográfica, principalmente dos filhos, em busca de trabalhos urbanos está relacionada, em primeiro lugar (76%), a fatores de herança, pela falta de terra e de ganhos reais na agricultura; o estudo, que até bem pouco tempo pouca importância tinha devido à necessidade mão-de-obra na família, passa agora a funcionar como possibilidade de sobrevivência futura fora da agricultura. “Se grande parte das colonas já trabalham na cidade, vai segurar os filhos como? A família está comprometida” (frei missionário). “Depois de criados, quando se conta (para a roça), se vão. (...). (O trabalho) fica mais ainda se queremos ficar aqui” (“colona-mesmo”). Já o esposo dessa relata outra preocupação: “Lutamos 14 ou 15 anos pra comprá aquela área lá achando de dá pra eles (...), sei quanto custô. Agora temos de vender um pedaço pra fazer uma moradia pra um; outro quer fazer faculdade. (...), com o encosto dos velho aqui, né, ainda dá (para os filhos sobreviverem na cidade), senão queria vê!”.

4. 11. 2 - As várias faces dos conflitos

Nessa dimensão, dependência, instabilidade e insegurança são a tônica caracterizadora do trabalho feminino e da família como um todo, porém “é, mas não é

de agora". A *colona-operária*, além do temor constante de perder o emprego e "depois voltá pra roça", vai preparando ou já preparou o terreno para os filhos (ou alguns deles) saírem. Indagadas por que não vão todos para a cidade, a resposta é de que o marido (o provedor, a autoridade legítima) "vai fazê o que lá? Pelo menos aqui se tem a vaquinha, a galinha, as miudeza, a roça também, se ganha nas pedreiras, né".

O universo que permeia o cotidiano das colonas funda-se também na ótica do conflito (não muito explícito), pois elas vêem seu peso de trabalho na contribuição para a produção e reprodução econômica da família. Para as "colonas-mesmo", o lar passa a ser uma extensão da roça; para as *colonas-operárias*, a situação é mais complexa.

A troca de horário não é bom. Levanto muito cedo, chego em casa cedo e trabalho até escuro, depois tem tudo pra fazê dentro de casa. É cansativo. Veja só, levanto 5:30, saio 6:40, chego 12:00, saio 12:45, volto 5:30 (17:30) (...). Até os maridos aprendem a fazer comida. (...). É uma sobrecarga de trabalho. O marido aprende a fazer muita coisa que não fazia. Ele não reclama porque vem o dinheirinho pra casa, né! Dá mais valor prá mulher. Antes sentava, se faltava uma faca na mesa, chamava a mulher. (...). O marido é o que tem de levar o dinheiro pra casa. A mulher ganha menos, leva uma parcela menor. (...). Saindo fora tu destrai, acalma os nervos, a ansiedade de ter o dinheiro. Não tem tempo de pensar bobagem. A gente se obriga a trabalhar. Na agricultura não se ganha nada. O trabalho na fábrica é penoso, mas é a solução. Outro ramo não se tem. (...) Claro que ficamos menos em casa, educa pouco os filhos, pouca atenção, né, diálogo em casa, como o padre das Missões disse. De meio-dia se almoça e se sai, de manhã se sai cedo. Se conversa menos em casa.

Esse relato, assim como muitos outros não transcritos, é muito sugestivo, manifestando e expondo o cotidiano vivido, tenso, preocupante, racionalizador da situação da mulher da região. As concepções de trabalho - "penoso", "alternativo" -, a aprendizagem do marido que faz "valorizar o trabalho da mulher", "pouco diálogo" na família, dentre outras, vão gestando e formando uma *cotidianidade interna* cristalizada em papéis redefinidos.

O acervo técnico-mecânico tanto no cotidiano do lar quanto da roça complexifica a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher. Um exemplo claro são as confeccionistas de bolas e/ou tênis que fazem o almoço, lavam roupa a altas horas da noite, "quando cansamos as costas de fazer bola". Esse processo é sentido pelas mulheres como preocupante, mas, ao mesmo tempo, ganha um sentido de positividade: elas "aparecem mais", como nos diz o padre que atende às comunidades da região. Sua participação, autoridade, legitimidade, contribuição *para a família* se dá pelo trabalho mais intenso voltado ao ganho monetário, redefinindo a *normal* condição feminina.

A forma de organização capitalista, ao se apoderar da força de trabalho dos trabalhadores, penetra explícita e claramente na mulher trabalhadora, cujas forças e relações de trabalho estão vinculadas às leis gerais da produção e da reprodução social (Woortmann, 1984).

A mulher ajuda em casa. Precisa comprá uns móveis, ela diz 'eu vô trabalhá e daí não precisa do marido'. Ela ajuda. Se estou em dificuldades, aquele mês não deu bem na pedreira ou não vendeu nada (milho, porco...), por necessidade, ela ajuda. A mulher já ajuda, né! Naquele mês a mulher já escora, né. Ela ajuda mais na casa. Na roça também. Quando precisa comprar um porco, uma vaca, também, né. Trabalha tudo unido. É um dinheiro da família" (marido de colona-operária).

A dimensão da ajuda está no discurso dos maridos e também das mulheres.

Minha filha também trabalha na fábrica (...). Eu seguro o dinheiro dela. Ela diz 'eu recebi tanto, o dinheiro tá aqui'. Vamo guardando pra ela. Ela tá ajudando pra ela tê um começo, né. É a herança dela que a gente cuida prá tê. Tê pelo menos uma herança, né. Pelo menos tenho o dinheiro guardado. É a economia que nós (família) temo fazendo prá ela. Ela tá ajudando praá tê depois quando casá. (...). Não dá pra deixá tudo nas mãos dela. Ela tá ganhando 160 reais com hora-extra no sábado. Faz três ano que ganha mais ou menos um salário. (...). Chega um dia que ela vai tê alguma coisa (!).

Constatamos que as mulheres "colonas-mesmo", as *colonas-operárias*, bem como as *colonas-confeccionistas* sofrem explorações no trabalho em níveis diferenciados. O trabalho doméstico, ao estar vinculado especificamente à esfera familiar, adquire caráter privado ou fora da relação mercantil trabalho-capital (Durham, 1983). Enquanto a produtora de mercadorias se reproduz de forma relativamente independente, a trabalhadora do lar ("colona-mesmo") cria uma autonomia frágil pela realização de seu trabalho.

Não podemos, entretanto, ter o elemento ganho-salário como critério único de autonomia e/ou exploração. O salário baixo, no caso das *colonas-operárias*, é apenas a manifestação de formas mais específicas da exploração global. As leis econômicas de mercado, o trabalho privado, a reprodução da divisão sexual do trabalho, a esfera da reprodução se imbricam na função reprodutora do sistema social família (Seyferth, 1992).

Diz uma: "O meu dinheiro é da família. É junto. Porque se eu comprá é pra família"

Outra: "Acho que todo o mundo é pra família, ajudá numa coisa e outra. Lá em casa vamos supor se ele precisa, se eu recebi, eu dô. Ele pega o meu. É um meio de

compensar”.

Segundo uma outra informante: “Eu ajudo comprá comida. Poupança (risos de outras!) é que não. A gente se sente mais bem realizada de alguma coisa, mais independente. Vai pedi e ele não dá, agora tenho o *meu*. Sempre gostei de ter o dinheirinho. Agora tenho. Me sinto mais realizada porque posso ajudá ele e os filhos. Se não falhar meio dia por mês, tenho o rancho.²⁹ É comida, né. Se ajudá um com o outro”.

As atividades das colonas ligadas ao autoconsumo (miudezas) quase desaparecem e se integram na produção social, portanto não entram no horizonte das conveniências mercantis: produtividade, valor de troca, etc. Não obstante, ao contrário do que parece, o seu universo de trabalho não se restringe à esfera do lar; torna-se, sim, uma força de trabalho potencial e ativa, como *produtora social* vinculada ao processo de *reprodução ampliada do capital* (Woortmann, 1984). Porém, uma *colona-operária*, diferenciando-se, declarou:

Trabalho nas embalagens de cama. A maioria é nos ateliê. É tudo serviço pesado. Tem de ir de sapato, calça comprida. É a lei. Não é fácil de agüentar. Um dia veio o fiscal e me achô de chinelo, quase me fui! (...) Trabalhei até de encerrá tubo. É pesado. (...). A casa é ainda nossa. Eles (os marido) cansam mais na roça ou na pedreira. Arrancá pedra é suado, pesado e perigoso. Na roça é pura pedra. Eles vêm embora e vão pra bodega. Nós viemos e vamos direto pros serviços daqui, né. (...). Claro que tem diferença entre nós e as que não vão pra cidade (as “colonas-mesmo”). Elas não podem se queixá do trabalho de casa, nós fizemos em horário que dá!. Dizem que não sobra tempo, eu me firo que sobra tempo. Os patrões não ligam se nós temos casa, filho, roça, comida, e tudo. Temos que tá lá, desempenhando prá ganhá alguma coisa. (...), diferença nenhuma entre nós e as da cidade. No ateliê onde trabalhei tinha mais de cinquenta mulher, só mulher. As que eram colona trabalhavam mais, eram até melhor vistas pelos patrões. Tinham mais empenho parecia.

4. 11. 3 - As expectativas e os projetos de vida

A *cultura da fábrica* (Anjos, 1995) marca as expectativas e os projetos de vida dos trabalhadores em geral: colonas e operários. Para o caso das *colonas-operárias*,

²⁹ As empresas, para evitar o absenteísmo, adotam a prática do rancho; se faltou meio dia, não ganham rancho (espécie de cesta-básica) naquele mês; se faltou um dia, serão dois meses sem rancho. Há casos de partilha de produtos do rancho entre as mulheres, vizinhas, parentes em casos de corte durante meses seguidos.

implica ter na indústria e no trabalho urbano a consciência da possibilidade de efetivarem sua sobrevivência (Seyferth, 1984). Não obstante, a terra continua sendo importante para fornecer boa parte da alimentação, bem como inúmeros aspectos da vida, da infra-estrutura e dos convívios do meio rural e familiar. Trabalhar nas indústrias significa alterar condutas de trabalho no plano técnico (ritmos, aprendizagens), espacial (espaços fechados, isolados e fragmentados, horário) e social (horizontes de identidades que se encontram, se cruzam e se anulam: colona e assalariada).

A ética do trabalho reconstruída pela *colona-operária* é absorvida e levada em conta pelas empresas como dispositivo capaz de assegurar formas de controle e potencial produtivo (Anjos, 1995). A cidade passa a ser um outro espaço para reproduzir a *racionalidade moderna* já existente no meio agrícola (técnica, eficácia e produtivismo). Na opinião das *colonas-operárias*, há situações de trabalho que reconstroem relações sociais cotidianas, muitas vezes até como extensão do horizonte do trabalho agrícola, de ser proprietário rural, porém, agora, sob o viés de não apenas trabalhadora rural; são atributos que se refazem, absorvendo mão-de-obra rural, permanecendo no rural/agrícola. O horário, as cotas altas, os ritmos, os conflitos internos (falta de solidariedade, “jogo do patrão”...), a difícil interiorização dos processos de trabalho, diversidade e aviltamento de salários, a ausência de organização sindical, a difícil consonância com os projetos familiares e/ou vida doméstica, etc., fazem da expectativa de trabalho das *colonas-operárias* o ordenamento essencial da existência também fora do trabalho.

Os tempos, o saber-fazer, a afetividade, a disciplina, a exploração do trabalho, etc., criam uma experiência de vida objetivadora de rendimentos máximos. Procedimentos de controle, relações hierárquicas, o ajustamento de seu tempo ao tempo dos outros (principalmente nos espaços de trabalho nas agroindústrias), a repetibilidade, a vigilância, a penalidade e precariedade do trabalho, a expropriação do produto e do próprio poder do corpo (sentimento de dependência), etc., são elementos que se acrescem, que se *complementam na indústria com os já existentes enquanto colonas* (Anjos, 1995).

Há, no entanto, uma história inscrita, local e de colono; uma representação coletiva que é transmitida às ligações familiares, que também se baseiam na ordem, no

disciplinamento moral e espacial, na autoridade, na hierarquia legítima, na diferenciação sexual, nos mais capazes, etc. Não obstante, no trabalho de *colona-operária*, esses mesmos processos se reagrupam a outros que tendem a complexificar seu cotidiano.

Vimos até aqui que a família tem um papel econômico de reprodução social, sobre o qual se alimentam, historicamente, relações de poder-dependência e autoridade, material e ideológica, normalmente em desprivilégio da mulher. O lar é um local de controle social, de reprodução do sistema social e das leis do mercado social. É por isso que trabalhar fora, para o caso das *colonas-operárias*, constrói um imaginário, mesmo que não explicitado, sob a ótica da conquista, como estratégia frente a processos internos e externos que vão desde a mecanização da agricultura, às divisões sexual e social do trabalho na unidade familiar, passando por inúmeras outras implicações próprias da esfera da questão do patrimônio e do matrimônio, com seus deveres conjugais. Novas expectativas surgem; projetos de vida redefinidos se gestam e perpassam cotidianos já, aparentemente, cristalizados.

4. 11. 4 - Os olhares internos

Em contrapartida, e como expressão disso, na comunidade são vistas por algumas “colonas-mesmo” como indutoras do êxodo dos jovens/filhos, como “bichonas”, ou seja, alguém que ficou “cheiona”, que “se julgam as tal, só porque estão trabalhando na cidade agora, esses dias estavam virando pedra também que nem nós”.

Acreditamos que esteja presente uma espécie de autodefesa do estigma de ser colona e, ao mesmo tempo, uma exteriorização negativa de um processo em redefinição de *identidade* que tenta conquistar espaços por um viés de não-identificação imediata com o vivido de colono, mas relacionado a ele, como se fosse um elemento externo que perpassa as interações e concepções internas em nível de família, comunidade e sociabilidade.

O trabalho fora das *colonas-operárias* é visto também como extensão do braço do marido, o que demonstra que o espaço de trabalho não é uma variável única que possa descaracterizar a valorização da família, a simbiose entre casamento/mulher e família (Wortmann, 1985). O seu salário, mesmo transparecendo autonomia, é

incorporado à renda familiar, o que demonstra a relação entre o *ethos de colono* e o direito conjugal, predominando sobre a ação das partes, principalmente dos responsáveis pela provisão econômica e cultural da família.

Mesmo que o peso da agricultura, como atividade provedora, seja reduzido ou esteja em processo de redução, as práticas familiares em geral não deixam seu *ethos* se esvaír. É evidente que privilegiar unicamente a ótica das relações de trabalho da mulher como força aglutinadora da família, e atribuir parâmetros em relação ao homem, é desenvolver uma *identidade social* demasiadamente delimitada pela condição de *centralidade do trabalho*. Daí, seus direitos, sua cidadania, sua autonomia e seu reconhecimento se legitimarem na identidade de trabalhadora; sua valorização enquanto mulher (sujeito social, político e coletivo) ser caracterizada pelo grau de inserção na produção (Carneiro, 1995).

Temos claro também que, num meio como o analisado, em que a dignidade social de esposa e mãe é pouco valorizada (reificada como papel na família), bem como o trabalho de ajuda na roça, a *opção* pelo assalariamento fora e na cidade, onde sua *identidade social* e de representação ainda não mudou muito, passa a ser visto, como falamos, a princípio de *identidade autônoma*, o que lhe possibilita localizar-se melhor no espaço da família e na comunidade e ser mais cidadã - "se sente mais leve", "mais valorizada", "mais independente", etc. Se tomarmos só o fato da incipiente organização dessas mulheres em relação aos cuidados de seus filhos pequenos ao reivindicarem uma creche, ao solicitarem a presença do ônibus aos sábados, ao participarem das decisões e envolvimento internos da família no tocante à sua contribuição para a herança de filhas, ao aprendizado dos ofícios externos, aos momentos de encontros aos sábados à tarde para discutirem questões ligadas à sua participação na comunidade e a problemas gerais de seus trabalhos, etc., já teremos a idéia de que há processos e níveis de consciência que, materializados em ações organizativas, buscam melhor *localizar* a vida dessas mulheres no espaço rural.

Não obstante, há expectativas sociais diferentes para os gêneros, para grupos de idades (os que são e os que não são *dependentes*), que normatizam a divisão do trabalho cotidiano do colono. Na representação social da família do colono, a disfunção entre casa e trabalho é bastante evidente, porém se coaduna num âmbito

nucleante que é o aspecto reprodutivo.³⁰ Com o processo de terceirização de processos de trabalho no meio rural, casa e trabalho se separam mais profundamente; ao mesmo tempo, em determinados espaços internos, aglutinam-se com maior intensidade. A possibilidade de sobrevivência da unidade familiar do colono passa a ser determinada por processos de diversificação econômica.

4. 11. 5 - Os espaços internos

O trabalho assalariado das *colonas-operárias* passa por esse viés de transformação, o que implica um princípio de negação de convívio cotidiano entre casa e trabalho. No entanto, não ameaça a estrutura das atividades domésticas do núcleo familiar; implica, sim, uma reestruturação-negociada intradomesticamente - “o marido aprende a fazer o que a mulher fazia sem ser notada”.

A dupla jornada da mulher, principalmente a da “colona-mesmo” ou das outras *identidades funcionais*, pouco alterou a organização institucional da domesticidade, nem sua espacialidade cultural; com as *colonas-operárias*, o processo é um pouco diferente, o que implica definir o acesso diferencial dos serviços domésticos e seu entorno.

Na região, segundo as mulheres, há uma ausência de correspondência entre a convivência e o sistema de responsabilidade que se materializa fora da família. No entanto, por mais que haja um processo de emergência de sujeitos individuais autônomos, a tensão entre a individualidade e a representação social da *identidade coletiva* família renova-se constantemente.

A colocação de que “as esposas de agricultores que exercem uma atividade exterior à exploração agrícola constituem o principal questionamento de uma agricultura definida como estrutura familiar de produção. (...), a agricultura não pode mais ser dita produção familiar se a mulher exerce uma atividade fora” (Barthez, 1982, p. 84), em nosso ver é muito contundente. A grande maioria das esposas que trabalham fora “encontram tempo para se dedicá em casa, na roça no horário de verão, fazê alguma coisa no final de semana, plantam miudezas, horta, tem algumas que ajudam

³⁰ Esse pode ser *biológico* (ter filhos, fecundidade, demografia), *cotidiano* (manutenção de tarefas, no mínimo de subsistência) e *social* (manutenção do sistema social, regras, normatividades, hierarquias, etc.) (Jelin, 1995)

tirá leite de manhã e de noite também (...). O dinheiro vai pra roça, na compra de adubo, semente, também pagá algum peão, nas melhorias, né (...). Há uma participação direta ou indireta no conjunto da exploração agrícola.

As mulheres que trabalham como assalariadas podem revelar e ser um atestado da ambiguidade da profissão de agricultora, do estatuto de esposa do explorador e do papel de ajuda (Barthez, 1982). No entanto, isso não aparece tão evidentemente nos relatos. Não é seu estatuto na unidade a causa-eficiente, fundamental, que as empurra para o urbano; é, sim, a carência monetária da própria agricultura; é sob a ótica da carência financeira, da precariedade da “organização da vida” no meio rural para o pequeno produtor familiar, não da identidade de co-exploradora.

A mulher *colona-operária* da região não foi socializada para ser operária urbana; muito pelo contrário, foi *preparada* para participar da organização do trabalho familiar no espaço da agricultura, no seu desenvolvimento - talvez o contrário de suas filhas! A casa nunca foi lugar de hospedaria; o retornar da roça ao final do dia é um retorno à família e à casa, é o retorno ao *seu lugar*. Como *colona-operária*, redefinem-se os códigos do tempo e do espaço do trabalho e não-trabalho (aqui entram as férias), do tempo de profissional e de doméstica, de colona e de esposa. Não obstante, a casa é ainda de sua responsabilidade, assim como as “miudezas”.

Reconhece-se o valor mercantil da atividade feminina na agricultura pela mediação de uma profissionalização exterior.

Eu não tenho muita vontade de voltá pra roça. (...). Se tivesse um meio melhor de trabalhá, né, aí vai. Botá um aviário, trabalhá de máquina. Mas com pouca terra, sem máquina, trabalhá pra fora a meia, ou arrendada, além do sacrifício, sobra pouco. Assim, o que ele (marido e/ ou filho) faz, faz né. Eu ajudo trabalhando fora melhor do que se tivesse aí, né. (...). Não é fácil chegá em casa quase noite, é tudo pra fazê, é roupa, é limpeza, é comida, é galinheiro, é leite, preparar as coisas pro outro dia (...). Algumas trocam prá costurá bola, mas eu acho que é outra bucha porque ganha uma miséria. Tem conta, né. Dai trabalha mais do que a gente, ganha pouco, sem carteira, férias e coisas mais, né, o que compensa é que tão mais aí pra ajudá os maridos nas horas de precisão na roça; em vez nós temo longe.

4. 11. 6 - Os vários papéis e sua unidade

A organização material da vida familiar do colono solicita e requisita a participação dos jovens e crianças. Os papéis que os filhos desempenham, dentro ou

fora de casa, constituem-se de importância fundamental para o grupo doméstico. Mesmo relutando, como muitos pais nos relataram, os adolescentes tornam-se mais um braço disponível à juntar-se aos outros; pela sua participação nas atividades domésticas, esses se constituem também numa fonte regular de apoio às atividades domésticas. Sexo e idade são importantes na flexibilidade e maleabilidade de papéis nos ciclos familiares (Woortmann, 1984). A tentativa é sempre rentabilizar a mão-de-obra disponível para equilibrar despesas e ganhos. Ser dos “mais velhos” ou dos “mais novos” é, por vezes, determinante nos percursos individuais; os trabalhos são orientados por idade, sexo e tamanho tanto no espaço da roça como nas lides domésticas (Almeida, 1985). No entanto, o homem resiste mais; sua *vocação* é na terra; seu *status* não está envolvido na domesticidade.

Acreditamos que a determinação da saída da mulher contenha também resquícios de sua subordinação na família, porém não significa, para o nosso caso, que a permanência na roça seja sinônimo de privilégio para o marido e para os outros que restam. Foram inúmeros os depoimentos de esposos reveladores de obstáculos, de dificuldades, de aumento de responsabilidades, de desencantos, “de ter que se virá quase sozinho”.

Voltamos a dizer, esse processo, como um todo, não significa total perda da hegemonia masculina, nem liberação pura e simples da mulher; representa, sim, uma igual desumanização, uma transformação na estrutura mesma (Woortmann, 1984). Não há uma divisão entre família e empresa, entre produção e reprodução, para construir a relação numa mesma unidade de vida social que é a família (Jelin, 1995).

A relação família é bem mais complexa que a dimensão do trabalho ou da produção (Carneiro, 1995). A ambivalência, a intensidade, a *intimidade* (Giddens, 1993) da relação homem e mulher na formação de uma lógica de exploração e de vida familiar no campo transcendem, de longe, as relações de trabalho ou mercantis. Por mais que a identidade profissional (referência ao trabalho assalariado urbano), em contraposição ao trabalho doméstico, esteja fortalecendo a autonomia e provocando redefinições no conjunto da *identidade da lógica familiar*, o *problema feminino* não pode ser reduzido a um problema de definição de trabalhadora urbana e fora da colônia (como *colonas-operárias*); corresponde, sim, a universos maiores.

Os elementos culturais e de tradição (*experiência*, no sentido que Thompson

lhe dá) precisam acompanhar o processo; os espaços de trabalho ou de produção não são suficientes. “As relações conflituais que se desenvolvem na agricultura são tanto mais inevitáveis (...), elas não fazem senão exprimir, numa ligação social particular, um conflito mais vasto dos quais o objetivo é de lutar contra a segregação entre os sexos, isto é, contra um tipo de dominação que a gente não pode reduzir à exploração do trabalho nos limites estreitos das relações de produção na empresa” (Barthez, 1982, p. 148).

Implica perceber (na ótica do *percebido*) a organização da cotidianidade nos concebidos e vividos, num conjunto indiferenciado de indivíduos, de reprodução e de distribuição (nem que seja *para fora*, para o urbano), com uma estrutura de poder, com fortes componentes ideológicos e afetivos. “Ao mesmo tempo que existem tarefas e interesses coletivos, os membros têm interesses próprios, ancorados em sua própria estrutura social” (Jelin, 1995, p. 399).

4. 11. 7 - O todo manifesto nas partes

Autonomia, liberdade individual, enfrentamentos intergeracionais, redução da carga de trabalho das mulheres (dupla ou tripla) são lutas que se dão em meio a vínculos de solidariedade, de compromissos e responsabilidades com o *outro*, centrados no íntimo dos afetos que é a família, sob a ideologia familiar da consangüinidade, do parentesco e da vizinhança (idem, 1995). No entanto, voltamos a repetir, o trabalho das *colonas-operárias* no meio urbano não deixou de reproduzir *vínculos familiares*; não deixou de possibilitar obrigações e direitos, eleições e opções, integrações em redes sociais e comunitárias, espaços esses que congregam afetividades, solidariedades e responsabilidade com a alteridade e com o todo familiar.

Pensar a mulher somente sob a ótica da produção pode levar ao risco de perder elementos que se tematizam enquanto *representação social* também no âmbito conjugal,

nos valores do casamento de colono, de sua posição na estrutura familiar. A reivindicação da agricultora, de trabalhadora rural, fruto de lutas sociais e políticas da mulher, é expressão da busca de um estatuto social, de uma identidade de sujeito social, não envolvida como esposa de agricultor, mas como mulher rural, produtora rural. Esse processo tende a não contemplar diversidades de inserção social e econômica, tende a dar identificação exagerada a uma razão prática e instrumental inseridas nos esquemas da racionalidade da produção moderna no

meio rural e na sociedade em geral, constituindo daí um sistema de valores naturalizados e homogêneos entre sujeitos e heterogeneidades (Carneiro e Teixeira, 1995, p. 53).

Na mesma linha,

a invisibilidade das especificidades dos universos simbólicos que envolvem homens e mulheres como sujeitos sociais no campo e que seriam responsáveis por valores diferenciados na formulação de identidades de gênero, não apenas no que se refere à distinção entre o masculino e o feminino, mas também na própria construção das identidades femininas, impede que se vislumbre projetos políticos diversificados. Da mesma forma, a homogeneidade das identidades femininas e a persistência da imagem socialmente definida para o homem como paradigma para a construção da imagem idealizada da mulher como cidadã é, ao mesmo tempo, condição para um projeto político único e consequência desse projeto (Carneiro e Teixeira, 1995, p. 54-55).

As duas citações nos ajudam a enfatizar o que vimos desde o início tentando defender, ou seja, de que as relações de trabalho são fundamentais, são *atos sociais totais* na construção/definição da identidade de mulher; porém, devem ser vistas no todo, acima de tudo na constituição de gênero, como um genérico que constitui especificidade. Deduzida dessa epistemologia, a categoria que se constrói é de que a trabalhadora rural precisa estar relacionada com a categoria de mulher rural, esposa e mulher (essa em sua genericidade).

Concordamos com Carneiro e Teixeira (1995) ao levantar a questão sobre até que ponto a afirmação da identidade de mulher pelo viés trabalho (casa ou fora) modifica seu espaço nas relações de força no espaço doméstico, sendo essas relações fruto de valores sociais não só tematizados no universo do trabalho, produzidos e reproduzidos enquanto representação social que se materializa no seio das relações familiares? Os discursos e práticas cotidianas no espaço local familiar e comunitário, também sindical (por mais que praticamente, para as categorias analisadas, seja quase que inexistente), tendem a fortalecer a centralidade do trabalho como categoria absoluta e como poder germinador no processo de alteração das hierarquias, dominações e divisões sociais, familiares e no próprio trabalho. Não seria uma cotidianidade prática e discursiva de uma representação social cristalizada que atribui à remuneração monetária uma força classificatória e emancipadora que, por ser estranha às qualificações socialmente definidas e vividas pela mulher-colona-operária, e mesmo às dos ateliês no meio rural, tende a absolutizar a racionalidade da produção da mercadoria como unificadora da sociabilidade moderna?

É bom que deixemos claro, mesmo concordando com o *espírito* da questão, que não dissemos nenhuma vez que o viés trabalho e sua remuneração fossem determinantes na alteração de hierarquia, nem mesmo que a representação social feminina, bem como seu estatuto social, não levam em conta subjetividades. Julgamos que não se pode atribuir apenas a um processo, ou seja, o trabalho e sua remuneração, principalmente o exercido fora, a condição para determinação do *status social* e diferenciação de papéis na família. São, sim, partes integrantes, inseridas num processo de alteração de identidades em consonância com inúmeros processos sociais em mutação. Há uma combinação de fatores que envolve a identidade de mulher antes mesmo do sentido de trabalhadora e/ou provedora ou não. No entanto, num espaço de carência, de luta pela sobrevivência, não há como negar a importância do trabalho remunerado e do trazer o dinheiro para casa.

O mundo social é internalizado como realidade objetiva, seu auto-reconhecimento ajuda a formar a identidade. O indivíduo somente reconhece o mundo social quando esse mundo é visto como *seu mundo*, com significado subjetivo (Almeida, 1997). O auto-reconhecimento e a internalização do mundo social são processos concomitantes; realidade objetiva e subjetiva, identidade e socialização são processos constitutivos do mundo social. Ao mesmo tempo em que os indivíduos constroem relações, são *construídos* por elas (a *Sociologia do Conhecimento* nos ensina isso). Os processos de reconhecimento do mundo social como *seu mundo* supõem um vivido em um contexto determinado.

As *colonas-operárias* não se sentem urbanas, mesmo trabalhando e passando a maior parte do tempo constituindo relações *no* e *com* processos urbanos; identidade e sociabilidade sofrem resistências de uma carga simbólica de colono (família, trabalho, terra...). Nem as “colonas-mesmo” têm condições de garantir, pelo acervo dos *sistemas simbólicos* disponíveis na cultura camponesa (base para o *ethos de colono*), um suporte de identidade individual. Isso significa dizer que o social é um processo e que os *sistemas simbólicos*, pelos *novos* papéis e *novas* realidades em movimento, são constantemente (re)interpretados.

A opinião unânime das mulheres *colonas-operárias*, de que “tinha que vir uma fábrica na comunidade, daí não precisaria ir pra cidade, pegá ônibus.”³¹ (...). Se ficaria

³¹ Na análise de Seyferth (1992, p. 93), “a implantação de um sistema de transporte coletivo, incentivada

mais em casa”, é expressiva de um esforço de adequação de seu mundo simbólico às exigências da nova realidade de trabalhadoras urbanas, bem como da necessidade de (re)elaborarem seus sistemas de referência para poderem superar os mecanismos que as fragilizam. “Não conseguimos manter nossa identidade individual e nossa postura num mundo inteiramente desconhecido, por isso substituímos o desconhecido pela crença num universo simbolicamente construído onde nos sentimos razoavelmente à vontade” (Cohen, 1978, apud Almeida, 1997, p. 70).

O meio urbano, para as colonas em geral, não é desconhecido, até porque “aqui é que nem cidade, tem luz elétrica, telefone, água da Corsan, calçamento na rua da capela, iluminação. Nela passa o padeiro, o bananeiro, o gás, ônibus, tem padre toda a semana, escola de 1º grau. É uma cidade no interior. Tem os que só têm o lote. Só a casinha e deu. Não criam nada. Em vez de saí, vem gente de outros lugares aqui. Isso que fica 8 km da cidade mesmo”. São as relações objetivas nesse meio que, por extensão, reelaboram e ameaçam o equilíbrio já precário da individualidade e da auto-identificação - “somos um pouco colona e um pouco trabalhadora da cidade, mais lá do que aqui”.

O deslocamento espacial (que não é só espacial) rumo ao urbano por parte das *colonas-operárias* possibilita uma interiorização de uma experiência social estruturadora de identidades diferenciadas em relação às “colonas-mesmo”; interioriza-se e objetiva-se um sistema simbólico através do qual é possível identificar e reconhecer a diferença. Essa experiência se expressa, como vimos, na concepção de ajuda, de provedor, de trabalho doméstico, de negação da roça, da visão do rural como um urbano prolongado. A sua interiorização e objetividade do urbano urbanizaram o rural e a comunidade.

Acreditamos que o *ethos de colono* que se construiu como sistema de disposições duráveis e transportáveis (*habitus*) é importante para o trabalho industrial

pelos industriais nos últimos anos, por sua vez, tornou o emprego na fábrica mais atraente (...). O ônibus encurtou o tempo de deslocamento, facilitando a dupla ocupação. Mas é considerado uma ameaça ao modo de vida camponês porque permite que os proletarizados em geral permaneçam na comunidade, sem retornar ao trabalho agrícola, podendo perturbar o modelo tradicional de transmissão do patrimônio, acelerando a divisão das propriedades. Por isso mesmo, a fábrica é pensada como ameaça à própria existência desse campesinato, embora família alguma possa prescindir dos empregos gerados por ela”.

no espaço urbano, no entanto será que as *colonas-operárias* formam uma subcultura no seio da indústria urbana? Será a ética do trabalho do colono agora causadora e salvaguarda de novos processos industriais? Muito se atribuiu, ufanisticamente, a industrialização na região à presença de imigrantes italianos. Será que a *prioridade* dada às *colonas operárias* no mercado de trabalho urbano irá produzir esse mesmo efeito, porém agora num outro espaço? A prioridade, se é que ela existe, se dá porque, além de operárias, são colonas (possuem ainda o fator terra como elemento de reprodução social e econômica), o que desobriga o capital de reproduzir a força de trabalho na sociedade? A diferenciação entre colonas e operárias urbanos se dá no horizonte da aceitação da intensidade do trabalho, na propensão para a resignação e exploração? Em relação ao trabalho *pesado* e ao sacrifício da roça, tudo o que não for isso é aceitável e concebido como *leve*?

Não estamos querendo dizer que não sejam processos existentes, nem que os empresários urbanos não potencializam essas dimensões, porém é importante que não se subestime a capacidade política das *colonas-operárias* e não se criem interpretações de subvalores culturais em meio a um horizonte de trabalho que tende a ser homogêneo, impessoal e se processar sob condições precárias e, algumas situações, sub-humanas. Esses processos revelam tensões e conflitos; não chegam a ser uma imposição de uma cultura específica entre diferentes grupos, mas uma produção conflituosa dos *sistemas simbólicos*. São ações sociais objetivamente estruturadas no interior da sociedade envolvente/global, formando uma rede de intersubjetividades e condutas sociais as quais reificam processos sociais como naturais ou englobantes/universais (Almeida, 1997).

Não há dúvida de que as *colonas-operárias* são portadoras de valores, símbolos, marcas, distinções, estilos, apropriações de aspectos promotores de luta por legitimidade num campo, se não diferente, pelo menos não tão idêntico, redefinindo o espaço social e a ressocialização e estruturação de identidades conforme o nível das forças (e de sua correlação) existentes. “O ônibus vai cada vez mais cheio. Se tivesse uma empresa aqui, só de mulher aqui eu garanto que tinha mais de 70 que queriam trabalhar na cidade”.

Como vimos, nem os empresários de fábricas urbanas, nem os empresários do

basalto são vistos como culpados pela ambigüidade e ambivalências da situação do colono hoje. Os empresários são vistos como asseguradores do espaço de sobrevivência da família do colono, mesmo sendo os “tubarões” e adotando práticas de extração de sobretrabalho.

É claro que as condições objetivas de trabalho (horário, conhecimento, dominação, ressocialização...), de exploração (salário-mínimo, horas-extras nos sábados à tarde...), o desprestígio da profissão, dentre outros, são manifestações de descontentamento, porém não são vistos como causa. O problema está “na falta de terra, no governo que não valoriza a colônia e o trabalho do pequeno colono, na falta de incentivo, financiá, né, política agrícola mesmo, né”.

As *colonas-operárias* colocam em *evidência* sistemas de valores não só localizados, orientando seu vivido cotidiano sob a ótica da *ambivalência*. Dizem gostar de ser colonas, mas trabalham e são remuneradas mais tempo na cidade; trabalham na cidade para fortalecer a agricultura; deslocam-se e fragmentam a unidade familiar como unidade de produção agrícola para manter a família, etc. Não têm claro o que buscam, ou melhor, não têm certeza de seu futuro; reelaboram e realocizam modos de vida, porém não sob o viés do êxodo (Seyferth, 1992).

Concordamos com Lamarche (1986) quando diz que a *pluriatividade* é uma resposta à marginalização nas relações sociais de produção dos agricultores mais fracos, os quais estão envolvidos numa dinâmica que se relaciona com a questão do progresso técnico e sua lógica (sem colocá-lo em questão), formadora de um modelo de agricultura e de apropriação da propriedade o qual permite que um contingente social permaneça excluído, ou incluído marginalmente. Portanto, compreender os processos em transformação significa apreender o fazer, o desfazer e o refazer do meio social, tendo os colonos também como atores.

É nesse processo dinâmico que é possível perceber as redes de interações, definidoras de modos de conduta, de valores e de papéis. É nesse cotidiano que os indivíduos interagem e (re)constroem um conjunto de *representações simbólicas* sobre o social e seu espaço, sobre o dos outros e de si mesmos. Quando o colono questiona sobre o seu futuro - “quem é que vai tocá isso pra frente?”, “quem vai amanhã querê virá pedra nos morros?”; quando sente seu trabalho desvalorizado e sua família fragmentando-se, prática e simbolicamente, - “quem é que vai segurar?”; quando resiste

a isso tudo, está tendo por base a *identificação* e a *diferenciação*, em movimento, de seu ser social e das normas vigentes que regem seu modo de vida específico com o(s) de outros.

É nesse sentido que a técnica e o direito, ligados e reorientados no *ethos de colono*, formam seu *entorno*, mas, ao mesmo tempo, se inserem num complexo relacional que não se justifica unicamente pela sua *externalidade*. É do que nos ocuparemos no capítulo final.

5 - AS CERCANIAS DO COTIDIANO: TÉCNICA E DIREITO

A história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola. Por isso, é quase uma história intimista, de vizinhança e pequenos grupos (...), implica em lidar com o tempo numa escala muito fragmentária, o que impõe ao pesquisador a preocupação com o detalhe e a minúcia (Martins, 1992, p. 19).

Queremos, neste último capítulo, refletir sobre o espaço do cotidiano imbricado nos processos técnicos e reguladores de práticas de trabalho. O veio interpretativo se insere no *sistema de objetos técnicos*, bem como em determinadas relações contratuais no *sistema de trabalho* cotidiano no lar e na roça. Aqui discutiremos alguns tópicos que perpassaram nossa análise até então, no sentido não de apresentar algo novo, mas de clarear nossas hipóteses e inserir a discussão da importância em problematizar a dimensão do cotidiano nos estudos socioculturais sobre o meio rural.

Buscamos analisar alguns processos que *circundam* o cotidiano do colono e a forma como esse os reelabora nas ações e interações práticas, dando-lhe funcionalidade e pragmaticidade junto ao *sistema de trabalho* e ao convívio familiar e social. Desse modo, nossa preocupação aqui é com a análise das relações sociais com seus *sistemas simbólicos* ou de *representação*, interligados às estruturas sociais e à realidade cultural, como elementos da construção da vida social e do *ethos de colono* da região. A técnica é uma das nossas preocupações na análise; é um elemento envolvido nesse conjunto de *sistemas simbólicos e de representação* no vivido do colono.

A idéia é perceber a técnica e o direito no universo do colono não na perspectiva do vetor único da externalidade, mas como parte integrante do vivido. Nessa linha, nossa hipótese é de que a técnica e o direito, como elementos *totalizantes*, não são incorporados como externalidades no vivido do colono; são processos sociais da *sociedade abrangente* (re)adaptados e (re)lidos no horizonte do cotidiano como constitutivos do *ethos de colono*.

5. 1 - Pressupostos epistemológicos do cotidiano

Muito se fala sobre o cotidiano, tratado em vários textos como *categoria de análise*, como *parte de um todo*, como uma *esfera do social*, como uma *dimensão da realidade* que carrega características peculiares: senso comum, alienação, mesmismo, *presentismo*, que anda por si, etc. Lefebvre diz que o cotidiano é uma *soma de insignificâncias* (não de insignificantes); é o *mundo da vida* (Schutz, Habermas); é unidade de análise e de atividade *de tipo relacional* (Weber); lugar do homem concreto, do imediato, do pragmático da *produção da reprodução* (Lefebvre, Kosik); reprodução individual e mediação entre o *particular e o genérico* (Heller); é a *própria condição humana fundamental* (Arendt); é o espaço dos *homens históricos reais* (Marx).¹

Todos esses conceitos, noções e afirmações têm uma justificação teórica peculiar: independentemente dessas afirmações, todos reconhecem que não há uma realidade humana que não esteja, bem ou mal, imbricada, vinculada à realidade do concreto cotidiano ou que não esteja inserida numa *cotidianidade*. O importante a reter, preliminarmente, é que a vida cotidiana pode ser, mas não é, meramente sinônimo de banalidade, de insignificante, de resíduo, de produto, de alienação, de atraso (ou de contraponto à modernidade), de senso comum, de receptáculo, de modelação, de coleta de dados, situações e fatos. A vida cotidiana é, antes de tudo, *um produto histórico*; ela se vincula e possui uma relação de estreiteza com os movimentos, rupturas e continuidades que as várias modalidades organizativas e de existência social assumem. É um espaço estratégico de usos e táticas, de desvios, tecnologias disseminadas (arte de fazer, de falar, de silenciar, registrar...), diz De Certeau (1994).² Por mais que a modernidade vá promovendo aquilo que Lefebvre chama de *catástrofe silenciosa*, o cotidiano luta por preservar a antiga realidade, as antigas representações (inclusive privadas de reparo), as quais objetivam se perpetuar na prática social. A

¹ A *sociologia do cotidiano* esforça-se por adquirir um estatuto de *ciência normal* (Kuhn, 1975), legitimando-se em torno de dimensões que lhe servem de suporte: o paradigma do sujeito como agente histórico e o papel da intersubjetividade como elemento fundamental do conhecimento do *mundo da vida* (Schutz, 1972) e sua ligação com o universo de compreensão da *sociologia do conhecimento*.

² Michel DE CERTEAU (1994) reflete sobre a *produção secundária* que se esconde no processo de utilização racionalizada, centralizada e secularizada da produção. As práticas cotidianas não são só o *fundo noturno*, os *pequenos nada*s da atividade social; são, antes de tudo, estratégias, formas de saber fazer, *racionalidades internas*, muitas vezes não vistas a olho nu.

análise de processos relacionais e vividos do colono que vimos até então refletindo estão nesse horizonte.

5. 1. 1 - O resgate dos sujeitos

O estudo do cotidiano tem como ponto de partida o *sujeito* enquanto ser particular-individual, suas relações próximas, regulares, intensivas, adesivas, fixas e mutáveis. Porém, isso não significa que os grandes dispositivos sociais, as macroteorias (sistemas, classes, organizações...) não possam se apresentar. É evidente que a crise de interpretações mais homogeneizantes do presente (grandes teorias), as incertezas e vulnerabilidades que engendram e que expõem as sociedades contemporâneas (economias globalizadas, laicização, de um lado; fundamentalismos e messianismos, de outro; flexibilização, desestatização, neoliberalismo, debilidades de práticas socialistas, etc.) abrem espaços para o *presentismo*, ao estilo *pós-moderno*, não só no pensamento social.

Por outro lado, há uma tentativa de resgate do sujeito em meio às *estruturas* e aos *sistemas*, rompendo com a linearidade da concepção de história, com o vazio face ao instituído, ao ordinário, à banalidade e às *tecnologias miúdas* (De Certeau, 1994).³

A idéia de um enfoque do mundo da experiência comum (sem ser totalmente *empiricista*) carrega consigo alguns pressupostos epistemológicos e metodológicos fundamentais: o de que a história é social, cultural e economicamente construída e constituída; de que o cotidiano é crivado por tensões e movimentos (permanência-transformação) como um campo de múltiplas possibilidades e interseções que se aproximam, se diluem, se conservam e se elevam (Azanha, 1992).

Voltando à questão do sujeito, o sujeito do cotidiano é o *sujeito total* (De Certeau, 1994), assim como a totalidade dos sujeitos vive inserida num cotidiano. Da perspectiva do sujeito, o cotidiano é o momento presente, é nessa temporalidade que ele age. Ele está situado entre o passado e a situação da ação, pressupondo o real futuro. É desse modo que o cotidiano define a consciência do tempo (e também do espaço), fortalecendo a centralidade do eu (Melo, 1994). Estudar o cotidiano é

³ Estudos nesse sentido se multiplicam, sugerindo-se: PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. THOMPSON, E. , *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

privilegiar a presença histórica, social e psicológica dos sujeitos, cuja ação está aí orientada pelo ausente, por um universo simbólico que ordena o ontem e o amanhã, lembranças ou projetos contidos na evocação do passado ou na percepção do devir.

O estudo do cotidiano, normalmente, define a *espacialidade* do sujeito numa localização, numa dimensão. A *pequena comunidade* (sem cair numa dimensão *localista*) permite uma observação mais detalhada dos fenômenos, da presença dos atores sociais (suas representações, estratégias, práticas), enfim, de um conjunto de fatos que denotam uma *experiência total* (Balandier, 1983) em relação às estruturas e ao meio global.

Uma análise crítica do cotidiano poderá revelar limites e contradições *da e na* racionalidade tecnológica; revelar riquezas no seio da pobreza do cotidiano; porém, a mesma análise crítica poderá resgatar as contradições do presente, rompendo com a *lógica da espera* (Crespi, 1983), com a estrutura temporal aistórica e resgatando a lógica da atenção, da concentração do presente e do cotidiano, como espaço/tempo da existência em relação à dimensão do indeterminado.

O estudo crítico do cotidiano se compromete com a análise do indivíduo histórico, isto é, envolvido num complexo de relações presentes numa realidade histórica em virtude de suas significações culturais e não da necessidade de produzir "identidades em massa",⁴ parecido com o que hoje se convencionou chamar, paradoxalmente(?), de *pós-moderno global*,⁵ onde fluxos de mercadorias e *identidades* a elas agrupadas unificam consumidores e partilham visões, homogeneizando-se globalmente.

Temos claro que a vida cotidiana constitui-se numa das principais formas de manifestação e de transformação da realidade histórica,⁶ porém, na vida cotidiana, os

⁴ FOUCAULT, M., principalmente em *Vigiar e punir*, fornece-nos subsídios para entender os problemas das identificações de massa, sua importância, seus métodos e sua ideologização. Ver também Bettelheim, *O coração informado: autonomia da era da massificação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵ A trivialidade atribuída às atividades da vida cotidiana por autores *pós-modernos* (Maffesoli, por exemplo) é percebida em seu estado mais bruto. A chamada *epistemologia da vida cotidiana* que o autor defende desmediatiza as relações e manifestações cotidianas (por mais formais que sejam) de suas estruturas, das instituições e das *redes* de movimentos sociais mais amplos, perdendo-se na ação sem teleologia (presentismo) e nos atos individuais e grupais de conduta (Pais, 1986).

⁶ Com essas breves colocações, queremos dizer que temos a convicção de que o ser social se faz cotidianamente, no embate com suas próprias crises e contradições e com as presentes no seu meio social mais amplo. Queremos dizer também que essa relação dialética homem/sociedade, na formação da consciência, não é mero reflexo da matriz econômica. Só quem quer tirar o movimento da história é que pode pensar assim.

sujeitos são particulares, seu caráter é heterogêneo, sua dinâmica está mais presente, aparentemente, na *prática reiterativa* (Noronha, 1985). No entanto, como nos diz Lefebvre (1973), o conhecimento do espaço revela as contradições do espaço; é todo o espaço o lugar da (re)produção das relações de produção, daí ser o cotidiano um espaço também de *síntese do mundo vivido*.

5. 2 - O cotidiano e a técnica

Existe na sociedade, em profundidade, uma vida que se vive no dia-a-dia, fundada sobre a emoção, a inteligência imediata e sobre o sentimento de presença imediata do mundo e, em aparência, à nossa frente, uma história e instituições que se fundam sobre a base de uma racionalização do mundo e de um domínio técnico da natureza (essa é a grande discussão entre os *pós-modernos* e os *sistêmicos*). As sociedades modernas são paradoxais: atribuem uma autonomia em relação à técnica e, na superfície, enchem a *vida cotidiana de técnicas* (Chalas, 1990).

Há uma constatação de que a capacidade do fazer-humano é sempre mais acelerada pela multiplicação de descobertas científicas e suas aplicações. Os avanços da concepção científica do mundo e a simbologia que os conduzem parecem reduzir os efeitos do *desencantamento do mundo* reconhecido por Weber.

Ao analisarmos a família, o trabalho, a ligação com a terra como elementos (*atos sociais amplos*) constitutivos daquilo que denominamos de *ethos de colono*, estamos resgatando uma realidade construída e/ou em construção e socializadora/socializante, como realidade sociocultural objetiva e exterior, formadora da individualidade, atribuindo valores e significados num processo contínuo de criação/redefinição da vida social.

Nessa visão, não podemos esquecer que os *sistemas simbólicos* normatizam formas de agir. No caso em estudo, terra, família, trabalho, técnica e direito, enquanto *sistemas simbólicos e de representação*, estão em tensão/adaptação com processos da sociedade mercantil em geral, com a experiência vivida e no vivido e com mecanismos diferenciados da heterogeneidade social. Esses formam uma unidade heterogênea constitutiva de um modo de vida particular, que estabelece, simultaneamente, relações de exteriorização/objetivação com processos que traduzem padrões de comportamento e controle da sociedade em geral, bem como

representações em transição, o que faz com que surjam inúmeras *estratégias adaptativas*.

Não significa que estamos querendo buscar uma funcionalidade de *estruturas lógicas subjacentes* (Woortmann, 1995). Elas não existem. Existem lógicas e coerências, porém deparamo-nos também com contradições. As representações sociais são elaboradas a partir de um campo que pode até ser estruturado, porém com *zonas fracas* (como diz Morin), as quais permitem o movimento, as redefinições e a novidade como *práxis* e como manifestação de uma realidade que se constrói também por dentro, intra-subjetivamente. As *representações sociais* articulam elementos afetivos e sociais, integrando comunicações entre relações sociais e entre a realidade material sobre qual atua (Almeida, 1997).

É nesse sentido que as condições sociais e as *estratégias adaptativas* no contexto da produção, do trabalho e da família devem ser entendidas e inseridas, no processo de elaboração e materialização das *representações sociais* no espaço da interação,⁷ como imagens construídas sobre o real.

Se analisarmos determinados sistemas simbólicos formadores do *ethos de colono*, veremos que a luta e a relação constante com processos sociais (dinheiro, banco, tradição, modernização, trabalho “prá fora”, contato com o urbano, etc.) formam, (re)formulam, fortalecem e redefinem valores e significados ao *seu próprio mundo*, o que quer dizer que as representações sociais são dinâmicas, possuindo graus de afetividade (subjetividade cultural) em consonância/conflito com processos sociais e materiais contemporâneos. Para Geertz (1978), as *superfícies duras da vida* (as realidades políticas, econômicas e estratificadas) envolvem os homens de todos os

⁷ Durkheim foi um dos que primeiro trabalhou o conceito de representação, usando-o no sentido de *representação coletiva*. Para o autor, as representações coletivas não são dadas *a priori* na consciência, nem são universais; são, sim, fatos sociais, fenômenos reais, dotados de especificidades, pensados pelo social, não necessariamente conscientes do ponto de vista individual, que se reproduzem e se imbricam com a estrutura social. Os elementos da autonomia relativa, da coerção e da exterioridade em relação às consciências individuais fazem parte do aparato conceitual da representação social em Durkheim. Weber funda sua sociologia na análise dos significados culturais que movem a conduta social dos indivíduos. A base material e as idéias condicionam-se mutuamente; essas, para Weber, são parte da realidade social. As noções de *visão de mundo* e de *concepção de mundo*, abrangentes e unitárias, são elaboradas e perpassam grupos de determinadas sociedades. Para Marx, as representações sociais estão ligadas ao conceito de ideologia. A consciência emana das relações sociais contraditórias entre as classes, portanto, é fruto da base material e sob condições determinadas (Minayo, 1994). As representações sociais, para Marx, estão em interação profunda com o real e os indivíduos ou sujeitos históricos são portadores de uma forma determinada de relações sociais, políticas e econômicas; ao mesmo tempo,

lados, prendendo-o em teias de significados que ele próprio teceu, ao mesmo tempo em que contribuem para formar as estruturas de consciência locais.

Com isso, o que queremos dizer é que as dimensões das formas e comportamentos simbólicos, em meio às bases contratuais (*moralidade contratual*, diria Durkheim) e técnicas da sociedade moderna, e seus prepostos e pressupostos seculares, racionais e impessoais (burocráticos), não foram eliminados da vida social. “As formas simbólicas objetivam as relações entre indivíduos e os grupos” (Almeida, 1997, p. 72).

5.21 - O imaginário da técnica

As relações interativas entre os homens e seus espaços estão, com o passar do tempo e das gerações, no seio do desenvolvimento das sociedades e impregnam os espaços locais (o *interacionismo simbólico* e a *etnometodologia* nos ajudam nessa compreensão)⁸. Ao fazermos um esforço para percebermos práticas de saber do colono, vimos que há um processo endógeno de formação, através da *imitação* e da *experiência* do trabalho e do vivido familiar e social.

A *cultura técnica natural* é necessária ao desenvolvimento de uma *cultura científica e técnica moderna*. “Os novos saberes não se apreciam em função de sua adequação aos objetivos dos quais eles tratam, mas em função de sua adequação a sistemas de saber já existentes. O sistema de saber endógeno dos agricultores constitui o fio condutor de todas as aprendizagens da vida” (Pharo, apud, Boudou, 1987, p. 20).

Partimos do pressuposto de que o cotidiano é o espaço onde o econômico, a técnica e a cultura se relacionam. Essa cultura técnica do colono, em plena modernidade, torna-se um elemento de singularidade que imprime sua marca no

atribui o papel libertador da consciência de classe como fundamento da mudança no seio dos movimentos contraditórios que perpassam a sociedade capitalista.

⁸ Nosso trabalho de *qualificação* do doutoramento foi sobre a epistemologia do cotidiano. Buscamos resgatar os pressupostos teóricos que constituem o campo da *sociologia da vida cotidiana* (*interacionismo*, *etnometodologia*, a corrente *marxista*, a *fenomenologia* e o *presentismo* *formista* de Maffesoli), buscando demonstrar a necessidade de uma abordagem crítica do cotidiano, que problematize o *vivido* (mundo da vida), que dimensione e instrumentalize o *percebido* (consciência do real) e que reduza a importância do *concebido* (determinações externas). O estudo está sendo avaliado para publicação.

mundo rural. O colono é capaz de sair de sua rotina para se fazer mecânico de seu trator; químico ou biólogo, quando trata de distribuir rações alimentares ou de engorda; administrador quando racionaliza e maximiza funções e vantagens comparativas de compra e venda de seus produtos (Boudou, 1987).

O nosso cotidiano está ligado às ações e pulsões que se desenvolvem com os objetivos técnicos, ou esses, por si só, restabelecem uma ligação com o *agir vivido*. O sistema de objetos técnicos e simbólicos manipulados no cotidiano manifesta desejo e representação de modernidade; passa a fazer parte do sistema de valores e do modo de vida cotidiana, constituindo-se em experiência vivida (Baubion-Broye, 1987). A satisfação produz-se no consumo generalizado dos objetos e serviços mercantis que as incorporam. As novas tecnologias perpassam o cotidiano, encontrando nesse um diálogo de materialização e objetividade (os *frankfurtianos* e a *Sociologia da Ação* - Touraine, Bourdieu e outros - tematizaram muito isso).

Giddens (1997) se contrapõe a essa visão de ruptura da tradição pelo sistema técnico. Para o autor, durante a maior parte de sua história da modernidade, *dissolução e reconstrução* da tradição sempre se fizeram presentes. A experiência global da modernidade vincula-se à presença das instituições modernas nos atos cotidianos. As experiências do vivido cotidiano refletem o papel da tradição em constante mutação. Giddens (1997) entende *tradição* como uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência, ou mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. Nesse processo, o futuro não está ausente, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de organizar o tempo do amanhã. Em outras palavras, a tradição é entendida como integridade e continuidade que resiste ao contratempo da mudança; está ligada à memória, ao passado reconstruído, tendo o presente como base e como reelaboração referencial. A tradição é um processo ativo não só individual, mas fundamentalmente social e coletivo, não simplesmente identificado com lembrança.⁹

⁹ Giddens (1997) tematiza o papel do ritual na preservação, garantia e prática da tradição, no seu caráter moral, como medida de segurança. "O *ritualismo* existe onde as atividades rituais estão ligadas a noções místicas. A *ritualização* das relações sociais existe onde a interação social tem uma forma padronizada adotada como modo de definição dos papéis que as pessoas representam em ocasiões cerimoniais" (p. 112). Hobsbawm já nos alerta para a questão da *invenção das tradições*, da criação de gostos e costumes, etc., ao mesmo tempo em que exorta o historiador na descoberta dos sentidos retrospectivos, das situações históricas em que foram necessárias sua associação aos imaginários sociais e temporais.

Normalmente, as tradições só se mantêm onde são possíveis justificações discursivas e diálogo aberto com tradições outras, mas também com modos alternativos de fazer as coisas. Como diz Giddens (1997), o desengajamento é possível de algumas maneiras e em alguns contextos, contudo esses tendem a ser cada vez mais delimitados.

5. 2. 2 - *Concepções sobre a técnica*

São infundáveis as abordagens que tematizam a questão da técnica numa perspectiva sociológica. Os autores são diversos e seus agrupamentos, os mais variados. Inúmeros autores analisam a importância da especialização de cada gesto, seja na produção, seja na divisão de tarefas dessa produção para aumentar o volume de produção necessária à satisfação positiva dos desejos. A concepção da maximização do gesto, do tempo, do espaço, a racionalidade dos meios, dos cálculos, dos objetos e sistemas mais eficientes perpassam uma temporalidade de difícil determinação histórica. A ética secularizada da ascese protestante e os precursores do liberalismo industrial e do iluminismo refletiam sobre a ação do homem na natureza e sobre os objetos e meios utilizados na produção (via trabalho e gestão) para maximizar eficiência e normatizar ações, dando funcionalidade sistêmica à formação social nascente. Esse é o imaginário e o modelo da *racionalização do mundo* (Gras, 1989).

Em meio aos objetos que formam os *sistemas técnicos*, há também a preocupação com o trabalho cada vez mais mecanizado e a possibilidade de que o homem desse processo seja excluído, dando lugar à máquina.¹⁰

Marx, talvez, foi o mais enfático na análise dos malefícios da técnica sob o capitalismo. Segundo ele, a expansão do maquinismo (o autor confundia, em algumas análises, técnica com maquinismo) e a divisão do trabalho fariam do

¹⁰ Em algumas circunstâncias, a técnica parece constituir-se num universo autônomo, possuindo suas próprias leis de desenvolvimento e um sistema auto-referencial que condiciona outras esferas da sociedade, tendo um impacto sobre a totalidade social ao ponto de impor sentidos e valores a nossas idéias e ações. Esse determinismo e/ou fetichismo técnico explica e prescreve tudo ao mesmo tempo. Essa tendência é contrária à tendência da neutralidade da técnica; a técnica, nessa dimensão, não seria senão a *técnica*, não definida em seus critérios instrumentais e de eficácia. As causas de transformação não residiriam, portanto, nas *coisas técnicas*; ao contrário, toda transformação encontraria sua origem no imaginário social e nos elementos simbólicos de uma cultura (Dodier, 1995).

trabalhador mero acessório da máquina, *simples soldado da indústria*, vigiado por uma hierarquia burocrática perfeita de oficiais e suboficiais. O trabalho de cada trabalhador, nesse horizonte, é reduzido a uma pura abstração; é determinado pelo ritmo da máquina e do conjunto do sistema mecânico, agindo sobre ele como uma força estranha (Druet, 1980).

A análise da organização racional e as estratégias da vida social sob e frente à burocratização da vida encontram-se em Weber. A organização burocrática, para Weber, é uma máquina, uma *máquina viva* que tem a função de transformar a interação cotidiana em relações sociais racionais e regulamentadas. Os especialistas técnicos, movidos pela razão técnica encarnada na burocracia e na propriedade privada da ciência, tornam-se, por sua racionalidade mesma, um poder de primeiro grau e um perigo para o todo social (Flichy, 1995). A submissão à técnica, para Weber, transmuta-se em submissão à dominação pura e simples, metódica, científica, calculada e calculante; sua legitimidade funda-se na racionalidade do cálculo, do mercado e da eficiência que a formação social em questão exige.

Simondon (1989) nos conduz a pensar além do *objeto técnico* e dos conjuntos técnicos conectados uns aos outros no seu funcionamento. Existem elementos de *solidariedade técnica*. A heterogeneidade de diferentes técnicas estrutura espaços em ruptura com o sentido ordinário de um espaço homogêneo. O problema técnico é aquele da convergência de funções em uma unidade estrutural. A arte do inovador consiste em imaginar, no nível de um conjunto considerado como sistema, estruturas de agenciamento que permitem, por um jogo de inter-relações entre os elementos, fazer convergir múltiplas funções, umas em relação às outras.

A difusão funciona como um processo acumulativo, havendo uma *rede* e uma cadeia de influência no cenário da inovação (Figueiredo, 1989). A adoção de uma técnica nova para o colono implica um efeito multiplicado de fatores e de novas outras (exemplo da plantadeira de plantio direto, do milho híbrido, da inseminação artificial, de passar dessecante sobre a vegetação, de utilizar cerca elétrica, etc., isso em nível de instrumentos técnicos, porém o conhecimento, o domínio técnico de relações obedecem ao mesmo processo).

Outras questões, mais de cunho subjetivo e social, também se complexificam no espaço da adoção inovadora: prestígio social ou de satisfação, compatibilidade

com os valores do grupo de pertencimento (Flichy, 1995), a possibilidade de testar sua visibilidade, contatos interpessoais, pioneirismo (pessoas abertas ao exterior), etc.

5.3 - A episteme do processo técnico

5.3.1 - O determinismo técnico

A questão do *determinismo técnico* é lugar-comum nas análises de muitos autores, grande parte dessas inspiradas, sociologicamente, por Jacques Ellul em seu rastro weberiano e marxista (em várias obras) e, ontológica e existencialmente, por Heidegger. Em linhas gerais, elas não aceitam a técnica como expressão característica dos fenômenos sociais em geral, os quais resultariam da interação de uma multidão de atores. A técnica aparece, na visão principalmente de Ellul (1977 e 1988), como um universo autonomizado e, portanto, movido por suas próprias leis de desenvolvimento, verdadeiro sistema auto-referencial que determina ou condiciona as outras esferas da sociedade, destruindo a humanidade do humano, o ente do ser.

O pressuposto básico dessa tese é de que a evolução técnica se faz por ela mesma, sem intervenção exterior¹¹. A essência da técnica parece estar em contradição com as culturas tradicionais, com os valores morais, com aquilo que nos define como homens.

Para a questão específica do espaço rural, que é o que mais de perto nos interessa, Mendras (1978 e 1984) talvez seja o mais enfático nessa dimensão, colocando a problemática geral das relações entre inovação, mudança e resistência.

Que as sociedades camponesas sejam sociedades tradicionais vivendo sob o império do costume e da rotina não as impede portanto de receber e de aceitar inovações que, pouco a pouco, induzem mudanças. A história da agricultura no Ocidente, como alhures, é feita de progresso, lento mas contínuo, até a revolução agrícola do

¹¹ Existe uma outra concepção um pouco diferente da tese da autonomia e determinação do sistema técnico que se dá sob a ótica da exteriorização da técnica. Não é no sentido de independência, mas, sim, como externalização da mão e do cérebro. André LEROI - GOURHAN, no seu famoso livro *Le geste et la parole: technique et langage*, toma a técnica como uma aparência (manifestação) de um corpo, progressivamente exteriorizado e que se define em oposição aos indivíduos. A configuração da sociedade, a partir disso, encontra-se modificada; o trabalho manual poderá, doravante, ser efetuado sem o investimento corporal. A exteriorização da mão é seguida pela do cérebro principalmente com o advento de máquinas programáveis aptas a manipular símbolos com rapidez. Isso resulta num *corpo exterior*, num organismo artificial que ocupa os espaços do social (da sociedade), tese essa não muito diferente da de Marx, que via a exteriorização da técnica como força produtiva que poderia se elevar face aos indivíduos e tornar-se uma força estranha e pressionante.

Século XVIII que permitiu a revolução industrial e que se prolonga hoje pela industrialização da agricultura (...) (Mendras, 1978, p. 182).

Essa citação indica o papel do progresso técnico na evolução do mundo agrícola: submeter a agricultura aos ritmos da mudança técnica e econômica da sociedade industrial. Marc Bloch (1968) caminha também nessa direção. Para o autor, a evolução das técnicas está intimamente ligada aos regimes agrários, porém não defende a idéia do *determinismo* do espaço/território na invenção técnica, concebendo que há um processo social, ou seja, há identidade, associação íntima do espaço como instrumento técnico e prática social.

Quando se têm presente a sociedade local e um momento de sua história como foco de análise, é necessário considerar sua estrutura social e as relações sociais daí decorrentes. É com esse pensamento que queremos refletir sobre a mudança social, que não é meramente sinônimo de inovação, mesmo que se saiba que toda a mudança implica graus de inovação. Essa é um meio, não causa.

A adoção de uma inovação pode, como diz Lamarche,

não somente modificar a situação da camada social concernente, mas também as relações que existem entre as diferentes camadas sociais da sociedade local e mesmo as relações com a sociedade envolvente. A inovação é introduzida para afirmar a posição social de um grupo ou favorecer sua ascensão a um nível social superior. Ela pode também rebaixar certos grupos que não têm acesso à inovação e mesmo ocasionar seu desaparecimento mais ou menos em longo termo (1986, p. 86).

Essa diferenciação seletiva que o meio inovação poderá causar interfere nos sistemas de valores, vistos pelos indivíduos como referências essenciais para a tomada de decisão. O colono tem presente suas condições econômicas e subjetivas no momento de decidir acerca de um eventual acervo técnico inovador, raciocinando sobre os possíveis constrangimentos e alterações que esse poderá causar. O que queremos dizer é que há uma racionalização que se *localiza* também nos seus fatores internos.

“A mudança técnica reforça as disparidades internas às sociedades, colocando-as em estado de crise, aguçando diversidades regionais, provocando situações e soluções diferentes segundo territórios” (Bloch, 1968, p. 189). Não obstante, Bloch acentua a permanência do camponês como substrato social, inscrito na terra, herdado de um longo passado: modo de apropriação da terra, tradições culturais, religião como elementos fortes ao redor dos quais se organizam, se redefinem, se

defendem e se reproduzem as coletividades rurais, mesmo que inseridas no horizonte da modernidade técnica (Eizner, 1985).

Em contrapartida, para Mendras, a difusão das técnicas modernas aplicadas ao trabalho agrícola modifica de forma radical o conjunto das relações sociais¹². A concepção de mudança advém do progresso técnico, da esfera das tecnologias, em filiação com os fenômenos industriais e a mecanização. A sociedade muda e, em níveis diversos, os indivíduos e os grupos.

Há inúmeras críticas à abordagem de Mendras, sendo uma delas a que está implícita em seu modelo uma visão da *lógica do progresso*, ou seja, de uma passagem lenta e sinuosa das estruturas antigas e tradicionais às estruturas modernas. Outra crítica brota em razão da tendência em querer distinguir e autonomizar, de um lado, as relações entre *sociedade englobante* (sistema total) e sociedade rural (subsistema); de outro, as relações internas próprias dessas sociedades, entre indivíduos e a organização social. Segundo Baubion-Broye (1987), essa abordagem corre o risco de ser classificatória, dicotômica, aos moldes do pólo rural/urbano, ou, então, de um lado, um modo de vida tradicional, coletivo, comunitário, rotina; de outro, um modo de vida penetrado pelo progresso, pela sociedade industrial de tendências globais e hierárquicas, além de promover uma separação entre o objetivo e o subjetivo, a submissão desse por aquele.

De certa forma, no modelo de Mendras, a técnica, enquanto promotora de mudança, não se explica por si só, porém ganha um sentido de *força autônoma* dotada de um poder que impulsiona e joga decisivamente na evolução das sociedades¹³.

¹² No modelo de *sociedade camponesa* de Mendras, algumas características se apresentam: autonomia da coletividade local em relação ao seu entorno (industrial, urbano), interconhecimento que agrupa os indivíduos; vida social e relações interpessoais repousam sobre interações e papéis não diferenciados, o que permite a regulação e um controle social e, também, certa resistência à mudança; consensos ideológico e cultural que, mesmo em meio a princípios de diversidade e hierarquia social, promovem certa homogeneidade (comunidade de costumes e de valores); os notáveis (representantes da Igreja, do direito, da economia englobante, etc.) são os promotores das mudanças, são os que se situam na interseção das coletividades rurais e da sociedade englobante, que participam das duas ao mesmo tempo, drenam as idéias estrangeiras no contexto local. Enfim, nessa perspectiva de mudança, o global emite, via notáveis, e o local recebe.

Uma brilhante análise acerca desses elementos formadores do *ethos das sociedades camponesas*, bem como a colocação em suspenso de alguns desses pressupostos sociais, encontra-se em Bodiguel (1975).

¹³ As classificações críticas a Mendras dão-se também na rotulação de excesso de *sociologismo e psicologismo* tecnicista; ao mesmo tempo, de *conformismo e naturalismo social*. Ver BAUBION-

Há inúmeras críticas a essa visão epistêmica da técnica, entendendo que há graus de liberdades nos quais trabalhadores e especialistas da organização do trabalho podem se amparar. A própria sociedade faz uso da tecnologia que lhe convém por razões variadas. Questões ligadas à organização do trabalho, à distribuição do poder, do exercício do controle social, às contradições da mudança técnica, aos efeitos inesperados na sociedade ou na empresa, etc., são elementos que se apresentam e se chocam com horizontes da dimensão técnica. Para Flichy (1995), o *determinismo técnico* não intervém senão em segundo grau, como produto das interações e não como fator primeiro; são as relações sociais que determinam as técnicas.

A *episteme* que move as críticas ao *determinismo técnico* é de que, na sociedade, nenhum dos elementos da cultura material pode existir totalmente isolado dos outros fenômenos materiais, nem dos membros da sociedade, de suas crenças e comportamentos. A interação é um processo, mesmo porque a técnica é, acima de tudo, um *sistema de signos* que se significam (recebem significados) dinamicamente e no processo social.

O importante é perceber as múltiplas operações de *tradução* que se efetuam entre as pluralidades de espaços particulares de formulação e de tratamento dos problemas pertinentes. Há a necessidade de perceber a relação entre as *potencialidades técnico-científicas e as lógicas práticas* (Habermas, 1986). Essa articulação vai no sentido de uma normatização de atividades de produção ou, então, no sentido de uma complexificação recíproca de práticas dos sujeitos envolvidos. É necessário apelar para a identidade e a cultura dos agentes mediadores que se engajam com os agricultores (Lamery, 1991). A dimensão comunicacional que implica posições dos indivíduos não se efetiva se não tiver a *objetivação de subuniversos* (Bourdieu) com interesses específicos.

A técnica não é, sobretudo, o *concreto* (Lamery, 1991); não há o puramente técnico e o *resto*. Há uma lógica participativa, um jogo de argumentos que se organiza em volta de uma sociabilidade concorrente, porém não sem se articular. Discordamos de Lamery (1991, p. 110) quando diz que "são duas lógicas diferentes que se afrontam sem, porventura, verdadeiramente se articular: de um lado, uma

lógica técnica, com sua temporalidade própria (...), e as regras que a comandam; de outro lado, uma lógica de intervenção, com suas urgências e suas exigências”.

A existência de objetos técnicos modernos envolve também concepções no âmbito não material, presentes no fazer humano, no campo da ação social. Na aparência, a técnica é avaliada racionalmente em sua eficácia e em sua adequação aos objetivos visados; no entanto, é sempre um elemento problemático na medida em que implica escolhas e decisões. Como produto social, ela não é individual, nem linear, nem só móvel, nem radicalmente padronizada; não há direção universal; há sempre necessidades novas (Figueiredo, 1989).

A eficácia do objeto técnico passa, muitas vezes, pelo fato de tê-la escolhida, não pela funcionalidade *em-si*. O universo do simbólico, das representações sociais, dos imperativos políticos, etc., permite traçar o conjunto de relações e conexões que formam, necessariamente, a produção do objeto técnico e que serão necessários para seu consumo. As atividades no *sistema de trabalho*, as pressões sociotécnicas, os diferentes componentes de um objeto, os diferentes atores da atividade técnica (técnicos, empresas, divisão sexual do trabalho), o confronto (saberes de práticas), os ajustamentos sucessivos, a relação das incertezas, gostos, distinções do objeto técnico no cenário específico fazem o universo referencial do *sistema técnico* que o colono da região utiliza e, ao mesmo tempo, reconstroem a experiência do agir com a natureza (terra e fenômenos naturais: sol, água, frio, etc.) em seu cotidiano.

5. 4 - O aspecto *micro* das técnicas: as da vida cotidiana

É claro que as técnicas da vida cotidiana devem ser colocadas em um quadro mais geral de interrogação sobre a mudança social, até porque os fenômenos sociais carregam *em-si*, como parte constitutiva, significados contraditórios. As técnicas mais cotidianas possíveis, aquelas do lar e da cozinha, bem como a distinção, os gostos, o *habitus* de classe, de estilo de família, da (dis)posição culinária das mulheres, dos saberes alimentares, da interiorização das gerações subsequentes (socialização e aquisição de *habitus*), etc., passam através das gerações, *independentemente* da funcionalidade do *sistema de objetos técnicos* do lar em termos de redução de tempo, de economia de mão-de-obra e de busca de tempo livre e de ocupações

intrinsecamente desejáveis (*Groupe de Recherche Ethnologiques...*, 1996; DE Certeau, 1994 e outras obras).

A técnica, no universo do cotidiano, tornou-se uma necessidade tanto simbólica quanto *técnica*. Velocidade, redução do tempo, papéis femininos, principalmente no espaço doméstico, estão envolvidos numa *metafísica do ser moderno* (materialização do sonho ocidental, na visão weberiana), porém se personificam nas tecnologias do cotidiano (refrigerador, congelador, aspirador, máquinas de lavar, microondas, lavadora de louças, etc.), processos técnicos esses envolvidos em torno de identidades de gêneros no trabalho público (rua) e privado (lar, maternidade, etc.), os quais implicam cada vez mais saber-fazer.

Na vida cotidiana, predominam relações simbólicas em relação aos objetos técnicos na mesma proporção da subordinação quase inevitável desses objetos ao vivido de seu proprietário. Em vez do saber objetivo, o senso comum (sem confundir senso comum com vida cotidiana) prefere¹⁴ a magia das coisas (Berthoud, 1991). Isso manifesta o fato de que, para o homem e sua cultura cotidiana, há uma relação e um problema entre ele e o mundo que não é exclusivamente técnico e, sim, também simbólico.

5. 4. 1 - Tempo e domesticidade no *cotidiano técnico*

A técnica é, em seu conjunto, um *sistema de significados e de interpretação* (Gras, 1991); ela não é um simples instrumento; uma rede de significações a acompanha. Desse modo, técnica e cotidiano se imbricam. O tempo da técnica entra em contato com estruturas temporais cotidianas e com modos de relação ao tempo que, *a priori*, “não têm nenhuma razão de acordar com as normas temporais da técnica” (Gras, 1992, p. 25).

O que queremos enfatizar é o uso do tempo e da técnica como elementos sociais. Podemos tomar exemplos práticos de relações cotidianas em que as técnicas

¹⁴ Chalas (1990) já dizia que a ignorância é sinônimo de desconhecimento, indiferença, desprezo, apatia, neutralidade, vontade de não-saber; é o silêncio da banalidade; é o ventre mudo da nossa sociedade (ao estilo de Baudrillard). A ignorância não é o irracional; é uma forma ativa de resistência para preservar os saberes os quais nós temos necessidade de materializar em situações contextuais. A cultura técnica é incultura de toda uma lógica e de toda uma mediação que tem tomado por refúgio a vida cotidiana e pela qual a compreensão do mundo não é, em primeiro lugar, técnica, mas simbólica.

contribuem para diferenciar, criar, identificar *identidades* masculinas e femininas, assim como relações hierarquizadas. As técnicas domésticas, por exemplo, permitem às mulheres trabalharem fora? Implicam mais ou menos trabalho? Elas modificam a lógica do trabalho no lar? Como intervêm na divisão das tarefas? O progresso técnico fez crescer ou diminuir o custo em relação aos ganhos, fez crescer ou diminuir a distância cultural entre os sexos no exterior e interior da casa? Há uma economia de tempo para ganhar mais tempo? O tempo torna-se ou não um fator de produção?

Não há dúvida de que vivemos numa sociedade que cultua a *racionalidade da velocidade* (Marcuse), da raridade do tempo e de sua falta (derivação de seu valor econômico); em que a técnica é um símbolo e um vínculo forte da retórica econômica dominante, que quer legitimar a eficácia e a parcimônia dos tempos como não negociáveis (Gras, 1991; outros membros da Teoria Crítica).

O uso do tempo (promovido pelo uso do aparelho técnico) não é, entretanto, determinado unicamente pelas propriedades técnicas do objeto técnico (suas qualidades econômicas); ele se localiza nos discursos sociais e nas normas culturais diferentes. É como diz Sèze (1992, p. 126), refletindo sobre técnica e domesticidade, que a técnica “mantém uma dupla relação com a cultura de uma sociedade. No plano sincrônico, as técnicas domésticas induzem práticas, gestos, usos do seu valor, modificam o conteúdo e os modos de estruturação de outras práticas humanas. No plano diacrônico, as técnicas domésticas são práticas, elas são substitutos de práticas manuais, tradicionais e privadas, reformuladas, à escala social, nos materiais ou na organização do trabalho”.

Em outras palavras, mesmo com as técnicas modernas, o trabalho não desapareceu; apareceram, sim, novas atividades domésticas, novos formatos de domesticidade bem mais racionais (*intelectualizadas*), nas quais a gestão, a organização, previsão e informação têm um papel crescente. A técnica tem elevado a produtividade doméstica, mas isso não significa liberação de tempo para as mulheres; mudanças ocorrem na vida cotidiana e na vida social contemporânea. Daí se deduz que técnica e tempo se entrelaçam e se imbricam, não só para se unir (se compor) como também para se isolar (auto-afirmar); ambos se relacionam ao social e ao cultural.

O tempo não é unicamente o do vivido social, como convenção reguladora da complexidade do social. O tempo é também subjetivo, é também capacidade de experiência, de interpretação individual. O tempo cotidiano, assim como o próprio cotidiano, são pouco normatizadores, aliás, com a globalização, a flexibilidade torna-se uma nova norma temporal. “A técnica não deve mais fazer qualquer coisa, imediatamente, a cada instante, mas a todo o instante, e não mais somente em alguns momentos. Essa norma é tecnicamente inscrita nas tecnologias de alto nível informativo onde outras qualidades se ajuntam à simples rapidez. Não que a rapidez tenha perdido seu valor, mas o ganho suplementar do tempo, em caso de aceleração suplementar dos processos, não tem mais um valor simplesmente marginal” (Horning, 1992, p. 55).

5. 4. 2 - *Técnica como construção social*

Uma tese bastante difundida no campo da *sociologia da técnica* (e fundamentalmente, do da *vida cotidiana*) é de que o homem não é simplesmente vítima da racionalidade técnica. O seu desenvolvimento e sua utilização se processam em função das capacidades e interesses humanos. Tal *episteme* testemunha a imbricação entre escolhas técnicas e fatores socioculturais que, permanentemente, acrescem novos quadros ao agir social. Esse processo se manifesta, como já vimos, na relação entre a tecnicização crescente dos lares e os modelos individuais e coletivos de tempos, de relações e de interações da família, da modificação dos papéis sexuais, do eventual isolamento do indivíduo no seio familiar. É por esse motivo que concordamos com a visão de que a *tecnicização* crescente da vida cotidiana (mesmo que não tenha reduzido o trabalho e, sim, só o tempo de trabalho de algumas atividades) varia segundo modelos temporais, racionais e de interação familiar. A mudança nas estruturas dos lares também induziu mudanças técnicas, muito mais do que pela técnica em-si.

Os objetos técnicos se integram às racionalidades específicas. Como diz Gras (1992), as técnicas do cotidiano fazem parte do horizonte da *civilização técnica* que emblema nossa sociedade moderna; seus efeitos variam segundo suas especificidades estruturais e sociais.

Com isso, não estamos querendo dizer que o espaço cotidiano não seja um espaço de apropriação do progresso técnico; também que as técnicas sejam as únicas responsáveis pela mudança social e cultural no cotidiano. Não há uma relação de causa e efeito entre as novas técnicas e a vida cotidiana (seus comportamentos e seus valores). Voltamos a dizer que entendemos tecnologia e modos de vida, no seio do vivido do colono, como algo estreitamente imbricados.

É nesse horizonte que o perigo, o risco, a incerteza e o saber formam o corpo da relação soluções/problemas. Poderíamos nos perguntar que espécie de incerteza induz o sentimento do risco? A incerteza e a ignorância funcionariam como jogo de poder? A idéia de que “isso não é grave, mas poderia ser” implica o acidental ou o imprevisível?¹⁵ O que é necessário conhecer no trabalho com a técnica ou na técnica mesmo? Noções, como perigo sobre o produto, sobre o segredo (o segredo pode encobrir a questão do produto), sobre a conhecimento científico, níveis de informação, saber empírico,¹⁶ saber-incerteza, etc., revelam a ambiguidade e a complexidade que o objeto técnico impõe no seu manuseio cotidiano.¹⁷

Não obstante, a ignorância não pode ser entendida como *resíduo* (não no sentido que Pareto lhe dá), como algo ausente e negativo; é produto da divisão dos poderes, dos limites da não-especialidade e da significação da vida de todos os dias (Chalas, 1990).

¹⁵ A Rede Globo, em quatro dias seguidos durante o mês de novembro de 1997, no *Jornal Nacional*, apresentou reportagens tentando culpabilizar os trabalhadores da produção de tomates do Vale do Ribeira em São Paulo (diaristas, peões, meeiros, arrendatários, assalariados, pequenos proprietários...) pelo uso indiscriminado e sem nenhuma proteção dos agrotóxicos. Esse, no entanto, não é um caso isolado; é prática comum em regiões onde patrões inescrupulosos obrigam contingentes de trabalhadores do campo a trabalhar sem as mínimas condições humanas e sem o mínimo esclarecimento, ou seja, em situações em que a consciência do problema pouco resolve. Na região por nós analisada, inúmeros proprietários nos disseram que sabem do perigo do veneno, mas continuam aplicando-o sem os mínimos cuidados. É comum ver recipientes de veneno vazios atirados nos poteiros, nos pátios das casas, dependurados em cordas nas árvores, jogados no rio, ou em outros lugares. É comum também ver outros trabalhando nas pedreiras em baixo e rente à parede não mexida da mina, onde há blocos de pedras quase despencando.

¹⁶ Afirmações, tais como “o produto é pouco perigoso, mesmo que fosse, eu não estou muito exposto”, eram comuns junto aos colonos que passavam dessecante ou outros fungicidas e/ou inseticidas. Muitas vezes, havia eufemizações para ações de perigo como forma de amenizar a consciência do risco.

¹⁷ Uma análise sobre o risco e a incerteza no objeto técnico encontra-se em Denis DUCLOS: *L'homme face au risque technique*. Paris: L'Harmattan, 1991.

É por isso que falar de tecnologia da vida cotidiana,¹⁸ visto como um processo global de socialização em um sistema de ação, conduz, como primeira referência, à maneira pela qual o indivíduo interioriza (percebe) seu mundo e como age sobre ele cotidianamente. A criação técnica não é simples em sua significação; é ambivalente e se inscreve no horizonte da cultura, pois os objetos nos falam, nos ajudam a construir nosso universo em relação com os outros.¹⁹

É evidente que a técnica não se resume ao *objeto técnico* simplesmente, mas, sim, a uma multiplicidade de manifestações, de racionalidades dos processos técnicos como um todo (Figueiredo, 1989); implica uma articulação profunda com a cultura, sua absorção, autonomia relativa frente às estruturas que se cristalizam nos objetos técnicos (pacotes, eficiência, rompimento e/ou fortalecimento da tradição...).

A razão técnica busca excluir sentidos mágico-religiosos em seu fim, porém o fato de fazer *qualquer coisa* tem uma conotação centrada manifestamente sobre um conhecimento²⁰ ou, no mínimo, implica conhecimentos de indivíduos, nem que seja simplesmente nos seus aspectos operatórios (não se fabricam suinocultores, nem produtores de uva ou de soja de uma hora para outra! Os próprios donos de minas de basalto dizem que os mais novos é que se machucam mais e causam mais problemas).

A tecnologia transforma e conserva valores do *ethos* de colono, sua *prática*, seu desenvolvimento e as repercussões no universo simbólico, o poder a ela conferido, a adaptação e confronto em relação aos meios e aos objetos técnicos. A interferência do homem no solo, a dinâmica do lucro, da produtividade e da eficiência, o local e o englobante (o indivíduo- o colono individual- e o pacote

¹⁸ Sem dúvida, pode-se falar em *tecnologias da vida cotidiana*, principalmente aquelas ligadas à vida cotidiana doméstica, que, pós-década de 1950, foi *invadida* por um conjunto de aparelhos e símbolos que utilizam tecnologias das mais sofisticadas, fundadas sobre uma mecânica simples, mas associadas à eletricidade ou à eletrônica, as quais, para seu uso, exigem o suporte de grandes sistemas. O ambiente considerado feminino, espaço privilegiado de investimento tecnológico, de técnicas de simplificação do saber-fazer, de pratos rápidos, etc., tem acelerado mais as operações. Não obstante, seguem-se hábitos alimentares fundados em culturas e regiões; o homem é capaz de reutilizar a técnica em função de procedimentos pessoais (Gras e Maricot, 1992).

¹⁹ Refletindo sobre inúmeros aspectos relacionados ao caráter cumulativo da técnica, sobre o trinômio ciência - técnica e cultura, sobre a eticidade das técnicas, Mauss (1987) nos diz que as técnicas são atos *tradicionais* eficazes.

²⁰ O próprio termo *técnica* tem sua raiz grega significando a arte, a habilidade, o conhecimento metódico aplicado no fato de fazer alguma coisa, expressando conotação centrada sobre o

técnico) e seus mediadores são claros dinamismos operados na vida cotidiana do colono sob a ótica do *fato social* técnica em seu meio.

Os discursos sobre a técnica e seu conseqüente, o progresso, acompanham o ideal de homem moderno (Figueiredo, 1989); no entanto, a dimensão que é dada nas suas abordagens é de uma fatalidade do progresso técnico numa perspectiva evolucionista. Não obstante, é bom ter presente também que a técnica é produto e produtora de *história*; ela serve a fins que são tanto sociais quanto técnicos num quadro de relações de conflito e de poder. Os sistemas técnicos são também sistemas sociais; portanto, o homem é capaz de reutilizar a técnica em função de procedimentos pessoais e culturais. A criação e o uso técnico não são elementares em sua significação; acreditamos que sejam ambivalentes tanto em seu caráter *cumulativo* quanto *evolucionista e determinista* (Flichy, 1995).

Habermas (1980) defende a idéia de uma nova tecnologia não ligada a uma *racionalidade de dominação*, a qual seria ligada a questões da prática da *emancipação* ao invés de direcionada exclusivamente a questões puramente técnicas. Para o autor, a ciência hoje tornou-se uma das primeiras forças produtivas, porém alimentada por uma tecnocracia sem debate público sobre seus fins e emancipações. Necessário se faz politizar e debater sobre seus fins (Figueiredo, 1989).

Portanto, o objeto técnico é, antes de tudo, um objeto social, mesmo se ele é percebido como objeto fetichizado em toda sua existência, de sua fabricação à sua utilização. Mais claramente, trata-se de ver a técnica não só como construção social e expressão de valores culturais, mas, ainda, de incorporar questões éticas, de interrogar sobre o que e como isso constitui a condição humana. A humanização do mundo passa pela mediação do objeto material (de sua utilidade) e pelo simbolismo.

Daí a importância de perceber o imaginário coletivo e individual que norteia a técnica e os objetos técnicos no vivido do colono; como as tecnologias novas, a simbologia do progresso se incorporam ao horizonte da tradição e dos projetos futuros desse.

Feitas essas incursões teóricas, como que abrindo caminho e preparando o terreno, adentraremos agora na análise de aspectos relacionais do acesso técnico cotidiano do colono.

5. 5 - Técnicas do cotidiano: o espaço do lar e a modernidade no vivido do colono

“.... depois que chegou a luz, sim, veio o conforto”. Não teve colono ou colona que não nos tivesse dito que, com a chegada da luz, muita coisa mudou. A eletricidade chegou à região no início da década de 1960; na de 1970, praticamente todos os entrevistados já tinham televisão. O interesse pelo conforto e pela racionalização do espaço doméstico expresso no fogão a lenha, após o fogão a gás, pela máquina de lavar, pela geladeira, pelo *freezer*, pelo refrigerador, pela batedeira, pelo liquidificador, pelo forno elétrico mais recentemente, dentre outros, já fazem parte da modernidade representada pelos objetos técnicos do universo cotidiano do lar.

A importância disso tudo, na opinião de colonas, é que “tudo custa caro, mas dá menos sacrifício, mais ligeiro fazê as coisas, a comida; se a gente qué, fica pronta no congelador, dá pra fazê outras coisa”. Esse “dá pra fazê outras coisas” ou na roça, ou na fábrica, ou no ateliê, ou na costura de bola, ou nos trabalhos integrados, ou nas atividades voltadas às agroindústrias caseiras, ou é um pouco de tudo em todas, e é por isso que muitas delas nos disseram que “paguemos com o nosso serviço”.

Grande parte do conforto das técnicas do cotidiano no lar é adquirido pelas mulheres com a venda das miudezas ou de trabalhos externos. “Se fosse esperá pelos maridos, o dinheiro é prá roça. Eles não vêem que dá mais tempo prá trabalhá (na roça). Pro almoço, antes saía da roça dez, dez e meia, agora saio onze e meia e faço tudo. As que vão pra cidade trabalhá, se não tivesse o *freezer*, a geladeira, o fogão a gás, não podiam de jeito nenhum saí”. Outra, “colona-mesmo”, “saio meia-hora antes e deu, deixo os bifes prontos, batidos na geladeira, frito no fogão a gás (...). Se não tem vinho, tem suco, é só descongelar do *freezer* (...). Vai ligeiro agora pra fazê comida”.

As colonas foram unânimes em nos dizer que, com “os confortos, os maridos ajudam mais, tem até que ajudam lavá roupa, se preocupa se o *freezer* tem ou não tem carne”.

A água encanada em praticamente todas as casas é um elemento elencado de conforto extremado. Junto com a água encanada, apareceu, da metade da década de 1970 em diante, o chuveiro, o banheiro, vinculados, como parte integrante da casa. As casas rurais, a partir daí, passaram a possuir certa conformação aos moldes de organização das casas urbanas. Aspectos *internos* do cotidiano ligados aos hábitos de higiene do corpo vieram a se incorporar ao conjunto da luz e da água encanada: banho quente, banho quase diário; os cosméticos se agruparam ao sabão caseiro, possibilitando, para os homens, fazer a barba mais freqüentemente; hábitos de higiene passaram a fazer parte mais freqüente na educação dos filhos.

Não obstante, “a patente e o mato ainda servem! Nosso Pieretto aqui e os mais velho, não querem saber de chuveiro e de WC dentro de casa. Na hora do aperto vai pra patente e pro mato. O banho, quando é quente, é na sanga ou na bacia quando é frio. Acham que não se acostumam, né. Nós também quando estamos na roça, a capoeira funcional”.

Com as técnicas e os meios elétricos e hidráulicos, há uma racionalidade do espaço da casa (divisão, tamanho, estilo, individualização [separação]), formato das construções (banheiro, despensa, o espaço para o *freezer*, o refrigerador do leite, a máquina de lavar, etc.), agrupando divisórias e *dividindo* (somando) espaços integrados voltados ao *sistema técnico* doméstico. Os espaços estão em função de atividades e necessidades, tais como dormir, se lavar, comer, lazer, etc. Móveis (novos e antigos, mais aqueles do que esses), divisões, pintura, materiais e acabamentos, obedecem a padrões estéticos e funcionais espacialmente; apesar de, em muitas casas, principalmente de “colonas-mesmos”, os móveis “já têm uma idade já”, sendo geralmente, ainda, do casamento, herdados pelos cônjuges. O dispêndio financeiro “pra botá dentro de casa” em termos de móveis (guarda-roupa novo, cama, estante, cômoda, mesas, sofá, etc.) não é prática comum dos colonos, segundo os informantes. Há uma racionalização mais metódica da dimensão do consumo. Não é bem visto o “conforto em casa”, significando modernidade exacerbada “no meio dos morros”, “tirá dinheiro da roça pra botá dentro de casa, pra quê? Sempre

serviro". Nas casas das *colonas-operárias*, a realidade apresenta algumas diferenças, mesmo com variações e heterogeneidades internas. "Ah! elas têm dinheiro prá isso, né (...). Depois querem um pouco se mostrá também. Elas têm mais tempo de ficá olhando nas lojas, né, aí botam na cabeça de comprá. Estão sempre atoladas de prestação" ("colona-mesmo", referindo-se às *colonas operárias*). Encontramos uma "colona-mesma" que faz, em média, doze fôrmas de queijo todos os dias - "é que onde entregamos (restaurante urbano) eles não querem mais o queijo grande, querem de um quilo um quilo e meio (...). É das oito às onze (da noite) fazendo queijo!- Não obstante, a mesma não possui a "prensa" que compacta o leite, sendo essa compactação feita com força muscular e pesos de pedras. Indagada pelo fato de não ter adquirido ainda o referido objeto técnico-mecânico, já que "se tira mais de mil por mês", a informante nos respondeu que precisam terminar de "pagá um pedaço de terra (...) e botá na roça".

Voltando aos instrumentos internos. A geladeira, dentre os produtos da eletrecidade, na opinião da maioria das mulheres entrevistadas, foi a que mais "mudou e facilitou o nosso serviço"; redefiniu hábitos alimentares, tipos, o modo de preparar e de conservar alimentos; motivou o aprendizado e a variação do cardápio, propiciou o consumo de alimentos fora de sua estação de maturação; quantidades, qualidades, trocas de alimentos com o vizinho, etc.

A alimentação talvez tenha sido o *ato social* mais facilitado pelas técnicas e objetos técnicos domésticos. Não são raros os encontros comunitários, urbanos ou entre grupos de vizinhança assessorados por nutricionistas e/ou assistentes sociais da Emater, prefeitura, cooperativa, sindicato dos trabalhadores rurais, ou até de empresas "que vendem panela e ensinam a fazê sorvete prá vendê as batedera".

A alimentação é necessária para a reprodução dos indivíduos e da família; trabalho, comida e família se ligam e vão além de seus âmbitos específicos (Brandão, 1995). Não é apenas o biológico (corpo, força de trabalho, o que faz e o que não faz bem, o que engorda e o que emagrece, o que é leve e o que é pesado, quando tem fome, combinações que não fazem bem, etc.), mas também o simbólico que faz parte do universo da comida. A etnicidade faz parte desse horizonte prático (Woortmann, 1986).

Como vimos, os hábitos alimentares não mudaram muito; o que mudou, talvez, tenham sido as técnicas de elaboração e os objetos técnicos novos que propiciaram redução de tempo e de custo, além de desenvolverem novos conhecimentos. Ressalvamos, entretanto, que percebemos variações de comidas e quantidades na mesa - "nós que vamos pra cidade de tarde (*colonas-operárias*) não estamos mais no pesado, não se come tanto que nem uma vez"- e tempos diferenciados de preparação - "não se tem mais muito tempo, quando não dá pra deixar pronto, eles (o marido e/ou filhos) se viram". Percebemos diferenças internas também nos horários de refeição ("comer todos juntos"), bem como nas "comida de domingo", nas situações "em que vem gente", diferenciados e classificados entre os seus (da comunidade) e os da cidade, o que demonstra que a comida, em seu sentido simbólico e prático, vai além da alimentação.²¹ São relações sociais que se constroem e se manifestam; são reciprocidades (convites, obrigações, cerimônias) representadas culturalmente e que colaboram para formar ações sociais que vinculam famílias e trabalho (Sèze, 1992).

Ao classificar e diferenciar a comida e os tempos (de trabalho, de cerimônia, de domingo, de festas, etc.), os aspectos sociais estão presentes. É comum reparar quanto "um de fora" come. Visitamos uma família que contratava temporariamente um rapaz negro para roçar poteiro e arrumar cercas, na qual percebemos inúmeros comentários de que o mesmo comia demais, "tinha até que esconder o salame porque numa sentada devora tudo". A mesma família recebia comumente, aos domingos, amigos de seus filhos que trabalhavam na cidade, sobre os quais jamais ouvimos comentários de excesso de "comilança".

O acesso aos alimentos, a posição econômica e social das pessoas *representam* também classificações sociais, assim como há os produtos comestíveis e os "que não se podem comer, nem se misturar", seja no âmbito da natureza animal, vegetal e/ou cultural²². O *freezer*, que é um complemento funcional da geladeira, além de inúmeras práticas de conservação, promoveu certo planejamento entre vizinhos

²¹ Acreditamos que, quando dos convites para comer na casa de alguém, o que menos conta é a fome, a necessidade alimentar. As razões simbólicas, que não deixam de ter seu lado prático também, é que são construtoras de relações sociais (ver Woortmann, 1986).

²² Sobre a classificação do que se pode comer ou não entre os camponeses tradicionais, ver C. R. BRANDÃO, *Hábitos de comida em Mossâmedes*, Brasília, UNB, 1976, mimeo.

e/ou parentes próximos no sentido de troca de carnes para “ter carne sempre nova, né. A gente combina então mais ou menos quando um mata uma rês pro outro não matar junto, um fica com um pouco, depois quando o outro carneia aí devolve. É assim!”. Mesmo com o *freezer* e as técnicas de conservação, o costume de dar um pedaço de carne para vizinhos e/ou parentes próximos, quando da matança de um porco ou gado, continua a ser praticado em comum, inclusive pelos jovens casais que se separam do núcleo familiar de origem. Essa prática demonstra que determinadas ações, mesmo que racionalmente já não façam mais sentido pela presença de objetos técnicos, conservam significado simbólico que envolve vizinhança, parentesco, doação (dar e receber), ambos formando uma rede de proximidade constitutiva do vivido cotidiano do colono.

Os melhoramentos não são só internos, com a presença da eletricidade e do *sistema técnico* para a lavoura. O externo da casa também ganha contornos funcionais: galpão, aviários, estábulo, galinheiro (para criação de galinhas e produção de ovos para consumo interno ou “pra vender pra fora”), garagem, “gramado” ao redor da casa, jardim, calçada, potreiro, parreiral; tanque para lavar roupa, os pés e as mãos antes de entrar para dentro em casa; forno para o pão, espaço para os cachorros, etc. Há uma noção *não padronizada* e também heterogênea de *esteticismo* e de *funcionalidade* no espaço exterior. Não que antes não houvesse, porém agora isso ganha contornos mais bem definidos; espaços mais bem delineados, delimitados e funcionais pela sua abrangência, importância, pela pouca extensão de terra disponível, pela necessidade de “fazer roça até na beira da casa pra aproveitar o terreno, já que mato não dá pra derrubá”. São processos e ações que implicam investimentos e desembolsos, mas que, segundo os colonos, “precisa”.

5. 5. 1 - A comida e os ritmos do cotidiano à mesa

A presença de técnicas modernas no lar e a maior facilidade para preparar a comida, a presença cada vez mais constante e necessária da mulher no espaço de trabalho (considerado *remunerado* ou *remunerador*), a saída de jovens (principalmente moças para trabalhos rurais e urbanos e para estudar), dentre outras redefinições internas, isso tudo, na opinião de colonos entrevistadas, não está

ocasionando grandes alterações no cardápio cotidiano. “O feijão, a polenta e a carne não faltam. Pra quem trabalha na roça, acostumado com o pesado, tem que comer o que sustenta. (...). Falam em comer só salada, coisa mais leviana, mas pra nós aqui não. Meia-tarde bate a fome de novo”.

A produção de alimentos é algo de extrema preocupação e envolvimento de ambos os cônjuges na família; é uma preocupação de ambos, mas quem os produz normalmente são as mulheres. Arroz, feijão, batata, cebola, alho e amendoim, mais “os da horta”, que são, em termos de variedades, não muito fartos (“radiche, alface, cenoura, beterraba, é o que tem mais, né”). Aliás, é comum ver nas hortas dos colonos técnicas rudimentares de cultivo dos produtos, pois, na opinião de uma colona que acreditamos ser expressiva, “não se tem muito tempo de ir atrás, teria que fazer canteiro bons, botar água encanada, botar esterco de galinha por tudo, variá as sementes, explorar mais a horta, né. As mulheres da Emater dizem ‘é tem que cuidá da horta, comê da horta’, ensinam uma coisa ou outra. Mas e o tempo? E a roça? Teria que ficá uma só na horta. (...). Radiche não, esse não falta. Vagem, pimentão, chuchu, tomate, pepino, temos também sim, mas só na época, né. O tomate é brabo, sem veneno não dá nada. O veneno é caro e perigoso. Eu planto, se dá, dá (...)”. Mesmo assim, a horta é imprescindível, e os sistemas de objetos técnicos delimitam e determinam funções e ações. Produzir “na técnica” hoje se tornou, para o colono, quase que um imperativo da organização da horta.

A horta e a produção de alimentos - “as miudezas pra cozinha” - conduzem-se e condicionam-se pelo tempo das atividades *obrigatórias*. Porém, há um tempo da cozinha e para a cozinha, mesmo que seja reduzido e, em alguns momentos, secundário. Para alguns colonos, o tempo de atividades da casa está em função do essencial, não no sentido do estético e da limpeza em geral.

Já vimos que há uma relação entre comida, família e trabalho, acrescentaríamos, gênero e casa. O trabalho está relacionado com a atividade que gera comida (Woortmann, 1984), porém não é *qualquer* trabalho. O trabalho das *colonas-operárias* também gera comida, no entanto, com dinheiro. É o trabalho da roça, que produz e exige comida. A mulher produz e oferece comida, exigências de sua *representação social*. A “colona mesmo” se sente mais útil à família do que as *colonas-operárias*, que, mesmo *trazendo* comida, são percebidas pelas primeiras como

agentes de redefinição, quando não de destruição da ligação íntima descrita anteriormente.

Nos espaços de divisão de trabalho, a comida é do domínio feminino, é manifestação de poder, de controle sobre os demais, bem como do estoque, das carências e necessidades alimentares (Woortmann, 1986). No entanto, são atos de poder, materializados e personificados na comida, daquele que tem a responsabilidade de prover o alimento; representam o domínio masculino espacialmente identificado na roça pelo trabalho. O almoço é o ritual de espaço/tempo dessa identificação social e familiar (Woortmann, 1986). Diz Tavares (1976):

a organização alimentar reflete a organização social da família. O almoço é o lugar da comida em função do lugar do pai na família". Por isso que "as mulheres do grupo em estudo quando inquiridas a respeito da alimentação do homem e da mulher, foram unânimes em afirmar de que aquele precisa comer melhor e que come mais aquele que aquela; a justificativa dada se refere ao trabalho de um e de outro, sendo o trabalho masculino considerado mais pesado e requerendo mais esforço físico, enquanto o trabalho da mulher é leve, não exigindo que ela fique exposta no sol ou na chuva (apud, Woortmann, 1986, p. 113).

Não constatamos na nossa região de pesquisa essa ligação explícita entre homem e qualidade/quantidade de alimentação, porém percebemos comentários relacionados ao esforço e desgaste da saúde dos homens pelo trabalho. Algumas mulheres, principalmente *colonas-operárias*, que talvez não tenham tanto envolvimento com a roça, com a rudeza do trabalho braçal e no sol, conseguem "se conservá" melhor. São, de certa forma, estigmatizadas, irônica e paradoxalmente, como "bonitona", para não dizer "poupadas", que "não se interessam em ajudar o marido". Ele é que se sacrifica. O desgaste da saúde, a aparência de mais velho, o rosto "judiado", como eles dizem, estão relacionados ao trabalho, apesar de ser comum ouvir dizer que trabalho não mata ninguém. Trabalho, saúde e comida passam, então, a ter relação; por isso, o homem, por ser pai, impõe respeito nas refeições. É como se fosse um ritual de premiação e/ou coroamento pelo seu sacrifício. Claro que é um ritual social que manifesta hierarquia, o qual tem na família um *locus* privilegiado de manifestação e representação.

Ao indagarmos alguns colonos (pais e mães) sobre a abundância de alimentos à mesa durante o almoço, era comum ouvir a mesma resposta: "pobre, mas comer

bem". Em algumas situações, havia até esbanjamento e exagero em termos de variedades e de quantidades ingeridas. Acreditamos que a idéia de pobre e mesa farta, aparentemente antagônicos, guarda significados mais profundos. Acreditamos, sim, que o ritual da refeição e a presença da comida farta na mesa sejam uma afirmação social, uma *apresentação* do referencial trabalho, das condições econômicas e da importância do produtor - comumente o pai: "Oh! se trabalha tanto, comer bem pelo menos, né". O comer bem não é sinônimo de não estar com fome; é se "abastecer" o suficiente; é mostrar que há alimento.²³ Se há alimento, é porque há trabalho. Se é necessário trabalhar para comer e comer para trabalhar, então a quantidade de alimentos numa refeição é o brinde que comemora as condições de trabalho, sua intensidade e quantidade; é o prêmio pelo sacrifício. A ética do trabalho vem acompanhada de uma ética do sacrifício. Ambas se materializam no fazer capital, porém o capital se manifesta também na mesa.

É desse horizonte de trabalho e do sacrifício que advêm noções diferenciadoras de comida (aos moldes das noções de trabalho e sacrifício) num sentido prático-simbólico (Aymard, 1995).²⁴ A noção de comida forte ("pesada"), "que sustenta", em contraposição à que pouco mata a fome (leve), ou que pesa pouco no estômago, é o que *alimenta* o tempo e o conteúdo das refeições. Algumas colunas nos disseram que "de noite é melhor comer comida leve, daí não se rola na cama". A quantidade de comida à mesa, a presença diária e inevitável da carne de gado, ou de porco e/ou de galinha, o pão e a polenta, o vinho (também para as crianças!), o feijão, o arroz e a salada são, basicamente, os componentes cotidianos do universo da refeição.

O feijão é o alimento presente todo o dia. "Diz que é comida de caboclo, né, mas eu fui criado no feijão. (...) Pra trabalhá precisa coisa pesada, né". Brandão (citado em Woortmann, 1986, p. 110) também constatou essa prática e essa concepção de comida pesada, que dá resistência para o trabalho.

²³ "Os tubarões comem pouco. Quer passar fome, vai comê na mesa de tubarão". Os "tubarões" talvez não tenham a mesa como manifestação ritualística do horizonte do trabalho e/ou sacrifícios; há outras questões mais *objetivas* a exteriorizar!

²⁴ Nesse aspecto e em muitos outros somos imensamente gratos as análises tanto de E. Woortmann quanto de seu companheiro K. Woortmann, bem como de Brandão (1978, 1995) e, sem esquecer de A. Cândido (1964). Suas abordagens e reflexões nos motivam muito para as análises sócio culturais do meio rural.

A comida forte é também a comida 'pesada' (...). Porque ela 'pesa' no estômago, tem 'volume' (...), e mantém a pessoa alimentada durante horas. As maiores qualidades da comida forte (...) são de resistência para o trabalho e contra a fome (...). Homem forte é o homem sadio e resistente para o trabalho. A comida forte é a que tem 'sustança', cujos efeitos são reconhecidos de dois modos: na sua capacidade de manter o trabalhador alimentado por mais tempo (...) e no seu poder de produzir e de conservar mais energia para a atividade braçal.

É evidente que não são todos os que podem e comem comida pesada: alguns *nonos* dizem que exageram, outros dizem que “só beliscam”, outros que comem pouco, principalmente à noite. Nem todos também têm fartura à mesa. Almoçamos numa família com o missionário das Missões na região e ouvimos a ministra da Eucaristia da comunidade comentar com uma outra líder comunitária: “Será que eles vão achá alguma coisa lá?” Há limites financeiros, redução de espaços para plantar as miudezas, etc., porém esses não rompem com o significado ritualístico da comida durante as refeições ou, mais precisamente, na refeição por excelência que é o almoço. Alguns “colonos mesmo” nos disseram que só não comem melhor porque “precisa de tempo, né”, o que implica reduzir o tempo de presença principalmente da mulher no trabalho *fora e prá fora*. Esse processo demonstra que há diferenciação entre colonos, há racionalizações e maximização de tempos de fatores locais que se expressam na mesa. A mesma colona que nos informou sobre a quantidade de queijo que faz manualmente nos disse que sai da roça “meia hora antes dos outros (marido e filhos), faço uns bife na chapa e um arroz que é rápido, né, pão ou polenta e deu, né”. Nos informou que é comum comer até três quilos de carne (na forma de bife) em cinco pessoas - “de carne, o freezer tá sempre cheio!”

Em outras casas de “colonas-mesmo”, nos momentos de refeição em que percebíamos que havia exageros de quantidade e variedades, indagávamos as *cozinheiras* sobre o porquê disso, sendo a resposta mais comum: “Tem prá de noite, só se esquentá daí, né, não se perde tempo!” Na prática, pouco sobra para a noite.

Em algumas famílias, há o cuidado em reduzir a presença da banha de porco, em substituí-la por gordura vegetal, em comer bastante salada, diversificar e reduzir a carne de gado, comer mais carne de galinha, de peixe (em quase todas as unidades visitadas há a “pesqueira”), dentre outras, o que demonstra que há um certo cuidado, uma certa consciência dos malefícios de determinados alimentos ou combinações

quando ingeridos desmedidamente. Porém, vinho, pão e polenta²⁵ ao meio-dia e à noite são insubstituíveis. A preocupação maior dos mais idosos é no tocante à diabete e ao colesterol, alguns apontam o coração também.

A refeição do meio-dia é a considerada forte; o café é combinado com pão, polenta “rostida”, salame, queijo e *chimia* - “italiano é mais do salgado, doce é gosto de alemão”. A janta é também de comida “pesada”, contudo o hábito de dormir cedo e a informação de que não se deve dormir com o estômago cheio reduziram as variedades e as quantidades ofertadas à mesa no jantar. O almoço é a única refeição do dia em que ainda se prima, quase na sua generalidade, pela presença da família. Mesmo aquelas cujas mulheres e/ou jovens trabalham na cidade buscam almoçar com todos os seus membros juntos.

O café e o jantar obedecem a outras regras e situações. O “serviço pra fora”, “ter que sair cedo”, “uns dormem cedo”, “entram dentro de casa tarde já da noite” são alguns dos argumentos da perda do hábito de fazer essas refeições juntos.

As atividades ligadas à alimentação contribuem muito para ritmar a vida social, malgrado sua subordinação aos ritmos sociais e naturais (tempo de trabalho, de produção, de consumo, etc.). Os ritmos sociais e familiares inserem a heterogeneidade e a descontinuidade nas experiências e na duração (Aymard et alii, 1995). O trabalho do dia, as premências de retorno econômico e para a mesa, o calendário alimentar e as estações articulam tipos de atividades e influenciam na

²⁵ O hábito de comer polenta nas três maiores refeições do dia é algo arraigado na tradição e expressa-se cotidianamente em todas as famílias da região, independentemente das diferenciações, de atividades e de estratos econômicos e sociais. Os mais idosos falavam da polenta, dos passarinhos e dos pinhões, ligando-os à sua sobrevivência nos tempos da colonização/migração. Em termos hierárquicos, é ainda hoje o alimento por excelência. Segundo Aymard et alii (1995), a polenta era consumida no Norte da Itália desde o século XIV. Havia uma diferenciação entre a polenta do pobre (dos camponeses) e a polenta dos proprietários, pois esta era enriquecida de carne, de gorduras e condimentos diversos. Não vimos em nenhuma família de colono essa última prática. Ficamos *craques* em fazer polenta e podemos dizer que não havia nada mais além do que água, farinha de “moinho de pedra” e sal. “Isso de botá molho dentro é na cidade com aquela farinha germinada que não vale nada. É uma sopa de polenta, sem gosto, fraca, má eles comem”.

Tivemos oportunidade de visitar famílias de camponeses (*contadini*) em alguns *paesi* da província de Belluno, de Treviso e de Vicenza no Norte da Itália, quando pudemos constatar que o hábito da polenta quase se perdeu; poucos são os colonos que a têm como alimento cotidiano. A intensa pluriatividade dos membros das famílias, o contato cotidiano com a alimentação urbana, a ida dos nonos à cidade, etc., são atribuições que nos foram fornecidas para explicar o fato de quase não comerem polenta. Ficamos quase dois meses em contato com três famílias e numa noite só uma *brindou-nos* com polenta e carne de pássaro; acreditamos que foi porque falávamos muito de que os colonos do Sul do Brasil, descendentes de imigrantes italianos, comem muita polenta. Um colono chegou a nos dizer que a polenta era comida de colono pobre “de uma vez”.

alimentação cotidiana (forte); são processos que também redefinem tempos sociais e familiares.

Percebemos que não há censura interna em comer a qualquer hora desde que não sejam as variedades componentes da refeição. Em algumas famílias, faz-se também o “lanche das quatro”, mas nunca em casa, sempre na roça, cujo cardápio é composto de pão, queijo, salame, vinho, água ou suco. Segundo inúmeros colonos, o fato de as máquinas terem reduzido a intensidade do *coletivo-família* em determinadas culturas, bem como reduzido o esforço físico em algumas atividades, assim como reduzido práticas de trabalho na produção, somado à diversificação da atividade, o que separa e individualiza os membros da família, faz da prática do lanche das quatro uma quase inexistência. Frutas podem ser comidas a toda a hora. Aos domingos, a refeição é um pouco mais *caprichada*, principalmente nas casas das *colonas-operárias*, que podem melhor se dedicar ao seu preparo. Carne dificilmente falta aos domingos, comumente de gado; galinha é para durante a semana, porém no domingo, quando lhe é dada prioridade, é mais bem preparada. As *colonas-operárias* comumente trazem lingüiça de porco e/ou de galinha para assar aos domingos. É para o almoço de domingo que os filhos que estão fora (cidade) vêm *para a casa da mãe*. Vir para a casa da mãe é contribuir com a ritualização do almoço (refeição) em família, e a comida é uma das formas de se chegar à família (Woortmann, 1986). A comida carrega uma teia de significações que leva à família, a diferenciações e hierarquias de papéis de gênero, bem como de horizontes espaciais funcionais (casa, roça).

Há uma idéia na literatura sobre a cultura da alimentação que defende a pressão da necessidade biológica sobre a base cultural; a biologia comandaria o processo, as culturas seriam mais ou menos adaptadas à natureza; as necessidades biológicas imporiam seus ritmos às *superestruturas* culturais e sociais, como lei natural (ver Aymard et alii, 1995). Outros defendem o contrário, ou seja, que a cultura exerce ação sobre o biológico, havendo pressões que emanam do meio físico e da cultura. O biológico, no caso específico da alimentação, estaria condicionado por aspectos ligados ao tempo de trabalho; à hora de sair do trabalho, de levantar; ao ter que comer cedo, tarde, etc. Em outras palavras, haveria uma pluralidade de

tempos e de referências que *determinariam* o horizonte biológico e a temporalidade das ações.²⁶

Discutindo sobre a relação entre alimentos e ritmos sociais, Aymard et alii (1995, p. 36) coloca que

o tempo não é uma entidade abstrata, uma simples trama, um quadro vazio, no qual, "tomam lugar" ou "teriam lugar" as diferentes ocupações humanas; mas, se não o inverso, são os usos os quais ele se presta, as funções de regulação e de integração, os conflitos que ele suscita, a relação que ele mantém com o trabalho e com o tempo social, ou de preferência com os tempos sociais, sua significação. A alimentação joga o papel de um revelador eficaz da concepção que uma sociedade se faz em relação ao tempo e hierarquias sociais que opõem, sobre o modo da superioridade ou da inferioridade, a norma majoritária à exceção menos possível.

Nesse jogo de temporalidades, da relação dos ritmos sociais e/ou biológicos, acreditamos que há dimensões que vão além da causalidade imediata.

A técnica no lar e na roça, a comida e a produção das estações (comida de inverno e comida de verão), a rapidez, a relação da alimentação com a atividade de trabalho (no caso dos colonos por nós pesquisados, funda-se na noção de "pesada"), o papel da cozinha na família (que, muitas vezes, é um prolongamento da agricultura e da roça), o estar-junto nas refeições, o que vem de fora e o que "é produzido aqui", dentre inúmeras outras questões já vistas, dão a tônica do tempo, do referencial biológico, das prioridades, das junções e separações, dos tipos e importâncias da dimensão cotidiana da alimentação.

A cozinha não é, como em algumas famílias urbanas, uma espécie de acessório decorativo, externalidade disfuncional, cada vez mais fisicamente reduzido e obsoleto no conjunto da casa.

É comum ouvir das colonas que, mesmo com as técnicas e equipamentos modernos indispensáveis hoje, na cozinha, os trabalhos domésticos não foram reduzidos. Os refrigeradores e congeladores transformaram os processos de cozinha na forma de estoque: estocam os pães e dinamizam as fontes locais de matéria-prima, adaptam a oferta e as variedades em função das estações e da *ração* necessária para o desempenho temporal e físico no trabalho. As *conservas* fazem parte do

²⁶ Numa escrita em francês bastante antiga, temos uma citação muito sugestiva: "... de faict en plante certain parasite soy complainct et deteste furieusement les inventeurs d'horloge et quadrans, estant chose notoire qu'il n'est horloge plus juste que le ventre. Diogène interogé a quelle heure doit l'homme repaistre? Respondit: le riche quand il aura faim, le pauvre quand il aura de quoy" (Rabelais, *Le quart livre*, apud, Aymard et alii, op. cit.).

aprovisionamento e programação sazonal em períodos de festa, domingos e estações variadas.

Por mais que a *modernidade alimentar*, em termos de técnica do uso dos objetos técnicos, de preparação dos alimentos, do tempo do corpo, do tempo social, dos produtos produzidos, dos grupos sociais (colonos, urbanos...), tendam a estandarizar funções, tempos, espaços, hábitos, costumes e ações²⁷, há heterogeneidades amplas, específicas e conjunturais. De qualquer modo, mesmo em meio às técnicas, às ações, aos processos de modernidade, a comida continua sendo a porta-voz de um *ethos* que, mesmo em redefinição, quer tê-la no seu cotidiano.

5. 6 - A técnica, o tempo e o espaço

Tanto a mecanização no espaço da roça, quanto as técnicas modernas do espaço cotidiano doméstico vão redefinir o lugar e o papel da mulher na exploração, como já vimos no capítulo anterior. Uma coisa é importante que se reforce: nenhum desses elementos promoveu maior descanso para as mulheres (a noção de férias ou de lazer não é lugar-comum!). Foram redefinidas funções, ampliados os trabalhos, diversificadas ações normalmente voltadas para espaços mercantis, até para pagar os produtos técnicos domésticos. “Olha, aqui enquanto se pára de fazer uma coisa se faz outra. Ontem mesmo estava falando pro padre que veio aqui almoçar que se descansa trabalhando. Imagine, né, nem com o padre aqui se pára!. Tem que fazer queijo, termina esse, vem uma coisa, vem outra. Essa semana fiz vassoura, chimia de figo, fiz trança pra chapéu, costura uma roupa, remenda, o *nono* está sem blusa prô inverno, tô fazendo aquela também, fiz puina (espécie de requeijão). Olha, é difícil tê dizê o que se faz de noite. Só sei que não se pára. (...). Alguns a gente vende, outros é pra aqui mesmo, né”.

²⁷ Ver em Antônio CANDIDO, *Parceiros do Rio Bonito* (1964), um estudo brilhante, pioneiro e referencial sobre a questão da comida no universo cultural do *caipira*. A dimensão dos tempos, das estações, dos ritmos, da precariedade, dos *mínimos vitais*, da importância, das estratégias envoltas no horizonte da alimentação, estão muito bem tratadas nessa reflexão do autor. Carlos Rodrigues BRANDÃO trabalhou isso tudo também muito bem em meio aos caboclos, pequenos camponeses de uma região de Goiás, no livro *Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano*, Rio de Janeiro: Graal, 1978. Ver também Klass WOORTMANN em *A comida, a família e a construção do gênero feminino*. In: *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 29, n. 1, 1986. Outros trabalhos de Klaus Woortmann também localizam a comida como campo de reflexão sobre a vida camponesa.

Para as mulheres, o acervo técnico-mecânico não é sinônimo de folga; é, sim, redução de tempo e de penosidade que ampliam as atividades e as multifunções. O conforto doméstico carrega consigo comportamentos e valores, sociabilidades, maneiras de viver e adoção de práticas modeladas pelo urbano; especializa e conquista espaços mentais, geográficos e simbólicos mais amplos (Brandão, 1995). Não que as técnicas modernas do cotidiano sejam *causa-eficiente* de processos meramente decorrentes, mas são promotoras ou motivadores da reorganização da vida local (Carlos, 1996). O local e o lugar tornaram-se mais dinâmicos. O cotidiano se constrói no lugar. O lugar, como os objetos técnicos nesse espaço, não é algo estanque ou isolado; guarda em si o *seu* significado e o significado do movimento da história; é memória; processa-se pelo corpo, pela terra, pelos sentidos, materializa-se no local. O local, hoje, está redefinido pelo mundial (*mundialização*), porém suas particularidades não estão anuladas; os hábitos alimentares, as ações e prioridades em produzi-los e conservá-los pelos colonos em meio aos objetos técnicos, são expressivas disso. Novos valores, redefinições no processo produtivo e na sociabilidade reconstróem o local, que passa a ser mediado pelo lugar enquanto manifestação da realidade do mundo moderno (Carlos, 1996). O local, em meio ao processo de globalização, não está ausente de história; por mais que os processos históricos mais globais não sejam facilmente visíveis, no local, eles ganham sentido no pensar, no viver, no habitar, no trabalho, no produzir, no lazer, no vestir, no estudar, no comer, etc.

O local não tem jamais cessado de se fazer sentir; ele existe por sua permanência mesmo, até porque é feito de memória e de relações sociais. A localidade é o lugar privilegiado onde se exprime o movimento social e se redefinem as relações sociais, podendo também se tornar o motor de mudanças sociais (Kayser, 1990). É evidente que há conflitos, porém, também é expressão e criação de solidariedade. É no local que se exprimem as contradições estruturais dos processos de extensão das empresas capitalistas sobre o espaço rural (os ateliês e as agroindústrias expressam isso).

A racionalidade moderna, a globalização que a tematiza, o acervo técnico-mecânico aplicado à produção, os mercados mundiais, os mecanismos espaciais de informação (Bolsa de Chicago, queda nas bolsas de valores!...), as estratégias de flexibilização dos processos de trabalho, etc., são referências universais incontestes e que se manifestam no cotidiano do produtor familiar, globalizando o local,

materializado pelo lugar, aprofundando suas contradições. No entanto, a dimensão da História (concebido) não está ausente da dimensão social e da vida (vivido). O universo macro *se localiza*, a vida também se localiza e ganha sentido no cotidiano onde os homens estão vivendo, estão em sociabilidade, determinando seus ritmos de vida, projetos e sonhos.

A presença intensa das agroindústrias de carne, cereais, fumo, frutas, das empresas de exploração do basalto e de fabricação de bolas em meio ao espaço de produção e de vida dos colonos da região manifesta processos históricos mais globais e bem visíveis. Não obstante, como vimos, reconstrói um cotidiano fragmentado na dimensão do espaço, do indivíduo, dos tempos da cultura, etc., que se projeta, em conflito, na concomitância ao global.

O estudo na cidade, a necessidade constante de ir para a cidade, para o comércio, por parte de jovens e de mulheres casadas, no seu conjunto, contribuem para formar um horizonte de redefinições que culmina e intensifica o espaço e a funcionalidade das técnicas domésticas do cotidiano, bem como da releitura do local e do lugar referencial do vivido.

O trabalho, além do estudo na cidade por parte dos jovens, permite um alargamento social no âmbito do consumo, dos lazeres, do salário regular, de certo espaço de autonomia em relação à autoridade patriarcal. Além disso, pode proporcionar uma profissão ou um domínio profissional de seu interesse ou de promoção econômica ou social que essa permite. As indústrias no meio rural aceleram a reconversão espacial e cultural, a descoberta de domínios e espaços novos; dão maior *globalidade* aos jovens.

O carro e a tevê, por exemplo, também fazem parte do acervo de meios mecânicos e eletrônicos. O carro não é prioridade, porém é considerado útil, e sua compra se justifica pela distância em relação à cidade (a referência espacial da utilidade dele é a cidade), pela rapidez no retorno; sua presença e pragmatismo se justificam pela complementariedade às atividades da roça, de casa, pela necessidade em caso de doença, para transportar as pessoas idosas da família até a cidade para retirar a aposentadoria - "agora com os cartões eles (os filhos) retiram o dinheiro" -, para visitar doentes, ir a enterros, etc. O carro não tem o sentido de instrumento de passeio; não é considerado um capricho, nem um objeto de luxo, nem tanto

sinônimo de progresso e modernidade no meio rural. Muitos dizem que preferem comprar um pedaço de terra "em vez de auto". Ainda se vêem pessoas se deslocarem a cavalo ou com carroças pela região. O trator também extrapola sua função técnica; serve também como veículo de locomoção: rapazes vão namorar de trator, muitos pais vão à cidade, outros vão até o asfalto (rodovia) e depois tomam o ônibus. O alto custo de manutenção, as estradas (apesar de, com o fluxo de veículos aumentado, a infra-estrutura de estradas e pontes, segundo os colonos, ter melhorado muito - principalmente na opinião dos da *situação* política!), a necessidade do dinheiro para melhorar ou aumentar o acervo técnico-mecânico ou a estrutura fundiária, etc., fazem da opção do carro, apesar de sua intensa presença, uma decisão mais bem ponderada e, muitas vezes, adiada.²⁸

Informações sobre preços circulam rapidamente entre os colonos; notícias de televisão também são discutidas ou comentadas; informações comunitárias são repassadas e cobrem o espaço geográfico da mesma em poucos minutos - "porque dentro da capela não se paga nada, onde é (faz parte) da mesa (aparelho eletrônico que viabiliza as ligações locais) dá pra ligar à vontade", o que manifesta a presença de uma lógica informacional e organizacional da sociedade tecnológica.

Crianças e idosos atendem e fazem ligações. Um nono nos diz que "mai pensá na roba compagna!". As crianças "se despertam fora" nos diz um pai, "coisa que nós fomos aprender agora depois de velho!", o que demonstra, mais uma vez, o que vimos defendendo até agora, de que as mudanças levadas pela modernização se reagrupam e são reavaliadas no horizonte da tradição.

Se há uma redução da presença física, há uma massa de informações e contatos orais que se dinamizam com muito mais intensidade. As famílias não deixaram de ir à igreja, ao salão da capela, às rezas do terço em família quando da visita da "Santinha", aos brodos e jogos de baralho aos sábados à noite, à bodega nos finais de tarde, à noite e nos finais de semana, dentre outros deslocamentos por causa da presença do telefone.

Há um nível de substituição que é compensado por outros. O telefone favorece as conversas aleatórias e, "no meio dessas vêm as propostas de um brodo, de

²⁸ Sobre a importância do carro e de técnicas modernas de produzir no espaço doméstico, ver um brilhante estudo do Groupe de Recherche Ethnologiques de L'Anjou: *Paroles et parcours de paysan. Nous avons cru au progrès*. Paris L'Harmattan, 1996.

um baralho e de bater uma surpresa (surpreender o[a] aniversariante à noite e obrigá-lo[a] a matar uma galinha e fazer um brodo com inúmeras outras comilanças), de ficar sabendo sobre uma coisa ou outra”.

O telefone está servindo para desbloquear pressões, submissões, controles sociais, rigidez de valores do horizonte da vida tradicional até de colonos de décadas passadas; colabora para dar certa individualidade às tomadas de posição. O telefone favorece a inserção mais clara, consciente e informada do circuito econômico dos preços e das trocas - “não é que nem uma vez que chegavam (comerciantes, vendedores e compradores urbanos de miudezas e outras coisas mais) e logravam. Hoje, mesmo que não se pode botá preço de coisas, né, pelo menos se sabe e se tá por dentro do que vale nosso produto”.

Se isso significa adotar modelos urbanos, perder o estatuto de camponês, sair do tradicional e ir para o moderno em troca do direito de estar informado, do direito à palavra, do desejo de se localizar e transcender-se espacialmente no mundo, de transmitir pensamentos, etc., acreditamos ser essa uma visão muito estreita de *modernidade* ou muito saudosista de uma consciência coletiva que perde a perspectiva da individualidade.

É evidente que é impossível não ver criticamente os processos em questão sob a influência de sistemas de relações técnicas e valorativas da modernidade, seus fundamentos, as forças e os objetivos que a engendram e que materializam ações objetivando acumular riquezas, saber e poder por parte de expoentes do capital urbano-industrial. Porém, o fatalismo não ajuda muito, muito menos na dialeticidade e criticidade do processo.

5. 6. 1 - *A técnica no espaço produtivo: inserir-se ou não*

Os colonos da região, como já vimos falando, sempre organizaram seu processo de produção motivados por algum grau de fator técnico. Mesmo que os *objetos técnicos* utilizados não tivessem evoluído muito até a década de 1950, havia um *sistema técnico* que dava conta do trabalho e das variedades de produção que formavam o *modo organizativo* da vida econômica (especialmente na produção de milho, trigo, uva, suínos e seus derivados). Os tipos de arado, o cruzamento genético

das parselhas de bois e de cavalos, de suínos, os modos de conservação e estocagem dos produtos, as variedades de sementes, as técnicas de plantio e colheita, entre inúmeras outras, atestam alterações, domínios, saberes internos, influências externas, autonomia, determinação, etc.; são manifestações de presença de elementos químicos (engorda e conservação, fertilização do solo e dos produtos...), de incipientes máquinas, do empirismo tradicional, da presença da ciência e da técnica científica, de fatores naturais e biológicos (variedades de plantas e culturas animais), do *ethos de colono*, da visão e presença do mercado, do papel do dinheiro nas ações cotidianas, da influência do Estado e de empresas ligadas ao setor urbano e rural, dentre outras.

Já vimos que a região foi e é extremamente sensível à dinâmica de alterações da base técnica, das relações de trabalho, dos tipos de produtos, dentre um infindável elenco de alterações/redefinições. Em todas as atividades dos colonos, algum objeto de trabalho, algum instrumento sempre houve, menos diversificados e mais ou menos adaptados ao seu objeto. A técnica, via máquina e outros instrumentos (tratamento de animais e vegetais), adaptou-se e incorporou-se a esses mecanismos, ao trabalho braçal, ao *ethos de colono*, com sua simbologia produtiva, de trabalho e economia em geral.

Não podemos esquecer que os colonos da região sempre se caracterizaram pelo trabalho braçal.²⁹ A máquina veio alterar o ritmo dos gestos, a eficácia do trabalho e sua duração; inserir novos produtos, novas exigências internas e externas (produtividade, financiamento, consumo, preços, associativismo, mercado, divisão de trabalho, etc.), novas especialidades de trabalho e de produtos. O *fechamento do mundo da vida* e sua concepção, da agricultura em si-mesma (fruto da quase-totalidade do esforço humano), sofre alterações a partir das chamadas descobertas científicas, as quais, no domínio da agricultura, permitiram obter resultados significativos tanto em nível de produtos animais como no dos vegetais, algo impensável antes.

É claro que a entrada do trator (que, acreditamos, tenha sido uma das maiores alterações em termos de instrumento de trabalho mecânico) não foi total na

²⁹ O trabalho braçal, ao que nos parece, formou a psicologia do *ethos de colono*, sua habilidade pessoal, o local (espaço escolhido para seu habitar) de vida e de produção, os tipos de produtos, o vínculo e a determinação de fatores naturais (céu, terra, água, estações, ciclo das plantas, os cruzamentos genéticos, etc.).

região, nem mesmo substituiu completamente os animais e o arado manual. Houve e continua havendo uma gradual e sistemática substituição desse por aquele através, como vimos, da intensa retirada das pedras da roça e dos venenos (dessecante). O recurso aos animais é algo histórico na agricultura do colono. Não encontramos nenhuma unidade de exploração que não os tivesse, mesmo que seu uso nela seja reduzido, o que significa que não é em todos os espaços e processos de trabalho que o trator está presente.

Desse modo, os bois, mesmo relegados a segundo plano, ficando cada vez mais ociosos,³⁰ ainda devem permanecer; ainda fazem parte do complexo-força física em meio à biológica, à humana, à mecânica, à elétrica, à química e no trato com a terra e com os animais no vivido do colono da região.³¹

O aconselhamento dos técnicos agrícolas e agrônomos, via cooperativa, sindicatos, empresas agroindustriais e de planejamento e assessoramento agrícola, não foi, até hoje, suficiente para promover a modernização completa na exploração tradicional. É claro que na relação técnico/colono, suas referências não são as mesmas; não falam exatamente da mesma coisa. Há uma relação entre o referente (relação socialmente situada, da experiência familiar) e o signo. Os discursos de ambos acontecem a partir de uma lógica interna, de um sistema de classificação, de um componente do sistema conceitual estabelecido, por exemplo: a relação de vaca com animal, trato para o leite, trato para engordar, ração e alimentação, ganho e lucro. São discursos que se baseiam no seio do grupo coativo (seja comunitário, familiar ou empresarial) e em relação com a experiência vivida.³² Os jovens,

³⁰ Registramos, via fotografias e filmagens, inúmeras ações e trabalho com bois (arando, puxando milho, deslocamento espacial [para a cidade] com a carroça, arrastando madeira, “vergando” no meio do milho, tocando a moenda de cana, puxando a trilhadeira, dentre outras), nas quais tanto homens idosos ou jovens, quanto mulheres também idosas ou jovens, estavam envolvidos.

³¹ Como a região se caracteriza pela topografia montanhosa, a presença do boi, em vez do cavalo e/ou vacas, como tração animal é preponderante pela sua força física, resistência e paciência.

³² É como coloca Mouchtouris (1994, p. 15), “a gente considera que o sujeito cognoscente não é nem um indivíduo isolado, nem unicamente um grupo, mas uma estrutura significativa onde os dois elementos existem em interação. Essa é uma dinâmica que é produzida em interação e que se situa em um processo de evolução”. Citando Simmel, o mesmo autor coloca que “essa socialização se inscreve num processo de reciprocidade, significa que os indivíduos estão ligados por influência e determinações provadas reciprocamente. A sociedade é um nome dado a um conjunto de indivíduos ligados entre si por ações recíprocas e que por certa razão considera como constituindo uma unidade de influências recíprocas” (idem: 23).

principalmente os que estudam, já rearticulam processos de conhecimento baseados na escrita, nos manuais, na aprendizagem escolar, etc.

É comum ver colonos que têm vacas geneticamente modernas, com produtividade elevada, cortando pasto manualmente e levando-o ao cocho, deixando as vacas na sogá, tirando leite manualmente em estábulos precários e improvisados ou embaixo de uma árvore; ou então, colonos com tratores tracionados e com plantadeiras de plantio direto possuindo apenas sete alqueires de terra; outros arando e plantando com bois e colhendo o milho com ceifadeira. Falar em modernização na região em termos de relações e práticas técnicas de trabalho, numa forma genérica, é impossível. Necessário se faz que se percebam as diferenciações, os processos e relações que vão movendo as ações e as influências internas e externas que as determinam.

O que percebemos é que há um processo tenso/conflituoso entre manutenção e mudança, mesmo que se saiba que a opção, apesar de radical por uma, não anula a outra. É difícil dizer que as inovações propostas e intensificadas a partir da década de 1970 são concebidas em função de uma lógica econômica e técnica estranha aos agricultores; que, na medida de sua adoção, poderão colocar em causa o *ethos de colono*, um número de elementos de sua estrutura social, de hábitos individuais e coletivos, locais e comunitários, urbanos e rurais, etc. Também não se pode falar genericamente o contrário, ou seja, de que há uma força absolutizante e normativa da tradição que busca conservar seu modo de exploração habitual, que “os braços são o que mais garante, porque é nosso e nós mandamos”.

Acreditamos, e veremos isso no decorrer da análise, que o medo de assumir riscos, as exigências do modelo produtivista, o raro ou inexistente financiamento para estratos de colonos que habitam no espaço da região, o desconhecimento e as incertezas sobre o mercado, o bloqueio fundiário, a falta de conhecimento e, muitas vezes, de escrúpulos de mediadores (técnico de empresas, do Estado, de cooperativas) em relação ao *ethos de colono* também, paradoxalmente, exerceram reações negativas no tocante à adoção de processos e objetos técnicos-mecânicos.

Uma coisa podemos afirmar: os que investiram no final da década de 1960 e na de 1970 hoje estão, de certa forma, capitalizados, justificando seu estado atual por terem “se esportado” nesse período, bem como atribuindo a isso sua vulnerabilidade

hoje frente ao acesso direto aos mercados (suínos, aves, fumo, milho, uva, etc.) e às exigências de inovação em bloco (sementes, máquinas, fertilidade, insumização, etc.). É como um “colono-mesmo” nos diz: “é brabo querer entrar no esquema e é pior estar fora. A desgraça é que somos pequenos e pequeno querer ter as coisas de um grande não é fácil”.

Quando falamos da falta de conhecimento em relação ao modo de ser do *colono* e, muitas vezes, da má-fé e ingenuidade de mediadores técnicos junto aos colonos da região, estávamos nos referindo ao processo de informação da sociedade global, endereçada a um universo particular sem interferência de uma mediação-readaptadora do processo de absorção da mensagem, bem como das ações práticas mesmas. Muitas vezes, a precocidade da adoção das inovações, bem como de sua não-adoção, causou mais problemas do que soluções. A utilização de um trator, por exemplo, implica reavaliar o nível da presença de mão-de-obra disponível na unidade, reorganizar a diversificação da produção em função do custo elevado da mesma e a necessidade do dinheiro.

O colono tem claro que necessita especializar mão-de-obra para o manuseio do trator e para toda a cadeia de ações que a sua utilização induz; racionalizar a disponibilidade financeira, bem como sua manutenção e a aquisição de seus implementos; reorganizar o passado tradicional extremamente arraigado.

Não estamos, com isso, querendo dimensionar um passado saudosista, nem refutando a racionalidade técnico-econômica, pois ambas se alimentam reciprocamente. O que queremos dizer é que a inserção ou não dos colonos da região aos horizontes de um modelo de padronização técnica, esse muito dinâmico hoje, implica uma série de questões que deveriam conciliar as racionalidades em questão. Adotar a técnica, aceitar ditames dos técnicos, por mais que sejam feitos sob a ótica da *orientação*, significam, para o *ethos de colono*, abdicar do papel de chefe de família e de exploração; significam uma *invasão* nas determinações e socialização do conhecimento; significam inserir padrões de comportamento do mundo científico e urbano³³ não em um universo que é acientífico, mas que norteia ações em que a

³³ Estamos pensando aqui na importância das relações pessoais, da interferência do homem no solo, na inserção profunda na economia de mercado e na sociedade urbana, no forte peso da sociedade local, na sua relativa autonomia (Mendras), nos produtos e na sua subsistência, etc. É claro que o local e o englobante, auto subsistência e mercado, o rural e o urbano, não são vistos como dicotômicos; porém,

racionalidade científica da técnica não é comum. É claro que o acervo técnico é parte integrante de uma problemática geral de transformação na sociedade em geral e rural. A adoção de um trator significa inserir-se num conjunto de relações preexistentes que ele transforma. É esse o processo que também precisa ser analisado.

5. 7 - O trator: “aqui ele é tudo”

Le fils ne veut plus être toujours au cul de ses vaches; s'il n'a pas son tracteur, comme les voisins, il aime mieux partir pour la ville
(Mendras, 1984, p. 360)

Daremos ênfase ao trator porque, quando nos referíamos às mudanças técnicas na memória e no imaginário técnico (prático e simbólico) do colono, esse instrumento mecânico é o que mais aparece; é ele, dentre o acervo técnico, um *fato social* e econômico de grande amplitude.

Os primeiros tratores na região apareceram em meados da década de 1960. “Teve dois aqui que compraram uns importados, a gasolina. Já pelos anos setenta teve bastante, os Ford, os Valmet, os Massey, tinha antes ainda o CBT. (...). Era só trator pelas estradas, na cidade, pra ir namorá (...)”.

Muitos, no início, adquiriram o trator e os arados; outros, a grade também; outros, ainda, o equipamento completo. Os preços eram compensadores, a propaganda muito intensa, a diferença em termos de tempo de trabalho em relação aos bois, a visita de técnicos e representantes de empresas a montante da agricultura, a pressão dos mesmos, o argumento em favor do rendimento³⁴ e da rapidez no trabalho, a aquisição por vizinhos, a insistência dos jovens, certos de que os bois iriam ficando de lado, etc., foram fatores elencados pelos informantes.

Os agentes eficientes da difusão do trator na região foram alguns técnicos de entidades governamentais e de empresas a montante. Porém, não há dúvida de que o papel dos vizinhos, tornava-se um imperativo para o outro (uma pressão simbólica). É claro que, a partir do trator, as mudanças e redefinições se deram em cadeia; um

especificidades existem, e são essas que precisamos *fazer aparecer*, sem hipostaziar um tipo único e legítimo de racionalidade.

³⁴ Visitamos o primeiro colono (hoje 73 anos) que comprou um trator numa das comunidades, que tinha 38 anos na época. Hoje ele tem dois tratores e 22 alqueires de terra, contando-nos que os vizinhos vinham lá - “não só os vizinhos, outros de longe também pra vê como funcionava”. Grande parte acabou comprando, uns logo, outros bem mais tarde. “Quem via ficava louco vendo o serviço que fazia. Voltava pra casa, ficava desacomodado de trabalhá com os bois, os filhos vinham também”.

elenco de circunstâncias não só técnicas e um conjunto de elementos interligados se processaram. O horizonte da inovação (implementos e outras máquinas), a especialização no manuseio e nas práticas de trabalho com a terra e com os produtos, a dimensão da tradição (muitos jovens vendo na aquisição do trator uma “brecha” para sair estudar e/ou trabalhar na cidade; outros, ao contrário, para permanecer e redefinir seus trabalhos), financiamentos (implicam critérios contábeis, contratos, volume de produção, controlar as técnicas apropriadas; implicam experiência e experimentação, gestão, princípios elementares de cálculo), etc., são manifestações dos colonos que explicitam, dentre muitos outros, o conjunto de ações, processos e relações que, se não novos, ganharam corpo pós-década de 1970 com a aquisição do acervo técnico-mecânico mais completo. Alguns até atribuem o progresso recente (última década) dessa região - “mesmo no meio dos montes que ninguém dava nada, nem pra terra, nem pros colono” - à opção das agroindústrias por esse local (fumo, uva, suínos, aves, maçã, figo) em virtude da capacidade de inovação de grande parte dos colonos da região.

As mudanças que o acervo técnico-mecânico do trabalho agrícola promoveu não se deram só no âmbito da eficiência, da capitalização do colono, no dinamismo da economia regional (inserção de agroindústria) e do comércio a jusante e a montante, da exigência do investimento, de rentabilidade, do melhoramento vegetal e animal (seleção, rotação de culturas, pressões de mercado, dos imperativos financeiros). Com elas, também, o êxodo rural se fez sentir, pois o colono não inovador passou a sentir-se acuado, estigmatizado e atrasado.

O contato com a terra, o amor à terra e seu sentido pragmático e simbólico formador do *ethos de colono* predispueram os colonos (uns mais outros menos, outros quase nada) à motorização e à mecanização de atividades agrícolas. No relato de um deles, expressa-se isso:

...se sabia que o serviço não diminuiria. Agora mesmo trabalhamos mais ainda, mais exigem, faz uma coisa, faz outra, o aviário paga as prestação da plantadeira, a roça financia a construção do aviário, botamos uma estufa de fumo agora, então a roça e o aviário tem que pagá. E assim vai. (...). Nós só fizemos isso. Tu viu o pai - o nono Toni que tu falou ontem lá na Silva Jardim é meu pai; no que tu foi embora eles me ligaram dizendo que foi lá um professor entrevistá - ele sempre dizia que quem é da terra é da terra, não adianta inventá coisa e ir pra cidade. A gente gosta da roça, tem que gostá, tem que vê as coisa diferente, vê as facilidades de hoje e pensá direito se vale a pena. Se comprá aí tem que trabalhá mesmo. (...). Diversificação e mecanização, tem que sê assim.

É evidente que tomar um elemento técnico isolado, entre os *sistemas de objetos técnicos* e o processo estrutural de racionalidade modernizante industrial-urbano e rural, é complicado. Um objeto inovador em espaços tradicionais implica inúmeros fatores externos e internos, imbricados em espaços diferenciados e interligados (lar, família, roça, comunidade, entornos, cidade, mercado, etc.), isso sem falar nas categorias sociais e nos grupos envolvidos, bem como nos aspectos sociológicos e psicológicos em questão: vantagens, desvantagens, graus de importância de fatores.

É importante ver processos em questão também na ótica do simbólico, dos imaginários de colono, que foram se construindo aos poucos no seio dos espaços de imigração italiana. A ótica do planejamento, da redução do custo (gastar menos), da gestão racional em termos de tempo de trabalho e de produção, o envolvimento com o dinheiro e com os negócios; criar porcos, plantar milho, produzir uva e vinho, por mais que fossem diferenciados, sempre obedeceram a processos inovadores ao alcance dos colonos. Há uma correlação entre o sistema de valores construtor do *ethos de colono* e os processos de adoção técnica; há uma imagem construída de si mesmo em relação ao progresso e à inovação; o contrário, psicologicamente, seria um fracasso e uma incapacidade profissional.

Existem elementos motivadores da inovação como forma de fortalecer elementos tradicionais. A adoção de um aparato técnico no universo familiar de trabalho do colono da região vem ao encontro de práticas e cotidianos no vivido, construtores de um *habitus* comum: lidar com pedras (carpinteiro, pedreiro, moleiro), produzir milho (o trator induziu incipientemente a cultura da soja, essa, sim, extremamente nova), suínos, fumo, uva (o primeiro fazia parte de uma das primeiras relações mercantis com que o colono se envolveu na região). No tocante a esses últimos, as empresas inseriram-se profundamente na região, e suas exigências técnicas, por mais que tenham alterado grande parte das práticas tradicionais dos colonos, conservam e se servem de uma imagem, de um gosto histórico (e por que não de um saber!) que sempre se pautou pela rotina-tradição-evolução; fazem parte de um dinamismo e de um espírito mercantil alimentado como apanágio do *ethos de colono*.

Padrões culturais perduram quando há uma conservação de elementos que lhe manifestam origem, ou quando mudam as significações para resolver os desafios cotidianos. A tradição é aqui entendida como orientação valorativa de significados passados, porém que se manifestam frequentemente em épocas e em situações de mutação de processos sociais. Saber lucrar, mudar, encontrar o momento oportuno para negociar, buscar informações técnicas, diversificar opções, fazer cálculos de rentabilidade, adotar meios promotores de produtividade, dentre outras, não são méritos exclusivos da inovação técnico-mecânica movida pela racionalidade dos ganhos e de mercado.

O trator está inserido num contexto de mudanças técnicas que transcende o *mundo da vida* local, fruto de um conjunto de alterações econômicas que vai além do colono-produtor. Porém, sua adoção, funcionalidade e dinamismo só se materializam se houver uma construção social de contatos, intenções e necessidades comuns (Groupe de Recherche Ethnologiques..., 1996).

A preocupação generalizante dos colonos em reduzir o esforço e o sacrifício no trabalho, em atrair e motivar algum filho para que fique na propriedade e dê seqüência ao trabalho na terra, a consciência de que “sem adubo e se não for na técnica (no sentido de obedecer aos meios que a natureza e o mercado exigem), não dá mais nada”³⁵, dentre outras, encontram respaldo, esperança e aceitação no *sistema de objetos técnicos* que os envolve.

Não foram poucos os colonos que nos disseram que, com a mecanização (trator e ceifadeira fundamentalmente), particular ou não, conseguiram um certo alívio frente às ameaças e adversidades da natureza pelo fato de, em pouco tempo, poderem preparar a terra, plantar e colher.

Ainda usamos muito os braços, sim, lavramos a boi também, colhemos à mão, diminui um pouco os custos que já assim mesmo são altos; mas se vimos que o tempo não ajuda, como agora com o dito el niño, botamos as máquinas e o que não temos, pagamos então, né. O trigo é assim, né. Plantamos só três sacos, só pro gasto, em tudo nós aqui poderia bem cortá com a foicinha, temos trilhadeira e tudo, mas tu vê que só chove! Pagamos a ceifa; numa hora deu. A máquina tem custo, mas sem ela é pior. O que que tu faz? É a cidade e deu!

³⁵ “Melancia, melão, tomate, pepino, batatinha, uva, fumo e mais outros; se não botar as coisas certas (insumos, fungicidas, inseticidas, irrigação) tu não colhe nada”.

O sistema de valores, o estilo de vida, as particularidades do grupo doméstico, as relações sociais se conjugam para jogar em favor da estabilidade do sistema econômico local tradicional. Por mais que a inovação técnico-mecânica reduza o tempo de trabalho braçal, por mais que tenha havido êxodo rural nas últimas duas décadas, a família permanece sendo a referência no processo de trabalho (enquanto unidade de exploração)³⁶ e de convívio.

O grau intenso da construção da individualidade (pelo direito, pelo espaço da mulher, por relações familiares mais democráticas, pelo estudo no espaço urbano, etc.), gerando, em alguns casos, individualismos exagerados e opções individuais em termos de trabalho e de estilo de vida, não rompeu com a unidade familiar.

Comprar um trator significa conceber o trabalho em função da mecânica que esse comporta, significa redefinir concepções sobre o uso do solo e o tempo de trabalho. Esse processo não individualizou mais a unidade. O espírito solidário da entreaajuda, da troca de serviço e da *contratação* de serviços técnico-mecânicos se faz presente. As formas de pagamento obedecem quase sempre a uma lógica interna por mais que se baseiam em elementos financeiro-mercantis. Discordamos de Bodiguel (1975, p. 156) quando diz que “as técnicas propostas, fruto da sociedade industrial e concebidas por ela, engajam o produtor além de um uso restrito na seu quadro industrial. (...). O progresso se volta contra aquele que adota uma técnica sem tomar ou aceitar a ideologia que ela veicula”. Não discordamos de que o impacto seja grande, que provoque seleções dos produtores, que o saber empírico sofra abalos, mas isso não significa dizer que a ideologia que a técnica e seus objetos técnicos veiculam transformam o colono em pura subordinação.

Os colonos da região reconhecem o lado positivo da evolução técnica, no entanto isso não significa dizer que eles apoiem e levem à risca os novos ritmos que

³⁶ A discussão em torno da família como unidade de produção e a relação família e exploração não é nova nas análises do setor agrícola. Alguns a explicam como um tipo de organização articulada ao modo de produção dominante; outros a tematizam como uma unidade submissa ao capital agroindustrial; outros, ainda, em função das evoluções no espaço agrícola, como nada mais do que uma etapa de um processo secular de decomposição do campesinato. No entanto, malgrado inúmeras questões que envolvem o caráter de família, o sentido de arcaico referente à mesma, os limites das atividades industriais na produção agrícola, a manutenção de unidades de pequenas dimensões, a autonomia e os objetivos da família, bem como as dúvidas e discussões sobre a lógica da família e da exploração perduram; não obstante isso tudo, a família perdura. Uma discussão sobre isso está em BRUN, André, *La famille comme unité d'analyse du secteur agricole*. In: *Économie Rurale*, n. 194, Paris, p. 3 - 8, novembre-décembre 1989.

essa impõe. A adaptação permanente à mudança, às novas máquinas e técnicas de trabalho carrega em-si o fascínio da inovação, do novo que é experienciado num universo que normalmente tende a ser conservador e tradicional.

Há dezesseis plantadeiras de plantio direto numa comunidade rural de pesquisa (algumas delas compradas na forma associativa), e não ouvimos de nenhum proprietário argumentos negativos sobre sua presença. O aspecto associativo, a entreaajuda, a conservação do solo, a utilização melhor da semente (melhor germinação) e do adubo, a necessidade de um trator de maior potência fazem também com que haja empréstimos de tratores entre vizinhos ou então - o que ocorre em duas comunidades -, a compra na forma associativa.

Os mais críticos ao processo de inovação via meios mecânicos e técnicos colocam que esse desintegra o antigo sistema da sociedade agrícola; seria a submissão a um modelo de agricultura moderna capitalista, retirando o colono do universo decisório em todos os âmbitos; atomizando os indivíduos e os exploradores, provocando o êxodo e anulando a perspectiva da autonomia e subsistência do núcleo produtivo; seria inserir-se num contexto de alienação, de discriminação, de profissionalização/especialização, dentre outras. Vimos tudo isso no nosso universo de pesquisa. Porém, não só isso. Vimos que a inovação (trator, ceifadeira, ordenhadeira, pulverizador, triturador, etc.) é fermento de mudança sociocultural. Não obstante, se a lógica racional for linear, não há muito a ver, a não ser os prejuízos. Parece-nos que é também importante analisar as convergências e compreender os processos. A sociedade local, o lugar de convívio e de produção, bem como seus atores, os colonos familiares, mesmo que inseridos no modelo e na forma produtivista, fazem a leitura da inovação contemplando aspectos também de suas intencionalidades. É uma releitura nem sempre visível, nem sempre lógica, talvez até conjuntural em função de outros aspectos de ordem geral e crítica da agricultura e do produtor familiar nesse processo, ou então, de fatores internos (herança, alocação de força de trabalho, *habitus de colono*, etc.) e simbólicos (*status*, adaptação às espertezas, empreendedor, etc).

Se tomarmos a questão do êxodo, principalmente de jovens, hoje, dificilmente poderemos dizer que é a inovação técnico-mecânica que os expulsa. Aliás, para alguns colonos, foram os jovens na unidade familiar que induziram à

compra de determinados meios técnico-mecânicos com o objetivo de permanecer. Não ouvimos de nenhum colono que o trator, a ceifadeira, a ordenhadeira, o triturador de milho que “moe palha, sabugo e tudo, se aproveita tudo agora, não ficar que nem uma vez debulhando a dedo ou com máquina manual”, o comedouro mecânico nos aviários, etc., tenham liberado ou deixado força de trabalho ociosa na unidade a ponto de motivar sua saída.

A forma como o colono da região se informa, como recebe hoje a inovação não é tão diferente de décadas anteriores. Os canais de comunicação passam pela mediação de relações também locais (o padre, por exemplo, não está totalmente descartado nessas questões, enquanto informador, orientador de práticas agrícolas ainda hoje. A possível implantação de agroindústrias cooperativadas tem no padre vigário de uma paróquia seu mediador por excelência). Não é tão simples saber o nível da receptividade e a representação de cada elemento que interfere. Nenhuma informação é neutra, nem mesmo aquela que é movida por fatores simbólicos, como amenizadora, talvez, do estigma de ser colono (como vários deles nos diziam que trabalham “para a Perdigon” ou que “lidamos com ateliê”).

O sistema de referência é múltiplo, contém elementos objetivos da própria informação (hierarquia do mediador informante e seu respaldo institucional - os colonos fazem questão de mostrar algo novo em sua propriedade, algo que possa ensinar! -), bem como no universo do imaginário construído do ser colono. Um colono, pai de dois filhos homens, disse-nos que “chega de sofrer lavrando nos perau, virando pedra. Eles (seus filhos) não merecem isso. Tem jeito de fazer melhor, sem tanto sacrifício”. Esse passa dessecante nas roças onde não chega o trator e depois planta manualmente, reduzindo consideravelmente o trabalho (sacrifício) para o qual, possivelmente, para dar conta em tempo hábil, necessitaria bem mais da *ajuda* da mulher ou dos filhos.

Uma concepção desse tipo não significa cair num *psicologismo* inconseqüente, nem num *particularismo* da sociedade local; significa dizer que há cálculos econômicos ou não, que são manifestados e acionados em função também de um sistema de valores locais; significa não tomar só um vetor estrutural, aquele da sociedade englobante. As formas de cálculo econômico interno são esquemas conceituais que sintetizam comportamentos (Soares, 1981). Os resultados do

trabalho são medidos sem que seus diversos fatores sejam calculados e enumerados. Aliás, um *nono* exteriorizou extrema preocupação no sentido de que “os de agora” poderão colocar tudo no lápis. Alguns objetos técnicos poderão obter melhor rentabilidade, porém essa não é traduzida em termos de produtividade/hora ou por trabalhador; não se orienta em torno da noção de competitividade.

Os colonos informantes foram unânimes em afirmar que se julgam incapazes de proceder a um cálculo receita-despesa, de ter uma contabilidade de gestão; não por serem ignorantes, mas por estarem incorporados em valores pessoais, em ramos de trabalho produtivo e improdutivo e de ganhos “fora” que se retroalimentam; em trabalhos e trabalhadores que se intercambiam de acordo com variáveis nem sempre objetivadoras de maximização de fatores. É como diz Rambaud (1989, p. 218),

o trabalho proporciona um rendimento; ele é sobretudo julgado em relação à sua capacidade de assegurar a permanência da família. A temporalidade da exploração é encaixada naquela da família, pois a produção é o acontecimento de curto tempo, a família representa o longo termo. Os principais fatores de produção não provêm do mercado: terra, trabalho e capital são geralmente aportes familiares. Há um modelo de independência que cria uma estratégia típica que é a recusa das normas e das relações sociais colocando em causa a singularidade de cada família-exploração. A situação de cada um constrói a identidade coletiva do grupo, mas não faz a consciência de um pertencimento comum. Há uma multiplicidade de estratégias individuais.

É com essa idéia das estratégias que os fatores de produção (sejam eles técnicos, mecânicos ou não) se fazem presentes. Portanto, comprar um trator, uma automotriz, fazer uma inseminação artificial são atos sociais decididos e orientados socialmente, mesmo que tenham sido materializados por um indivíduo; são expressão de um sistema de relações num modo de vida coletivo, de um meio social de *vividos* e *concebidos* nem todos *percebidos* unilateralmente.

A pressão econômica externa e ideológica no processo de difusão e adoção das inovações técnicas agrícolas é um dado irrefutável, buscando definir um modo ou um modelo de vida (Bodiguel, 1975); porém, seria pouco funcional se não integrasse projetos de vida e redefinições no âmbito local. O contrato de produção junto a empresas agroindustriais é um nítido exemplo desse processo de interação.

Seria simplificar demais a análise dizer que o colono comprou o trator simplesmente para substituir o boi ou o cavalo, unicamente para alterar a atividade braçal (o que até hoje ainda não se deu completamente mesmo em espaços

topográficos - "de pura terra" - onde é possível sua inserção). Concordamos com Bodiguel (1975) quando diz que o projeto econômico da inovação técnica adotado inicialmente se realiza fora de uma vontade deliberada do agricultor pelo fato mesmo que ele a utiliza (isso Mendras [1984], relacionando o milho híbrido, nos mostrou muito bem). Porém, discordamos da afirmação de que o trator carrega consigo unicamente um outro sistema econômico, uma *outra razão econômica e social*. Tivemos dificuldade em perceber os processos que envolvem a inovação técnica e a utilização dos meios mecânicos dicotomizados do sistema de valores do colono da região.

Tradição e modernidade não existem *em-si*, em seu aspecto puro; realizam-se ou anulam-se relacionando-se. As novas formas de trabalho, baseadas nos meios mecânicos, redefiniram envolvimento coletivos na família, na vizinhança, nos quadros comunitários, inclusive nem todos unicamente sob a lógica mercantil. O *espírito familiar*, em meio à aparente exigência de um cálculo metódico, à organização do trabalho e às condições e implicações de mercado, reserva para si um grau de importância.

5. 8 - O direito e o cotidiano: o estar com e no contrato³⁷

O nosso interesse maior nesse item é perceber, além das inúmeras redefinições relacionais no vivido do colono, a partir da produção e do trabalho legitimado pelo direito, as intencionalidades subjetivas além do elemento econômico, as quais movem o produtor familiar a se inserir. As perguntas básicas são: que suportes simbólicos estão implícitos na unidade familiar de produção e de convívio a partir da relação contratual de produção?³⁸ Como o indivíduo, a

³⁷ Estaremos aqui considerando apenas um aspecto do direito, que é o contrato de produção integrada, o qual não pode ser visto isolado de processos que envolvem a família, a herança, as relações de trabalho e sua divisão em geral; ele possui uma especificidade e uma determinação sobre algumas relações que não podem ser confundidas no todo da "organização da vida" do colono da região.

³⁸ Existem vários tipos de integração, sendo as mais comuns a integração vertical e a horizontal. Quando falamos de integração vertical, estamos nos referindo a uma estratégia entre duas ou mais firmas colocadas sob a mesma organização e que atuam em fases diferentes ou separadas do mesmo processo produtivo. A forma pode ser "para trás" (*upstream*), ou seja, quando uma empresa que atua numa esfera da produção passa a produzir matéria-prima ou outros insumos; "para frente" (*downstream*), quando uma empresa penetra na esfera de produção subsequente. Essa forma de integração se justifica quando há problemas de competitividade no mercado, quando existem graus de

coletividade ou identidade social de produtor rural, a sociedade global se inserem na decisão? Quais são os processos, os limites da mudança cultural e socioeconômica suscitados por essa decisão?

Implica aí entender a noção de mudança, de resistência, de posição da sociedade local (seus atores) em relação à sociedade global, do papel da difusão técnica e sua expressão em função de um sistema de valores culturais locais; implica compreender o *ato social* do direito e da inovação técnica em interação-construção de identidades ideais (colono, produtor moderno e modelo, os integrados...) e de modos de vida que, acreditamos, estão em profundo conflito em seu cotidiano material e subjetivo.

Os contratos de produção são um meio de ajustar a atividade do agricultor a uma economia dominada pela indústria: as indústrias agroalimentares têm necessidade de planificar; os agricultores têm necessidade de assegurar o escoamento de sua produção em boas condições. Parece ser cada vez mais evidente que uma transformação das ligações entre os circuitos de compra ou de distribuição das indústrias alimentares e a agricultura é necessário (Bodiguel, 1975, p. 105).

Não há dúvida de que a sociedade contemporânea vive o *reino do contrato*, (Durkheim refletiu isso muito bem) o que torna o fundamento da ordem jurídica, ao mesmo tempo, fundamento da ordem social.³⁹ A vida social é organizada em função de *atos contratuais*; o sentido de ser do contrato é criar obrigações entre pessoas. O *universo contratual* (Rouveyrán, 1979) é um conjunto polimorfo de situações e procedimentos em função de um contrato; não está ligado ou reduzido à dimensão jurídica. O contrato não envolve só obrigações, vantagens, desvantagens,

incerteza envolvidos, quando há interdependência tecnológica, por razões monopolísticas (evitar a concorrência), etc. Integração horizontal se dá quando duas ou mais firmas atuam no mesmo ramo produtivo e no mesmo estágio de produção se combinam (Marques, 1992). A aquisição de novas empresas, a inserção em linhas de produção e as diferentes formas de contratos para coordenar os estágios e fases da produção sucessivas (insumos, matéria-prima, fornecimento, etc.) são estratégias para viabilizar a dinâmica econômica das formas de integração. A forma contratual da integração vertical liga os produtores a uma empresa integradora. Os produtores têm na garantia do contrato uma certa redução do grau de incerteza em relação a sua produção (preço, mercado, etc.). A integradora, ao objetivar qualidade, homogeneidade da produção, produtividade técnica e econômica dos produtos, propicia a competitividade no setor, bem como uma redução do preço no mercado consumidor

³⁹ Segundo Habermas (1997), Weber entendia a racionalidade do direito inerente à forma jurídica nela mesma, a qual engendra a legitimidade do poder exercido nas formas legais. O direito, nessa dimensão, disporia de uma racionalidade própria, independente da moral. Para Habermas, moral e direito se complementam e se interpenetram: "O sistema jurídico não adquire a autonomia em seu único interesse próprio. Ele não é autônomo senão na medida onde os procedimentos institucionalizados ao mesmo tempo para a legislação e para a justiça, garantem uma formação imparcial da opinião e da vontade, permitindo, por esse meio, uma racionalidade do tipo moral de penetrar no direito e na política. Um direito autônomo sem realização da democracia não saberia existir" (p. 92).

ligações, conseqüências, etc.; é um ato complexo em que se misturam ingredientes da vida social, da vida individual e de dimensões relacionais no âmbito do trabalho, da economia e do poder. Motivações, consciência e inconsciência o animam (idem, 1979).

O contrato é um *fato social* importante, de uma abrangência significativa na vida do colono-integrado. O âmbito do jurídico não o toma em toda a sua globalidade e economia; é parte integrante das pequenas *convenções* da vida cotidiana do colono (até as entre-ajudas, relações matrimoniais, a dimensão da herança, o cuidado e a responsabilidade com os pais e/ou idosos são vistos pelos colonos também como *formas contratuais*, por mais que sejam embasadas e criterizadas pela confiança prévia e a certeza da idoneidade, ou seja, carregada de referenciais de moralidade). O contrato formal tem significados de responsabilidade e de obrigatoriedade pessoal e/ou grupal, mas que transcendem seu raio de ação; se não é a jurisprudência que o implementa e o assegura, via direito, é a comunidade e/ou a família.

Hoje, mais do que nunca, na *escala da vida cotidiana* dos indivíduos, acreditamos que é necessário buscar as forças novas da estruturação e os ângulos de visão que permitem compreender a sociedade e, notadamente, analisar os caminhos seguidos pelas inovações tecnológicas.

5. 8. 1 - O direito e a sociabilidade

Se tomarmos, por exemplo, o universo da sociabilidade rural no nosso espaço de pesquisa, veremos que a mesma se reorganiza ou se organiza ao implementar ações também em função de relações de vizinhança, tornando-se uma espécie de trama principal da vida social para todas as categorias sociais. As desgraças e as intempéries (como agora, por exemplo, os vendavais e chuvas torrenciais provocadas pelo *el niño*, a previsão de três meses de seca entre novembro e fevereiro) rompem negativamente o cotidiano, ao mesmo tempo em que reforçam o recurso aos parentes e vizinhos. Fatores, como os componentes edáficos do solo, a temperatura, a umidade, dentre outros, constituem elementos que condicionam e

que supõem possibilidades e limitações para os indivíduos que habitam e/ou estão envolvidos em seu meio.

Esses condicionamentos são geralmente conhecidos pelos sujeitos de um lugar, os quais, e em função desses conhecimentos, atuam, adotam práticas e *estratégias adaptativas*. A seca, a “tempesta”, a inundação, a geada, os acidentes diversos, pestes e pragas podem ou não ser recorrentes no cotidiano do colono; em alguns momentos, são até previsíveis. Previsibilidade e incerteza são características que marcam as adaptações dos grupos sociais ligados a ecossistemas naturais (Contreras, 1991).

Não há dúvidas de que os grupos sociais organizam e estruturam sistemas de ações adaptados aos acidentes recorrentes em seu cotidiano. A sociabilidade comunitária, o valor da reciprocidade e vizinhança funcionam, para o colono da região, como formatos cultural-práticos que ordenam atividades reguladoras do movimento normal das temporalidades naturais e sociais, bem como das ações sociais. É comum, quando acontece um vendaval ou chuva intensa, os colonos se preocuparem com os vizinhos, ligarem para saber se houve algo de negativo. Presenciamos uma situação em que um vizinho foi, abaixo de chuva, auxiliar seu compadre no conserto do telhado de sua casa. A esfera da obrigação, da precisão, da solidariedade, da gratuidade se manifestam em ritos (verbalizações convencionais - “sê precisá, é só chamá”) e em ações práticas provocadas por momentos de abalos, de crises e/ou intempéries. Essas ações criam laços de reciprocidades; valem como um contrato; aliás, acreditamos que a esfera da obrigação é muito mais tenaz que a do contrato formal.

A previsão de seca e, como consequência de perda e/ou redução da safra de milho/soja, está fazendo os colonos organizarem formas de ações variadas de trabalho e de produção que possam reduzir os efeitos possíveis de temporalidades *naturais* adversas. Formas de ação conjunta de trabalho, de aquisição de instrumentos e insumos, tratamento nas sementes para torná-las mais resistentes, a procura de pedaço de roças de solo mais úmido, a abertura de poços artesianos ou procura de fontes convencionais, dentre outras ações, demonstram reciprocidades, formas *contratuais miúdas*, ações práticas que ordenam interações e vínculos sociais.

Incertezas, riscos, movimentos e transformações são fatores presentes e que orientam as decisões dos agricultores em geral. Não foram poucos os *nonos* indagados por nós sobre o fato de não transmitirem nominalmente a terra para o(s) herdeiro(s), sendo a resposta quase que unânime de que é necessário um “papel bem-feito”, o que significa adotar um sistema jurídico que garanta o cuidado, a obrigatoriedade do herdeiro em amparar os *nonos* na velhice, na doença, nas necessidades em geral. A questão é que querem continuar com *sua* própria lei, ou seja, mantêm-se na propriedade e a preservam em seu nome. Porém, além da propriedade em seu nome, sua presença nela é revestida de um patrimônio moral (família/natureza) que exerce determinação e obrigatoriedade sobre o herdeiro.

As estratégias dos colonos, mesmo que conservem certa margem de liberdade, adaptam-se e orientam-se em direção à estrutura e à composição das alternativas que se apresentam. O trabalho (“pra fora” ou “pra dentro” ou “de fora”), o patrimônio, as ocupações domésticas de caráter artesanal, o curso da evolução do grupo doméstico, a utilidade marginal do trabalho nas atividades diversificadas, dentre outras, são *regulados* em função de combinações possíveis na organização familiar, condicionados também pelos recursos possíveis à disposição dos grupos domésticos.

Segundo Mendras (1993), os diferentes setores da sociedade têm adquirido certa independência em relação a outros, o que autoriza a preservar os mesmos costumes e a mesma visão de mundo na mudança da estrutura familiar, do sistema de produção e dos hábitos de consumo. O autor cita a questão dos jovens que preferem morar sozinhos (a não coabitação de gerações), mas que mantêm relações próximas e intensas cotidianamente com os pais. Em outras palavras, o autor insiste na relação entre moral e direito como complemento do progresso da individualidade.⁴⁰

No caso específico do contrato⁴¹ das várias formas de produção integrada e/ou parceria na região (aves, suínos, fumo, maçã, uva, basalto), as empresas

⁴⁰ Que são as leis sem os costumes? já perguntava Horácio fundamentando o direito consuetudinário. Em outras palavras, em que o direito se distingue de todas as normas que governam as sociedades, a moral, a religião, os costumes, o complexo de comportamentos e valores? Uma discussão sobre isso encontra-se em THÉRY, I. Le droit et les mœurs, un enjeu politique. In: *L'Année Sociologique*, n. 43, Paris: PUF, p. 85 - 120, 1993.

⁴¹ Não vamos aqui analisar o processo geral de integração produtiva entre os colonos e a agroindústria. Especificamente sobre produção integrada de aves e o papel das agroindústrias no desenvolvimento regional já foi abordada na nossa dissertação de mestrado (Tedesco, 1992, principalmente no 4º

intervêm pesadamente no seio do *universo contratual* a fim de que sejam materializados seus valores; individualizam, porém modelizam. Nesse quadro, está o papel do direito racional, que se apresenta, nas últimas décadas, no bojo do paradigma modernizante, com ênfase no espaço rural e, principalmente, no seio da unidade familiar. O direito é expressivo de relações no *universo interno* que tematizam a estrutura e o funcionamento do patrimônio, dos desejos e intenções no âmbito da individualidade (estudo, casamento, opções religiosas, valorização do gênero e de papéis diferenciados...), no resguardo da propriedade, na forma de se relacionar com a terra e com a natureza em geral e, fundamentalmente, como normatizador de relações de trabalho entre colonos e, desses, com o capital agroindustrial, financeiro, comercial e empresas ligadas à exploração da pedra basalto, nos ateliês e nas fábricas de bola.

O direito racional legitima linguagens técnicas, mas também linguagens da cultura e do *ethos do colono* (nas aspirações, integrações e raízes histórico-sociais). No caso do contrato de produção, o colono responde e, ao mesmo tempo, se faz ouvir nas solicitações de seu *ethos* e da imediaticidade da sociedade englobante; funda-se num *sistema de relações* que liga a sociedade local ao sistema econômico dominante da sociedade em geral (Bodiguel, 1975).

A consciência individual, os costumes, vigilância social e o direito orientam as ações contratuais. O ambiente que impregna ordinariamente o universo contratual é *moralizador*, ou seja, o homem deve, em que situação for, fazer um *juízo de valor* sobre cada um dos atos que realiza. A “consciência é um sistema de normas interiorizadas, ou resultado de uma aprendizagem” (Rouveyrán, 1979).

O colono alimenta a idéia da fidelidade - “no contrato é isso, né” -, de promessa, de mérito social, de honra e orgulho, de sentimento de obrigação e esforço para que seja apreciado materialmente (no âmbito da produção) e sobre si mesmo (indivíduo e em sociedade). A adoção de práticas não aceitáveis contratualmente não é novidade junto aos colonos.

Nada pior para um integrado, em termos sociais, comunitários e individuais, do que ser desvinculado do ramo de produção pela empresa; é um atestado de que

capítulo, p. 136 - 320); o que queremos aqui é analisar a relação contratual como estratégia de sobrevivência do colono e da articulação interna da família, não estaremos preocupados com os processos de desenvolvimento regional.

não foi ou não é honesto; de não fez bem o trabalho, de que se desviou, além, evidentemente, de não ser um empreendedor, pois, como nos disse um vizinho de um desintegrado, “vai fazer o que com essa bruta construção aí. Não pense que se é tirado de uma, a outra (empresa) pega fácil não!” É como nos diz Rouveyran (1979:121) que “o contrato se limita raramente, ao menos no nível imaginário, aos contratantes eles mesmos”, ou seja, terceiros estão presentes, simbólica mais que materialmente, durante todo o tempo do contrato. Há uma espécie de *assistência imaginária* como componente da consciência do viver social e comunitariamente, o que não significa somente negatividade.

5. 8. 2 - O direito e a moralidade no vivido

A ligação entre moralidade e direito, expressa na vida de família, na comunidade e no contrato, conduz a pensar a *contratualização* como engajamento e identidade. Se o elemento social *pesa* na relação contratual, não significa que o indivíduo e a vontade do indivíduo estejam ausentes, aliás, o contrato pressupõe dois indivíduos em presença, tendo *cada um sua vontade* (Durkheim já dizia isso). A importância prática da vontade individual é um pré-requisito para a viabilidade do *sistema contratual*.

Isso nos faz olhar não na ótica exclusiva da dominação do capital, mas também na forma e na concepção de um processo de adaptação de um meio cultural-tradicional, de um *sistema de vida* e de economia, ligados a procedimentos técnicos e de organização funcional, concebidos em função de normas externas.

Thompson (1987) analisou com precisão como a lei, muitas vezes, era uma definição da efetiva prática rural dentro de estruturas legais visíveis ou invisíveis. A “lei” estava imbricada na própria base das relações de produção, endossada por normas transmitidas pela comunidade. O autor coloca que, se o direito não passa de um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e se executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso trabalho estudando sua história e forma. No entanto, a lei pode ser vista como mediadora e legitimadora das relações de classe existente; suas formas e seus procedimentos podem cristalizar essas relações

e mascarar injustiças inconfessas, mas essa mediação através das formas da lei é totalmente diferente do exercício da força sem mediação.

É claro que concebemos que a assinatura de um contrato de produção é um ato que amarra uma série de inovações no processo de trabalho, nas relações de produção, nos modos de vida e nas relações sociais.⁴² O produtor familiar se encontra frente a um agente que “tá em cima”, o qual o submete a exigências econômicas que nem sempre são conhecidas e/ou entendidas por ele.

Poderíamos fazer ligação com o item anterior e perguntar: em que a evolução técnica afeta o direito? Ou o inverso: que influência sobre as técnicas os instrumentos jurídicos exercem? Como as normas técnicas se inserem na ordem jurídica das relações de trabalho e de vida do colono em seu *ethos*? Pode-se conceber o direito como uma técnica? São questões das quais não temos condições de dar conta aqui, mas que, no entanto, são importantes numa análise não muito preocupada com causalidades eficientes e funcionais.

Essa forma de olhar e de problematizar a ação do direito deve levar em conta aspectos envolvidos no sistema de valores e nas particularidades das relações sociais que se conjugam (de ambas as partes) em duas lógicas, porém conflituosas, em alguns casos inconciliáveis, mas que lutam por fazer valer subjetividades englobadas numa cotidianidade de inovações técnicas.

Os usos e os rituais sequenciais de ações práticas (oralmente ou imitação) oferecem um quadro de referência segundo o qual se inscrevem os contratos específicos e particulares (Habermas, 1997).

O colono-integrado é selecionado. A seleção é sutil; ela passa por uma construção de *identidade de colono* (um *ethos de colono para a empresa*) que perpassa

⁴² Há algumas razões para a integração por parte de ambos, produtor e agroindústrias, que são claras. Os produtores, por exemplo, sabem que sozinhos não terão capacidade de arcar com a produção (gastos com alimentação, animais, medicamentos, etc.), que a produção independente não dá segurança de mercado. Segundo Marques (1992), a integração vertical se justifica também porque as fábricas de ração, incubatório, etc., ficariam, em alguns períodos, ociosas se dependessem somente da produção própria. Segundo o autor, seria necessário para manter em operação uma fábrica de ração, de capacidade industrial média, em torno de 203 - 339 galpões de 12 000 aves em criação, o que é impossível administrativamente falando. Outras justificativas, tais como redução de custo em termos de imobilização de capital e de mão-de-obra direta e indiretamente, fazem parte da estratégia da integração vertical. As empresas integradoras garantem uma escala mínima de funcionamento, evitam custos de intermediação com imobilização de recursos e para facilitar o planejamento (Ferreira, 1995). O produtor, no entanto, não tem influência sobre preços; a venda do produto no mercado livre é

seu horizonte técnico-financeiro, penetra no *habitus* produtivo, no convívio familiar e comunitário, na confiabilidade em última instância. Quem são os informantes? Os próprios colonos (integrados ou não), vizinhos conhecidos, os técnicos, o banco, o padre, a cooperativa, o sindicato, etc. Há um conjunto *coerente* de *fatores seletivos* que passa pela tradição e pela capacidade de criar e enfrentar conflitos.

O conteúdo do contrato, para o colono, é importante, e sua execução também; sua clareza e simplicidade no entendimento facilitam a ação e a operacionalidade. Porém, parar de produzir, para determinados colonos, implica sanções, o que não é válido se a decisão partir da empresa. Mesmo assim, paralisações por parte e por decisão de colonos-integrados já acontecem; pressões e reclamações também se fazem presentes como espaço e campo de confrontos entre as partes (Ferreira, 1995). Nada disso é cláusula contratual, aliás, várias dessas estão para coibir e dificultar, senão proibir, a existência daquelas. Se elas existem é porque se parte do pressuposto da negatividade do processo, de que algo não está ou não estará bem. A garantia e a penhora (caução), paradoxalmente, são elementos de promessa de cumprimento e realização do contrato. O aceitar é também um ato de submissão, de garantia, de limitar a perda; é tomar algo (no caso da penhora, para o colono, está a terra, o “maquinário do aviário”) construído ou não no passado e que possui valor. O contrato *unifica os momentos do tempo* (Rouveyan, 1979).

As estratégias das empresas são no sentido de organizarem a produção a fim de maximizarem seus lucros, reduzirem custos de produção, implementarem e induzirem à inovação, vigilância, controle e racionalização das atividades junto ao colono-integrado; introduzir constantemente novos métodos; reorganizarem sistematicamente a produção (Ferreira, 1995). Os elementos adotados para a obtenção de produtividade e rentabilidade, para organizar o aprovisionamento a montante e o controle da comercialização a jusante, são de responsabilidade das empresas.

quase impossível em termos de quantidade, legislação, fiscalização e exigências fitossanitárias. Sair ou ficar: ambas implicam limites e dificuldades.

O contrato de produção, para alguns colonos da região, é uma estratégia de sobrevivência.⁴³ Nem os bancos nem as empresas financiam a infra-estrutura, o que obriga alguns colonos a venderem um pedaço de terra, que, segundo alguns, “nunca vamos tirá nela o que dá no aviário. Só que temos que tê garantia”, ou, então, a fazerem dívidas junto a empresas do ramo a montante para a agricultura, o que, normalmente, ou são ou estão vinculadas às agroindústrias a jusante.

Relações de vizinhança (ajuda e troca de dias para carregamento), controle do tempo de trabalho e de produção, temperatura, assepsia, vigilância, especialização e controle, divisão do trabalho, etc., fazem parte do cotidiano desse tipo de produção.

O contrato é escrito - “tá escrito, né!”. É escrito porque é feito com *estranhos*, há desconfiança. A formalização é expressão de uma racionalidade que se legitima, como diz Weber, *por ser racional*. A palavra, a tradição e os gestos (o aperto de mão, o *fio de bigode*, como diz o gaúcho campeiro tradicional, a promessa, etc.) são expressões ainda de contratualização no meio rural da região, porém obedecem a um outro grau de proximidade e confiança e a uma outra simbologia.

A assinatura do contrato é feita na empresa; é um valor comprovante e espacial indicativo de poder, ao mesmo tempo convencional (*convencimento*) e simbólico; dá consistência material a uma ação que pode ser durável ou não, o que não impede um aperto de mão e um sorriso para romper a formalidade da racionalidade. A mão deixa falar o coração, ao mesmo tempo em que é uma fala, é o suporte da intercomunicação, da *apropriação de algo do outro* e vice-versa, de responsabilidade, de acordo, da falta de confiança, etc. A mão é a direita (mais hábil, mais forte, fundamento de justiça, harmonia e legitimidade [Mauss e Durkheim já trabalharam isso]). Para ambas as partes, é, acima de tudo, um ato prático que

⁴³ ASSIER-ANDRIEU, L. (1981) diferencia *prática costumeira* de *regra costumeira*: a primeira é o processo pelo qual um grupo social funciona e se reproduz na história, seguindo as condições particulares de seu meio econômico, cultural e político. As normas desse processo podem escapar a um domínio jurídico pensado como tal pelos membros do grupo, por pertencer ao campo religioso, às relações de parentesco, etc. A regra costumeira aparece como uma teoria, uma forma específica da prática do grupo social, a qual tem por função fixar no interior e no exterior do grupo certas condições de sua reprodução; cada regra é, portanto, o instrumento de uma função jurídica, distinta, dotada de um formalismo adaptado a seus objetivos. A ótica das estratégias obedece a um ou aos dois horizontes de reprodução social. A prática costumeira (direito tácito produto de um consenso interno) une-se à regra costumeira (pensada também pelas categorias jurídicas) para objetivar a reprodução material e a socialização de indivíduos nos processos sociais e técnicos do trabalho.

autoriza o trabalho e que quer retornos econômicos para resolver ou amenizar situações com intencionalidades diferenciadas.

A necessidade de instalações modernas e padronizadas, os instrumentos de última geração, aquecimento, água potável implicam custos elevados, o que repercute no retorno financeiro do produtor, não no lucro, mas no “ganho” como eles dizem. Não obstante, os produtos de integração são os produtos por excelência na região; são os que, somados à policultura existente, promovem um maior rendimento e satisfação ao agricultor. Talvez não seja mérito das agroindústrias do ramo e, sim, como nos diz um colono-integrado,

é a agricultura que tá ruim; aqui ainda se tem algum ganho mais seguido, tem a cama do aviário, o adubo pra roça, né. Ai sim vale a pena porque a gente vê a diferença na terra. (...). A pressão é grande. Eles exigem, cortam, desclassificam, avaliam pra baixo os lotes, o que se tem mesmo é a garantia de comercializar. Agora o preço, custo, essas coisas é com eles. Se tu qué sabê é só com eles. (...). Cooperativa aqui não, é só as agroindústrias. Tem várias. (...). Temos que trabalhar na técnica, bem como eles mandam, ainda assim sempre tem um problema ou outro. (...). Se não fosse os aviários e os chiquerões aqui, não sei não!

A vida cotidiana de trabalho do colono a partir do contrato de produção passa a ser gerida um pouco cientificamente; os conselhos, as determinações e a vigilância técnica o obrigam a calcular, fazer previsões, olhar clinicamente passo a passo seu produto, anotar, somar, diagnosticar, medicar, alimentar e cuidar corretamente (Salmona, 1994). Pelo fato de estar em contato com a assistência técnica sistematicamente, o colono toma consciência de aspectos funcionais, recebe uma massa de informações passíveis de transcendência em relação ao produto integrado. Informações sobre a cultura do milho, períodos de plantio, colheita, modos de estocagem, informações de mercado, adubação e manuseio do solo; inovações técnico-mecânicas, dentre outras, fazem parte desse vínculo sistemático.

O contrato de produção, de certa forma, protege o produtor-integrado em termos de garantia de comercialização do produto, o que não significa plenas garantias de segurança e de permanência no ramo (Ferreira, 1995). Problemas de mercado, de condições financeiras das empresas, de manuseio e operacionalidade do colono-integrado e de preços podem tornar a relação complicada. O produto integrado tem propiciado, via ele mesmo ou indiretamente na agricultura - pelo adubo orgânico e ou na garantia da venda do milho - certas aquisições na casa, na

infra-estrutura (galpões, estradas) luz elétrica e aparelhos eletrônicos e mecânicos. O rendimento mais sistemático induz o colono a consumir mais, a se expor ao mercado e a fazer prestações. O parreiral (mesmo com pouco cuidados *técnicos*), o pomar, o jardim são muitíssimo adubados; a água é de poço artesiano (exigência da empresa) em praticamente todos os integrados. A família, como alguns nos disseram, “trabalha mais unida, não tem muito que pensá, tem que fazê as coisas. Mesmo quem vai estudar na cidade quando volta prefere, no outro meio-dia, trabalhá no aviário e não na roça”.

5. 8. 3 - O contrato de produção e as diferenciações internas

Percebemos nitidamente a diferença entre integrados e não-integrados em termos de infra-estrutura de moradia, do solo e de qualidade de seus produtos, de conhecimento técnico sobre seu ofício mesmo, apesar de serem poucos os colonos da região que não têm algum vínculo com processos agroindustriais ou somente industriais, como é o caso do basalto, do leite, do fumo, da maçã, do pepino e cenoura da uva e do figo. Os integrados não cansam de dizer que a assistência técnica sistemática, mesmo com as ressalvas no âmbito da autodeterminação, liberdade e vigilância, é fundamental para o todo da unidade produtiva do colono.

Percebemos diferenças em termos de modalidade de produção entre colonos integrados e os “só colonos”. A pouca possibilidade financeira e espírito de inovação, do risco, de melhorar o plantel das vacas, dos porcos, de insumizar os produtos comerciais (milho e trigo), de inovar em termos de máquinas, de descobrir e se inserir em mecanismos de subsídio e financiamento (Pronaf, Feaper, Pronaf Especial, associações, condomínios...) expressam diferenciações entre eles. Os contratados recebem maior impulso e, em âmbitos específicos, são obrigados a inovar, são estimulados ao horizonte do progresso, nem que seja, como nos diz um colono-integrado,

eles (empresas) não podem ver que temos dinheiro guardado. Querem que a gente gaste ou no aviário, que é o mais certo, ou na roça ou em casa também, né. Acho que é pra mostrá prós outros (não-integrados) que o aviário dá bem, que estamos bem, e pra dizê prá nós mesmos que se não fosse eles (empresa) nós estaria que nem eles ou pior. (...). Tem gente aqui que vendeu terra - nós também - pra botá o aviário e já comprô três vezes mais com o aviário. (...). O chiqueirão gasta menos, mas dá menos aqui, porque são quase todos meio pequenos. (...). Alguns que não

são integrados vendo a gente assim, criticam, não pra nós, mas a gente sabe pelos outros, dizendo que somos escravos das firmas, que uma hora ou outra fecham e deu, vão prá outra cidade, outro Estado, daí é que nós vamos vê! Aquela gripe do frango que falaram na televisão, se pegá aqui deu, e vai! Pode até sê. Mas são esses que estão loucos prá entrar. Perderam a chance esses anos atrás, agora eles (empresas) exigem mais e até nem estão mais pegando. Tem que tê no mínimo 50 mil reais prá fazê como eles querem, precisa 15 mil só de coisa dentro que eles mandam. (...), Tê gente, sê caprichoso, plantá milho, de tudo, não é fácil não pra quem ainda não tem hoje em dia.

É claro que o contrato de produção, ao introduzir imperativos econômicos, de consumo e de infra-estrutura, obriga a trabalhar mais. A vida cotidiana torna-se mais difícil, pois as exigências econômicas induzem medidas de adoção de inovação, de gestão de trabalhos e cuidados acrescidos. Os meios mecânicos facilitam o manuseio, o que não significa que tenham substituído o trabalho; deram-lhe, sim, mais funcionalidade no sentido da redução do esforço e da eficiência técnica. Alguns não integrados argumentam na ótica de que

o que ganham tu pode vê, botam no aviário. Trabalham mais pra ficá com menos dinheiro. Veja os comedores automáticos, tu não precisa mais levar a ração com a lata ou com o carrinho, mas tem que tá em cima (olhando e observando) o tempo inteiro. Antes tu botava a ração nos comedores e deu, ia fazê outra coisa. Agora tem que tá aí no bico, se faltá luz é um desastre. Daí o que adianta! Pra empresa é bom, claro, gasta menos ração (perde menos), má pro colono é pior, além do custo. Isso é caríssimo!

O contrato, para o colono, mesmo sendo pouco claro, pouco discutido, é extremamente levado a sério; é um meio de garantir a venda de seu produto e de, em parte, salvaguardar sua situação econômica (Ferreira, 1995).

No dizer de Thompson (1987, p. 354 e 358),

a maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação aos seus próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente à manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes, sendo realmente justa. (...), mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos. (...). Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado. Em parte, as próprias relações de produção só têm sentido nos termos de suas definições perante a lei.

Não sentimos, pelas declarações dos integrados, que esses se tornem meros executantes de ações e exigências econômicas e sociais dominadas pela indústria. Há iniciativas, conhecimentos, incorporações de saberes já existentes, dinâmicas de atividades e afetividades históricas formadoras do *ethos de colono* da região, ganhos, barganhas, etc. Liberdade e autonomia *versus* submissão e dependência não são méritos nem deméritos unicamente da relação empresas-colonos.

Com isso, não estamos dizendo que a harmonia e a integração (em seu sentido nato) preponderaram. A ótica da tensão e do conflito (é o que faz jus à racionalidade contratual!) é cotidiana nessa relação, como nas demais que envolvem o colono com a dinâmica e as exigências do mercado e do modelo produtivista.

A produção integrada representa para o colono um horizonte importante na concepção e no agir em relação a uma forma moderna de se inserir no âmbito econômico. O envolvimento com o mercado, seu acompanhamento, por mais que seja mediado pela agroindústria, seus quadros de referência econômica ganham contornos de modernidade, o que não implica dizer que isso coloque em causa os valores estabelecidos dos colonos da região; são processos que se redefinem para conservar-se. Se não fosse integrado, dificilmente ele poderia, por exemplo, produzir suínos para comercializar. É o que acontece com os não integrados, que penam para conseguir vendê-los por fora e a preços baixos. Talvez até, sem a integração, deixariam de plantar a terra, pois o adubo orgânico favorece muito a redução de custos e o aumento da produtividade, o que diferencia, e muito, as roças dos integrados daquelas dos que não o são, transferindo aos primeiros certo *status* diferenciador, demonstrando a forte vinculação entre ser colono e diversificar ligando-se aos ramos industriais.

A integração, malgrado suas relações complexas e determinantes das agroindústrias, permitiu, além da produção do suíno e do milho, adubar a terra; fixou mão-de-obra na família, talvez mais motivada para o trabalho e a permanência, bem como redefiniu relações de herança, driblando, em parte, o *bloqueio fundiário*. A relação não se encerra só no âmbito do vínculo com a agroindústria, mas no *sistema de trabalho* como um todo, na sua organização, gestão e criação de atividades anexas e conexas necessárias à manutenção e à sobrevivência do papel de colono, bem como de seu nível de vida.

Não concordamos com a visão de que o sistema de contrato de produção seja incompatível com o modo de vida tradicional e familiar do colono, nem de que o contrato de produção só é compatível e apresenta-se como fator favorável num contexto de hegemonia de grandes unidades agrícolas especializadas; até porque não são lógicas completamente diferentes, nem os processos são os mesmos entre grandes, médios e pequenos; o que muda é o nível ou o grau de infra-estrutura. Não é porque são grandes proprietários que os graus de autonomia e liberdade sejam diferentes ou que a remuneração em termos de conversão alimentar seja diferente.

As empresas preferem os produtores familiares, nem pequenos demais (que não tenham terra suficiente nem para a subsistência), nem grandes demais (que pagam empregados para trabalhar). Preferem, sim, agricultores familiares com certa capitalização, com “vocação agrícola” de diversificação (como nos disse um técnico), que tenham mão-de-obra disponível, dentre outras questões (ver tipologias preferenciais em Ferreira, 1995).⁴⁴

Cada colono se define socialmente em função de elementos que o criterizam em seu *ethos de colono*, seja a quantidade de terra, seja seu nível de relações mercantis e de sobrevivência, ou o significado socioeconômico atribuído à exploração familiar, dentre outras.

Os colonos integrados dinamizam apenas com mais intensidade métodos de trabalho vinculados ao sistema econômico capitalista (dinâmica mercantil, financeira, tempo de produção, remuneração por produto e não pelo trabalho.), o que, obviamente, redefine estilos de vida. Afinal, é uma produção em que o fator terra (*hors sol*) entra indiretamente, o controle do tempo de produção e os fatores químicos e genéticos são dinamizados com precisão, envolvendo o colono como elo importante na cadeia.

A pressão que as empresas exercem sobre o integrado, em termos de execu o funcional de tarefas, de métodos de vigilância e de a o e de gestão da infra-estrutura e do produto, é algo reconhecível pelos colonos da região, porém esses não se vêem submissos   indústria como os assalariados, até se julgam mais livres do que as

⁴⁴ Uma tipologiza o bem estruturada e analisada dos estratos produtivos preferenciais pelas agroindústrias, encontra-se em Ferreira (1995)

colonas-operárias ou em relação a quem “lida no basalto que não tem chefe toda a hora aí, né”.

É importante ver as *estruturas normativas* que se processam no horizonte da legalidade e da tradição. Há um *interesse normativo* de ação e valores culturais que se processa, em conflito, em concomitância com os interesses técnicos e que não se alimenta nem está, na totalidade, contemplado no desenvolvimento do processo de produção ou nas forças produtivas (o direito incluído aí). Implica dizer que nem sempre alterações nas forças produtivas significam modificações imediatas das relações de produção e de convívios.

O controle e a preservação da natureza, não só pelo veio técnico, implicam uma preservação da intersubjetividade, ou seja, de um *diálogo interno* próprio. Grande parte dos colonos produzem a semente de milho que plantam, fazem processos de cruzamento, seleção de sementes, sabem até fazer uma espécie de ração para os animais integrados; conservam sementes em locais apropriados, bem como readaptam espaços físicos (roça) às potencialidades das sementes. Um “colono-mesmo” nos disse que jamais faria o que um “granjeiro” fez, ou seja, colocar um “veneno forte na semente pra evitá que os ratos e as saracuras comam o milho plantado”, o que implica a morte instantânea dos animais após ingerirem o alimento, com isso, reduz-se a perda do milho, porém destroem-se as espécies animais.

5. 8. 4 - O contrato e o saber-fazer interno

Essa profunda e íntima ligação entre as histórias individuais (*habitus*), valores humanos (história social), *natureza física e desenvolvimento pscogenético* (Habermas, 1989) cria as *imagens do mundo*, que não se diluem na relação mecânica e dialética entre forças produtivas e relações de produção na esfera instrumental (o direito e as exigências técnicas como expressão máxima dessa universalidade instrumental). As imagens do mundo são construções individuais por processos de aprendizagens sociais disponíveis e coletivamente acessíveis (Poli, 1995); funcionam numa circularidade entre o social e o individual.

Os novos saberes adquiridos pela relação contratual não se apreciam em função de sua adequação aos objetos dos quais eles tratam, mas em função de sua adequação a sistemas de saberes já existentes. Concordamos com Kayser (1990) quando diz que o sistema de saber endógeno dos agricultores constitui o fio condutor de todas as aprendizagens da vida. Esse saber, essa *cultura camponesa*, entretanto, não é uma subcultura definida e isolada; está inserida em um sistema global, complexo e multiforme que a modela ao permanecer. O autor vai mais longe ao dizer que a articulação intermediária da velha cultura camponesa com e na nova cultura rural não é menos evidente, nem menos ambígua.

Mitificar e mistificar a técnica como lei universal e razão absoluta e unicamente instrumental no processo de produção chamado moderno, ou então, como fruto disso, qualificar o integrado ou o colono como *produtor moderno* é, no mínimo, olhar por um só vetor e cegar-se frente ao caleidoscópio de relações afins e das internalizações de determinados conteúdos.

Na esteira da *internalização de determinados conteúdos*, podemos nos perguntar como o direito, ou mais especificamente, os contratos de produção com as indústrias de processamento da produção agrícola de suínos, frangos, fumo, uva e maçã interferem na orientação e na transformação da exploração e no *ethos de colono*? Como a forma tradicional se relaciona com a moderna? O direito, materializado no contrato de produção, homogeneiza ou provoca uma heterogeneidade mais contundente nos colonos a partir da especialização da produção e de seus vínculos com o ramo agrícola?

Se analisarmos alguns estudos sobre camponeses e agroindústrias, veremos que as teses se diferenciam. Para Tavares dos Santos (1978), analisando os colonos que trabalham vinculados a empresas do ramo vitivinicultor, mesmo que o contrato redefina relações, o colono mantém sua especificidade camponesa. Liedke (1977), ao analisar produtores de fumo no Rio Grande do Sul, serve-se de categorias marxianas ao identificar formas de proletarização, de proprietário formal, assalariado disfarçado, etc. Belato (1985), ao analisar a produção integrada no Oeste catarinense, faz um traçado de processos macrohistóricos e econômicos da cadeia agroalimentar e dos complexos agroindustriais como frutos dos dinamismos do capitalismo industrial e do capital internacional, identificando o agricultor com uma identidade

nova, criada pelo capital (Ferreira, 1995).⁴⁵ Teses leninistas e kautskyanas estão presentes nessas abordagens sob o viés da subjugação da agricultura pela indústria, do colono pela cultura urbana, da tendência à proletarização em relação à unidade familiar, como grupo de força produtiva condicionada e subjugada pelos ditames do capital industrial e urbano (ver Ferreira, 1995).

Paulilo (1990) e Ferreira (1995) amenizam um pouco a relação. Servindo-se de bases weberianas e chayanovianas, tematizam não apenas a relação mercantil que o contrato impõe, mas também valores culturais materializados no saber-fazer e nas formas de gerar e gerir seu processo de trabalho e de vida, aquilo que, no seu conjunto, denominamos de *ethos de colono*. Não que as autoras não enfoquem ou amenizem os conflitos que as práticas integradas reforçam, muito pelo contrário, não percebem o colono como ator passivo; procuram ver dissensos e consensos, estratégias e adaptações, representações e construções de individualidades, projetos e processos históricos; redefinições e permanências são dialetizadas constantemente.

Muitos outros estudos, em nível de Brasil, alimentados pela literatura do *agribusiness* e do complexo agroindustrial (CAI) e/ou *filière*, buscam analisar os modos de interferência da indústria na agricultura; refletem os inúmeros processos da cadeia em sua vertente verticalizada e horizontalizada, que vai desde as matérias-primas às necessidades dos consumidores. Alguns estudos buscaram perceber as vantagens e desvantagens para ambos os atores envolvidos sob a ótica da maximização de fatores: riscos, organização, regularidade, rapidez, tecnificação, quimificação, maquinação, assimetria de poder, autonomia, família, etc.⁴⁶

Em nossa tentativa de compreensão, vimos que há inúmeros fatores, tanto na ótica macroeconômica com na *estrutura* da base familiar, que se aglutinam, se

⁴⁵ Ver em Ferreira (1995) um apanhado das discussões sobre agroindústria no Brasil.

⁴⁶ Ver E. P. ROY, *Contract farming and economic integration*, Denville: Interstate Printer and Publishers Inc., 1972; C. STOFFAES, Introduction: filières et stratégies industrielles. In: *Annales des Mines*, Paris, p. 9 - 28, 1980. Uma síntese de um estudo em conjunto de abrangência européia e que serviu de contraponto às análises econômicas de grande parte da literatura americana pode ser encontrado em M. JOLLIVET (coord.), *Structures agraires et diffusion de l'économie contractuelle en agriculture: synthèse et conclusion*. Nanterre: Fondation Royaumont, 1971; ver também em Green e Rocha dos Santos (1991).

excluem, se reproduzem e se redefinem. Elementos ligados a custos, interferência na produção, estabilidade, inovação, aprovisionamento, rendimento, orientação, qualidade, herança, bloqueio fundiário, acompanhamento técnico, integração agrícola/indústria, ausência de créditos e de mercado, rapidez e segurança, retorno econômico, dentre outros, contemplam uma ou ambas as partes, misturam-se nos processos intencionais, adaptam-se e tipologizam-se no horizonte da experiência, das representações sociais na esfera econômica e cultural. Confiança, diversificação, estruturas normativas (contrato, comunidade, família, lógicas intercomunicacionais) e estratégias, contemplam *construções sociais* de individualidades produtivas como tentativa de afirmações de unidades.

Sabemos que há profundas variações e concepções na relação com a produção de determinados produtos, que vão desde as identidades de integrado e não integrados, de trajetórias e inovações de determinados produtos (suínos, fumo, basalto e uva desde há muito tempo; aves e maçã recentemente), às formas de remuneração, nas garantias e no trato com as identidades sociais. É difícil ver essa relação desaglutinada de seu processo de trabalho e de vida, de acumulação e perdas, de rupturas (redefinições) e permanências.

As variações não param por aí. Há variações de contratos, porém as exigências e garantias se contratualizam (*institucionalizam*), de certa forma, homogeneamente. Ser proprietário, ser de confiança, saber e amar o trabalho, querer ganhar dinheiro, saber reduzir custos (*auto-explorar* o trabalho familiar), maximizar espacialidades, dentre inúmeras outras, expressam elementos macro e micro tanto das empresas quanto das famílias, tanto de mercado quanto da vida e da sociedade (local e comunitária); são *experiências* que se constroem também na ação, no interior da ação, movidas por intenções *também* não visíveis, o que demonstra uma interligação de fatores complexos no processo de integração.

Seríamos ingênuos se disséssemos que o *não-verbalizável* tende a desaparecer das atividades agrícolas. Os comportamentos naturais e instintivos tendem, provavelmente, a se reduzir, por certas funções, em certos produtos em que se aplicam mais o acervo técnico, mas permanecem muito importantes nas culturas animais. Segundo Darré (1985: 33), o “funcionamento da unidade de produção não se explica somente pelas condições objetivas de funcionamento dessa unidade; ele se

explica também pelas condições nas quais se constituem a consciência e o conhecimento das coisas dos que lá trabalham”. As normas técnicas não podem prescindir da mediação dos grupos locais. Há um ponto de vista, um conhecimento que os sujeitos envolvidos têm dos objetos de suas atividades e de seu meio social; ele constitui o nível de articulação entre as técnicas e as estruturas sociais.

Ferreira (1995), Tavares dos Santos (1978), Paulilo (1990), dentre outros, relacionam tecnologia (inovação, processos e instrumentos técnicos, indo desde o trabalho propriamente dito à aprendizagem - “sabê lidá” - e às negociações) com a cultura camponesa, com o *ramo* e com as trajetórias de produção. Os autores tematizam o saber (ruptura e redefinição), a técnica, o preço, o lucro, a organização política, a funcionalidade objetiva, etc. O *trato* com a ração, o convívio com a mediação dos técnicos e sua operacionalidade no campo político, o conhecimento e a vigilância, as noções de *produtividade* (ver *Projetos para o novo milênio* das agroindústrias), de *exclusividade* (no mercado, nos cálculos e na identidade social), de *lucratividade*, de *retroalimentação* do ramo agrícola, da circularidade (do dinheiro, dos ciclos de produção), de *identidade social* (ser integrado, ser colono), etc., envolvem dimensões recíprocas entre as partes; no seu conjunto, são formas *técnicas* e *tradicionais* atravessadas e implicadas por fatores conflituosos (ver Ferreira, 1995).

5. 8. 5 - Intencionalidades que se cruzam (em conflito)

Desvios, perdas de perspectivas alternativas, mercado concorrencial, preços baixos, subvalorização da força de trabalho, sair ou ficar, reduzir ou ampliar, excluir ou fortalecer a inserção, integrar e/ou autonomizar, condição de proprietário e sua posição social interna e externa, “se organizar” ou continuar pensando em saídas individuais; isso tudo representa processos de difícil mensuração intencional, assim como de definição conceitual generalizante (Ferreira, 1995).

As complicações e os vieses implicados política e economicamente também se materializam em ambos as esferas, com diferenciações, é evidente, como em todos os outros universos. Claro que há inúmeras situações que fazem com que o colono integrado não seja verdadeiramente um ator da relação, porém fica a questão: isso se deve ao contrato? Ou então, para o *ethos de colono*, o que significa ter autonomia? O

tipo de produto produzido possibilita uma autodeterminação? As associações que os colonos criam (para comprar máquina, para fabricar ração, vender o porco em pequena escala) são formas de conquistas e estratégias que transitam entre a liberdade e as contingências (Ferreira, 1995), entre a intensa seletividade provocada pela lógica produtiva dominante e uma outra (*adaptativa*) que quer encontrar seu espaço na relação contratual. Esse processo se dá também em função do pouco espaço organizacional mais amplo em nível horizontal (cooperativas e sindicatos), mas também vertical.

As estratégias estão no âmbito também do *mundo da vida*. Há espacialidades que transcendem a dimensão do lucro e da capitalização - ainda que, para nossos informantes, esse seja o elemento fundamental. É o elemento pragmático que serve como parâmetro externo para definir a situação. Não temos dúvida, mesmo que os elementos materiais o atestem a olho nu, de que os integrados estão mais *aparelhados* (*capitalizados*) do que os não integrados. Isso é um ponto pacífico e que não é só mérito da relação contratual; é fruto de todo um dinamismo/motivação que envolve o espaço da roça, da redefinição da força de trabalho interna - "com a Perdigão a gente se desdobrou diferente, né".

Constância na produtividade, modernização, multifuncionalidade de tarefas na família, o controle da mão-de-obra (não só mais atribuição patrilinear), a tentativa na redução de custos (por alguns expressa até na baixa insumização), a história na produção de suínos, fumo, uva, basalto, frutas, a falta de domínio contábil e a determinação interna na formação dos preços dos produtos, bem como dos insumos, em suma, da tendência do envolvimento mercantil em geral, dentre outros, não são puramente devidos à relação contratual.

O *ethos de colono* se (re)constitui hoje inserido nesse horizonte. As agroindústrias só se inseriram porque havia essa dimensão cristalizada, não começaram do zero (apesar da constante tentativa de lhe dar um dinamismo sob a ótica econômica). Essa dimensão foi redefinida e complexificada, tornou o colono mais intensamente um agente do elo produtivo da cadeia mais exposto aos mecanismos empresariais, mercantis e de mercado, envolto num modelo que se ampara no produtivismo e na maximização de fatores econômicos, sem relegar, no entanto, o *mundo da vida* a um grau de insignificância.

Quando de nossas entrevistas com responsáveis pelo setor de fomento e da assistência técnica das empresas era comum a afirmação de que os elementos essenciais no processo contratual são a viabilidade e a garantia de um fluxo de matéria-prima, da qualidade do produto e de índices de competitividade. Porém, ressaltavam que o “produtor tem que se modernizar a partir dele mesmo, de seus recursos humanos, técnicos e da família em seu conjunto”. Significa dizer que há um referencial cultural e econômico junto ao colono que vem ao encontro das normas contratuais; capacidade de trabalho, saber e família são contribuições práticas e simbólicas imprescindíveis para a relação contratual com as empresas.

Claro está que a empresa não está pensando na família e na cultura camponesa. Seria ingenuidade pensar num romantismo e sentimentalismo empresarial. A empresa está pensando em como maximizar os *recursos existentes* no meio camponês e dos quais não necessita lançar mão. A propriedade da terra, por exemplo, é fundamental, e a empresa sabe que, para produzir, precisa de terra, não em grande extensão; porém, se ela produzisse, necessitaria de um dispêndio financeiro fundiário para dar conta do volume de produção necessária e das questões ambientais, gerenciais e organizacionais a ela envolvidas. Essa é uma questão. Outra seria que, sem a propriedade o colono necessitaria de mais recursos e remunerações do veio contratual para poder subsidiar e dar conta de sua economia doméstica e produtiva. O desejo do capital industrial, pela via do contrato, não é o de *expropriar* o colono, mas, sim, de criar condições objetivas e subjetivas de lhe extrair sobretrabalho *legitimado ou não* pelo direito e pelas relações de trabalho em si e em seu sentido genérico.

A consciência de que, se não for pela via integrada, é muito difícil permanecer com a trajetória histórica da produção - “veja os que fazem feira, montaram um abatedor, mas se a fiscalização não vem, não podem matar nem vender” -, as multifrentes de trabalho na unidade familiar (os trabalhos não somados no custo de produção - trabalhos na madrugada - “até tarde da noite” -), conciliadas com atividades de outros ramos da produção agrícola (inclusive com outras agroindústrias), respondem às intencionalidades das empresas pela via dos preços (normalmente reduzidos) e pelo envolvimento global do ramo de produção e da identidade de agricultor (Ferreira, 1995).

É nesse horizonte geral e complexo que se viabilizam modos de atuações empresariais. Qualidade, quantidade, controle do preço da matéria-prima, seleção, diferenciações de produtores e seu nível de modernização, aprovisionamento sistemático e assimétrico do produto, adoção intensa de sistemas, ações e objetos técnicos (aos moldes de estruturas industriais) não funcionam como mecanismos totalizantes na constituição da identidade de integrado (idem, ib.).

Voltamos a insistir: o produtor integrado é *integrado* a uma relação de domínios empresariais, porém é uma forma de exteriorização econômico-social e cultural apenas e, acima de tudo, *integrada* também ao *ethos de colono* em geral, ao horizonte da heterogeneidade característica do modo de ser colono e de suas representações que o integram à roça, à terra, ao trabalho e à família. Há uma *territorialidade* em nível espacial que se *alimenta* na multifuncionalidade do agir do colono em função de ganhos, de espaços da vida e do redefinir da família.

Um integrado nos disse:

(..), *se arriscamo, né, não foi fácil porque o que se bota em cima (investimento) é custoso. Mas eu disse pros piás, 'se virem, né, terra não posso dá, eu sempre criei porco e posso dizê que sempre alguma coisa dá. Se criei vocês é porque de algum lugar saiu (as condições econômicas). (...) É só trabalhá direito'. Eles estudam, mas antes de ir pra escola fica tudo pronto, eu mesmo só dou uns retoques, depois vou pra roça ou vou ver meu fumo que tu viu que esse ano deu muita chuva então tem que tá em cima com os venenos, né. (...) Eles (seus dois filhos) se viram, tiram 700,00 ou 800,00 pila cada um em 50 dia, tem vezes até com menos dias, depende das orientações deles (empresa) lá, né. (...) Má é aquela velha história, diz que colono não pode deixar da terra. Isso eles (empresas) dizem sempre. Então nós se estruturamos aqui pra fazê um pouco de tudo. Tem a mulher, a nora, a nona também que ajuda, né. A roça é mais com elas, se dividimos prum lado e outro (...).*

Esse relato de um colono integrado é expressivo do que vimos tentando refletir. Percebem-se intencionalidades mais profundas, mais abrangentes, não reduzidas ao fator econômico, mesmo que fundadas nele. Divisão do trabalho, herança, reprodução do patrimônio, família como unidade doméstica e de trabalho, envolvimento técnico, multifuncionalidades, inclusive ligadas a mais de uma agroindústria, garantias financeiras, etc., são algumas das variáveis e dos significados expressos.

Os *bloqueios fundiários*, econômicos e comerciais fazem da integração uma opção e uma *estratégia adaptativa* alternativa para os colonos. Porém, alguns desses

bloqueios e precariedades infra-estruturais tornam alguns colonos mais suscetíveis a um processo seletivo e de ruptura em relação a um tipo de integração idealizada pelas empresas. Com esses limites, o confronto de lógicas objetivas é mais acirrado e se expressa com mais intensidade na esfera da comercialização (preços, venda, custos, mercado, segurança, lucro, oligopólios e oligopsônios, etc.), onde a variável produtividade fala mais alto. O circuito se alimenta; a baixa produtividade faz com que alguns recebam pouco; perceber pouco significa maiores dificuldades para melhorar os processos técnicos e infra-estruturais - "só se tirando da roça daí, né". O colono com maiores dificuldades em alguns momentos, lança mão de uma interligação de fatores e rendimentos fruto de ações de trabalho diferenciadas, inclusive de trabalhos pluriativos principalmente de mulheres e filhas, para subsidiar esferas de produção.

Se analisarmos, por exemplo, o horizonte da preocupação e/ou dos riscos, veremos que as dificuldades aumentam para os colonos produtores familiares. Vejamos. O aumento do rebanho aumenta também a possibilidade de doença; os investimentos implicam dívidas, portanto, preocupação financeira; a agricultura é um trabalho com seres vivos, portanto suscetível a doenças, epidemias, vírus em animais e plantas; a fragilidade é grande (Ferreira, 1995; Salmona, 1994; Bodiguel, 1975).

Não obstante, não é possível ver o colono como um trabalhador forçado, dominado por um sistema econômico que lhe tira a liberdade, ao mesmo tempo como vítima da natureza. Não. O seu saber, o saber técnico e a organização cotidiana de seu trabalho lhe possibilitam enfrentar as adversidades de seu vivido e de seu horizonte de trabalho. É por isso que analisar o vínculo contratual de produção como um *fato social econômico totalizante* junto ao colono da região é perder de vista uma *integração* mais ampla e sutil dos inúmeros processos em dinamismo.

Não significa, com isso, dizer que o vínculo contratual não tenha importância, que sua especificidade se confunda com a totalidade do ramo de produção, que é mais uma atividade que subordina mercantil e socialmente o colono. No entanto, não dar-lhe prioridade e não hierarquizá-la no âmbito de sua importância, interferência e repercussão no todo unidade familiar/ unidade de

trabalho e de produção é não perceber os profundos meandros por que passam os processos de reprodução social do colono e da família hoje.

As trajetórias e as opções que se apresentam são acionadas e se cruzam em temporalidades não só presentistas, mas que se projetam, resgatam e *fazem viver* (vivido) o *ethos de colono*.

Autonomia, liberdade, rentabilidade, estatuto social de integrado, a contemplação jurídica dos processos de trabalho e de comercialização, a modernização técnica, as lógicas de rentabilidade (que nem sempre obedecem a uma lógica de eficiência e produtividade), as rupturas e reafirmações (tanto fora como dentro da sistemática da integração), as formas de reivindicações, associações e negociações (normalmente, com margens reduzidas de viabilidade devido a fatores técnicos [natureza do produto] e políticos), dentre outros, são espaços, horizontes eficientes, possíveis, ideais e funcionais, de adaptações estratégicas que os colonos acionam e vivenciam (Ferreira, 1995; Paulilo, 1990; Belato, 1985).

Interesses estão em jogo; ritmos e funções das condições os dinamizam; essa dinâmica depende também dos produtos, das variações das condições dos atores produtivos, das intencionalidades acionadas e da percepção subjetiva e material que a ação da integração ocasiona e/ou projetará.

Esses elementos todos reconstroem *estruturas normativas* de ação, bem como *imagens do mundo* refeitas no complexo das alterações nas forças produtivas com o horizonte cultural do mundo da vida do colono, as quais funcionam numa *circularidade dialética* (Ginzburg, 1987), o que implica em não atribuir autonomia às esferas e muito menos achar que haja um só vetor e/ou que esse seja totalmente linear. Os colonos fazem parte do mundo, buscam (re) construí-lo como *seu mundo*, mesmo que esse mundo não os tenha como sujeitos privilegiados no sentido de autonomia, liberdade, eficiência e saber. Não obstante, é impossível ver, como vimos, o conjunto de relações e de fatos que se processam em seu vivido cotidiano sem a consciência da luta pela preservação/redefinição de um *ethos histórico* que não quer perder, no todo, sua historicidade.

Enfim, a técnica e o direito, aparentemente como *cercanias*, inserem-se no *mundo da vida* do colono; fazem parte de seu *ethos*, contornam e denotam sentidos,

ações e funções práticas; suas simbologias e valores dependem das intencionalidades construídas e dinamizadas por vetores internos e externos. Ambos, técnica e direito, constroem relações sociais, relações essas nem sempre harmoniosas e nem também expressivas de modernidade. Produzem-se nos ritmos e intensidades das condições objetivas (relações e condições de trabalho, correlações de força, organização, precariedades e limites econômicos) e subjetivas que envolvem as multifunções e *flexibilizações* dinamizadoras do cotidiano familiar e espacial (o rural/agrícola; a casa e a roça...) do colono na região.

SÍNTESES E IMPLICAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, tentar entender alguns aspectos da presença, das estratégias e racionalidades que envolvem a unidade familiar no meio rural da região; algumas de suas redefinições, tentando ir além do fatalismo e da sobredeterminação *evolutiva e etapista* que apregoa seu desaparecimento rumo à proletarização. Por meio de um *estudo de caso*, dentro de nossos limites, buscamos delimitar ações e relações em situações concretas de trabalho, na convivência, nas tensões e preocupações cotidianas, recortando e tentando examinar os objetos construídos.

Buscamos analisar a profunda relação que permanece, mesmo que redefinida, entre *família* como unidade de produção e convívio, o horizonte do *trabalho*, enquanto *conjunto sistêmico* de relações estratégicas e de *racionalidades adaptativas* frente a e *inseridas* no modelo técnico-econômico e produtivista do meio rural, e a *terra* enquanto *normatizadora* do patrimônio, da herança e das formas variadas de sobrevivência.

Localizamos a *centralidade da família* nesse processo inter-relacional de fatores, a mulher como força que agrega o *sistema de trabalho* por mais variado que seja, a organização da vida (*mundo vivido*) e do *ethos de colono* no meio rural.

A preocupação analítica se fundamentou na ótica da tensão/conflito em detectar elementos que atestam as condições precárias de incentivo, de tamanho de propriedade, das condições de trabalho nos morros, nas cidades, nas pedreiras, etc. Vimos que essa situação de dificuldade leva os colonos a terem de trabalhar mais e sempre, tendo de empregar membros da família em atividades externas - "pra fora" - e até mesmo incentivar o estudo como *capital cultural*, passível de ser racionalizado e adaptado como fator de herança, evitando e amenizando situações de carência.

A ótica das estratégias e do conflito/redefinição foi a constante em nossa análise, dimensão que não esteve presente apenas na apreensão e no vivido real, mas na análise e compreensão desse. As diversidades de práticas, as multifunções e papéis dos colonos, as variações de produção, as diferenciações das condições objetivas de sobrevivência, os espaços locacional-econômicos e as atividades que aí se congregam, somadas à pluralidade de formulações e teorizações discordantes, colocavam-nos sempre no âmbito do *diálogo conflituoso* entre informações teóricas pré-concebidas (para não dizer

preconceituosas) e as *instâncias empíricas* como construção explicativa. Aos poucos, fomos compreendendo que “o teste da teoria não é se a coleta de dados demonstra sua verdade ou falsidade, mas é continuamente saber o que explica e o que não explica e se seu campo de formulações alternativas exige apenas uma maior precisão nos termos, ou se estamos diante da necessidade de reformulação geral” (Garcia Júnior, 1990, p. 33).

Com esse alerta, percebemos que o papel da mulher no meio rural da região é profundamente estratégico e importante. Tínhamos, *a priori*, a idéia de trabalho feminino, no âmbito do *sistema de trabalho* da unidade família, como esfera secundária e invisível. Nosso contato de campo mostrou justamente o inverso, ou seja, que apesar de as *representações sociais* tentarem colocá-la numa esfera secundária no conjunto das práticas redefinidas na unidade familiar no meio rural, sua presença é determinante. Preservar seu espaço no convívio relacional doméstico, seu poder localizado e em determinadas tarefas e *obrigações*, suas tentativas de autonomia no lar e *como mulher*, como construção e socialização de gênero, afeto, família, mãe e companheira, dentre outras, promove articulações que cada vez mais visualizam sua importância no grupo e nas relações de poder que se travam no espaço familiar (Woortmann, 1984).

Acreditamos que, apesar de sofrer a ação de agentes do capital (nos ateliês, no trabalho com as agroindústrias, nas indústrias urbanas e nas casas dos “tubarões”), a colona é uma fonte e um acervo de cultura, da moral e da tradição no sentido de reproduzir, mesmo que sob a ótica da redefinição, a família.

Como falamos, as ações desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano de trabalho e no lar desafiaram-nos ainda mais em termos de compreensão teórica. As demandas familiares de consumo e trabalho, as necessidades em geral da família, a diversidade de funções e a unidade de sentimento e aglutinação funcional, a divisão de papéis, a quantidade de produtos obtidos pelo trabalho, a conversão de algumas atividades de trabalho em *sistema de objetos técnicos*, a intensidade e auto-exploração em atividades concentradas/centralizadas e variadas, a pressão das forças internas envolvendo crianças e jovens no campo do trabalho, etc., fizeram-nos pensar no campo da análise chayanoviana, ressaltando, obviamente, algumas de suas atribuições.

Chayanov pensa a *racionalidade interna* do grupo doméstico, as suas regras de funcionamento, centradas *sobre si mesmo*, objetivando a supressão das carências e deficiências no horizonte das necessidades. As estratégias, as iniciativas, as alternâncias

de produtos (produção, consumo, venda e compra) e a aplicação da força de trabalho em sua multifuncionalidade espacial, típica, sexual e diversa, são vistas como racionalidades otimizadoras de circunstancialidades que envolvem demografia, faixa etária e sexual da unidade, articuladas ao grau de autonomia e determinação interna relacionadas aos provimentos e às necessidades da família, levando em conta sua condição no mercado em geral (Anjos, 1995).

A visão de mercado, sob a ótica *neoclássica* da utilidade marginal, do equilíbrio e dos fatores subjetivos (no caso aqui, a unidade familiar-doméstica) da indissociabilidade entre produção e consumo, é, no entanto, algo por demais complicado, sobretudo num contexto de bloqueios, precariedades, limites, tensões e desenvolvimento de individualidades.

O *meio social envolvente*, macroeconômico, é fundamental para se entender os processos em ação no cotidiano familiar. O modelo produtivista, a racionalidade técnico-econômica e o direito induzem e redefinem processos sociais hoje; daí tornar-se difícil falar numa *especificidade* e/ou *modo de produção camponês*. Porém, é problemático também dizer que a família, no nosso espaço de informação, principalmente as pluriativas, caminham pela estrada da proletarização total, ou que não exista nada de específico e próprio que a conduz no presente e prepara seu futuro.

Vimos que o trabalho “pra fora” e/ou nos ateliês serve como *racionalidade adaptativa e estratégia* em relação às condições internas objetivas, que, por vezes, poderão ser transitórias. Esse mesmo trabalho busca reproduzir, por mais paradoxal que seja, o *ethos de colono*, redefinido como vivido e em seu vínculo com a terra, concebido ainda como suporte do *ser colono*.

A visão linear da causa/efeito, acreditamos, não ajuda muito; a acoplagem teórica, muitas vezes, impede matizes e expressões de situações específicas, bem como que se dialetize a realidade e os processos de correlação entre as várias formas dos atores/agentes e unidade de produção.

Franklin (1969), na sua conhecida tipologia dos *workes-peasants*, manifesta uma compreensão da *pluriatividade* (que o autor denomina *farming part-time*) como estágio cujo âmbito posterior é a proletarização completa. O fenômeno da industrialização (difusa e/ou de aglomeração/pólos) tem de ser visto também com um dos elementos estruturadores e reorganizadores de dinâmicas econômicas e culturais que envolvem o

colono (Schneider, 1994).

Uma outra vertente, que toma por base essa, aprecia a proletarização futura casada com a permanência de meios de produção (pequenas áreas de terras), que servem de provedores de parte da reprodução da força de trabalho. Aliando-se às teses da industrialização da agricultura, pela vertente agroindustrial e cadeias agroalimentares, inúmeras obras enfatizam a categoria da *proletarização parcial*, colocando os elementos *resistência* e *ajustamento* como norte das transformações que acontecem no meio rural, sobretudo na dinâmica das multitarefas pluriativas (ver Graziano da Silva, 1996). No entanto, o vínculo mercantil mais acirrado envolvendo o *sistema de trabalho*, além do âmbito da produção agrícola, modifica e redefine espaços, noções e conceituações teóricas.

Os processos sociais que se constituem no meio rural da região de pesquisa agrupam-se na multidimensionalidade do *sistema de trabalho* e do convívio familiar. A técnica, o direito, a variável locacional (a casa, o rural, a coabitação, o urbano, o industrial, a roça, a pedreira, o aviário, o ateliê, etc.), o estudo, as agroindústrias, as concepções e representações sociais de família, a (re)construção da *identidade* de gênero, os *habitus* e experiências historicizadas que *cobrem* o espaço agrícola e que redefinem o *ethos de colono*, dentre outras, complexificam-se num horizonte dinâmico, tenso e conflitual de difícil generalidade conceitual e teórica (Neves, 1995).

Se retomarmos Chayanov novamente, veremos que, quando a terra é reduzida, a oferta de bens, de infra-estrutura e de produto para a família, é incipiente. A mão-de-obra familiar, ao não encontrar espaço funcional na unidade a que pertence, ao não possuir o vínculo e o acesso aos ramos artesanais, comerciais e não agrícolas para alcançar o equilíbrio provedor das necessidades econômicas da família, pode estruturar canais ocasionais e transitórios de aplicação mercantil de sua força de trabalho, como expressivos do controle sobre o próprio processo de trabalho (Anjos, 1995).

A questão complica quando a diferenciação demográfica, os riscos, a penosidade do trabalho, o equilíbrio subjetivo e a elasticidade da oferta de terra não passam mais a ser dados conjunturais, ou seja, quando o meio social e econômico se vincula à racionalidade interna, limitando-a em sua autonomia e na sua concepção do *ambiente construído* como um dado. É aí que o real teorizado se torna mais nebuloso.

Se levarmos em conta a diversidade e diferenciação entre estratos e produções,

essas mesmas, de acordo com as condições topográficas e naturais, bem como as possibilidades de exploração das formas de transformação e comercialização (a parcelização nos ateliês, as agroindústrias caseiras, etc.), da produção agroindustrial às vendas diretas no mercado local, dentre outras, é impossível pensar num presente-futuro não tendo presente os pressupostos que presidem a agricultura no desenvolvimento econômico.

Ao termos em mente a questão da *opção* interna da *alternatividade*, (Garcia Júnior, 1989), parece-nos que essa manifesta graus de competitividade da unidade familiar frente aos mercados de bens de consumo, independência e flexibilidade, como se fosse um recurso defensivo frente à variabilidade de formas de exposição da unidade familiar aos *mecanismos do capital comercial* (Soares, 1981). No entanto, isso não significa sobredeterminação camponesa em relação à apropriação de sobretrabalho pelos expoentes do capital. Há *subordinações indiretas* (ver Martins [1983] e Soares [1981]); a unidade familiar sofre as injunções lógicas do mercado ao manifestar debilidade econômica, seja em nível do processo de trabalho, seja das forças produtivas, das condições de exposição do produto no mercado e do grau de seletividade ou especialização dos agentes da cadeia agroalimentar.

Se *modo de produção* não serve, a *especificidade* não necessariamente precisa ser ignorada no seu todo; se a *dominação do capital* não é pura, seja *indireta* ou *formal*, assim também não o é negligenciável. Se há *convivências de processos* e de formas não homogêneas, não significa que sejam harmônicas nem que não se façam presentes estratégias e experiências que se complementam nos âmbitos variados (Soares, 1981).

Concordamos com o autor citado no sentido de que pensar as formas *não capitalistas* como entraves ao pleno desenvolvimento do capital é atribuir reciprocidades funcionais a todos os processos que o engendram, bem como é não perceber dialeticamente as heterogeneidades internas como movimentos de ruptura e adaptação. Se o capitalismo gera ele mesmo formas *não capitalistas* de produção, adaptando-as, ao mesmo tempo, à sua *funcionalidade*, como forma de extrair valor e/ou sobretrabalho do colono, estaremos, paradoxalmente, vendo esse mesmo capitalismo na sua determinação e na sua lógica do capital.

Pensar o *ethos de colono* como resistência e autonomia de vinculação ao capitalismo seria cair nos mesmos pressupostos da atribuição do capital (Idem, ibidem).

Especificidade e autonomia podem ser meras estratégias relacionais que se manifestam em instâncias e em determinadas ações concretas, obedecendo práticas, projetos de amanhã, trajetórias sociais, laços familiares, etc., porém em processualidade com as funções econômicas e estratégias políticas da sociedade envolvente (Soares, 1981).

O trabalho “pra fora”, para inúmeras mulheres, por exemplo, pode ganhar o sentido de *leviano*, de sair do trabalho pesado, mesmo sabendo que seus trabalhos e inúmeros outros do espaço urbano, sobretudo para os trabalhadores não qualificados academicamente, são tão ou mais pesados que outros do meio rural. Há processos aí que se (re)constroem sob o viés do poder/hierarquia, da ampliação dos horizontes de autonomia e de espacialidade da mulher.

Se localizarmos, por exemplo, o *sistema de objetos técnicos* no âmbito geral da vida do colono, veremos que são muito comuns análises que tendem a reduzir seu enfoque a questões imediatas de qualquer problema técnico, considerando que as capacidades da técnica moderna irão conduzir a uma *solução apropriada* (Pacey, 1990). Nossa discussão foi mostrar que há componentes socioculturais. Abrigar a esperança de soluções econômicas aos problemas da unidade familiar, só no âmbito técnico e que não incluam medidas culturais e sociais, é andar por um terreno ilusório. É claro que, na aparência e na representação sociocultural e ideológica, o aspecto valorativo e ético da prática tecnológica fica oculto atrás do objeto prático e imediato.

O *ethos de colono familiar* que se redefine na contemporaneidade não funciona como uma estrutura cultural que obriga a permanência dos seus membros na roça; não obriga, nem significa a falência da liberdade o fato de estar no todo família enquanto unidade de convivência e de produção. O mesmo, no seu contrário, daria para dizer em relação aos que saem, ainda que seja só temporariamente ou, então, como as *colonas-operárias*. Trabalhar fora não significa libertar-se, isolar-se do *todo* no conjunto do trabalho da família; liberdade não se reduz ao horizonte do trabalho. Idealizar esferas de liberdade implica adentrar em espaços bem mais amplos, demarcados nos meandros das representações sociais; significa perceber, dentre outros, que parcela de importância tem a pluriatividade e/ou o assalariamento urbano no conjunto da interação família (Seyferth, 1992).

Ao inserir-se, por exemplo, na esfera do consumo de objetos técnicos modernos (principalmente para as *colonas-operárias*), seja no lar, seja para o convívio

e/ou para o trabalho, a unidade familiar inclui-se num horizonte da satisfação estética, da exaltação do usuário, da conquista de espaços pouco tangíveis (o urbano, por exemplo), da utilidade e beneficiamento econômico, do domínio sobre a natureza, do prestígio e posição da modernidade.

Uma colona, procurando dar uma justificativa por ter comprado uma estante de mogno para colocar na “sala grande”, grande e moderna (inclusive com espaços para vídeo e livros - “de rico, né”), disse-nos que levanta às 5 horas da manhã todos os dias para tirar leite: “Será que não mereço uma coisa bonita também! Me pago com o leite em prestação”. Um outro colono que comprou um carro Fiat Uno, zero km, diz que “será que depois de tantos anos de só trabalhar, não tá na hora de tê uma coisa boa também!”

A idéia de trabalho e merecimento como decorrentes do sacrifício racionaliza e legitima aquisições aparentemente pouco *funcionais* ao espaço em questão. No entanto, não é a *utilidade funcional* que está em evidência; são elementos outros próprios dos desejos da modernidade e que encontram justificativas e locais com extensões variadas e prolongadas. Há dimensões no cotidiano vivido e na organização da vida do colono; há subespaços e *subsentidos* que se articulam, cada um realizando um feixe de possibilidades presentes e justificadas num dado momento.

A *corporalidade*, a *individualidade* e a *sociabilidade* estão presentes no cotidiano (Santos, 1996), articulando ações e racionalizações. Comprar um carro novo, racionalizar pelo sacrifício, negativado comunitariamente como “botá dinheiro fora que poderia tá na roça”, é expressão de um *corpo* e de como o colono se *vê* (individualidade) e é *visto* (sociabilidade), do seu *trânsito* (mobilidade) na sociedade urbana e de consumo, de estar *junto* numa espacialidade, num lugar e num futuro, significa imbricar as três dimensões num fato só. O colono, mesmo resistindo e sofrendo resistência, vive no *trânsito* cotidiano entre o rural e o urbano, sendo atingido pelos apelos da sociedade urbana consumista; assim, adquirir bens também é modernizar-se.

O cotidiano nos expõe e nos põe frente a categorias materiais e imateriais, a normas e espontaneidades. Os espaços das *horizontalidades* (o vivido familiar e comunitário - lugar/local -), mesmo que sejam crivados por *verticalidades* (lógicas empresariais, mercados, mercadorias...) e imbricadas em temporalidades (passado como

herança e futuro incerto), obrigam *negociações*. Os colonos negociam: negociam sacrifícios com possibilidade - “também” - de consumo, sociabilidades estigmatizadas com objetos próprios de espacialidades diferentes; cooperam no conflito (como é o caso dos ateliês e agroindústrias); constroem processos relacionais que implicam cidadania e sentir-se localizado espacial-culturalmente, ainda que seja adaptando-se a aspectos *fronteiriços*.

Enfim, de acordo com nossas hipóteses de trabalho, vinculando a relação entre o *ethos de colono* e a racionalidade técnico-econômica na família, no sistema de relações de trabalho e de objetos técnicos, nos vínculos contratuais, etc., algumas sínteses mais abrangentes são passíveis de serem elencadas.

** - Família e sua interação socioeconômica e cultural com o trabalho e com a terra*

A unidade familiar, como unidade de produção e doméstica, sempre foi, para os colonos da região, um centro aglutinador da sua *organização da vida*. A solidez do grupo familiar, a organização comunitária, a vida social nas comunidades, a necessidade de fixação em um local, a ética do trabalho, a sociabilidade comunitária, etc., são elementos que se complementam na constituição do vivido do colono da região.

A família, entre outras formas, também se exterioriza na propriedade da terra, na importância e envolvimento no trabalho e na reprodução/fragmentação do patrimônio. Família, mesmo que redefinida e alterando-se, trabalho e terra formam uma categoria de *ethos de colono* que se relaciona no conjunto das representações. É nesse horizonte, que não é harmônico, mas tenso e conflitual, que se materializam aprendizagens no interior das *estruturas normativas* e no patrimônio cultural (*habitus*) do colono.

A memória centrada no universal (*sociedade englobante*) e no particular (lugar/local, presente/passado) fornece os meandros e os contrapontos vividos e indissociáveis do real que é pensado, da experiência da vida, dos encantos e dos desejos. Os *nonos* pensam e se preocupam; assim como os casais que têm filhos principalmente jovens/adolescentes. As lógicas de ambos parecem ser as mesmas, ainda que adaptadas a temporalidades diferenciadas, mas que se cruzam. O tempo histórico, seu saber

cristalizado no vivido e no concebido do colono adulto ganham contornos redefinidos à medida que se inserem mais profundamente ao acervo de relações intermediárias mercantis.

A associação entre criação, invenção e imaginação (estratégias e racionalidades adaptativas fundadas na *estrutura* da experiência do vivido) cria um tempo histórico pelo resgate da memória, que encontra formas de se objetivar no presente (Poli, 1995). A representação do passado e o saber nele constituído que predomina na memória dos colonos idosos (*memória coletiva*) têm uma significativa participação ainda hoje na redefinição da constituição do *ethos de colono*.

Optamos, mesmo que incipientemente, pela *história oral* como meio fértil de resgate de práticas cotidianas que, alteradas por experiências posteriores e mudanças sociais, forneceram-nos alguns elementos de compreensão do vínculo profundo da intersubjetividade construída no espaço vivido. A *memória histórica* e/ou *coletiva* (Halbwachs, 1990) - respeitando-se a distinção que o autor faz das mesmas - guarda lembranças e circunscreve relações presentes não na ótica do determinismo temporal, mas na dialeticidade com o fazer histórico e relacional presente.

A ótica da redefinição, da tensão e do conflito se dá nesse encontro. A memória, como diz Le Goff, contém os fundamentos necessários para reconstruir, reproduzindo as representações sociais que provocam o social e o individual hoje formando todo um imaginário referencial para o amanhã. A concepção de morte, de trabalho, de relações mercantis, do vínculo contratual das relações afetivas, de trabalho e de remuneração, da individualidade expoente na unidade familiar desencadeia diversas instâncias e reelaborações de reais e imaginários em função de temporalidades históricas associadas ao vivido. “Não é na história apreendida, é na história vivida que se apóia nossa memória” (Halbwachs, 1990, p. 60).

É nesse âmbito que localizamos as racionalidades em conflito no espaço vivido do colono. No dinamismo em que se operam as mudanças nos processos sociais e econômicos, há estratégias que objetivam a ótica da preservação, do resgate, da agregação, de um estilo de vida que, em termos de memória, luta para justificar sua existência. O confronto/tensão entre racionalidades se dá em função da memória, que quer ordenar, prever, evitar, difundir, regularizar e classificar ações cotidianas. As discussões constantes que ocorrem entre integrados e não integrados, “colonos-mesmo”

e *colonas-operárias* são permeadas por uma criticidade a respeito das condições cotidianas, dos processos de memória e de história presentes que influenciam aprendizagens e identidades individuais e sociais de mútua influência, redefinindo o âmbito do trabalho, da mediação externa (pai, comunidade), do patrimônio cultural construído ao longo de um processo histórico que tem a unidade familiar como centro.

Nesse conflito cotidiano entre vivido e concebido, reelaboram-se a consciência da experiência, as interações e fatores com as temporalidades anteriores, com o patrimônio cultural e a consciência afetiva e moral.

A idéia de unidade familiar como unidade de produção, doméstica e de consumo não deve deixar subentendida uma idéia de autodeterminação frente aos processos de mercado, aos mecanismos de trabalho, de produção e dos fatores implícitos no contato com a terra (Soares, 1981). As imposições das circunstâncias (balanço trabalho/consumo, intensidade/flexibilidade do trabalho e da produção) não conduz a unidade familiar a uma relativa funcionalidade da auto-exploração. A tecnificação ou sistemas de objetos técnicos como acervo-instrumental de produção não significa redução de atividades e/ou trabalho, muito menos independência frente aos fatores de mercado. A própria produção caseira (agroindústrias caseiras) e artesanal sofre alterações em função de demandas de mercado.

Como *recurso defensivo* (Soares, 1981), o que não é sinônimo de sobre-determinação, inúmeras atividades internas estão acopladas a horizontes de extração de sobretabalhos do colono, o que implica a reprodução de dominações de segmentos do capital (comumente comercial); o inverso, sua retração aos ditames mercantis, poderia afetar a intensidade de reprodução de sua força de trabalho. O esforço em relativizar e flexibilizar (já que são noções em modal) inserção, autonomia, as formas, a subordinação, o sincronismo e diacronismo, a especificidade, a dominação, a homogeneidade, a presença do capital, as lógicas internas, descontinuidades/rupturas, a tautologia e a autojustificação do capital, etc., parecem-nos ser de fundamental importância que se percebam os meandros, os vínculos e os conflitos que nessa articulação entre família, produção e domesticidade se processam.

** - O produtivismo e a organização produtiva do colono*

Os colonos da região não foram *tomados de assalto* em nenhum dos formatos

do sistema de trabalho e das formas produtivas que hoje se apresentam.

No espaço locacional das migrações internas, já havia uma dinâmica de produção mercantil, formando um quadro de comerciantes, comércio e agroindústrias. Os processos e os dinamismos econômicos passaram apenas por modificações extensivas às reestruturações dos ramos empresariais em razão da modernização e da maximização de fatores de produção objetivadores de produtividades.

O grau dessa modernização reflete a capacidade de absorção e a *(re)leitura interna* que o colono faz dessa dinâmica em geral. Com isso, não estamos implementando um espaço de autonomia, porém dizendo que há condições objetivas e condições subjetivas envolvidas, tematizando variáveis concebidas como funcionais ou não. As agroindústrias, por exemplo, inserem-se com mais intensidade nesse espaço econômico e cultural preexistente e manifesto numa (dis)posição interna de relações, tipos e formas de trabalho e de produção.

Contratualização, seleção, patrimônio, garantias, rentabilidades, qualidades e quantidades, investimentos financeiros, etc., agrupam-se ao fator terra, ao saber-fazer, ao patrimônio, à família e sua multifuncionalidade, à parcialidade e imperfeição do vínculo com o mercado, ao conjunto do sistema produtivo da unidade, à história incorporada do contato e dinâmica na terra, à precariedade e carências econômicas, dentre inúmeras outras que se casam em conflito e sobre-determinação do capital empresarial, na articulação relacional-econômica.

Dos carroceiros aos caminhoneiros, dos matadouros aos frigoríficos, desses às agroindústrias, da profissão de pedreiro/carpinteiro, culmina o saber empregado nas minas de basalto; o saber-fazer da costura por parte da mulher lhe possibilitou, com maior intensidade, o trabalho nos ateliês; o contato do colono com a produção de gado leiteiro e com a prática de fazer queijo artesanalmente, deu-lhe sustentação e saber para a produção mais moderna de leite; a histórica vinculação da produção de vinho - mesmo que hoje, careça de cuidados por causa do seu trabalho artesanal -, a intensa aplicação de força de trabalho e o baixo preço do produto, não obstante, levaram muitos colonos a optarem pelo vínculo com vinícolas e cantinas da região. Claro que não são continuidades lineares e definíveis aprioristicamente, porém também, nem descontinuidades e presentismos.

Todos esses elementos envolvem dinâmicas de produção locais e articulam-se

entre si por meio de relações sociais e familiares de trabalho. Tais relações não são apenas resultado nem resultantes de mecanismos econômicos existentes e constitutivos; são também historicidades e especificidades internas, produtoras e expressão de uma multifuncionalidade estratégica no âmbito econômico e social do local/lugar, porém em dinâmicas intersetoriais e mercantis com os agentes comerciais.

Fala-se em *sistema produtivo local*, em *integração parcializada*, em *descentralização comercial* e *autonomização da esfera da produção e intermediação*, os quais, sem dúvida, existem, porém, é bom vê-los também como estratégias locais e regionais que se baseiam no formato família e que, nessa *organização funcional*, contribuem para reproduzir relações de maximização de modos complexos de articulação e mobilização de agentes do capital comercial e industrial local e regional.

O fato de vestirem a roupagem de *colonas-operárias* não identifica essas mulheres com *proletárias tradicionais*; no tocante aos integrados, o fato de trabalharem vinculados a uma agroindústria não os identifica como *assalariados disfarçados* (Seyferth, 1984). Vimos que, desde os primórdios das migrações internas, era comum a multifuncionalidade de tarefas na unidade familiar. Nesse sentido, foram representativos os depoimentos das *nonas*, as quais relataram que os maridos ficavam até seis meses fora de casa, construindo moinhos, alambiques, ferrarias, casas, trabalhando na construção e abertura de rodovias e ferrovias, usinas, etc.

As relações sociais produtoras e produzidas dialeticamente pelo espaço local/lugar guardam em-si formatos e dinâmicas que não se resumem às relações de trabalho, apesar de sua grande importância, da mesma forma que o urbano e o rural não se resumem às suas atividades produtivas (Carneiro e Teixeira, 1995). Há uma coexistência de processos relacionais, de atividades e de intersubjetividades expressas nas múltiplas, diversas e pluriformas de o vivido social e cultural organizar a vida; por isso, fica difícil fazer conceituações genéricas de rupturas e/ou continuidades puristas em função de (des)localização de processos de trabalho.

Se analisarmos a territorialidade local na relação agroindustrial, veremos que o espaço local e sua dinâmica interna do espaço econômico e da vida relacionam-se com as denominações tecnológicas, de comercialização, de controle de qualidade, de produção de alimentos para animais, de instalações, de limitações de mercado, de níveis de produtividade, de negociações em relação a políticas públicas, de intervenção do

Estado no setor, de estruturas oligopólicas e oligopsônicas, da natureza genética do produto, dentre outras. Há uma coexistência espacial-local de lógicas (que seja uma *dominante* e outra *subjacente*!) que vivenciam os conflitos das articulações de poder/autonomia; preços/comercialização, quantidade/qualidade, remuneração/produtividade, saber-fazer/saber *do técnico*, seleção/desligamento, custo/benefício em estar integrado e/ou ser produtor “por conta”, trabalhar “pra fora”/mais “fora” que em casa, estratégia entre liberdade/contingência, entre limites de opções e precariedades, entre ter mais dinheiro para gastar sendo um bom consumidor ou “deixar pra botá na terra”, dentre outros. O saber interno e os esquemas de mercado de seus produtos são acionados em função de racionalizações ligadas à qualidade (a galinha caipira, não o frango; o porco, não o suíno; o vinho, etc.), preços e tradição. São todos elementos que perpassam e imbrincam-se no cotidiano vivido, que se articulam no concebido e que materializam formas de ver (percebido), motivações, incentivos, rupturas/redefinições e permanências.

A terra, para os empresários agroindustriais, funciona como garantia econômica e como caução relacionada ao investimento em matéria-prima e assistência técnica. Para o colono, a terra tem significados muito mais abrangentes que, na dimensão da caução na relação de trabalho agroindustrial, transmite-lhe uma obrigatoriedade bem mais racional e pragmática. É a terra que propicia que o integrado se insira, é em função da terra (bloqueios e precariedades) e “pra terra” que muitos trabalhos têm que ser desenvolvidos fora dela; diversificação da produção, dissemelhanças e diferenciações sociais internas se apresentam.

É esse uma parte do quadro material e simbólico que constitui a dimensão cotidiana relativa ao sistema de relações de trabalho do colono. É importante que isso esteja presente nas nossas análises.

* - *Trabalhar fora e ser mais colona*

A pluriatividade das *colonas-operárias* e das trabalhadoras nos ateliês de bolas e tênis expressa a mobilidade e a diversidade do fator trabalho no meio rural, potencializando-o e espacializando-o socialmente. Essa combinação de atividades agrícolas com outras “pra fora” obedece a processos de divisão social, familiar e sexual do trabalho, de meios e fatores de remuneração de representações sociais consolidadas

no âmbito econômico (provedor, fazer capital, preservar a agricultura como agente de produção) e cultural.

O papel da mulher, como já vimos anteriormente, é fundamental. A agricultura em tempo restrito fica condicionada à forma e aos tempos de como a mulher assume os trabalhos pluriativos no interior da família. A (ins) estabilidade desse processo vai depender de fatores remuneradores, bem como de aspectos objetivos e materiais presentes e futuros (herança, “colocação” como eles dizem, patrimônio).

Exercer atividades externas ao espaço da roça, envolvendo nelas a família, não é algo novo, porém ganha certa repercussão e começa a fazer parte do conjunto do *sistema de trabalho* do colono a partir da inserção e/ou vinculação de processos industriais difusos e/ou periurbanos da região. O interessante agora, além de sua repercussão e de sua funcionalidade estratégica (econômica e simbólica/hierárquica, papéis), é que aglutina não só mais os “menos colonos”, mas também os mais “bem colocados”, sendo prática integrante de suas multifunções em espacialidades e diversidades de ações e remunerações. Cidade e meio rural passam a ser mais *transpassadas* por vínculos cotidianos e operacionais, o que, sem dúvida, vem redefinindo funções, identificações associativismos, assistências vicinais e comunitárias, alargando referenciais de mundo e estreitando temporalidades vividas socialmente, fragmentando tempos, espaços, funções e hierarquias, intensificando e extensificando formas e relações de trabalho.

Esse processo, como um todo, possui profundas ligações com o fator terra; aliás, é ela que o dinamiza e determina clivagens temporais e/ou sazonais modernizadoras ou não. Muitos dos produtores de leite nos disseram que compraram ordenhadeiras pelo fato de a mulher e/ou filha estarem envolvidas com trabalhos urbanos e/ou ateliês.

A flexibilidade de hierarquia, funções e tempos de trabalho, redefinidos em correlação ao trabalho *da* e *na* roça, está em correspondência, respeitando o horizonte da especificidade funcional, os processos de descentralização industrial e sua flexibilização em termos produtivos e estruturais, os quais ocorrem na região e em vários espaços econômicos, bem como no âmbito da força de trabalho e no papel que o emprego assume em todos os espaços da sociedade brasileira atual. As externalidades industriais bem como da colocação da força de trabalho da unidade familiar do colono,

fazem parte de estratégias de espacialidades novas e rearranjos internos; no caso específico da unidade familiar, está presente também a representação social do gênero feminino e seu campo de trabalho (“pra fora”, “fora” e lar) na reprodução social dessa força de trabalho.

As atividades pluriativas tendem a se acrescer na região, em nível de Brasil e na Europa, com atividades de natureza variada no âmbito do *neo-ruralismo* e da modernização do meio rural. Alguns teóricos do campesinato já apregoaram a tendência de que agricultores com pouca terra buscassem formas externas de trabalho temporário. Kautsky (1974) e Franklin (1969) embasam algumas teorizações na ótica dos estágios intermediários e/ou transitórios de identidades funcionais, de viveiro de força de trabalho, de futuros proletários, de fonte de renda complementar à precariedade de sua organização econômica (ver Anjos, 1995; Schneider, 1994; Alentejano, 1997; Carneiro, 1995). No entanto, as diversidades são muitas; as intencionalidades são variadas; as concepções são localizadas e contextualizadas; as formas de a pluriatividade se manifestar são variadas; o importante é que envolvem, para o nosso caso, estratégias e racionalizações adaptativas que se (re)constroem a partir e por uma experiência que se reconstitui na ação, envolvendo forças e desejos econômicos, culturais, sociais e familiares em seu conjunto.

O fator terra, se não é materilizado objetivamente na ação, é condutor, indutor e reproduzidor de ações que pertencem à pluriatividade, seja enquanto *subsídio* interno, enquanto redução da presença da força de trabalho nela, enquanto limite e unidade de patrimônio. As suas variações (pura terra, pura pedra, de várzea, de perau, de pedreira, etc.) e quantidades são profundamente racionalizadas no âmbito da produção e reprodução física, social e cultural do *ethos de colono*, envolvendo a família, sua regulação redefinida em termos hierárquicos de difícil externalização futura, as estratégias de mobilidade espacial das empresas, os processos de trabalho informais, bem como o estudo urbano e a saída definitiva de jovens da unidade familiar, o que reduz a presença constante e sistemática da força de trabalho na roça.

Esses processos são concretos e redefinem ações, assim como determinados âmbitos da produção agroindustrial sofrem interferências de movimentos de reorganização do capital e do mercado. Uma coisa é certa: a terra, por mais que seja limitada, é extremamente importante. É ela o ponto central e nevrálgico dos que saem,

dos que ficam e dos que saem e ficam, como é o caso das *colonas-operárias* e de jovens que experienciam trabalhos externos e depois, e/ou sazonalmente, retornam.

A cidade não é pensada como espaço da organização da vida futura, mesmo que seja considerada por alguns como absorção da última e única forma de vida que sobra, como *flexibilização* (em moda) de seu acervo cultural, *abrindo-se para o mundo* no sentido de uma negatividade de referenciais sociais de vida.

Como o processo mercantil é móvel e os processos sociais em geral também, os papéis e os sujeitos passam também a propor, induzir, conduzir e se adaptar às *situações objetivas* (Thompson, 1981). Se o cotidiano impõe seu perfil de vida, também transpassa e é atravessado por movimentos, alterações e temporalidades da sociedade em geral, o que faz com que essa dimensão compatibilize as exigências subjetivas com processos e implicações macroeconômicas e sociais.

A experiência vivida em situações e relações produtivas determinadas, no caso das *colonas-operárias*, está no âmbito da necessidade e dos antagonismos de seu estatuto social, de sua consciência e cultura; é uma experiência consciencial que age sobre um conjunto de relações sociais herdadas e modeladoras de experiências e formatos culturais. O espaço de trabalho das mulheres, seu vínculo social, seu papel de esposa e mãe, a carência econômica, a mobilidade, interesses, desejos e individualidades articulam sentimentos, formas simbólicas de dominação e resistências, ideologias e regras visíveis e invisíveis peculiares a determinados estratos e grupos sociais.

No dizer de Thompson (1981) as pessoas experimentam sua experiência como sentimento e, na cultura, lidam com esses sentimentos como normas, como valores e reciprocidades, como obrigações familiares e de parentesco. Dessa maneira, as formas como a experiência trata os momentos cotidianos definem os parâmetros de sua cultura. Cultura e experiência redefinem o *ethos de colono*; articulam diferentes representações sobre a experiência vivida e se apresentam nas ações da realidade material. O trabalho das *colonas-operárias* e o seu papel na construção da identidade de gênero constroem matrizes discursivas e simbólicas produzidas no jogo das relações do vivido cotidiano. Isso tudo também está presente na intencionalidade das multifunções que envolvem o *sistema de trabalho* da unidade familiar.

* - *Sistema de objetos técnicos e contratualização*

A dimensão do cotidiano vivido não está em contraposição com a racionalidade técnica que seguem os objetos técnicos e o direito formal nas relações de trabalho contratuais, ou seja, não são dicotomias que se excluem, nem significados contraditórios; são, sim, horizontes práticos e simbólicos que, em tensão, aglutinam-se e colaboram na constituição objetiva do *ethos de colono*. Ambos são produtos históricos, sujeitos a sofrer e a induzir processos sociais e imaginários no cotidiano; não somos adeptos do determinismo puro e simples da racionalidade e do sistema de objetos técnicos como fatalidade inevitável da modernização. A ética e os objetos técnicos possuem seu horizonte da emancipação, de liberdade e dos significados subjetivos que os agentes/consumidores implementam ao viabilizar sua inserção em seu cotidiano.

O contrato formal normatizador de relações de trabalho complexifica as relações internas na família, muitas vezes em benefício do todo familiar. A obrigatoriedade do cumprimento das cláusulas contratuais talvez tenha compensado a dimensão debilitada da obrigatoriedade no âmbito cultural e moral no seio familiar, o que faz com que alguns filhos permaneçam (motivados inclusive) no processo de trabalho da família no meio rural. A exterioridade da obrigação transfere-se, internamente, como convergência de funções e ações de solidariedade familiar vicinal e comunitária. *Precisa-se* mais dos outros e há uma *exposição* maior no lugar/local comunitários e mercantis em termos de identidade funcional de trabalhador.

As inovações sociotécnicas são historicizadas no seio cotidiano e colaboram para tornar essa dimensão e seus sistemas de valores mais localizados. Não há apenas um universo de absorção; há, sim, múltiplas operações de *tradução* que se complexificam entre as inúmeras diversidades e particularidades intencionais formuladas no tratamento de problemas que o cotidiano apresenta.

Tanto na esfera do lar quanto na roça e na sociabilidade comunitária, os *diálogos técnicos* operam vinculados a modalidades de ação e conhecimentos especializados, tendo uma rede de significados e interpretações que os acompanham. Portanto, não são simples instrumentos; são especializações adaptativas e conflituais, necessidades, aprendizagens e diferenciações; representam classificações sociais (as *colonas-operárias* “são mais gastadoras”), ritmos e atividades implicadas no tempo e no

espaço (sua quantificação e mensuração), bem como redefinições de uma adaptação entre tradicional e moderno.

O trator talvez tenha sido o *fato social técnico* mais importante na região, muito mais que o “químico que faz produzir carne”. Por intermédio dele, e tendo-o também como expressão disso, um elenco de circunstâncias não só técnicas, um conjunto de elementos interligados se processam, o que não significa dizer que só acontecem rupturas. O trator veio adaptar-se e aperfeiçoar um acervo técnico-mercantil tradicional já em dinamismo há décadas, porém, evidentemente, acompanhado de um processo sociotécnico e relacional do horizonte da modernização e da funcionalidade econômica. As trajetórias econômicas e dos objetos técnicos e os seus limites se apresentam cruzados em temporalidades que se projetam, resgatam e variam em função dos interesses em jogo, dos ritmos e funções que esses dinamizam. Não significa só ver *estruturas lógicas subjacentes* (Woortmann, 1995), mas, sim, representações e contradições que manifestam relações sociais na realidade material sobre a qual atuam.

É nesse sentido que a contratualização e o sistema de objetos técnicos foram vistos inseridos no vivido do colono como processos materiais em interação e como imagens construídas sobre o real, levando em conta as necessidades, as carências, a tradição, a modernização e suas racionalidades normativas e adaptativas formadoras do *ethos de colono* em consonância/conflito com a contemporaneidade.

* - *Implicações e limites*

As inúmeras implicações e limites de alguém que tem formação no campo da filosofia, a qual não é tanto *familiar* nem muito dada a *estudos de caso/empíricos* e muito menos do meio rural e do campesinato, acrescidas aos limites de tempo, obrigações docentes e firmeza teórico-intelectual, se não justificam as imprecisões e as fragilidades presentes, pelo menos, expressam reconhecimento de que os limites também se contextualizam *num vivido*. Por essa razão, apontamos alguns dos muitos aspectos que constatamos durante nossa pesquisa e sobre os quais não avançamos.

- O texto não tematiza os vínculos e processos associativos da dimensão político-organizacional dos colonos em suas variadas formas de exteriorizar seu sistema de trabalho. As formas existentes e/ou as ainda incipientes (seja nos ateliês, nas

agroindústrias, na produção leiteira, no basalto, no espaço urbano e operário, como “colono mesmo”, etc.) manifestam inúmeras dificuldades de compreensão em sua globalidade e em seus processos históricos. As formas de organização existente, apesar de serem pouco dinamizadas, merecem ser vistas nem que seja para entender sua incipiente materialização.

Não há dúvidas de que as multifunções e diversidades produtivas bem como a segmentação dos mercados de trabalho estão produzindo heterogeneidades mais evidentes no espaço econômico do meio rural da região, o que tem reflexos na organização coletiva e coloca as representações e organizações sindicais numa situação de fraqueza estrutural, retirando sentidos unitários e coletivos dos colonos e trabalhadores em geral. As várias dimensões da difusão social da produção, as diferentes estratégias de flexibilização, da precarização da remuneração, os contratos de trabalho temporários, as subcontratações e o trabalho a domicílio, etc., são todos aspectos que se demonstram, em nível da sociedade englobante, poderosos instrumentos de limitação organizativa da classe trabalhadora.

- A presente análise carece também de uma reflexão sobre o papel do estudo de 2º grau na cidade pelos jovens do meio rural. As estratégias que são adotadas na unidade familiar, os sonhos e perspectivas, seu papel na (pré)definição do patrimônio presente/futuro, os valores redefinidos e disseminados na esfera da afetividade, da concepção sobre o meio rural, etc., tudo isso compõe um processo dinâmico em evidência e que mereceria um tópico de pesquisa à parte. A importância que o estudo e o jovem assumem no interior das redefinições da família merece a dedicação de uma análise mais apurada sobre os processos decorrentes.

- Se quisermos tematizar a *centralidade da família* e sua interligação com a terra e o trabalho no cotidiano do colono, precisamos dar ênfase aos seus atores. Em nome da família como unidade, não se pode esconder as partes em conflito/tensão que a compõem: os *nonos*, mesmo não sendo os *guardiões da memória*, têm uma importância muito grande nos redirecionamentos econômicos e sociais da família; as mulheres ganham representações e estão envolvidas em estratégias multifuncionais que fazem *balançar* determinadas formas de relações, inclusive na decisão de realocação de filhos

em campos de trabalho presentes e futuros; os homens/pais talvez tenham sido apenas enfocados superficialmente. Na verdade, não tivemos condições de dar ênfase a essas *sutilezas do vivido* interno na família, o que demandaria uma aproximação cotidiana com o cenário de pesquisa bem mais apurada, exigindo, sem dúvida, uma dedicação exclusiva de trabalho.

- Preocupamo-nos demais em ver e tematizar os processos socioeconômicos que envolvem a família enquanto unidade de produção, pouco abordando a família no âmbito da afetividade, expressa nas separações e nos recasamentos, na *repressão* e/ou na *aceitação* de filhos em relação a essa questão, nos casamentos diferenciados, na incipiente tendência ao celibato masculino, na redução preocupante da presença de jovens/moças no meio rural e comunitário e nos novos formatos de contatos afetivo-sexuais. Esses elementos todos têm implicações no *ethos de colono*, na dimensão econômica, cultural e social.

- Os limites se acrescem quando damos um *limite-final* à investigação e percebemos a dificuldade de nos *ampararmos* e dialogarmos com marcoteóricos *eficientes* na representação das dinâmicas que se apresentam num meio sociocultural e econômico em intensa processualidade em seu vivido e com a *sociedade envolvente*. A presença da unidade familiar e sua contemporaneidade relacional no âmbito da sociedade mercantil e da racionalidade capitalista que se impõe em seu interior e a insere, objetivando maximizar rentabilidade sem romper com seu formato familiar, é algo que desafia a todos, e muito!

Esse é um dos grandes *dilemas* que fazem parte do *vivido* de pesquisadores do campo sociológico ligado aos *processos sociais agrários* na atualidade.

Essas e muitas outras questões nos fazem ter a consciência de que o que talvez não tenha ficado no limite e como limitante é nossa vontade e energia de continuar pesquisando, tentando entender alguns elementos que compõem a *organização da vida* do colono da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABREU, A. R. de P. Trabalho domiciliar: uma forma de emprego. In: *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, n. 269, ano 15, p. 38 - 41, 1995.
- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997 (dissertação)
- ALMEIDA, A. M. C. de. *A morada do Vale: sociabilidade e representação*. Londrina: UEL, 1997.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobrimdo a família rural. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 01, v. 1, p. 66-83, junho de 1986.
- ALMEIDA, J., F. Párocos, agricultores e a cidade: dimensões da religiosidade rural. In: *Análise Social*. Vol. XXIII (96), Lisboa, p. 229 - 240, 1987.
- ALMEIDA, A, N. Trabalho feminino e estratégias familiares. In: *Análise Social*, v. XXI (85), Lisboa, p. 7 - 44, 1985.
- ALONSO, J. A. F. e BANDEIRA, P. S. O crescimento interregional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In: *A economia Gaúcha e os Anos 80*. Porto Alegre, FEE, p. 67 - 130, 1990.
- ANJOS, F, S., *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: Ufpel, 1995.
- ASSIER - ANDRIEU, L. *Coutume et rapports sociaux*. Toulouse: CNRS, 1981.
- AYMARD, M. et alii (org.) *Le temps de manger: alimentation, emploi du temps e rytmes sociaux*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'homme, 1995.
- AZANHA, J. *Uma idéia de pesquisa educacional*. São Paulo: Edusp, 1992.
- AZEVEDO, Thales de . *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.

- BALANDIER, G. Essai d'identification du quotidien. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXXIV, Paris, p. 22 -45, 1983.
- BARBAGLI, M. *Sotto lo stesso tetto. Mutamenti della famiglia in Itália dal XV al XX Secolo*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- BARBOSA, F. D. *Semblantes de pioneiros*. Porto Alegre: Sulina, 1961.
- BARTHEZ, A. *Famille, travail et agriculture*. Paris: Economica, 1982.
- BATTISTEL, A. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981.
- ----- e COSTA, R. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST, 1982.
- BAUBION-BROYE, A. *Le projet personnel et l'innovation sociale*. Toulouse: CNRS, 1987.
- BELATO, Dinarte. *Camponeses integrados*. Campinas: Unicamp, 1985 (dissertação).
- BEOZZO, J. O. As igrejas e a imigração. In: DREHER, N. (org.). *Imigrações e história da igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993.
- BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTHOUD, G. Mediation technique et relations sociales. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, tome XXIX, n. 91, Paris, p. 97 - 111, 1991, .
- BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, p. 39 - 57, 1991.
- BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rural française*. Paris: Armand Colin, 1968.
- BODIGUEL, M. *Les paysans face au progrès*. Paris: Fondation National des Sciences Politiques, 1975.
- BOURDIEU, P. Une classe objet. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*; n. 17-18, Paris: Éditions de Minuit, p. 2 - 5, nov. de 1977.
- ----- *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- *Esquisse d'une theorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie Kabile*. Paris: Librairie Droz, 1972.
- *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

- Celibat et condition paysanne. *Études Rurales*. Paris: n. 5 e 6, 1962.
- *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- Domination masculine. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 87, 88, 1990.
- BOUDOU, A. (org.). *Aujourd'hui: la culture du monde rural*. Toulouse: U.R.N., 1987.
- BRANDÃO, C. R. *Partilha da vida*. São Paulo: Geic/Cabral Editora, 1995.
- (org.). *As faces da memória*. Campinas: Unicamp, s/d.
- *Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BRANDALISE, Saul. *Retrato de um homem*. Videira: Gráfica Perdigão, 1982.
- BRIOSCHI, L. e TRIGO, M. H. B. Família: representação e cotidiano. Reflexão sobre um trabalho de campo. In: *Cadernos CERU*, Col. Textos, São Paulo, 1989.
- BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. In: *Économie Rurale*, n. 194, Paris, p. 3 - 8, november - décembre 1989.
- BRUM, A. *Modernização da agricultura*. Petrópolis/Ijuí: Vozes/Fidene, 1988.
- BRUMER, Anita. *A mulher na pequena agricultura mecanizada*. Porto Alegre, UFRGS, 1990 (texto apresentado em seminário).
- BRUSCHINI, C. trabalho domiciliar masculino. In: *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 269, p. 35 - 38, 1995.
- ——— e HOLLANDA, H. B., (orgs.). *Horizontes plúrais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- BURGUIÈRE, A. et alii. *História da família*, v. I, Lisboa: Terramar, 1996.
- CACCIAMALI, M., C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 1983.
- CÂNDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARNEIRO, M. J. *Pluriatividade e agricultura familiar: algumas questões operacionais e teóricas*. Trabalho apresentado no VII Encontro da APIPSA. Pelotas, 1995.
- ——— Memória e genealogia no estudo de trajetórias sociais. Caxambu, out. de 1995 (texto apresentado na ANPOCS).

- Esposa de agricultor na França. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 338 - 3543, 1996.
- ----- Ruralidade: novas identidades em construção. In: *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Natal, p. 147 - 185, agosto de 1997.
- CARNEIRO, M. J. e TEIXEIRA, V. L. Mulher rural nos discursos dos mediadores. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, UFRRJ, n. 5, p. 45 - 57, nov. de 1995.
- CARVALHO FRANCO, M., S. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- CAVAZZANI, A. Il *part-time* e l'agricoltura contadina nella società industriali: nuove prospettive di studio. In: *La Questione Agraria*; n. 5, Milano, p. 5 - 25, 1982.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. SILVA, G. da., e STOLCKE, V. (orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHALAS, Y. L'ignorance dans la vie quotidienne: la volonté de non-savoir. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XXXIX, Paris: PUF, p. 313 - 338, Juillet-Décembre 1990.
- CONCEIÇÃO, Otávio A. A expansão da soja no Rio Grande do Sul, 1950-1975. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1986.
- CONTRERAS, J. Los grupos domesticos: estrategias de producción y reproducción. In: PRAT, I., et alii. *Antropologia de los pueblos de España*. Madrid: Taurus, p. 343 - 379, 1991.
- CORDONNIER, R. *Secteur non structuré et tertiaire informel: le cas du Brésil*. Paris: Amira/INSEE, 1987.
- COSTA, R. Valores da imigração italiana cem anos após. In: *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST, p. 199-208, 1979.
- -----e DE BONI, Luis. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Correio Riograndense/EDUCS, 3ª ed., 1984.

- COULOMB, P. *Droit de propriété, droits de l'exploitation: la mutation des rapports sociaux dans la croissance agricole française*. Comunicação ao colóquio sobre a Economia e a Política Fundiária Agrícola, Sevilha, 1985.
- CRESPI, F. Le risque du quotidien. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXXIV, Paris, p. 123-146, 1983.
- DAUMAS, M. *Histoire générale des techniques*. Paris: PUF, 1962.
- DE BONI, L e COSTA, R. *Far la mérica*. Porto Alegre: Riocell, 1991.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, v. I.
- DODIER, N. *Les hommes et les machines: la conscience collective dans les sociétés technicisées*. Paris: Métailié, 1995.
- DOUGLAS, M. *Purezza e pericolo*. Bologna: Il Mulino, 1975.
- DUARTE, R. Natureza e técnica em Theodor Adorno. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas: Unicamp, série 3, v. 6. n. 2, p. 139 - 169, jul.- dez. 1996.
- DUBY, G. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 4.
- DUCLOS, D. *L'homme face au risque technique*. Paris: L'Harmattan, 1991.
- DUMONT, L. *Ensaio sobre o individualismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, p.65 - 79, 1983.
- ----- *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- DRUET, P. et alii. *Technologies et sociétés*. Paris: Galilée, 1980.
- EIZNER, N. *Les paradoxes de l'agriculture française*. Paris: L'Harmattan, 1985.
- ----- e HERVIEU, B. *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris: L'Harmattan, 1979.
- ELLUL, J. *Le bluff technologique*. Paris: Hachette, 1988.
- *Le système technicien*. Paris: Calmann-Lévy, 1977.
- ELLIS, F. *Peasant economics*. Cambridge: University Press, 1988.
- EVRARD, P. et alii. La soumission des petits producteurs au capital agro-alimentaire. Le cas de la production laitière. In: *Connexions*, n. 18, Paris: Epi, S.A., Editeurs, p. 65 - 98, 1976.
- FAUCHER, D. *Le paysan et la machine*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.

- FAURE, C. La production paysanne et l'exploitation capitaliste. *L'Homme et la Société*, n. 45/46, p. 51-68, 1977 .
- FERNANDES, A. T. Dinâmicas familiares no mundo atual: harmonias e conflitos. In: *Análise Social*, v. XXIX (120), Lisboa, p. 1149 - 1191, 1994.
- FERRAROTTI, F. *Historie et histoires de vie: la méthode biographie dans les sciences sociales*. Paris: Meridiens, 1983.
- FERREIRA, A. D. D., *Agriculteurs et industries agro-alimentaires: stratégies, adaptation et conflits*. Paris, 1995 (tese de doutoramento).
- FIGUEIREDO, V. *A produção social da tecnologia*. São Paulo: EPU, 1989.
- FLICHY, P. *L'innovation technique*. Paris: La Découverte, 1995.
- FRANTZ, Telmo R. . *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola*. Ijuí: FIDENE, 1988.
- FRANKLIN, S. H., *The european peasantry*. London: Methuen, 1969.
- FROSI, Vitalina M. e MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Ed. Movimento, 1975.
- GAIGER, L. I. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: *Cadernos de Sociologia*, n. 6, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, p. 177 - 203, 1994.
- GALESKI, B. *Basic concepts of rural sociology*. Manchester, Manchester University Press, 1972.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, UNB/MCT-CNPq, 1989.
- GELATTI, R. *Casca ontem e hoje*. Passo Fundo: Berthier, 1985.
- GERTZ, R. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. In: DE BONI, L. (org.). *A presença italiana no Brasil*; v. III, Porto Alegre: EST, p. 126 - 132, 1996.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GERVAIS, M. *La fin de la France paysanne*. Paris: Du Seuil, 1976.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: BECK, U. (org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, p. 73 - 133, 1997.

- ----- *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- ----- *Novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- ----- *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOODMAN, David et alii. Agroindústria, políticas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 5 (4): 31-35, out/dez. 1985.
- *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- GOURHAN, A. L. *Le geste et la parole: techniques et langage*. Paris: Albin Michel, 1964.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GRAS, A. (org.) *L'imaginaire des techniques de pointe*. Paris: L'Harmattan, 1989.
- ----- *Technologies nouvelles et enjeux socioéconomiques*. Paris: Mediterranis, 1991.
- ----- e MARICOT, C. *Technologies du quotidien: la complainte du progrès*. Paris: Éditions Autrement, 1992.
- ----- et alii. *Sociologie des techniques de la vie quotidienne*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ----- *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1996.
- GREEN, R. H; e ROCHA DOS SANTOS, R. *Uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo de reestruturação do setor agroalimentar na América Latina*. Curitiba, Ufpr, 1991 (texto apresentado em seminário).
- GROUPE DE RECHERCHE ETHNOLOGIQUES DE L'ANJOU. *Paroles et parcours de paysan. Nous avons cru au progrès*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- HABERMAS, J. *Ciência e técnica como ideologia. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ----- *Droit et morale*. Paris: Seuil, 1997.

- ----- *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- ----- *Morale et communication*. Paris: Cerf, 1986.
- HALBWACHS, M. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HELLER, Agnes. *Cotidiano e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- ----- *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Provença, 1987.
- HEREDIA, B. A. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HORNING, K. Le temps de la technique et le quotidien du temps. In: GRAS, A. *Sociologie des techniques de la vie quotidienne*. Paris: L'Harmattan, p. 45 - 59, 1992.
- HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- IANNI, O. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: *Anais do I e do II Fórum de Estudos Italo-brasileiro*. Caxias do Sul: UCS, p. 11 -27, 1976.
- JELIN, E. Família y género: anotación para el debate. In: *Estudios Feministas*. Rio de Janeiro, n. 2, IFCH/UFRJ, v. 3, p. 394 - 412, 1995.
- JOLLIVET, M. *L'univers politique des paysans*. Paris: FNSP, 1972.
- ----- e MENDRAS, H. *Les collectivités rurales française*. Paris: A. Colin, 1971.
- JOVCHELOVITCH, S. e GUARESCHI, P. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.
- KAUTSKY, Karl. *La cuestión agraria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- KLIEMANN, L. e SCHIMITZ, H. *RS: terra e poder. História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUHN, T. *As estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LAMARCHE, H. Localisation, délocalisation, relocalisation du milieu rural. In: *L'Esprit des Lieux*. Paris: Éditions du CNRS, p. 69 - 99, 1986.
- ----- (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, Unicamp, 1993.
- (Coord.). *L'agriculture familiale 2: du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994.

- LAMBERT, I. Les jeunes ruraux entre ville et campagne. In: *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*. Paris: INRA, p. 44 - 73, 1993.
- LASTÓRIA, L. A. C. N. *Ética, estética e cotidiano*. Piracicaba: Unimep, 1994.
- LAURET, F. Sur les études des filières agro-alimentaires. In: *Économies et Sociétés*, n. 17, Paris, p. 721 - 740, 1983.
- LAZZARI, Beatriz M. . *Imigração e ideologia: reação do Parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: EST, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne I, II, III*. Paris: L'Arche, 1946, 1968 e 1981, respectivamente.
- ----- *A reprodução das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.
- ----- *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- ----- *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEHMANN, David. Ni Chayanov ni Lenin: apuntes sobre la teoria de la economia campesina. In: *Estudios Rurales Latinoamericanos*. Bogotá, v. 3, n. 1, Enero-Abril, p. 5-23, 1980.
- LEMERY, B. Une position d'expert incertaine: les conseillers techniques em agriculture. In: *Revue d'Économie et Sociétés*; v. 9, n. 12, Paris, p. 91 - 117, 1981.
- LÊNIN, V. U. *El desarrollo del capitalismo em Rusia*. Moscú: Ed. Progreso, 1979.
- LIEDKE, Élide R. *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e a agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul*. Brasília, 1977 (dissertação).
- LIMA, M. *Antropologia do simbólico (ou o simbólico da Antropologia)*. Lisboa: presença, 1983.
- LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. Paris: La Découverte, 1988.
- LORENZONI, F. *Memória de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- LOUREIRO, Maria Rita G. *Terra, família e capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ----- *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- LOVISOLO, H. R., *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Unicamp, 1989.
- LUCKÁCS, G. *Estética I*. México: Grijalbo, 1966.
- LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MAFFESOLI, M. *O conhecimento do cotidiano*. Lisboa: Vega, 1987.
- ----- *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

- MAGNANI, J. G. Discurso e representação ou de como os “baloma” de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 127 - 140, 1986.
- MALAGODI, *Marx e a questão agrária*. Campinas: ABRA, v. 23, n. 20, 1993.
- MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- MARKUS, G. *Marxismo y “antropologia”*. Barcelona: Grijalbo, 1975.
- MARQUES, P.V. Integração vertical da avicultura de corte no Estado de São Paulo. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 3, n. 3, p. 189 - 202, Jul./Set. 1992.
- MARTINE, George. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. São Paulo: IBLAN, 1989 (texto para discussão).
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- ——— *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- ——— *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992..
- ——— *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- ——— (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ——— (org.). *(Des)Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. *O capital*, Livro I, Vol. I. São Paulo: Difel, 1985.
- ——— *El capital*, Tomo 3. México: Fondo de Cultura Economica, 1946-1947.
- ——— *Capítulo Inédito do capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Escorpião, 1975.
- ——— *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- MATOS, M, I, s. de. Na trama do cotidiano. *CERU*, n. 5, série 2, São Paulo, USP, p. 13-22, 1994.
- MAUSS, M, *Essai sur le don*. In: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, p. 145 - 279, 1987.

- MELLO, S. L. de. Pensando o cotidiano em ciências sociais. *Cadernos CERU*, n. 5, série 2, São Paulo, p. 23-31, 1994.
- MENDRAS, H. *La fin des paysans*. Paris: Sedeis, 1984.
- *Sociedades camponesas*; Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- *La seconde révolution française*. Paris: Gallimard, 1988.
- Introduction: jalons pour une sociologie des mœurs. In: *L'Année Sociologique*, n. 43. Paris: PUF, p. 9 - 28, 1993.
- MERLON, F. O significado dos carroceiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. (org.). *A Presença italiana no Brasil*, v. III, Porto Alegre: EST, p. 503 - 539, 1990.
- MERLOTTI, Vânia B. P. . *O mito do padre entre descendentes italianos*. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.
- MINAYO, M. C. de Souza. O conceito de representação social dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, S. e GUARESCHI, P. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 89 - 111, 1994.
- MONFROI, O. *A colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- *A colonização italiana: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: IEL, 1981.
- MONTRESOR, E. Mobilità del lavoro e innovazioni tecnologiche nell'aziende contadina. In: *La Questione Agraria*, n. 30, Milano, p. 151 - 177, 1988.
- Azienda-famiglia e donne in agricoltura. *La Questione Agraria*, n. 53, Milano, p. 33 - 91, 1994.
- MOTTIN, A. *De Marostica a Garibaldi*. Porto Alegre: EST, 1988.
- MOUCHTOURIS, A. *Le féminin rurale: aspirations sociales et culturelles*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- MOURA, M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MUMFORD, L. *Le mythe de la machine*. Paris: Fayard, 1974.
- NEVES, Delma P. . *A modernização das unidades de produção agrícolas e as relações de trabalho*. Rio de Janeiro, 1982 (mimeografado).

- ----- A modernização da agricultura: convergências de interesses. In: *Cadernos do ICFH*. Universidade Federal Fluminense, n. 35, nov. de 1990.
- ----- Agricultura familiar: questões metodológicas. In: *Revista Reforma Agrária*, v. 25, n. 2 e 3, p. 21 - 36, mai./dez. 1995.
- NORONHA, O. M., *De camponesa a madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.
- OLIVA - AUGUSTO, M. H. O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte. In: *Tempo Social*, V. 06, n. 1 - 2, São Paulo: USP, p. 91 - 105, 1994.
- OLIVEIRA, P. A. R. de. *Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ORLANDO, A. L. *Pequena propriedade e agroindústria*. Cascavel: Unioeste, 1994.
- PACEY, A. *La cultura de la tecnologia*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- PAIS, J. M. Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana. *Análise Social*, vol. XXII (90), Lisboa, p. 7-57, 1986.
- ----- Fontes documentais na análise da vida cotidiana. In: *Análise Social*, vol. XX, n. 83, Lisboa, p. 507 - 519, 1984.
- PAPA, C. *Dove sono molte braccia è molto pane*. Perugia: Editoriale Umbra, 1983.
- PAULILO, M. I. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ufsc, 1990.
- PERROT, M. Figuras de papéis. In: ARIÉS, P. e DUBY, G. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- POLI, O. L., *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. Campinas: Unicamp, 1995 (dissertação de mestrado).
- PORTO, M. S. G., A determinação estrutural em Marx e a análise da pequena produção na agricultura brasileira. In: *Cadernos de Difusão Tecnológica*. Brasília, 5 (1/3): 31 - 44, jan./dez. 1988.
- PESAVENTO, S. J. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- República em migalhas: história regional e transformação social. In: *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPH/CNPq Marco Zero, p. 67 - 79, 1990.
- PETRONE, M, T. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PICOLO, H. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no séc. XIX. In: DE BONI, L. (org.); *A presença italiana no Brasil*; v. II, Porto Alegre: EST, p. 557 - 594, 1990.
- POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 03, Rio de Janeiro: FGV, p. 3 - 15, 1989.
- POLANI, K. *A grande transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1971.
- RAMBAUD, P. Les agriculteurs et leurs langages mathématiques. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*; Vol. LXXXVII, Paris: PUF, p. 197 - 221, 1989.
- RASIA, J. M. et alii. Representação da morte entre agricultores da Colônia Santo Antônio Ijuí (RS). In: *Humanas*, n. 4, Curitiba, UFPR, p. 73 - 118, 1995.
- REDFIELD, R. *The little community, peasant society and culture*. Chicago: university of Chicago Press, 1956.
- REIS, J. Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*; n. 15/16/17, Coimbra, maio de 1985.
- ROCHE, J. *A imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROUYERAN, J. C. Contribution a une sociologie des contrats. In: *L'Année Sociologique*, n. 28, Paris: PUF, p. 115 - 145, 1979.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SALMONA, M. *Les paysans français: le travail, les métiers, la transmission des savoirs*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- SANDRONI, Paulo. *A Questão agrária e campesinato*. São Paulo: Pólis, 1980.
- SANTIN, S. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. V. II, Porto Alegre: EST, p. 247 - 267, 1990.
- SANTOS, B. de S., *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*; 4ª edição, São Paulo: Cortez, 1997.

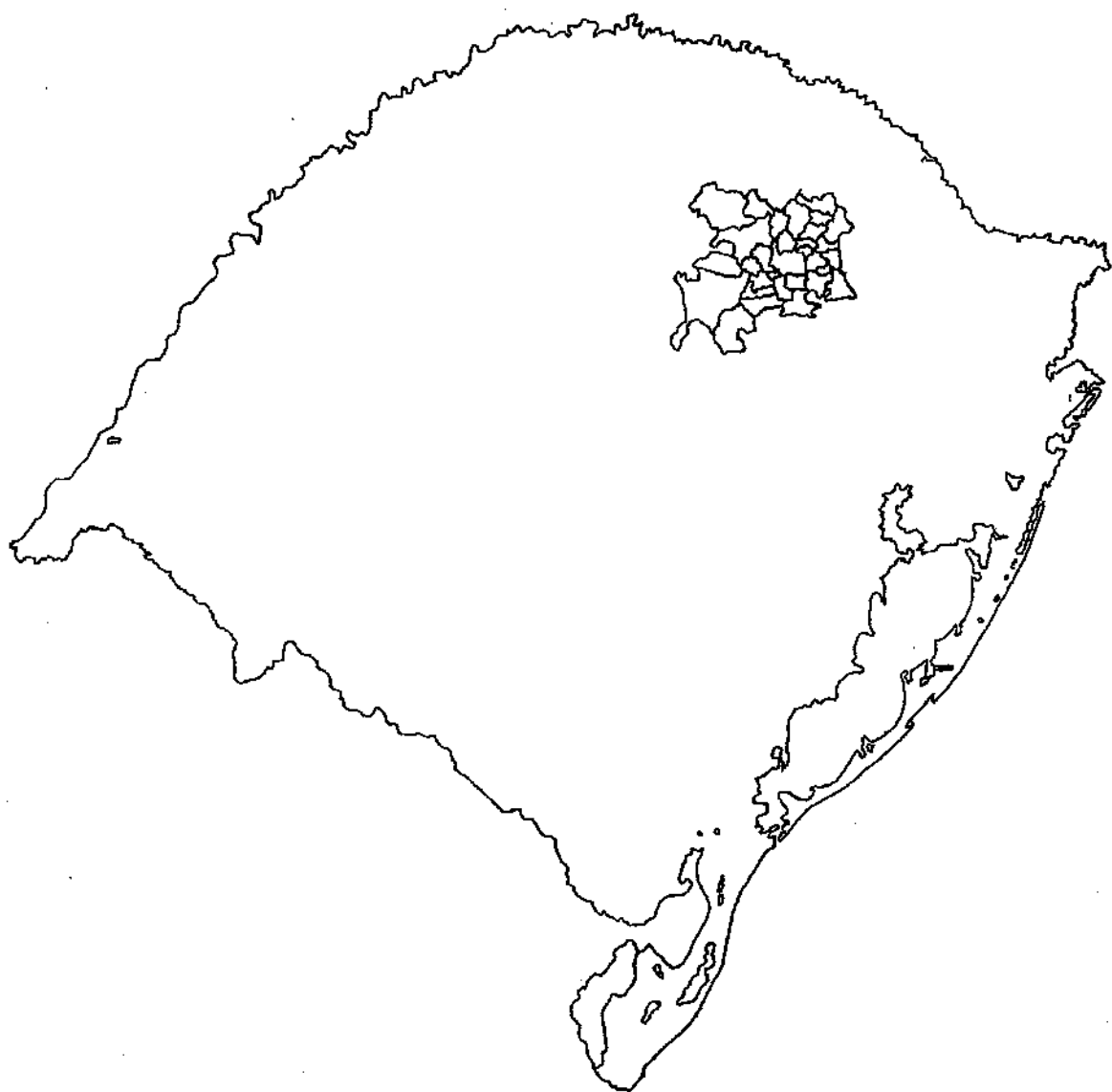
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência; In: *Boletim Gaúcho de Geografia*; Passo Fundo: UPF, p. 7 - 14, agosto de 1996.
- SARTI, C, A. *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SCHNEIDER, S. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no RS*. Campinas: Unicamp, 1994 (dissertação).
- -----O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países de capitalismo avançado: a pluriatividade. In: *ABRA*, Campinas, p. 106 - 131, set./dez. de 1994.
- ----- As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. In: *Ensaio FEE*, ano 16, n 1, Porto Alegre, p. 105 - 129, 1995.
- SCHULTZ, T. *A transformação na agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- SCHUTZ, A. *Fenomenologia del mundo social*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- SCOTT, J. C. *I contadini tra sopravvivenza e rivolta*. Napoli: Liguori, 1981.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n° 52, 1985.
- ----- Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*; v. XXIX, São Paulo, p. 72 - 96, 1984.
- -----As contradições da liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São paulo, 18, (7), p. 78 - 96, 1992.
- -----Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J. L (org.). *Cultura e identidade operária*. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- -----A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n 37, p. 6- 27, out.1982.
- SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989.
- SÉZE, C. Les techniques des femmes: les substituts sociaux au travail domestiques. In: GRAS, A. *Sociologie des techniques de la vie quotidienne*. Paris: L'Harmattan, p. 119 - 130, 1992.

- SILVEIRA, M. L. da. *Situação dos pequenos produtores proprietários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1979 (dissertação).
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989.
- SIMMEL, G. *Sociologie et epistemologie*. Paris: PUF, 1983.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SOARES, L. E. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SORJ, Bila (org.) *O trabalho invisível: estudo sobre os trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- STÖFFAES, C. Introduction: filières et stratégies industrielles. In: *Annales des Mines*. Paris, p. 9 - 28, 1980.
- STOLCKE, V. A família que não é sagrada. In: ARANTES, A. et alii. *Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. Campinas: Unicamp, p. 61 - 114, 1994.
- SOUZA, M. F., *Os reideiros da soja*. Campinas, Unicamp/IFCH, 1992 (dissertação).
- SUARES, M. et. alii. Saber e reprodução camponesa. In: *Anuário Antropológico*, 81. Fortaleza: UFC, 149 - 229, 1983.
- SUZANNE, D. Massas, comunidade e ritual na obra de Thompson e Davis. In: HUNT, L. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, p. 63 - 96, 1995.
- SZMRECSANYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.
- TAVARES DOS SANTOS, José V. *Os colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- *Matuchos: a luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. In: *Cadernos de Sociologia*, v. 6, PPGS, Porto Alegre: Ufrgs, p. 135- 151, 1994, .
- TAVARES dos SANTOS, José V. et alii. Agroindústrias e lutas sociais: a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto. In: *Ensaio FEE*, 10(02), Porto Alegre, p. 266-284, 1989.
- TEDESCO, J. C. O produtor familiar e a agroindústria. In: *Cadernos de Sociologia*, v. 6., Porto Alegre: Ufrgs, p. 112 - 132, 1994.

- ----- *A produção familiar e a agroindústria*. Porto Alegre: IEPE/Ufrgs, 1992, dissertação de mestrado.
- ----- O processo de modernização e a agricultura familiar. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, nº 1, Ano 01, UPF, p.61 - 88, 1993.
- ----- A relatividade conceitual: o campesinato no pensamento sócio-econômico clássico. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, n. 4, UPF, p. 95 - 122, 1995.
- ----- A lógica produtivista e o camponês: ambiguidades e ambivalências no espaço agrário atual. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, n. 6, Ano 03, UPF, p.31 - 48, 1995.
- ----- Agricultura e globalização: a experiência francesa na década de 1990. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, n. 9, Ano 05, UPF, p. 27 - 50, 1997.
- TEIXEIRA, S. A. *Os recados das festas: representações e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.
- TEPICHT, Jaerzy. Les complexités de l'économie paysanne. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, p. 51-57, 1969.
- ----- *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
- THERY, I. Le droit et les moeurs, un enjeu politique. In: *L'Année Sociologique*, n. 43, Paris: PUF, p. 85 - 120, 1993.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais, 1500 - 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E, P. Time, work-discipline and industrial capitalism. In: *Past and Present*, n. 38, dez. 1994.
- ----- *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ----- *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ----- La sociedad inglesa del Siglo XVIII. Lucha de clase sin clases. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1984.
- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VILLANI, P. *Società rurale e ceti dirigenti (XVIII - XX Secolo)*. Veneza: Morano Editore, 1989.

- ZAMBENEDETTI, D. e COFCEWICZ, R. *Serafina Corrêa: história e estória*. Serafina Corrêa: D.C. Luzzato Ed., 1988.
- WANDERLEY, M. de N. B., *O Camponês: um trabalhador para o capital*. São Paulo: Unicamp, 1979 (texto para discussão).
- ----- *A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1995 (texto para discussão).
- ----- *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*. Campinas: Unicamp, 1988.
- ----- *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. ANPOCS, Caxambu, 1996 (texto para discussão)
- ----- O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: *Anais da SOBER*, Natal, p. 91 - 113, 1997.
- WEBER, M. *Economia y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- ----- *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: *Weber, Sociologia*, São Paulo: Ática, 1982.
- WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: MEC/INL, 1980.
- WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ----- A árvore da memória. In: *Anuário Antropológico*, nº 92, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 113 - 131, 1994.
- ----- & WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia. *Anuário Antropológico*, nº 87, Brasília, UNB, p. 11-73, 1990.
- ----- A comida, a família e a construção do gênero feminino. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 29, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 103 - 129, 1986.
- ----- A família trabalhadora. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez Editora, p. 69 - 87, 1984.
- ----- *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
-

ANEXOS



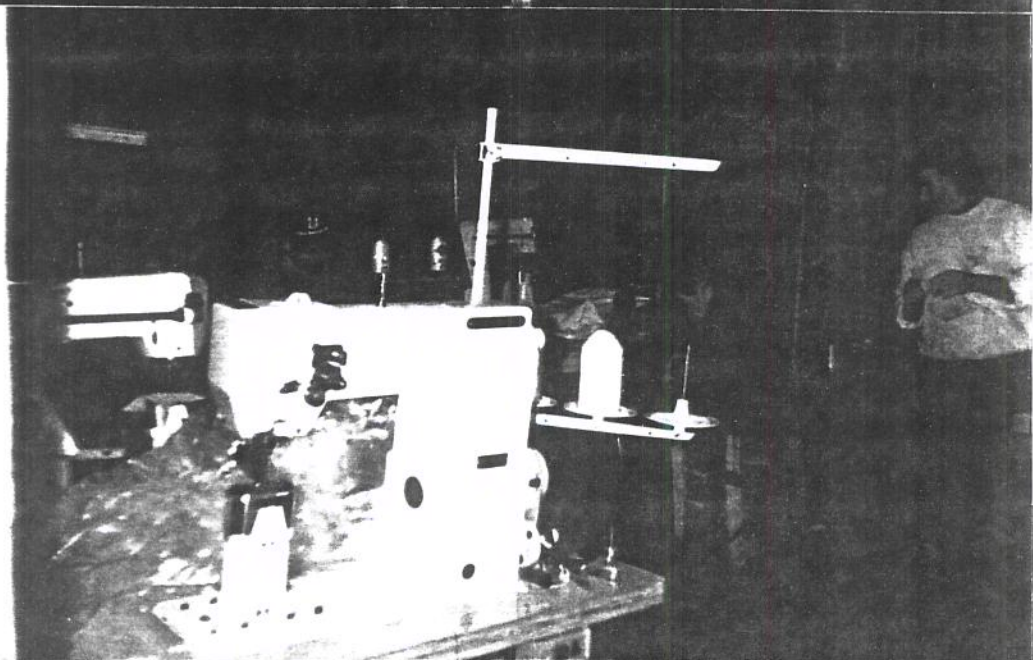
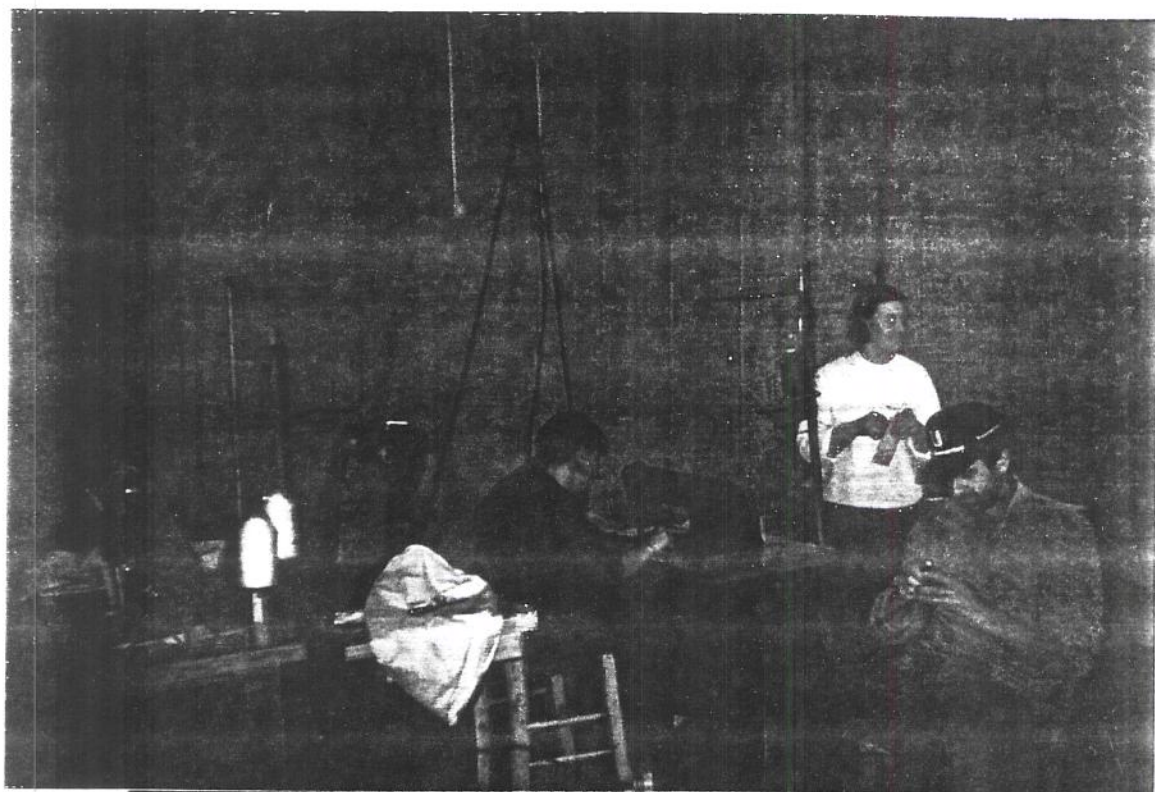
Trabalho manual envolvendo jovens e idosos.



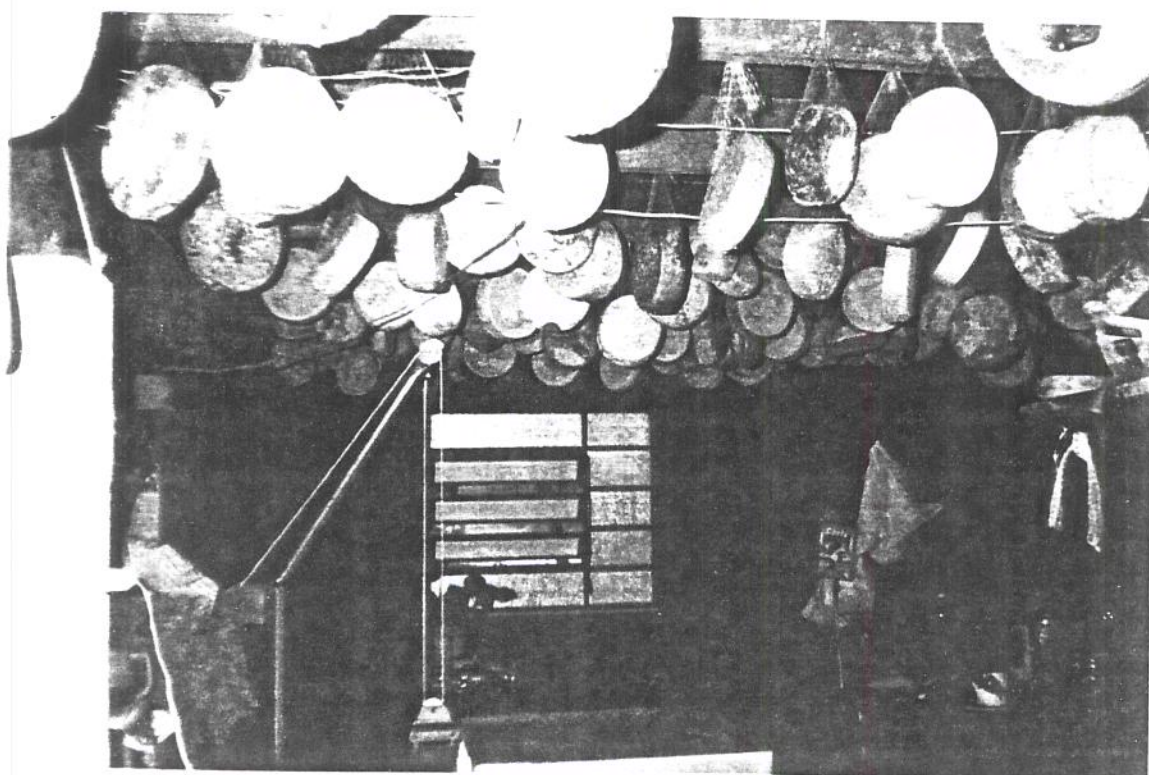
O trabalho artesanal nas minas de basalto – menores e idosos.



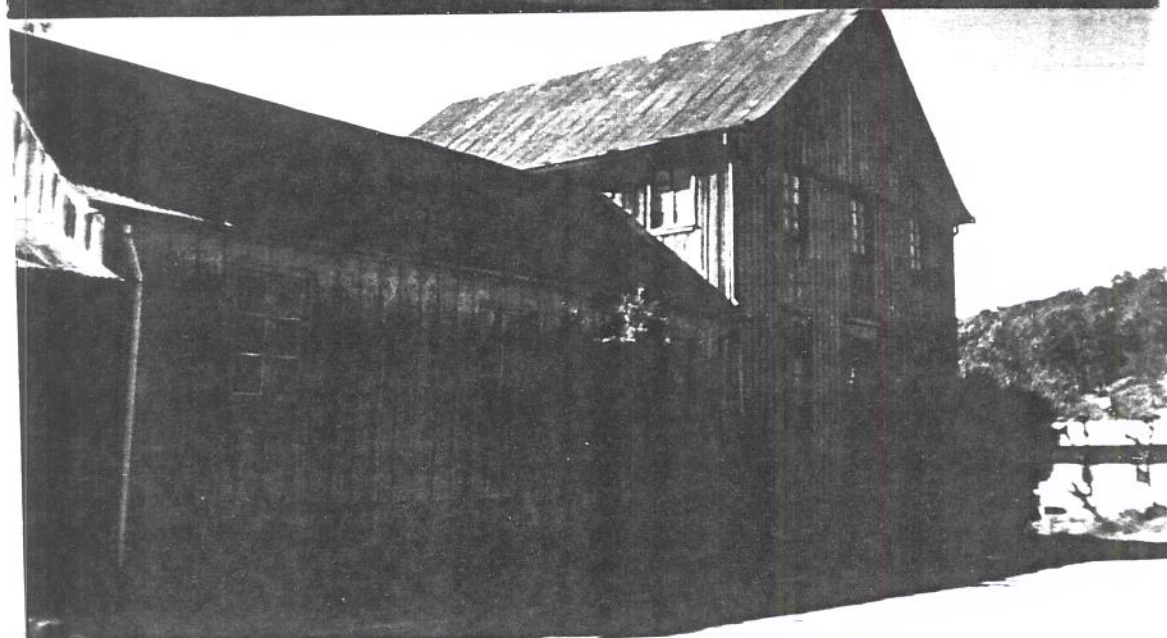
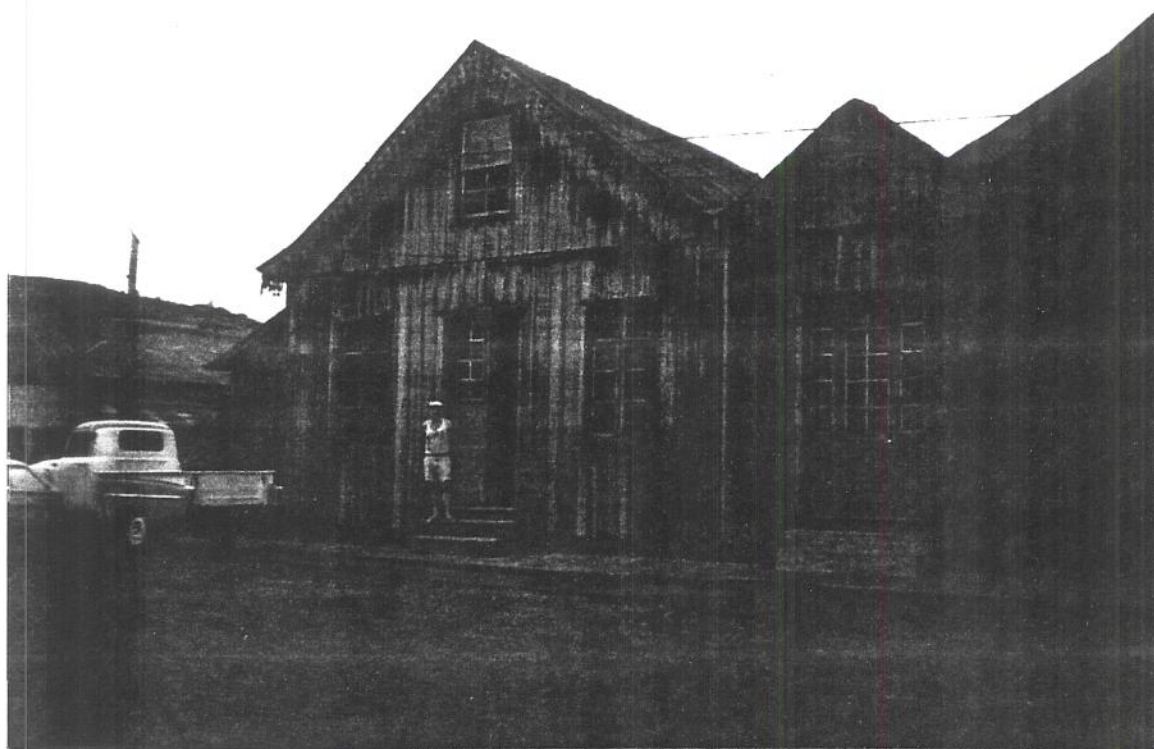
Ateliês de costura de bolas e de tênis.



Agroindústrias caseiras: derivados de frutas e de leite.



Bodegas – pontos de encontro e de sociabilidade.



Coabitacões e convívios de gerações

